



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES GUINEENSES DA UNILAB-CE
SOBRE OS PADRÕES DE CONCORDÂNCIA VERBAL

RECIFE - PE
2025

DANIELA PAULA DE LIMA NUNES MALTA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES GUINEENSES DA UNILAB-CE
SOBRE OS PADRÕES DE CONCORDÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística.

Linha de pesquisa: Descrição e Análise Estrutural e Histórica de Línguas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Roberta Tavares Silva.

Área de concentração: Linguística (8.01.00.00-7)

Subárea de concentração: Sociolinguística e Dialetoлогия (8.01.04.00-2).

Linha de Pesquisa do PPGL: Descrição e Análise Linguística Estrutural e História de Línguas.

RECIFE-PE

2025

DANIELA PAULA DE LIMA NUNES MALTA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES GUINEENSES DA UNILAB-CE
SOBRE OS PADRÕES DE CONCORDÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Aprovada em: ____/01//2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Anderson Almeida da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins (Examinador Externo)
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)

Prof. Dr. Antonio Alexandre Timbane (Examinadora Externa)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^ª. Dr^ª. Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes.

Avaliações subjetivas de estudantes guineenses da UNILAB-CE sobre os padrões de concordância verbal/ Daniela Paula de Lima Nunes Malta, - Recife: UFPE/ FL, 2025.

xviii, 387f.:il.;31cm.

Orientadora; Cláudia Roberta Tavares Silva.

Tese (Doutorado) – UFPE/ Faculdade de Letras/ Programa de Pós-graduação em Letras, 2025.

Bibliografia:f. 359-388.

1. Português de Guiné Bissau 2. Crenças e Atitudes linguísticas 3. Concordância verbal
4. Sociolinguística 4. Multilinguismo I. Silva, Cláudia Roberta Tavares. (Orientação). II. Título.

800 CDD (22.ed.)

Aos meus filhos Ana Clara e Brenno. Sempre presentes em todas as minhas escolhas. Ao meu esposo Benedito, por ser a voz sensata nos momentos de dúvida e insegurança. Cada abraço, palavra e olhar deles foram o combustível que me alimentou até a linha de chegada.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão da minha tese de doutoramento, é com um profundo sentimento de gratidão que me dirijo a todos que contribuíram significativamente para a realização deste trabalho. Esta jornada acadêmica, repleta de desafios e aprendizados, não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de inúmeras pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Roberta Tavares Silva, cuja orientação e sabedoria foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua paciência, incentivo e compromisso com a excelência acadêmica foram inspirações constantes ao longo de todo o processo. Agradeço também pelas sugestões valiosas que enriqueceram não apenas esta tese, mas também meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Doutores Alexandre Antonio Timbane, Adeilson Pinheiro Sedrins, Anderson Almeida da Silva, como também a professora Doutora Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória pela disposição em avaliar meu trabalho e pela contribuição com suas observações e críticas construtivas. Aos caríssimos doutores suplentes pelo aceite do convite, professores Marcelo Silbaldo e Macus Sene. Suas considerações foram essenciais para aprimorar este estudo, e seu prestígio acadêmico representa uma motivação adicional para a continuidade da minha trajetória na pesquisa.

Agradeço com imensa ternura às professoras doutoras Sílvia Vieira e Denise Cardoso pelas contribuições valiosíssimas na reestruturação da minha tese, especialmente durante o processo de qualificação do meu projeto de doutorado. A orientação e o apoio de ambas foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho, enriquecendo minha pesquisa com suas perspectivas e expertise. Estou profundamente grata por seus ensinamentos, que não apenas ampliaram meu conhecimento, mas também me motivaram a buscar a excelência acadêmica. Sem suas valiosas intervenções, este percurso teria sido muito mais desafiador.

Expresso também minha gratidão aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, com quem compartilhei momentos de intensa troca intelectual e apoio emocional. Cada um de vocês deixou uma marca nesta jornada; o incentivo mútuo e as discussões frutíferas foram cruciais para alimentar a minha motivação e expandir meus horizontes. As amizades aqui forjadas serão sempre lembradas com carinho e respeito.

Aos informantes da Guiné Bissau da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira - UNILAB-CE , com os quais só tive contato de “oitiva”. E, em especial, aos meus queridos participantes do teste de crenças e atitudes linguísticas. Sua disposição em compartilhar experiências e conhecimentos foi essencial para a validação dos resultados obtidos. Sem a participação e o envolvimento de cada um de vocês, esta tese não teria o mesmo significado.

Muito obrigada por terem disponibilizado algumas horas do tempo de vocês para a realização deste trabalho!

Agradeço à minha família, que sempre acreditou em mim e me ofereceu suporte incondicional. Ao amado esposo Benedito Malta e aos meus filhos Ana Clara e Brenno, que sacrificaram tanto e me ensinaram o valor da perseverança, agradeço por estarem incondicionalmente ao meu lado, me encorajando em cada passo do caminho. A confiança e amor inabaláveis ofertados por vocês foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Gostaria de dedicar um espaço especial para expressar minha gratidão aos meus pais e à minha irmã, que foram pilares fundamentais ao longo da minha vida pessoal e profissional.

Aos meus pais, Célia e Luiz, agradeço pelo amor incondicional, apoio constante e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores. Vocês me ensinaram o valor da perseverança e da dedicação, e suas palavras de encorajamento foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente. Sou eternamente grata à minha mãe, exemplo de amor pela Educação e por que tenho tamanha inspiração.

À minha irmã, Poliana Oliveira, agradeço pela companhia, pelas risadas e por estar sempre ao meu lado. Sua capacidade de me apoiar e me motivar nos momentos em que eu duvidei de mim mesma foi fundamental. Nossa relação me trouxe força e alegria, e sou muito grata por ter você como parte da minha vida.

Este trabalho é também uma celebração da nossa união e do amor que construímos juntos. Obrigada por serem minha fortaleza.

Não posso deixar de mencionar as instituições que apoiaram este trabalho por meio de fomento e recursos. À Secretaria de Educação de Pernambuco, pela concessão de afastamento e apoio financeiro, bem como à Universidade de Integração Luso-Brasileira (UNILAB-CE), por proporcionar um ambiente de pesquisa aberto ao desenvolvimento de ideias inovadoras. O

acesso aos coordenadores de cursos, estudantes e todo o recurso humano disponível foi crucial para a execução deste trabalho.

Às colegas de partilha acadêmica e irmãs de orientação, Carlota, Elizabett, Thayse, Rayssa pelo carinho, pelos conselhos, pelos empréstimos e por terem continuado apostando na Sociolinguística, ajudando-me a perseverar no doutorado.

A conclusão deste trabalho não é apenas um marco em minha vida acadêmica, mas uma oportunidade para refletir sobre a importância das contribuições coletivas. Que este tempo investido em pesquisa, aprendizado e colaboração possa servir de base para novas descobertas e para a continuidade de nossa busca pelo conhecimento.

A todos, meu mais sincero agradecimento.

O pluralismo cultural pode até ser um elemento necessário extensão humana da evolução biológica. (Labov, 2008, p. 117).

[...] A língua portuguesa é uma espécie de rede enorme, com uma história muito comprida. Cada pessoa que fala essa língua contribui, mesmo sem saber, na fabricação de mais um bocadinho dessa rede. Cada um de nós tem o seu papel na história de uma língua. Através de cada um de nós é que a língua continua a existir. (Freire; Guimarães, 2011, p. 246)

As atitudes linguísticas (que, bem entendido, nada têm a ver com a linguística interna) são poderoso fator de evolução. (Calvet, 2002, p. 23).

[...] menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou a variedade da língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo enquanto ser humano. (Bago, 2001, p.36)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a avaliação subjetiva de variantes linguísticas, fundamentando-se no levantamento de crenças e atitudes em relação a fenômenos variáveis das línguas, especialmente no que tange à atribuição de prestígio e estigma. O foco central reside na forma de referência ao interlocutor dentro da variedade do português, sendo este um fenômeno notoriamente variável. O objetivo principal da tese é investigar a existência de valores sociais associados ao estigma e prestígio em relação aos padrões de concordância verbal através da aplicação testes de avaliação de atitudes e crenças junto aos estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE), com a finalidade de de investigar a existência de valores sociais associados ao estigma e prestígio em relação aos padrões de concordância verbal. A escolha do Português de Guiné-Bissau (PGB) para análise se justifica pela escassez de estudos linguísticos dedicados a essa variedade e pela necessidade de uma descrição mais aprofundada do idioma no contexto de sua reconstrução sócio-histórica, considerando as interações linguísticas, as atitudes sociais e os aspectos funcionais e formais. Para tal, utilizamos os arcabouços teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e dos Estudos de Atitudes Linguísticas, correlacionando o fenômeno da concordância verbal a fatores linguísticos e extralinguísticos. Os dados coletados revelam que: (1) O PGB é amplamente utilizado no ambiente escolar, onde seu uso é obrigatório, enquanto a língua guineense se destaca como a principal língua mediadora no processo de ensino-aprendizagem, embora não tenha uma formalização autorizada; (2) Os padrões de concordância verbal no PGB apresentam diferenças em relação às normas tradicionais, com uma marcação morfológica de plural que não é exigida para todos os elementos; (3) A análise da concordância verbal na língua falada do PGB mostra uma variabilidade significativa, com 92% das ocorrências apresentando a forma padrão e 8% a forma não padrão; (4) Apesar de a construção identitária dos participantes estar majoritariamente ligada ao guineense, suas avaliações subjetivas em relação ao PGB foram, em sua maioria, positivas, indicando o reconhecimento do PGB como uma variedade legítima, influenciada pelo contato linguístico. Os resultados dos testes de crenças revelam que: (1) A dimensão do poder sugere um prestígio atribuído ao português europeu, relacionado ao sentimento de pertencimento à língua do colonizador; (2) A dimensão gramatical mostra uma aceitação significativa da norma padrão entre todos os grupos de avaliadores. Esta investigação, portanto, não apenas amplia o entendimento sobre a dinâmica linguística do PGB, mas também contribui para a valorização de suas particularidades no contexto do contato linguístico e da formação de identidades.

Palavras-chave: Concordância verbal. Avaliação sociolinguística. Multilinguismo. Português guineense. Contato linguístico.

ABSTRACT

This research addresses the subjective evaluation of linguistic variants, based on the survey of beliefs and attitudes regarding variable phenomena of languages, especially regarding the attribution of prestige and stigma. The central focus lies on the form of reference to the interlocutor within the variety of Portuguese, which is a notoriously variable phenomenon. The main objective of the thesis is to investigate the existence of social values associated with stigma and prestige in relation to verbal agreement patterns by applying attitude and belief assessment tests to Guinean students at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB-CE), with the purpose of investigating the existence of social values associated with stigma and prestige in relation to verbal agreement patterns. The choice of Guinea-Bissau Portuguese (PGB) for analysis is justified by the scarcity of linguistic studies dedicated to this variety and by the need for a more in-depth description of the language in the context of its socio-historical reconstruction, considering linguistic interactions, social attitudes and functional and formal aspects. To this end, we used the theoretical and methodological frameworks of Variational Sociolinguistics and Linguistic Attitude Studies, correlating the phenomenon of verbal agreement with linguistic and extralinguistic factors. The data collected reveal that: (1) PGB is widely used in the school environment, where its use is mandatory, while Guinean stands out as the main mediating language in the teaching-learning process, although it does not have an authorized formalization; (2) The verbal agreement patterns in PGB present differences in relation to traditional norms, with a morphological plural marking that is not required for all elements; (3) The analysis of verbal agreement in the spoken language of PGB shows significant variability, with 92% of occurrences presenting the standard form and 8% the non-standard form; (4) Although the participants' identity construction was mostly linked to Guinean, their subjective evaluations of PGB were mostly positive, indicating recognition of PGB as a legitimate variety, influenced by linguistic contact. The results of the belief tests reveal that: (1) The power dimension suggests a prestige attributed to European Portuguese, related to the feeling of belonging to the colonizer's language; (2) The grammatical dimension shows a significant acceptance of the standard norm among all groups of evaluators. This investigation, therefore, not only broadens the understanding of the linguistic dynamics of PGB, but also contributes to the appreciation of its particularities in the context of linguistic contact and identity formation.

Keywords: Verb agreement. Sociolinguistic assessment. Multilingualism. Guinean Portuguese. Linguistic contact.

RÉSUMÉ

Cette recherche aborde l'évaluation subjective des variantes linguistiques, basée sur l'enquête des croyances et des attitudes par rapport aux phénomènes linguistiques variables, notamment en ce qui concerne l'attribution de prestige et de stigmatisation. L'accent central est mis sur la forme de référence à l'interlocuteur dans la variété du portugais, phénomène notoirement variable. L'objectif principal de la thèse est d'étudier l'existence de valeurs sociales associées à la stigmatisation et au prestige par rapport aux normes d'accord verbal à travers l'application de tests pour évaluer les attitudes et les croyances des étudiants guinéens de l'Université d'intégration internationale des Afro-Brésiliens. Lusofonia (UNILAB -CE), dans le but d'enquêter sur l'existence de valeurs sociales associées à la stigmatisation et au prestige par rapport aux normes d'accord verbal. Le choix du portugais de Guinée-Bissau (PGB) pour l'analyse est justifié par la rareté des études linguistiques consacrées à cette variété et par la nécessité d'une description plus approfondie de la langue dans le contexte de sa reconstruction socio-historique, en tenant compte des interactions linguistiques, attitudes sociales et aspects fonctionnels et formels. À cette fin, nous utilisons les cadres théorico-méthodologiques de la sociolinguistique variationniste et des études d'attitude linguistique, corrélant le phénomène d'accord verbal à des facteurs linguistiques et extralinguistiques. Les données recueillies révèlent que : (1) le PGB est largement utilisé en milieu scolaire, où son usage est obligatoire, tandis que la langue guinéenne s'impose comme la principale langue médiatrice dans le processus d'enseignement-apprentissage, bien qu'elle ne dispose pas d'une formalisation autorisée. ; (2) Les modèles d'accord verbal dans le PGB diffèrent des normes traditionnelles, avec un marquage morphologique pluriel qui n'est pas requis pour tous les éléments ; (3) L'analyse de l'accord verbal dans la langue parlée PGB montre une variabilité significative, avec 92 % des occurrences présentant la forme standard et 8 % la forme non standard ; (4) Bien que la construction identitaire des participants soit majoritairement liée au guinéen, leurs évaluations subjectives concernant le PGB étaient pour la plupart positives, indiquant la reconnaissance du PGB comme une variété légitime, influencée par le contact linguistique. Les résultats des tests de croyance révèlent que : (1) la dimension du pouvoir suggère un prestige attribué au portugais européen, lié au sentiment d'appartenance à la langue du colonisateur ; (2) La dimension grammaticale montre une acceptation significative de la norme standard parmi tous les groupes d'évaluateurs. Cette enquête élargit donc non seulement la compréhension de la dynamique linguistique du PGB, mais contribue également à l'appréciation de ses particularités dans le contexte du contact linguistique et de la formation des identités.

Mots-clés: Accord verbal. Évaluation sociolinguistique. Multilinguisme. Portugais guinéen. Contact linguistique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bandeira Nacional de Guiné Bissau	57
Figura 2 – Emblema da Guiné Bissau	58
Figura 3 – Pirâmide de língua línguas faladas na Guiné Bissau	79
Figura 4 – Relação interlinguística na Guiné Bissau	81
Figura 5 – Estrutura do vocábulo verbal português conforme Câmara ([1975]2019)	170
Figura 6 – O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau	281
Figura 7 – O melhor português falado é o que se fala em Portugal	281
Figura 8 – O melhor português falado é o que se fala no Brasil	282
Figura 9 – O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau	283
Figura 10 - O melhor português falado é o que se fala em Portugal	284
Figura 11 – O melhor português falado é o que se fala no Brasil	285
Figura 12 - O melhor português falado é o que se fala em Portugal	287
Figura 13 – Avaliação subjetiva para o sintagma verbal “Muitas pessoas veio do Brasil nesta semana”	292
Figura 14 - Avaliação subjetiva para o sintagma verbal “Saiu alguns resultados alterados dos exames.”- Status do português	292
Figura 15 – Reação subjetiva para a sentença “Saiu alguns resultados alterados dos exames” pela localização.....	301
Figura 16 – Reação subjetiva para a sentença “Saiu alguns resultados alterados dos exames” pela localização	302
Figura 17 – Reação subjetiva para o sintagma: “Muitas pessoas VEIO do Brasil nesta semana”.” pela localização	303
Figura 18 – Reação subjetiva para o sintagma: “Muitas pessoas VEIO do Brasil nesta semana” pela localização .pelo status do português	305
Figura 19 – Reação subjetiva para o sintagma: "Eles ANDA [...]"pela localização	305
Figura 20 – Reação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo sexo.....	310
Figura 21 – Reação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pela localização	310

Figura 22 – Reação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo status do português	310
Figura 23 – Reação subjetiva para a sentença “Bloco II - 3” pelo status e pela localização	312
Figura 24 - Reação subjetiva para a sentença “Bloco II - 13” pelo status do português	314
Figura 25 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII- 28” pelo status do português	317
Figura 26 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII- 8” pelo status do português	320
Figura 27 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 8” pela localização	322
Figura 28 – Reação subjetiva para a sentença “BIII - 31” pela localização.....	324
Figura 29 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 31” pelo status do português	325
Figura 30 – Reação subjetiva para a sentença BIII - 18 pelo status e pela localização	328
Figura 31 – Avaliação subjetiva para a sentença BII – 36	329
Figura 32 - Avaliação subjetiva para a sentença BII- 39	330
Figura 33 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 4” pela localização ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	333
Figura 34 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 17” pelo “status do português”	336
Figura 35 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII-17” pela “localização”	336
Figura 36 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 16” pelo “status do português”	338
Figura 37 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 16” pelo “status do português”	339
Figura 38 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 15” pelo “status do português”	340
Figura 39 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - !5” pela “localização” P.341	
Figura 40 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 14” pelo “status do português” p.344	

Figura 41 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII -14” pela “localização”	346
Figura 42 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 3” pelo “status do português”	347
Figura 43 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 3” pela “localização”	348
Figura 44 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 14” pelo “status do português”	349
Figura 45 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 5” pelo “status do português”	351
Figura 46 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 5” pela “localização”	354

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contexto Linguístico dos Países dos PALOP.....	35
Quadro 2 – Algumas línguas étnicas faladas em Guiné Bissau	70
Quadro 3 - Regras gerais de concordância verbal conforme as GT no Brasil ,,,,,,,,,,,,,,	171
Quadro 4 – Casos especiais de concordância verbal de acordo com gramáticas tradicionais brasileiras	173
Quadro 5 – Principais línguas usadas na CPLP	178
Quadro 6 – Paradigmas verbais no PB	185
Quadro 7 – Perfil dos informantes	238
Quadro 8 – Questionário de perguntas objetivas para obtenção dos dados de crenças dos informantes desta pesquisa	245
Quadro 9 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco I	241
Quadro 10 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco II	251
Quadro 11 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco III	253
Quadro 12 - Divisão dos pares por componentes da atitude linguística	257
Quadro 13 – Variável dependente binária: concordância verbal padrão x concordância verbal não padrão	258
Quadro 14 - Variáveis extralinguísticas alusivas a seus fatores	259
Quadro 15 – Variáveis extralinguísticas contruídas após a aplicação do Pré-teste	259
Quadro 15 - Itens de testagem e parâmetros da escala linear	260
Quadro 16 - Distribuição dos participantes por sexo, localização e status do português	278
Quadro 17 - Distribuição dos participantes pelo status do português versus a localização...	278
Quadro 18 - Distribuição dos participantes pelo sexo versus a localização.....	289
Quadro 19 - Concordância verbal com sujeitos plenos em P6 no PGB	307

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Político de Guiné Bissau	55
Mapa 2 – Contexto Etnolinguístico da Guiné Bissau	73
Mapa 3 – Mapa linguístico da Guiné Bissau	75
Mapa 4 – Distribuição geográfica dos crioulos de base lexical portuguesa	78
Mapa 5 – Ventos da Lusofonia	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principal língua de comunicação cotidiana: o português	62
Gráfico 2 - Distribuição dos participantes pela idade em que aprendeu o português.....	289
Gráfico 3 - Distribuição dos participantes pela escolaridade	291
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes pelo status do português	293
Gráfico 5 - Distribuição dos participantes pela localização	296
Gráfico 6 – Distribuição dos participantes por etnia	296
Gráfico 7 - Distribuição dos participantes pela idade em que aprendeu o português	289
Gráfico 8 - Distribuição dos participantes pela escolaridade	291
Gráfico 9 - Distribuição dos participantes pelo status do português	293
Gráfico 10 - Distribuição dos participantes pela localização	296
Gráfico 11 – Distribuição dos participantes por etnia	297

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Paradigma Flexional das Pessoas do Discurso no Guineense	163
Tabela 2 - Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a Guiné Bissau ser um país multilíngue	262
Tabela 3 – Crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o verbo e o sujeito não compartilham da mesma concordância gramatical.....	264
Tabela 4 - Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a Guiné Bissau ser um país multilíngue	264
Tabela 5 – Crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o verbo e o sujeito não compartilham da mesma concordância gramatical	264
Tabela 6 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Colocar o verbo no singular antes do sujeito no plural é algo exclusivo de pessoas que não tem o português como LM”.....	265
Tabela 7 – Tabela de contingência sobre a crença “Colocar o verbo no singular antes do sujeito no plural é algo exclusivo de pessoas que não tem o português como LM”	266
Tabela 8 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “quando um falante do português guineense + termos no feminino utiliza esse tipo de construção eles podem tem intenção discriminatórias ou irônicas”.....	267
Tabela 9 – Tabela de contingência sobre a crença “quando um falante do português guineense + termos no feminino utiliza esse tipo de construção eles podem tem intenção discriminatórias ou irônicas”.....	267
Tabela 10 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Um homem que fala ‘Aconteceu casos engraçados’ pode sofrer mais discriminação do que uma mulher que realiza a mesma construção”.....	268
Tabela 11 – Tabela de contingência sobre a crença “Quem fala ‘Aparece alunos todos os dias’ é uma pessoa que desrespeita a língua português em Guiné Bissau”	268
Tabela 12 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘são uns bichos que é apanhado nas árvores’ são mais comuns na fala de pessoas de classe baixa a classe alta”.....	270
Tabela 13 - Tabela de contingência sobre a crença “Falante do PGB + Ordem VS (Está quase todos) poder ser visto como erro da norma”.....	270
Tabela 14 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe alta	271
Tabela 15 – Tabela de contingência sobre a crença “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS	

BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES' + de classe alta.....	272
Tabela 16 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média”.....	272
Tabela 17 – Tabela de contingência sobre a crença “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média”.....	273
Tabela 18 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média-baixa”.....	274
Tabela 19 – Tabela de contingência sobre a crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média-baixa”. 274	
Tabela 20 – Teste de qui-quadrado da crença-linguística - quem utiliza construções, como “Os pais têm que ter muito cuidado para estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em um contexto formal-.....	275
Tabela 21 – Tabela de contingência sobre a crença “quem utiliza construções, como “Os pais têm que ter muito cuidado para estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em um contexto formal-”	275
Tabela 22 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação do Bloco II – 3	313
Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação Bloco II – 13	313
Tabela 24 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 3.....	315
Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 3	316
Tabela 26 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 23	317
Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 1	318
Tabela 28 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 7	320
Tabela 29 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII-8	322
Tabela 30 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 31	324
Tabela 31 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 23,24 e 25	326
Tabela 32 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 19	327
Tabela 33 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 18	328
Tabela 34 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 36	328
Tabela 35 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 39	330
Tabela 36 - Resultado da Análise de Variância para as sentenças - BIII	331
Tabela 37 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 4	331
Tabela 38 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 33.....	334
Tabela 39 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 34	334
Tabela 40 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 35.....	335

Tabela 41 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 20.....	336
Tabela 42 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 17	336
Tabela 43 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 15	339
Tabela 44 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 4	342
Tabela 45 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 10	343
Tabela 46 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 12	344
Tabela 47 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 14	344
Tabela 48 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 30	346
Tabela 49 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 29	346
Tabela 50- Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 3	350
Tabela 51 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 14	349
Tabela 52 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 5	351
Tabela 53 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 37.....	353
Tabela 54 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 38	353
Tabela 55 -Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 39	353
Tabela 56 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII – 14.....	356

LISTA DE SIGLAS

CG Crioulo guineense

CV Concordância verbal

CN Concordância nominal

L1 Língua materna

L2 Segunda língua

LE Língua estrangeira

LB Língua Bantu

LP Língua Portuguesa

PB Português Brasileiro

PE Português Europeu

PGB Português de Guiné Bissau

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	26
3. A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE GUINÉ BISSAU	45
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: VARIAÇÃO, CRENÇAS, ATITUDES LINGUÍSTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO	87
4.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICAS.....	87
4.2 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS: BASES CONCEITUAIS.....	101
4.3 SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO	103
4.3.1 Aquisição de segunda língua em contextos multilíngues: o português de falantes de língua materna guineense.....	139
5. O FENÔMENO EM ANÁLISE: OS PADRÕES DE COMCORDÂNCIA VERBAL EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS	167
5.1 COMPÊNDIOS GRAMATICAIS	167
5.1.1 Abordagem Tradicional-normativa	168
5.2 ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS.....	176
5.2.1 No Português Brasileiro	177
5.2.2 No Português Europeu	194
5.2.1 Nas Variedades Africanas do Português.....	205
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	222
6.1 DA FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA	222
6.2 CONTEXTO DA PESQUISA E MÉTODO EMPREGADO	227
6.2.1 Método não-cronométrico (off-line) de análise.....	228
6.2.1.1 Descrição do instrumento de coleta de atitudes: a escla Likert.....	232
6.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO DO PARTICIPANTE DA AMOSTRA	236
6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	237

6.4.1 Recrutamento dos participantes.....	240
6.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E VARIÁVEIS	240
6.5.1 Estudo de crenças: procedimentos e variáveis	244
6.5.2 Estudo de atitudes linguísticas: procedimentos e variáveis	247
6.5.2.1 O Pré-teste do questionário de atitudes linguísticas	257
6. 6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	256
7 PADRÕES DE CONCORDÂNCIA VERBAL: ANÁLISE DE RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES SUBJETIVAS.....	262
7.1 ANÁLISE DAS CRENÇAS LINGUÍSTICAS.....	241
7.2 ANÁLISE DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS.....	276
7.2.1 Primeira visão dos dados: Perfil social e demográfico dos informantes.....	276
7.2.2 Parte I: Experiência como falante do português	280
7.2.3 Parte II: Reações Subjetivas acerca dos Padrões de Concordância Verbal	299
7.3 A ANÁLISE DESCRITIVA	300
7.4 A ANÁLISE ESTATÍSTICA	307
7.4.1 O item de testagem “estética da variante”.....	308
7.4.2 O item de testagem “correção gramatical”.....	314
7.4.3 O item de testagem “sonoridade”	335
7.4.4 O item de testagem “valoração”	341
7.4.5 O item de testagem “relações interpessoais”.....	350
7.5 ANÁLISE QUALITATIVA.....	354
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	357
REFERÊNCIAS.....	359

1. INTRODUÇÃO

As variedades guineenses do Português (PGB), situadas no vasto cenário da lusofonia africana, representam um campo fértil, embora ainda insuficientemente explorado, para a investigação sociolinguística e descritiva. Embora reconheçamos a necessidade premente de uma descrição científica mais abrangente, que contemple a totalidade dos fenômenos morfossintáticos e os diversos níveis gramaticais observáveis, o Português de Guiné-Bissau tem despertado o interesse de diversos pesquisadores (Oliveira, Baio, Injaí, 2013; Malta, 2019; Oliveira, 2019; Rúbio, 2021; Braga, 2023; Paraíso, 2023; Mendes & Silva, 2024, entre outros).

A centralidade desses estudos reside, em grande parte, nas implicações decorrentes da marcante diversidade linguística do país e no impacto que este contexto sociolinguístico singular exerce sobre os usos da referida variedade de Português. Nesse âmbito, propõe-se que uma análise aprofundada do fenômeno do contato linguístico, e das circunstâncias específicas nas quais os indivíduos guineenses adquiriram a Língua Portuguesa – seja por imersão natural ou por intermédio da educação formal –, é crucial. Igualmente relevante é o exame da frequência e dos domínios em que o Português, em concorrência com outras línguas presentes no país, é efetivamente utilizado. Tais interações linguísticas podem, de maneira significativa, influenciar as construções gramaticais e as estruturas sintáticas observadas no Português de Guiné-Bissau. Dessa forma, a compreensão desses mecanismos de aquisição e uso é de grande relevância para a descrição metódica e sociolinguisticamente informada da variedade em questão.

Globalmente, a língua portuguesa se destaca como um dos idiomas mais falados no mundo, transcendendo as fronteiras de Portugal e Brasil. É reconhecida como língua oficial em nações como Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e, o foco deste trabalho, Guiné-Bissau. Em regiões como Macau, Luxemburgo, França e Suíça, também se notam comunidades significativas de falantes, como resultado de processos migratórios, o que amplia seu alcance e relevância cultural. Contudo, é fundamental ressaltar que, no contexto africano, o Português frequentemente se configura como uma segunda língua (L2), coexistindo com as línguas maternas (L1) dos falantes, um fator que denota complexidade na sua aquisição e estruturação.

No que concerne à origem da situação multilinguística na Guiné-Bissau, é fundamental compreender o papel histórico da Língua Portuguesa. Introduzida pelos colonizadores entre 1446 e 1447, o Português teve um contato imediato e prolongado com as

diversas línguas autóctones predominantes no território. Esse contato inicial não apenas resultou na formação do Crioulo Guineense – uma língua de base lexical portuguesa, mas também em uma gradual e complexa assimilação do Português (a variedade de prestígio) pelas comunidades de fala étnicas.

A implementação da obrigatoriedade do uso do Português nas instituições administrativas e educacionais, que se consolidou apenas após a independência, proclamada em 24 de setembro de 1973, proporcionou oportunidades de aprendizagem da língua predominantemente àqueles que tinham acesso ao ensino formal. Apesar da exigência do uso em certos contextos, a presença das línguas autóctones não foi eliminada. Pelo contrário, estas continuam a ser utilizadas intensamente, especialmente em ambientes familiares e religiosos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais (Cf. Embaló, 2008; Martins & Cá 2016; Namone & Timbane, 2017; Timbane & Manuel, 2018, entre outros). Em síntese, desde sua introdução até os dias atuais, a Língua Portuguesa convive com uma multiplicidade de outras línguas, resultando em diferentes níveis de proficiência entre os seus usuários em relação a todas as línguas envolvidas nesse contexto.

Essa realidade sociolinguística na Guiné-Bissau contrasta substancialmente com a encontrada em outros países de língua oficial portuguesa na África. O status do Português em São Tomé e Príncipe, por exemplo, diverge significativamente, pois ali a língua se consolidou como língua materna (L1), sendo a primeira língua adquirida pela maioria das novas gerações (Hagemeijer, 2009). Dados do Censo de 2001 (STP) revelaram que 98,9% da população com mais de cinco anos utiliza o Português como meio de comunicação, favorecendo o desenvolvimento de uma nova variedade linguística com base em L1.

Em contrapartida, na Guiné-Bissau, a porcentagem de falantes de Português é significativamente menor, não ultrapassando 13% conforme apontado por Couto e Embaló (2010). Essa discrepância revela diferenças estruturais e socioculturais cruciais entre os dois países. Enquanto em São Tomé e Príncipe o Português é a língua dominante e materna, na Guiné-Bissau ele mantém um estatuto de L2 com uso restrito, sendo as línguas autóctones e, sobretudo, o Crioulo Guineense, os idiomas mais utilizados na comunicação cotidiana.

A aquisição da língua é um fenômeno complexo, e em contextos multilíngues, a interação entre diferentes idiomas pode levar a alterações na morfossintaxe do falante, resultando em variações linguísticas significativas. Essa variação é uma característica intrínseca das línguas naturais, conforme destacado por Labov (1972; 2008), que enfatiza a dinamicidade e a heterogeneidade como elementos fundamentais dos sistemas linguísticos.

Nos estudos sociolinguísticos, essa dinâmica pode ser observada e analisada à luz de múltiplos fatores contextuais, sociais e individuais. Assim, é possível identificar que existem diversas formas (variantes) de expressar um mesmo enunciado, mantendo a equivalência de significado, em uma mesma situação comunicativa (Tarallo, 1990). Tal fenômeno indica que os falantes selecionam suas variantes linguísticas com base em uma série de motivações, que podem variar de acordo com o contexto, a situação de comunicação, a interlocução e o meio utilizado.

No que tange especificamente ao Português de Guiné-Bissau (PGB), a restrição no uso da língua fora do ambiente escolar é notória. A sua empregabilidade ocorre predominantemente em contextos formais (escola, administração, discursos presidenciais, mídias). Em relação a essa limitação, Cassama (2019, p. 27) observa que “diante da imposição da Língua Portuguesa, o povo manifestou uma resistência cultural, rejeitando a língua do dominador, a qual ocupa um espaço reduzido no panorama linguístico do país”.

Essa situação restrita de uso, combinada com o estatuto de L2 e a forte influência das línguas maternas, torna o PGB um laboratório ideal para investigar a variação. As hipóteses que buscam elucidar a variabilidade de fenômenos gramaticais no Português podem ser categorizadas em: (i) explicações externas, que se referem às influências advindas do contato linguístico; e (ii) explicações internas, que se fundamentam em fatores intrínsecos à própria língua (Rúbio, 2012; 2021). No presente estudo, a investigação priorizará a hipótese das explicações externas, enfatizando o impacto do contato linguístico entre o Português e as línguas guineenses, notadamente o Crioulo.

O presente trabalho se concentra na investigação do domínio da morfologia de flexão verbal, especificamente no que concerne à Concordância Verbal (CV) de primeira e de terceira pessoa do plural.

Estudos anteriores, como o de Malta (2019), já investigaram a variabilidade das regras de concordância em dados escritos de falantes vestibulandos guineenses (com Ensino Médio completo) que buscavam ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Partindo dessa base, esta tese propõe uma análise de dados escritos comparativos destes estudantes com estudantes angolanos e santomenses da mesma universidade. Além disso, introduzimos uma abordagem que vai além da análise puramente linguística dos dados de produção.

Com o propósito de lançar luz sobre as motivações mais profundas da variação, adotaremos como aporte teórico central a Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog [1968] 2006; Labov, [1972] 2008), mas centrando a atenção não

só nos padrões de uso, mas também nas crenças e nas atitudes linguísticas dos falantes (Lambert et. al. 1960; Cardoso, 2015). Essa perspectiva permitirá mapear os padrões de concordância verbal, levando em conta as avaliações subjetivas dos falantes guineenses frente a esses padrões.

Em suma, o foco deste estudo é duplo: investigar não apenas a utilização da concordância de número no sintagma verbal e o parâmetro do sujeito nulo em relação a esse fenômeno, mas, sobretudo, entender como os falantes guineenses avaliam e percebem essas variantes em relação à norma de referência (Português Europeu – PE) e à variedade em ascensão (Português Brasileiro – PB).

Considerando a complexa conjuntura linguística da Guiné-Bissau e a necessidade de uma descrição mais aprofundada do PGB a partir da ótica da Sociolinguística Variacionista, esta pesquisa estabelece os seguintes objetivos:

- **Geral** - Investigar o fenômeno de Concordância Verbal (CV) de primeira e de terceira pessoa do plural do ponto de vista da crença e da atitude linguística de suas variantes por estudantes guineenses dos primeiros e últimos períodos dos cursos de graduação da UNILAB-CE
- **Específicos** - Verificar se há a possível interferência da morfossintaxe do crioulo guineense no PGB, em particular, no âmbito da concordância verbal, tendo em mente a aquisição do Português como L2 e sua coexistência com essas línguas maternas (L1); Analisar, sob a ótica da Sociolinguística variacionista, que fatores de natureza linguística e extralinguística são atuantes na fala para condicionar o uso da concordância verbal no PGB; Verificar as atitudes linguísticas de estudantes guineenses da UNILAB-CE sobre os padrões de concordância verbal; Mapear as crenças e as atitudes linguísticas dos estudantes guineenses sobre o uso da concordância verbal nas variedades do português europeu e no português brasileiro.

A partir dos objetivos e do quadro teórico-metodológico delineados, e buscando a máxima operacionalização da investigação, o presente estudo se propõe a responder a três questões de pesquisa centrais, que sumarizam a complexidade do objeto de estudo:

1. **Variedade e Posição do PGB:** Em que medida o contato linguístico com o Crioulo Guineense e o estatuto de L2 do Português na Guiné-Bissau condicionam a variação e a estabilização dos padrões de Concordância Verbal (CV), e qual a posição do Português Guineense (PGB) neste fenômeno em relação às variedades de prestígio (Português Europeu – PE e Português Brasileiro – PB) em um continuum sociolinguístico?

2. Crenças, Atitudes e Estatuto: De que forma as crenças e as atitudes linguísticas dos estudantes guineenses da UNILAB-CE se manifestam em relação aos padrões de CV do PGB, e como essas avaliações subjetivas (que compõem a competência comunicativa) se correlacionam com os padrões de uso linguístico e o estatuto social atribuído à variedade?

3. Fatores Condicionantes e Contribuições: Quais fatores extralinguísticos (como perfil sociocultural e tempo de permanência no Brasil) e fatores linguísticos atuam como preditores na aquisição e no uso dos padrões de CV pelos estudantes guineenses, e em que medida a abordagem baseada em avaliações subjetivas representa um avanço efetivo para a descrição sociolinguística do PGB?

Quanto à metodologia adotada, a pesquisa se insere no quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista. A coleta de dados envolveu a aplicação de uma ficha social detalhada para registro de cadastro, crucial para estabelecer o perfil multilíngue e o tempo de permanência no Brasil dos participantes, e a realização de dois testes: um para averiguar as crenças e outro para as atitudes linguísticas frente aos fenômenos dos padrões de Concordância Verbal. A coleta foi realizada com estudantes guineenses da UNILAB-CE via formulário do Google Docs.

Os critérios de estratificação dos corpora buscam garantir a representatividade da amostra em relação a variáveis extralinguísticas importantes:

- 1. Sexo/Gênero:** (Masculino, Feminino, Intersexual e Transexual).
- 2. Nível do Curso:** Estudantes que estejam cursando os primeiros e últimos períodos dos cursos da UNILAB-CE.
- 3. Área de Estudo:** Estudantes guineenses dos cursos de licenciatura (exceto o curso de Letras) e estudantes dos cursos de bacharelado.

Considerando o foco na variação da concordância verbal (CV) e, principalmente, nas avaliações subjetivas dos falantes (crenças e atitudes), a hipótese principal da tese trata a variação observada na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural do Português Guineense (PGB) entre os estudantes da UNILAB-CE está intrinsecamente ligada às suas atitudes linguísticas; especificamente, o uso de formas não-padrão da CV será mais frequente e menos estigmatizado pelos informantes quando associado a contextos de maior informalidade e solidariedade social (uso endógeno), ao passo que as formas de concordância plenamente marcadas serão valorizadas e preferidas nos testes de crenças e atitudes em situações percebidas como de maior prestígio e formalidade (uso exógeno), refletindo a tensão entre a norma-padrão e as características do PGB enquanto L2.

O presente estudo, ao tratar da variação que envolve a concordância verbal de primeira e de terceira pessoa do plural do Português Guineense de estudantes da UNILAB-CE, buscando averiguar as avaliações subjetivas desses indivíduos em relação a esse fenômeno linguístico, encontra-se exposto nos seguintes capítulos:

- **Capítulo 1** – Introdução: Apresenta o tema de pesquisa, sua relevância, a situação linguística da Guiné-Bissau, o objeto de estudo (CV), os objetivos e a estrutura da tese.
- **Capítulo 2** – Situação Linguística de Guiné Bissau: Será feita a descrição detalhada da situação sociolinguística do país, de forma a compreender a riqueza de línguas presente, o status do Português (L2) e as implicações dessa situação para a configuração do Português de Guiné Bissau (PGB).
- **Capítulo 3** – Aportes Teóricos: Será realizada uma apresentação dos referenciais teóricos adotados, centrados na Teoria da Variação e da Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog [1968] 2006; Labov, [1972] 2008), bem como nas teorias de crenças e atitudes linguísticas.
- **Capítulo 4** – Revisão da Literatura sobre Concordância Verbal (CV): Apresenta uma revisão da literatura relevante, abordando: (i) a perspectiva tradicional-normativa; (ii) a abordagem linguística descritiva do fenômeno; e (iii) a abordagem sociolinguística, com foco em trabalhos científicos desenvolvidos com amostras das comunidades dos PALOP.
- **Capítulo 5** – Aspectos Metodológicos: Descreve em detalhes a metodologia utilizada, incluindo a questão central, a hipótese principal, o pressuposto teórico, a seleção e o perfil dos informantes, a construção e levantamento dos corpora, e as etapas do trabalho.
- **Capítulo 6** – Resultados de Análise: Apresenta os resultados de análise sobre as variáveis adotadas, subdivididos para o teste de crenças (análise da variação das respostas em relação às afirmações sobre o PE, PB e PGB) e o teste de atitudes linguísticas (avaliação da variação das respostas em função das sentenças e das variáveis preditoras).
- **Capítulo 7** – Conclusões Finais: Oferece as conclusões finais da pesquisa conduzida, fornecendo uma síntese de todas as discussões realizadas, enfatizando as principais contribuições do estudo e indicando possíveis direções para pesquisas futuras.

Desse modo, o presente estudo se configura como uma investigação urgente e necessária para o entendimento do uso da Concordância Verbal no PGB. Acreditamos que esta tese consiga problematizar as avaliações subjetivas do padrão nas regras de concordância verbal no PGB em uso pelos estudantes de graduação da UNILAB-CE. A investigação de

crenças e de atitudes acerca da CV poderá revelar informações valiosas a respeito da estratificação linguística nessa variedade não europeia do Português. As contribuições desta pesquisa não se restringirão somente à descrição linguística do fenômeno, mas também poderão elucidar de que maneira o perfil sociolinguístico desses estudantes africanos impacta os usos sintáticos da CV, de modo a legitimar o PGB como uma variedade legítima, ainda que em formação, que difere das normas de referência do Português Europeu e do Português Brasileiro.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

La lengua es como uma piel que envuelve a la sociedad, y si hay algún cambio in la sociedad, esto se nota en esta piel, en las lenguas¹. María Luisa Calero Vaquera

Os registros científicos, atestados por pesquisas, estimam-se que há cerca de 7000 línguas faladas em nosso planeta, as atípicas são aquelas que constituem o grupo de línguas que podem ser consideradas globais, por exemplo, o caso da língua portuguesa². De fato, menos de uma dezena dessas línguas no mundo pode hoje reivindicar esse estatuto³ quando as avaliamos baseadas no número total de falantes de línguas maternas ou língua segunda, em consonância com o seu papel de impacto global (número de países em que é língua oficial⁴), bem como a dispersão geográfica desses países pelos quatro continentes⁵, ou ainda, a sua presença, a sua importância nas áreas artístico-culturais e seu uso nas redes sociais (Reto et all., 2020). Isso se torna ainda mais complexo quando se trata das línguas africanas, já que elas não podem ser calculadas pelo número de falantes visíveis. Assim, para Almeida e Timbane (2022, p. 702) “A língua carrega valores que se ligam à cultura. Os valores semânticos de cada palavra, de cada frase só são interpretáveis no seio da comunidade de fala ou de língua”. Portanto, conforme apontado por Labov (2006), se torna inviável realizar um estudo da língua desassociado de seu contexto social.

O português é uma língua que oferece um terreno, em particular, fértil para os estudos sociolinguísticos, uma vez que o efeito intenso do contato entre essa língua e a diversidade de

¹ “A língua é como uma pele que envolve a sociedade, e se há alguma mudança na sociedade, isso é perceptível nesta pele, nas línguas” (Tradução nossa) – María Luisa Calero Vaquera – II Ciclos de debate: Língua e norma(s) – Conferência “¿Ellxs o elles? La norma lingüística (y la otra) cuestionada”, realizada em 17/06/2021 pelo Canal Normali na plataforma do Youtube. Disponível em: Acesso em 20jun2021.

² Disponível em: <<http://revistalingua.com.br/textos/116/a-morte-anunciada-355517-1.asp>> acesso em 28 set. 2022.

³ A pesar de português ser a língua oficial, não é falada como língua materna pela maioria dos PALOP, daí a defesa de definir esses povos como bantófonos, khoisófonos ou crioulofonos sob o ponto de vista pragmático. Quando se fala de línguas africanas inclui-se os crioulos de qualquer base que tenham surgido na África. Esses crioulos clamam pelo seu lugar, pelo seu reconhecimento, tal como defende a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). A língua sob a forma de entidade concreta, não existe. O que existe são falantes, são grupos de falantes, é a comunidade de fala. São estes grupos de falantes que precisam ser respeitados na sua história e nos seus modos de interpretar o mundo, nas suas crenças, enfim na culturlinguística (Kialanda et al., 2019). A língua (ou melhor, a variedade) e a cultura são fases da mesma moeda. (Timbane, 2022, p.188)

⁴ Cabe ressaltarmos que consideramos língua oficial (ou línguas oficiais) seguindo a definição dada pela UNESCO (2006) no glossário do Portal sobre Aprendizagem do Instituto Internacional para o Planejamento da Educação, a língua definida por lei para ser empregue no domínio público. Outra definição da UNESCO é a língua utilizada no quadro das diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um estado soberano ou território. É a língua consagrada na lei (através da constituição ou de lei ordinária), ou apenas pela via do costume, de um país, estado ou outro território como a língua adotada nesse país, estado ou território

⁵ América, África, Ásia e Europa.

línguas étnicas se desenvolve em quatro continentes mostrando seus desdobramentos recentes, variedades e mudanças de vários tipos. Por se tratar de uma língua mundial com aproximadamente 263,6 milhões de falantes, dos quais 232 milhões o falam como a primeira língua. Segundo os dados publicados no portal Statista em 2023⁶, o português é a oitava língua mais falada no mundo e a sexta mais usada na internet. Assim, para Calvet (2002) a projeção deste modelo para uma parcela de um território, um estado ou um grande conjunto linguístico, determina o seu nicho ecolinguístico, espaço de coexistência e, por vezes, de conflitos entre línguas, no qual podem, eventualmente, intervir políticas linguísticas, ficando por saber que lugar nele ocupam as identidades.

Notamos, ainda, que o português é uma língua com vários centros de projeção⁷, situados em diversos países e com isso configura diferentes variedades nacionais. É, portanto, uma língua pluricêntrica (Cf. Oliveira, 2019, 2016, 2013, 2010; Mendes, 2019, 2016; Silva, 2014; Sollai & Parma, 2018; Baxter, 1992). Em aspectos centrais, a língua portuguesa, como toda língua natural, não está isenta à variação linguística, já que se trata de uma língua viva e apresentam variantes e variedades distintas, tanto em contexto temporal, social, como também geográfico. Sendo assim, a língua pluricêntrica pode ser definida da seguinte forma:

As línguas pluricêntricas caracterizam-se por apresentar mais de um centro de referência, de onde emanam variadas normas linguísticas, nem sempre coincidentes do ponto de vista de seus usos. As normas variam internamente, porque apresentam diferenças dentro de uma mesma variedade de uso, e também variam externamente, como é o caso de normas que diferem entre países e regiões (Mendes, 2016, p. 294).

Dessa forma, o português aparenta ser uma língua relativamente neutra⁸ em decorrência de sua praticidade em se relacionar com o resto do mundo e por ter se tornado um idioma bastante procurado nas escolas de línguas em todo o mundo⁹. Por ter sido uma língua franca, sendo hoje uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental, o português apresenta potencial universal dentre as línguas do século XXI. No caso do continente africano, os países Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe adotaram o português como sua língua oficial. Por fim, entender qual o

⁶ **Idiomas mais falados em 2023 segundo portal Statista** (Publicado no dia 16 de junho de 2023). Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/266808/the-most-spoken-languages-worldwide/> Acesso em 17 JUL 2023.

⁷ Línguas em contexto de contato (Barreto e Salgado, 2009).

⁸ O termo foi empregado pela autora da tese na compreensão de que a Língua Portuguesa perpassa quatro continentes com um número significativo de falantes multilíngues e multiculturais.

⁹ O Português como língua estrangeira ou como segunda língua representa cerca de 3,7% dos idiomas falados em todos o mundo (Faraco, C.. O Português no contexto político das grandes línguas internacionais. *Lingue e Linguaggi*, North America, 57, jul. 2023. Available at: <<http://siba-ese.unisalento.it/index.php/linguelinguaggi/article/view/27378>>. Date accessed: 15 Oct. 2024.)

efeito do contato entre as línguas nesses países e suas respectivas variedades é uma das grandes questões da Linguística no século XXI (Galves; Kato; Roberts, 2019), sobretudo, da Sociolinguística.

Os processos de democratização em países africanos têm sido amplamente estudados no contexto das lutas por emancipação e nas configurações políticas que emergiram desde então. Entre os países africanos de língua portuguesa, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola conquistaram sua independência entre 1973 e 1975. Inicialmente, esses países adotaram sistemas políticos de partido único, predominantes até a década de 1990. Nesse contexto, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, além de compartilharem semelhanças em suas trajetórias históricas, apresentam parcerias significativas no processo de redemocratização que se iniciou nos anos 1990. Portanto, suas experiências fornecem um rico campo de análise para compreender as dinâmicas democráticas na região.

Ademais, até o final do século XX, a língua portuguesa apresentava uma estrutura bicêntrica, caracterizada pela predominância do Brasil e de Portugal na normalização linguística. No entanto, a partir do Acordo Ortográfico de 1990, observou-se um fortalecimento das vozes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nas políticas linguísticas relacionadas ao idioma. Esse processo foi acompanhado pela criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Conforme ressaltado por Oliveira e Jesus (2018), esse contexto marca o início do pluricentrismo na governança da língua portuguesa. Nesse novo cenário, a lusofonia experimenta um enriquecimento, sinalizando uma transformação significativa.

Em 1989, foi estabelecido o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que resultou de uma conferência envolvendo representantes do Brasil, de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A criação do IILP reveste-se de significativa importância na promoção de iniciativas voltadas para o fortalecimento de uma comunidade geolinguística unificada. Este instituto desempenhou um papel crucial na concepção do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), um recurso que contribui substancialmente para a prática do ensino da língua portuguesa de forma pluricêntrica.

Além desse marco, é pertinente mencionar o reconhecimento e a formalização de duas Academias de Letras, uma no Brasil e outra em Portugal, que servem como balizadores da norma literária da língua. O uso de designações como “Português do Brasil” (ou Português Brasileiro, PB), “Português de Portugal” (ou Europeu), e “Português Moçambicano”, entre outras, evidencia a diversidade dialetal e o pluralismo linguístico do idioma.

Entretanto, é fundamental assinalar que, apesar dos avanços, persiste uma busca por uma “norma convergente” que possa harmonizar as diferentes variantes da língua. Iniciativas como acordos ortográficos e a implementação do Vocabulário Ortográfico Comum de Língua Portuguesa (VOC) são exemplos de esforços direcionados para a unificação lexical e ortográfica da língua portuguesa, buscando respeitar e integrar a diversidade dos seus usos, (Barbosa; Freitas, 2021)

Frente a esse conjunto de questões que envolvem o estudo da língua na sociedade, em adição ao espaço privilegiado por parte dos cientistas da linguagem, retomamos o maior destaque acontece a partir da década de 1960, que tem nas pesquisas do linguista norte-americano William Labov o sucesso ao provocar tais reflexões de cunho descritivo e empírico. Isso denota o preceito da Sociolinguística que compreende a variação como fenômeno inerente a todas as línguas naturais. Desse ponto de vista, a língua possui seu papel social – o da comunicação, ela deve ser compreendida e interpretada sob a ótica da sócio-história e da cultura. Daí que língua não é um sistema uno, invariável, estático, pois, necessariamente, abriga um conjunto de variedades, variantes e dialetos (Labov, 2006). Nesse sentido, todas as línguas são moldadas pelos contextos sócio-histórico-culturais, mas também a sua variação e mudança estão subordinadas à maneira como os falantes realizam o seu uso.

Cumpramos esclarecermos, ainda, que a Sociolinguística variacionista ou laboviana é o campo científico que analisa e descreve o comportamento linguístico sob o olhar social. Assim sendo, estudos variacionistas têm como premissa básica a heterogeneidade linguística explicada através de possíveis influências de fatores linguísticos e extralinguísticos, dentre eles: faixa etária, sexo, escolaridade, tempo de residência, alguns dos contextos linguísticos (fonológico, morfológico, sintático, morfossintático, semântico-lexical, discursivo, pragmático) a depender do fenômeno linguístico a ser analisado, atestando a visão de língua como sistema heterogêneo.

Para Coelho et. al. (2015, p.38),

O aparato teórico-metodológico da Sociolinguística nos equipa para que possamos sair de um nível impressionístico (e, às vezes, caricato) da variação geográfica e descobrirmos quais são exatamente as marcas linguísticas que caracterizam a fala de uma região em relação à de outra. Em geral, itens lexicais particulares, certos padrões entoacionais e certos traços fonológicos respondem pelo fato de que falantes de localidades diferentes apresentem dialetos (ou seja, variedades) diferentes de uma mesma língua.

Em outras palavras, a Sociolinguística laboviana prima pela relação entre Língua e Sociedade, tendo tentado com êxito provocar reflexões acerca dos mitos criados em volta dos

falares menos prestigiados das variedades dessas línguas, ajudando seus falantes a compreender que o modo como falam não deve ser classificado como certo ou errado, mas como adequado ou inadequado, e essa perspectiva tem contribuído para abrir os horizontes dos usuários, principalmente dos falantes escolarizados ¹⁰. No que se refere à língua é possível enumerar duas vertentes: a primeira de cunho formal de caráter científico; já a segunda que parte do senso comum, com entendimentos antiquados da concepção de linguagem e repleta de preconceitos linguísticos, como por exemplo: as taxações do que denomina o “certo” ou o “errado”.

À vista disso, optamos por usar os conceitos adequado/inadequado, no que se refere às questões da linguagem, pois consideramos que erros são resultados de quando a comunicação não se efetiva, ou melhor, quando os interlocutores utilizam formas linguísticas que não pertencem a nenhuma variedade da língua; quando utilizam formas agramaticais, comprometendo, desse modo, a compreensão no contexto comunicativo.

No Brasil, a Sociolinguística tem desempenhado um papel significativo desde a década de 1980, por meio de pesquisas que visam descrever e analisar a linguagem nas diferentes comunidades de fala. Essas investigações têm contribuído para a compreensão do perfil sociolinguístico dessas comunidades. No entanto, essa mesma progressão não pode ser observada nos países africanos de língua oficial portuguesa. A compreensão do estatuto das gramáticas que emergem do contato entre as diversas variantes do português na África ainda é um tema que demanda um debate aprofundado sobre a caracterização dessas línguas. Com o avanço das pesquisas em Estudos Linguísticos, especialmente sob as lentes dos aspectos sociais, estruturais e estilísticos, é viável abordar questões relacionadas à variedade linguística, às mudanças nesse contexto e à identidade linguística que resulta do contato entre diferentes línguas, com ênfase nas variantes africanas do português.

Conforme Hora (1997), esse modelo, que tem a capacidade de extrair as regularidades apontando tendências dos dados, tem auxiliado a resolver diversas dificuldades de natureza analítica relacionadas aos julgamentos irrefletidos utilizados em outros paradigmas. Desta maneira, “um modelo em que a língua seja vista como uma estrutura heterogênea ordenada elimina a busca dos falantes ideais e torna as comunidades linguísticas acessíveis àqueles que se interessam pelo estudo da língua” (Hora, 1997, p. 172).

Ao mesmo tempo em que a Sociolinguística variacionista se volta ao desempenho e à

¹⁰ A língua tem tudo: tristezas, alegrias, sentimento materno, amizades, corpos, almas, emoções, mundos diversos, realidades outras, possibilidades, verdades, seriedade, ironia, solilóquios de poetas, exposições de pensadores, amor [...] É muito pouco reduzi-la ao certo e ao errado, ao poder ser e ao não poder ser, ao dever ser e ao não dever ser [...] É triste fazer dela uma forma de exclusão, de discriminação [...] (Fiorin, 2002, p. 37).

performance, o uso que se faz desse conhecimento linguístico em diferentes contextos de uso mostra como objeto de estudo a variação. Partindo da compreensão de propriedades das variedades do português, outras questões e hipóteses relativas aos usos linguísticos, em diferentes contextos, trazem à tona indagações, tais como: as etapas da aquisição de língua (L1, L2, Lh¹¹) e de questões relativas ao bilinguismo, ao multilinguismo e ao contato linguístico.

Ampliando a necessidade de estudos que descrevam o português, em contexto africano, é preciso atentarmos para questões sobre a influência de três aspectos, a saber: históricos, sociais e linguísticos. Isto porque auxiliará na compreensão da presença da língua portuguesa em espaços tradicionalmente plurilíngues, cuja inserção dá-se em um contexto colonial. A constatação e assunção de que os países africanos de língua oficial portuguesa são multilíngues ensejaram estudos que nos auxiliaram no (re)conhecimento de normas ou padrões linguísticos, em particular, o fenômeno da concordância verbal (Cf. Couto, 2001; Severo; Makoni, 2015; Zau, 2015; Faraco, 2016; 2019; Abdula; Timbane; Quebi, 2017; Pissurno, 2017; 2022; Timbane; Balsalobre, 2017; Mendes, 2018; Rodrigues, 2019; Tosatti, 2021; Vilela, 2022¹²), é sobre essa dinâmica guiada pelas avaliações subjetivas que nos debruçaremos neste trabalho.

Na ótica da Política de línguas na África lusófona,

É, pois, no plural que se deve referir políticas de línguas em muitos dos países africanos, portanto numa perspectiva multilateral, uma vez que em questão estão línguas em convivência – e nestes casos, não sem antes referir o lugar da língua portuguesa. É sabido que, devido à frágil cidadania das outras línguas (apesar de serem línguas de socialização), este estatuto de exclusividade, assegurado pelo grupo etnossociocultural daqueles que têm o português como língua materna, confere-lhe funcionamentos completamente diferentes. (Mata, 2019, p. 215)

As variedades do português que vem emergindo em países africanos como Guiné Bissau, por exemplo, representam um caso de evolução linguística que não bebe em uma única fonte, contudo são produzidas pelo contato de línguas distintas, através do processo de aquisição do português como segunda língua (L2) ou como terceira língua (L3) por falantes nativos de línguas principalmente da família nigero-congolesa. Nesse sentido, a língua

¹¹ L1 (língua materna), L2 (segunda língua) e Lh (língua de herança)

¹² VILELA, P. R. Brasil ratifica acordo de mobilidade entre países de Língua Portuguesa. Agência do Brasil. Disponível em: <https://agenciadobrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022.03/brasil-ratifica-acordo-de-mobilidade-entre-paises-de-lingua-portuguesa/> Acesso em 30MAI2022.

portuguesa conta com cerca de 41, 5 milhões de falantes em toda a África (Bovini,¹³ 2008), sendo que cerca de 30% da população africana e 5% da mundial são falantes de línguas bantu, trazidas para o Brasil entre os séculos XVI e XX. O fenômeno da diversidade cultural e linguística entre populações afrodescendentes é um aspecto crucial na compreensão da formação social e identitária do Brasil. Os grupos mencionados, como os iorubás, jejes, ewes-fons, fânti-axântis e hauçás, têm suas origens no Sudão, enquanto aqueles de raízes bantu, como angolas e moçambicanos, trazem consigo um rico patrimônio cultural. A presença desses grupos étnicos contribui para um mosaico cultural complexo, no qual tradições, idiomas e práticas sociais interagem e se transformam. Mesmo indivíduos nascidos no Brasil mantêm laços culturais com suas etnias de origem, refletindo um contínuo processo de sociolinguística e interculturalidade, mesmo após a adoção da língua portuguesa como meio de comunicação principal. Esse contexto ressalta a importância de compreender a dinâmica entre a manutenção de identidades culturais e a adaptação a novas realidades socioculturais (Proença Filho, 2017)

A paisagem linguística que hoje é possível observar nos estudos variacionistas no Brasil (Cf. Torquato, 2011; Lopes, 2011; Barbosa, 2015; Arruda, 2018; Rúbio, 2021) sobre esses países africanos apontam para aproximações significativas com o que tem marcado a emergência da compreensão do *continuum* afro-brasileiro (Cf. Petter, 2008; 2015; Brandão; Vieira, 2018). Isso pode ser justificado, em grande parte, com base na afirmação feita em Hagemeijer (2018) que

[...] por parte dos países africanos de língua oficial portuguesa traduz-se, inevitavelmente, num crescendo de autonomia linguística, face às normas do português europeu e do português brasileiro, que se foram há mais tempo. A afirmação dessas novas variedades significa, pois, um gradual abandono do modelo bicêntrico e bicontinental em que se apoiava a língua portuguesa em direção a um modelo pluricêntrico e tricontinental. (Hagemeijer, 2018, p. 8)

Em linhas gerais, o português na África oferece um novo e vasto território para o trabalho em torno da noção de competição de gramática, com a presença ainda latente das línguas étnicas. Nesse contexto, é possível percebermos o desencadeamento de uma série de mudanças que poderão ou não se consolidar nas variedades linguísticas em emergência. Trabalhos como os de Carvalho (1991), Chimbutane (1995), Gonçalves (1996, 2010), Mingas (2000), Baxter (2002), Miguel (2003), Cardoso (2005), Couto e Embaló (2010), Christofolletti

¹³ **Línguas africanas e português falado no Brasil** – Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Lingua_Portuguesa/dissertacao/Aslinguas_escravos_brasil.pdf>. Acesso em 21SET2021.

(2011), Inverno (2011), Santos (2015), Brandão (2018) atestam que o português falado no continente africano, em específico, os países de fala oficial portuguesa (PALOP), apresentam aproximações e particularidades em relação ao português brasileiro e ao português europeu. Nos últimos anos, diversos estudos voltados para a descrição e análise da língua portuguesa têm evidenciado as divergências e convergências entre as gramáticas do português brasileiro (doravante, PB) e do português europeu (doravante, PE). Essas investigações abrangem aspectos como a estrutura dos pronomes, a utilização de preposições, a ordem dos constituintes, bem como a interface entre sintaxe e discurso, entre outros (Agostinho, Lamberti, Santos, 2021). No que diz respeito ao fenômeno da concordância verbal e nominal, também foram realizados trabalhos que se dedicaram à descrição e análise desse fenômeno nas diferentes variedades linguísticas mencionadas.

O cenário atual para aquisição e difusão do português nesses países é um frutífero laboratório para verificação da validade de hipóteses atreladas à noção de competição de gramática (a exemplo disso as atitudes subjetivas em relação aos padrões de concordância verbal), uma vez, paralelamente à emergência da descrição de novas variedades linguísticas, o português europeu padrão continua a ser veiculado em diferentes esferas da vida social e cultural dessas comunidades (Cf. Figueiredo, 2010; Inverno, 2011, Jon-And, 2011; Lopes, 2011; Gonçalves, 2013). Considerando esses pontos, segundo Oliveira (2018, p. 1046), “a gestão da língua é espaço de exercício de poderes”.

Seguindo essa lógica, ressaltamos que o debate sobre os estudos da concordância verbal, das crenças e das atitudes linguísticas em variedades africanas do português tem ganhado relevância em razão da escassez de pesquisas, bem como da necessidade da descrição que, inclusive, situe a variedade do português de Guiné Bissau num possível *continuum*. Além disso, evidências recentes sugerem que o campo das atitudes linguísticas tem se mostrado latente no cenário acadêmico internacional (Cf. Lambert; Lambert, 1966; Giles et. al. 1982; 1991; Moreno Fernández, 1998; Coupland, 2007), embora ateste a lacuna de trabalhos no tocante a esse fenômeno em tais variedades, sobretudo, em estudos variacionistas. É pertinente também destacarmos que os estudos sobre atitudes podem elucidar as variáveis de controle de pesquisas de natureza sociolinguística por apresentar elementos que atuam de forma decisiva aliada à “consciência linguística, na explicação da competência dos falantes; permite ao pesquisador aproximar-se do conhecimento das reações subjetivas diante da língua e/ou línguas que usam os falantes; e influi na aquisição de segundas línguas” (Gomez Molina, 1987, p. 25).

A sintaxe de concordância verbal consiste no fundamento em que o verbo concorda

em pessoa e número com seu sujeito. Na esfera das descrições sociolinguísticas relacionadas à marcação de número nas variedades do português africano, os padrões de regras variáveis envolvem a primeira (P4) e a terceira pessoa do plural (P6). De uma perspectiva morfossintática, duas construções se alternam: (i) aquela que estabelece a concordância com o sujeito de primeira pessoa do plural (nós falamos) e a outra em que o verbo não atende à concordância flexional (nós fala); já em (ii) as estruturas se repetem binariamente – o verbo traz a marca de concordância na terceira pessoa do plural (eles falam) e aquela que o verbo não realiza a marcação flexional de plural (eles fala).

O fenômeno gramatical da variação na concordância verbal pode resultar atitudes negativas (Aguilera, 2008) ou, ainda, em estereótipos linguísticos (Labov, 2008[1972]) quando determinados falantes são submetidos à avaliação subjetiva de sua língua e da língua do outro. É de notória recorrência nos depararmos com falantes nativos do Português Brasileiro, por exemplo, que não sabem falar o português corretamente ou que falam de forma “errada”, confirmando a crença de que o português é uma língua “homogênea” e de que existe apenas uma forma de falar, o que, como sabemos, não é comprovado. Logo, essas variantes supracitadas, de P4 e de P6, nem sempre são bem avaliadas e podem resultar em práticas de preconceito linguístico, oriundo da crença de uma língua única, como dito anteriormente.

Em contrapartida, a definição proposta por Labov (2008) mostra que, a crença linguística pode ser entendida como um conjunto coeso de atitudes que são compartilhadas por um vasto contingente de integrantes de uma comunidade linguística, englobando tanto o uso de formas estigmatizadas quanto prestigiadas da língua em questão (Labov, 2008). Nesse contexto, Sella (2012) argumenta que a investigação das crenças linguísticas evidencia a concepção da língua como um sistema determinado socialmente e intrinsecamente heterogêneo. A variação linguística, conforme a autora, é diretamente influenciada pelos contextos cultural, social e histórico, desafiando a noção de uma linguagem homogênea e autônoma. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de um enfoque nas estruturas sociais ao se investigar a língua, considerando-a um reflexo e um orientador das dinâmicas sociais. Assim, estabelece-se uma relação dinâmica de interdependência entre língua e sociedade, na qual a produção linguística é influenciada pelas interações de poder e prestígio que permeiam os diferentes grupos sociais. Tal abordagem propõe uma reavaliação das metodologias utilizadas nas pesquisas linguísticas, promovendo uma análise que reconheça a complexidade da interação social no uso da língua.

Sabemos que no cenário internacional “a língua portuguesa não está sozinha”

¹⁴(Aqualusa, 2019). Adicionalmente, a situação linguística nos PALOP com relação às políticas linguísticas deve estar amparada na compreensão da importância da língua como fator norteador nas relações dos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Conforme Birmingham (1995), a língua portuguesa nos PALOP é reflexo de uma penetrante transformação cultural generalizada no continente africano, resultado da predominância das línguas coloniais nos usos jurídicos e administrativos, também sendo a preferência das classes dominantes para usos políticos e sociais. Isso é uma contribuição direta para o estabelecimento da cooperação formal entre os PALOP. Fazem parte dos PALOP: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau (na época, Guiné Portuguesa), Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe que conglomeram presentemente milhões de falantes nativos do português no continente.

Ainda, de acordo com a situação linguística¹⁵ de cada membro do PALOP, que são considerados plurilíngues, com uma relação tensa entre o português (com estatuto de língua oficial), as línguas nativas (incluindo crioulos), as línguas asiáticas, as línguas de sinais e demais línguas europeias. Diante desse contexto, as línguas são faladas como: língua materna (LM/L1), como língua de comunicação (LC), como língua estrangeira (LE/L2). As informações foram sistematizadas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Contexto linguístico dos países dos PALOP

PAÍS	CONTEXTO LINGUÍSTICO	PORTUGUÊS COM LM/L1
ANGOLA	Mais de 20 línguas étnicas, como: Umbundo, Kimbundu, Quicongo e Tchokwé, além de muitos dialetos. (Ngunga, 2020)	3% da população, mas falada por mais de 70% da população. (Inverno, 2018)
CABO VERDE	Menos de 10 línguas étnicas, como Umbundo, além de vários dialetos e o crioulo caboverdiano, falado por quase 100% da população.	26% da população, mas falada por 90% da população. (Lopes, 2011)
GUINÉ BISSAU	Quase 30 línguas étnicas, como: manjaco, mandinga, o crioulo guineense é falado por cerca de 90% da	A língua portuguesa é a oficial e a única de ensino, embora seja falada apenas por 11% da população, cuja

¹⁴ AGUALUSA, J. E. **Por uma irmandade da língua**. Jornal Expresso. 06/10/2019. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2019-06-10-Por-uma-irmandade-da-lingua> Acesso em 28ABR2022.

¹⁵¹⁵ PALOP e Timor Leste. Disponível em: <http://pages.igc.gulbenkian.pt/pgcd/pt/about/palop> . Acesso em 03ABR2021.

	população. (Ichinose, 2018)	maioria reside na capital Bissau. (Paraíso, 2023)
MOÇAMBIQUE	Mais de 40 línguas étnicas de origem banto, destas Macua é a mais falada (mais de 25% da população). (Hagemeijer, Gonçalves & Afonso, 2018)	Mais de 10% da população, mas falada por mais de 50% da população. (Silva, 2018)
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	São falados santome, angolar, lung'ie e o crioulo caboverdiano. O santomense ou forro é LM/L1 da maioria dos habitantes de São Tomé e Príncipe, falado por 36,2%.	Não é a língua materna da população ¹⁶ , mas falado por 98,4% da população. (Santiago e Agostinho, 2020)
GUINÉ EQUATORIAL	Além do espanhol, francês e português são faladas as línguas autóctones: Língua fang (A75) ou feng, Língua bubu (A31) ou bube, Língua seki (B22b) ou beseki ou seké, Língua ngumba (A81) ou kwasio ou magbea ou mvumbo ou ngoumba, Língua gyele (A801), do grupo makaa-njen, Língua yassa (A33a) ou lyasa ou yasa, Língua Krio ou pichi ou Fernando Pó Creole Inglês e Língua Fá d'Ambô ou annabonense ou anobonesa (Leviski, Timbane, 2020, p. 125-126)	O português não é utilizado de forma autóctone na Guiné Equatorial, onde há apenas alguns falantes de português de São Tomé e Príncipe. Uma língua crioula de base lexical portuguesa, chamada fá d'ambó, é falada por 0,2% da população em uma pequena ilha do país. Assim, a ausência de uma comunidade nativa de falantes torna inviável a afirmação de uma norma do português guineense. Embora o português seja a língua oficial, a Guiné Equatorial não integra atualmente o sistema pluricêntrico da língua. (Morello, 2014)

Fonte: Adaptado de Gondim¹⁷ (2018) com atualizações da autora da pesquisa.

A partir dessa ótica, ilustrada no quadro acima e amparada em estudos recentes (Cf. Namone, 2021; Balsalobre & Kanusse, 2020; Beckert, 2020; Santiago & Agostinho, 2020; Cá

¹⁶ Cf. Hagemeijer (2018).

¹⁷ GONDIM, A. A. L.; APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS PALOP, 2018. (Apresentação em mesa redonda “Políticas linguísticas nos países lusófonos: variação, diversidade cultural e ensino” – II Seminário Internacional de Letras da UNILAB).

& Rubio, 2019; Gondim & Soares¹⁸, 2018; Velasco & Timbane, 2018), que aponta o cenário linguístico dos PALOP com base na complexidade multilíngue, é possível chegarmos a algumas considerações:

a) O processo de alfabetização e utilização da Língua Portuguesa se dá quase totalmente na escola, após a aquisição de suas línguas maternas e do crioulo. Tal processo ainda se depara diante da utilização da Língua Portuguesa para o ensino das várias disciplinas. Dessa forma, as atividades de promoção do ensino da Língua Portuguesa precisam ser ampliadas, levando em consideração, para muitos, a Língua portuguesa como L2 ou L3;

b) É possível observarmos a relevância do crioulo e das línguas étnicas para o ensino, visto que adquirem papel preponderante para a facilitação do aprendizado;

c) As concepções que regem o ensino dificultam o aprendizado da Língua Portuguesa, pois há uma diversidade de compreensões destas (LM, LE, L2), somadas a uma concepção normativa do ensino de língua que acabam resultando numa verdadeira confusão nas metodologias adotadas para o fomento do ensino de Língua Portuguesa;

d) Com base no cenário linguístico de Guiné Bissau, onde as paisagens linguísticas são múltiplas, a língua portuguesa (LP) possui status oficial, embora seja a mais adequada para a educação do país de acordo com a ótica de tradição colonial. No entanto o seu uso acaba restrito à esfera educacional, o que gera dificuldade de compreensão e articulação nessa língua por parte de muitos alunos guineenses, tendo em vista que seu repertório comunicativo é baseado na língua guineense (LG).

e) Medidas como a tomada pelo governo de Cabo Verde, em 2016, de observar a realidade linguística característica da Língua Portuguesa no país e estabelecer o ensino desta como L2 desde a educação infantil, devem possibilitar melhorias, pois consideram o contexto real de contato que os falantes têm com a Língua Portuguesa.

É fundamental reconhecer que cada estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PALOP) possui uma trajetória única e distinta no que diz respeito ao processo de independência e autodeterminação. Apesar da diversidade nas políticas linguísticas adotadas por esses países, a elevação do prestígio do português ao status de língua oficial resulta em um uso que, em muitos casos, se restringe a contextos formais, como na educação e nas esferas político-jornalísticas. Esse fenômeno implica que a língua portuguesa, ao ser valorizado, confere às elites locais um status social específico, além de facilitar o acesso à internacionalização nos domínios científicos.

¹⁸ GONDIM, A. A. L. Aprendizagem de Língua Portuguesa nos PALOP, 2018. (Apresentação de Trabalho/ Seminário no III CHRONOS – Colóquio Nacional de Língua, Documentos e História).

No contexto de Guiné-Bissau, podemos observar um exemplo ilustrativo dessa dinâmica. Jovens que dispõem de oportunidades acabam buscando formação acadêmica em países como Brasil ou Portugal, evidenciando assim uma relação simbólica entre o capital social e o prestígio associado à língua portuguesa. Essa situação reflete uma representação social que vincula o domínio da língua à ascensão no campo educacional e profissional, corroborando a ideia de que, no âmbito dos PALOP, a língua portuguesa é um instrumento de valorização e acesso às novas possibilidades.

Somado a isso, ainda temos a educação bilíngue e a oficialização de diferentes idiomas. Em alguns países de língua portuguesa, já existem iniciativas incipientes de educação bilíngue, com resultados promissores. No entanto, nas nações africanas de língua portuguesa, as línguas locais frequentemente não são contempladas em políticas linguísticas eficazes, perpetuando desequilíbrios históricos impostos pelo colonialismo. Este fenômeno é observado em Angola, onde o domínio do português tem crescido em detrimento das línguas africanas. Assim, em menos de cinquenta anos de independência, as escolhas políticas favoreceram a língua portuguesa, estabelecendo um contraste com as dinâmicas linguísticas anteriores, perpetuando um paradoxo histórico entre a valorização do português e a desvalorização das línguas africanas. Exemplos de Angola e São Tomé e Príncipe ilustram essa problemática.

Cabe ressaltarmos que as línguas de sinais de origem africana permanecem subdescritas e seu ensino ainda não alcançou um amplo público. Não é apropriado afirmar que existe uma única língua de sinais em um país. Consideramos a hipótese de que múltiplas línguas de sinais podem coexistir dentro de uma mesma nação, uma vez que o conceito de "país" foi estabelecido de maneira ocidental. Tal noção se revela desprovida de sentido quando confrontada com a realidade africana, especialmente em virtude da ausência de participação dos africanos na partilha do continente, que ocorreu durante a Conferência de Berlim, em 1884 e 1885. Por conseguinte, é plausível que existam diversas línguas de sinais em um mesmo território. Ademais, é importante salientar que as pessoas surdas ainda são frequentemente consideradas como deficientes, e, em muitas situações, seus direitos públicos, econômicos, sociais e políticos são restringidos (Timbane; Freitag, 2023).

Numa ótica classificatória simplista acerca da compreensão de língua e poder, é possível observarmos que

[...] para se perceber o lugar diferente do português nesses países, apesar do facto de ser sempre língua de poder, numa altura em que ainda não se havia feito a avaliação dos efeitos linguísticos das guerras civis nesses países: língua “nacionalizante” e

“afectiva” em Angola, “solene” em Cabo verde, “língua passaporte” na Guiné-Bissau, “língua política” em Moçambique e “língua irmã” em São Tomé e Príncipe. (Mata, 2019, 215. Grifos nossos)

Diante do exposto, pesquisas recentes apontam que os contatos linguísticos do português europeu, enquanto língua lexificadora, também ocorre em diversas terras africanas. A título de ilustração, Santiago e Agostinho (2020) apontam que a colonização das ilhas de Ano Bom, pertencente à Guiné Equatorial, e de São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné, operacionalizada pelo tráfico e escravização de africanos falantes de diferentes idiomas, que foram forçados a conviver em uma mesma região. Ainda de acordo com as pesquisadoras, o sistema de latifúndios favoreceu a formação de quilombos e, em contexto de crioulistização, essas línguas em contato resultaram no chamado proto-crioulo do Golfo da Guiné. Uma língua que se particularizou diatopicamente em quatro novas línguas funcionais, contudo relacionadas pela mesma base lexical portuguesa.

Ao examinarmos o amplo contexto africano, observamos que a predominância política da língua portuguesa se manifesta em todos os países onde esta é reconhecida como oficial. Essa presença é particularmente evidente no sistema de ensino formal, uma vez que o português é a língua utilizada para a escolarização em nações como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Embora esses países apresentem diversas ecologias linguísticas e utilizem o português com diferentes graus de frequência e intensidade, todos priorizam o ensino dessa língua, frequentemente se baseando na norma portuguesa. Essa abordagem, por sua vez, tende a marginalizar as variações locais do português e as línguas nativas (Ponso, 2017; Oliveira, 2019; Mané, 2021; Balduino, 2022).

Todas as línguas naturais faladas estão passíveis de mudança com o tempo e no espaço afastando-se continuamente com relação à norma (Faraco, 2002). Assim, Para o linguista a norma não é somente um conjunto de formas linguísticas pré-estabelecidas, entretanto, inclusive é um conglomerado de valores sócio-histórico-culturais utilizados por uma comunidade linguística. Acerca mais especificamente do contexto guineense, podemos observar que a escola tem se apoiado no português europeu (norma-padrão de Portugal) para ensinar e avaliar competências em Língua Portuguesa dos estudantes, o que tem feito com que não haja progressão acadêmica nos estudos (*Cf.* Brasil, 2020; Doutor & Alves, 2020; Mendes, 2018; Abdula; Timbane; Quebi, 2017). É oportuno frisarmos que a variação não é algo exclusivo dos falantes não-escolarizados, pois ninguém fala a ‘norma-padrão’ o tempo todo, ou melhor, ela não é língua materna de ninguém, e por ser artificial, cada comunidade tem seu conjunto de normas (Faraco, 2022).

Cumpramos lembrarmos que a norma se organiza com arranjos de possibilidades admitidos pelo sistema a partir do uso de um grupo de falantes já definido pela sociedade. Existe uma variante aceitável pela sociedade em determinadas situações que certas variantes podem ou não ser aceitas, que é a norma padrão. Para Faraco (2008) e Bagno (2012), há uma diferença entre a norma padrão e a norma culta, sendo a primeira aquela que reúne regras que prescrevem formas linguísticas a serem seguidas de acordo com um modelo idealizado de língua, mas difícil de ser seguido pela maioria dos usuários. Enquanto que a segunda, é aquela que reúne o conjunto de formas linguísticas que é empregado por muitos escreventes. Nessa concepção,

a língua é essencial para a afirmação das identidades, mas também para enriquecer pelo diálogo as culturas e civilizações. É verdade que, segundo alguns, os povos primitivos¹⁹ criaram diferentes línguas para poderem preservar os seus segredos, mas também é verdade que as diferentes línguas foram sofrendo um longo processo de intercâmbio e de enriquecimento mútuo, recebendo vocábulos, ideias, construções de outros que fortaleceram a comunicação entre os povos e a partilha de valores comuns.²⁰ (Martins, 2020, p.58)

Sendo, portanto, mais acessíveis intuitivamente, embora não aceitas pela tradição gramatical conservadora representada pela norma padrão, comumente divulgada em gramática, ou ainda, em manuais de estilo.

Considerando essa explanação a respeito do conceito de norma, se faz necessário voltarmos o nosso olhar para os membros do PALOP, que constituem nosso interesse de investigação (Guiné Bissau), que representam um terreno profícuo, como já mencionado anteriormente, para o estudo da dinâmica da variação. Na concepção de Cá (2020), a “língua”, a “variedade” ou ainda a “norma” constituem sempre os instrumentos de poder e também de dominação, uma vez que as pessoas que usam normas desprestigiadas são excluídas e vitimadas em todo tipo de preconceito. Como sabemos, tanto a língua quanto a variedade, ou ainda, a norma não deveria ser utilizada como instrumentos de opressão e repressão. Além disso,

Não é justo que as crianças reprovem duas três vezes na mesma classe (série) só porque ainda não dominam português. A criança já sabe dizer, raiz, caule, folhas,

¹⁹ Segundo Boas (2023), os povos primitivos são sociedades elementares e originais que representam os inícios da civilização. O termo "primitivo" refere-se a grupos não letrados, que vivem em comunidades menos complexas e com tecnologia menos avançada. Esses povos são vistos como exemplos das primeiras formas de organização social e cultural. Exemplos de povos primitivos africanos: Os povos berberes e bantu foram alguns dos primeiros grupos humanos a habitar o continente africano. A África tem uma grande diversidade de povos, e alguns exemplos de etnias importantes são: Mendés, Temnés, Limbas, Konos, Buloms, Fulas (Petter, 2015)

²⁰ MARTINS, Guilherme d'Oliveira.. Ensaio Geral – Rádio Renascença.. Disponível em: <https://www.cnc.pt/novo-atlas-da-lingua-portuguesa/> Acesso em 14FEV2022.

flores e frutos, por exemplo, na sua língua materna africana. Até sabe a importância da planta, conhece as regras da preservação, conhece a cura de algumas doenças através de raízes, folhas e caules, conhece a época da reprodução da planta, conhece os tipos de folhas na sua língua africana. Não é justo chamá-lo de burro nem incapaz trazendo ao de cima uma punição que se caracteriza por reprovações. (Timbane; Rezende, 2016, p. 402)

De acordo com o censo de 2017²¹, existem atualmente cerca de 30 grupos étnicos, e as etnias com maior expressão na Guiné-Bissau são: Balantas (cerca de 27%), Fulas (cerca de 23%), Mandingas (cerca de 12%); Manjacos de Cacheu (cerca de 11%), Pepeis de Bissau (cerca de 10%) e, em menor quantidade, os Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafares, Nalus e os Bijagós. Embora a língua oficial seja o português, apenas cerca de 27,1% da população fala a língua (L1 ou L2). A grande maioria da população (90,4%) fala kriol, uma língua crioula de base lexical portuguesa, enquanto os restantes habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas (Cf. Couto; Embaló, 2010; Petter, 2015; Benzinho; Rosa, 2015, dentre outros). Sendo assim, as diferenças étnicas e linguísticas produziram grande variedade em nível da dança, da expressão artística, das profissões, da tradição musical, das manifestações culturais e, sobretudo, do mosaico linguístico.

Para Rubio (2021),

O ainda desconhecimento (ou desconsideração) desse contexto tão evidente entre os guineenses pode ser comprovado pela não oficialização de outras línguas por parte do governo e, também, pelas pouquíssimas iniciativas de educação bilíngue ou multilíngue implementadas, onde predomina, no âmbito escolar, o ensino monolíngue do português. (Rubio, 2021, p. 35)

Durante a conferência intitulada “Desafios no ensino da língua portuguesa em contextos multilíngues: a educação nos PALOP”²², apresentada pelo Canal do Youtube “Abralín ao vivo” em 28 de junho de 2020, a renomada pesquisadora Nélia Alexandre nos trouxe a seguinte indagação: “Português da Guiné-Bissau?”. Em síntese, Alexandre (2020) destaca que o português tem sido a língua falada por uma minoria com diferentes graus de proficiências. A pesquisadora afirma, ainda, que o contato linguístico pode ser definido quando dois ou mais grupos, com suas respectivas línguas, entram em contato e interagem entre si em um mesmo ambiente, entre o português e o crioulo, gerando entre outras coisas

²¹ Censo de Guiné Bissau (2017) – Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>> Acesso em 21MAI2021.

²² A educação nos PALOP: avanços e caminhos para o ensino da língua portuguesa em contextos multilíngues. Conferência apresentada por Nélia Maria Pedro Alexandre, Eduardo David Ndombele, Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes. [s.l., s. n.], 2020. 1 vídeo (2h 35min 01s). Publicado pelo canal da associação Brasileira de Linguística. Disponível em: www.youtube.com.br/. Acesso em 28MAI2021.

empréstimos linguísticos.

Com base no que dispõe Alexandre (2020), um fator de relevância histórica para os guineenses e caboverdianos é a Conferência de Berlim e a ocupação da costa da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde, fato este que resultou na formação do crioulo de base lexical portuguesa. Embora o português tenha sido implementado para uma minoria (especialmente nas grandes cidades) nessa região, foi necessária uma língua de comunicação entre nativos e colonizadores. A criação de novas línguas a partir da mistura de duas ou mais que entram em contato é parte de uma das categorias de contato linguísticos que envolve, além da criação de pidgins e crioulos, a manutenção da língua e a *language shift*²³ (Windford, 2003).

Neste trabalho, abordaremos a região da África Ocidental, com ênfase na costa da Alta Guiné, que abriga uma significativa porção da Guiné-Bissau. Esta localidade é reconhecida por seu extenso multilinguismo social e seu hibridismo cultural, conforme evidenciado por Lüpke (2010). A obra da autora destaca que existe uma interação complexa entre duas ou mais línguas, tanto no contexto social quanto na cognição dos falantes. Tal fenômeno torna problemáticos os conceitos de Língua materna, L1 e L2, uma vez que essas categorias não refletem adequadamente a realidade multilingue da região. Além disso, essa inadequação levanta questionamentos sobre as definições de pertencimento a grupos étnicos, visto que as formas de identificação cultural não seguem os mesmos padrões aplicados nas sociedades ocidentais.

Em contraste com as teorias de mudança linguística que consideram a formação das línguas crioulas como um fenômeno *sui generis*, conferindo-lhes um caráter excepcional em relação às demais línguas naturais (Thomason; Kaufman, 1988; Bickerton, 1999, entre outros), Degraff (2009) argumenta que o desenvolvimento das línguas crioulas representa, na verdade, uma das várias modalidades de mudança linguística, resultante de processos sócio-históricos.

No âmbito das pesquisas sobre "multilinguismo em pequena escala", emergem investigações que consideram as práticas sociais intrínsecas e significativas das comunidades coabitantes de uma região. Nesse contexto, a comunicação não é dominada por uma língua hegemônica, tampouco sujeita a hierarquias entre as diversas línguas ou variedades presentes no território. Em vez disso, observa-se um complexo jogo de identidade, conforme argumentado por Lüpke (2016). Essa abordagem ressalta a interdependência das práticas

²³ Consiste num dos fenômenos resultante do contato linguístico: a mudança do idioma. Winford (2003) afirma que a maioria dos casos de contato linguístico pode ser atribuído a esse fenômeno, embora ele apresente seus próprios problemas de definição e classificação.

linguísticas e identitárias, proporcionando uma compreensão mais rica das dinâmicas sociolinguísticas locais. Tal perspectiva desafia concepções tradicionais que enfatizam a predominância de línguas majoritárias em contextos multilíngues, valorizando as nuances das interações cotidianas. Portanto, o estudo do multilinguismo em pequena escala oferece uma visão crítica sobre as relações de poder e identidades linguísticas dentro de contextos específicos.

As investigações em contextos multilíngues, como o da Guiné-Bissau, demandam uma equipe e uma abordagem multidisciplinar que considere aspectos sociolinguísticos e etnográficos. “Essa abordagem visa compreender as complexas ideologias linguísticas que se manifestam nas diversas interações sociais” (Lüpke, 2016, p. 61).

De outro modo, o tema da Concordância Verbal (CV) tem sua relevância que se evidencia devido à necessidade descrição dos dados linguísticos da sintaxe, em relação ao contexto multilíngue que é característico do continente africano. Assim, possa trazer também esclarecimentos à interpretação das origens do Português brasileiro (Cf. Vieira; Silva, 2017; Brandão; Vieira, 2018). Dessa forma, a aplicabilidade de pesquisas que envolvem o fenômeno da CV em 3ª pessoa do plural reflete sua pertinência na área dos estudos linguísticos a partir do campo de análise. Dentre os trabalhos seminais sobre CV, podemos destacar o de Rodrigues (1987) em São Paulo, o de Lemle e Naro, no Rio de Janeiro (1977), o de Monguilhott (2001) em Florianópolis, os de Bortoni (1984; 1985) em Brasília, o de Nicolau, (1984) em Belo Horizonte, dentre outros, além dos recentes artigos publicados por Scherre e Naro sobre o português escrito do Brasil e também de Portugal. Tais pesquisas têm possibilitado a descoberta tanto de fatores estruturais e sociais como determinadores dessa regra variável, porém é relevante verificar como estas relações ocorrem em outras variedades do português, se apresentam um comportamento semelhante configurando ou não uma tendência geral do PB ou do PE diferença continental.

Em geral, os trabalhos sobre a variação na CV contemplam apenas a variedade não-padrão do Português, isto é, analisam a fala dos segmentos menos escolarizados. Por isso, analisaremos a aplicação da regra de CV na modalidade oral dos segmentos de escolaridade intermediária (Ensino médio completo) de vestibulandos guineenses egressos na UNILAB-CE, para verificarmos como a variação na aplicação da regra de CV ocorre neste segmento. Eles se baseiam no pressuposto de que o português é próximo ao de Portugal, mas ainda minimamente difundido no país. Alguns pesquisadores justificam que essa ocorrência se deve ao fato de Guiné Bissau estar entre nações francófonas, como o Senegal, o idioma já integra os currículos escolares sendo a principal língua estrangeira no país.

Os estudos linguísticos sobre o fenômeno da Concordância Verbal na variedade do PGB apontam algumas semelhanças nas regras de concordância entre essa língua e o português popular brasileiro, sobretudo no apagamento de morfema (s), que indica o plural e a não flexão de verbo em algumas sentenças, como podemos observar a partir da relação entre o sintagma nominal e verbal (Cf. Matche, 2017; Malta, 2019; Oliveira, 2019; Paraíso, 2019). Tal evidência pode ser explicada a partir da compreensão do crioulo guineense que, por sua vez, possui a flexão verbal “fraca” e é reconhecida apenas nos sujeitos realizados, que marcam a 2ª pessoa do discurso (Cf. Intumbo, 2007). Já segundo Castro (2012), o guineense “é uma língua do tipo SVO [ordem Sujeito-Verbo-Objeto], de [- sujeito nulo] e [- objeto nulo]. Os verbos não possuem desinências e assim, a expressão do sujeito é obrigatória.” (Castro, 2012, p. 313). Em suma, o PGB apesar de já estar bem descrita por Couto e Embaló (2010), sob uma ótica variacionista, apresenta vários aspectos gramaticais interessantes dos pontos de vista descritivo e teórico que ainda precisam ser investigados. Dentre esses aspectos, podemos citar: os padrões de concordância verbal e as atitudes subjetivas. Por fim, em Guiné-Bissau, o português corresponde à variedade alta e o crioulo guineense às variedades baixas.

Isso posto, reconhecemos as limitações de nosso trabalho, que representa apenas um pequeno recorte da avaliação subjetiva de estudantes de Guiné-Bissau, mas que pode contribuir para a compreensão desse fenômeno complexo. Embora não pretendamos descrever o multilinguismo em suas interfaces de contato com as declaradas línguas faladas pelos participantes deste estudo, é importante considerar o contexto histórico e sociolinguístico particular em que nos encontramos. Portanto, investigamos esses aspectos, bem como o perfil sociolinguístico dos participantes, que foram levados em conta durante nossas análises, a fim de compreender melhor a compreensão da CV nas crenças e atitudes linguísticas do PGB nesta tese.

Adiante, seguiremos com a apresentação a situação sociolinguística de Guiné Bissau como ponto de partida para contextualização dessa rica e multifacetada variedade e, por conseguinte, adentraremos aos aspectos teóricos que sustentam nossas reflexões sobre o fenômeno da CV a partir das avaliações subjetivas de estudantes guineenses da UNILAB-CE, objeto da presente investigação.

3. A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE GUINÉ BISSAU

De fato, problema da língua não pode deixar de ser uma das preocupações centrais de uma sociedade que, libertando-se do colonialismo e recusando o neocolonialismo, se dá ao esforço de sua recriação. E neste esforço de recriação da sociedade, a reconquista pelo Povo de sua Palavra é um dado fundamental”. (Paulo Freire, Carta à Guiné Bissau, 2011)

Diante do cenário multilíngue e multiétnico existente em Guiné Bissau, buscamos, nesta seção descrever a realidade sociolinguística guineense em que exclusivamente a Língua Portuguesa é a oficial, devido a fatores históricos e sociopolíticos. Tanto o governo quanto a população do país acreditam que o português europeu (PE) seja a variante a ser falada. No entanto, é importante ressaltar que há uma diversidade de línguas presentes na região, sendo o kriol considerado a língua que une nacionalmente o povo guineense, enquanto o português é utilizado como segunda língua; como também os fatores que contribuíram para a sua conjuntura.

Segundo Lopes (2004, p. 419), “o bilinguismo e o multilinguismo no mundo significam riqueza, convívio, respeito por si mesmo e pelos outros”, evidenciando que, além do sucesso na aprendizagem, a língua possui um valor cultural significativo. O autor enfatiza a habilidade de cada indivíduo em utilizar seus conhecimentos linguísticos e, ao mesmo tempo, enriquecer-se com as contribuições dos outros.

Esta seção, ainda, ressalta a relevância da interlocução entre os aspectos linguísticos e históricos para a investigação da fotografia linguística de um país, demonstrando, para tanto, o desenvolvimento de uma língua oficial em meio ao contexto complexo de coexistência de várias línguas étnicas. Dessa forma, o trabalho tem o interesse de discutir tal situação histórica de Guiné Bissau na qual o português emergiu, já que sua descrição sociolinguística se encontra entre o menos estudado no grupo dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Sob o ponto de vista linguístico, tanto o Português Europeu (PE) quanto o Português Brasileiro (PB) têm sido amplamente investigados como macrovariedades, contando com um grande número de estudos voltados para sua gramática. É importante ressaltar, no entanto, que o português também é a língua oficial em outros países, especialmente em antigas colônias portuguesas localizadas na África. Nessas regiões, é presumido que a variedade europeia seja falada devido à recente independência desses países, ocorrida na década de 1970. Recentemente, muitos pesquisadores têm estudado o português falado em cada um desses

países africanos, encontrando diferenças em diversas áreas em comparação com o português falado nos países europeus.

Desde o século XIII, a região da costa da Alta Guiné começou a se formar social e politicamente devido aos múltiplos encontros entre os diferentes grupos e sociedades presentes na área (Knorr, no prelo). Essa região abrigava diversos grupos étnicos, como Balanta, Bainouk, Biafada, Banhun, Fula, Jola, Papel, Mandinga, entre outros, que falavam línguas que pertencem a três famílias linguísticas africanas diferentes - Atlântico, Mande e Kru (Hawthorne & Nafafé, 2016).

A Guiné Bissau é um estado-nação que constitui da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁴, uma organização que compreende territórios linguísticos distintos marcados por descontinuidades culturais, cujo objetivo é a promoção da Língua Portuguesa

Por esse viés,

Uma reflexão sobre a língua não é produtiva se se opuser à sua preservação a diversidade, a difusão e expansão, obliterando as várias valências culturais que o saber-sentir dos falantes dos espaços receptores, que não o têm como único idioma. Uma sociedade que pretenda viver de forma harmoniosa a sua diversidade, cultural ou linguística, tem de conciliar a sua dimensão universalizante com a singularização para o que ela remete: o preço que uma língua mundial deve estar preparada para pagar é a submissão a muitos tipos diferentes de uso, a fim de criar [...] uma língua que seja ao mesmo tempo universal e capaz de transportar sua experiência peculiar. (Mata, 2019, p. 214)

Remotamente, antes da chegada dos Portugueses e até meados do século XVII, o território da Guiné Bissau, em sua maior parte, pertencia ao reino denominado de Gabú, tributário do legendário Império Mali, da etnia dos mandingas, que advém dos anos de 1235 e se manteve em ascensão até o século XVIII. Àquela época, os grupos étnicos existentes, eram apenas quatro, a saber: os balantas, os fulanis, os man-dayakos e os molinkes.

Os colonizadores lusitanos desembarcaram na região que hoje corresponde à Guiné-Bissau em 1446 (Kihm, 1994). No entanto, somente no início do século XVI, um reduzido contingente de portugueses decidiu estabelecer-se, concentrando-se principalmente na região de Cacheu e posteriormente em Bissau (Hawthorne & Nafafé, 2016). A chegada dos portugueses provocou mutações sociais de caráter duradouro na região, que influenciaram as

²⁴ Os Povos representados na CPLP partilham de uma herança histórica, cultural e linguística que os une, feita de um percurso comum de vários séculos, que originou um património material e imaterial que urge preservar, valorizar e difundir. Tal património, tanto no que tem de comum, quanto na sua diversidade, tem potencial decisivo para o aprofundamento das relações entre os cidadãos dos Estados Membros, bem como para a afirmação da CPLP no contexto internacional. Na CPLP, a Cooperação Cultural Multilateral é um princípio fundamental. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4940.aspx> . Acesso em: 23JUN2023.

políticas vigentes na costa (Knörr, no prelo) e impulsionaram o surgimento de novos agrupamentos e categorias.

O primeiro colonizador europeu a chegar à costa da atual Guiné--Bissau foi o português Nuno Tristão, em 1446, embora o processo de colonização só iniciou em 1558, com a fundação da vila de Cacheu. A princípio, somente as margens dos rios e o litoral foram explorados e a colonização do interior aconteceu no limiar do século XIX.

Com o processo de colonização em pleno desenvolvimento no século XVII, foi instituída a Capitania-Geral da Guiné Portuguesa. Contudo, apenas mais tarde, durante o regime do Estado Novo, em Portugal, a colônia passaria a ter o estatuto de província ultramarina, com o nome de Guiné Portuguesa.

Já a vila de Bissau foi fundada em 1697, como fortalecimento militar e a ocorrência de tráfico de escravos. Posteriormente elevada à cidade, se tornando a capital colonial, estatuto que manteve após a independência da Guiné Bissau.

De acordo com Mendes (2019) em 1956, surge o idealista político Amílcar Cabral que liderou a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que, no início da década de 1960, liderou a luta armada contra o regime colonial. Cabral foi assassinado em 1973, em Conacri.

Apesar da morte do líder anticolonialista, a luta pela emancipação prosseguiu e o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973. Nos meses que se seguiram, o ato foi reconhecido por vários países, sobretudo, comunistas e africanos. Contudo, Portugal só reconheceu a independência política da Guiné Bissau um ano depois, por intermédio da Revolução dos Cravos²⁵. Assim, a Guiné Bissau protagonizou o pioneirismo de emancipação no continente africano reconhecido por Portugal. Conforme o projeto político concebido pelo PAIGC, a Guiné e Cabo Verde, inicialmente, constituídos como Estados separados, tenderiam a unificar-se, pelo que, após a independência, os dois países passaram a ser dirigidos pelo partido até 1980.

²⁵ A Revolução dos Cravos aconteceu em 25 de abril de 1974, em Portugal, que vivia em uma ditadura desde 1926. Esse regime continuou autoritário e ganhou ares fascistas com a ascensão ao poder de Antônio Salazar, que assumiu em 1932 e mudou a Constituição em 1933. Nessa época, o país também passava por uma crise econômica e realizava guerras contra países colonizados na África. Formaram-se grupos guerrilheiros em Angola, Guiné e Moçambique, os quais as forças armadas portuguesas tiveram que combater, mesmo sendo contrários a isso, gerando insatisfação também nessa parcela da sociedade. Tudo isso culminou na referida revolução, que foi rápida e pacífica. Fonte: História do mundo. <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-dos-cravos.htm>>. Acesso em 23JUN2022.

Contudo, no final daquele mesmo ano, um golpe de Estado derrubou o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, irmão do falecido Amílcar Cabral, com isso suspendeu a Constituição da República, instituindo o Conselho da Revolução, formado por militares e civis. Assim, o projeto de unificação dos dois países extinguiu-se.

Depois da independência, o PAIGC assumiu o Estado e tinha que lidar pela primeira vez com a complexa máquina burocrática, sobretudo, com os desafios de distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos seus cidadãos. Tal complexidade dessa situação não se limitou à primeira experiência do partido de governar, todavia não possuía membros com formação adequada capazes de conduzir a máquina pública (Semedo, 2010).

Outra questão pertinente a destacarmos, conforme Cá (2015, p. 28), trata-se da “luta contra o colonialismo português criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos étnicos”, o que legitimou o ato insurgente do movimento, mas também uma marca de cultura, como compreendia Cabral (1980, pp. 53-59):

O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. [...] Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é um ato de cultura.

Após a conquista da independência, os anos 90 trouxeram as primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento da Guiné-Bissau, iniciando-se, assim, o processo de transição para a democracia, que continua até os dias atuais. Embora encontre dificuldades pela fragilidade da sua economia, além da devastação provocada pelos inúmeros golpes militares, pela guerra civil e pela instabilidade política quase permanente a que o País tem assistido.

Em linhas gerais, desde a independência, os sucessivos golpes militares, a eclosão de uma guerra civil, as frequentes instabilidades políticas e os reiterados choques econômicos têm culminado em um cenário que posiciona a Guiné-Bissau entre as nações mais impoveridas e vulneráveis do mundo. Essa conjuntura adversa tem dificultado significativamente o progresso e a sustentabilidade de resultados no âmbito do desenvolvimento socioeconômico do país, segundo o Banco Mundial²⁶.

²⁶ Fonte: <https://observador.pt/2023/02/23/banco-mundial-apoia-guine-bissau-na-gestao-da-massa-salarial-da-funcao-publica/>. Acesso em 26JUN2023.

O período pós-independência desse pequeno país africano²⁷, inicialmente, foi marcado por tensões e instabilidade política, como consequência dessa crise socioestrutural temos o agravamento do fosso entre o urbano e o rural no viés político-econômico (Augel, 2007). Contudo as promessas de uma nova era não se cumpriram e a existência de um único partido político, o PAIGC, assinalou embates tribais e até por governos ditatoriais.

Esse cenário marcado por desalinhamentos de diversas ordens marcaram os 50 anos de Independência de Guiné Bissau, numa linha histórica que oscila entre períodos de transição e alternâncias de poder que se acumularam na narrativa temporal do país. Tudo isso corroborou comprometendo o desenvolvimento e o crescimento dos pilares sociais, a saber: a escassez de projetos internacionais, a falta de empregos, o grande percentual de analfabetismo e abandono escolar, além da precariedade na oferta de serviços públicos,

Apesar de um aparente progresso – por exemplo – o moderno aeroporto internacional, o novo edifício das Assembleias Nacionais, obras da cooperação chinesa; as pontes e estradas financiadas pela União Europeia – as infraestruturas básicas, sobretudo as da saúde e da educação, o abastecimento de água e de eletricidade, continuam restritas prática à capital e mesmo ali continuam sumamente restritas (Augel, 2007, p.76).

Quanto ao panorama socioeconômico de Guiné Bissau, conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (2020), esse país ocupa o 175º lugar dentre os países nessa categoria. Vale ressaltarmos que tal estudo conta com a participação de 189 territórios analisados a partir dos seguintes quesitos: expectativa de vida, escolaridade, renda nacional bruta. O que legitima condições precárias e preocupantes em âmbitos decisivos para o desenvolvimento populacional, assim registra uma triste realidade.

No enquadramento educacional,

[...] reconhece-se, igualmente, que o país registrou, ao longo de sua história, as transformações dos sistemas e das ideologias educativas, Estas mutações sempre decorreram, por um lado, das motivações das autoridades ou das características culturais da sociedade em particular, neste caso, a forma como cada sociedade conserva e transmite os saberes e valores; e, por outro lado, das ideologias e projetos socioculturais baseados no sistema informal e espontâneo (característico da sociedade africana e de pré-colonial), institucionalizado através do ensino aprendizagem na escola (característico do período pós-colonial) (Quimabé, 2022, p. 17).

²⁷ Apesar da Guiné-Bissau ser um país relativamente pequeno e rico em recursos naturais, com área de 36.125 km², dos quais 22% constituem zonas fluviais, assim como em diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento prosseguidas nem sempre estiveram em harmonia com o objetivo de assegurar condições de vida decentes para a população e manter um elevado nível de qualidade do bem-estar social desde a sua independência. (Mendes, 2020; Té, 2020).

O autor proporciona um ponto de partida para um debate mais amplo sobre a intersecção entre educação, cultura e identidade, ressaltando a necessidade de uma abordagem holística e crítica no estudo das transformações educativas no contexto africano e além.

Contudo, na educação portuguesa

[...] a língua serviu como o principal meio de difusão, de dominação e de transmissão da cultura lusitana – dita civilizada – aos nativos africanos. Ao mesmo tempo, essa língua serviu como ferramenta de divisão dos guineenses entre classes – “assimilados = civilizados” e “indígenas = selvagens”. Esses últimos foram segregados, marginalizados e mantidos à margem da sociedade lusa, ao mesmo tempo suas culturas e suas línguas foram desvalorizadas, sendo tratadas como dialetos. (Namone, 2020, p.102)

Isso quer dizer que o papel ambíguo da língua como instrumento de colonização e opressão durante o período da colonização portuguesa em África. A língua portuguesa não apenas serviu como um meio de disseminação da cultura europeia, que se considerava superior e civilizada, mas também atuou como uma ferramenta de segregação social. Os guineenses foram divididos entre “assimilados”, que eram considerados civilizados, e “indígenas”, rotulados como selvagens, o que reforçou hierarquias de classe e perpetuou a marginalização das culturas africanas. Essa marginalização se manifestou na desvalorização das línguas e tradições locais, tratadas como meros dialetos, evidenciando o impacto negativo do colonialismo sobre as identidades culturais e linguísticas nativas. A autora sublinha, portanto, a complexidade das relações de poder e a influência da linguagem na construção de identidades sociais durante o colonialismo.

É válido ressaltarmos que

A língua portuguesa foi usada na educação lusa também para estigmatizar e desvalorizar as línguas étnicas e a língua crioula faladas em Guiné-Bissau. Essas línguas são preconceituosamente chamadas pelos conquistadores de dialetos, ou ladim, línguas dos pretos, línguas de povos selvagens ou ainda línguas dos cães e eram proibidas, principalmente nas cidades ou nas instituições públicas. Enquanto isso, a língua portuguesa era vista como a de privilégio e da civilização. (Namone, 2020, p.105)

Ao que parece a utilização da língua portuguesa na educação em Guiné-Bissau, conforme evidenciado por Namone (2020), revela um processo de estigmatização e desvalorização das línguas étnicas e do guineense local. As línguas africanas eram depreciativamente classificadas como dialetos ou ladim, e associadas a pejorativos como “línguas dos pretos” e “línguas de povos selvagens”, evidenciando uma hierarquização

linguística que favorecia a língua portuguesa como símbolo de civilização e privilégio. Esse comportamento refletia não apenas uma estratégia de assimilação cultural, mas também uma violência simbólica que buscava silenciar e marginalizar as expressões linguísticas autóctones nas esferas pública e educacional.

Desta forma,

O fraco domínio do português na educação e na vida dos guineenses também se reflete no fraco desempenho dos alunos nas salas de aulas, causando enorme dificuldade na compreensão dos conteúdos escolares. Nesse sentido, esse fraco uso acaba deixando os guineenses mais tímidos e reservados ao se expressarem perante os outros e, por questões de segurança, às vezes optam por ficar calados ou recorrendo ao crioulo como recurso para expor os seus sentimentos. Devido a estes fatores, de não consolidação da língua portuguesa em todo o território nacional, as crianças sofrem com o ensino dessa língua, enfrentando muitas dificuldades na compreensão dos textos a serem estudados (Silva; Sampa, 2021, p. 05).

A realidade observada nas instituições educacionais da Guiné-Bissau pode ser interpretada como uma manifestação de preconceito linguístico, caracterizada pelo desdém em relação às línguas locais. Neste contexto, o português é imposto como a única língua de instrução, em detrimento das diversas línguas que governam a comunicação cotidiana no país. Dessa maneira, a exclusividade do português nos ambientes escolares evidencia um preconceito linguístico, uma vez que esta língua não convive harmoniosamente com as demais línguas nativas.

Conforme assinala Bagno (1996), o preconceito linguístico refere-se à hierarquização entre a língua falada e as gramáticas normativas, resultando em conflitos que se perpetuam ao longo da história das línguas. O autor destaca que “nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão”, sustentando sua argumentação através de uma analogia ao afirmar que “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo [...] Também a gramática não é a língua” (Bagno, 1996, p. 12). Esse raciocínio nos leva a concluir que a língua é um fenômeno dinâmico, que não deve ser encarado como uma entidade soberana ou imutável.

O uso de materiais de ensino nas escolas na Guiné-Bissau reflete um distanciamento entre a forma como o português é ensinado e a realidade multilíngue do país. Esses materiais transmitem a mensagem de que o Estado considera a população como falante primário ²⁸do português (Cá; Rubio, 2019).

²⁸ Aquele que não tem pleno domínio do português.

Não obstante esse contexto, é possível promovermos uma transformação na educação, considerando as realidades culturais inerentes, o que se revela essencial para a população guineense. Essa análise proposta por Freire (1978) sugere que a língua constitui um dos fatores-chave que influenciam as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos estudantes guineenses. Isso se deve ao fato de que os alunos se expressam e raciocinam predominantemente em crioulo, o que implica que deveriam também escrever nesse idioma. Embora a maioria dos estudantes tenha alguma compreensão da língua portuguesa, frequentemente encontram dificuldades em utilizá-la de forma precisa na fala.

Apesar da educação em Guiné-Bissau ser um direito constitucional e um direito dos cidadãos, de responsabilidade do estado ao “promover gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de todos os cidadãos terem acesso aos diversos graus de ensino”²⁹, os dados e as realidades não condizem com o que está proposto na lei magna. Pois, no universo de mais de sete centenas de milhões de pessoas analfabetas no mundo (UNESCO, 2021), que inclui 40% da população da África Ocidental (Ancefa et. al., 2009), a Guiné-Bissau é representada nesse contexto em 58%³⁰ de sua população. Como atesta os dados percentuais, os fatores que corroboram com tal estatística vão desde a acessibilidade até a qualidade do ensino. Dessa forma, os dados indicam que 23% das crianças não chegam a entrar na escola e, dos que entram, 18% abandonam-na antes de terminar o 6º ano. Quanto à oferta escolar, os dados se mostram bastante limitados, já que apenas 25% das escolas possuem matrícula educativa além do 6º ano, e esta situação vai se agravando à medida que aumenta o nível de escolaridade (UNICEF, 2021).

A língua desempenha um papel essencial tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto na comunicação. De acordo com Namone e Timbane (2017), para a educação de uma criança, é imprescindível a utilização da língua, que serve como uma ferramenta crucial para promover o desenvolvimento educacional em suas dimensões quantitativa e qualitativa, independentemente do modelo educacional adotado. Para que os alunos consigam assimilar adequadamente o conteúdo abordado nas aulas, é necessário que tenham um domínio competente da língua. Um exemplo notável é o da África do Sul, onde muitas escolas utilizam mais de uma língua no ensino. A instrução na língua materna dos alunos tem sido benéfica para o desenvolvimento cognitivo, especialmente nas etapas iniciais da educação básica, além de constituir uma base para a referência cultural. Essa situação também se observa em países

²⁹ Constituição da República da Guiné-Bissau, pela lei Constitucional 1/93, de 21 de fevereiro, segundo o suplemento ao Boletim Oficial número 8 de 21 de fevereiro de 1993.

³⁰ O Relatório da situação do Sistema Educativo (RESEN, 2009).

como Tanzânia e Namíbia, que incorporaram as línguas locais como meios de ensino. É importante reconhecer que a língua e a cultura estão intimamente ligadas e não podem ser tratadas separadamente (Namone; Timbane, 2017).

Nesse contexto, a Guiné-Bissau poderia considerar a implementação do guineenses como a segunda língua de ensino, uma vez que é a mais utilizada entre a população, favorecendo um ambiente educativo mais inclusivo. Inspirando-nos nas sábias palavras de Mandela sobre a educação ser uma ferramenta essencial para a transformação social, Namone e Timbane (2017) defendem a priorização do crioulo na educação, com o intuito de garantir que a maioria dos cidadãos se sinta parte do sistema escolar. Essa proposta evidencia o papel da língua como agente de adaptação e transformação nas diversas realidades sociais. A língua é um fenômeno em constante evolução, sempre buscando se ajustar às mudanças no contexto social, econômico e político. As variações e alterações linguísticas começam a se manifestar na fala das pessoas, que são os verdadeiros portadores da língua (Namone; Timbane, 2017).

No cenário educacional da Guiné-Bissau, a prática do “fala” frequentemente implica o uso de uma língua diferente, resultando em sanções para alunos que se expressam em línguas locais. Essa desvalorização, impulsionada por políticas governamentais que promovem o português em detrimento das línguas nacionais, acaba por agravar as dificuldades no processo de aprendizagem, especialmente para as crianças. Os líderes, que deveriam implementar políticas linguísticas eficazes, parecem ignorar as desvantagens do uso exclusivo do português na educação, preocupando-se apenas em fazer com que alunos e professores utilizem essa língua nas escolas.

Quimabé (2022, p.03) aponta que

Relativamente à área de residência, de acordo com os dados acima apresentados, dos que não conseguem concluir os ciclos, no ensino básico é de 59% para os da zona rural contra 41% da urbana, no 3º ciclo são 64% contra 36% das crianças urbanas e 72% contra 28% das crianças urbanas. Ou seja, sete em cada dez crianças que não concluem os ciclos escolares são da zona rural.

Ressaltamos, ainda, que sob a ótica da qualidade, os dados atestam que, nos dois primeiros ciclos, o nível de aquisição dos estudantes é fraco, pois os alunos não apresentam proficiência da metade daquilo que deveriam saber em disciplinas essenciais como Português e Matemática (Men, 2017)³¹

De acordo com as palavras de Mendes (2018, p.54),

³¹ Ministério da Educação Nacional no Plano Setorial da Educação 2017-2025.

[...] 30% dos alunos ouvem/compreendem o português, sendo que, destes, 20% apenas falam o português com o professor na sala de aula. Enquanto, 70% dos alunos inqueridos não ouvem/entendem o português e 80% não o falam. Entre os informantes apenas 25% conseguiu ler e escrever em português.

Na zona rural da Guiné, as línguas étnicas continuam predominantes em relação ao crioulo, embora este último ainda seja utilizado. Mendes (2018) afirma que mais de 65% da população da Guiné-Bissau habita áreas rurais, onde as línguas étnicas se mantêm vivas, mas há um crescimento gradual do crioulo. O autor menciona também a experiência de bilinguismo no sistema educacional, onde um projeto de uma ONG, CIDAC, demonstrou que alunos tiveram bom desempenho em matemática e ciências, devido ao domínio do português e do crioulo e ao fato de os professores utilizarem contextos locais no ensino.

Paulo Freire (1978) destacou que, na Guiné-Bissau, a alfabetização infantil deve ser realizada em crioulo, incorporando as realidades locais nos conteúdos escolares. Ele defendeu que o programa de alfabetização deve respeitar a cultura contemporânea, valorizando a oralidade dos alunos nas discussões e narrativas, além de considerar a sua compreensão e domínio da linguagem. Freire enfatizou a importância de reconhecer oficialmente o crioulo guineense como língua nacional, implementar uma grafia oficial e investir na sua gramática e inclusão no currículo escolar, ao lado do português.

Apesar do apelo de Freire no final dos anos 70, o guineense ainda não foi oficializado em Guiné-Bissau, e não há informações sobre sua grafia reconhecida. No entanto, há escritores que utilizam o crioulo, como menciona a escritora Odete Semedo, que destaca sua presença na poesia moderna, nas narrativas orais e nas canções que abordam questões sociais e políticas. O guineense está se consolidando como uma língua de expressão literária, com obras que, embora escritas em português, incorporam expressões e estruturas crioulas. Assim, já existe um material literário nessa língua, o que ajuda na sua valorização social (Semedo, 2010).

Conforme dados dispostos virtualmente pela República da Guiné Bissau, o país apresenta uma pequena extensão, compreendendo da costa ocidental da África que se estende desde o cabo Roxo até à ponta Cagete. Além de avizinhar ao norte com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné-Conacri (ex-francesa) e ao sul e ao oeste com o oceano Atlântico. Sua configuração continental é composta, ainda, por cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós, separado do Continente pelos canais do rio Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque, com uma superfície total de 36.125 km² (Cf. mapa 1).

Mapa 1 – Mapa Político de Guiné Bissau



Fonte: Guinea Bissau Regions Map ³²(2018)

Foi a partir da Conferência de Berlim, em 1884 e 1885, que o continente africano vivenciou uma reconfiguração geográfica sob o viés dos interesses econômicos, políticos, sociais e culturais das sociedades imperialistas europeias (Semedo, 2010). Isso refletiu significativamente em Guiné Bissau, com fronteiras demarcadas por esse marco histórico. Contudo sua localização peculiar, apresentam as seguintes características sócio-históricas: a colonização se deu Portugal; sofreu a escravização dos seus povos; seu povo faz parte do grupo étnico bantu; a sua língua é o crioulo guineense linguisticamente falando; foi governada pelo partido desde a independência ocorrida na década 70: PAIGC; ocorrera guerras logo após a independência acentuando a pobreza; a política educacional colonial privilegiava formas e procedimentos metodológicos eurocentristas (Sané, 2018). a língua serviu de instrumento para a divisão dos grupos étnicos no período colonial. Numa relação de poder, as línguas locais eram nomeadas de “dialetos” e os indivíduos alfabetizados eram denominados de “assimilados”. Assim, o ensino era limitado até o quarto ano de escolaridade e a disciplinas de Geografia e de História eram encarregadas de incutir o imaginário histórico-cultural de Portugal. (Cá; Timbane; Manuel, 2020; Santos, 2022)

³² Observatório da África Disponível em: <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2018/02/07/reforma-do-judiciario-de-guinebissau-e-urgente-liga-dos-direitos-humanos/> Acesso em 25AGO2021.

Tem como capital a cidade de Bissau, sua moeda é Franco e apenas uma língua oficial, que é o português, conforme já mencionamos. Com o país colonizado, a Guiné Bissau ou Província Ultramarina de Portugal declarou independência em 24 de setembro de 1973, sendo reconhecida no ano seguinte, após a derrubada da ditadura portuguesa por um golpe militar. A luta foi desencadeada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Entretanto é depois da revolta de cravos ³³em Portugal, em 25 de abril de 1974, que o governo português reconhece sua independência. Nesse contexto, a conquista política pelo viés revolucionário, com o surgimento do Estado Guiné Bissau com reconhecimento internacional, o país viveu momentos de intenso conflito, que não favoreciam o exercício pleno da cidadania (Gomes; Silva, 2022).

Todo esse processo de luta pela independência foi liderado por Amílcar Cabral, entusiasta político e fundador do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), movimento libertário gestado para esse fim. A referida luta teve adesão por parte de todos os grupos étnicos, sobretudo, os Balantas, que registraram maior engajamento nela (Cabral, 1978).

Após sua independência, Guiné-Bissau³⁴ como a primeira colônia portuguesa no continente africano a ter sua autonomia reconhecida por Portugal, possui um rico patrimônio multicultural diversificado, suas diferenças étnicas e linguísticas se mostraram fecundas diante do mosaico diverso na dança, na expressão artística, na tradição musical e nas manifestações culturais. Com um sincretismo plural, é na dança, contudo, que encontramos uma verdadeira expressão artística dos diversos grupos étnicos. Para Gabarra e Focna (2019) os povos animistas são identificados pelos espetáculos coreográficos e diversas manifestações culturais que podem ser encontradas durante rituais comuns, tais como: colheitas, casamentos, funerais e cerimônias de iniciação. Além do estilo musical chamado de gumbé (Cf. Santana, 2015).

De acordo com relatório econômico do país³⁵, em 2019, a renda per capita por habitante foi de 4,5%, pois sua dependência econômica se dá fortemente pela agricultura e

³³ A **Revolta dos Cravos** aconteceu em 25 de abril de 1974, em Portugal, que vivia em uma ditadura desde 1926. Esse regime continuou autoritário e ganhou ares fascistas com a ascensão ao poder de Antônio Salazar, que assumiu em 1932 e mudou a Constituição em 1933. Os motivos foram: a ditadura existente em Portugal desde 1926, as guerras coloniais na África e a crise econômica do país. Já como resultados alcançados: a volta dos direitos civis e políticos para a população portuguesa e o início dos processos de descolonização na África. Fonte: Portal História do mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-dos-cravos.htm> Acesso em 26AGO2021.

³⁴ Disponível em: <https://observatoriadaafrica.wordpress.com/2018/02/07/reforma-do-judiciario-de-guinebissau-e-urgente-liga-dos-direitos-humanos/> Acesso em 25AGO2021.

³⁵ Relatório econômico de Guiné Bissau – Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/guine-bissau>. Acesso em 16 JUN 2020.

pesca, sendo cerca de 62% do PIB. O país possui potencial exportador de peixe e de mariscos juntamente com amendoim, semente de palma e produtos das atividades extrativas florestais ocupando o sexto lugar na produção mundial de castanhas e caju. As comidas típicas de Guiné Bissau são o arroz e o cereal com maior produção. A atividade turística é, também, uma aposta crescente do país, sendo ela (a natureza ou atrativos turísticos naturais) uma das principais ferramentas para a escolha de um destino (Cf. Embaló; Wilke; Jóia, 2020).

Como representação do divisor de águas no aspecto histórico, a bandeira da Guiné-Bissau (Cf. figura 1) foi adotada em 1973, quando a independência de Portugal foi proclamada. Símbolo de lutas e mudanças, a flâmula possui em as seguintes características: a Estrela Preta da bandeira é um símbolo de unidade Africano, amarelo representa o sol, o verde é esperança, e vermelho representa o sangue derramado durante a longa luta pela independência de Portugal. Conta ainda com as cores Pan-Africanas características: Dourado, Verde, Vermelho e a Estrela Negra da África. Em suma, o desenho da bandeira foi fortemente influenciado pela bandeira do Gana, e as cores detêm o mesmo significado: especificamente, o vermelho simboliza o sangue dos mártires, o verde as florestas, e o dourado a riqueza mineral (Cf. Mazrui, 2010; Mudimbe, 2014).

Abaixo, segue a bandeira oficial da República da Guiné-Bissau (Figura 1).

Figura 1 – Bandeira Nacional de Guiné Bissau



Fonte: Portal Internacional MAPNALL³⁶

Na verdade, o emblema nacional da Guiné-Bissau foi aprovado em decorrência de sua independência de Portugal em 1973. Tal símbolo traz como destaque uma estrela negra, que integra a parte do tradicional do Pan-Africano, simbolismo que por muitas vezes é

³⁶ Disponível em: https://www.mapnall.com/pt/national_flag/_243.html . Acesso em 25AGO2022.

remetida à estrela Negra de África. Conta, ainda, com uma concha no fundo que une dois simétricos ramos de oliveira. Em seu escudo marítimo, simboliza a localização do país na costa ocidental da África. A bandeira vermelha contém o lema nacional da nação: que traduz para o inglês como “Unidade, Luta, progresso”, de acordo com a figura 2.

Figura 2 – Emblema da Guiné Bissau



Fonte: Portal São Francisco³⁷

Vale mencionarmos que o termo composto Guiné Bissau faz parte da junção de dois radicais com significados históricos em sua origem. Assim, a palavra “Guiné” viria do nome de

uma aldeia fundada pelos anos 1040, nas margens do Alto Niger. Pela sua situação geográfica, essa aldeia tornou-se encruzilhada das caravanas que faziam o comércio do Sudão e da África meridional com os mandingas e os Árabes do Norte. Daí a sua prosperidade e a sua reputação que, graças aos mercadores árabes, atingiram os países europeus” (Bull, 1989, p. 31)

Já o termo “Bissau” se trata de um “topônimo de origem africana, provavelmente Pepel uma das etnias da Guiné-Bissau. Os portugueses como o crioulo adotaram logo esse topônimo que, no decorrer dos séculos, teve várias grafias: Bissao, Bisao, Bisanao, Bisaaio, Biçao, Bissau” (Bull, 1989, p. 32-33)

Ao emergir de uma luta armada de libertação, a Guiné-Bissau encontrou-se em meio a um período de grandes dificuldades: os cofres do Estado estavam vazios, o país havia ficado dependente de ajuda externa, a administração pública fora abandonada pela maior parte de

³⁷ Disponível em: <https://portalsaofrancisco.com.br/turismo/emblema-nacional-de-guine-bissau> . Acesso em 25AGO2022.

seus agentes (caboverdeanos que deixaram o país após a independência), não havia mão de obra qualificada em qualquer setor e a população era formada por 95% de analfabetos (Couto & Embaló, 2010, p. 16).

Por conseguinte, o país se tornou um dos mais pobres do mundo atualmente: se, por um lado, o período colonial, de economia de base exclusivamente agrícola, não introduziu nenhum desenvolvimento infraestrutural no país, a crise político-militar da década de 1990, por sua vez, instaurou um período de instabilidade, com sucessivos golpes militares e governos transitórios, que perdura até os dias atuais. Como resultado desse quadro instável, a atual República da Guiné-Bissau encontra poucas oportunidades de um desenvolvimento pleno, seja na área econômica, educacional ou de saúde básica, confrontando-se com permanentes períodos de greve de funcionários e também com problemas de baixa qualidade dos serviços.

Nos primeiros anos de independência, o educador brasileiro Paulo Freire contribuiu com a implementação da campanha de alfabetização iniciada em Guiné-Bissau no ano de 1975. Nas cartas dirigidas às autoridades, Freire se opôs fortemente ao uso da língua portuguesa na alfabetização, visto que essa língua não atingiria, de maneira satisfatória, a camada da população que residia na zona rural. Com isso, o educador argumenta que “um povo sela a sua libertação na medida em que ele reconquista a sua palavra” (Freire; Guimarães, 2011, p.31). À vista disso, Freire, ao ser inquerido por Fagundez sobre a utilização da língua portuguesa na alfabetização em Guiné-Bissau, argumenta que: “[...] no momento em que uma sociedade pede à língua do colonizador que assumam o papel de mediadora da formação do seu povo tem de estar advertida de que, ao fazê-lo, estará querendo ou não, aprofundando a diferença entre as classes sociais em lugar de resolvê-la” (Freire, [1985] 2011, p. 127). O autor não desconsidera a importância da língua portuguesa no contexto guineense, mas defende que não se deve atribuir a essa língua o papel de mediadora na formação do povo. Isso porque ela é ausente na sua prática social e por ter sido escolhida por seus dirigentes diante de sua praticidade, ou melhor, é conhecida e falada em outros continentes não apresentava a latência identitária desse povo recém-emancipada. O estudioso brasileiro sugere, então, que as autoridades a tenham como uma língua estrangeira privilegiada a ser estudada posteriormente na escola.

Diante disso, Guimarães (2011) esclarece que a questão da língua é muito complexa porque é um problema político, um problema econômico, um problema com muitas vertentes. Ele evidencia, ainda, que o problema é de ordem nacional da Guiné Bissau por “não pode ser um mosaico de identidades próprias, que aprendem na sua língua e fazem tudo na sua língua.

Aí o crioulo desempenhou um papel de unificador, de língua veicular, e acho que isso deve ser privilegiado” (Guimarães, 2011,p.33).

No diálogo entre Paulo Freire e Amílcar Cabral a respeito da língua, o grande impasse surge no fato de Cabral referenciar o português como uma herança cultural e a “língua de ciência”. Essa discussão nos apresenta como a língua portuguesa tem sido e continua sendo um dos maiores impasses de integração desses povos, pois ao deixar o crioulo guineense em segundo plano acabam desconsiderando que esses indivíduos são muito além de corpos que falam. “Pensando Cabral, que a língua portuguesa permitiria aos guineenses comunicarem-se com o mundo afora, ou seja, com outros povos falantes do mesmo idioma” (Cá, 2015, p. 78).

Do mesmo modo, Galindo (2022, p. 210 – 211) afirma que “[...] a língua não é apenas feita de vozes do passado e do nosso presente que herda tudo isso: história, patrimônio, legados, repertórios, traumas, dádivas e privilégios”. O autor diz, ainda, que “língua nenhuma, em momento nenhum, jamais esteve pronta” (Galindo, 2022, p.195)

Dessa maneira, o crioulo guineense e os “dialetos” tradicionais transformaram-se em símbolo de resistência contra o regime colonial português e, ao mesmo tempo, são considerados instrumentos da unidade e da identidade nacional guineense.

A utilização de uma língua comum, outra que não a do colonizador e ao mesmo tempo símbolo de resistência cultural, contribuiu, juntamente com o objetivo da luta pela libertação do jugo colonial, para a criação de uma unidade nacional. Com efeito, unidos pela mesma língua e partilhando um território e uma história comuns, história essa forjada num combate secular de resistência em que a luta de libertação contribuiu grandemente para uma convergência de valores, povos com uma identidade cultural própria conseguiram engendrar uma identidade comum que se sobrepõe às de cada um dos grupos populacionais. E é esta identidade comum que faz a coesão da sociedade guineense, sobretudo nos momentos de crise, evitando que esta tome proporções maiores (Embaló, 2008, p.105-6).

Também é relevante salientarmos que, além da identidade nacional, há outras manifestações culturais, como dança, música, arte e ritos, que direta ou indiretamente contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a propagação da cultura guineense no cenário internacional e nacional. Logo, “[...] a história das línguas crioulas é uma gigantesca afirmação do poder da sobrevivência, da fertilidade das comunidades, mesmo nas condições mais adversas” (Galindo, 2022, p.131).

Além das considerações acima,

Para os guineenses, “muda di lingua i muda di raça” (mudar de língua é mudar de etnia). Em outras palavras, mudar de língua é mudar de identidade. Por essa razão, o crioulo surgiu naturalmente para resolver um dos primeiros problemas com que se

defrontaram os guineenses no período da fundação do Estado. O crioulo serve, assim, como mediador das línguas étnicas, porém é considerado “língua de ninguém”, ou seja, a língua que pertence todos os guineenses (Fafina, 2011, p. 05)

A República da Guiné Bissau possui atualmente 8 (oito) regiões administrativas e 1 (um) setor autônomo, a saber: Biombo, Cacheu, Bolama, Oto, Quinara, Tombali, Bafatá, Gabú e o setor autônomo de Bissau (SAB), que é a capital do país. Além de ser conhecida também pelo seu mosaico cultural constituído por mais de 30 (trinta) grupos étnicos espalhados por todo o território. Embora a língua portuguesa tenha status de oficial, apenas cerca de 27,1% da população fala a língua (L1 ou L2). A grande maioria da população (90,4%) fala krio, uma língua crioula de base lexical portuguesa, enquanto os restantes habitantes falam uma variedade de línguas africanas nativas (Cf. Couto; Embaló, 2010; Petter, 2015; Benzinho; Rosa, 2015, Arenas, 2019). Sendo assim, as diferenças étnicas e linguísticas produziram grande variedade em nível da dança, da expressão artística, das profissões, da tradição musical, das manifestações culturais e, sobretudo, do mosaico linguístico.

A sua crescente população, estimada em 1.704.255 habitantes (BANCO MUNDIAL, 2019), distribui-se entre mais de vinte etnias e suas respectivas línguas e dialetos. Essas línguas africanas, 7 maternas para a maior parte da população, coabitam com duas outras línguas de papel social e político de grande importância: o crioulo de Guiné-Bissau, língua veicular e de unidade nacional, e o português, única língua oficial do país (Couto; Embaló, 2010, p. 28). A respeito dessa língua, poucos estudos foram feitos até o momento, principalmente no que tange à sua morfossintaxe.

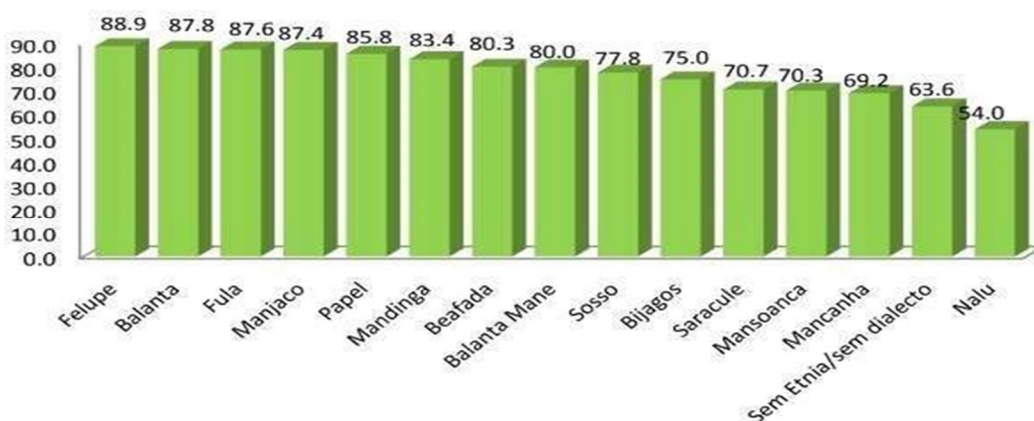
De acordo com pesquisa realizada acerca da composição étnica presente em Guiné-Bissau, realizada pela Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas ³⁸(ANEME) no ano de 2018, considera-se a etnia Balanta como a mais numerosa, o que representa cerca de 27% da população, seguido pelos Fulas com 23%. Ainda com percentual significativos, temos: Mandingas (12%), Manjacos (11%) e Pepeis (10%). Somados aos 17% restantes, encontram-se: Felupes, Baiotes, Mancanhas ou Brames, Biafadas, Nailus e os Bijagós.

Sob a ótica religiosa, a religião tradicional africana (animista) é a predominante entre os guineenses com o percentual de 44,9%, seguida pelo Islamismo (41,9%), cristãos (11,9%) e demais (inclusive ateus) com 1,3%. Nesse cenário, o português é a língua oficial sendo

³⁸ ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. Enquadramento, Perspectivas de Desenvolvimento, Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais: estudo sobre Guiné-Bissau. Lisboa, abril 2018. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1-pdf> Acesso em 29AGO2022.

falado por apenas 27,1%, já o crioulo guineense é a língua franca de diversas etnias, já que é falada por 90,4% da população (ANEME, 2018), como também há diversas línguas faladas dentre os vários grupos étnicos. Apesar do guineense ser a língua de comunicação entre os falantes grande parte da população considera as suas línguas étnicas como principal meio de comunicação cotidiana, como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Principal língua de comunicação cotidiana: o português



Fonte: INE (2009, p. 36)

De acordo com gráfico, mais de 50% de população de cada etnia utiliza ativamente a sua língua étnica em suas relações diárias.

Dado que as populações da Guiné são diversas em termos religiosos e étnicos, mas compartilham a mesma nacionalidade e territorialidade, o casamento é considerado um fenômeno que fortalece a mistura e unidade entre os diferentes grupos étnicos. Outro aspecto relevante é o tribalismo linguístico, que é associado às pessoas que falam crioulo misturado com suas línguas étnicas. Esse aspecto causa desigualdade, exclusão e divisão tanto na escola quanto na sociedade, especialmente entre os que vivem na capital e nas outras regiões da Guiné-Bissau. Os guineenses que vivem na capital muitas vezes se consideram superiores, civilizados e educados em contraste com aqueles que nasceram e residem no interior (Silva, 2022).

Em resumo, o sotaque linguístico é um fator que leva muitas pessoas do interior a abandonarem as escolas na capital devido à exclusão e desconforto na sala de aula. Esse aspecto é considerado relevante para compreender o tribalismo nas relações do dia a dia dos guineenses. Ser guineense é fácil ao nascer e viver na capital, mas é difícil nascer no interior, onde os privilégios sociais e linguísticos não são prioritários para os políticos, e onde o Estado não alcança algumas comunidades. Nessas áreas, as características

tradicionais, linguísticas e culturais ainda são praticadas e comuns. Muitas vezes, essas pessoas são rotuladas como "não civilizadas" pelos que vivem na cidade, mesmo no século XXI.

Conforme já mencionamos, considerava-se que o crioulo era, como ainda é, a língua mais falada pela nação guineense, embora não possua uma escrita registrada e também por não possuir hegemonia quanto ao conhecimento da maioria dos países do mundo. Diante disso,

A língua portuguesa com suas regras, condutas e normas a seguir não foi, inicialmente, inteiramente assimilada pelos originais. Eles e elas, em quase sua totalidade, não a falavam. Contraditoriamente, foi a língua escolhida por seus dirigentes diante da sua praticidade-, é conhecida e falada em outros continentes-, pois outras dezenas delas faladas a poucos quilômetros umas das outras não eram entendidas entre si. A língua crioula, a mais falada delas, não era hegemônica em nenhuma dessas nações nos anos 1970 e também por não ser uma língua que contasse com código gráfico, ofereceu dificuldades para o trabalho consistente e eficaz de alfabetização que Paulo compreendeu com as elites dirigentes em alguns dos países recém-libertados (Freire; Guimarães, 2011, p. 27).

Em outras palavras, Freire e Guimarães (2011) argumentam que, mesmo que o governo da Guiné-Bissau estivesse a favor do ensino do crioulo guineense nas escolas, a falta de textos e materiais didáticos impedia a implementação eficaz dessa proposta. Isso se tornava um obstáculo, especialmente na alfabetização e na formação de profissionais qualificados, numa época em que o país precisava urgentemente desenvolver seus recursos humanos em várias áreas. Denotando uma visão ideia pessimista para época, já que a preocupação apontada aqui reside na questão da educação e, em particular, no caso da alfabetização ser realizada numa língua que era totalmente distante da realidade dos estudantes, o que poderia ocasionar em possíveis problemas no processo de ensino e aprendizagem dessa nova língua de escolarização, ou seja, um ensino pautado unicamente no português europeizado para uma população que não o considerava como a sua língua.

Para além do êxito no processo de aprendizagem, a língua possui também um valor cultural significativo. Segundo Lopes (2004, p. 419), “a existência de bilinguismo e multilinguismo no mundo representa uma riqueza, uma convivência e um respeito por si mesmo e pelos outros”. O autor argumenta que cada indivíduo possui a capacidade de utilizar suas próprias línguas e se enriquecer com as contribuições trazidas pelos outros.

A presente realidade observada nas instituições de ensino da Guiné-Bissau pode ser interpretada como uma manifestação de preconceito linguístico decorrente do desprezo pelas

línguas locais. Ao mesmo tempo, ocorre a imposição do português como única língua a ser estudada nas escolas, apesar da existência de outras línguas mais utilizadas no país. Nesse contexto, verificamos a presença do preconceito linguístico nos ambientes escolares ao se aceitar somente o português, que não convive com as demais línguas locais. Segundo Bagno (1996), o preconceito linguístico se refere à hierarquização entre a língua falada e a gramática normativa, pois existe um conflito perpetuado ao longo da história. O autor enfatiza que “nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão”. Ele sustenta seu argumento com a analogia de que “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo [...]. Da mesma forma, a gramática não é a língua” (Bagno, 1996, p.12). Isso nos leva a deduzir que a língua não é algo estático e, portanto, não deve ser considerada superior.

Segundo Salecha (2022) o país viveu sob regime ditatorial com um único partido por 17 anos (1973 a 1990). Com o golpe de Estado na década de 80, houve a desintegração entre a Guiné e Cabo Verde. Como não bastasse tamanho desgaste político, entre os anos de 1998 e 1999, ocorre uma guerra civil. Sem eleições diretas desde a abertura democrática no país de 1991 a 2014, nenhum presidente chegou a finalizar o mandato. Apenas José Mário Vaz conquistou essa façanha, no entanto o seu mandato sofreu sucessivos golpes parlamentares e o bloqueio da Assembleia Nacional Popular (ANP).

Santos (2018) destaca os anos de guerra pela libertação nacional com lutas no campo de batalha e combates na arena política internacional. Não obstante, o país protagonizou o anticolonialismo e o direito de autodeterminação que se transformaram em demandas políticas realizadas por Cabral em todos os fóruns internacionais daquela época. Contudo, Guiné Bissau, com suas estratégias de luta pela independência, tornou-se uma das repúblicas mais bem-sucedidas e reconhecidas, alcançando um cenário sincrético de recolonização pela cooperação internacional (Santos, 2021).

Somado a isso, nas palavras de Gomes e Silva (2022, p.10)

A resistência do povo guineense, frente à violência neocolonial/neoliberal, tem se dado, por meio da preservação de seus valores ancestrais e culturais. Assim sendo, um dos principais desafios relacionados à construção da recém-democracia conquistada nos anos 1990, após uma década e meia de regime ditatorial, diz respeito à organização da sociedade civil pela participação popular que levasse em conta a diversidade intercultural linguística, étnica, religiosa, territorial, socioambiental, entre outras, presente no país.

Conforme podemos notar, o inacabamento das conquistas obtidas pelas lutas revolucionárias de libertação do povo guineense tem se mostrado como fundamental para o

enfrentamento da profunda crise de instabilidade sociopolítica, econômica e cultural que o país tem enfrentado nas últimas décadas.

De acordo com Cá (2020), a língua portuguesa falada nas escolas e outros espaços públicos no país, principalmente nas áreas urbanas, é diferente daquela falada em Portugal, apresentando diferenças lexicais, fonológicas e sintáticas. No entanto, o autor ressalta que tanto a população quanto o governo acreditam que o português falado na Europa é o mesmo utilizado no país.

Além disso, muitas são as línguas presentes em todo território de Guiné Bissau, cada região possui suas particularidades e as evidencia em seus usos e costumes, de modo que a cultura se manifesta nas diversas modalidades sócio-históricas e outras que envolvem o falante guineense. Com este cenário plurilíngue nos falares, os conceitos de prestígio e preconceito linguístico surgem interligados à posição social do falante, ao contexto no qual está inserido, bem como ao nível de escolaridade e cultura, em que cada usuário possui a sua própria visão acerca da língua que fala e da que ouve. Tais fatores resultam em julgamentos dos modos de falar, de suas atitudes e crenças linguísticas, que, na realidade, são julgamentos construídos sobre a identidade linguística do falante, o que remete ao desprestígio, já que os usos do português não estão condicionados somente à norma padrão, mas às distintas variedades que norteiam a língua em sua realização, além da forma como o falante a representa. Sendo assim, podemos concluir que “cada sociedade tem a linguística de suas relações de produção” (Calvet, 1974, p. 39).

No tocante ao desenho linguístico, a Guiné-Bissau tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli esusso. Dessa forma, o país apresenta uma vasta diversidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial. Muitas características culturais são aparentemente comuns em certas etnias, (por exemplo, a forma de se vestir entre fulas, mandingas beafadas e sussos; as práticas de agricultura entre balantas, felupes e nalus; a forma de extração de vinho entre manjacos, mancanhas, balantas e pepeis; o jeito de pescar entre bijagos e pepeis), mas muitas outras características se diferem, a língua é uma delas (Couto, 1994; Namone, 2014; Malta, 2020).

Assim, Mendes e Silva (2024, p. 42) atestam que

Estes factos, aliados ao bilinguismo ou multi-linguismo (parcial ou total) faz com que existam uma sobrevalorização de uma língua em detrimento de outras. O kriol, o português e as dezenas de línguas étnicas guineenses têm um

uso bastante diferenciado, tendo em conta os contextos sociais, políticos, culturais e religiosos. Assim, vive-se uma relação diglósica (Ferguson, 1959) ou uma diglossia sobreposta, como argumenta Mendes (2023), uma vez que se opõe, por um lado, o português (língua oficial e de ensino) e o kriol (língua nacional) e, por outro lado, o kriol e as línguas étnicas. A assimetria então se impõe: o kriol e as línguas étnicas não são vistas como línguas de cultura, enquanto o português é (Nassum, 1994: 62)

De outro modo, O bilinguismo e o multilinguismo nas sociedades guineenses resultam em uma hierarquia linguística, onde algumas línguas são sobrevalorizadas em detrimento de outras. No contexto da Guiné-Bissau, o português é considerado a língua oficial e de ensino, enquanto o kriol ocupa o status de língua nacional. As línguas étnicas, por sua vez, são frequentemente marginalizadas. Essa dinâmica cria uma situação de diglossia, onde as diferentes línguas desempenham papéis distintos nos âmbitos social, político e cultural, levando à percepção de que o português é a língua da cultura, enquanto o kriol e as línguas étnicas são subestimadas.

Já que,

Falar a língua crioulo não significa necessariamente considerar que sou guineense, visto que essas vivências são paradoxais. Falar e ser guineense significa, portanto, um produto da construção moderna nacional, que busca dar sentido à comunidade imaginada de guinendade. O crioulo, como língua da confluência das línguas étnicas com o português, já carrega esse encontro das identidades no campo das encruzilhadas. O domínio da língua nem sempre quer dizer ser ou possuir o sentimento nacional ou étnico, mas pode esconder suas vicissitudes identitárias. Muitos guineenses dominam a língua crioula, mas as vivências ou sentimento são algo distante da guinendade. Vivem mais suas culturas e formas tradicionais do que um sentimento nacional. (Gomes; Silva, 2022, p.102)

Djaló (2012) explica que devido sua constituição multilinguística, em Guiné Bissau, o crioulo é considerado pela maioria da população a segunda língua depois das línguas étnicas.

Uma mistura étnica de uma tal natureza não se produziu na Guiné Bissau. Neste país, qualificado de Babel linguístico, uma série de línguas nacionais coexistiam com o crioulo, que é uma língua segunda e não materna para a maioria da população (Djaló, 2012, p. 160).

Em síntese,

O crioulo, desde que emergiu para fazer as pontes entre as pessoas dos diferentes grupos étnicos que não se entendia na comunicação, buscou diluir as peculiaridades das diferenças desde as épocas da colonização até os dias de hoje. Logo, tem sido um esforço para as pessoas que veem nesse ato cultural um meio de unificar a já criada nomenclatura de sermos todos africanos e guineenses. (Gomes; Silva, 2022, p. 104)

Não é demais salientarmos que

pela natureza de seu surgimento, o crioulo tende a se formar a partir de uma “base” europeia de palavras que no entanto formam sentenças de acordo com princípios vindos não da gramática da língua de base, mas de procedimentos originais, talvez influenciados pelas regras que geriam o funcionamento das línguas nativas de seus falantes (Galindo, 2022, p. 134).

A Guiné-Bissau é um país multicultural que apresenta um contexto complexo devido sua natureza multilíngue, via de regra, o português não se constitui como língua materna dos falantes guineenses, pois português como L2 é ensinado na escola. Como verificamos em Cá (2019) a oficialização da língua portuguesa em Guiné-Bissau justifica-se pelo fato de não terem autonomia na escolha dentre as línguas locais para assumir tal status de privilégio, para não houvesse a imposição de uma etnia sobre as outras. Ainda que naquela ocasião, o país encontrava-se numa situação crítica de economia após a luta de independência, o que dificultava ainda mais ascensão das línguas nacionais.

De acordo com Cá (2020), a língua portuguesa falada na Guiné-Bissau já apresenta diferenças em relação às variedades faladas na Europa. Ao longo do tempo, sofreu processos de africanização e nativização, incorporando novos termos e adaptando-se aos sons e ritmos das línguas locais. Essa variante linguística está presente em ambientes como escolas, documentos oficiais e instituições, sendo parte do dia a dia da população, mesmo que a maioria não a utilize. No entanto, o país ainda não reconhece a variedade do português guineense, havendo uma concepção de que a Guiné-Bissau fala o português de Portugal.

No contexto multilíngue em que se insere, o kriol desempenha o papel de língua de intermediação entre as diversas comunidades linguísticas, configurando-se como uma língua franca, amplamente utilizada em todas as regiões do país. Os dados dos últimos censos indicam que o kriol é falado por 90,4% da população da Guiné-Bissau, tanto como língua materna (L1) quanto como segunda língua (L2) (RGPH-2009, p. 36). Em contrapartida, o português é falado por apenas 27,1% da população, embora a realidade sociolinguística do país sugira que um número considerável desses falantes utiliza essa língua em sua forma guineense, ainda que de maneira passiva. Dessa forma, é prematuro afirmar a existência de uma “variedade do português guineense”. O que se pode observar é que existe uma “variedade em formação”, cuja confirmação depende de estudos (sócio)linguísticos descritivos, semelhantes aos que foram realizados para as variedades de português faladas em Angola, Moçambique e São Tomé (Cf. Timbane, 2013; Kapetula, 2016; Hagemeijer, 2016).

De maneira geral, os falantes da língua kriol a adotam como sua língua materna (L1) nas áreas urbanas, enquanto a utilizam como segunda língua (L2) nas regiões rurais do país. Nesse contexto, a maioria dos guineenses tem a experiência prévia de adquirir uma ou mais línguas étnicas antes de se familiarizar com o português. Comumente, essa língua de origem europeia é assimilada no ambiente escolar e utilizada em contextos extrafamiliares. Em situações familiares, o uso do português restringe-se, predominantemente, aos filhos de guineenses que realizaram estudos em Portugal ou no Brasil, casais formados por guineenses e portugueses, cidadãos portugueses residentes na Guiné-Bissau e outros estrangeiros que habitam na Guiné-Bissau (Couto e Embaló, 2010).

Nesse sentido, quando tratamos da interface língua e cultura, em especial, no contexto multilíngue de Guiné Bissau, somado ao período de tensão vivido pela colonização portuguesa, com os aspectos culturais, dentre eles o linguístico, construíram uma paisagem cultural que permeia a crença do que venha a ser a identidade nacional. Logo,

[...] o quadro sociolinguístico da Guiné-Bissau atualmente reflete a opção governamental: a língua portuguesa como língua oficial e as línguas maternas consideradas como meio de comunicação originária da cultura guineense e expressão de comunicação fundamental para a população, enquanto se aguarda a realização das condições econômico-financeiras e a constituição de pessoas capacitadas para o efeito de concretizar as ações capazes de torná-las um instrumento de aprendizagem de leitura e também de outros saberes formalizados (Cá, 2008, pp. 105 -106)

Couto (1990) atesta que a política linguística adotada pelos colonizadores lusófonos no contexto da colonização foi a implantação forçada da língua portuguesa, obrigando os nativos a falar essa língua a contra gosto. Sendo assim, tentaram o silenciamento do crioulo guineenses, mesmo sendo uma língua falada naquela época, não houve uma referência a ela. Ademais, o português ocupou o lugar de prestígio, mesmo com pouco falantes, e o nativo que sabia se comunicar por meio dessa língua do colonizador era denominado de “assimilado”³⁹; passando pelo processo de aculturação em relação à língua, para assimilar a cultura eurocêntrica como um “português” (Correia, 2021; Infanda, 2017; Ocuni Cá; Cá, 2015). Portanto, “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2020, p. 31)

A tentativa de silenciamento e o processo de aculturação das identidades locais em favor da cultura lusófona foi o gancho utilizado através da imposição da língua que os colonizadores incutiram a ideia de que o crioulo seria uma espécie de “língua mal falada”, acreditavam que isso poderia mudar a visão dos nativos em relação à aceitação do português.

³⁹ Pessoa que era considerada mais próxima dos portugueses (Cf. Freire; Guimarães, 2011).

Contudo, como esclarece Augel (2007), apesar de toda manipulação e da tentativa do apagamento da identidade guineense, em sua maioria, mantiveram a luta em defesa da preservação de seus costumes e das línguas étnicas através de sua herança histórica. Ainda hoje, em Guiné Bissau, as línguas e as culturas locais permanecem presentes no cotidiano do povo guineense e por isso são muito mais faladas do que o próprio português.

Cá (2015) destaca, ainda, que no contexto atual as crianças guineenses aprendem primeiro a falar a língua crioula, pois nas zonas urbanas essa é a língua materna de muitas delas; já nas zonas rurais, prevalecem as línguas étnicas. Ainda de acordo com o autor

Em Bissau, o uso da L2, em muitos casos, limita-se ao contexto de sala de aula, mas fora dela, isto é, nos outros espaços, o aluno utiliza a L1. Portanto, na Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP), exceto Brasil e Portugal, a LP é considerada, na maioria vezes, como a L2, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Cá, 2015, p. 69).

As línguas étnicas, como a própria denominação atesta, são falares de cada etnia que constituem o a fotografia demográfica guineense e são concebidas como a L1 ou língua materna (LM) desses falantes. Além disso, os usos se restringem ao ambiente familiar de convivência social em áreas rurais afastadas dos grandes centros urbanos, em demais contextos o crioulo guineense se destaca nas cidades como língua veicular; já a língua portuguesa protagoniza os contextos formais de interação.

O português chegou à Guiné-Bissau como produto do processo de colonização. Com isso, iniciou o processo de variação e de mudança resultado do contato linguístico entre o português e as diversas línguas étnicas existentes naquele território. O produto desse contato é o crioulo (o guineense), logo o português guineense é uma variedade do português.

É importante referirmos que o português é a língua oficial na Guiné-Bissau, contudo o seu uso real fica muito aquém do esperado, tendo em conta esse estatuto linguístico. Sendo apenas utilizado em contextos formais: nos serviços públicos, nas instituições, nos meios de comunicação social e na literatura. De uso obrigatório na escola, a língua portuguesa permanece sendo empregada em número de falantes bastante reduzidos, em geral seu emprego está condicionado a um grau elevado de escolaridade. Além disso, é a língua associada ao prestígio social e é, essencialmente, difundida na capital, Bissau. Sendo também a única língua de escolarização, mantendo sua hegemonia no seio das relações familiares, ou ainda, até sociais em desfavor do crioulo ou das línguas nacionais, que são as línguas maternas de muitos guineenses, e que diferem de região para região. Dessa forma, o crioulo é a verdadeira língua franca da Guiné-Bissau, pois as línguas nativas tornam-se pontes que

interligam os indivíduos de uma mesma etnia. Portanto, o crioulo seria a língua de contato.

Quadro 2 – Algumas línguas étnicas faladas em Guiné Bissau⁴⁰

LÍNGUAS ÉTNICAS	LOCAL ONDE É FALADA	NOME ALTERNATIVO
Badjara	Curva Nordeste do país	Badyara, Badian, Badyaranke, Pajade, Pajadinca, Pajadinka, Gola e Bigola
Bainouk – Gunyuño	Sul do rio Casamansa	Banyum, Banyun, Bagnoun, Banhum, Bainuk, Banyung, Elomay e Elunay
Balanta	No país	Balanta-Kentohe, Balant, Balante, Balanda, Ballante, Bellante, Bulanda, Brassa, Alante e Frase. Dialectos: Fora, Kantohe (Kentohe, Queutohe), Naga e Mane
Basari	Nordeste do país	Onian, Ayan, Biyan, Wo e Bassari
Bayot	Noroeste do país	Bayote, Baiot e Bayotte
Biafada	Sul Central, Norte de Nalu	Beafada, Bafar, Bidyola, Bedfola, Dfola e Fada
Bidyogo	Roxa e Ilhas Bijagós	Bijago, Bijogo, Bijougot, Budjago, Bugago e Bijuga
Ejamat	No país	Ediamat, Fulup, Feloup, Felup, Felupe, Floup e Flup
Kasanga	Sobrevive perto de Felupe, a Noroeste, numa área de fronteira escassamente povoada	Cassanga, Kassanga, I-Hadja e Haal
Kobiana	No país	Kobiana (Não possui outro nome)
Mandinga (<i>mandinka</i>)	Centro-Norte, Centro e Nordeste	<i>Mandinka</i> , Mandingue, Mandingo, Mandingue e Manding
Manjaco	Metade falam o dialeto central, 25% falam dialetos que são inerentemente inteligíveis com o primeiro	Mandjaque, Manjaca, Manjaco, Manjiak, Mandyak, Manjaku, Manjack, Ndyak, Mendyako e Kanyop. Dialectos: Bok (Babok, Sarar, Teixeira Pinto e Tsaam), Likes-Utsia (Baraa e Kalkus), Cur (Churu), Lund, Yu (Pecixe, Siis e

⁴⁰ O uso da Wikipédia como fonte de informação neste capítulo, se deve à escassez de informação recente disponível sobre o país.

		Pulhilh)
Mancanha (<i>Mankanya</i>)	No país	Mankanha, Mancanha, Mancangne, Mancang e Bola. Dialetos: Burama (Bulama, Buram e Brame), e Shadal (Sadar)
Mansoanka	No país	Mansoanca, Maswanka, Sua, Kunant e Kunante
Nalu	Sudoeste, perto da costa	Nalou
Papel (ou pepel)	No país	Papel, Papei, Moium e Oium
Fula (<i>pulaar</i>)	Centro Norte e Nordeste do país	Fulfulde-Pulaar, Pulaar Fulfulde, Peul e Peulh. Dialetos: Fulacunda (Fulakunda, Fulkunda, Fula Preto e Fula Forro)
Soninke	No país	Sarakole e Marka. Dialetos: Azer (Adjer, Aser, Ajer, Masiin e Taghdansh)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_da_Guin%C3%A9-Bissau Acesso em 30 JUN2023.

Embora a língua portuguesa em Guiné-Bissau seja a língua do ensino e das instituições públicas e privadas, “[...] dos meios das comunicações, documentação oficial, do governo em atos oficiais entre outros.” (Couto; Embaló, 2010, p.30). Contudo, o estatuto de relevância é dado às línguas bantu guineenses,

[...] pois é com elas que são usadas nos ritos de iniciação, nas cerimônias fúnebres, na evocação aos antepassados, nos casamentos, nos cantos e canções populares, assim como nas lendas e contos. São línguas de identidade e da visão do mundo, assim como da transmissão dos saberes ancestrais transmitidos de geração em geração por meio da oralidade. Apesar da Constituição da República da Guiné-Bissau não fazer referência ao português como língua oficial do país está claro que ela é a língua do poder, aquela que classifica os guineenses em alfabetizados e os analfabetos, cultos e incultos deixando de lado, o crioulo (falado por mais de 44,31%) que é a língua de maior expressividade para a maioria da população localizada geograficamente nas áreas urbanas e suburbanas (Namone; Timbane, 2017, p.51).

É importante destacarmos que não consta escrito em nenhum artigo da Constituição da República da Guiné-Bissau, mas é sabido (por todos os guineenses e pela comunidade internacional) que o português ocupa o lugar de única língua oficial do país. Consequentemente, o funcionamento do Estado, da justiça, da educação depende do conhecimento da língua portuguesa. Além disso, o falante que não sabe português é excluído das práticas linguageiras cotidianas. Inclusive, alguns guineenses relatam maus tratos,

punições e outros castigos sofridos pelos alunos em vários sistemas de ensino causados pela “falta” do domínio da língua do poder – o português (Timbane; Rezende, 2016)

Em decorrência disso, como Correia (2021) pontua que o português não é língua materna dos alunos guineenses e tem havido muitas dificuldades na sua aprendizagem, dificuldades associadas também à maneira como ela é ensinada nas escolas, como se fosse a língua materna; isso faz com que ocorra muita resistência à prática da oralidade em língua portuguesa por parte da grande maioria dos alunos guineenses. Nesse contexto, a língua acontece em sua função política (Bourdieu, 1998) de poder, de exclusão e também de forma opressora (Namone; Timbane, 2018). Assim, seu domínio, seja de natureza simbólica, cultural, política ou econômica, é o desafio da sociedade contemporânea na realidade educacional guineense.

Cabe enfatizarmos, ainda, que apesar de falada nos cinco continentes, a língua portuguesa é a quarta mais falada do mundo, com 261 milhões de falantes, de acordo com dados do Instituto Camões. Embora a expressiva leva dos números, a Guiné Bissau enfrenta a pressão dos vizinhos Senegal e Guiné-Conacri. O país é o único enclave onde o português resiste, naquela região africana, onde o francês domina.

Além disso, há a crença de que

Na sociedade guineense, a pessoa pode ser “inteligente”, com amplo conhecimento, reconhecido a nível internacional, mas basta não ter domínio em português isso já é suficiente para não ser visto como tal. Dessa forma, o português de Portugal é sinônimo de “inteligência”. Quanto mais a pessoa imitar o sotaque de Portugal, mais admiração receberá da sociedade. Por isso, quem não possui um forte domínio, principalmente daquela variedade que se aproxima de Portugal, prefere falar outra língua que não seja o português para não receber zoadas, pois os guineenses até hoje veem o português de Portugal como o mais certo e adequado, fato esse motivado por falta de conhecimento sobre as outras variedades como as de Madeira e Açores, que são diferentes da variedade considerada padrão e que é falada em Lisboa e Coimbra. Se em Portugal existem variedades linguísticas diferentes, imagina na Guiné-Bissau que possui inúmeros fatores linguísticos, sociais e culturais que influenciam fortemente na fala do guineense (Silva; Sampa, 2021, p. 11).

Em contrapartida há um número muito expressivo de seus falantes que ainda não são fluente na língua portuguesa, o que acontece em países específicos como podemos observar em Moçambique e Timor-Leste (Có, 2021). Há em Guiné Bissau, razões distintas para supremacia do uso do guineense e do português junto das línguas étnicas. No caso da Língua Portuguesa, seu prestígio é de natureza internacional, sobretudo, pelo status sócio-econômico de seus falantes (Rubio, 2021). Disso depreendemos que o guineense tem seu prestígio local assegurado pelos altos índices demográficos em relação às demais línguas autóctones (Petter,

2015).

No estudo de Cá e Rubio (2019), os autores investigam o perfil linguístico dos estudantes guineenses que estudavam na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). De 50 participantes, 52% têm a língua guineense como L1, 46% corresponde aos falantes das línguas étnicas: 2% trata de wolof, uma língua que faz parte de Senegal, país que compartilha a mesma fronteira (Có, 2021). Nenhum participante declarou utilizar a língua portuguesa como a sua primeira língua. Ou melhor, o primeiro contato com o português acontece quando a pessoa inicia a educação escolar, na qual a língua portuguesa é a única que assume o papel do ensino, conforme as diretrizes de lei de base do país (2010).

Para Santos e Silva (2019), o contato entre as diferentes línguas do país com o guineense e o português aponta para um possível *continuum* linguístico em Guiné-Bissau que nos interessa na medida em que nos direciona a estudos sobre essa variedade do português, principalmente em relação a aspectos gramaticais já estudados no PB e no PE. A seguir apresentamos o mapa 2 com o contexto etnolinguístico de Guiné Bissau:

Mapa 2 – Contexto Etnolinguístico da Guiné Bissau



Fonte: As origens e evolução étnico-cultural (2011)

Djaló (2006, p.296) destaca que

[...] a diversidade dos grupos linguísticos e étnicos não deve, contudo, dissimular a profunda unidade do povo guineense. Povos do litoral, caso do Islã, e ao mesmo tempo aparentados, como prova notável o fato que as suas línguas pertencem todas a mesma família linguística “nigero-congolesa”.

Rubio (2021) em sua pesquisa acerca do contexto sociolinguístico de falantes multilíngues de Guiné Bissau, associando a caracterização sociolinguística da comunidade à avaliação das línguas em contato, trouxeram as seguintes informações Falantes multilíngues, em sua maioria; Diferença entre língua oficial e língua nacional; Ensino de língua portuguesa como língua materna; português sendo adquirido na escola, de forma tardia; menção às línguas étnicas e ao guineense como empregadas no seio familiar e nas demais situações sociais informais; falta de reconhecimento da variação em Língua Portuguesa; desconsideração das línguas locais no ambiente escolar. Quanto à avaliação linguística, o estudo mostra, para além da configuração sociolinguística da comunidade guineense, as razões para permanência do contexto multilíngue ou para possíveis mudanças. O autor destaca que políticas linguísticas que levem em consideração a diversidade linguística guineense poderiam contribuir efetivamente para que o país permaneça em seu status de multilíngue e, por consequência, multicultural.

Em linhas gerais, Guiné-Bissau tem uma diversidade linguística enorme representada por 27 línguas maternas; 1 língua oficial, o português; 1 língua nacional, o crioulo guineense; e aproximadamente 4 línguas estrangeiras (árabe, mandarim, espanhol e hindi).

Para Lopes (2023, p. 371)

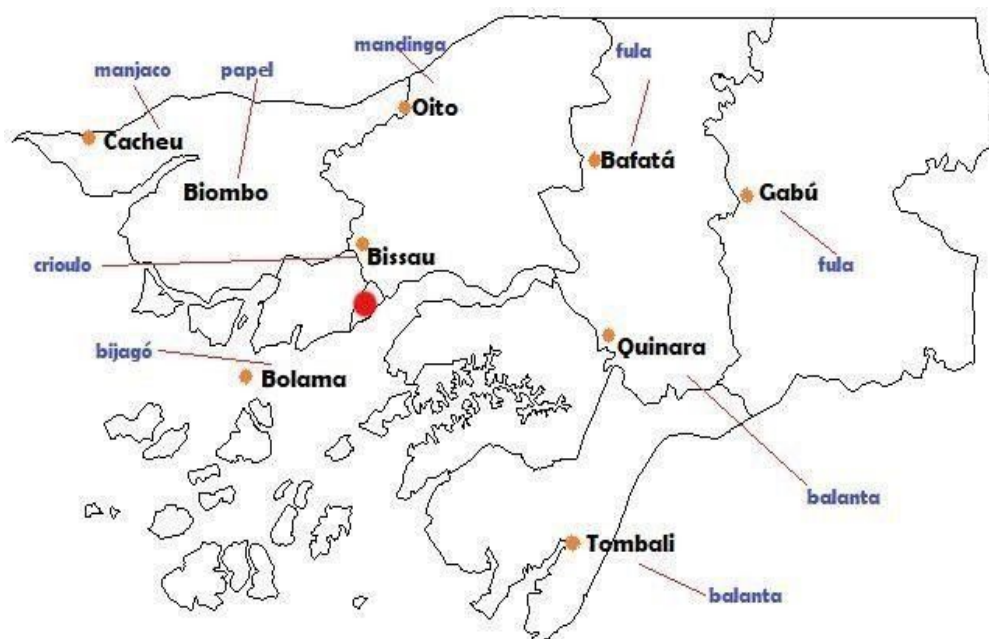
Em relação às línguas maternas, elas são a primeira língua adquirida no repertório linguístico do guineense. No crioulo guineense/língua guineense, há uma expressão que capta a profundidade do termo “língua materna”. A frase popular “língua ki no mama nel” (“língua que nós mamamos nela”) é uma expressão metafórica que traduz o sentido de que a língua materna para o falante é como o leite materno para o bebê, isto é, a língua materna, ouvida pela primeira vez e falada dentro da família que fortalece o falante em suas interações sociocomunicativas e capacita-o a aprender outras línguas numa sociedade multilíngue. [...] a língua materna é elemento fundamental de identidade que viabiliza um sentido de pertença a um determinado contexto cultural e social ao falante que fortalece o falante em suas interações sociocomunicativas e capacita-o a aprender outras línguas numa sociedade multilíngue.

Tal contexto legitima “tomar a língua como espaço de resistência; tomada da língua como reinvenção para além das fronteiras da conquista e da dominação” (Hooks, 2017, p. 226), já que “falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de

uma ou outra língua, mas é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização (Fanon, 2020, p. 31). Portanto, a defesa de Fanon (2020) nos permite pensar na extraordinária potência que resulta da posse da linguagem.

A fim de melhor ilustrar a situação multilíngue do país, segue o mapa linguístico da Guiné-Bissau:

Mapa 3 – Mapa linguístico da Guiné Bissau



Fonte: Silon (2019, p.18)

De acordo com Silva e Sampa (2017), a realidade de proficiência em português dos guineenses com base nos dados o relatório do Ministério de Educação de Portugal, publicado no Diário de Notícias ⁴¹(19/06/2017), atesta que a taxa de reprovação na segunda fase do exame de língua portuguesa foi de 52%, o que evidencia a complexidade do ensino dessa disciplina. Mesmo alunos de outros países que têm o português como língua única enfrentam dificuldades nessa matéria, assim como os estudantes da Guiné-Bissau. Essa situação pode ser explicada pelos métodos utilizados no processo de ensino e aprendizagem, especialmente considerando que a Guiné-Bissau segue um sistema educacional colonial, no qual o ensino do português prioriza unicamente a sua estrutura gramatical. De acordo com o mesmo relatório mencionado anteriormente, mais da metade dos alunos do nono ano foram reprovados na

⁴¹ Diário de Notícias, 2ª fase: maioria dos alunos do 9º ano chumba a português e a matemática (16jun2017). Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/interior/2a-fase-maioria-dos-alunos-do-9o-ano-chumba-a-portugues-e-matematica-5323386.html> . Acesso em 12ABR2018.

segunda fase do exame final de português. Essa constatação indica, em parte, que os problemas e insuficiências na educação da Guiné-Bissau não se restringem somente à língua portuguesa, mas também envolvem o uso do crioulo e das línguas étnicas no dia a dia dos estudantes guineenses.

Não poderíamos deixar de mencionar o língua de sinais em Guiné Bissau, já que neste país a escassez de materiais sobre o ensino de pessoas surdas revela que muitos não portadores de deficiência acreditam que essas pessoas não têm capacidade para aprender e produzir conhecimento, resultando em exclusão social e familiar. Esse estigma leva as famílias a se envergonharem, limitando as oportunidades dos deficientes e desvalorizando suas habilidades. Além disso, a ausência de métodos adequados, materiais didáticos e profissionais qualificados agrava a situação, perpetuando a visão cultural que marginaliza essas pessoas e dificulta seu aprendizado nas escolas.

Martins (2013) relata os desafios enfrentados na educação de surdos na Guiné-Bissau, onde muitos deles careciam de acesso à língua e à educação. A partir de 2003, esses surdos começaram a frequentar a escola de cegos, aumentando significativamente o número de alunos. Em 2005, a escola reconheceu sua incapacidade de atender aos surdos e solicitou ajuda à Associação Portuguesa de Surdos (APS), que, embora sem recursos suficientes, disponibilizou materiais em Língua Gestual Portuguesa (LGP). Nesse mesmo ano, uma professora surda e uma linguista viajaram ao país para avaliar a situação. Constatou-se que os professores usavam gestos estáticos, baseados no Gestuário, para se comunicar com os alunos surdos, que, por sua vez, se comunicavam entre si em um sistema visual codificado, embora ainda em um nível básico.

O autor aponta que, embora os gestos utilizados na Guiné-Bissau fossem limitados, eles já possuíam nomes gestuais e não apresentavam influência da Língua Gestual Portuguesa (LGP). Após a seleção de gestos básicos, formou-se um grupo de surdos para a criação de um dicionário inicial da Língua Gestual Guineense (LGG), que visava registrar um momento linguístico importante, dado que havia variações significativas na comunicação gestual. O processo resultou na documentação de 220 gestos. Em 2006, com o aumento do número de alunos surdos, foi inaugurada a Escola Nacional de Surdos, que promovia maior interação entre os grupos. Neste mesmo ano, uma docente surda e uma linguista retornaram como voluntárias para expandir o registro da LGG, utilizando imagens e resultando na coleta de aproximadamente 500 gestos em vídeo, que foram adaptados para fins pedagógicos. Essa experiência demonstrou a evolução significativa da língua em apenas um ano, atribuída ao intenso esforço da equipe do projeto.

Cabi e Timbane (2023) afirmam que o processo de ensino e aprendizagem da escrita para pessoas com deficiência auditiva na Guiné-Bissau foi significativamente impulsionado pelo apoio da comunidade portuguesa, destacando a atuação de duas profissionais, uma docente surda e uma linguista. Esse esforço resultou em uma atualização da Língua Gestual Guineense, ampliando seu uso entre surdos nas escolas. A implementação do ensino bilíngue na Escola Nacional de Surdos e o fortalecimento de professores surdos têm contribuído para transformar as percepções sobre as capacidades e direitos das pessoas surdas, que historicamente foram discriminadas e ostracizadas. A criação da Escola Nacional de Surdos e da Associação de Surdos também desempenhou um papel crucial na mudança dessa mentalidade, promovendo uma maior visibilidade e reconhecimento dos direitos dos surdos na sociedade. Além disso, a introdução de um dicionário específico ajudou na divulgação de termos e no suporte à prática pedagógica (Cabi;Timbane, 2023).

Retomando a nossa discussão inicial, apesar de o português não ser a língua mais falada e ser, sobretudo, uma língua não materna para os guineenses, o idioma exerce um papel social e político significativo em Guiné-Bissau por ter o estatuto de única língua oficial de um país plurilíngue. Poucos, porém, são os trabalhos a respeito do PGB (Santos; Svartman, 2019). Desse modo, investigações de suas características gramaticais se fazem necessária, já que ainda não existe uma gramática descritiva desta variedade, mas se faz necessário aproveitar os recursos existentes, quer sejam estudos sociolinguísticos e dicionários dos usos do português, quer sejam materiais autênticos demonstrativos de seu uso no cotidiano nacional, para mostrar aos falantes que esta variedade existe e difere da norma de referência no país.

Cá (2015) mostra que há 44,31% de pessoas que falam o crioulo. Esta é uma prova contundente da importância do crioulo no contexto guineense. Um dos insucessos do português (11,08%) de falantes como segunda língua prova que a política linguística deve mudar a sua visão com relação ao crioulo. Dessa forma, o crioulo começou apenas como uma língua de comunicação entre europeus e africanos e tornou-se uma língua nacional e um símbolo de união da população guineense. Em contrapartida, a inexistência de uma política educativa que alie de forma construtiva a presença das línguas maternas africanas e do crioulo com a língua portuguesa (*Cf.* Fig. 03), aliada à situação de diglossia reinante na Guiné-Bissau, são fatores inibidores do processo de desenvolvimento da qualidade e do sucesso do sistema de ensino, com repercussões na sociedade guineense e no próprio crescimento do país (Barbosa, 2015).

De acordo com Mendes (2018), cerca de 30% dos estudantes têm habilidades de

audição e compreensão em português, dos quais apenas 20% falam a língua com o professor na sala de aula. Enquanto isso, 70% dos alunos pesquisados não ouvem ou entendem o português e 80% não o falam. Apenas 25% dos informantes conseguem ler e escrever em português. Em relação às áreas rurais da Guiné, as línguas étnicas prevalecem sobre o crioulo, mas isso não impede que o crioulo seja falado ou compreendido. O autor aponta que mais de 65% da população da Guiné-Bissau reside em áreas rurais, onde as línguas étnicas ainda são utilizadas. Estudos indicam que o crioulo está crescendo progressivamente no país. Além disso, o pesquisador também menciona experiências de bilinguismo realizadas na Guiné-Bissau, nas quais o ensino bilíngue mostrou bons resultados, especialmente nas áreas de matemática e ciências, devido ao domínio do português e do crioulo pelos alunos e ao fato de os professores ensinarem com base em suas realidades.

Mapa 4 – Distribuição geográfica dos crioulos de base lexical portuguesa



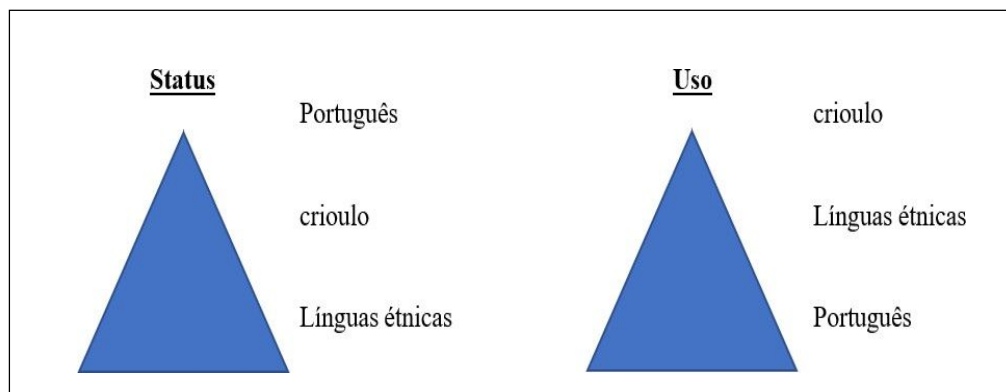
© 2011 Dr. Joseph Abraham Levi

Kohl (2018) concorda com esta situação descrita, ao ressaltar que

Tais medidas não foram eficazes no apagamento do kriol e no ‘aportuguesamento da população. [...] Assim, inicialmente falada pela parcela da população que residia na região das praças e presídios que constituíam a sociedade crioula, passou a ser usado como língua franca também no interior, em especial porque nenhuma das línguas étnicas possuía uma hegemonia dentre os diversos grupos e o português, além de não estar massivamente no território a ponto de fornecer o input para seu aprendizado, representava o invasor a ser combatido (p.164).

Contudo, o paradoxo para o uso das línguas no dia a dia e o status de português tem mostrado hierarquicamente que a língua portuguesa está acima de todas as outras línguas faladas na Guiné-Bissau, já que é a mais valorizada quando o assunto é de natureza oficial ou prestígio social (Couto, 1990); já no uso, é o crioulo guineense que se destaca. Para ilustrarmos essa ideia, Correia (2021) mostra a seguinte situação na forma de uma pirâmide:

Figura 3 – Pirâmide de língua línguas faladas na Guiné Bissau



Fonte: Correia (2021, p.35)

O crioulo guineense⁴², durante o processo de independência, serviu como meio de unificação entre as diferentes etnias e a solução para os conflitos linguísticos desses falantes. Com isso, surge o dilema “[...] de se usar uma língua africana (que, aliás, são muitas) ou o português, eles criaram uma terceira via, o crioulo, que é justamente uma solução de compromisso entre as duas realidades [...]” (Couto; Embaló, 2010, p. 27). Assim, o crioulo torna-se, portanto, o símbolo de nacionalidade entre os guineenses. Após a independência, essa língua continuou a ganhar território, contudo é o português que recebe estatuto de língua oficial do país. Já em comunidades tradicionais, se preserva o papel do líder comunitário (ou o réguo) na tarefa de ensinar a língua dos antepassados. Para os povos bantu, a oralidade é o veículo utilizado para preservação da língua através das gerações, pois se trata de uma prática histórico-cultural (Cá; Timbane; Manuel, 2020).

⁴² O termo guineense é atualmente usado com mais frequência nos meios acadêmicos (Ntchala Cá, 2019, João F. Cá, 2021), mas existe desde a declaração de Barros (1897) na Revista Lusitana de Lisboa no início de século XX (Scantamburlo, 2013). Esses dois termos se espalharam e são usados nas escritas acadêmicas; desse modo, aqueles que estudam Letras em LP se deparam com esses dois termos ao escreverem (Cf. Iê, 2022). ‘Além de Alguns autores usam, ainda que timidamente, o termo “guineense” para se referir a esta língua. Aqui escolhemos usar o termo “kriol” por duplo motivo: 1. porque é assim que os próprios falantes e as pessoas que se identificam com esta língua a designam; 2. essa nossa decisão respeita a escolha dos falantes. Mané (2021), que inclusive usou primordialmente o termo “guineense” em sua dissertação, enalteceu a necessidade de se respeitar “a designação dos falantes e das pessoas que se identificam com esta língua” (p. 2).

O fato que Língua Portuguesa não ter se expandido por todo o território guineense é elencado por quatro questões apontadas por Namone (2020, p. 28-29): 1º) A conquista no período colonial não permitiu a expansão dessa língua, já que segundo Couto e Embaló (2010), o território foi tomado como colônia de exploração pelos portugueses. O único interesse pelos colonizadores era a exploração dos recursos e atividades comerciais; 2º) A política de educacional que promoveu o processo de assimilação, restringiu a língua portuguesa a tal contexto. Essa política dividiu os nativos guineenses em duas classes: os assimilados e os indígenas. O referido processo foi bastante restritivo, pois para ser considerado assimilado e, portanto, civilizado, o indivíduo deveria atender aos seguintes requisitos: i) ter 18 anos completos; ii) saber ler, escrever e falar corretamente em português; iii) ter profissão ou renda que lhe assegurasse o suficiente para prover as suas necessidades e do número de familiares; iv) ter bom comportamento, uma vida correta e possuir a instrução e os costumes indispensáveis à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; v) não estar inscrito como refratário ao serviço militar e não ter desertado (Cf. Almeida, 1981; Namone, 2014); 3º) A resistência dos nativos locais à presença invasora dos colonizadores, sendo resistentes quanto a ocupação de seus territórios e de seus domínios, a escravização e o pagamento de imposto de palhota⁴³ (Mendy, 1994); 4º) A supremacia das línguas étnicas nas situações familiares e cotidianas dos respectivos grupos étnicos, nas zonas rurais, e a difusão do crioulo guineense pelos ativistas do PAIGC durante o período de luta pela independência, impediram com isso a expansão do português (Couto; Embaló, 2010; Namone; Timbane, 2017).

Salientamos que a alteração do modo de compreender a linguagem e a forma como a utilizamos inevitavelmente modifica nossa compreensão do conhecimento. Isso representa uma maneira de unificar a divisão entre mente e corpo, bem como entre as pessoas marginalizadas e oprimidas, ao resgatar em nós mesmos e em nossas experiências por meio da linguagem (Hooks, 2017).

Antes do período de colonização portuguesa, o crioulo guineense era a língua mais utilizada nos contextos urbanos e também no rural, onde era de domínio das línguas étnicas.

⁴³ Com o objetivo de alcançar a ocupação efetiva e o desenvolvimento econômico das suas colônias africanas, Portugal concessionou partes desses territórios. Numa primeira fase foram criadas Companhias Majestáticas em Moçambique. Para que estas companhias pudessem cobrar receitas que posteriormente passariam para o estado, foi necessário enquadrar essa arrecadação legislativamente; assim, pelo decreto de 31 de maio de 1887, o Ministro da Marinha e Ultramar Barros Gomes autoriza a criação de um imposto por habitação. O Imposto de Palhota, que era pago em gêneros ou espécie, tornou-se na prática numa forma de trabalho forçado. Os indígenas para pagarem tinha de ter dinheiro ou prestar serviço às companhias até atingirem o montante de imposto a pagar. Fonte: Verbete – Imposto de Palhota. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imposto_de_palhota. Acesso em; 15DEZ2022.

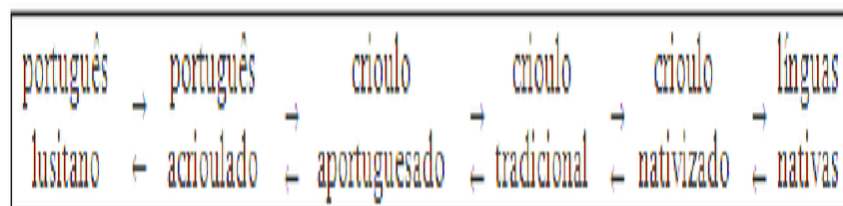
Namone e Timbane (2017) ressaltam que o crioulo apenas se interiorizou a partir das lutas pela emancipação política, pois, nesse época, o crioulo foi utilizado como língua veicular entre os combatentes de diferentes etnias que estavam envolvidos na luta. “Foi uma língua importante porque os guineenses podiam se comunicar com cabo verdianos” (Namone; Timbane, 2017, p. 44). Na mesma ótica, Couto e Embaló (2010) afirmam que o grupo liderado por Amílcar Cabral durante o processo de independência foi responsável pela interiorização do crioulo no país, já que os seus principais comandantes advindos das cidades, eram conhecedores também da língua portuguesa, embora utilizassem como principal instrumento de comunicação o crioulo mesmo em contextos de língua maternas. [Com a concentração das forças inimigas portuguesas nos centros urbanos, os combatentes da libertação guineense optaram por estratégia se refugiarem nas áreas rurais onde,

[...] viviam as etnias locais, com suas respectivas línguas, desconhecedoras de qualquer língua falada nas cidades. Assim, os independentistas verificaram que o crioulo era a única opção linguística para aparar as arestas das diferenças étnicas. Por isso, não titubearam em usá-lo como meio básico de comunicação veicular (Couto; Embaló, 2010, p. 38).

Para Carioca (2021), o uso do Português em toda lusofonia se manifesta de diversas maneiras, uma vez nem sempre a língua portuguesa é a L1 da comunidade e isso interfere no processo de intercompreensão. A exemplo desse contexto, em Guiné Bissau [...] a situação projeta-se, quando numa dupla intersecção diglósica, ou diglossias sobrepostas, quando se relaciona o crioulo guineense (kriol) e as línguas africanas do país (provenientes da família das línguas nígero-congolesas) ou o português e o crioulo referido. (Peixoto; Carioca, 2012, p.443)

Conforme aponta Carioca (2015), o prestígio linguístico de cada uma dessas línguas se dá na proporção em que são adquiridas e assimiladas, fazendo parte da competência textual do indivíduo como língua veicular, língua materna ou segunda língua. De acordo com a figura 5 abaixo:

Figura 4 – Relação interlinguística na Guiné Bissau



Fonte: Couto & Embaló (2010, p.31).

A pesquisadora destaca, por outro lado, que o crioulo também desempenha um papel importante no aspecto social, pois é considerada a principal língua do país e é utilizada como língua franca. Nas áreas urbanas, as pessoas que crescem falando o crioulo como língua materna aprendem desde muito cedo, muitas vezes junto com sua língua nativa. O crioulo é usado em diferentes contextos, como no comércio, nos serviços públicos, na literatura informal, na música, no Parlamento, no discurso político, na televisão e no rádio. Essa variedade de usos contribui para a continuidade do status dessa língua.

Sob a esteira conceitual da língua crioula, Lucchesi e Baxter (2009, p.119) afirmam que uma língua crioula “desempenha grande função comunicativa e social como qualquer outra língua natural e é transmitida normalmente de geração para geração, sendo adquirida pelas crianças”. Todavia, ao longo de período colonial, a língua crioula não se expandiu muito porque era falada nas cidades não nas zonas rurais, onde se concentrava a maior parte da população. De todo modo, “as línguas constituem sistemas abertos, heterogêneos e dinâmicos, mais redefiníveis como sistemas de sistemas (polissistemas); rompe-se assim com a tradicional visão das línguas como entidades discretas e homogêneas, estruturas estáticas e fixas” (Lagares; Bagno, 2011, p.16).

É interessante pontuarmos, conforme estudo de Oliveira, Baió e Injai (2013), que variedades do português de Guiné Bissau (doravante, PGB) apresentam semelhanças morfossintáticas com o português vernacular brasileiro e influências do crioulo de Guiné Bissau. Por intermédio de estudos baseados no continuum guineense proposto por Couto e Embaló (2010) nas primeiras descrições do sistema pronominal do português acadêmico guineense são apontadas. Conforme os autores, “é a variedade de português-alvo falada por acadêmicos guineenses em instituições de ensino superior no Brasil, que apresentam similaridades com o sistema pronominal do português vernacular brasileiro (ausência de clíticos de 3ª pessoa em posição proclítica)” (Couto; Embaló, 2010, p. 31). Assim, sugerem que os sintagmas nominal e verbal do português acrioulado, considerados interlínguas (sistema transicional), apresentam características oriundas de interferências do crioulo de Guiné-Bissau e semelhanças com muitas variedades vernaculares de português que vêm sendo estudadas no Brasil e na África.

A hipótese de Oliveira, Baio e Injái (2013) atesta que a variedade do português crioulo guineense (PCG) esteja inserido num conjunto de variedades conhecidas na literatura como “interlíngua”⁴⁴. Para os autores, o projeto inicial tem por objetivo descrever algumas dessas “interferências”, no sintagma nominal e no verbal, que se verificam no PCG, relacionadas à

⁴⁴ Sistemas transicionais. Sobre o PCG (Cf. Injái, 2012a, 2012b).

língua crioula falada em Guiné-Bissau. Tais dados do PCG podem ser encontrados no trabalho seminal de Injaí (2012), que propõe uma reorganização dos exemplos dessa variedade apresentados anteriormente por Couto e Embaló (2010). Vejamos a seguir os dados (1)-(2):

(1) PCG – Sintagma Nominal (SN)

- a. o minha irmã
- b. meu mãe
- c. ele tem três filho fêmia (Oliveira; Baio; Injaí, 2013, p. 135)

(2) PCG – Sintagma Verbal (SV)

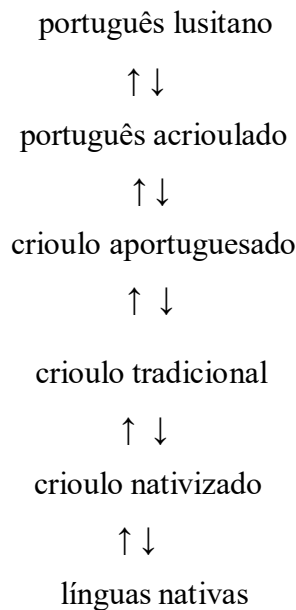
- a. eu não ouve português (por “eu não entendo português”)
- b. eu não tinha tempo (por “tive”)
- c. a minha namorada estive em Portugal (por “está”) (Oliveira; Baio; Injaí, 2013, p. 135)

Em (2), os autores apontam a ausência de flexão como uma espécie de “problemas com flexão”, que se verifica no PCG, podendo ser explicada pela “interferência”, no português, da língua crioula⁴⁵ de Guiné-Bissau (que não apresenta o sistema de flexão em sua morfossintaxe verbal).

Na verdade, esse intenso contato linguístico e os dois elementos resultantes do processo de colonização portuguesa, o crioulo e a língua portuguesa, denotam uma espécie de *continuum* (Couto; Embaló, 2010) que abarca desde variedades do português lusitano, seguido por variedades de crioulo aportuguesado e crioulo tradicional, basilectal, e por fim até as línguas nativas, étnicas. Desse modo, somente as extremidades do *continuum* são opostas uma a outra, no entanto o conjunto parte de uma comunidade de fala na qual a interação entre os falantes de diversas línguas ocorre em algum momento. O reconhecimento desses estágios intermediários entre as duas se faz imprescindível, já que três delas são variedades do crioulo: aportuguesado, tradicional, nativizado. As extremidades são compostas, de um lado, pelo português, e do outro as línguas étnicas africanas, conforme pode ser visto no esquema (3) a seguir (Couto; Embaló, 2010, p.31):

⁴⁵ As línguas crioulas apresentam reduzidos exemplos de flexão e seu sistema de marcação de tempo/modo/aspecto se dá por meio de partículas. Logo, são línguas do tipo “sem incorporação morfológica” (Cf. Kihm, 1994, p. 84).

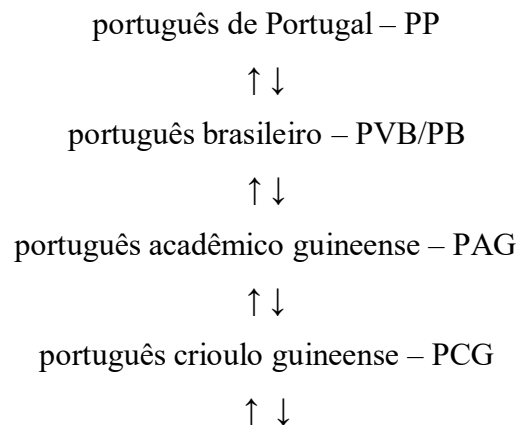
(3) O Contínuo de Couto e Embaló (2010, p. 31)



Outra discussão sobre o *continuum* para o PGB é a proposta de Oliveira, Baio e Injaí (2013), tal estudo vai de encontro à proposta de Couto e Embaló (2010), ao trazer o português e suas variedades faladas no PB (vernacular e padrão). A referida proposta se relaciona ao fato do português falado por estudantes guineenses que vieram cursar o ensino superior em universidades brasileiras. Dessa forma, para esses pesquisadores, o PB relaciona-se com PGB da mesma maneira que o PE.

Abaixo, segue a proposta do modelo do “continuo do português guineense”.

(4) Contínuo Português Guineense L2⁴⁶ (Oliveira; Baio; Injaí, 2013, p. 134)



⁴⁶ O termo L2 é empregado como um termo metalinguístico neste trabalho, pois em Guiné-Bissau, a aquisição do português pode se tratar, em alguns casos, de uma L3. Ex.: um guineense pode ter como L1 o balanta, como L2 o crioulo e como L3 o português (Oliveira; Baio; Injaí, 2013, p.134)

crioulo guineense

O contínuo proposto em (4) se difere do apresentado em (3), de Couto e Embaló (2010), por centrar-se em uma proposta de contínuo para o português. A proposta em (4) insere, ao contínuo, o português brasileiro (e suas variedades vernacular (PVB) e culta (PB)). Tal inserção é significativa, pois o português brasileiro está em relacionamento com o português guineense da mesma forma que o português lusitano. Outra diferença em (4) em relação a (3) é o acréscimo de outra variedade na investigação do português guineense: o português acadêmico guineense (PAG).

[A diversidade linguística em contextos de contacto entre línguas é uma realidade comum em diversos países africanos, e a Guiné-Bissau se insere nessa mesma dinâmica. Contudo, a distribuição das línguas nativas africanas, dos crioulos e das línguas europeias é desigual no contexto social (Zabus, 2007), sendo que as línguas europeias ostentam um prestígio superior em relação às línguas nativas. Essa condição, definida como diglossia (Ferguson, 1959), é um fator que contribui para a geração de desigualdades nas sociedades em questão, em parte em virtude do acesso restrito à educação e ao aprendizado das línguas africanas, assim como da escassez de conexões entre estas e as línguas europeias. Um fator adicional que agrava essa situação é a predominância das línguas étnicas e do kriol na modalidade oral, embora se reconheça um aumento no uso escrito do kriol, especialmente em esferas como a poesia e a literatura. A carência de recursos e materiais que promovam o conhecimento escrito das línguas africanas resulta em uma relação assimétrica com as línguas europeias presentes nesses contextos (Bernstein, 1972).

Cabe ressaltarmos que o crioulo conheceu sua expansão durante a luta pela independência, depois se espalhou pelos diferentes grupos étnicos e adquire, portanto, o estatuto de língua da unidade nacional, como também passou a ser utilizado na rádio nacional em músicas ou em mensagens de sensibilização sobre a guerra. Ainda assim, não podemos deixar de mencionar que o ensino das línguas maternas é uma das recomendações específicas da UNESCO, conforme se pode ler na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos⁴⁷. Isso incide num desafio a ser enfrentado por qualquer país onde há bilinguismo.

⁴⁷ A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é um documento publicado pela Unesco como resultado da Conferência Mundial dos Direitos Linguísticos, publicada em 1996, em Barcelona. Segundo subscreve o próprio documento (Unesco, 1996), é consequência de um acordo e se trata de um documento-base, produto de um processo complexo de retrospectiva, que põe no debate as diversidades de línguas, sua promoção nos distintos Estados, seu reconhecimento jurídico e sua relação com o desenvolvimento, em quadro de “respeito, convivência e benefício recíprocos” (UNESCO, 1996). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf Acesso em: 22AGO2021.

Por fim, é possível inferirmos que, diante atual cenário, o português utilizado na Guiné-Bissau vem se afastando do Português Europeu, considerado a língua padrão oficial, e apresentando características de uma variedade em processo de formação (Cá, 2020; Malta, 2019).

Apresentados os principais aspectos sociolinguísticos de Guiné Bissau, passaremos a abordar o quadro teórico que fundamenta nossa pesquisa.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: VARIAÇÃO, CRENÇAS, ATITUDES LINGUÍSTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO

[...] e só depois entendi que a língua, e não a nacionalidade, nos define.⁴⁸

(Hatoun, 2009, p.16)

Adotaremos, como linhas condutoras de nossa pesquisa, as lentes teóricas da Sociolinguística Variacionista (Labov [1972] 2008, 1994, 2001, 2003, [1968] 2006) enviesada pelo olhar de autores que se debruçaram nos pressupostos labovianos, os pressupostos da Psicologia Social ancorada nos estudos de Atitudes linguísticas (Lambert; Lambert, 1966; Cardoso, 2015; Botassini, 2008, entre outros) e da Sociolinguística de contato (Savedra et. al., 2021), referências indispensáveis para a abordagem científica de aspectos variáveis e avaliação subjetiva da língua. Este capítulo apresenta as bases que especialmente indicam, dessa maneira, as óticas conceituais segundo as quais o objeto foi analisado.

4.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICAS

[...] se a realidade de uma língua não é algo de substancial, nem por isso ela deixa de existir. Essa realidade é ao mesmo tempo linguístico e social.⁴⁹(Meillet, 2020, p.07)

A Sociolinguística apresenta como objeto de estudo os padrões linguísticos presentes numa comunidade de fala e efetiva descritivamente tomando a língua como um sistema heterogêneo estruturado, haja vista que foi elaborado por regras variáveis e unidades. Esse modelo teórico-metodológico idealizado pelo linguista norte-americano William Labov, que tem defendido a relação ente língua e sociedade, possibilitando a sistematização na língua falada. Isso corrobora as palavras de Mollica (2015)

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial o caráter heterogêneo (Mollica, 2015, p. 09).

⁴⁸ HATOUM, M. **A cidadeilhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁹ MEILLET, A. **A Evolução das Formas Gramaticais**. Marcos Bagno (trad.). São Paulo; Parábola Editorial, 2020.

Embora a preocupação com o aspecto social já fosse apontada pelos estudos de Whitney, de Saussure, de Meillet, bem como dos neogramáticos, é através das pesquisas da Sociolinguística que a centralidade dessas investigações nas relações entre língua e sociedade ganha um novo capítulo na História das Ideias Linguísticas (Cf. Colombat; Fourneir; Puerch, 2017; Calvet, 2020).

De acordo com Londoño, Estupiñán e Idárraga (2019), o termo “sociolinguística” foi utilizado pela primeira vez por Haver C. Currier, em 1952, em seu artigo *Projection of sociolinguistics: there lation ship of speech to social status*, no *Southern Speech Journal*⁵⁰. Tal texto apresenta essa disciplina, que tem como propósito estudar as relações entre língua e sociedade. Posteriormente, o conceito foi aprimorado para expressá-lo como ciência que estuda a relação entre linguagem e contexto sócio-cultural. Em meados de 1964, W. Bright reuniu doze especialistas, em Los Angeles, numa Conferência Sociolinguística, para analisarem as premissas dessa disciplina. A partir disso, inicia, em especial, nos EUA, pesquisas entre especialistas que foram aos poucos consolidando a nova ciência.

Com intuito de responder questões referentes à mudança linguística Lucchesi e Araújo (2021) destacam dois pressupostos⁵¹: (i) o sistema linguístico que serve a uma comunidade heterogênea e plural deve ser também heterogêneo e plural para desempenhar plenamente as suas funções; rompendo-se assim a tradicional identificação entre funcionalidade e homogeneidade; (ii) os processos de mudança que se verificam em uma comunidade de fala se atualizam na variação observada em cada momento nos padrões de comportamento linguístico observados nessa comunidade, sendo que, se a mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança em curso⁵².

Embora William Labov tenha resistido por uma década à denominação do termo “Sociolinguística”, já que o autor compreendia que o estudo dos fenômenos linguísticos só teria uma única forma de tratá-los que seria no contexto social. O linguista acabou cedendo à essa batalha conceitual, pois nomeadamente a “Sociolinguística” não apenas se efetivou, como também tornou-se uma das especialidades do fazer científico da linguagem.

Segundo Silva-Corvalán (1989), é vital, no seio da Sociolinguística, perceber a organização primária da língua para atendermos a função comunicativa e social, de tal forma

⁵⁰ LONDOÑO, Rafael Areiza; ESTUPIÑÁN, Mireya Cisneros; IDÁRRAGA, Luis E. Tabares. **Sociolingüística: enfoques pragmático y variacionista**. 8.ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2019.

⁵¹ A Teoria da Variação Linguística – Dante Lucchesi e Silvana Araújo (2021) – Disponível em: <https://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica> Acesso em 03AGO2021.

⁵² Cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG, [1968] 2006; LABOV, [1972] 2008.

que ao estudá-la como comportamento, somos conduzidos refleti-la como “objeto complexo no qual se conectam tanto as regras do sistema linguístico como as regras e fatores sociais que atuam no ato de comunicação” (Silva-Corvalán, 1989, p. 2). Logo, é possível relacionarmos os pressupostos sociolinguísticos a uma concepção mais funcionalista, pois essa perspectiva depende do estudo da língua em funcionamento, atentando para os contextos sociais específicos em que ocorre.

Os sustentáculos conceituais que orientam a investigação sociolinguística compreendem as seguintes noções de: variedade, variação, variável e variante.

- **Variedade** – A atitude social perante a língua corresponde ao modo como as pessoas abordam a diversidade linguística, referindo-se a diferentes formas de linguagem, como dialetos, sotaques, socioletos e estilos. Conforme Bagno (2017, p. 474),

essas variedades podem ser regionais (por exemplo, baiana, mineira, carioca) ou sociais (quando determinadas por critérios como idade, sexo, classe social e nível de escolaridade), bem como estilísticas (dependendo do grau de formalidade maior ou menor na fala ou na escrita).

- **Variação** – Compreende-se que a heterogeneidade é uma característica inerente às línguas humanas, fazendo parte de sua própria essência. Apesar da palavra "língua" nos remeter à ideia de uniformidade e homogeneidade, tal concepção não se alinha com a realidade (Bagno, 2017, p.469-470). Tomando como exemplo o português brasileiro, é possível observar essa diversidade na utilização do "tu" e do "você".
- **Variável** – Refere-se às distintas manifestações de uma variante, ou seja, na alternância entre as formas "tu" e "você", encontram-se duas variantes para a segunda pessoa do singular, caracterizando assim ambas as formas como variantes (Bagno, 2017).

Nessa compreensão conceitual, a variedade influencia as formas em processo de variação, de maneira uma ou mais formas podem coexistir na língua sem, necessariamente, resultar na alteração de seu significado. Nesse sentido, a variável linguística compreende um conjunto de variantes, ou melhor, “o exame minucioso de cada variedade linguística revela que ela tem sua própria lógica gramatical, é tão regrada quanto à língua literária idealizada, e serve perfeitamente bem como recurso de interação e integração social para seus falantes” (Bagno, 2013, p.56). Tal processo, conforme Labov (2008), não é

aleatório, já que sua ocorrência está condicionada às influências de fatores externos e internos à língua. Portanto, a variedade ao atuar sobre os usos linguísticos, resulta, em linhas gerais, à definição de dialeto, presente em qualquer variedade linguística de uma dada comunidade (Souza, 2015).

Sendo assim, a sociolinguística centra sua atenção em se debruçar atentamente diante fenômenos reais de linguagem, processo no qual tem assumido o papel investigativo através da coleta de narrativas de experiências pessoais dos informantes, primando pela ética da pesquisa através de manter o mais fiel possível o vernáculo do indivíduo. Em seus procedimentos teórico-metodológico de investigação, leva em consideração a identidade social do falante e do receptor, analisando como o contexto social pode interferir na construção estilística desses indivíduos e como eles expressam determinadas atitudes linguísticas em relação a si mesmos e ao outro com o qual interage nas situações de comunicação.

Labov ([1972] 2008) ressalta, ainda, que

[...] existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX. (Labov, 2008, p.13-14)

O limiar dos estudos direcionados por Labov, sob a ótica dessa linha de pesquisa, foi sua dissertação de mestrado sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineryard (centralização de ditongos), no estado de Massachussets, além de sua pesquisa de doutoramento sobre a estratificação do inglês falado na cidade de Nova York (a variável / r /), ambos orientados pelo linguista Uriel Weinreich, na Universidade de Columbia.

A obra que serviu como pedra fundamental para apresentação e consolidação da nova vertente teórica, trata-se do ensaio de Weinreich, Labov e Herzog (1968) correspondente a um trabalho apresentado por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog no Simpósio intitulado “Direções para a Linguística Histórica”, que ocorreu na universidade do Texas e no

final de abril de 1966. A relevância dos trabalhos apresentados nesse simpósio culminou numa publicação, no ano de 1968, intitulada de “Directions for Historical Linguistics: A Symposium”. Sob a organização dos professores Winfred P. Lehmann e Yakov Malkiel, reúne os trabalhos apresentados naquele Simpósio. Nesse texto, os autores discutem fundamentos e práticas de análise linguística dominantes à época, centrados na concepção estruturalista das línguas naturais como sistemas homogêneos. Weinreich, Labov e Herzog (2006) apresentam descobertas empíricas sobre mudanças em andamento em comunidades urbanas contemporâneas que levantam problemas para um programa de investigação da mudança linguística, como pela pesquisa de Labov em Martha’s Vineyard e nas lojas de departamento em Nova Iorque são fontes de alguns desses achados empíricos. Para os linguistas, são cinco os grandes problemas que uma teoria da mudança fundamentada em dados empíricos apresentam:

- **Problemas dos Fatores Condicionantes** – consiste determinar as mudanças possíveis em uma dada língua e também as condições linguísticas e sociais nas quais as mudanças poderão acontecer;
- **Problema da Transição** – é o de explicar a transferência de traços de um falante para outro;
- **Problema do Encaixamento** – requer esclarecer a localização dos traços mutantes na estrutura linguística e essa, no contexto mais amplo da comunidade de fala;
- **Problema da Avaliação** – envolve buscar os correlatos subjetivos das variáveis linguísticas;
- **Problema da Implementação** – acarreta elucidar a difusão dos traços mutantes para os diferentes subgrupos da comunidade de fala. (Battisti; Othero; Flores, 2021, p. 267)

Dessa forma, para os variacionistas, a variação e a mudança são intrínsecas às línguas. Portanto a variação não deve ser vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e por extralinguísticos, apesar de ser assistemática. Para Labov (2008), devemos determinar qual estrutura social corresponde a dado fenômeno linguístico e como mudanças na estrutura social se refletem nas mudanças da estrutura linguística. Partindo da premissa apresentada no trabalho do linguista em Martha’s Vineyard, por exemplo, Labov decidiu investigar o dialeto dessa ilha no estado de Massachusetts na costa leste dos estados Unidos, tendo em vista os seguintes fatores: O sotaque dos habitantes dessa ilha era conhecido por exibir uma característica marcante, pois a centralização das vogais nucleares nos ditongos decrescentes, p. ex., light /lait/ = [!ɪ] e house /haus/ = [!ʊ]. Essa característica é conhecida em algumas variedades do inglês, como o canadense, mas não é típico do inglês de New England.

Após ter gravado muitas conversas com os habitantes da ilha, Labov analisou as gravações. Ele descobriu que cada falante exibia uma ampla gama de pronúncias. Às vezes, as articulações eram muito centralizadas; em outras ocasiões, os ditongos eram pouco centralizados, e em outras situações elas não apresentavam centralização alguma.

Os linguistas anteriores tinham realizado análises semelhantes e tinham conseguido os mesmos resultados. Concluíram que não havia nada que valesse a pena investigar. Essa ótica é respondida depois a partir da chamada de terceira onda da Sociolinguística (Eckert, 2012) que representa uma volta ao significado social da variação. Isso porque o significado social da variação permitiu a centralizar o interesse pela mudança linguística.

É importante destacarmos que as variáveis linguísticas particulares poderiam ser afetadas pela tendência geral rumo ao favorecimento de uma postura articulatória sob a influência das forças sociais. Isso denota que cabe a Sociolinguística “entender quais são os principais fatores que motivam a variação e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro que se apresenta variável” (Cezário; Votre, 2012, p. 141).

Vale destacarmos, ainda, que

Uma das características mais importantes das línguas humanas e mais relevantes à questão do ensino da língua materna é a diversidade linguística. Este é um ponto básico nas pesquisas e teorias sociolinguísticas e, em princípio, não precisamos de nenhuma pesquisa acadêmica formal para reparar na existência desta diversidade. Ela é evidente pela experiência de todo mundo; entretanto, em muitas sociedades, como é o caso da sociedade brasileira, a representação sociocultural da língua de certo modo oblitera essa percepção, fazendo crer que a língua de verdade não varia – ou, numa exacerbação idealizada, faz crer que a língua não deveria variar. (Guy; Zilles, 2006, p. 42)

À vista disso, é indispensável para o cientista da Sociolinguística a compreensão da relação entre a língua e a sociedade, em seu uso real e suas interligações, bem como as variações que compõem uma comunidade de fala a ser estudada. Por conseguinte, as formas em variação constituem as variantes linguísticas que são definidas nas palavras de Tarallo (1986, p. 08) como “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”. Além disso, tais variáveis são divididas em variáveis linguísticas dependentes e independentes. A variável dependente consiste no emprego das variantes de maneira não aleatória, mas influenciado por um grupo de fatores sociais e estruturais. Neste caso, as variantes seriam então as formas que estão em competição: a presença ou a ausência da regra de concordância verbal. Haja vista que a utilização de uma ou outra variante é influenciada por fatores linguísticos (estruturais) ou sociais (extralinguísticos), esses fatores são

responsáveis pela construção das variáveis explanatórias ou independentes. Já a variável independente resulta justamente do grupo de fatores influentes ou condicionadores. Sem deixar de lembrarmos que a concepção de língua adotada por Labov (2008) não é aquela que se localiza na mente do seu falante, contudo em seu uso por uma comunidade de falantes, pois “as intuições sobre a gramática de uma língua (intuições essas que todos temos, pensando-se em língua materna) devem ceder às ocorrências, aos dados que a fala das pessoas oferece” (Mendes, 2013, p. 113).

Sob esse prisma, a Teoria da Variação toma a língua a partir de seu contexto sócio-cultural, já que o esclarecimento sobre a heterogeneidade parte da constatação de usos linguísticos reais verificados através dos fatores externos à língua e não apenas em fatores internos ao sistema linguístico. Assim, “ela parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível” (Mollica, 2015, p. 10). Os linguistas Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 36) afirmam que “o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o mero desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue”, se mostrando de forma mais heterogênea e ordenada do que a própria língua que utiliza o falante (Faraco, 2006). Uma vez que a variação ocorra no nível individual, também acontece a adaptação do discurso conforme os seus componentes: interlocutores, contexto social, situação de comunicação; ainda existem motivações que nos levam a adotar a forma de falar em dado contexto. Portanto, adequamos o nosso falar, o nosso comportamento à situação exposta (Coelho et. al., 2015).

Ao centrar os esforços investigativos na delimitação do objeto de estudo da Sociolinguística, Bright (1966 apud Alkmim, 2003), ao pontuar as variações linguísticas como elemento potencial de estudo sistematizado, conceitua como objeto de estudo dessa área. Para o autor, é preciso ir além do próprio objeto de estudo, uma vez que outros fatores se entrecruzam nessa interface, como:

- Identidade social do emissor ou falante – relevante, por exemplo, no estudo dos dialetos de classes sociais e das diferenças entre falas femininas e masculinas;
- Identidade social do receptor ou ouvinte – relevante, por exemplo, no estudo das formas de tratamento, da baby talk (fala utilizada por adultos para se dirigirem aos bebês);
- O contexto social – relevante, por exemplo, no estudo das diferenças entre a forma e a função dos estilos formal e informal, existentes na grande maioria das línguas;

- O julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento linguístico e sobre o dos outros, isto é, as atitudes linguísticas (Alkmim, 2003, p. 29).

Paiva e Duarte (2006) postulam, ao se referirem a variação interna ao sistema,

À luz do contexto de heterogeneidade ordenada, essa equação é facilmente invalidada, pois ele permite depreender um continuum de distinção entre as variedades, atestar muito mais diferenças quantitativas do que qualitativas. Assim, a presença de uma variante estigmatizada deixa de ser prestígio das variedades populares, rurais ou faladas por membros de classes com menor acesso aos bens socioculturais (Paiva; Duarte, 2006, p.134)

Desse modo, as variedades, contudo, compõem-se em escalas valorativas, não pela natureza da língua, porém pelo valor atribuído por seus falantes. Por isso, a constatação entre as variedades de prestígio e de não prestígio, reflete o poder e a autoridade daqueles que se relacionam com o âmbito econômico, político e social, assumindo seu poder e determinando aquilo que é socialmente aceito e o socialmente estigmatizado, certo ou errado, padrão ou não padrão, adequado ou inadequado. Gnerre ([1985] 2017, p. 04), denota uma reflexão pertinente, ao postular que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, ou melhor, vale como reflexo do poder e da autoridade que esses falantes têm em suas relações econômicas e sociais”.

Pelo que podemos observar, a avaliação social de prestígio ou estigma a respeito de uma determinada variante pode impulsionar, ou ainda, retardar o processo de uma mudança linguística. Nas palavras de Coelho et. al. (2015, p.93) a correlação entre o uso linguístico e o valor social ocorre da seguinte forma:

Variantes de maior prestígio estão associadas, quase sempre, a estilos de fala mais formais, ao passo que variantes de menor prestígio se associam a estilos de fala mais informais (ao vernáculo); 2) Variantes mais conservadoras (e, em geral, mais prestigiadas) são usadas majoritariamente no trabalho, enquanto as mais inovadoras são preferidas na interação com os amigos (e familiares) e nas brincadeiras.

A rigor, de acordo com os pressupostos da Teoria da Variação e da Mudança, há diversas formas de se dizer a mesma coisa, isto é, formas distintas, denominadas como variantes. Estas variantes devem ter o mesmo valor de verdade, no entanto, mostram significados sociais e/ou estilísticos diferentes. Contudo todas as variantes devem ser respeitadas, uma vez que cabe ao falante empregar a forma linguística que atenda a um

determinado contexto. Por isso, a Sociolinguística procura esclarecer os fenômenos da língua variáveis considerados, por muitos, como uma espécie de “desvio” nas línguas, a fim de combater o preconceito linguístico⁵³.

As variantes padrão são, grosso modo, as que pertencem às variedades cultas da língua; já que as variantes não padrão costumam se afastar dessas variedades. Mesmo que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a variante padrão é, em geral, a variante de prestígio, enquanto a não padrão é estigmatizada – pode haver comentários negativos à forma ou aos falantes que a empregam. Ademais, as variantes padrão tendem a ser conservadoras, fazendo parte do repertório linguístico da comunidade há mais tempo, ao passo que as variantes não padrão tendem a ser inovadoras. (Coelho et. al., 2015, p. 19)

É exatamente sobre tal questão que incide o problema da avaliação. De outro modo, o juízo de valor que as manifestações linguísticas sofrem legitima o lugar dos indivíduos nas comunidades de fala, resultando numa estratificação social escalonada, o que ocasiona no privilégio daqueles que usam as variantes concebidas como “corretas”, a depender do modelo validado pela comunidade linguística, e se estereotipam aqueles que “desviam” desse uso padrão. No caso específico de Guiné Bissau, o Português Europeu é avaliado como língua de poder e prestígio, já que seu domínio é garantia de ascensão sócio-econômica, independente de suas línguas maternas. Seu estatuto de língua oficial denota o Labov (2008, p. 57) ratifica que “grupos diferentes têm de responder a desafios diferentes a seu status”.

Ainda a título de conceituação, a avaliação, para Labov (2008, p. 326), diz respeito a “como membros da comunidade reagem à mudança em andamento e que informação expressiva as variantes vinculam”. Nesse sentido, o autor atesta que a avaliação linguística é o resultado da avaliação social. Um exemplo de compreensão seriam os testes de autoavaliação, ou seja, quando os falantes, questionados sobre qual variante é característica de sua própria fala, respondem que acreditam que seu uso é a forma “correta” ou que fazem parte das formas de prestígio mesmo não sendo a forma adotada por eles.

No contexto de pesquisas sobre avaliação, ressaltamos a tese de Oushiro (2015), na qual a autora distingue dois conceitos: avaliação e percepção. Conforme a autora, avaliação diz respeito à metalinguagem empregada pelos falantes sobre as variantes, enquanto que a

⁵³ O preconceito linguístico resulta da comparação indevida entre o modelo idealizado de língua que se apresenta nas gramáticas normativas e nos dicionários e os modos de falar reais das pessoas que vivem na sociedade, modos de falar que são muitos e bem diferentes entre si. (Bagno, Marcos. Preconceito Linguístico. In: Frade, Isabel Cristina Alves Silva; Val, Maria da Graça Costa; Bregunci, Maria das Graças de Castro. Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte, CEALE/Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/preconceito-linguistico> Acesso em: 18 set. 2021.)

percepção é concebida como “as inferências feitas pelos usuários de uma língua ao ouvir outro falante - e que, portanto, podem não ser objeto de comentário metalinguístico.” (Oushiro, 2015, p. 54).

Dessa forma, o pesquisador terá o papel de determinar o estatuto social das variantes, podendo classificadas conforme sua avaliação, a saber: estereótipos, marcadores ou indicadores. Freitag et. al. (2016, p.139) esclarecem

Quanto à avaliação social, Labov (2008) trata de três categorias: os estereótipos, que são os traços linguísticos socialmente marcados de forma consciente pelos falantes; os marcadores, que são os traços linguísticos sociais e estilísticos e que permitem efeitos sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte sobre o falante; e os indicadores, que são os traços socialmente estratificação, no entanto, não são sujeitos à variação estilística.

As autoras pontuam, ainda, que “o modo como uma variante linguística é avaliada socialmente por um indivíduo ou determinado grupo pode implicar na construção da face daqueles que fazem uso ou não de tal variante linguística, pois os interlocutores procuram ao máximo preservar tal face” (Freitag et. al., 2016, p. 140). Logo, tomado ao pé da letra, o problema da avaliação se fundamenta na premissa laboviana de que “o nível da consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem que ser determinada diretamente” (Weinreich, Labov, Herzog, 2006, p. 124).

Além disso, consideramos a proposta de Labov (2008 [1972]) de que a opção do estilo pelo falante depende da escolha das variantes linguísticas, o que significa levar em consideração “não há falante de estilo único” (Labov, 2003, p. 234), já que dependendo da situação comunicativa, o falante optará entre um estilo informal e/ou formal, demonstrando que possui competência para adequar o uso da língua ao contexto de uso. Assim, em situações mais formais, há uma tendência ao uso prestigiado das formas linguísticas; em contraposição, em contextos informais, essas formas tendem a reduzir, aumentando o uso de variantes informais pela comunidade.

Sendo assim, Labov (2003) ainda destaca que os falantes tendem a mudar regularmente o uso das variantes formais e informais, com o uso da mudança estilística determinada por diversos fatores, a saber:

- papéis socioculturais assumidos pelos interlocutores (professor-aluno, pai-filho, amigo-amigo, patrão-empregado, etc.);
- assunto tratado (economia, política, viagem, família, namoro, religião, etc.);

- características socioculturais dos falantes (sexo, idade, profissão, escolarização, classe social, etc.);
- domínio em que ocorre a situação comunicativa (trabalho, lar, escola, igreja, universidade, praia, shopping, etc.), entre outros.

A avaliação seja positiva ou negativa carrega consigo um traço linguístico socialmente legitimado. Por isso, ressaltamos que a avaliação negativa de um fenômeno pode resultar num complexo processo de exclusão e preconceito linguístico⁵⁴. De outro modo, a avaliação positiva apenas legitimará o prestígio social do falante. “Em nível intermediário, figuram os chamados marcadores sociolinguísticos, variantes em relação às quais os falantes teriam certo grau de consciência do (des-)prestígio social da regra, mas cujo emprego seria motivado pelas situações de maior ou menor monitoração estilística, por exemplo” (Vieira; Pires, 2012, p. 173).

O termo preconceito linguístico tem recebido definições como:

É a atitude de lançar um juízo prévio e pronto sobre um fato, uma pessoa ou grupo de pessoas antes de sequer entrar em contato com o fato ou com a pessoa/grupo – parece ser algo inerente ao ser humano que vive em sociedade. Essa atitude tem estreito vínculo com as ideologias. (Bagno, 2017, p. 374)

Para Freitag et. al. (2020, p. 187), “as definições mais modernas propõem que preconceito é uma atitude negativa dirigida contra um grupo como um todo ou contra seus membros”. Da ótica social, o preconceito ocorre em diversos desdobramentos seja racial, contra as mulheres, contra os deficientes físicos, dentre outros. Diante dessa conjuntura, o preconceito linguístico é a atitude de discriminar as pessoas por seu modo de falar (Silva, 2019), especialmente sobre formas linguísticas concebidas como estigmatizadas. Assim, quando o uso de um traço linguístico é avaliado de forma negativa, uma pessoa que faz seu uso tende a ser vítima de preconceito. É possível refletirmos sobre o racismo linguístico, desdobramento do preconceito, através das palavras de Nascimento (2019) que define como toda forma de racialização que ocorre através da língua, na língua e pela língua.

⁵⁴ O preconceito linguístico é limitante, porque só dá conta do desprezo pelas variedades populares. Ele não leva em consideração a negação do caráter pluriétnico da nossa língua pelo histórico de marginalização das línguas africanas e indígenas em busca de um português europeu puro, que não tem marcas das diferentes etnias indígenas ou populações africanas. Já o racismo linguístico trata especificamente de raça, dessa condição histórica, cultural e social de violências a que as populações majoritariamente negra e indígena foram submetidas. Fonte: O racismo está em nossa língua (Souza, 2021) – Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/racismo-lingua>. Acesso em 23JUN2023.

Para a Teoria da Variação e da Mudança, a língua é compreendida como sistema heterogêneo e ordenado composto por variações, que só existem dentro de uma comunidade de fala⁵⁵, ou melhor, não há dois falantes que se expressem do mesmo jeito, tão pouco um falante de um único estilo.

De acordo com Mendes (2013, p. 124), "padrões de uso numa comunidade de falantes podem ser apreendidos pelo sociolinguista através de distribuição de variantes, quantitativamente analisadas". Como essa compreensão, é possível atestarmos através dos ensinamentos de Labov, que a quantificação e a análise de dados sociais com base nas ocorrências têm grande relevância para a Teoria da Variação.

No tocante aos aspectos metodológicos, a Sociolinguística variacionista descreve e analisa o processo de variação e mudança nos fenômenos da língua com base no controle das variáveis sociais (aspectos extralinguísticos, tais como: sexo, escolaridade, idade) e linguísticas (aspectos intralinguísticos), buscando verificar a ocorrência do favorecimento ou do desfavorecimento de determinadas estruturas condicionadas ao contexto em que se inserem.

Os aspectos internos e externos da língua também são compreendidos como fatores linguísticos e extralinguísticos. Além disso, de acordo com Coelho et al. (2015), a atribuição de variáveis independentes para esses condicionadores da variação linguística, já a variável, entendida como fenômeno em estudo, pode ser tratada por variável dependente à luz dessa teoria. Enquanto variação em sua dimensão externa, os autores listam, em particular: (1) variação regional ou geográfica, (2) variação social, (3) variação estilística e (4) variação na fala e na escrita. Já a variação regional, conhecida também por variação diatópica é “a responsável por podermos identificar, às vezes com bastante precisão, a origem de uma pessoa pelo modo como ela fala. Através da língua, é possível saber que um falante é gaúcho, mineiro ou baiano, por exemplo” (Coelho et. al., 2015, p. 38).

Observemos cada uma delas abaixo, em particular:

- **variação regional ou diatópica** (do grego diá = através de; e topos = lugar) - A identificação da origem regional de uma pessoa através de seu modo de falar é determinante nesse tipo de variação. Isso ocorre porque os padrões de linguagem utilizados por um indivíduo são geralmente únicos, como os padrões de entonação e traços fonológicos específicos. Além disso, essa

⁵⁵ Para Labov (2008 [1972], p. 188): “Uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”.

variação está relacionada a questões geográficas, abrangendo diferenças entre cidades, estados ou países. Como exemplo, podemos observar as características linguísticas que distinguem as diversas variedades, como a pronúncia do /r/ no final de sílabas, que pode ser realizado como "tepe" ou "retroflexo", como no caso da palavra "porta". Diversos estudos têm sido realizados sobre esse tema, como o doutorado de Livia Oushiro, que investigou a avaliação, produção e percepção linguística no português falado em São Paulo. Essa pesquisa revelou que os jovens de classes baixas tendem a favorizar a pronúncia retroflexa, que se tornou uma variante local e prestigiada devido à grande presença de migrantes do Norte/Nordeste, onde a pronúncia fricativa do /r/ é mais estigmatizada na comunidade (Cf. Amaral [1920] 2020; Callou. Moraes, Leite, 1996; Brandão, 2007).

- **variação social ou diastrática** (diá, do latim stratum = camada = estrato) – nesse tipo de variação, lidamos com os principais fatores sociais condicionantes da variação linguística, a partir da identificação do grau de escolaridade, o nível socioeconômico, sexo e gênero, a faixa etária, bem como a profissão dos falantes. Pesquisas sobre a variação da concordância verbal no português brasileiro demonstram, fortemente, o condicionamento pela escolarização ⁵⁶(Cf. Scherre & Naro, 2014; Vieira & Bazenga, 2015; Araújo, 2018; Kato, Martins, Nunes, 2023). A concordância verbal, um fenômeno gramatical estigmatizado, é sensível à avaliação social no Brasil. Estudos sobre a covariação entre a alternância pronominal e a marca de concordância mostram uma avaliação social qualificada para combinações como "nós fala" e "a gente falamos". Essas combinações geralmente são associadas a falantes menos escolarizados, como demonstrado por Naro, Gorski e Fernandes (1999), que analisaram a amostra de fala do Rio de Janeiro/RJ. Em relação às variedades africanas do Português, Mota (2015) investiga a concordância sujeito-verbo na terceira pessoa do plural no Português falado em Luana e em Cabo Verde. O estudo incluiu 14 falantes com média e alta escolarização da

⁵⁶ SCHERRE, Maria Marta Pereira ; NARO, Anthony Julius . "Sociolinguistic correlates of negative evaluation: Variable concord in Rio de Janeiro", **Language Variation and Change** 26, 2014 - 331-357. Doi: 10.1017/S0954394514000143.

VIEIRA, Silvia R.; BAZENGA, Aline. A concordância da terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, Silvia R. (Org.). **A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 29-75.

KATO, M. A.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. **Português brasileiro e português europeu: sintaxe comaprada**. São Paulo: Contexto, 2023. pp. 57 – 121.

cidade da Praia. Os resultados indicam uma forte presença da concordância canônica no chamado Português de Cabo Verde.

- **variação de registro, estilística ou diafásica** (diá do grego = phasis = expressão modo de falar) remete aos diversos usos linguísticos de um falante empregados nos contextos de comunicação distintos, em particular, as escolhas que ele faz em sua interação com o outro, materializa pelos diversos instrumentos de correspondência com outro falante, seja por carta, jornal, e-mail, sua própria fala, entre outros. Essa seara incide na construção do repertório linguístico do indivíduo. Além disso,

Um mesmo falante pode usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra. Basta pensarmos que a maneira como falamos em casa, com nossa família, não é a mesma como falamos em nosso emprego, com o chefe. O que está em jogo aí são os diferentes “papéis sociais” que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes “domínios sociais”: na escola, na igreja, no trabalho, em casa, com os amigos etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando em conformidade com as situações comunicativas (entre professor e aluno, patrão e empregado, pais e filhos, irmãos etc). Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana”. (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 23).

- **variação na fala e na escrita ou diamésica** está relacionada aos diferentes meios de comunicação para essas duas faces da linguagem. Assim, no caso da fala, verifica-se maior espontaneidade, improvisação, enquanto na escrita há maior grau de formalismo, dada a natureza mais artificial desse tipo expressão, o que implica maior controle no dizer, maior rigidez para se atender aos padrões estabelecidos para os diferentes contextos sociais em que esse tipo de variação se faz presente (Coelho et al., 2015, p. 83-85). A pesquisa de Oliveira (2019) sobre a distribuição de sujeitos nulos e plenos em dados orais e escritos produzidos por falantes guineenses e são-tomenses que moram no Brasil e estudam na UNILAB-CE pontua o enfraquecimento na morfologia de flexão verbal do PGB, em que nessa língua já produz ocorrências da expressão pronominal “a gente” no lugar da primeira pessoa do plural “nós”, além do uso de “você” no lugar da segunda pessoa gramatical, contudo utiliza a desistência da terceira pessoa do singular, Já que no português de São Tomé, constatou-se que a morfologia de flexão verbal é mais próxima ao que é visto no PE. Em relação à assimetria entre língua

falada e escrita é de extrema significância, pois os resultados entre os dados de ambas as modalidades foram divergentes. Houve uma grande ocorrência de produção de sujeitos nulos nos dados escritos, enquanto que nos dados de fala houve preferência por sujeitos expressos.

- **variação diacrônica** está centrada nas diferenças apresentadas em etapas históricas distintas de uma mesma língua ou entre línguas diferentes (Diá = e do grego Khrónos = tempo). De acordo com Duarte (2013, p.19) “o tratamento dado à variação é, além de estereotipado, não funcional, na medida em que os materiais didáticos, em sua maioria, apenas descrevem casos de variação diatópica nos níveis fonético-fonológico e, principalmente, lexical”.

Além disso, os lampejos da vertente sociolinguística têm reverberado em outras propostas teóricas que levam em consideração o fenômeno da diversidade, da variação em suas investigações, particularmente, na academia brasileira, a dialetologia, a teoria da gramaticalização, a teoria paramétrica ou a teoria da otimidade.

Em síntese, a fim de analisarmos os dados de nossa pesquisa, tomamos como aporte teórico os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista, os seguintes conceitos: comunidade de fala, variação e mudança linguística, norma culta e os problemas relacionados à mudança linguística, especialmente, restrições, encaixamento e avaliação dos padrões de concordância verbal da variedade africana do PGB. Sendo assim, procuramos associar os pressupostos básicos da teoria aos contextos de multilinguismo, para que, através da observação dos aspectos mais específicos do contato linguístico, seja possível a tentativa de verificar as avaliações subjetivas dessa variante sintática em análise.

4.2 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS: BASES CONCEITUAIS

No âmbito desta pesquisa, que aborda questões de crenças e atitudes linguísticas, são fundamentais para discutirmos elementos da psicologia social que permitam compreender a avaliação subjetiva de fenômenos sociais, bem como a significação social dos falares e a cultura individual. Nesse sentido, a investigação foca no indivíduo inserido em uma comunidade de fala específica, composta por cidadãos guineenses que utilizam PGB, o guineense e línguas étnicas. O objetivo é analisar, além da concordância verbal, as crenças e

atitudes linguísticas desses indivíduos em relação ao seu uso e à variedade de português que empregam, considerando o contato com as línguas locais e a língua nacional (guineense). Assim, buscamos compreender as implicações desses fatores na construção do PGB em contexto de contato linguístico.

Na visão de Lambert e Lambert (1981), a psicologia social é entendida como o estudo dos indivíduos em seus contextos sociais e culturais. Essa definição se conecta com nossa pesquisa, que investiga a língua em cenários de uso que são, fundamentalmente, sociais e culturais, considerando as especificidades das comunidades de fala envolvidas. É crucial compreender os usuários da língua e as características relevantes para a análise linguística, não com o intuito de estudar um idioleto, mas para descrever atitudes e usos linguísticos dessas comunidades. Além disso, ao refletir sobre o processo de conhecer outra pessoa, os autores ressaltam que esse processo é mais complexo do que se imagina, pois envolve desejos, motivações, traços de personalidade e aprendi-zagens passadas de ambos os indivíduos, assim como as informações que trocam entre si.

Os autores avançam a discussão ao afirmar que, no contexto do conhecimento, é fundamental considerar os chamados “estados interiores”, que englobam hábitos, atitudes, percepções, juízos e motivações dos indivíduos. Esses elementos, segundo os autores, são suscetíveis a mudanças por meio da interação social, que é mediada por regras e estruturas sociais (Lambert; Lambert, [1966] 1981). Essa multiplicidade de fatores enfatiza a complexidade do estudo do comportamento social, refletindo um desafio associado a uma corrente psicológica que argumenta que os pesquisadores devem confrontar diretamente essas complexidades. Isso inclui a análise de motivos, atitudes, valores e estilos perceptivos dos indivíduos e como esses aspectos se desenvolvem, influenciam o comportamento social e, por sua vez, são moldados por interações sociais (Lambert; Lambert, [1966] 1981).

A relevância de estudos sobre as atitudes linguísticas tem sua gênese nos postulados da Psicologia Social (Cf. Lambert & Lambert, 1972; 1966; Lambert, 1967; López Morales, 1993; Moreno Fernández, 1998), que também tem fundamentado trabalhos nas áreas da linguagem, pois permite ao linguista verificar, em menor ou maior grau, de que forma os sentimentos e as percepções dos falantes, ou dos grupos sociais, interferem na escolha de uma língua, de uma modalidade ou mesmo na escolha de uso vocabular. Foi através da preocupação do psicólogo Wallace Lambert ([1967] 2003), considerado o precursor dos estudos sobre atitudes linguísticas, sob a ótica sócio-ideológico-cultural da linguagem com os aspectos social, ideológico e cultural da linguagem, com a publicação do estudo pioneiro, em 1967, com o título *A Social Psychology of Bilingualism*, no *Journal of Social Issues*, que a

temática sobre “atitude” passa a interessar não apenas ao âmbito da Psicologia Social, como também aos cientistas da linguagem, em especial, àqueles que se debruçavam aos Estudos Sociolinguísticos dedicados à investigação sobre línguas e dialetos em contato.

Tal contribuição da Psicologia Social situa-se no fornecimento de subsídios para a investigação de papéis que as crenças, as atitudes e a identidade empreendem no comportamento linguístico do indivíduo. Para esse campo de investigação, as atitudes constituem um complexo fenômeno psicológico revestido de grande significado social (Lambert; Lambert, 1966). Já no campo da Sociolinguística, tem auxiliado na investigação dos mecanismos de troca e de difusão dialetal, além de promover a compreensão a respeito do comportamento do falante frente a sua própria modalidade linguística ou em contraste com a do outro. Ainda assim, a Sociologia da Linguagem dedica-se as questões relacionadas à organização social do comportamento linguístico, não apenas integrando o uso da língua em sim, como também as atitudes perceptíveis relacionadas à língua e aos seus falantes⁵⁷ (Cf. Fishman, 1972).

Os psicólogos sociais Lambert e Lambert nos auxiliam a compreender a concepção de atitude, já que também pode ser aplicada às atitudes linguísticas, e seus respectivos componentes:

Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir. Dizemos que uma atitude está formada quando esses componentes se encontram de tal modo interrelacionados que os sentimentos e tendências reativas específicas ficam coerentemente associadas com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos. (Lambert; Lambert, 1966, p. 77-78)

Sobre as Atitudes Linguísticas, o psicólogo social, Bem (1973, p. 29) define que são

os gostos e as antipatias. São as nossas afinidades e aversões a situações, objetos, grupos ou quaisquer aspectos identificáveis do nosso meio, incluindo ideias abstratas e políticas sociais. [...] nossos gostos e antipatias têm raízes nas nossas emoções, no nosso comportamento e nas influências sociais que são exercidas sobre nós. Mas também repousam em bases cognitivas.

Nessa mesma linha de pensamento, Calvet (2002, p. 65) argumenta que “existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam”. Somado a isso, Lambert e Lambert

⁵⁷ FISHMAN, J. A. **The sociology of language**: an interdisciplinary social science approach to language in society. Rowley, Massachusetts: Newbury, 1972.

(1966, p. 78) acreditam que “a atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante”. Visto que as atitudes desempenham uma função essencial na determinação do nosso comportamento, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias sobre as quais vivemos (Lambert; Lambert, 1972). Além do mais, “a atitude linguística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro” (Aguilera, 2008, p. 105).

Sendo assim, as atitudes são importantes, já que

Elas influenciam a forma como vemos o mundo, o que pensamos e o que fazemos. Desde cedo, nossas atitudes são vitais porque nos ajudam a entender o que gostamos (e devemos abordar) e o que não gostamos (e devemos evitar). De fato, a análise de nossas atitudes é um tema central da Psicologia Social. (Lima; Sousa; Modesto, 2023, p.172).

Ademais, “a força das atitudes também se manifesta em termos da sua influência no processamento de informações e nos julgamentos, no sentido de que atitudes fortes tornam mais provável que certas informações venham à mente ou que certos julgamentos sejam feitos” (Lima; Sousa; Modesto, 2023, p. 174).

Conforme Pizzatto, Bini e Sella (2019, p. 224), o campo da Sociolinguística integrou duas concepções da área de estudo da Psicologia Social, a saber:

(1)a Behaviorista “ou comportamentalista, que interpreta a atitude como uma conduta, uma reação ou resposta a um estímulo (a uma pessoa, a uma língua, a uma situação etc.)”; e (2)a Mentalista, “que interpreta a atitude como um estado mental, interno do indivíduo, uma disposição mental em relação a condições ou fatos sociolinguísticos concretos⁵⁸.

Para os pesquisadores desta área, Moreno Fernández (1998) e López Morales (1993), ao assumirem a concepção de atitudes cunhada por Lambert e Lambert (1972), apresentam três elementos fundamentais: o cognoscitivo (saber ou crença); o afetivo (sentimento/valorização) e o conativo (conduta sociolinguística). Portanto, a constituição da atitude está subordinada a esses três componentes desde que estejam “inter-relacionados de tal

⁵⁸ Distinção teórica apresentada por Moreno Fernández (1998) e López Morales (1993).

forma que aquilo que se sente e a maneira como se reage diante de um objeto social estejam coerentemente associados ao modo como se pensa a respeito dele” (Botassini, 2015, p. 114).

A formação da personalidade e do comportamento de um indivíduo é fortemente influenciada por diversas camadas sociais, como o ambiente, a geografia e as particularidades do uso linguístico. Nesse contexto, é importante relacionar a interação entre língua e comunidade com as atitudes linguísticas e suas implicações na identidade sociolinguística dos falantes, aspectos que são investigados nesta pesquisa.

No que diz respeito à influência da família, Lambert e Lambert (1981) analisam a importância desse elemento na formação do indivíduo, explorando as diferenças entre famílias e contextos sociais. Os autores buscam identificar as distintas maneiras pelas quais as pressões familiares afetam as crianças, considerando as variações que existem de uma família para outra e de uma sociedade para outra (Lambert; Lambert, 1981). Eles observam que condições de socialização divergem em função das pressões cotidianas vividas no ambiente familiar e na comunidade (Lambert; Lambert, 1981), o que é especialmente relevante em países como a Guiné-Bissau, rica em diversidade linguística. Além do uso do PGB e do guineense, as línguas étnicas permeiam a ancestralidade e a cultura, representando uma herança linguística que comunica valores familiares e étnicos, os quais influenciam comportamentos e proporcionam modelos a serem seguidos, mesmo que essa influência não seja sempre explicitamente compreendida.

Os autores exemplificam essa dinâmica ao descrever um cenário em que uma criança, seguindo a orientação de sua mãe ao atravessar um caminho pedregoso, aprende a evitar pedras escorregadias. Ao observar a mãe, a criança, embora inicialmente imite seu comportamento, eventualmente aplica seu próprio raciocínio ao tomar decisões com base em sua experiência, demonstrando que ela pode agir de forma independente ao referir-se à pedra “verde” como a mais descartável, mesmo sem o modelo da mãe presente (Lambert; Lambert, 1981).

Em texto seminal, Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006) sobre a questão da avaliação afirmam que

[...] o estudo do problema da avaliação na mudança linguística é um aspecto essencial da pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo. Mas o efeito dos valores sociais sobre o desenvolvimento interno de um sistema linguístico é uma questão mais difícil [...] (Weinreich; Labov; Herzog, [1968] 2006, p.103).

Nessa obra, os autores relacionam a avaliação de formas linguísticas à compreensão de como se dá a mudança linguística. Oushiro (2021) também nos alerta sobre a importância do interesse para além da própria teoria linguística, já que somos seres que vivemos em sociedade, por isso também devemos ter uma preocupação social. A esse respeito, Labov (2020), em sua conferência intitulada “Justiça como uma questão linguística”⁵⁹ no evento ABRALIN ao Vivo, destaca como pode ser produtivo utilizar a Linguística como ferramenta de promoção da justiça social. Assim, a reflexão que permeou toda sua fala foi o nosso papel enquanto linguistas no âmbito social: a partir da descrição quantitativa dos padrões da fala de diferentes grupos, sejam eles privilegiados ou não, fazer com que os falantes sejam ouvidos, de modo a tornar o mundo um pouco mais justo (Labov, 2020). Ainda nessa esteira reflexiva, Scherre (2020) afirma que o respeito linguístico consiste numa prática de justiça social e precisa nortear nossas interações, em busca de convivências humanísticas, harmoniosas e pacíficas. A própria autora define respeito linguístico como

A convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, seja no plano das diferenças entre línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua. As diferenças linguísticas, em qualquer plano, incluindo o social, caracterizam grupos de falantes e são mecanismos identitários. Então, o Respeito Linguístico implica a capacidade de ouvir o outro com seus traços linguísticos sem julgamentos de valor, sem brincadeiras de mau gosto, sem o imperioso desejo de mudar a fala do outro, sem preconceito, sem intolerância, sem bullying.

Na Sociolinguística, atitudes linguísticas são utilizadas para analisar fenômenos de caráter linguístico-comportamental, relacionadas a variantes específicas de uma variedade ou às variedades em si, sua perda ou manutenção. Esse campo linguístico tem interesse investigativo sobre diferença entre a maneira como as pessoas fazem uso da língua, e suas crenças a respeito de seu próprio comportamento linguístico e o dos demais falantes. Desse modo, as atitudes linguísticas têm em sua função compreender o fenômeno da variação de modo que este revele a função da língua e suas variantes no contexto do falante. Somado a isso, a possibilidade de análise não somente da variação, mas também do entendimento de como o falante se porta em relação ao dialeto que fala é um dos pontos pertinentes das investigações sociolinguísticas (Cardoso, 2015). Em síntese, para a Sociolinguística, a apreciação dos usos da língua é, ao mesmo tempo, um julgamento social que tem como

⁵⁹ JUSTICE as a linguistic matter. Conferência apresentada por William Labov. [s.l., s.n], 2020. 1 vídeo (1h 06min 33s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqrsHmherSQ> Acesso em: 28MAR2021.

resultado a filiação do falante (ou a tentativa de) a um modelo linguístico (Labov, 2008 [1972]).

De acordo com Moreno Fernández (1998, p. 179) “a atitude é uma conduta, uma reação ou resposta a um estímulo, isto é, a uma língua, uma situação ou características sociolinguísticas determinadas”. Sendo assim, a atitude linguística é uma espécie de manifestação da atitude social dos indivíduos, diferenciada por centrar-se e referir-se, de forma específica, tanto à língua como ao uso que dela se faz na sociedade, o que resulta em atitudes relacionadas aos diferentes estilos de fala, socioletos, dialetos ou mesmo a línguas diferentes. Logo, o estudo que se pretende realizar entende que na comunidade pesquisada existem crenças referentes aos dizeres relacionados a uma determinada variante.

Botassini (2009, p.85) advoga que “a forma como se avaliam algumas variedades linguísticas – positiva ou negativamente – denota atitudes de estigma e de identidade social”. Na concepção da autora, “a forma como as pessoas se colocam frente a determinadas variedades linguísticas, as atitudes de rejeição ou de aceitação em relação a elas”, ou ainda “a avaliação positiva ou negativa, as demonstrações de preconceito ou de admiração, a avaliação do que é correto ou incorreto, adequado ou inadequado etc. revelam nossas crenças linguísticas” (Botassini, 2009, p.85).

Diante do exposto, Cardoso (2015) constata que

O falante emite um julgamento sobre as variedades linguísticas, e associa a elas diferentes valores, hierarquizando-as: um modo de falar é visto como “desagradável” ou “feio”, um outro como “cantado” e “lento”, e outro, enfim, como “importante” e “conhecido”, símbolo designo de cultura. Linguisticamente falando, algumas pessoas têm uma atitude mais normativa, mais purista, e outras, uma atitude mais tolerante. (Cardoso, 2015, p. 9-10).

As afirmações da autora corroboram Coelho et. al. (2015) quando explica que a atitude do falante se manifesta em dois níveis: um relacionado à avaliação linguística e outro à avaliação social⁶⁰. Para os autores, a avaliação linguística das formas variantes está relacionada à utilidade funcional das formas. Com isso, o sistema linguístico (em variação) disponibiliza uma possibilidade de formas para o falante expressar e compreender uma informação e, assim, poder escolher qual variante usar de acordo com a sua significação social, com o contexto e com o interlocutor. Já a avaliação social das formas variantes é observada no comportamento do grupo em que os falantes de uma comunidade de fala

⁶⁰ Em consonância com Oushiro (2015), assumimos a distinção conceitual entre os termos reações e avaliações. O primeiro utilizamos para fazer referência a aspectos inconscientes ou menos conscientes presentes dos julgamentos linguísticos dos falantes, isto é, suas inferências. O segundo, utilizamos para nos referirmos às explanações, metacomentários a respeito dos usos linguísticos próprios e de outros falantes.

atribuem significados sociais a determinada variável. As avaliações atribuídas para as formas linguísticas podem indicar diferentes valores sociais. Assim, destaca Calvet (2009, p. 65), “existe todo um conjunto de atitudes, desentendimentos dos falantes para com suas línguas e para com aqueles que as utilizam”.

Pondera Bisinoto (2007)

As avaliações manifestam e encobertam, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, tema propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos. (Bisinoto, 2007, p. 24)

Na verdade, para Hora (2012) quando ocorre a existência de duas ou mais variantes de alguma forma linguística, só uma delas é delegada à variedade padrão. Em situação real, a opção de uma variante em relação a outra é influenciada por fatores externos ao próprio processo de padronização, e tais fatores, juntos, denominam a ideologia padrão. Assim, “sejam as atitudes negativas ou positivas elas são, via de regra, influenciadas pelo processo de padronização nas línguas” (Hora, 2012, p.372).

Para Bagno (2017, p. 22),

As atitudes para com os falantes são apreendidas por meio de escalas graduadas, que normalmente envolvem as dimensões avaliativas de competência, solidariedade e dinamismo. Um método favorecido nesse campo (devido sua vantagem de controle experimental) é a técnica dos pares falsos [matched-guises]: um mesmo falante, utilizando diferentes variedades linguísticas (ou mesmo línguas diferentes), pode ser avaliado negativamente ou positivamente segundo as atitudes do ouvinte-juiz.

As crenças no dizer de Labov (2008) tratam de “[...] um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhados por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (Labov, 2008, p. 176). Nessa direção, Lambert e Lambert (1972) esclarecem que as crenças costumam recuar quando repousam sobre uma ideia básica na credibilidade da própria experiência sensorial ou na credibilidade em alguma autoridade externa. Estas são aceitas como dadas, sem questionamento, por isso são denominadas primitivas, imperceptíveis à avaliação individual, a menos que sejam questionadas, levados a dar atenção por alguma circunstância bizarra nas quais as crenças parecem ser violadas.

É preciso que as crenças primitivas que não exigem uma confirmação formal ou empírica sejam construídas por meio de interações sensoriais dos sujeitos, experiências

vivenciadas, nas quais surgem os estereótipos criados nas generalizações, universalizações, como se fossem verdades universais. Tais estereótipos não são fundamentados em alguma experiência válida, “mas aprendidos como boatos ou são formados a fim de racionalizar nossos preconceitos” (Bem, 1973, p.18). Nessa mesma esteira, Barcelos (2007) evidencia que as crenças são

uma forma de pensamento, construções de realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxas (Barcelos, 2007, p. 113)

Isso significa considerar que estudos sociolinguísticos, que vislumbre a concepção de “crenças”, possa contribuir no combate ao preconceito linguístico, levando em consideração as discussões acadêmicas sobre a diversidade linguística do português com intuito de ressignificar tais entendimentos.

Em relação à Sociolinguística, López Morales (2004) advoga, sobretudo, a respeito da grande problemática desse campo científico, que é determinar até que ponto uma atitude expressa pelos indivíduos em referência ao uso da língua se relaciona a fenômenos linguísticos ou à valorização dos falantes de um grupo social específico. Para o autor, as crenças e atitudes (sócio)linguísticas dos indivíduos ou de uma comunidade de fala podem resultar em fenômenos específicos de uma língua ou de uma variante, contudo a mais tensa é o estímulo ao preconceito social, que margeia socialmente esses grupos de variedades de baixo prestígio. Mollica (2013) acrescenta que essa natureza investigativa de cunho linguageiro merece destaque permanente dos sociolinguistas, já que “seus resultados oferecem desdobramentos relevantes à realidade” (Mollica, 2013, p.09).

As crenças são definidas com foco na subjetividade do indivíduo e, nessa perspectiva, Sabadin (2013, p. 56) argumenta que “o conceito de crença engloba questões [...] aceitas como verdade relativa, uma vez que a emergência de novas informações pode alterar a compreensão dos fatos e modificar o que antes era considerado verdade”. Podemos inferir que a definição de crenças de López Morales, discutida no parágrafo anterior, pertence ao domínio cognitivo e, portanto, é de natureza mais pessoal, enquanto Sabadin (2013) explora as mudanças ocorridas nas nossas crenças por meio de influências sociais.

As crenças e as avaliações linguísticas são amplamente consideradas componentes essenciais da atitude dos indivíduos e estão intrinsecamente relacionadas ao que eles acreditam, pensam e sentem em relação a algo. É importante destacar, conforme mencionado

por Barcelos e Abrahão (2006, p.19), que “as crenças (e avaliações) são produtos da interação e da relação com os grupos sociais, incorporando as perspectivas sociais”. Portanto, são fenômenos emergentes, construídos socialmente e contextualmente situados. Esse aspecto é de suma importância, pois nos confronta com uma realidade em constante mudança, que também pode ser modificada, o que nos conduz a uma reflexão sobre o papel da escola nesse processo.

Considerando a relação estreita entre crenças e atitudes, nesta tese assumimos que as atitudes linguísticas envolvem atividades, reações e/ou expressões do pensamento e das avaliações realizadas enquanto se pensa. Além disso, entendemos que as crenças sobre a língua são construídas a partir das experiências vivenciadas no contexto social e ao longo dos anos de aprendizagem no ambiente escolar.

Considerando esses pontos, temos visto que, os estudos desenvolvidos sobre avaliações e atitudes sociolinguísticas têm revelado o quanto as nossas ações ainda se encontram aquém desse ideal de respeito linguístico. Assim, “uma vivência democrática incondicional por meio da linguagem é uma bússola humanística” (Scherre, 2021, p. 01).

Destacamos, ainda, que a variação linguística, enquanto ações sociais, compõe-se de diversidade em razão dos distintos contextos sociais em que ocorrem. Logo, assim como a variação/mudança, qualquer que seja a abordagem sobre o preconceito linguístico implica o conhecimento do grupo social ao qual pertencem os sujeitos usuários da língua (Cf. Santos; Cristianini, 2012). Afinal, “a diversidade é a seiva da vida” (Scherre, 2019, p.21).

Vale mencionarmos que, sob a ótica da Sociolinguística, a forma de categorizar as atitudes a respeito de fenômenos linguísticos variáveis, são elencados três níveis que denotam a variável de interesse e o nível de consciência social percebida pelos falantes, condicionada à comunidade na qual estiverem inseridos, a saber:

- **Indicador:** traço linguístico que mostra distribuição regular pelos grupos socioeconômicos, étnicos e etários, mas é usado pelo indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto (Labov, [1972] 2008, p. 275)
- **Marcador:** variável linguística mais altamente desenvolvida – exibe distribuição social e diferenciação estilística (Labov, [1972] 2008, p.276);
- **Estereótipo:** forma que se torna assunto de comentário social explícito e pode acabar por desaparecer, por ficar cada vez mais divorciada das formas realmente usadas na fala (Labov, [1972] 2008, p.212)

Nessa direção, Labov (2006 [1966], p. 266) destaca que

[...] nossos informantes não dispõem de um vocabulário com o qual possam avaliar a fala para nós. Dessa forma, nós precisamos não fazer perguntas diretas a eles, mas eliciar algum tipo de comportamento avaliativo que seja suficientemente sensível para refletir a influência de variáveis específicas e que possa ser analisado quantitativamente.

Assim, a variável sociolinguística está “correlacionada com alguma variável não linguística do contexto social: o falante, interlocutor, o público, o ambiente etc.” (Labov, [1972] 2008, p. 275). Os significados sociais têm efeito sobre os processos de variação linguística: o problema da avaliação, de Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006). Considerando esse pressuposto, a avaliação positiva leva um traço linguístico a ter prestígio socialmente. Em contrapartida, a avaliação negativa de um fenômeno pode ter como consequência um amplo processo de exclusão e preconceito linguístico.

O estudo das atitudes linguísticas geradas a partir de uma crença sobre outra língua ou sobre o falante dessa outra língua vem tomando lugar nas pesquisas sociolinguísticas recentemente. Isso se deve, principalmente, ao fato de que as pesquisas apontam para a forma como o falante de uma língua se comporta diante de outra e os motivos que o fazem aceitar ou rejeitar determinado fato linguístico. Esses julgamentos estão fincados na ideologia linguística de uma língua padrão, na qual os indivíduos assumem que “as línguas existem em formas padronizadas, e esse tipos de crença afeta o modo como pensam sua própria língua e a língua em geral” (Milroy, 2011, p. 49).

A relevância dos estudos sobre crenças e atitudes tem demonstrado ser um solo fértil para as discussões acerca dos fatores condicionantes de mudanças linguísticas, da influência na aquisição de uma L2 e da questão relacionada ao prestígio e desprestígio, sobretudo, no que se refere à comunidade desses falantes (Botassini, 2015). Nos termos de Kersch (2012), as pesquisas de atitudes têm por finalidade identificar qual significado social tem a variedade linguística de um indivíduo para outros, isto é, em suas constatações, “quem usa determinada variedade, onde e para quê, e como isso leva as pessoas a associarem esse uso a determinada condição social” (Kersch, 2012, p. 398).

No contexto de uma comunidade multilíngue, as práticas linguísticas podem ser compreendidas como a escolha de certas variedades linguísticas ou características dessas variedades, como sons, palavras ou estruturas gramaticais, que são utilizadas para propósitos específicos e podem ser conscientes ou inconscientes. O segundo elemento identificado por Spolsky (2004) é o que o autor refere-se como crenças ou ideologias linguísticas, que são as representações em torno de um determinado uso linguístico. Por fim, o último componente, a

gestão linguística, diz respeito a todas as ações ou esforços específicos que visam modificar, ou que de fato modificam, a prática linguística em uma determinada comunidade. O autor também menciona que as intervenções linguísticas promovidas pela gestão são realizadas por um gestor, que pode ser um indivíduo ou um membro de uma família que promove um determinado uso linguístico, ou mesmo por um grupo de pessoas responsáveis por decidir qual língua será ensinada em uma escola, por exemplo.

Embora as práticas, crenças e gestão linguísticas de uma comunidade possam estar correlacionadas, Spolsky (2004) argumenta que elas não são necessariamente consistentes e podem refletir políticas linguísticas distintas. De acordo com o autor, a maneira como as pessoas falam, como acreditam que devem falar e como acham que os outros deveriam falar podem diferir regularmente. Portanto, é crucial considerar esses elementos ao analisar o uso de uma língua minorizada.

Mais tarde, ao aprofundar seus estudos sobre políticas linguísticas, Spolsky (2009) afirma que o propósito de uma teoria de política linguística é explicar as decisões feitas por indivíduos com base em regras reconhecidas pelas comunidades de fala das quais fazem parte. Algumas dessas decisões são influenciadas pela gestão, indicando esforços conscientes e explícitos dos gestores linguísticos para controlar as escolhas.

Somado a isso, Botassini (2011) atesta que:

A importância dos estudos relativos a crenças e atitudes linguísticas está na possibilidade de compreender e de detectar, entre outros aspectos, os fatores de mudanças linguísticas, os preconceitos linguísticos em relação às variedades linguísticas e aos seus falantes, os quais podem contribuir para a desvalorização de variedades dialetais e, por extensão, de marcas identitárias (Botassini, 2011, p. 67).

Tarallo (1997, p.14) reitera que as atitudes são “[...] armas usadas pelos residentes para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo social separado”. Conforme esse conceito, a partir do momento em que o indivíduo se coloca positiva ou negativamente perante uma variedade, ele constrói uma identidade que o distingue de um grupo, etnia ou povo.

Há uma estreita relação entre atitudes linguísticas e identidade. De acordo com Aguilera (2008), a atitude linguística que o falante assume resulta na noção de identidade, concebida como “a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro” (Aguilera, 2008, p. 105-106). Quanto à concepção de identidade do grupo, a pesquisadora pontua: qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, ser uma reação às

variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo (Aguilera, 2008, p. 106).

Bagno (2017) revela, ainda, que a identidade

É uma noção que se situa no ponto de intersecção entre o campo sociológico e o campo psicológico e está relacionada com o conhecimento que o indivíduo tem de pertencer a certos grupos sociais e com o significado emocional que resulta desse pertencimento. (Bagno, 2017, p. 199)

Nesse contexto, Haugen (1956) destaca situações em que ocorre o contato linguístico, pois tal fenômeno implica em determinadas atitudes, ora favoráveis,oras desfavoráveis em relação às línguas relacionadas. Em seguida, Romaine (1995) levou em consideração as formas de julgamento em relação às suas línguas, como meio determinante das relações entre os grupos linguísticos. Tudo isso nos revelam que estudos dessa envergadura funcionam para mensurar o funcionamento das atitudes linguísticas na avaliação da influência de uma língua, sobretudo as línguas minoritárias, já que seu processo está interligado à conjuntura social.

Em seu estudo acerca do bilinguismo, Grosjean (2001 apud Bremenkamp, 2014) lista o resultado oriundo de atitudes linguísticas negativas em cenário de contato entre línguas, a saber:

- I. A língua majoritária é apreendida tanto pelo grupo majoritário quanto pelo grupo minoritário;
- II. A língua majoritária acaba sendo aprendida como língua materna pela segunda geração do grupo minoritário;
- III. O grupo minoritário demonstra insegurança sobre o que eles pensam sobre língua(s);
- IV. O uso da língua minoritária se restringe;
- V. Ocorre a substituição da língua minoritária;
- VI. Os usuários da língua minoritária acabam por temer aculturação incompleta diante de situações como alternância de códigos e empréstimos linguísticos.

Em virtude dos efeitos positivos ou negativos ocasionados pelas atitudes linguísticas refletidos no comportamento social em relação às línguas, vale salientarmos que de todo modo nem sempre a atitude negativa resulta no desprezo por aquela língua. Em Guiné Bissau,

como visto no capítulo 1 deste trabalho, a estigmatização do crioulo guineense e das línguas étnicas elevou a Língua Portuguesa à categoria de língua oficial visando, assim, uma revalorização da língua do colonizador e não há até o presente momento a criação de um Plano Educacional Bilíngue que busque novas atitudes em relação a estas línguas (Dias, 2021).

Diante dessa realidade, o artigo intitulado “Atitudes dos falantes bilíngues: o caso de intercambistas de Guiné-Bissau em Universidades Públicas de Goiás” de Batista e Couto (2013) baseia-se no tratamento de aspectos linguísticos e culturais de falantes bilíngues residentes fora de seu país de origem, mais especificamente em situação de intercâmbio acadêmico em Universidades públicas do estado de Goiás. Os colaboradores desse estudo são de Guiné-Bissau e se encontram no Brasil há pouco tempo com o objetivo de cursar graduação por intermédio do programa de intercâmbio entre os dois países. De natureza qualitativa com foco na situação de bilinguismo, os resultados permitem afirmar a interferência do contexto, ou domínio nas atitudes dos bilíngues que fazem uso de suas línguas e variedades para performar identidades. Também foi possível observar aspectos relacionados a estereótipos culturais.

Nesse segmento, o artigo “A avaliação do Português e das demais línguas de Guiné-Bissau por estudantes guineenses do ensino secundário” de Rubio e Cá (2019) apresenta um estudo com intuito de verificar os diferentes status dessas línguas em convívio no país a partir de análise quantitativa sob a ótica do contato linguístico. Como resultados, os autores verificaram a maior valorização da língua portuguesa, principalmente a variedade de Portugal, em detrimento das demais línguas presentes no país. Logo, “o prestígio dado ao Português de Portugal advém, principalmente, de sua presença no ensino das escolas guineenses e, ainda, pelo reflexo colonial, transmitido, inconscientemente, de geração e a geração” (Rubio; Cá, 2019, p. 179).

Como apontamos no início deste capítulo, os conceitos mencionados acima alicerçaram nossa pesquisa. Nosso modelo de estudo sobre as avaliações subjetivas de 0estudantes guineenses da UNILAB-CE na cidade de Redenção, situada a 20 km da capital Fortaleza, juntamente com o contato linguístico com as variedades do Português Brasileiro, Português Europeu, Português Guineense e Português Caboverdeano configuram um “campo propício para a manifestação de atitudes linguísticas, sejam elas positivas ou negativas, em relação à língua e à cultura do ‘outro’ ” (Corbari; Sella, 2013, p. 528). Dessa forma, a descrição e a análise da relação entre língua, cultura e sociedade podem revelar os comportamentos sociais direcionados tanto aos falantes como as suas línguas, tal relação

compreende um modo complexo, seja com a presença do prestígio, seja dos estigmas, de acordo com os diferentes grupos.

Neste percurso de socialização, a formação da personalidade de um indivíduo ocorre por meio da identificação com comportamentos, do desejo de imitá-los e da prática dessa imitação, resultando em um processo de aprendizagem. Nesse contexto, são internalizados valores sociais, e o indivíduo aprende a avaliar subjetivamente conceitos, decidindo se adota ou não determinadas atitudes.

Ao analisarmos esses fenômenos em relação à interação mediada pela língua, observamos um processo similar na aquisição de uma língua estrangeira. O aprendiz observa o uso da língua-alvo, deseja imitar esse uso, reflete sobre as motivações por trás desse desejo—como aspirações sociais ou a vontade de integrar um grupo—e eventualmente se compromete a aprender o idioma. Esse processo revela atitudes que não apenas refletem a personalidade do aprendiz, mas também moldam sua identidade, aspecto este que é crucial para a pesquisa em questão.

Ademais, a atenção dada ao estudo da observação das atitudes linguísticas tem ganhado destaque no campo de investigação sociolinguística, por possibilitarem ver uma configuração linguística que adentra não apenas em questões estruturais, como também as questões sócio-contextuais.

Por fim, focalizando a temática proposta, verificamos ainda, que os estudos sobre avaliações subjetivas das variedades do Português, sobretudo do PGB, em relação aos padrões de concordância verbal dentro dessa perspectiva teórica da Sociolinguística variacionista em consonância com a Psicologia Social são ainda mais escassos e carecem de mais investigações. Isso torna ainda mais pertinentes e justificáveis investigações como a nossa, apresentada nesta pesquisa de doutoramento.

4.3 SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO

O contato linguístico é uma realidade dos países africanos de Língua Portuguesa em que os falantes convivem num contexto multilíngue. Contudo, devido a uma tradição colonial de políticas linguísticas monolingualizadoras, muitas vezes esse multilinguismo e esse contato linguístico diário não são percebidos por grande parte da população, que vive alheia a essa

riqueza cultural desses países. Por isso, tratar do assunto é sempre relevante e demanda pesquisas para esclarecer o perfil sociolinguístico dessas nações. E foi com esse objetivo que desenvolvemos esta pesquisa de doutoramento para avançarmos, em especial, nos estudos descritivos da variedade do português em Guiné Bissau.

Assumimos com isso, que o contato linguístico consiste no processo de convivência de duas ou mais línguas numa mesma comunidade linguística. Além disso, não se trata apenas do uso, como também das interações entre os falantes de línguas distintas. Sendo assim, em situações de contato entre muitas línguas, como nos crioulos a exemplo da Guiné Bissau, a língua matriz será composta de todas as variedades linguísticas faladas naquela localidade e a língua colonial será inserida de modo a completar a estrutura linguística com grupos de palavras no léxico da língua (Cf. Petter, 2015). É com base nesse contexto, que resulta no uso ora das alternâncias de código (code-switching), ora na mistura de línguas (code-mixing).

Desse modo, é justamente essa multiplicidade linguístico-cultural que perpassam as tessituras que compõem este estudo de doutoramento, no qual fatores sociolinguísticos, quanto à valorização do multilinguismo e da diversidade, em consonância com os direitos, as crenças e as atitudes linguísticas fazem-se urgentes. Portanto, pesquisas que envolvem o viés social e linguístico e a sua relação com as línguas em/de contato, com a descrição dessas línguas e a análise dessas comunidades de fala, considerando a relação inerente que perpassa a linguagem, os falantes, suas identidades e contexto sócio-cultural (Von Borstel, 2013).

Ainda nessa linha de entendimento, a aprendizagem da língua-alvo, em Guiné Bissau, é marcada pelo intenso contato linguístico, pelo rico input⁶¹ e pelas influências das línguas autóctones, Couto & Embaló (2010), Timbane & Manuel (2018), Rubio (2021) e Malta (2019; 2020) afirmam que houve o desenvolvimento de uma nova língua, como o crioulo. Sabemos que tais formações resultam como próprias desse contexto de aprendizagem, já que apresentam precárias reestruturações gramaticais e lexicais que são reflexos do favorável input a língua alvo. Para entendermos o debate a respeito da formação e desenvolvimento das variedades do Português, se faz indispensável tomar como ponto de partida algumas concepções basilares da área denominada “Sociolinguística de contato” (Cf. Savedra et. al., 2021). Este campo de investigação assume que todo contexto de contato

⁶¹ Toda experiência proporcionada pelo uso que os demais fazem da linguagem em suas interações e, especialmente, ao comunicar-se com o próprio sujeito, é sua principal fonte de informação sobre a própria linguagem, sobre a cultura, e sobre o papel da linguagem na cultura. (Luque & Villa, 1995, p. 157). Além disso, o input linguístico caracteriza uma comunidade ou grupo falante, pois reverbera seus moldes socioculturais, exercendo grande influência sobre o uso individual da linguagem no interior dessa comunidade ou grupo, pois também se verifica sensível às diferenças sociais.

linguístico abrange questões sociais, históricas, geográficas, políticas, educacionais e glotopolíticas.

Embora haja uma diversidade sociolinguística que caracteriza o cenário de Guiné Bissau, há também uma negação em relação à investidora de abordagens de cunho sócio-político em prol de uma Educação de Línguas (Hamel, 2003), o ensino de línguas se vê, ainda, fortemente arraigado à tendência europeia que desconsidera a situação cultural e as línguas étnicas em interação comunicativa. Assim, a multiplicidade é mascarada por ações políticas que primam pelo universal e pelo constante, incutindo a primazia do comum a uma sociedade heterogênea e multilíngue. Nesse viés é possível afirmar que esse país vive a resistência em meio às adversidades e enfrentamentos sócio-políticos-culturais de uma nação que sofre com a imposição normativa limitadora e destrutiva.

Timbane (2023), ao investigar o contato linguístico nos PALOP e a internacionalização da Língua Portuguesa, aponta que

Para além do português que é uma língua de origem europeia, os guineenses falam o francês (5,1%), o inglês (2,9%), o espanhol (0,5%) e o russo (0,1%), segundo INE/GB (2009). Uma das razões da inclusão dessas línguas é a localização geográfica da Guiné-Bissau e o interesse na política linguística. A Guiné-Bissau faz fronteira com países francófonos, o que favorece a comunicação com outros países e nações. A ideia é de realizar intercâmbio com outras nações pelo mundo, mas com especial atenção aos países que fazem parte da África Ocidental. (Timbane, 2023, p. 251)

Diante do contexto adverso guineense, a falta de investimento na educação influencia drasticamente na valorização do multilinguismo e na manutenção de ações que promovam o plurilinguismo, reforçando, assim, o monolinguismo e, conseqüentemente, o apagamento de línguas. Com isso, podemos inferir que a destruição de uma língua implicará no comprometimento de uma identidade enraizada (Fishman, 1991). Logo, em um “mundo que serve de palco para o contato, o intercâmbio sem precedentes entre os povos, o multilinguismo adquire novas conotações. O cidadão desse novo mundo emergente é, por definição, multilíngue” (Rajagopalan, 2003, p. 69). Assim, entendermos os processos de identificação entre língua materna, segunda língua e/ou de herança do indivíduo, as práticas sociais e culturais compartilhadas na e por meio da língua, é um meio que as leva a ratificar a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito linguístico dos falantes e a atentar-nos para uma cidadania pluri/multilíngue.

Em pesquisas sobre línguas em contato é indispensável fazer referência ao estudo pioneiro de Uriel Weinreich em sua obra *Languages in Contact*, publicada em 1953. A

investigação é resultado da tese de doutorado a respeito do bilinguismo na Suíça, em 1951, que trata das interferências ou transferências de contato linguístico em situação de bilinguismo. Devemos registrar, ainda, que

O estudo de Weinreich vem sendo utilizado para caracterizar situações nas quais a presença de duas ou mais línguas afeta o comportamento linguístico de uma comunidade. A importância do tema para a área de linguagens reside no fato de que o contato linguístico está diretamente relacionado com os processos de mudança e de variação linguística, além de fazer parte de discussões sobre as normas endógenas, os contextos de fronteiras, os movimentos migratórios, os projetos de dominação cultural, os movimentos identitários e, ainda, sobre educação linguística (Ledegen; Pereira, 2021, p. 08).

Segundo Weinreich (1967, p. 90-97), “existem congruências linguísticas e sócio-culturais nas comunidades linguísticas, como área geográfica de habitação, indigenidade, status social do grupo, natureza urbana ou rural da população, dentre outras”. Assim, o uso das línguas étnicas por guineenses se dá, em geral, como língua materna e exclusivamente no âmbito familiar. A comunidade guineense, no seio da comunidade receptora da capital Bissau, se caracterizaria, assim, pela congruência das divisões linguística, étnica, religiosa e social.

Além disso, o contato linguístico, inclusive conhecido como línguas em contato ou contato de línguas, “[...] é a situação em que línguas diferentes são empregadas dentro de uma mesma sociedade” (Bagno, 2017, p. 58). Nesse cenário, os estudos dessa área se debruçam em questões “[...] macrosociolinguísticas como a manutenção ou troca de línguas, bem como por fenômenos microsociolinguísticos como os efeitos de empréstimos, alternâncias de código [...]” (Bagno, 2017, p.59).

Associados a isso, estão os princípios da Sociolinguística:

[...] a sociolinguística variacionista, inaugurada por W. Labov, se aproxima bem mais do extremo linguístico desse continuum, uma vez que recorre aos fenômenos de ordem social para explicar os fenômenos linguísticos, interessada como é sobretudo nos processos de mudança linguística – nessa abordagem, portanto, o foco estaria em como a língua é configurada pela sociedade. No outro extremo talvez se pudesse situar a sociologia da linguagem, que investiga as consequências sociais, culturais, políticas etc. da variação e da mudança, ou seja, como a sociedade é configurada pela(s) língua (s) (Bagno, 2017, p. 426).

Numa concepção quantitativa, Calvet esclarece que o número existente de línguas no mundo, resulta em sociedades comumente plurilíngues e atesta que

O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilingue ou em situação de aquisição) ou

a comunidade. E o resultado dos contatos é um dos primeiros objetos de estudo da Sociolinguística (Calvet, 2002, p. 35).

Em outras palavras, podemos afirmar que o número de línguas, associado às intensas interações comunicativas entre os falantes que ocorre no contexto atual, ocasionado pelos costumes adquiridos na modernidade, tais como a globalização midiática e a internet, as relações comerciais e turísticas, faz com que o indivíduo de hoje e os povos sejam, de fato, plurilíngues ⁶²(Cf. Mackey, 1976).

Tecnicamente, o contato entre línguas é um fenômeno comum no panorama mundial globalizado, constituindo parte da história sócio-linguístico-cultural das fronteiras nacionais e, todavia, se encontra com as 43 fronteiras linguísticas, ou ainda, com o processo imigratório para outros países, com a colonização, com refugiados e, a ocupação étnica de outros países (Cf. Grosjean, 1982; Romaine, 1994).

Neste sentido,

O fenômeno do contato entre línguas pode-se dar de duas formas principais: entre duas ou mais línguas em um contexto social, o que caracteriza fenômenos linguísticos regidos por normas e convenções sociais, ou entre, duas ou mais línguas na mente de um mesmo indivíduo, que caracterizaria fenômenos linguísticos de cunho cognitivo. No primeiro caso, normalmente, além do contato social das línguas, há o contato individual das línguas, espera-se que os indivíduos que ali convivem tenham conhecimento de mais de uma língua, donde há também o contato de línguas no nível individual. (Mello, 2014, p.366 - 367)

A passagem de Mello (2014) destaca duas formas principais de contato entre línguas: a social e a cognitiva. O contato social envolve interações entre grupos que falam diferentes línguas, influenciando normas e convenções linguísticas. Já o contato cognitivo refere-se ao domínio de múltiplas línguas por um indivíduo, afetando sua forma de pensar e processar a linguagem. Assim, o fenômeno do bilinguismo se manifesta tanto em contextos coletivos quanto em experiências individuais, evidenciando a complexidade das interações linguísticas na sociedade.

Ainda assim,

é importante compreender que o contato linguístico ocorre porque indivíduos estão se comunicando ou tentando se comunicar, buscando a melhor compreensão entre si. Para isso, adaptam seus falares, adotam novo vocabulário, constroem nova sintaxe, aplicam novo uso ou sentido a um item, inovam, imitam, encaixam, acomodam. Tudo em prol da comunicação, do entendimento mútuo com o outro. Até há casos em que o contato linguístico acontece em ambientes de guerra e de conflitos, mas, de modo geral, arrisco dizer que o contato linguístico acaba sendo uma manifestação

⁶² MACKEY, William F. **Bilinguisme et contact des langues**. Klincksieck: University of Michingan, 1976.

de fraternidade e empatia. Pode ser que às vezes seja apenas unilateral, mas inevitavelmente marca uma comunidade, caracteriza um território e mesmo define uma nação. Afinal, o legado do contato linguístico é o plurilinguismo dos diferentes indivíduos que constituem o grupo – e o que pode ser mais rico do que a diversidade? (Spinassé, 2021, p. 08)

No entanto, a rota entre as línguas em contato procede das relações linguísticas, culturais e identitárias que comunidades bilíngues e/ou multilíngues estabelecem entre si, nas interações comunicativas deste contato de palavras, culturas e identidades. Podem surgir do bilinguismo, que envolve a aquisição de uma segunda língua, a transmissão e manutenção da primeira língua sob influência recíproca, os diálogos dos falantes ou o desaparecimento progressivo da primeira língua (herança linguística e cultura / identidade) para o benefício da segunda língua (a nacional no contexto regional / bidialetal) como única língua no ambiente falado. Dessa forma, a linguagem da comunicação lida com a relação interna entre a linguagem, as culturas e sociedades relacionadas por meio da questão do bilinguismo. Logo, as línguas em contato costumam criar um bilinguismo situacional quando convivem com duas ou mais línguas e com as variantes bidialetais do português guineense, baseadas na hibridização linguística, cultural, identitária e religiosa, no contato de uso de língua, como também troca de língua do falante bilíngue nas interações comunicativas socioculturais.

A partir disso, as representações a respeito do outro, passam a ser compreendidas como processos edificados de forma compartilhada de sentidos por meio da linguagem (Cf. Hall, 2003), somadas às atitudes, ou melhor, ao julgamento sobre um objeto (Bourdeau, 2009), de natureza linguística ou social, constroem concepções características típicas de relações sociolinguísticas em ambientes político-linguísticos fronteiriços, sendo parte constitutiva para edificação de uma identidade, tanto diversa quanto socialmente marcada pelos múltiplos valores e significados de grupos sociais distintos.

Para Bulot (2003), o espaço urbano se delinea, inclusive, como “espaço discursivo” de relações e estruturas socioespaciais, no qual práticas languageiras são capazes de fortalecer tanto a proximidade como as distâncias. Nessa ótica, a forte presença do crioulo guineense e das línguas étnicas nos espaços urbanos e rurais de Guiné Bissau aponta tanto para a relação de poder entre as línguas para as interações ecolinguísticas semiotizadas no espaço urbano. Assim, a paisagem linguística nesses lugares passa a ser situado pelas escolhas sociolinguísticas tanto no projeto de governo quanto nas decisões das sociedades, atestando a ideia de Hamel (2010) de que as políticas linguísticas podem surgir de posicionamentos

sociais, sem prescrição jurídica, porém conduzidas por questões inerentes ao meio sócio-econômico-cultural que o envolve.

É possível observarmos que tais delimitações surgem permeadas de representações e atitudes positivas e negativas que tem em seu bojo a desconstrução alimentada pelas instâncias governamentais do sentido de nação enquanto espaço de unidade e integração sociocultural. Isso também agrega que somente depois dos estudos de Lambert (1967) aparece nas discussões dos centros acadêmicos uma visão otimista acerca do bilinguismo

Outro fator importante que devemos considerar é a avaliação das línguas, sob o viés social, sobretudo, uma língua é a oficial ou padrão; como também e do ponto de vista sociolinguístico. Petter (2015) destaca que não se pode estabelecer nenhuma valoração entre as línguas, nem mesmo entre uma língua e um dialeto, que se configura como uma variedade diatópica desprestigiada socialmente. A distinção entre tais conceitos não contribuem para a análise linguística, sendo propício atender às denominações de língua e de variedade linguística.

A autora, ainda, ressalta que:

A língua é um sistema de comunicação constituído por sons verbais (a língua oral) ou por sinais (a língua de sinais) [...] não há nada que distinga de dialeto, que é uma forma de expressão regional, utilizada também com a finalidade de estabelecer comunicação. (Petter, 2015, p. 14-15).

Além disso, as línguas são constituídas pelas inter-relações socioculturais entre indivíduos de uma mesma comunidade linguística, o que favorece a criação de vínculos inerentes aos seres humanos. Elas são produto da “criação coletiva dos povos que as utilizam, o que torna inconcebível a um único falante criar uma língua natural” (Lucchesi, 2015, p. 48). Partindo desse contexto, o contato linguístico é uma prática comum da história das línguas naturais, já que é resultado das interações humanas através dos domínios comerciais, político, militar, cultural ou ideológico entre as nações que possuem línguas distintas (Cf. Lucchesi, 2008). As possíveis causas que propiciaram o contato entre as línguas são de naturezas diversas, inclusive, ligados a impasses político-econômicos (Petter, 2015).

Retomando o contato linguístico nos PALOP, segundo Fiorin e Petter (2014) após a colonização portuguesa, são constatadas cerca de 700 palavras emprestadas do português em Angola, vocábulos oriundos, em especial, do quicongo e quimbundo. Os pesquisadores, ainda, destacam que tais empréstimos não surgiram de falantes dessas línguas e de portugueses. Para Timbane (2023, p.255),

A formação das variedades africanas de português resulta em grande medida do contato entre o português e as línguas locais que são pertencentes aos grupos bantu, khoisan e asiáticas. Em todos os países que fazem fronteira com os PALOP há um contato permanente de línguas, tanto de origem europeia quanto as de origem asiática e africanas. As pessoas se movimentam. Trocam experiências, têm relações de parentesco e estabelecem trocas comerciais. Essas relações direta ou indiretamente influenciam na variação do português africano. O contato linguístico é inevitável nas línguas naturais. Nenhuma sociedade se mantém estável no tempo e no espaço. Essas mudanças sociais, culturais, econômicas ou tecnológicas podem influenciar na variabilidade da língua.

Vale ressaltarmos que o contato entre o Português e as outras línguas é também comum ao português brasileiro, já que este recebeu inúmeras contribuições de línguas africanas e indígenas no Brasil, como aponta Lucchesi (2008, p.153)

até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa. Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava. Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial brasileiro, Pernambuco e Bahia, a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulizadas do português (Lucchesi, 2008, p.153).

A situação linguística de Guiné Bissau pode ser considerada como um caso ilustrativo, na área dos estudos sociolinguísticos, para abordar o tema do bilinguismo, diglossia e da política linguística. No entanto, esse país do continente africano ainda é pouco estudado no Brasil, embora tenhamos em comum com ele uma grande diversidade linguística e um histórico colonial.

Nesse sentido, as situações de contato entre línguas podem resultar no desenvolvimento de comunidades bilíngues ou multilíngues ao passar do tempo, com uma subdivisão no uso das línguas. No caso de Guiné Bissau, o país apresenta diversas línguas, dentre as quais o crioulo é a mais utilizada, por cerca de 40%, segundo Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, realizado pelo Instituto Guineense de Estatística e Censo. Entretanto, “o português tem estatuto de língua oficial e do ensino, embora seja falado por 11% da população, segundo o recenseamento referido” (Namone; Timbane, 2017, p. 43). Contudo, “crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial” (Namone, Timbane, 2017, p. 43). Consequentemente, o crioulo é uma “língua nacional da Guiné-Bissau é resultante do contato da língua de superstrato, o português, e as diversas línguas de substratos, as africanas

pertencentes à família Níger-Congo” (Dabó, 2021, p. 21), Somado a isso, é também uma língua de base lexical portuguesa e de gramática das línguas africanas (Timbane; Manuel, 2018). Portanto, esse crioulo guineense é falado no Senegal devido às relações étnicas, culturais, religiosas que os dois povos possuem (Timbane, 2023).

Com base nessas premissas, compreendendo a realidade guineense, os estudos têm demonstrado que o aprendizado do Português tem papel social relevante para os indivíduos, pois sendo a língua oficial de uso obrigatório, é adotada nas instituições de ensino e na esfera profissional, em especial, no que se refere ao âmbito urbano. Como resultado da situação multilíngue vivida pela comunidade, o domínio da Língua Portuguesa pode ser submetido por circunstâncias peculiares, a saber:

- (i) os indivíduos das comunidades rurais tendem a conviver com o uso das línguas africanas ou étnicas de sua localidade, em especial, como uso da língua franca o kriol (crioulo guineense; guineense). Assim, o contato com o Português só acontecerá com a inserção desses falantes a partir do ingresso na escola. Embora possuam pleno domínio das estruturas de suas línguas, o ocasiona no comprometimento da aquisição de uma nova língua;
- (ii) Já os residentes no contexto urbano, apesar de ingressarem na escola mais cedo, já possuem o contato com o Português no seio familiar, realizando a interação com proficiências distintas dessa língua alvo, sejam eles falantes do Português como L1 ou como L2.

Desse modo, não apenas as situações de uso da Língua Portuguesa vão variar, a depender da etnia de cada indivíduo, com quem interagem e com quais situações se comunicam nesta ou em outra língua, bem como ocorrerá diferentes variedades dessa mesma língua ao ser propagada para as novas gerações. Diante dessa perspectiva, o bilinguismo é um fator certamente presente em Guiné Bissau, apesar do grau de domínio da língua que cada falante possui. Na verdade, como destaca Myers-Scotton (2006), é raro nos depararmos com “bilíngues equilibrados”, que se sintam à vontade e possuam pleno domínio de mais de um idioma, já que a vida tende a proporcionar dois itinerários:

- 1º) adquirir uma língua mais completamente do que duas;
- 2º) usar uma língua mais frequentemente do que outras, que podem ser conhecidas em níveis diferentes.

Para a autora “dependendo de como eles vivem, vão utilizar mais uma das línguas; definitivamente vão desenvolver um vocabulário mais amplo e, possivelmente, estruturas gramaticais mais complexas nessa língua” (Myers-Scotton, 2006, p. 38)

Somado a isso, Sampa e Silva (2017) asseveram que

Ao contrário dos outros países, na Guiné-Bissau, as línguas étnicas, raras vezes, influenciam diretamente o português. Às vezes, acontece só no sotaque de alguns falantes, levando em consideração que esse falante já tinha aprendido outra língua antes do crioulo e posteriormente o português, por essas razões o sotaque desse indivíduo carrega certos laços dessa primeira língua (língua materna) (...) No caso específico da Guiné-Bissau, a cultura, principalmente a língua crioula, é que está impactando muito o português falado hoje no país (Silva e Sampa, 2017, p. 241-242).

Diante do que atestam os estudos das variedades do português na África, é possível afirmarmos que a variedade portuguesa falada na Guiné-Bissau resulta do intenso contato linguístico entre as línguas étnicas africanas e o português europeu. Embora o português europeu tenha sido o superstrato para a formação linguística do guineense, essa variedade serviu de base para a construção do Português de Guiné Bissau, tal variedade traz os traços das línguas étnicas, que lhe constituíram de substrato, aparecem nos usos do português pelos guineenses, ainda que em contextos restritos como: as esferas administrativa e educacional do país.

É oportuno destacarmos que

O português da Guiné-Bissau é uma variedade do português, que é diferente do português europeu e do português brasileiro. É a língua oficial, a língua do ensino, usado nos documentos oficiais e de comunicação internacional. Diante dessa realidade, as crianças são alfabetizadas e letradas numa língua que não é sua língua materna [...] o que na verdade não só torna o processo de alfabetização distante da realidade do educando, mas também do educador, porque os dois se encontram em circunstâncias de comunicação na língua a que não pertencem e que não dominam. (Ié, 2018, p.29)

Em relação ao aparecimento de uma língua crioula, Faraco (2016) afirma que há discordâncias teóricas. Para alguns autores, é concebido como consequência de pidgins, considerada língua de contato de natureza emergencial, possui recursos gramaticais e lexicais parcos, funcionando apenas para situações de interação específicas. Para o autor,

Os pidgins constituem uma solução pragmática que permite um nível restrito de comunicação, em eventos esporádicos, entre falantes de línguas diferentes e mutualmente incompreensíveis. Começam a se desenvolver, a partir da língua do grupo dominante, tão logo o contato, embora esporádico, fique relativamente estável

e se torne obviamente insuficiente a troca de gesto(s) do(s) primeiro(s) encontro(s) (Faraco, 2016, p.69).

Considerando as suas limitações em termos de comunicação em diversos contextos, as línguas crioulas surgem como um estágio complexo, sendo resultado do contato entre o português e as línguas étnicas predominantes em determinado território. No caso do crioulo guineense, especificamente, sua formação e desenvolvimento estão diretamente ligados ao contato entre o português e as línguas étnicas mais comuns na Guiné-Bissau. De acordo com Augel (2007, p. 84), “o léxico do crioulo guineense é composto principalmente por empréstimos do português, chegando a representar cerca de 80% do vocabulário, porém adaptados e transformados ao longo do processo”.

Considerando a realidade guineense, a língua portuguesa nunca se configurou como única língua no país, pois desde sua implementação e disseminação, ela coexistiu com várias línguas autóctones – resultando na influência da aprendizagem da língua alvo pelos povos conquistados. Apesar da coexistência dentre várias línguas, o português se estabeleceu, por questões de natureza externa, como a língua de prestígio sócio-econômico, fator que corroborou para que tomasse o posto de língua oficial em Guiné Bissau.

Embora a aprendizagem da língua alvo, em Guiné Bissau, seja marcada pelo intenso contato linguístico, pelo rico input e pelas influências das línguas autóctones, Augel (2007), Couto & Embaló (2010), Timbane & Manuel (2018) afirmam que houve o desenvolvimento de uma nova língua, o crioulo guineense. Sabemos, ainda, que tais formações são oriundas nesse contexto de aprendizagem, já que apresentam similaridades de reestruturações gramaticais e empréstimos lexicais que são reflexos do favorável input da língua alvo.

Assumindo, de modo geral, que a sociedade guineense é, no mínimo, bilíngue, exploraremos o conceito de bilinguismo. Com base neste conceito, levantamos o questionamento sobre o que é ser, de fato, um indivíduo bilíngue, além de verificarmos quais são as condições que distinguem os níveis de bilinguismo, em especial, nas sociedades como a guineense, onde o contato com as línguas em voga é bastante diversificado e, por conseguinte, não ocorre da mesma maneira para todos os falantes envolvidos.

Partimos assim da afirmação de que o bilinguismo consiste na situação em que coexistem duas línguas como meio de interação num determinado contexto social, ou melhor, um estado situacional no qual abriga o uso de duas línguas. Conforme Barreto (2006)

A coexistência de duas línguas em diferentes espaços sociais deve ser analisada segundo a condição particular dos indivíduos que se tornam bilíngues, caracterizada

pelo contexto e idade de aquisição; pela variação de uso das línguas – função tópica – e, ainda, pela manutenção ou abandono das línguas em decorrência de fatores sociais e comportamentais, tais como: família, grupo social, escolaridade e ocupações profissionais. A proposta é considerar a condição particular de indivíduos bilíngues de forma dinâmica, uma vez que ela se modifica na trajetória de vida dos indivíduos e assume diferentes contornos em relação ao domínio e à variação de uso de ambas as línguas (Barreto, 2006, p 128).

É inegável que o bilinguismo é um fenômeno profundamente influenciado pelo contexto social e cultural, pois a percepção que a sociedade tem dos diversos grupos sociais também molda a forma como as diferentes variedades linguísticas são utilizadas.

Sob a ótica linguística, Weinreich (1953) pondera sobre um bilinguismo “coordenado”, “composto” e “subordinado”. No que tange ao bilinguismo coordenado, os traços linguísticos das duas línguas se mantêm separados, o que resulta no domínio de dois sistemas linguísticos. Enquanto que no bilinguismo composto, as estruturas fonéticas e fonológicas das línguas são mantidas de forma distintas separadamente, menos os significados. Logo o bilíngue composto pode fazer uso das estruturas da outra língua. Quanto ao bilinguismo subordinado, a segunda língua se mantém estruturada a partir da primeira.

Para Heye (2006) o conceito de bilinguismo está subordinado à competência e à função. No que tange à primeira refere-se ao grau de domínio de ambas as línguas, já que pauta-se em sua natureza linguística; e a segunda traz uma concepção mais restrita, pois se preocupa em responder “como” e “com que” propósito a língua é utilizada, sendo, portanto, de natureza psicolinguística.

O autor postula, ainda, que tais conceitos tendem para uma espécie de bilinguismo interno ligado ao biculturalismo, em que o uso das línguas estaria subordinado à condição de se identificar com os dois grupos linguísticos em situação de contato. Assim, o bilíngue está condicionado ao trânsito entre as duas culturas, tomando como ponto de partida graus ou instâncias de comunicação e a construção de uma identidade linguística que pode apresentar vestígios de ambas as culturas.

Ainda nessa esteira conceitual, segundo Aguilera e Busse (2008), o falante bilíngue utiliza duas línguas conforme a situação comunicativa, com os interlocutores e com seus objetivos, de maneira seletiva, coletiva, ou ainda simultânea. Dessa forma, as autoras indicam que as situações de bilinguismo verificadas no convívio do português com línguas minoritárias e de minorias étnicas podem assumir a condição dinâmica e gradativa nas situações de interação social. Essa dinâmica resulta não apenas o bilinguismo, como também o biculturalismo, tendo em vista a necessidade do falante bilíngue se relacionar e se identificar

com os grupos linguísticos em contato, ou melhor, há a possibilidade desse indivíduo constituir uma identidade linguística forjada com traços de ambas as culturas.

Para Krug (2004), numa situação de bilinguismo, é relevante verificar as capacidades de escrita e de fala, como também a proficiência em relação aos níveis constitutivos das línguas em contato. O autor destaca a influência da função externa, observada a partir das zonas de contato entre as línguas e, também, as funções internas, relacionadas aos empregos vinculados ao próprio indivíduo, em situações cotidianas. Na compreensão da análise da alternância é verificado o quanto as línguas são empregadas de acordo com diferentes funções de interação. Já na observação da interferência, é levado em consideração o conjunto de elementos de uma língua que podem estar presente na outra de alguma forma.

Várias investigações sobre o tema “bilinguismo” são conduzidas sob diferentes enfoques resultando numa perspectiva interdisciplinar que tem como âncoras teóricas a compreensão da complexa relação psicológica, linguística e social desse fenômeno. Segundo Heye (2003, p. 230),

quanto à competência do falante bilíngue, não se trata de mera justaposição de duas competências monolíngues, pois o que está em jogo com relação ao uso das duas línguas é, na verdade, um recorte da macroinstância que governa os processos de interação na sociedade.

Isso quer dizer que em contextos de bilinguismo, não são só as línguas que estão em contato, mas também aspectos como: etnia, identidade, cultura, religião, política, geografia, educação, dentre outros. Além disso, podem se apresentar de forma distinta no que tange o pensar e organizar a realidade, que vão se revelar nas situações de interação.

Conforme lembra Moreno Fernández (1998), o bilinguismo deve ser compreendido a partir do reconhecimento de sua natureza complexa, já que sua manifestação acontece tanto nas comunidades como também nos indivíduos. Ao fazer uso das duas línguas, o falante bilíngue passa a utilizar as instruções de interação de cada uma delas, o que vai requisitar um domínio sobre o idioma, bem como um planejamento das ações conforme o contexto em que se apresentam. As premissas de compreensão sobre o bilinguismo, competência e função, apontam um relação de ordem linguística com a história, a cultura, a psicologia, entre outros campos de saberes. Portanto, o repertório verbal dos indivíduos bilíngues deve abranger a etnografia, como também os níveis discursivos, interacionais e semióticos.

É descrito na literatura que, bilinguismo e bilingualidade são dois conceitos de suma relevância para a sociolinguística e, principalmente, para as teorias de avaliações subjetivas de línguas. Ao analisar a literatura disponível, tomamos emprestado de Savedra (1994) os

conceitos forma distinta que realiza: bilinguismo é a situação em que coexistem duas línguas como meio de comunicação; e bilingualidade diz respeito aos diferentes estágios de bilinguismo, pelos quais os indivíduos, portadores da condição de bilíngues, passam na sua trajetória de vida. Em função disto, as questões de definição sobre bilinguismo, postuladas por Romaine (1995), que se referem à competência, fluência, empréstimo, interferência, dentre outros aspectos, se alteram de acordo com cada manifestação da bilingualidade.

Savedra Barretto (2009) propõe a análise e verificação de duas dimensões da bilingualidade. A primeira dimensão é o contexto de aquisição das línguas, e a segunda é o uso funcional variado em diferentes etapas da vida do indivíduo. Em relação ao contexto de aquisição, a autora distingue e explica três situações distintas:

- a) Na primeira situação, as duas línguas são adquiridas simultaneamente na infância e podem ser consideradas como língua materna (L1a + L1b);
- b) Na segunda situação, uma língua é adquirida posteriormente à outra antes que a primeira esteja completamente desenvolvida (L1 + L2);
- c) Na terceira situação, uma língua é adquirida posteriormente à outra depois que a primeira já está completamente desenvolvida (LM + LE - língua materna + língua estrangeira).

De acordo com a autora, a situação de L1a + L1b envolve a aquisição simultânea de duas línguas na infância. Nesta fase, também é possível ocorrer à situação de L1 + L2. Na adolescência, tanto L1 + L2 quanto LM + LE podem ocorrer. Por fim, a situação de LM + LE caracteriza a aquisição de línguas na fase adulta.

É importante destacarmos, segundo Barbosa (2015, p. 05),

que o papel da língua materna na aprendizagem de outras línguas é um dos aspetos que julgo ser particularmente relevante no caso da Guiné-Bissau, tendo em conta a diversidade linguística existente no território. A inexistência de uma política educativa que alie de forma construtiva a presença das línguas maternas africanas e do crioulo com a língua portuguesa, aliada à situação de diglossia reinante na Guiné-Bissau, são fatores inibidores do processo de desenvolvimento da qualidade e do sucesso do sistema de ensino, com repercussões na sociedade guineense e no próprio crescimento do país.

Ainda sobre o caso de Guiné Bissau, como apontado acima, a língua resultante do contato poderá ser avaliado como uma língua “incorreta”, conseqüentemente abolida por não se assemelhar à norma padrão europeia. Apesar disso, nesse país onde a língua colonial, mesmo sendo o idioma oficial, em uso obrigatório nas escolas e nos centros formais urbanos, não ocupou por completo o espaço das línguas nativas/locais, até o presente momento não há

indícios de que a Língua Portuguesa possa assumir o status de única língua a ser utilizada por todos os indivíduos da área geográfica, e em todas as situações comunicativas. Esse cenário representaria um contexto de diglossia: um quadro sociolinguístico em que uma sociedade faz uso simultâneo de duas línguas ou de duas variedades de um determinado idioma na mesma localidade, sendo que cada uma é eleita conforme a escolha das situações de interação em contextos específicos.

Nessa perspectiva,

A Guiné Bissau é um dos raros países africanos em que uma das línguas étnicas não se impôs como língua franca ou dominante (caso da África do sul, onde os escritores são livres de escolher entre o inglês, o africãse, o zulu, etc. Um escritor que opte pelo zulu pode sempre, mais tarde, fazer-se traduzir para o inglês, idioma nacional e transnacional naquele país). Esse fenómeno deve-se sem dúvida à existência do crioulo. (Barbosa, 2015, p. 20)

A observação de Barbosa (2015) sobre a Guiné Bissau destaca a singularidade deste país africano em relação à dinamização das línguas. A presença do crioulo como língua franca, em vez de uma língua étnica predominante, reflete uma construção sociolinguística peculiar que permite a diversidade cultural e a coesão social. Essa situação contrasta com outros contextos africanos, como na África do Sul, onde a multiplicidade de línguas oferece opções de escolha literária. A posição do crioulo, portanto, não apenas facilita a comunicação entre diferentes grupos, mas também valoriza as manifestações culturais locais, tornando-se um vetor primordial na identidade nacional.

Sendo assim,

Do ponto de vista linguístico, na Guiné-Bissau prevalece a triglossia ou diglossia sobrepostas. Trata-se de uma situação linguística que engloba, por um lado, uma interação entre situações de diglossia do crioulo e as línguas africanas do país, por outro lado do português e o mesmo crioulo. (Barbosa, 2015, p. 27)

O termo diglossia traz consigo a popularidade no âmbito dos estudos da linguagem e sociedade, sendo cunhado da língua grega. Assim, ao analisarmos o termo, podemos entendê-lo da seguinte forma: o prefixo -di quer dizer “duas”, e a raiz - glossia quer dizer “língua”. Tal conceito clássico foi inserido na área de investigação sociolinguística através do pesquisador norte-americano Charles Ferguson na publicação do artigo intitulado “Diglossia” em 1959.

Diglossia é uma situação de língua relativamente estável, em que, para além dos dialetos primários da língua (que pode incluir um padrão ou padrões regionais), há uma, altamente codificada (frequentemente gramaticalmente mais complexa) variedade sobreposta muito divergente, o veículo de um corpo grande e respeitado

da literatura escrita, seja de um período anterior ou em outra comunidade de fala, o que é aprendido em grande parte pela educação formal e é usado para fins falados mais escritos e formais, mas não é usado por qualquer setor da comunidade para uma conversa normal.⁶³ (Ferguson, 1959, p. 336)

Em outras palavras, a diglossia é o bilinguismo estendido à comunidade linguística. Além da compartimentalização das funções com que se empregam “as variedades linguísticas coexistentes, a diglossia se caracteriza também pela hierarquização destas” (Trask, 2006, p. 83). Fishman (1971, apud Heye, 1979, p. 216) emprestou o conceito de diglossia a sociedades bilíngues, aplicando-o à coexistência de línguas distintas. Além disso, trouxe clareza conceitual entre bilinguismo e diglossia, a partir da sua diferenciação, respectivamente, como “versatilidade linguística individual” ou “alocação social das funções para diferentes línguas ou variedades de uma língua”.

Para uma melhor explicação dos pontos conceituais acima mencionados, é importante observarmos que mais um aspecto relevante em relação à diglossia é a padronização, ou seja, se a variante é regida por regras gramaticais. Isso significa que as línguas são avaliadas com base em seu nível de sofisticação no contexto da vida moderna ou se possuem uma forma escrita. Além disso, o método de aprendizado também influencia o seu status. Quando o aprendizado é feito de forma institucional, tende a ser privilegiado em detrimento de uma assimilação natural, que frequentemente é avaliada de maneira depreciativa. Nesse sentido, o prestígio também desempenha um papel importante na determinação do status das línguas em situação de diglossia.

Em Guiné Bissau, sendo a língua H (high) a língua mais formal e associada ao maior prestígio a L (Low) a menos formal e de menor prestígio (Cf. Ferguson, 1972; Fishman, 1972) nas situações de diglossia citadas, no primeiro caso o crioulo corresponde a língua L e o Português corresponde à língua H. Logo, a variedade H estaria associada ao uso acadêmico, nas mídias e em âmbito religioso, sendo a forma padronizada. Já a variedade L, por sua vez, seria utilizada em situações informais da vida quotidiana e por classes menos favorecidas.

Em meio a esse ideário de espírito de grupo, de identidade nacional e da consciência política que os guineenses ganham cada vez mais ao demonstrar a relevância de sua cultura, sabemos que a realidade é outra, pois as línguas étnicas ocupam um lugar de baixo prestígio

⁶³ Texto no original: “DIGLOSSIA is a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation.” (Ferguson, 1959, p. 336).

em relação às línguas nacionais. Contudo, tal fato denota a negação do uso das línguas africanas nos contextos de educação formal. Embora isso não se constitua como um grande problema, essas línguas convivem harmoniosamente no território, já que as suas relações são geridas por seus falantes comuns ou ainda pelas pessoas intrinsecamente ligadas a essas línguas e proficientes para estabelecer interações comunicativas entre os indivíduos.

Para fundamentar sua argumentação acerca da diglossia, Ferguson (*apud* Calvet, 2002, p. 50-51) baseou-se nos seguintes pontos:

- por uma divisão funcional de usos: a variedade alta utilizada na igreja, em correspondências, em discursos, na universidade etc.; a variedade baixa sendo utilizada no âmbito familiar, na literatura popular etc.;
- a assimetria de prestígio social entre as variedades alta e baixa;
- a relação do uso da variedade alta em uma produção literária prestigiada e admirada;
- o contexto de aquisição das duas variedades: a variedade baixa adquirida “naturalmente” (é a primeira língua dos falantes); a variedade alta adquirida na escola;
- os instrumentos de padronização da variedade alta (gramáticas, dicionários etc.);
- a perenidade da situação diglósica;
- as variedades seriam oriundas de uma mesma língua, ligadas por uma relação genética, terem uma gramática, um léxico e uma fonologia relativamente divergentes. (Ferguson *apud* Calvet, 2002, p. 50-51)

É possível observarmos que, tais pontos apresentados por Ferguson (1959), quando duas ou mais língua coexistem, pode ocorrer uma hierarquização e uma minorização dos status dessas línguas. Ainda sobre esta premissa, Marcellesi (1981) propõe o uso do conceito de satelização, para descrever a maneira pela qual a ideologia dominante se sobrepõe em relação um sistema linguístico do outro, resultando entre ambos uma relação de subordinação.

Largares (2018) explica:

[...] uma variedade alta se sobrepõe a uma baixa, dado que se produz uma especialização de funções associadas a maior ou menor prestígio. Para ilustrar essa diferença entre funções sociais altas (altas [A]) e baixas (baixas [B]), o autor relaciona alguns gêneros do discurso próprio de cada uma delas. [...] Esses gêneros, que fazem parte de atividades sociais concretas, se localizam num esquema de variação estilística ou diafásica, embora seu uso envolva, como é lógico, diferenças sociais relacionadas ao acesso a determinados bens culturais, e também de variação social, em relação aos diversos dialetos dos falantes de diferentes classes sociais. (Largares, 2018, p. 124-125)

É possível notarmos que, ao adotar os termos *high* e *low*, Ferguson sugere um certo julgamento das variedades, já que esses termos estão imbuídos, consequentemente, num sentido positivo e negativo. Lagares (2018) destaca que tal escolha lexical pelo autor não

tenha sido intencional, pois naquela época os estudos linguísticos não tratavam de questões sobre a variação linguística. Sendo assim,

Não podemos esquecer também que a reflexão de Ferguson é anterior ao desenvolvimento de estratégias para a compreensão do fenômeno social da variação linguística, empreendido fundamentalmente pela sociolinguística impulsionada por William Labov. A metodologia de pesquisa variacionista, ao estabelecer correlações entre variáveis linguísticas e variáveis sociais, quantifica o grau de variação dos fenômenos de linguagem, apresentando a língua como um sistema heterogêneo em que cada variante se situa num ponto de graddatio multidimensional, como diz Monteagudo (2011: 28 – 29), ao mesmo tempo estilística, social, geográfica, cronológica, etc. Variáveis estilísticas são também sociais, porque determinados gêneros não estão igualmente ao alcance de todo mundo, e, ao mesmo tempo, uma variante concreta pode corresponder em diversos graus a uma variedade geográfica concreta mais do que a outra. (Lagares, 2018, p. 125)

De acordo com Ferguson (1959), que destaca os casos de duas variedades da mesma língua na mesma localidade geográfica, para que um território seja denominado em contexto de diglossia, é imprescindível sua inserção nas nove características definidoras desse fenômeno, a saber:

1. **Função** – existe a complementariedade de funções entre as variedades A e B: Em determinado conjunto de situações, somente A é apropriada e, em outro, somente B, com os dois conjuntos superpondo-se apenas muito ligeiramente.
2. **Prestígio** – a variedade A é considerada superior a B e frequentemente avaliada em termos de beleza, lógica e correção.
3. **Herança literária** – uma característica da variedade A é a existência de um amplo acervo de literatura produzido nela durante um longo período histórico.
4. **Aquisição** – a variedade A não costuma ser empregada na vida diária, na conversa espontânea, no ambiente doméstico: só pode ser aprendida e apreendida em contextos de instrução formal, o que faz do acesso a essa variedade uma função das instituições educacionais.
5. **Padronização** – ao lado da tradição literária, a variedade A se caracteriza por ter sido e continuar sendo objeto de acentuada codificação, refletida na produção de compêndios gramaticais normativos e de dicionários.
6. **Estabilidade** – à medida que o letramento se difunde e alcança mais estratos sociais, é possível supor um processo de nivelamento entre as variedades A e B.
7. **Gramática** – um dos aspectos mais importantes de diferenciação entre A e B são as formas gramaticais de cada variedade, com as variedades B apresentando gramáticas muito mais simples do que as das variedades A.

8. **Léxico** – uma grande proporção do léxico de A e de B é compartilhada, já que se trata de variedades decorrentes de uma mesma tradição linguística, contudo, o léxico de A inclui uma grande quantidade de termos técnicos, científicos, eruditos especializados.
9. **Fonologia** – é o campo em que Ferguson encontrou maior variabilidade nos casos estudados e, por isso, não pode fazer afirmações nítidas; sugere, porém, que a fonologia da variedade B poderia ser o sistema básico, enquanto os traços da variedade A constituiriam um subsistema.

Essas características da diglossia, propostas por Ferguson (1959), foram criticadas por outros pesquisadores, isso porque o autor levou em consideração apenas variedades constituídas a partir da mesma língua, embora tal fenômeno ocorra em comunidades que utilizam línguas distintas, e por afirmar que sempre ocorrerá estabilidade entre os idiomas conforme essas condições, o que não ocorre de igual modo em todas as comunidades. Nas palavras de Joshua Fishman,

a diglossia existe não só em sociedades multilíngues que reconhecem oficialmente várias ‘línguas’ [e não só em sociedades que utilizam uma variedade vernácula e outra clássica] mas também em sociedades que são multilíngues no sentido em que empregam dialetos distintos, registros ou variedades linguísticas de qualquer espécie diferenciadas funcionalmente⁶⁴ (Fishman, 1967, p. 30).

Isso quer dizer Ferguson compreendia a diglossia como um fenômeno atribuído às comunidades nas quais duas variedades da mesma língua convivem harmoniosamente – o que ocorreria entre o Português Europeu, visto como modelo “padrão” de uso, e o Português Guineense que é de, fato, falado em Guiné Bissau -, em que o Português seria mais praticado em ambientes formais de uso oficial e as línguas étnicas em interações familiares, por exemplo. Fishman esclarece que a diglossia

existe não só em sociedades multilíngues, que reconhecem oficialmente várias ‘línguas’, mas também em sociedades que são multilíngues no sentido de que empregam dialetos distintos, registros ou variedades linguísticas de qualquer espécie, diferenciadas funcionalmente (Fishman, 1967, p. 75)

Ainda sobre a construção conceitual desse fenômeno, em 1967, Joshua Fishman amplia a concepção de diglossia ao defini-la como um fenômeno social, ligado a um

⁶⁴ Texto no original - that diglossia exists not only in multilingual societies which officially recognize several ‘languages’, and not only in societies that utilize vernacular and classical varieties], but, also, in societies which are multilingual in the sense that they employ separate dialects, registers of functionally differentiated language varieties of whatever kind

bilinguismo, que ele afirma ser um fenômeno individual. Para o autor, uma comunidade diglössica consiste no uso de duas línguas diferentes que podem ocupar uma relação assimétrica numa dada comunidade. Fishman (1967) lista quatro possíveis combinações distintas de situações diglössicas, são elas:

- I. **Diglossia e bilinguismo** - quando os indivíduos de uma sociedade diglössica são bilingues. Ou melhor, as variedades por eles utilizadas são categorizadas como dominante e dominada;
- II. **Bilinguismo sem diglossia** – Por exemplo, quando um imigrante conserva sua língua, podendo transferi-la às gerações seguintes, ainda que tenha que aprender a língua do país em que passa a residir;
- III. **Diglossia sem bilinguismo** - no caso em que línguas impostas se tornam oficiais em algum território, mas não necessariamente são dominadas ou utilizadas pelos falantes por falta de acesso;
- IV. **Nem diglossia, nem bilinguismo** - o que aparentemente se restringe à teoria.

Para Batista e Couto (2013, p. 06),

essa situação de bilinguismo em Guiné-Bissau pelo fato de o país considerar apenas o português, língua do colonizador, como oficial e não reconhecer o crioulo de Guiné-Bissau, sendo ele falado por grande parte da população como língua materna. Assim, a maioria dos/as guineenses aprendem o crioulo como L1 e em seguida aprendem o português para usar na escola e posteriormente no trabalho. O crioulo é a língua usada nos domínios afetivos, ao passo que o português é a língua da ascensão social e de acesso ao Estado.

A situação de bilinguismo em Guiné-Bissau reflete um fenômeno comum em ex-colônias, onde a língua do colonizador (neste caso, o português) é promovida como língua oficial, enquanto as línguas locais, como o crioulo guineense, são marginalizadas. Apesar de o crioulo ser a língua materna da maioria da população e seu uso predominante em contextos afetivos, o português é valorizado como o meio de ascensão social e acesso a oportunidades no setor público e educacional. Essa dinâmica linguística cria uma hierarquia que pode perpetuar desigualdades sociais, uma vez que o domínio do português se torna uma condição necessária para mobilidade social e integração nas esferas formais da sociedade. A não reconhecimento oficial do crioulo pode contribuir para sua desvalorização e para a erosão da identidade cultural guineense. Estudos linguísticos e sociológicos sugerem a necessidade de

políticas linguísticas que promovam o bilinguismo equilibrado e reconheçam a importância das línguas locais na construção da identidade nacional.

Inclusive,

Muitos desses falantes guineenses se encontram numa situação de triglossia social, i. e., cada um desses falantes pertence a uma sociedade cultural e etnolinguisticamente diferente de outros falantes, pois cada um pertence a uma comunidade étnica diferente da outra e que, por sua vez, se constitui numa comunidade linguística diferente de outra, tendo ainda o crioulo como língua nacional e o português como a oficial. (Djata, 2022, p.15)

Sendo assim,

O Bilinguismo é algo comum na Guiné Bissau, como também aqueles que possuem mais de uma L1. Conforme os dados (de coleta de 1979 e estimativa 2009) apresentados por Luigi Scatamburlo, há uma percentagem de quase 30% da população guineense que se declara bilíngue. Segundo o mesmo autor, citando Zaira Pereira, não é possível saber, a partir desse percentual, quantas pessoas as falam nem como língua materna, nem como segunda língua (Scatamburlo, 2013, p. 28)

Considerando todos os pressupostos ora apresentados e o panorama multilinguístico de Guiné Bissau (*Cf.* Seção 2), podemos ponderar que, de modo geral, a situação guineense revela características tanto de bilinguismo como também de diglossia, já que há indivíduos que são bilíngues ativos e recorrem aos diferentes códigos conforme as exigências de cada contexto de uso e, por exemplo, falar a Língua Portuguesa no trabalho e as línguas étnicas, ou ainda, o guineense com os familiares e amigos. Por outro lado, também há aqueles que não utilizam o Português de forma ativa e nem em contextos de uso e, assim adaptam os sistemas linguísticos que possuem para conseguirem estabelecer e a comunicação nas situações em que a Língua Portuguesa é obrigatória, utilizando, muitas vezes, estruturas que não são previstas pelo padrão europeu, constituindo uma situação de “diglossia interna”, mais em termos linguísticos do que sociais, nesse caso, como explica Djata (2022, p.57)

Os bilíngues simultâneos, na Guiné-Bissau, na sua maioria, são as crianças que vivem, sobretudo, nas zonas rurais e adquirem em contexto doméstico a língua étnica da família ao mesmo tempo que adquirem o crioulo como língua mediadora com a outra comunidade falante de língua diferente dela. A criança, às vezes, já em contexto doméstico, adquire as duas línguas (i.e., a língua minoritária “étnica” e crioulo “língua nacional”) ou então ela adquire duas línguas étnicas em contexto doméstico, caso os pais sejam de etnias diferentes (i. e., caso cada um dos pais preferir dirigir-se para a criança na sua língua materna, ela adquire em simultâneo as duas como L1 e adicionando ao crioulo/língua nacional, ela acaba por adquirir mais de duas línguas). Por sua vez, os bilíngues sequenciais são, geralmente, as crianças que nascem e vivem na cidade. Na sua maioria, elas crescem expostas apenas ao

crioulo, no contexto doméstico e na sociedade, sem exposição à língua materna dos pais e, portanto elas crescem com apenas uma língua materna. Contudo, quando estas começam a frequentar a escola, começam a ter exposição numa outra língua “o português” sendo esta a L2 e língua de escolarização. Estas crianças apenas têm o crioulo como L1 e o português como L2, portanto, são falantes bilíngues sequenciais, pois começam a aquisição da segunda língua depois de adquirirem a L1.

Nesse sentido, Guiné Bissau se configura como um território propício para o desenvolvimento do fenómeno diglósico, uma vez este está intrinsecamente ligado ao bilinguismo. Conforme foi possível observar através das leituras dos estudos consultados para esse trabalho, é possível afirmar que a Guiné Bissau é um país bilíngue.

De acordo com Lopes (2011),

em Guiné-Bissau é constatado a situação de ‘bilinguismo acompanhado de diglossia’ coexistentes na convivência das línguas étnicas com o guineense e o português. Além disso, é preciso levar em conta o contato existente entre essas línguas o que causam interferência na língua alvo L2. O bilinguismo, situação muito comum no mundo de hoje, corresponde ao conhecimento e uso de duas ou mais línguas por um indivíduo ou por uma comunidade. [...] relação entre uma língua dominante ou majoritária e outra dominada ou minoritária, a que correspondem usos complementares, é denominada diglossia, pela Sociolinguística. (Lopes, 2011, p. 21-36).

Assim sendo, apesar das línguas étnicas não morrerem para a maioria dos envolvidos no contexto em questão, permitindo uma fotografia linguística de bilinguismo permanente, já que o Português tem alto prestígio sócio-econômico por ser porta de entrada para o acesso às melhores condições de educação e de empregabilidade. Dessa forma, acreditamos que o incentivo para que as gerações futuras aprendam apenas a Língua Portuguesa seja intenso e, ao mesmo tempo que, atualmente, há falantes que não se identificam como indivíduos bilíngues, exatamente pela ausência de prestígio que é atribuída ao domínio de idiomas nacionais (Cf. Fonseca, 2023; Souza, 2023; Marques, 2020; Malta, 2019; Couto & Embaló, 2010; Augel, 2007). De qualquer modo, como esclarece o autor, o contato com as línguas autóctones interfere no desenvolvimento natural da segunda língua podendo ocasionar em novas variedades, o que, para ele, é maior fator a contribuir para a guineensização da Língua Portuguesa, ou melhor, de sua aceitação enquanto categoria de variedade com estruturas peculiares que devem ser levadas em consideração e valorizadas.

Adicionalmente, encontramos um estudo significativo que se debruça sobre a psicologia social do bilinguismo, elaborado por Lambert ([1971] 2018). Neste trabalho, o autor analisa o bilinguismo sob uma ótica sociopsicológica, examinando o indivíduo bilíngue em sua totalidade, além de abordar as influências sociais que moldam seu comportamento,

assim como as consequências sociais decorrentes desse comportamento (LAMBERT, [1971] 2018, p. 9542). É pertinente destacar que, embora a análise de Lambert se concentre no bilinguismo, podemos relacionar as discussões apresentadas por ele — e suas respectivas implicações — à realidade do cidadão guineense, que frequentemente se expressa em mais de duas línguas, dado que vive em um ambiente que não é apenas bilíngue, mas sim multilíngue.

De acordo com o autor, o bilinguismo pode gerar conflitos nos valores dos falantes, pois essa habilidade permite utilizar mais de uma língua, o que resulta em trocas linguísticas completas. Isso, dependendo do contexto, pode não ser visto como algo trivial, mas sim como uma situação que pode acarretar consequências sociais e psicológicas para o falante, uma vez que pode revelar estereótipos relacionados às pessoas que falam cada um dos idiomas envolvidos (Lambert, [1971] 2018).

Lambert, em suas reflexões, questiona as consequências sociopsicológicas do fenômeno de alternância linguística (*language switching*) e observa que certos indivíduos bilíngues conseguem realizar essa troca de maneira fluida e automática, conforme as demandas do contexto, seja por mudanças na língua da conversa ou na composição do grupo falante (Lambert, [1971] 2018). Concordamos com Lambert e correlacionamos essa perspectiva à realidade da Guiné-Bissau, que é o foco desta pesquisa linguística, dado que os guineenses frequentemente se comunicam tanto em línguas étnicas quanto na língua nacional, conhecida como guineense ou PGB.

No contexto multilíngue da Guiné-Bissau, as línguas étnicas são predominantemente utilizadas em interações entre indivíduos da mesma etnia, como Pepel e Balanta, enquanto o guineense é escolhido para interações entre diferentes grupos étnicos. O PGB, por sua vez, é comumente empregado em ambientes específicos, como nas relações entre docentes e discentes no contexto escolar. Conforme Lambert ([1971] 2018), a análise do psicólogo social abrange o desenvolvimento das habilidades bilíngues, as reações dos bilíngues durante a alternância de línguas e os efeitos sociais dessa mudança, que incluem tanto a percepção dos ouvintes quanto os ajustes interpessoais que frequentemente a acompanham.

Desse modo, nas variedades guineenses, é possível observarmos indivíduos que vivenciam e possivelmente continuarão vivenciando um contato muito intenso entre, no mínimo, duas línguas, e que, caso não sejam totalmente proficientes na L2 (ou nas demais línguas) que utilizam, podem ser apontado como bilíngues, pelo menos bilíngues passivos, uma vez que são capazes de compreenderem as línguas. Ademais, por ter conhecimento em qual contexto de uso devem utilizar cada língua, resulta num cenário diglósico nessa

comunidade linguística, proporciona o uso de variedades (ou línguas) distintas em espaços diversos, embora de forma oscilante.

Durante uma visita à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) para nossa pesquisa de mestrado, observamos que estudantes guineenses, assim como de outros países lusófonos, demonstravam notável habilidade nas trocas linguísticas (Malta, 2019). Eles interagiam entre si em língua guineense ou línguas étnicas, mas, ao se depararem com brasileiros, prontamente mudavam para o português. Esse fenômeno é comparável ao relato de Lambert (2018), que descreveu a situação na Universidade McGill, em Montreal, onde grupos étnicos diversos se esforçam para preservar suas identidades linguísticas, revelando-se como bilíngues proficientes.

Neste contexto, objetivando compreender a constituição da identidade sociolinguística de indivíduos em comunidades bilíngues/multilíngues, como em Guiné-Bissau, analisaremos os resultados do estudo de Lambert sobre as reações avaliativas de canadenses anglófonos e franco-canadenses ao ouvirem falantes bilíngues lendo um mesmo texto em inglês e em francês. Essas reações revelam julgamentos, ora positivos, ora negativos, expressos durante a audição dos falantes em cada língua, que podem ser interpretados como um “disfarce” da identidade do locutor (Paraíso, 2023).

Em síntese, podemos afirmar que mesmo aqueles falantes que são estereotipados e por isso sofrem com o preconceito linguístico, por apresentarem uma Língua Portuguesa mais afastada do que é visto como “padrão” europeu, com influências marcadamente do contato com as línguas nacionais, podem ser vistas como bilíngues, por em situações de natureza social utilizar o Português, independente do grau de fluência na língua. De outro modo, a descrição do contato de línguas em Guiné Bissau estabelece correlações bilaterais entre a língua utilizada, o contexto e os valores sociais. Assim, ao partirmos da concepção da diglossia, o crioulo guineense seria a língua coloquial, utilizada em contextos informais, enquanto o português seria a língua formal, carregada de prestígio social.

Todas essas perspectivas em relação ao falante bilíngue e até mesmo ao que vem a ser bilinguismo entram em jogo na pesquisa sociolinguística, pois as análises necessitarão de ganchos estruturais de ordem teórica que serão o sustentáculo das análises que será realizado da pesquisa de campo. Assim, o bilinguismo é um fenômeno complexo que perpassa todas as variáveis aqui demonstradas. Considerar um indivíduo bilíngue envolve diversos aspectos, o que torna a avaliação um processo não menos complexo. Nessa ótica, é perceptível os papéis e funções assumidas tanto para o Português, como também as línguas étnicas na sociedade guineense. Outro ponto a considerarmos é a ausência de uma valorização equitativa entre as

línguas envolvidas nesse contexto, característica comum das situações comunicativas típica da diglossia, o que consequentemente reforça o maior prestígio da Língua Portuguesa.

Assim, o que resta das considerações tecidas até agora é que o estudo acerca do contato linguístico é multi/pluridisciplinar, já que resultam na dialética entre pessoas, culturas, ideologias e identidades cunhadas num contexto histórico específico. No caso de Guiné Bissau, podemos afirmar que o *locus* desse contato está, obviamente, internalizado nesses falantes multilíngues em idade escolar ou não, que de forma consciente e inconsciente, realizam mudanças linguísticas em diversos níveis, muitas vezes, até imperceptíveis ou em reorganizações notórias. A fim de compreendermos ou elucidarmos de maneira descritiva como essas línguas são impactadas, quais opções de uso linguístico são assumidas por esses indivíduos multilíngues e como tais aplicações são concebidas e verificadas, é necessário depreendermos o cenário sociológico, histórico, cultural, político, econômico inclusive geográfico no qual essas análises linguísticas podem ser geridas.

Tendo vista o exposto, no próximo tópico mobilizaremos a Aquisição de Segunda Língua em situações de contato linguístico como resultado ao produto de tal processo sociocognitivo.

4.3.1 Aquisição de segunda língua em contextos multilíngues: O Português de falantes de língua materna guineense

Para os estudos de avaliação subjetiva sobre a variedade do Português guineense, torna-se imprescindível a compreensão temática relacionada ao campo da Aquisição de segunda língua. A obtenção da língua portuguesa como segunda língua (L2) no continente africano é um fenômeno multifacetado e diverso devido à variedade de contextos linguísticos, culturais e históricos nos quais ocorre; já que em diversas regiões do continente africano, o português é uma língua oficial ou de ensino, sendo utilizada como língua franca para comunicação entre grupos étnicos e para comércio internacional. Nestes contextos, a obtenção do português como L2 ocorre, principalmente, por meio da educação formal, com o ensino da língua nas escolas.

Em alguns países africanos, como Angola e Moçambique, o português é a língua materna de uma parte da população, mas também é adquirida como L2 por falantes de línguas nativas locais. Nestes casos, a obtenção do português geralmente acontece em ambientes

bilíngues, onde a língua materna é utilizada em contextos informais e o português é utilizado na educação e na mídia em massa. Ao passo que em outros países africanos, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, o português é a língua oficial e é adquirido como L2 por falantes de línguas crioulas locais. Nestes casos, a obtenção do português como L2 também ocorre por meio da educação formal, com a língua crioula sendo utilizada como uma ponte facilitadora na transição para o português.

Além disso, em algumas regiões do continente africano, especialmente em áreas urbanas, o português é adquirido como L2 por meio do contato com a língua em contextos de imigração e migração interna. Migrantes de países francófonos, anglófonos e lusófonos vizinhos podem aprender o português como L2 em comunidades multilíngues e por meio de programas de ensino de português para estrangeiros. Somado a isso, a obtenção do português como L2 no continente africano também pode ser influenciada por fatores sociais, como a migração do campo para a cidade, a urbanização e a globalização. Nestas situações, a obtenção do português como L2 pode ocorrer de forma variada e influenciada por outras línguas e variações linguísticas presentes no ambiente. Em suma, a obtenção do português como L2 no continente africano é um processo complexo e diversificado, ocorrendo em diferentes contextos e influenciado por fatores linguísticos, históricos, culturais e sociais. A educação formal desempenha um papel importante neste processo, mas também existem influências de línguas nativas, línguas crioulas e outros idiomas presentes no ambiente de obtenção.

O modelo linguístico adotado na Guiné-Bissau é conhecido como modelo trifocal, conforme mencionado por Petter (2015). Esse modelo consiste na utilização simultânea de três línguas, de acordo com o contexto, bem como a língua de maior prestígio nesse modelo é a língua oficial do país, ou seja, o português. Contudo a língua mais amplamente utilizada é a língua nacional do país, o guineense, que serve como meio de comunicação interétnica. Por último, temos as línguas de comunicação limitada, que são as línguas utilizadas pelos grupos étnicos em contextos familiares e nas regiões onde esses grupos historicamente habitam.

Diante dessa premissa, temos visto que várias teorias têm se debruçado em descrever de forma crítica como acontece o processo de aquisição de uma ou várias segundas línguas. O pesquisador Stephen Krashen, perito no campo da aquisição e desenvolvimento da linguagem, continua tendo protagonismo em pesquisas cujas teorias ainda são estudadas, redirecionadas, contestadas e discutidas em eventos acadêmicos vinculados ao processo de aquisição e aprendizagem de uma L2. Na teoria do linguista, aprendizagem é compreendida como o desenvolvimento num de forma sistematizada, orientada por docentes, manuais didáticos,

como também através da sistematização de regras gramaticais. Quanto à aquisição, o Krashen define como o desenvolvimento do processo na língua relacionado ao subconsciente, ou ainda, como objetivo não apenas no processo aprendizagem confirmada em si, mas que se realiza através da interação e da comunicação.

De acordo com Krashen (1982, p. 11) “a distinção aprendizagem–aquisição não se dá somente no contexto de aquisição de segunda língua, pois certamente ‘aprendemos’ pequenas partes de nossa língua materna na escola”. O que o linguista afirma é que a aquisição da primeira língua pode ocorrer no ambiente familiar de maneira informal, e só mais tarde poderemos revisitar a língua materna de forma sistematizada no contexto escolar, Daí termos condições para aprendermos, refletirmos e analisarmos o sistema de regras que a consiste dentro de um conjuntura formal. Em outras palavras, no que tange a língua materna, as pesquisas tem demonstrado que inicialmente adquirimos um idioma e só depois o aprendemos na escola.

Dentro dessa ótica de estudo, é imperativo estabelecermos o significado de conhecer o Português como L2 (segunda língua) ou ainda como uma LE (língua estrangeira), sendo que a sociedade guineense, ao que tudo indica, apresenta a maioria dos falantes de Português aprendido⁶⁵. Em resumo, compreendemos que conhecer uma L2 está condicionado ao grau de exposição ao input linguístico não apenas em escolas, mas também em outros contextos nos quais o aprendiz está inserido e compartilha com sua localidade. Dessa forma, pode resultar em falantes que adquirem duas línguas simultaneamente, já que são expostos a esses idiomas desde pequenos, bem como pode acontecer daqueles que assimilam uma segunda língua após a língua materna, podendo apresentar estágios de amadurecimento comunicativo da língua por serem expostos a tais usos em contextos diversificados, e não apenas em situações formais. Em contrapartida, Leffa (1988) nos mostra que as línguas estrangeiras são aprendidas em contextos artificiais, como cursos de idiomas, contexto escolarizado, onde o input é ordem meramente instrucional, no tempo em que alheio a esse contexto o falante opta pelo uso de sua L1.

De acordo com a perspectiva do psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon (2008, p. 50), a existência das línguas implica na continuidade da cultura. Falar uma língua é um ato cultural que permite expressar a identidade de um indivíduo, pois é através da língua que se assume um mundo e uma cultura. A língua desempenha um papel fundamental na construção do indivíduo, do grupo, da nação e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

⁶⁵ O português é a língua oficial do país, falado por cerca de 27,1% da população. A outra parte da população fala kriol, uma língua nativa.

Desse modo, ao aplicarmos essas concepções à realidade multilíngue de Guiné Bissau, podemos dizer que há indivíduos que:

- (i) não são falantes monolíngues de Português, situação advinda de famílias que utilizam as línguas étnicas de sua comunidade e o guineense em situações cotidianas e familiares;
- (ii) aprendem o Português, em conjunto com sua(s) língua(s) local(is), ainda criança, como L1;
- (iii) aprendem o Português mais tarde, como L2, pois são expostos aos usos ainda em período anterior o da escolarização formal, convivendo como idioma em outros ambientes sociais, não apenas comunicacionais; e
- (iv) adquirem o Português como língua estrangeira, uma vez que seu emprego ocorre em interações formais, embora não a utilizem em seu cotidiano familiar em conversas com família, amigos, entre outros.

Assim, é possível supormos que, um grupo que aprende o Português, em sua maioria, como L2 e/ou como LE, a aprendizagem e o conhecimento estarão subordinados à área na qual cada falante reside, tendo aqueles indivíduos que vivem em ambientes rurais, ou ainda, distantes dos grandes centros que apresentarão contato de natureza restrita com a língua formal que é ensinada na escola. Portanto, os aprendentes ao serem expostos a um input restrito dessa língua e a depender da condição desse input, seu domínio poderá ocorrer de forma lenta e fragmentada tal qual acontece com uma língua estrangeira. Por outro viés, aqueles que têm contato com a Língua Portuguesa em contextos naturais e corriqueiros ao seu dia a dia possuem mais oportunidades de aprender a língua-alvo, podendo alcançar estágios avançados do domínio do idioma e, por conseguinte, alcançar sucesso escolar, em que a norma ministrada intenciona se aproximar do Português Europeu Padrão.

No que diz respeito à preservação da cultura e linguagem entre os membros de um grupo social de falantes bilíngues, destaca-se uma realidade observada na Guiné-Bissau: muitos cidadãos mais velhos demandam que os jovens se comuniquem com eles na língua étnica ao invés de utilizar o português. Tal exigência decorre, em grande parte, do fato de que esses cidadãos mais experientes não tiveram a oportunidade de aprender o idioma do colonizador e buscam, assim, preservar sua língua étnica como um patrimônio linguístico e cultural de sua comunidade. Namone (2020) observa que, no contexto da etnia Balanta, a transmissão de saberes ocorre por meio de um sistema educacional específico, onde os mais velhos compartilham conhecimentos oralmente e na língua materna. Assim, uma criança Balanta-Nhacra, que cresce em sua tabanca, acumula uma rica bagagem cultural e uma

experiência de aprendizagem significativa. Além disso, o autor ressalta que os mais jovens possuem a responsabilidade de memorizarem tais conhecimentos e repassá-los às futuras gerações, o que evidencia o respeito e a intenção de manter suas tradições culturais e linguísticas (Namone, 2020).

No campo das pesquisas sobre Aquisição da linguagem (Cf. Thomas, 1998; 2013; Paiva, 2014; Souza, 2021), essa teoria parte da concepção de que a aquisição de uma língua não é um processo consciente e que o aprendizado de estruturas gramaticais e do léxico não é capaz de tornar um indivíduo fluente em uma língua. Segundo Krashen (1982; 1985), a aquisição da língua ocorre quando se intenciona a priori o entendimento da mensagem, e não na forma correta de pronunciar as coisas. Ainda conforme Krashen há duas caminhos para adquirir uma língua, são eles: **i) Aquisição** - consiste num processo automático que tem seu desenvolvimento no patamar do subconsciente, impulsionado pela necessidade de interação, assemelha-se ao processo de assimilação em referência à aquisição da língua materna. Não demanda esforço do falante nem ênfase no aspecto gramatical da língua, contudo centra-se apenas no ato comunicativo em si. **ii) Aprendizagem** - trata-se de um processo consciente como resultado do conhecimento formal “sobre” a língua (Krashen, 1985, p.01). Além de desenvolver a familiaridade com aspectos fonéticos da língua, sua organização estrutural e seu vocabulário. Tornando-se responsável pela compreensão oral, pela capacidade de comunicação criativa, como também pelo reconhecimento de valores socioculturais.

De acordo com Krashen (1985), existem três condições indispensáveis para que a aquisição da língua ocorra:

1. **Compreensibilidade:** o “*input*” deve ser compreensível, ou seja, a pessoa deve ser capaz de entender a mensagem que está sendo transmitida.
2. **Interação:** a aquisição da língua é mais eficaz quando há uma interação entre a pessoa que está adquirindo a língua e a pessoa que está transmitindo a mensagem. Isso permite que a pessoa se concentre na mensagem, em vez de se preocupar em produzir a língua corretamente.
3. **Foco na mensagem:** a aquisição da língua é mais eficaz quando o foco está na compreensão da mensagem, e não na forma correta de dizer as coisas. (Krashen, 1985, p. 24)

Segundo o autor, a aprendizagem de uma língua está condicionada a recepção de “input compreensível”. Para ele, “nos movemos de *i*, nosso nível atual, para *i+1*, nosso próximo nível ao longo da ordem natural, ao entender o input que contém *i+1*” (Krashen, 1985, p. 02). E acrescenta: “Somos capazes de compreender uma língua que contém gramática não adquirida com a ajuda do contexto, que inclui informação linguística extra, o nosso conhecimento do mundo e a competência linguística previamente adquirida”

⁶⁶(Krashen, 1985, p. 04. *Tradução nossa*). Inclusive, sua teoria defende a aprendizagem de segunda língua por parte dos adultos que podem apresentar altos níveis de fluência com características similares aos de um falante nativo.

Nesse sentido, ainda sob a ótica da teoria de Krashen, podemos responder a questão de como aprendemos/adquirimos uma L2/LE através da hipótese do input: onde o *input* é a informação recebida pelo aprendente; o *processing* consiste no processamento e a compreensão desta informação; já o *output* é o resultado final que se materializa por meio da produção oral do falante, após a assimilação da informação.

Em síntese, Krashen infere que, tanto em L2, como em LM, a aquisição tem sua relevância em relação à aprendizagem, e que há duas condições essenciais para aquisição, a saber: i) Exposição satisfatória a *input* compreensível, contendo $i + 1$, ou melhor, estruturas linguísticas com um grau superior ao nível atual; ii) uma condição psicológica propícia, além de um baixo filtro afetivo que oferte condições para a ocorrência do input compreendido através da assimilação. Ainda conforme o linguista, o processo de aquisição terá resultados satisfatórios em contextos agradáveis em diálogo com o nível do aprendente, senão a aquisição não acontecerá.

Para dialogarmos com tais questões, inicialmente faz-se necessário compreendermos que “em sociedades multilíngues em que se tem desenvolvido uma segunda língua veicular e/ou oficial pós-colonial como L2 [...] há amplas evidências da influência das línguas maternas originais dessas comunidades sobre as emergentes L2/L1” (Baxter, 2009), como é o caso da comunidade guineenses, em que temos, para além da Língua Portuguesa, algumas línguas nacionais, como também o crioulo guineense.

A aprendizagem da língua em cenário multilíngue, conforme Olson (2015) sofre a interferência direta ocasionada pelas trocas de códigos linguísticos entre L1, L2 e possivelmente L3 ao construir significados pautados pelo contexto familiarizado. Dito de outra maneira, enquanto as trocas de códigos são realizadas de forma imprevisível, as trocas para o L1 representam substituições para um sistema mais fortemente consolidado, resultando em maiores níveis de proeminência suprasegmental. De igual modo, o domínio da língua materna serve para performar a previsibilidade de trocas de códigos (Brito, 2007). Em suas investigações, a autora atesta que a influência da língua advém do aprendizado, relacionando

⁶⁶ “We are able to understand language containing unacquired grammar with the help of context, which includes extralinguistic information, our knowledge of the world, and previously acquired linguistic competence”. (Krashen, 1985, p.04)

às conexões estabelecidas e a interconexão de natureza inconsciente de conhecimentos prévios em relação à aquisição deste novo idioma. Logo, uma língua está interligada a outra, mesmo que inconscientemente.

Ademais, a aprendizagem de uma L2 remete-nos à concepção dos estudos do Bilinguismo (Cf. Appel; Muyeke, 2005; Megale, 2019; 2005; Romaine, 1995), dado que bilíngue é todo aquele que se comunica em duas línguas. Indubitavelmente, muitos indivíduos se consideram bilíngues, contudo ao ser exigido uma interação numa segunda língua, percebem que sua performance é insuficiente. Por isso, podemos classificar em dois tipos de bilíngues: bilíngues simultâneos (com duas línguas maternas, a étnica e a língua portuguesa, por exemplo) e consecutivos (que têm uma língua étnica como materna, porém aos 4, 5 anos mais tarde aprenderam a língua portuguesa como L2), além de apresentarem variações quanto à competência em português.

Desse modo, o Bilinguismo tem se constituído atualmente como uma vertente universal marcando os aspectos pontuais da educação contemporânea, com implicações para o cenário comunicacional global. Para países multilíngues, como a Guiné Bissau, a literatura científica tem recomendado o uso de uma L1 para fins de instrução, pelo menos inicialmente em níveis interacionais, uma vez que muitos indivíduos são ao menos bilíngues, em lugar de uma educação formal advinda do uso obrigatório formal da língua oficial. Tal recomendação parte da compreensão comunicativa por meio das línguas, como também de estudos oriundos da aquisição da linguagem, aprendizagem de línguas, proficiência linguística e políticas linguísticas. De fato, o planejamento linguístico educacional em qualquer sociedade, para uma comunicação efetiva, deve partir do uso de uma língua comum em domínio tanto para o estudante como para o professor.

Está clara a ideia das trocas de códigos linguísticos são determinados pelo uso de dois ou mais idiomas por bilíngues e multilíngues dentro da mesma situação comunicativa, levando o falante a produzir insights dentro de cada contexto linguístico-cultural. Assim, as crianças multilíngues e bilíngues têm a capacidade de alternar entre essas línguas num mesmo ambiente discursivo. Para Olson (2015) tal interação é denominada de “*Language mode*” ou “*Modo de linguagem*” (tradução nossa).

Visto isso, resta-nos compreender os reflexos de um cenário multilíngue na alfabetização da língua materna são significativos, podendo haver aproximações e exceções de acordo a escolha da didática empregada pelo professor. Olson (2013, p. 2 – tradução

nossa) afirma que multilíngues são muito capazes de limitar o impacto da interferência entre as suas duas línguas. Este feito chama mais a atenção quando consideramos práticas bilíngues comuns ao cotidiano, por exemplo, a comutação de código. Não só os bilíngues/multilíngues são capazes de manter a dicotomia entre suas duas ou mais línguas quando se faz necessário, mas também quando o contexto é apropriado sendo capazes de mudar repetidamente entre eles de uma forma previsível.

Em 1963, Greenberg classificou as línguas africanas com base em critérios genéticos, resultando em quatro grupos principais: nigero-congolês, afro-asiático, nilo-saariano e khoisan. As línguas faladas na Guiné-Bissau foram classificadas como parte do tronco nigero-congolês. Esse tronco é o maior do mundo, com 1.524 línguas e abrange grande parte da África ao sul do Saara, incluindo a maior parte da África ocidental, central, oriental e meridional. O grupo bantu é a subfamília mais conhecida e numerosa do tronco nigero-congolês. A classificação das línguas nigero-congolês considerou traços comuns nos níveis fonológico, morfológico, sintático e lexical. Como resultado, foram identificadas subfamílias linguísticas como Cardofiana, Mandê (mande), Atlântica, Ijoide, Dogon, Kru, Gur (voltaica), Adamoua-ubangui, Kwa (cua) e Benue-congo.

Voltando ao contexto guineense, o ensino está centrado na memorização, o que pode constituir numa adesão de métodos adequados para serem empregados nas aulas, contudo ao analisarmos *in loco* as fragilidades e as potencialidades desta conjuntura. Uma das potencialidades, no caso do contexto da Guiné-Bissau, possivelmente seja a proximidade lexical entre o português (língua oficial) e o crioulo guineense (língua veicular e de oralidade), embora não seja nosso intuito investigar tal questão. Tal complexidade linguística se apresenta da seguinte forma: os falantes possuem como primeira língua (L1) as línguas pertencentes às etnias presentes no país e, na maioria dos casos, o guineense como segunda língua (L2). Ademais, o português para a maioria da população seria a terceira (L3) ou quarta língua (L4), já que é usada apenas em contextos formais pelas instituições públicas, em documentos escritos, na escola e em famílias com pouca ou nenhuma relação de proximidade com as línguas locais; já que por ser um contexto de multiplicidade linguística, a maioria dos indivíduos é multilíngue (Correia, 2021). Por fim, o guineense é a L1 e o português a L2, em especial, para a população de Bissau (capital do país).

Em estudos acerca da educação em língua materna na Guiné Bissau (*Cf.* Dias, 2021; Namone, 2020; Cá, 2015) o ensino com foco nessas línguas étnicas devem ser defendidas a partir das seguintes razões:

1. todas as línguas étnicas faladas por guineenses (línguas nacionais, língua portuguesa, língua francesa) têm igual valor e são capazes de concatenar pensamentos, ideias e conceitos ou desenvolvê-los, caso sejam atribuídos os necessários recursos às línguas, que requerem maior investimento para sua promoção; embora é possível verificarmos em publicações sobre os estudos observacionais nas escolas da Guiné Bissau que a metodologia de ensino empregada segue a de L1, com o uso de materiais didáticos para esse fim, o que contraria a realidade linguísticas de crianças chegam às escolas (Siga & Albuquerque, 2023);
2. todas as línguas étnicas faladas por guineenses devem ter os mesmos direitos e ser utilizadas em vários domínios, incluindo na educação; é oportuno destacarmos que o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Educação para século XXI, traz como título: Educação, um tesouro a descobrir, estabelece como premissa que as crianças sejam alfabetizadas em suas próprias línguas maternas (Delors, 1998). Assim, esta é uma orientação que o referido país tem descumprido;
3. os resultados oriundos do campo da aquisição da linguagem sobre o desenvolvimento cognitivo indicam que as crianças adquirem conceitos basilares e são alfabetizadas de maneira efetiva em sua língua materna; Contudo,

As crianças guineenses entram em contato com o mundo da cultura escrita escolar, sendo privadas dos conhecimentos linguísticos prévios já adquiridos, tanto na aquisição de uma das, aproximadamente, 25 línguas pertencentes aos diferentes grupos étnicos que constituem nossa população, como também conhecimentos culturais e práticas de letramento relacionadas ao crioulo, língua nacional (Cá, 2015, p. 18)

4. num país multilíngue como Guiné Bissau, onde o Português desempenha o papel de língua franca, o bilinguismo individual entendido como recurso dessa comunidade deve ser fomentado por políticas linguísticas que o encorajem as práticas pedagógicas nas escolas; em estudos psicolinguísticos, crianças multilíngues apresentam maior desempenho cognitivo do que crianças monolíngues, especialmente em matemática e ciências. Inclusive, o baixo desempenho escolar dos estudantes, de acordo com Cá (2015), pode ser atribuído ao fator da língua, pois

Devido à complexidade que envolve a temática, o fracasso dos alunos deve ser analisado pelos vários fatores e um desses fatores é o linguístico. Muitos alunos abandonam a escola ainda muito novos e apresentam baixos níveis de aprendizagem, porque não têm um domínio satisfatório e nem trazem de casa uma base linguística

que lhes permitam um uso equilibrado da língua. A linguagem da escola, a legítima, tem limitado o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, sobretudo das camadas populares, principalmente das zonas rurais. (Cá, 2015, p. 164)

Além das concepções já discutidas, como o input e a diferenciação entre L2 versus LE, outro conceito essencial no tocante à aquisição de línguas em contexto multi/plurilíngues, como o de Guiné Bissau, é o de interferência linguística. À luz dos estudos sociolinguísticos, o conceito de interferência

[...] designa a influência da língua nativa de um falante sobre uma língua aprendida subsequentemente e que se torna, assim, uma língua-alvo. Tal influência se estende a todos os níveis do sistema linguístico, como a substituição de um som da língua aprendida por um som da primeira língua. (Bagno, 2017, p.208)

Tal concepção também pode ser compreendida como

circunstância segundo a qual um traço alheio a um sistema linguístico se introduz em outro ou no uso que se faz desse sistema quando tal traço não é pertinente, portanto haveria transferência negativa quando os conhecimentos anteriormente existentes entorpecessem o desenvolvimento de uma nova aprendizagem, dando lugar a confusões e/ou equívocos (Durão, 2008, p.73)

Em arranjo sobre construção conceitual, Weinreich (1953) nomeou a interferência como os “casos de desvio das normas de quaisquer duas línguas presentes na produção linguística de indivíduos bilíngues”. Para esse linguista, há interferência quando os falantes acrescentam elementos linguísticos estrangeiros na ordem estrutural de outro idioma que apliquem (nos sistemas fonológico, morfológico, sintático e no vocabulário). Em sua ótica, quanto maiores fossem os aspectos distintos entre os sistemas linguísticos em contato, na mesma proporção seriam os problemas de aprendizagem que seus falantes enfrentariam em decorrência das diferenças.

A discussão de Weinreich (op. cit.) mostra que a competência linguística dos indivíduos bilíngues se devia em função das relações sócio-culturais nas comunidades de fala em que esses indivíduos estivessem inseridos. Sendo assim, o seu maior intento foi identificar em qual medida a interferência era determinada pelas estruturas das línguas em contato, como também a que ponto os fatores extralinguísticos influenciam o contato entre tais línguas, já que os fatores estruturais procedem “da organização das formas linguísticas de

cada língua, independentemente da expressão e do comportamento não linguístico” e os fatores não estruturais resultam do “contato do sistema linguístico com o mundo exterior”.

Weinreich (1953) pontuou como aspectos extralinguísticos de natureza pessoal, a saber: a) a facilidade de expressão; b) a habilidade de manter as duas línguas separadas; c) a destreza do usuário em cada língua; d) a especialização no uso de cada língua em função dos temas e dos interlocutores envolvidos nos processos interativos; e) o modo como cada língua foi aprendida; f) as atitudes em relação a cada língua. Do mesmo modo, o autor referenciou os pontos de aspecto social (Weinreich, op. cit.), são eles: g) o tamanho do grupo bilíngue; h) a homogeneidade / heterogeneidade sociocultural; i) o predomínio de indivíduos bilíngues com características determinantes do comportamento linguístico nos diversos subgrupos; j) as atitudes estereotipadas em relação a cada língua; k) as atitudes em relação à cultura de cada comunidade; l) as atitudes em relação ao bilinguismo em si; m) a tolerância / intolerância com relação à miscigenação das línguas e aos usos incorretos em cada língua; n) a relação entre o grupo bilíngue e cada uma das comunidades linguísticas que constituem a sociedade.

Em outras palavras, a transferência linguística ocorre quando as regras e sistemas linguísticos desenvolvidos na interlíngua têm origem na língua materna. Por outro lado, na transferência de instrução, essas regras e sistemas são o resultado de processos de ensino. Quando essas regras surgem da interação do aluno com o material de estudo, é chamado de estratégias de aprendizagem. Já quando surgem da interação do aluno com a língua para se comunicar com falantes nativos, são chamadas estratégias de comunicação. Por fim, quando ocorre uma generalização excessiva, ou seja, quando se aplica uma regra específica para generalizar casos de outras regras linguisticamente semelhantes na língua estrangeira, trata-se do processo de hipergeneralização do material linguístico.

Da mesma forma, a interlíngua é referida como o “sistema de aproximação”. Este sistema linguístico é utilizado pelo aprendiz durante seu processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. O falante utiliza esse sistema de aproximação para se expressar na língua-alvo. Tal sistema possui uma gramática única, que não é nem a da língua estrangeira, nem a da língua materna, e se modifica rapidamente ao passar por diferentes fases de aquisição. (Nemser, 1971).

Isto posto, Weinreich (1953), Overbeke (1976) e Baetens (1986) postulam em consenso, que a interferência linguística se trata de ocorrências dos “erros” em relação à norma de qualquer das línguas de uma determinada comunidade bilíngue resultante do

contato linguístico. Neste conceito, a norma é vista não apenas como aquela que procede das instituições regulamentadoras de usos linguísticos, mas também com o uso corriqueiro da língua.

Ainda sobre essa questão, Namone e Timbane (2023) comentam que o português guineense é o resultado do contato linguístico das línguas bantu e do crioulo⁶⁷ guineense. Tal contato apresenta interferências nos elementos estruturais, como: fonético, fonológico, semântico-lexical, morfossintático e pragmático.⁶⁸ Além disso, estudos sobre o guineense atestam que se trata de uma língua com aspectos comuns a qualquer outro idioma, já que possui uma gramática própria e um léxico rico. Por essa razão, “o crioulo tinha condições suficientes para ser elevada a qualidade de uma língua oficial” (Namone; Timbane, 2023, p. 47).

Os guineenses, que são escolarizados e possuem proficiência em crioulo⁶⁹ e português, fazem uso frequente de termos técnicos, científicos, políticos e de consumo da sociedade moderna oriundos do português, inclusive utilizando frases completas, uma vez que o crioulo não possui um vocabulário específico para essas áreas do conhecimento. Portanto, a língua

⁶⁷ De acordo com os estudos de Oliveira e Holm (2011), as línguas crioulas se diferenciam de outras línguas completamente reestruturadas, como as "misturas bilíngues" ou "intertwined languages", que se desenvolveram fora de um "continuum pidgin" (ou pré-pidgin). O pidgin pode ser definido como uma língua auxiliar não nativa na qual ocorre um processo de redução e simplificação das línguas contribuintes. Durante o processo de pidginização, os falantes de uma língua "superstrato" (ou seja, a língua fonte do léxico - que é politicamente e socialmente mais poderosa) cooperam com os falantes das línguas "substrato" (sem influência social) para criar uma nova língua emergencial. Isso ocorre devido à falta de uma língua em comum entre os falantes dessas línguas. Os falantes das línguas do substrato têm a tarefa de aprender o léxico da língua do superstrato. Para facilitar a compreensão, os falantes da língua do superstrato imitam a forma como os falantes das línguas do substrato falam sua própria língua. O resultado dessa cooperação é o surgimento de um pidgin que possui algumas normas, mas não é a língua nativa de nenhum dos grupos envolvidos. É importante ressaltar que as línguas envolvidas nesse tipo de contato não são "proximamente relacionadas", pois se fossem, o resultado seria uma koiné e não um pidgin. Além disso, a distância social entre os falantes da língua do superstrato e os falantes da língua do substrato é mantida durante o processo de comunicação, para que os falantes não aprendam naturalmente a língua um do outro. “A pidginização resulta em uma língua não nativa, reduzida e simplificada, que pode ser expandida e desenvolvida ao longo das gerações para atender a novas necessidades comunicativas. Por outro lado, a crioulição produz uma primeira língua bem estruturada, que mantém alguns traços do seu pidgin ancestral, mas que é tão complexa quanto qualquer outra língua natural, mesmo que seja estigmatizada por razões sociolinguísticas” (Oliveira; Holm 2011, p. 30).

⁶⁸ As interferências da língua materna na língua alvo ocorrem a todos os níveis da língua, sendo o lexical o mais frequente na medida em que tanto num pequeno elemento linguístico como o fonema, como num maior como o sintagma, transmitem-se, geralmente, através do elemento lexical. É necessário ter em conta que neste processo de aquisição há características no falar de um bilingue que não são explicáveis nem por interferência nem pela gramática da língua alvo, o que requer um extremo cuidado na interpretação dos dados linguísticos em situações de contacto de línguas. Estes casos podem ser imputáveis a universais linguísticos, depois de analisados e comparados com casos idênticos já testados em produtos de contacto entre outras línguas ou em línguas não sujeitas a contacto. (Cardoso, 2007, p.07)

⁶⁹ O guineense, surgido a partir do contato entre línguas africanas e o português, atualmente é falado em Guiné-Bissau e em Casamansa, no Senegal (Freitas & Bandeira, 2021).

portuguesa se apresenta como uma valiosa ferramenta para os falantes de crioulo, pois qualquer termo em português pode ser utilizado, se necessário, no crioulo sem gerar a sensação de se estar empregando uma palavra estrangeira. O português se destaca como uma fonte léxica rica e natural. Com o aumento do número de falantes de crioulo, é esperado que o português se torne cada vez mais familiar para os guineenses (Couto & Embaló, 2010).

Outrossim, a língua materna seguirá o processo na aprendizagem da LE do aprendiz. Por isso, é corriqueira a transferência de marcas linguísticas prévias para o que é novo ou não usual. Consequentemente a transferência será assertiva quando ocorre a semelhança nas estruturas da LM devido à semelhança com a língua estrangeira. Pode também ocorrer “erros” em relação a não equivalência linguística, também resultando em problemas de comunicação (Vicente, 2015).

Para Flores (2005) a aquisição de L2 pode ocorrer de duas maneiras: (i) chamada de simultânea, na qual a criança vivencia desde cedo a interação com as duas línguas, isso é comum em família com pais de nacionalidades distintas; (ii) denominada de aquisição sequencial, a criança aprende inicialmente a LM e, apenas ao ingressar na escola, é exposta ao contato com outra língua.

No que se refere ao aspecto cultural de interferência linguística do Português como língua não materna, não há como negar a influência da cultura no processo de aquisição, sobretudo, quando nos deparamos com situações de contato linguístico, como pontua Cardoso (2007, p.02)

Ter o português como língua não materna também significa ter a cultura portuguesa como cultura não materna e por isso, não se pode falar em interferência linguística colocando de parte a interferência cultural, se tivermos em conta que a língua é uma forma de expressão cultural e que o contacto entre línguas é também um contacto entre culturas. (Cardoso, 2007, p.02)

Nessa conjuntura a autora acrescenta que as interferências linguísticas ocorrem quando ocorre a interação entre duas ou mais línguas diferentes. Essas interferências, também conhecidas como transferências negativas, ocorrem quando uma regra ou padrão linguístico da primeira língua é erroneamente aplicado na segunda língua. Geralmente, os indivíduos bilíngues têm a capacidade de adaptar o uso das línguas de acordo com as diferentes situações de comunicação em que se encontram, o que acaba por influenciar o modo como as línguas são utilizadas.

Além disso, durante o processo de adquirir uma segunda língua, é comum encontrar interferências da língua materna, pois é comumente utilizada para analisar as informações da nova língua. Isso ocorre porque a língua materna influencia o pensamento e tende a interferir nas línguas aprendidas posteriormente. Quando a língua alvo é apenas aprendida em um contexto formal, como na escola, a diferença entre o domínio das duas línguas se torna ainda mais ampliada (Cardoso, 2007).

Isso que dizer que será preciso observar tal fenômeno linguístico com cautela, verificando se há contexto de contato ou se trata de um fenômeno particular a essa língua. Um exemplo comum na literatura sociolinguística é a ocorrência do apagamento das marcas de concordância nominal e verbal, em que um dos fenômenos, segundo Lucchesi (2012), é denominado de simplificação morfológica, pois se trata de um fator comum às línguas em contato multi/plurilinguístico. Sendo assim, não é considerada apenas uma interferência linguística, mas também um universal linguístico comum ao processo de aquisição de L2/LE.

De maneira geral, se levarmos em consideração, por exemplo, os estudantes de origem guineense residentes em Guiné Bissau poderão ser enquadrados no grau de interferência forte ou moderado do crioulo guineense sobre a língua portuguesa, e os estudantes de origem guineense residentes no Brasil poderão ser inseridos no grau leve, já que por estarem em contato frequentemente com o português (com acesso aos diversos contextos de formalidade e informalidade) lhes aproximam da língua alvo.

À vista de tais especificidades linguísticas, no caso de Guiné Bissau, podemos afirmar que a transmissão do Português Europeu, que serve ainda hoje de modelo de aquisição, tem influência pelo contato constante tanto nas relações formais, em especial, nas escolas; sendo presentes no crioulo guineense ao estabelecer as estruturas do idioma inicialmente inseridas na memória dos indivíduos bilíngues. Tais influências, por sua vez, podem apresentar caráter universal ou não, o que apenas será possível constatar por meio de investigações descritivas que sejam capazes de elencar características peculiares do PGB⁷⁰, como também se assemelham às demais variedades do Português⁷¹.

⁷⁰ Algumas pesquisas têm enfatizado a influência das línguas nativas, como o crioulo guineense, nas estruturas e vocabulário do português guineense. A presença de elementos fonéticos, gramaticais e lexicais das línguas locais é uma característica proeminente dessa variedade.

⁷¹ O português, assim como todas as línguas, possui diferentes variedades e influências das línguas de contato. Algumas das principais variedades do português incluem:

Petter (2007) sugere que existe uma notável semelhança entre a variante brasileira do Português e as variantes faladas na África, em particular nas regiões de Angola e Moçambique. Isso leva à ideia de um *continuum* afro-brasileiro da língua, que aproxima essas variedades e as diferencia das normas europeias, especialmente considerando elementos fonológicos, lexicais e morfossintáticos que se comportam de maneira similar e não devem ser interpretados como coincidências.

São tantas as semelhanças compartilhadas pelas três variedades de português nos três níveis de organização linguística selecionados (fonológico, lexical e morfossintático) que fica difícil defender que tais fatos sejam casuais, resultantes de uma deriva natural do português ou decorrentes da manutenção de formas antigas do PE. Por que as mesmas áreas da gramática do português foram ‘perturbadas’? A hipótese de que essas mudanças tenham sido introduzidas por falantes de línguas africanas, tanto na África quanto no Brasil, impõe-se de forma contundente, mesmo que se considere que no Brasil falantes de línguas indígenas e de outras línguas européias tenham participado da constituição do PB. É provável que o contato com as LB não seja a única explicação para as mudanças observadas no PB, mas esse contato é com certeza bastante relevante. (Petter, 2007, p. 16-17)

Em conformidade com a mesma linha de pensamento, Brandão e Vieira (2018) realizaram uma comparação entre quatro variantes urbanas do Português (PB, PE, PST, PM) em relação à concordância nominal e verbal. Os autores constataram que as variantes não europeias, sobretudo no que se refere à concordância verbal, exibem uma marcação plural variável, assim como apresentam semelhanças em fatores (extralinguísticos) que influenciam dados sem marcação. Ao contrário do que ocorre no PE e em grupos altamente escolarizados de outras variantes do Português, onde a ausência de marcação plural é rara e está associada a

Português Europeu: É a variedade falada principalmente em Portugal e nas ex-colônias portuguesas na Europa, como Macau e Timor-Leste. Possui algumas diferenças fonéticas, gramaticais e de vocabulário em relação ao português brasileiro.

Português Brasileiro: É a variedade falada no Brasil e é a mais falada e conhecida do português. Possui algumas diferenças em relação ao português europeu, especialmente na pronúncia, vocabulário e algumas estruturas gramaticais.

Português Africano: Existem várias variedades do português faladas nos países africanos que foram colonizados por Portugal, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial. Cada um desses países possui sua própria variedade do português, influenciada pelas línguas nativas locais. Além dessas variedades, o português também sofre influência das línguas de contato em diferentes contextos:

Línguas indígenas: No Brasil, por exemplo, há muitas línguas indígenas que ainda são faladas e que têm influência sobre o português falado nas regiões onde essas línguas são faladas.

Línguas africanas: Nos países africanos de língua portuguesa, as línguas indígenas também exercem influência sobre o português falado nessas regiões.

Línguas estrangeiras: O contato com línguas estrangeiras, como o inglês, o espanhol e o francês, por exemplo, também pode contribuir para a adaptação de certos termos e estruturas na língua portuguesa falada em diferentes países.

É importante ressaltar que as línguas de contato e as variedades do português são dinâmicas e estão em constante mudança, podendo variar de acordo com o contexto social, histórico e geográfico.

contextos universais que restringem a marcação em qualquer língua natural, como a pós-posição do sujeito, sujeitos inanimados e verbos inacusativos, por exemplo, as variantes não europeias exibem uma variedade maior de contextos sem marcação de número, inclusive em estruturas com ordem direta (SVO). Essa constatação confirma a proposta feita por Petter (2007) de que as diferenças entre as variantes não europeias e a europeia não são exclusivas de um ou outro grupo, ocorrendo de maneira semelhante nas três (PB, PM, PST). Isso fortalece a hipótese de um *continuum* afro-brasileiro.

Diante dessa discussão, as autoras apresentam uma sequência de normas de concordância, levando em consideração não apenas os índices observados nas variedades em estudo, mas também o nível educacional dos participantes das pesquisas. Além disso, demonstram a existência de dois padrões distintos para o fenômeno:

a variedade europeia (e possivelmente as classes altamente instruídas das variedades não europeias) segue o Padrão I, no qual os contextos aparentemente variáveis são poucos, tanto quantitativamente (a marcação está presente categórica ou semicategoricamente) quanto qualitativamente (em estruturas específicas e indiferentes a efeitos extra-linguísticos); e (ii) em geral, as variedades não europeias investigadas seguem o Padrão II, com uma regra variável que abrange uma diversidade de construções em proporções sensíveis às restrições sociais, particularmente à educação. Seria ainda mais arriscado delimitar um padrão geral de marcação plural especialmente nas variedades africanas de português estudadas aqui: o padrão de concordância não é alterado apenas pelo nível individual de escolarização, mas também pelo tipo de relação e/ou identificação dos falantes com os idiomas com os quais convivem. (Brandão; Vieira, 2018, p. 284.) *Tradução nossa.*

E assim, cada variedade seria posicionada dentro de um *continuum*, baseado em sua maior ou menor semelhança com os padrões europeus, em particular no uso de marcas de plural. É importante considerar que o extremo oposto seria caracterizado pela ausência completa dessas marcas. Pissurno (2017) também menciona a existência desse *continuum*, mas apenas no contexto da concordância verbal entre o português moçambicano e o português europeu e brasileiro. Seu estudo mostra que a variedade urbana moçambicana demonstra um índice semicategórico de preferência pelas marcas, semelhante à variedade europeia, mas também apresenta um número significativo de ocorrências sem marcas de plural, assim como acontece no português brasileiro. Isso levanta questões sobre a validade da regra semicategórica nos dados moçambicanos. Portanto, nesse estudo preliminar, o português moçambicano seria posicionado em uma posição intermediária entre essas variedades.

Brandão e Vieira (2018) sugerem que o *continuum* de padrões de concordância, estudado no Projeto Concordância, como por exemplo, o estudo realizado por Pissurno (2017), traz evidências significativas para a discussão das normas da Língua Portuguesa presentes nas diferentes variedades de Português, considerando todas as características sociais que influenciam o comportamento linguístico de cada uma delas. Os resultados das variedades moçambicanas parecem confirmar a hipótese de que o contato entre línguas pode levar à simplificação morfológica, não sendo uma característica exclusiva do Português Moçambicano causada apenas pela influência de uma língua específica. Dessa forma, sugere-se a existência de um aspecto comum entre as variedades que surgem em contextos multilíngues, pois há similaridades morfossintáticas também observadas em outras variedades não europeias, conforme apontado por Petter (2007) e o princípio do uniformitarismo proposto por Labov (1972). Portanto, a simplificação morfológica não deveria ser considerada apenas como uma interferência linguística, mas como um traço mais universal na aquisição de uma segunda língua.

De acordo com Kipper (2012), existem três tipos específicos de interferência linguística que podem ocorrer em situações de contato linguístico. O primeiro tipo são as interferências fônicas, que se referem às pronúncias e sotaques da língua materna que influenciam a língua alvo. Já o segundo tipo são as interferências sintáticas, que ocorrem quando o indivíduo organiza a estrutura da frase na língua alvo usando estruturas da língua materna. Por fim, temos as interferências lexicais, que envolvem falsos cognatos e abrem espaço para empréstimos. Os empréstimos acontecem quando o falante, ao se expressar em uma segunda língua, procura na sua língua materna um equivalente que desconhece ou não tem disponível na memória da segunda língua. Vale ressaltarmos que os empréstimos são coletivos, comuns em uma comunidade de fala, enquanto as interferências são individuais e dependem do estágio de interlíngua do aprendiz.

A influência da língua bantu no português em Guiné-Bissau é significativa devido à história colonial do país e à presença de diferentes grupos étnicos na região. Além disso, os falantes dessas línguas tiveram que aprender o português como segunda língua para se comunicar com os colonizadores. Nesse processo, eles incorporaram palavras e estruturas linguísticas de suas línguas nativas ao português, formando uma variante conhecida como crioulo guineense. O crioulo guineense é amplamente falado em Guiné-Bissau e possui uma forte influência da língua bantu, já que muitas palavras e expressões foram incorporadas ao vocabulário crioulo guineense, além de algumas características gramaticais típicas das línguas

bantu, como a concordância de classe nominal. Assim, tal língua africana exerce uma influência importante na variedade do português em Guiné-Bissau, tanto no crioulo guineense quanto no português falado. Portanto, essa influência reflete a história colonial do país e a interação entre diferentes grupos étnicos ao longo dos séculos.

No entanto, em sociedades multilíngues na África lusófona, é bastante provável que os falantes, especialmente os mais escolarizados, percebam as interferências causadas pelas diferentes línguas bantu no Português, independentemente do nível de influência de cada uma delas. Contudo

O povo da Guiné-Bissau é na sua maioria de origem bantu e é de tradição oral, uma vez que as regras de ser e de estar na sociedade são transmitidas através da oralidade. A língua oral tem servido de forma plena na transmissão da cultura e dos hábitos tradicionais que são marcas de identidade, tanto no continente africano como em outras partes do planeta (Namone, 2017, p.40).

É relevante salientar que a Constituição da República da Guiné-Bissau não menciona explicitamente, em nenhum de seus artigos, que o português é a única língua oficial do país. No entanto, esse fato é amplamente reconhecido tanto pelos cidadãos guineenses quanto pela comunidade internacional. O funcionamento das instituições do Estado, do sistema judiciário e da educação está intrinsecamente ligado ao conhecimento da língua portuguesa. Aqueles que não dominam o português frequentemente enfrentam exclusão nas interações cotidianas. Há relatos de que muitos guineenses têm sofrido maus-tratos, punições e outras formas de disciplina em diversos sistemas educacionais devido à sua “falta” de proficiência na língua dominante – o português (Timbane & Rezende, 2016).

Segundo Namone e Timbane (2017, p.51),

as línguas bantu guineenses desempenham um papel crucial nas práticas culturais da região. Elas são utilizadas em ritos de iniciação, cerimônias fúnebres, evocação dos antepassados, casamentos, cantos e canções populares, bem como na transmissão de lendas e contos. Além disso, essas línguas representam a identidade e a cosmovisão das comunidades locais, bem como são responsáveis por passar adiante os conhecimentos ancestrais de geração em geração por meio da oralidade.

Embora a Constituição da República da Guiné-Bissau não faça menção ao português como língua oficial do país, é evidente que ela é a língua do poder, responsável por classificar os guineenses em alfabetizados e analfabetos, cultos e incultos, relegando o crioulo (falado por mais de 44,31%) que é a língua mais expressiva para a maioria da população localizada nas áreas urbanas e suburbanas (Namone; Timbane, 2017).

Ademais, Ngunga (2012) salienta que as interferências observadas não são unilaterais, ou seja, podem ocorrer vestígios da língua materna na língua-alvo e vice-versa. Isso é um indicador frequente da situação de bilingue. Segundo Weinreich (1953), a interferência pode ocorrer tanto pela presença de características da língua materna na língua não materna, quanto pela presença de características da língua não materna na língua materna do falante. Essa perspectiva permite reconhecer a relação entre bilingue e interferência, ou seja, qualquer pessoa bilingue pode ser um gerador de interferência.

Considerando a especificidade desses contextos de possível interferência bilingue, é possível identificar transferências vantajosas, que ocorrem quando as línguas são bastante semelhantes e seus recursos se complementam, e transferências desfavorecidas, que são responsáveis por aquilo que é considerado como a causa de "erros" ou "desvios" em relação à língua-alvo, que devem ser superados para atingir o padrão desejado (*Cf.* Mingas, 2022; Santana & Timbane, 2022; Cá & Timbane, 2021; Sana, 2014; Scantamburlo, 2013; Ngunga, 2012). Em outras palavras, compreende-se que, em Moçambique, enquanto a relação entre as línguas bantu pode ser analisada em termos de transferência favorável, a relação entre o Português e essas línguas, muitas vezes, pode estar associada a transferências desfavoráveis. Como exemplo disso, temos o caso de Guiné Bissau que no sentido das alterações causadas no Português pela influência das línguas autóctones podem ser interpretadas como impurezas a serem eliminadas.

No entanto, mesmo que possam ser consideradas transferências negativas que dificultariam a aprendizagem do Português de acordo com os padrões europeus, essas características indicam o que é específico em relação à língua oficial e também permitem identificar os diferentes níveis de proficiência em português⁷². Portanto, ao observar as diferenças entre as variedades moçambicanas e outras variantes da Língua Portuguesa, é importante reconhecer as peculiaridades de cada uma delas, sem estabelecer critérios únicos para realidades sociolinguísticas completamente diferentes.

Assim, entendemos que as influências ocorrerão de forma mais ou menos acentuada, dependendo do estágio de desenvolvimento do processo de aprendizagem da segunda língua pelo indivíduo. Esse conceito, criado por Selinker (1972), refere-se ao progresso no aprendizado de uma segunda língua e sugere que quanto maior for o contato e uso efetivo da língua-alvo, menores serão as chances de ocorrerem interferências da língua nativa na produção do aprendiz. Portanto, a interlíngua pode ser considerada como um sistema temporário, específico para cada falante envolvido na situação de contato, que varia de acordo

⁷² *Cf.* Albuquerque & Siga, 2023; Turé, 2023; Djala, 2022; Araújo & Maciel, 2021; Dias, 2021; Tosatti, 2021.

com o seu nível de proficiência na segunda língua e serve principalmente como meio de comunicação entre pessoas que possuem idiomas nativos diferentes.

Por outro lado, é bastante provável que as influências do Português nas línguas nacionais sejam percebidas por falantes inseridos em sociedades multilíngues, como em Guiné Bissau, independentemente do grau de influência de cada língua. Essa percepção é particularmente notável entre os falantes em seu cotidiano, como apontado por Sampa e Silva (2017, p. 237),

Diferente daquilo que acontece em vários países do continente africano, onde existem várias línguas étnicas, mas a língua do dia a dia é a do colonizador, na Guiné-Bissau a língua do dia a dia é a língua crioula. Ela serve como língua intermediária no cotidiano da população. Ainda sobre o crioulo, é preciso salientar que são pouquíssimos os países com essa característica, ou seja, o povo guineense possui uma língua que não é étnica, mas que é falada e compreendida por quase toda a população e, que não é também a língua do colonizador.

A força do crioulo na Guiné-Bissau exerce uma grande influência na forma de falar o português. Por esse e outros motivos, é fácil para um falante de português reconhecer o português de um guineense, assim como o português de um angolano ou moçambicano, devido às influências das línguas étnicas presentes nesses países africanos. Esses fatos são naturais e ocorrem em todas as línguas, pois a língua se adapta de acordo com a comunidade linguística em que é praticada. Por exemplo, quando uma pessoa adquire uma segunda língua, os traços da primeira sempre influenciam na segunda, pelo menos na fala, porque nossa mente já possui outros códigos linguísticos que ocorrem de forma natural em todos os seres humanos, desde os primeiros contatos com essa língua. Nesse caso, nosso cérebro acaba se adaptando às regras sociais do nível linguístico, conforme Sapucaia (2014) é comum que os aprendizes busquem adquirir habilidades em uma segunda língua (L2) após atingirem uma certa idade, o que acarreta uma implicação psicolinguística de que eles carregam consigo um sistema linguístico diferente, o da língua materna (L1). Por conta dessa condição, o aprendiz, que já possui um sistema de hábitos musculares e neuromusculares, terá que gradualmente substituir esse sistema pelo da L2.

Posto isso, não poderíamos deixar de destacarmos que “a grande extensão do uso do Português em quatro continentes, com um expressivo número de falantes, permite reconhecê-lo como uma língua pluricêntrica, que apresenta muitas variedades” (Petter, 2015, p.306). Por

essa razão, a aquisição dessa língua pelos povos colonizados passou por condições peculiares e, de certa forma, foram elas que resultaram essa heterogeneidade de um mesmo idioma.

Diferentemente de outros países, na Guiné-Bissau, as línguas étnicas têm uma influência limitada sobre o português. Em algumas ocasiões, essa influência se manifesta apenas no sotaque de alguns falantes, considerando que esses indivíduos já tinham aprendido outra língua antes do crioulo e, posteriormente, o português. Por essa razão, o sotaque desses indivíduos carrega certos traços da primeira língua aprendida (língua materna). Além disso, as línguas étnicas da Guiné-Bissau não interferem de maneira perceptível no português, como ocorre em outros países, por exemplo, com gírias e a inserção direta de palavras. No caso específico da Guiné-Bissau, é a cultura, principalmente a língua crioula, que exerce uma grande influência sobre o português falado no país atualmente: “Por isso o português falado em Guiné-Bissau apresenta suas peculiaridades e se distância das variedades faladas em outros países de língua portuguesa, tendo em vista que a formação social e cultural dos países lusófonos é diferente” (Fafina, 2011, p.8).

Aprendemos com Fonseca (2012) que a política linguística do sistema educacional da Guiné-Bissau baseia-se no Decreto-Lei n.º 7/2007, de 12 de novembro de 2007, que determina a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em instituições públicas, incluindo escolas, especialmente nas salas de aula e áreas adjacentes. Entretanto, conforme ressalta a autora, esse decreto também prevê a utilização do crioulo nos debates da Assembleia Popular. Embora o português seja a língua de ensino oficial, muitos professores adotam o crioulo como língua de mediação e apoio nas aulas e no ambiente escolar. Além disso, em várias regiões do interior, é comum o uso de outras línguas nacionais. De modo geral, a pesquisa revela que o crioulo é o principal meio de comunicação fora do contexto escolar na Guiné-Bissau.

O crioulo da Guiné-Bissau, resultado do contato entre os portugueses e os povos africanos, demonstrou um desenvolvimento consistente nas áreas urbanas. A partir de 1920, esse idioma passou a ser estigmatizado e sua utilização foi proibida pelas autoridades coloniais. Rotulado como uma língua “não civilizada” em oposição ao prestígio atribuído ao português, essa situação persistiu até a independência do país em 1974, através do movimento político do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após a independência, o crioulo se tornou amplamente falado e obteve o status de língua nacional. No entanto, apesar das tentativas de integrá-lo no sistema educacional, não foi possível alcançar esse objetivo devido à inadequada preparação dos professores, à falta de recursos

didáticos e ao fato de o crioulo não ser necessariamente a língua materna dos estudantes (*Cf.* Embaló, 2008).

Historicamente,

Esse contacto entre o português e as línguas étnicas teve um resultado muito produtivo quer para o português, quer para as línguas étnicas, pois dele surgiu uma nova língua (o crioulo ou a língua guineense), língua de unidade entre diferentes grupos étnicos. Ainda, um outro aspeto relevante a considerar, é a educação seletiva implantada pela escola colonial, associada a um currículo escolar distante da realidade sociocultural dessa sociedade, facto esse que acarretou uma resistência cultural à própria língua portuguesa que era tida como língua de superstrato e as étnicas como as de substratos (Siga, 2022, p.87).

Nesse contexto, Mudiambo (2013) enfatiza que os cinco países africanos de língua portuguesa partem do entendimento de que a língua é uma expressão cultural. Eles se apropriam da Língua Portuguesa, considerando-a como algo que lhes pertence. Assumem-na com dignidade, promovendo sua integração no âmbito nacional e conferindo-lhe um status elevado. Esse processo de apropriação é gradual e leva a mudanças tanto na oralidade quanto na escrita, refletindo as particularidades de cada nação. Dessa forma, a Língua Portuguesa deixa de ser apenas um patrimônio de Portugal e se torna um bem compartilhado por todos os países que a utilizam. Assim, não existe um proprietário exclusivo da língua; todos os falantes são co-proprietários, resultando em diversas variantes, como as de Angola, Moçambique e Portugal, entre outras

Além disso,

Ao guineense tal como às outras línguas crioulas são atribuídas as características equivocadas pelos teóricos tradicionais como, por exemplo, os rótulos de “mais simples”, “corrompida”, “ininteligível”, “altamente aberrante”, “sem morfologia”, “uma adaptação das línguas dos colonizadores” conforme discutiremos em seguida. (Imbatene, 2019, p.26)

Uma das características distintivas das línguas pertencentes às subfamílias Oeste Atlântica e Mandê é a presença de prefixos de classe e de concordância. Esses prefixos são particularmente notáveis nas línguas Bantu, que fazem parte da subfamília Oeste Atlântica. Isso levou à denominação dessas línguas como “Semi-Bantu”, uma vez que apresentam um número reduzido de prefixos de classe. Essas línguas estão agrupadas em três subgrupos nesta subfamília: Norte, Bijagó e Sul. No subgrupo Norte, há uma subdivisão conhecida como

“Bak”, que recebe esse nome devido a um morfema comum que indica o plural das classes que denotam pessoas, tal informação é baseada nos estudos do linguista Wilson Auquier. Por outro lado, a subfamília Mandê se caracteriza pelo uso de sufixos e compreende dois grupos principais: os Mande Tan, localizados no norte do país, e os Mande Fu, presentes no sul do país e na Guiné-Conacri. É relevante observar que as palavras “tan” e “fu” têm como significado a palavra “dez”, de acordo com Scantamburlo (2013).

Ainda na seara guineense, as pesquisas conduzidas por Paraíso (2019) e Paraíso e Silva (2020) abordam a análise dos dados da escrita de estudantes da Guiné-Bissau que ingressaram na UNILAB, focando na concordância nominal. É destacado, no referido artigo, que as autoras observaram que o contexto de exame já previa um resultado próximo aos 93,6% de concordância marcada canonicamente. Na maioria dos países africanos de língua oficial portuguesa, os alunos são orientados a comprovar que adquiriram habilidades linguísticas semelhantes às competências (muitas vezes apenas imaginárias) de um falante do português europeu. Portanto, naturalmente, eles tendem a recorrer às informações veiculadas durante sua passagem escolar como a representação do “correto”, embora seja esperado que a forma de português praticada por seus professores em sala de aula não se alinhe com essa norma prescritiva e artificial.

No contexto dos falantes guineenses, podemos observar um aspecto favorável no momento em que esses indivíduos se expressam em português, uma vez que ao realizarem interferências linguísticas baseadas nas similaridades com o crioulo, conseguem expor com maior clareza o seu raciocínio. No entanto, é importante destacarmos que esse fenômeno também apresenta um aspecto negativo, relacionado à possibilidade das diferenças entre as normas do português e as normas do crioulo guineense tornarem-se fossilizadas pelo falante, resultando na consolidação de uma interlíngua. Essa interferência pode gerar preconceito linguístico, uma vez que o uso de termos e estruturas do crioulo no português é malvisto. Esse preconceito linguístico é especialmente marcado na Guiné-Bissau e/ou entre os guineenses, o que muitas vezes leva o falante guineense a preferir o crioulo em detrimento do português, por se sentir mais seguro naquela língua.

Para Santana (2012), é perceptível na sociedade guineense que uma pessoa capaz de reproduzir o sotaque do português falado em Portugal sem qualquer interferência é geralmente considerada mais inteligente. Tal associação deriva da valorização social atribuída a essa habilidade linguística, sugerindo uma suposta superioridade intelectual do indivíduo que a possui. Entretanto, é essencial ressaltar a presença e impacto da diversidade linguística

na Guiné-Bissau, fomentada pelos diferentes dialetos e influências culturais presentes no cotidiano dos guineenses. Nesse contexto, as peculiaridades linguísticas não devem ser ignoradas, uma vez que, o fato de uma mesma língua ser compartilhada por diversos países não implica na anulação dos hábitos e aspectos culturais e históricos de cada um deles.

Com base no exposto, é importante ressaltar que o crioulo desempenha um papel fundamental como identidade nacional, superando todas as outras línguas locais, incluindo o próprio português. No entanto, isso não significa que o português deva ser mantido isolado. Pelo contrário, ele deve assumir um caráter diferente, sendo encarado como a língua dos guineenses, na qual as pessoas podem usá-lo com base nas características peculiares da sociedade guineense, juntamente com o crioulo. Como pontua Santana (2012), a língua é um fator social dinâmico por natureza, capaz de permitir que os falantes de uma mesma comunidade se compreendam mesmo falando de maneira semelhante. Isso nos leva a concluir que não há perigo para os falantes dos espaços de língua portuguesa se eles falarem o português de acordo com as características linguísticas de cada grupo de falantes em sua localidade.

Com o intuito de ilustrarmos as influências, é possível evidenciarmos o sistema de concordância verbal nas línguas bantu, o qual difere substancialmente do sistema em Português, uma vez que as marcas de número são prefixais e não sufixais. Conforme mencionado por Ribeiro *et al.* (2021), as línguas bantu apresentam a presença de flexões prefixais que possuem a capacidade de denotar características como pessoa, número e classe do sujeito. Além disso, a concordância verbal é estabelecida por meio desses mesmos elementos morfológicos. Angenot, Amaral e Flores (2020, p.126) explicam que

As línguas bantu apresentam estruturas morfológicas diversas, as principais convenções terminológicas relativas à segmentação morfológica hierarquizada de um verbo, através dos seguintes elementos: palavra, tema, base, radical expandido, raiz simples. Contrariamente à norma, alguns pouquíssimos radicais verbais, com a estrutura fonética -(CV)CV, não são seguidos por elemento final.

Segundo Aurélio (2017, p. 37), é possível observar nas estruturas linguísticas a existência de um “morfema co-referente ao sujeito que exerce a função de marca de concordância. Nas línguas brasileiras, em sentenças afirmativas, esse componente é colocado no início da estrutura verbal”. Bariate (2023) acrescenta ainda que a forma canônica do verbo nas línguas Bantu consiste em prefixo (que marca o infinitivo) + radical + vogal final (VF).

Entretanto, devido a razões históricas, ocorrem determinadas alterações em algumas línguas. A seguir, são apresentados exemplos:

(05) Estrutura básica do verbo nas línguas Bantu (Macalane, 2013 apud Bariate, 2023, p. 25)

a. Cinyanja: ku-lemb-a ‘escrever’

b. Echuwabu: o-gul-a ‘comprar’

c. Isizulu: oku-bon-a ‘ver’

Essas informações desvelam a variação relativa da marcação infinitiva nas línguas Bantu. Como pode ser observado, há a presença de “ku-” em Cinyanja, “o-” em Echuwabo e “oku-” em Isizulu. No entanto, constata-se que todas essas línguas seguem o mesmo padrão estrutural do verbo no infinitivo. A vogal final na estrutura do verbo na forma infinitiva é invariavelmente “-a”.

Ainda sobre os prefixos de marcação de pluralidade, Ngunga e Simbine (2012, p. 135) afirmam que cada pessoa do discurso apresenta um prefixo diferente: eu – ni, tu – wu, ele – a, nós – hi, vós – mi, eles – va. Já no guineense, por sua vez, a flexão verbal é “fraca” e é reconhecida apenas nos sujeitos realizados, que marcam a pessoa do discurso (Cf. INTUMBO, 2007).

É viável ponderarmos a utilização da Tabela (1) para sistematizarmos o paradigma pronominal empregado pelos falantes da Guiné, no que concerne ao sujeito no guineense.

Tabela 1 – Paradigma Flexional das Pessoas do Discurso no Guineense

Pessoa/Número	Pronome	Pronome	Verbo
P1	Ami’	N	Kanta
P2	Abo	Bu	Kanta
P3	El	I	Kanta
P4	Anos	No	Kanta
P5	Abos	Bo	Kanta
P6	Elis	E	Kanta

Fonte: Autora desta pesquisa.

É perceptível que, no idioma guineense, o sistema pronominal possui um conjunto de seis formas distintas, duas para cada pessoa do discurso. As primeiras formas, listadas na segunda coluna da Tabela (1) (ami, abo, el, anos, abos, elis), são mais enfáticas e sempre são acompanhadas da segunda forma no discurso. É raro encontrar casos em que elas possam ser utilizadas isoladamente (exceções são construções com a concordância à direita utilizando a cópula "I ami", que significa "sou eu"). Por outro lado, as formas da terceira coluna da tabela (n, bu, i, no, bo, e), consideradas mais fracas, podem aparecer sozinhas no discurso sem a necessidade da primeira forma. Além disso, é importante destacarmos que o sistema pronominal guineense não apresenta flexão de gênero.

No que diz respeito ao uso do crioulo guineense e das outras línguas nativas, Couto (1991, p. 43) observa que

a predominância do crioulo ocorre principalmente nas áreas urbanas, ou seja, nas cidades, enquanto as línguas nativas prevalecem nas regiões rurais. No entanto, mesmo assim, atualmente há um número significativo de indivíduos que falam crioulo guineense nas zonas rurais. Portanto, o crioulo é o idioma que serve como mediador e possibilita a comunicação entre todos os grupos linguísticos do país.

É crucial enfatizarmos que as línguas de contato em contexto multilíngue, incluindo o guineense, são geralmente subestimadas e caracterizadas por uma morfologia simplificada. Acima de tudo, são consideradas inferiores em comparação a outras línguas naturais, como sugerido por Bloomfield (1933 *apud* Pratas, 2002, p. 7). Alguns teóricos tradicionais chegam até mesmo a afirmar que essas línguas não possuem processos morfológicos, como pode ser verificado em McWhorter (1998 *apud* Freitas & Bandeira, 2016, p. 245).

Para Maria (2013) afirma que, diferentemente do português, que possui uma origem superstrato, o kriol é uma língua SVO, [-sujeito nulo] e [-objeto nulo], na qual a morfologia flexional é inexistente. A expressão de pessoa e número é obrigatoriamente manifestada através do sujeito da frase, enquanto a expressão de tempo, modo e aspecto (TMA) é manifestada por meio de núcleos pré-verbais lexicalizados e por um morfema de tempo em posição pós-verbal (*Cf.* Bocandé, 1849; Barros, 1897; Wilson, 1962; Kihm, 1994).

A autora explica ainda que o verbo seleciona sintagmas nominais (NP), sintagmas preposicionais (PP), sintagmas adverbiais (ADVP), sintagmas complementadores (CPs) e ainda frases (TP). Os NPs complementos podem ser lexicais (2a) ou pronominais, como o clítico em (2b). A seguir os exemplos acerca dos tipos de complementos do verbo:

NP

(2) a. Maria kumpira livru. Maria comprar livro.“ „A Maria comprou o livro.

b. Maria kumpira - l. Maria comprar-3SG.“ „A Maria comprou-o.

(Maria, 2013, p.04)

PP

(3) Djon bai pa kasa. João ir para casa. „O João foi para casa.

AdvP

(4) Djon papia diritu. João falar direito „O João falou bem.“

CP

(5) I fala kuma i ka na kume. 3SG dizer

CP 3SG não FUT comer 'Ele disse que não vai comer.

TP

(6) Djon misti papia ku bo Djon querer falar com tu „O João quer falar contigo.

(Maria, 2013, p.05)

Sendo assim, o verbo também pode ser usado na forma invariável quando o sujeito é um pronome pessoal tonalizado. Por exemplo: “*Mundi kolu fitxa cumba*” (Nós recolhemos muitas frutas). Nesse caso, o verbo “*kolu*” (recolher) não concorda com o pronome “*mundi*” (nós), mantendo a mesma forma. Entretanto cada classe nominal possui diferentes prefixos para a marcação do plural, o que diferencia bastante do processo sufixal presente na Língua Portuguesa. Isso pode resultar em dificuldades para indivíduos que têm um contato intenso com línguas que possuem marcação de número prefixal, na hora de formalizar as diferenças entre as estruturas de cada língua em relação à concordância verbal.

Em linhas gerais, no aspeto morfossintático, os estudos de Couto e Embaló (2010) trazem sentenças com ausência de concordância, tanto nominal quanto verbal. No nível da concordância nominal, eles registram, entre outras frases, as que se seguem: “‘o minha irmã’, ‘meu mãe’, ‘ele tem três filho fêmia’” etc. No tocante à concordância verbal, perceberam, “‘inter alia, os seguintes exemplos: ‘eu não ouve português’ (por ‘eu não entendo português’), ‘eu não tinha tempo’ (por ‘tive’), ‘a minha namorada estive em Portugal’ (por ‘está’), ‘eu tens mas tris história’ (p. 52).

Nesse sentido, compreendemos que o ensino do português pode exercer um impacto significativo nas variedades linguísticas guineenses, especialmente por ser considerado essencial para a mobilidade socioeconômica desses indivíduos. Entretanto, o processo de

educação enfrenta desigualdades de acesso que ainda demandam maior investigação, especialmente porque os habitantes das áreas rurais preservam o uso de suas línguas étnicas como uma forma de preservar suas raízes e sua cultura. Ao ingressarem no ambiente escolar, essas pessoas não abdicam dessa bagagem cultural, o que pode influenciar fortemente o aprendizado do português. Além disso, fatores como a baixa taxa de escolarização e o expressivo número de pessoas que vivem distantes das áreas urbanas e utilizam línguas autóctones diariamente exercem uma forte influência, seja através da incorporação de vocabulário ou da combinação de estruturas das línguas envolvidas, na variedade da língua portuguesa utilizada em Guiné Bissau.

Após ter provido o contexto do multilinguismo em Guiné Bissau e resumido os principais fundamentos sociolinguísticos da pesquisa, o próximo capítulo se dedica à análise do fenômeno linguístico em questão por meio de uma revisão da literatura existente sobre o tema.

5. O FENÔMENO EM ESTUDO: OS PADRÕES DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS⁷³

Neste capítulo, procuramos apresentar um panorama sobre o fenômeno linguístico em estudo. Inicialmente, verificamos o que se recomenda acerca dos padrões de concordância verbal em gramáticas normativas. Em seguida, verificamos o que consta sobre a concordância verbal de primeira e de terceira pessoa do plural em gramáticas assumidamente descritivas e em uma pedagógica, e o que desse tema, de acordo com trabalhos sociolinguísticos costuma ser atrelado a uso e a avaliação, especialmente no que diz respeito às variedades do português. Uma relação entre esse conjunto de trabalho e a presente pesquisa é estabelecida na medida em que são destacados aspectos considerados pertinentes, embora o diálogo entre esta investigação e as anteriores se constituirá efetivamente no capítulo dedicado à análise.

Dito isto, é relevante ressaltarmos que a forma como a regra de expressão de número é aplicada na concordância não é uniforme em todas as variantes do Português. Portanto, é necessário analisar a semelhança e a diferença desse fenômeno em cada variante, levando em conta fatores estruturais e sociais, a fim de realizar qualquer comparação.

5.1 COMPÊNDIOS GRAMATICAI

Descrição linguística⁷⁴

A língua é o que
Meu avô me contou
Mainha falou
E a que eu sei usar.

A língua
Não é a da escola
Estrangeira, estranha
De lá.

A língua que falo

⁷³ Em nossa tese não abordaremos as questões gramaticais relacionadas à línguas gestuais ou línguas de sinais devido à escassez de material.

⁷⁴ Texto escrito pelo Professor Dr. Gabriel Nascimento (UFSB), autor do célebre livro “Racismo linguístico” (2019) – Disponível no instagram @gabrielufsb. Acesso em 12JUN2021.

E que me explica
 E sei explicar
 Não carece
 De explicação nenhuma
 Para se falar.
 Eu não falo aqui a minha língua
 Eu falo a língua que me deram
 Mas essa língua é minha agora
 De forma que sei falar.
 (Gabriel Nascimento)

Os principais aspectos a respeito da concordância verbal em compendêndios gramaticais estão organizados em duas subseções uma dedicada a conteúdos em gramáticas assumidamente normativas e outra dedicada a conteúdos veiculados em gramáticas descritivas e pedagógicas.

5.1.1 Abordagem tradicional-normativa

Uma das características mais importantes das línguas humanas e mais relevantes é a diversidade linguística. Este é um ponto básico nas pesquisas e teorias sociolinguísticas e, em princípio, não precisamos de nenhuma pesquisa acadêmica formal para reparar na existência desta diversidade. Ela é evidente pela experiência de todo mundo; entretanto, em muitas sociedades, como é o caso da sociedade brasileira, a representação sociocultural da língua de certo modo oblitera essa percepção, fazendo crer que a língua de verdade não varia – ou, numa exacerbação idealizada, faz crer que a língua não deveria variar. (Guy; Zilles, 2006, p. 42)

A rigor, as gramáticas tradicionais apresentam um modelo conceitual e estrutural canonizado, o que se percebe na análise de obras de diferentes autores e também pelas afirmações dos próprios autores (Cf. Vieira, 2018⁷⁵; Faraco; Vieira, 2016⁷⁶; Neves; Casseb-Galvão, 2014⁷⁷) quando denotam em suas introduções o caráter tradicional e clássico. Nesses compêndios, os autores focalizam em suas palavras, o seu trabalho somente com a da língua.

Assumimos em nossa pesquisa a ideia de que gramática tradicional (GT) como, segundo Borges Neto (2012), “[uma] teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade

⁷⁵ VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editoria, 2018.

⁷⁶ FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Orgs.) **Gramáticas Brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

⁷⁷ NEVES, M. H. M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias” (p. 88), usaremos ao longo desta subseção o termo gramática para nos referirmos aos manuais gramaticais que se propõem a descrever a norma e, respectivamente, instrumentalizar as línguas.

Conforme a abordagem tradicional, a concordância verbal (CV) constitui um fenômeno morfossintático passível de variação e que tem gerado diversas discussões em relação do que vem a ser, de fato, o uso padrão. Assim, a CV, numa abordagem se baseia, primordialmente, entre dois termos da oração: o sintagma sujeito e o núcleo do predicado verbal, considerando a tipologia do sujeito: simples, composto, indeterminado, desinencial e inexistente, bem como a sua posição na frase: anteposto ou posposto. Isso se configura de forma materializada na Gramática Normativa e corporificada na gramática pedagógica, emblema das aulas de Língua Portuguesa. Dessa forma, a concordância também tem sido compreendida como um

[...] processo sintático em que a forma de uma palavra é determinada pela forma de outra ou grupo de palavras, em termos de pessoa gramatical (primeira, segunda ou terceira), flexão de número (singular ou plural) e/ou flexão de gênero (masculino e feminino) (Vieira; Faraco, 2022, p. 156)

Ou ainda

fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical. A concordância é um dos fenômenos mais comuns, nas línguas, em geral, mas tem a mesma extensão em todas elas. O suali, o russo, o latim e o alemão têm muita concordância; o francês, o português e o espanhol, um pouco menos; o inglês muito pouco; e o chinês, nada (Trask, 2004, p. 61).

Para Cintra e Cunha (1985), ocorre a concordância verbal quando “a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito” (Cintra & Cunha, [1985], p. 485). Já tendo em vista uma ótica mais abrangente, Rocha Lima (2008) evidencia que “havendo um só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número” (Rocha Lima, 2008, p. 363).

Todavia, Bechara (2009, p.442) esclarece que “é preciso estar atento a que a liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece deve ser cuidadosamente aproveitada para não prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo”.

Dessa maneira, Cunha e Cintra ([1985] 2008) afirmam que a flexão consiste numa

palavra “flexionada” para expressar diferentes categorias gramaticais. Bechara (2009) assume, portanto, a forma de fragmentos fônicos transformados em radicais, que são o que comumente denominam-se sufixos ou terminações. Entretanto, segundo Câmara ([1975] 2019)⁷⁸, uma distinção essencial existe entre eles: enquanto os sufixos flexionais são “obrigatórios”, os sufixos derivados não têm essa obrigação, e os sufixos derivados não se organizam em paradigmas coerentes, chamados de “Derivação Voluntária”, nome que sugere um sinal ocasional e não harmonioso do processo derivado. Câmara ([1975] 2019) também afirma que a concordância é uma característica distintiva dos morfemas flexionais e que os verbos têm um sufixo flexional que agrega os conceitos de tempo e modo (indicativo, subjuntivo e imperativo) e, no caso do pretérito, também acumula o conceito de aspecto. Por outro lado, a inflexão da pessoa gramatical implica automaticamente o número singular ou plural do sujeito e da pessoa.

Nas palavras de Ilari e Basso (2008, p. 169), “a morfologia do verbo pode ser definida como o conjunto das formas que um verbo pode assumir, por efeito da conjugação (isto é, combinando-se afixos e desinências que distinguem ‘modos’ e ‘tempos’, ‘pessoas’ e ‘números’)”. Sendo assim, a morfologia do verbo conjunto das formas que poderiam resultar da aplicação de desinências previstas na gramática da língua radical ⁷⁹do verbo.

Assim, apresentamos uma fórmula geral da estrutura do verbo em português (Câmara, [1975] 2019), a saber:

Figura 5 – Estrutura do vocábulo verbal português conforme Câmara ([1975]2019)

$$T (R + VT) + SF (SMT + SNP)$$

Fonte: A autora da pesquisa (2021)

Fica claro, portanto, que “o verbo é em português vocábulo flexional, por excelência, dada a complexidade e a multiplicidade das suas flexões” (Câmara, [1975] 2019, p. 155). Quanto à estrutura proposta por Câmara ([1975] 2019) na figura 6, temos respectivamente:

⁷⁸ CÂMARA, M. J. **Estrutura da Língua Portuguesa** – edição crítica. São Paulo: Vozes, 2019.

⁷⁹ Não se faz a distinção teórica entre “raiz” e “radical” neste artigo, porque estamos: (i) discutindo especificamente a morfologia flexional do PB; (ii) considerando equivalentes o conceito de raiz e de radical de primeiro grau (cf. Margotti; Margotti, 2009). Portanto, utilizamos somente o termo “radical”. Ver texto MARGOTTI, F. W. MARGOTTI, R.C. M. F. **Morfologia do Português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009

sufixo modo-temporal (SMT) e sufixo número-pessoal (SNP) que se aglutinam num sufixo flexional (SF), que se adjunge a tema do verbo (T), formado pelo radical (R)⁸⁰ seguido da vogal temática (VT) da conjugação correspondente.

De toda forma, no quadro 3 apresentamos ilustradas as definições adotadas pelos gramáticos brasileiros Cunha e Cintra, Rocha Lima, Bechara, Abreu e Haury, a saber:

Quadro 3 - Regras gerais de concordância verbal conforme as GT no Brasil

REGRA GERAL					
Sujeitos	“O verbo	“Havendo um	“Há um só	“é o processo	“ Em regra o
simples (apenas u mnúcleo)	concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido” (Cunha; Cintra, [1985] 2008, p. 511)	só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número” (Rocha Lima, 1998, p.353)	sujeito: a) Se o sujeito for simples e singular, o verbo irá para o singular, ainda que seja coletivo; b) Se o sujeito for simples e plural, o verbo irá para o plural” (Bechara, 2009, p.554)	pelo qual, dentro de uma oração, o verbo assume os traços de número e pessoa do sujeito” (Abreu, 2003, p.171)	verbo concorda com o sujeito em número e pessoa. Assim, se o sujeito for simples (= um só núcleo) e singular, mesmo que seja um substantivo coletivo, o verbo deverá estar no singular” (Haury, 2015, p.1263)

⁸⁰ “No padrão geral dos verbos portugueses radical é uma parte invariável. Constituído de um morfema lexical, acrescido, ou não, de um ou mais morfemas derivacionais, ele nos dá a significação lexical, permanente, do verbo” (CÂMARA, [1975] 2019, p. 155).

Sujeitos compostos (mais de um núcleo)	<p>“quanto à pessoa gramatical, irá:</p> <p>a) Para a 1ª pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da 1ª pessoa;</p> <p>b) Para a 2ª pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1ª pessoa, houver um da 2ª;</p> <p>c) Para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa” (Cunha; Cintra, 2008,p.512)</p>	<p>“O verbo vai para o plural para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala:</p> <p>a) A 1ª pessoa pretere todas as outras;</p> <p>b) Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe à 2ª;</p> <p>c) Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa (Rocha Lima, 1998, p. 353)</p>	<p>“Se o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação ao verbo” (Bechara, 2009, p.554)</p>	<p>“Se o sujeito vem antes do verbo, o verbo concorda obrigatoriamente com ambos sujeitos. Caso o sujeito venha posposto, a concordância pode ser feita tanto com os dois sujeitos, quanto com o mais próximo” (Abreu, 2003, p.184)</p>	<p>“Quando o sujeito for composto, o verbo, em regra, irá para o plural”(Hauy, 2018, p. 1264)</p>
--	--	---	---	---	---

Fonte: A autora da pesquisa (2021)

Na mesma linha de pensamento das definições que constituem a concordância gramatical, como o modo pelo qual as palavras alteram suas terminações para se acomodarem a outras palavras. Assim, concordância verbal trata das alterações do verbo, para se acomodar ao seu sujeito. É perceptível que se tratando da GT, muitas vezes, fogem dos mecanismos gramaticais da língua que são influenciados pela significação de palavras e expressões. Essa influência faz com que a concordância formal e lógica seja substituída pela concordância ideológica e psicológica. Em outras palavras, somos levados a colocar um verbo ou adjetivo no plural ou no singular não porque o sujeito ou substantivo tenha essa forma, mas sim porque significa isso. Às vezes, a alteração diz respeito à pessoa gramatical ou ao gênero gramatical.

Nas palavras de Hauy (2015, p.1285), “a concordância ideológica, também denominada figurada, irregular ou semiótica [...] porque a concordância de uma palavra se faz, nesse caso, com a idéia que ela sugere. Assim, o que estava implícito em nossa mente sobrepõe-se ao formalmente expresso”. Já Bechara (2009, p.95) afirma que “a

concordância ideológica significa um consentimento que se faz do vocábulo para o sentido”. Em suma, se trata de uma concordância é-de natureza irregular, já que se opera não com o termo expreso, mas com outro termo latente, isto é, oculto, mentalmente subentendido. Logo, concorda-se, não com a palavra que esteja escrita, mas sim com o que ela significa.

Nessa conjuntura, as GT apresentam, também, outras regras que são definidas como casos especiais. Tais como: as expressões partitivas, as expressões de quantidade aproximada, as construções em o verbo *ser*, com os pronomes interrogativos e demonstrativos, o pronome relativo “que”, expressões como “um e outro” e “mais de um”, comprovando que tal sistematização é complexa, principalmente, quando se leva em consideração tal abordagem. Vejamos o quadro 43:

Quadro 3 – Casos especiais de concordância verbal de acordo com gramáticas tradicionais brasileiras

CASOS ESPECIAIS	
Expressões partitivas	<ul style="list-style-type: none"> Quando o sujeito é constituído por expressa partitiva (como: <i>parte de, uma porção de, a grosso de, o resto de, metade de</i> e equivalentes) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para plural. (Cunha; Cintra, 2007, p. 513)
Expressões de quantidade aproximada (cerca de, perto de, mais de, menos de, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Postas antes de um número no plural para indicar quantidade aproximada, estas expressões requerem a concordância no plural, exceto em o verbo <i>ser</i>, em que há vacilação. (Rocha Lima, 1988, p. 361)
Verbo “ser”	<ul style="list-style-type: none"> Existem, em português, algumas construções com o verbo “ser” que podem oferecer dúvidas a quem fala ou escreve. Uma delas, em que esse verbo aparece nas orações equitativas [...] A concordância do verbo <i>ser</i> no singular tem o objetivo de criar um espaço mental do qual o SUJEITO DA ORAÇÃO É UM EVENTO DE QUE FAZ PARTE A COISA NOMEADA PELOS SUBSTANTIVOS. (Abreu, 2003, p.185, <i>grifos do autor</i>)

Pronomes interrogativos, indefinidos e demonstrativos	<ul style="list-style-type: none"> Se o sujeito é formado por algum dos pronomes interrogativos (<i>quais?</i>, <i>quantos?</i>), dos demonstrativos (<i>estes</i>, <i>esses</i>, <i>aqueles</i>) ou dos indefinidos no plural (<i>alguns</i>, <i>muitos</i>, <i>poucos</i>, <i>quaisquer</i>, <i>vários</i>), seguido de uma das expressões de nós, de vós, dentre nós ou dentre vós, verbo pode ficar na 3ª pessoa do plural ou concordar com o pronome pessoal que designa o todo. (Cunha; Cintra, 2008, p. 517)
Pronome relativo “que”	<ul style="list-style-type: none"> Quando o sujeito é o pronome relativo “que” que tem como antecedente um <i>predicativo</i> do verbo <i>ser</i>, o verbo concorda com esse predicativo ou com o sujeito do verbo <i>ser</i>. <i>Observação:</i> Quando o sujeito for <i>que</i>, pronome relativo, precedido de <i>um dos</i>, <i>uma das</i>, verbo flexiona no plural (concordância mais adequada) ou fica no singular, se a intenção for a de enfatizar o indivíduo. (Haury, 2015, p. 1277)
“um e outro”	<ul style="list-style-type: none"> O substantivo que se segue à expressão <i>um e outro</i> só se usa no singular, mas o respectivo verbo pode empregar-se no singular ou no plural. (Rocha Lima, 1988, p.356)
“mais de um”	<ul style="list-style-type: none"> Depois de <i>mais de um</i> o verbo é em geral empregado no singular, sendo raro o aparecimento do verbo no plural. (Bechara, 2009, p.560)

Fonte: A autora da pesquisa (2021)

Toda a construção desse saber gramatical, aqui mencionado, tem como finalidade a sistematização da gramática da língua portuguesa padrão, ou seja, “é uma tentativa de sistematização da tradicional teoria gramatical do português acadêmico, objetivando uma reflexão crítica sobre o estado atual da língua portuguesa no que ela tem de sistemático, de gramatical, e sobretudo, sobre a importância da norma padrão, em sua função sócio-cultural” (Haury, 2015, p. 33). É oportuno lembrarmos que,

O processo de padronização de uma língua – que, em linhas gerais, consiste na definição de uma variedade linguística elaborada como o padrão a ser seguido – costuma ser conflituoso e polêmico pelo fato de ser historicamente menos linguístico e mais conectado a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais – não nos cansamos de dizer. Esse processo não é igual às comunidades linguísticas porque o modo como o padrão se coloca impõe tende a ser diferente, dada toda a atmosfera que alinhava, ou costura tortuosamente, os dispositivos da elaboração. (Deoclécio; Bagno, 2021, p. 149)

Entretanto as GT permaneceram estáticas ao longo dos anos, tanto em relação à conceituação como na metodologia de ensino. Por conseguinte, os conceitos não se encontram a contento no tocante às pesquisas de cunho linguístico. Dessa forma, com intuito de solucionar os problemas observados na GT, a Linguística desenvolveu diversos estudos que resultaram na formulação de novos conceitos e ajustes gramaticais, trabalhando a partir com fenômenos linguísticos em uso numa ampla variedade de manuais garantindo a exposição do trabalho colaborativo dos fenômenos morfossintáticos.

Ao que nos parece, esse modelo padrão idealizado e divergente, em particular, na variedade do português brasileiro, destoa do que ocorre no Português de Guiné Bissau, já que o país na condição multilíngue apresenta várias limitações, sobretudo, no que se refere ao ensino dessa língua e à qualidade de educação o que leva à confirmação de que a LP ainda não está consolidada. Além disso, no contexto sociolinguístico de GB, uma criança pode vivenciar a realidade de conviver, por exemplo, com três línguas: a língua da família, a da rua e a da escola. Embora, a LP continue sendo ensinada nas escolas como LM/L1, de acordo com pesquisas recentes (*Cf.* Patinha, 1999; Sambu, 2017; Yurna, 2018; Cá, 2019; Namone, 2020; Pereira, 2020). Em suma, essa deficiência do ensino do português geral, é causada pela ausência de uma política linguística que oriente a produção dos materiais didáticos apropriados e, por outro lado, a ausência de professores com a formação específica, capaz de orientar o ensino dessa língua a partir do contexto local.

No que diz respeito ao que ocorre no Português de Cabo Verde, a Língua Portuguesa é ensinada com L2/LE devido ao seu contexto de diglossia (*Cf.* Mendes, 2009; Heilmair, 2011; Rosa, 2017; Veiga, 2017; Ançã, 2018; Beckert, 2020). Diferentemente do que ocorre em Guiné Bissau, Cabo Verde vivencia uma educação pautada no ensino de uma variedade do PE como L2, num contexto em que português acessível é uma variedade não europeia em mudança (Pereira, 2018), por isso “as políticas linguísticas que visam e implementam soluções monolíngues utilizando apenas uma língua oficial, que também seria a utilizada em todos os ciclos ou pelo menos nos primários pós-infantis de educação formal, não podem e não funcionarão na África⁸¹” (Wolff, 2016, p. 265). Sendo assim, o estudo da gramática da fala e da escrita da variedade africana do PGB tende a apresentar variações muito similares,

⁸¹ “The language policies that target and implement monolingual solutions using just one official language, which would also be the one used in all or at least the post-lower primary cycles of formal education, cannot and will not work in Africa”. WOLFF, E. *Language and development in Africa: perceptions, ideologies and challenges*, Cambridge: University Press, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9781316105023>> Acesso 29AGO2021.

encontradas no PB, que podem ser sistematizadas em estudos variacionistas qualitativos e quantitativos considerando o contato linguístico.

5.2 ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

No âmbito da descrição e análise linguísticas, sob o viés da Sociolinguística variacionista, é fundamental a conscientização do trabalho criterioso a partir do levantamento de dados que possam dialogar com o objeto de pesquisa preterido e a adoção de uma vertente teórica de estudo da língua se constituem um processo imerso em um riquíssimo campo de preterido e a adoção de uma vertente teórica de estudo da língua se constituem um processo imerso em um riquíssimo campo de variação a ser considerado.

As pesquisas de cunho sociolinguístico a respeito das regras de concordância verbal variável, objeto de nossa pesquisa, têm sido de extrema relevância, pois esse fenômeno passou a ser reconhecido e tratado na literatura especializada como uma possibilidade gramatical legítima e produtiva na língua. No entanto, apesar de o assunto já ter sido bastante investigado, sobretudo em termos descritivo, tanto as análises teóricas quanto a compreensão do fenômeno em termos sociolinguísticos ainda apresentam lacunas importantes. Em particular, praticamente pouco se sabe com relação às gramáticas das variedades africanas do português, já que as pesquisas desenvolvidas até então se baseiam, em sua maioria, em dados de fala espontânea em detrimento de dados da língua escrita. Além disso, ocorre ampla produtividade da regra de concordância não padrão na língua que pode indicar mudanças mais profundas na gramática do PB no que tange à realização desse fenômeno e a outros fatores sabidamente correlatos (Ex. o status da língua com relação ao parâmetro de sujeito nulo – Cf. Holmberg & Roberts, 2013; Malta, 2019; Silva, 2004, dentre outros). Nesse sentido, o tópico, longe de estar esgotado, se mostra de grande interesse para a investigação de natureza tanto gerativista como sociolinguística.

Quanto às variedades africanas do português, muito pouco ainda se sabe, sobretudo, no que se refere a aspectos morfossintáticos. Pois a língua portuguesa, nesse continente, apresenta ainda um número reduzido de pesquisas, comparado ao volume de estudos que privilegiam o português falado em Brasil e Portugal que se preocupam com a descrição e análise da língua portuguesa falada nos territórios que foram colônias portuguesas, em específico, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e que hoje possuem o português como língua oficial.

5.2.1 No Português Brasileiro

O sal da língua

Escuta, escuta: tenho ainda
 uma coisa
 a dizer. Não é importante,
 eu sei, não vais salvar o
 mundo, não mudará
 a vida de ninguém -
 mas quem é hoje capaz
 de salvar o mundo ou
 apenas mudar o sentido
 da vida de
 alguém? Escuta-me,
 não te demoro.
 É coisa pouca, como a
 chuvinha que
 vem vindo
 devagar.
 São três, quatro
 palavras, poucas mais.
 Palavras que te quero
 confiar, para que não se
 extinga o seu lume,
 o seu
 lume breve.
 Palavras que
 muito amei, que
 talvez ame ainda.
 Elas são a casa, o sal da língua.
 (Eugénio de Andrade)

A Língua Portuguesa já teve estatuto de língua franca durante o século XVI, em seguida passou por um processo de desaceleração e atualmente encontra-se num acelerado crescimento. Sua difusão pelo mundo foi uma das consequências ocasionadas pela expansão ultramarina empreendida pela coroa portuguesa entre os séculos XV e XVI. Além disso, seu contato com outras línguas deu origem a novas variedades desse idioma, ou ainda, de línguas crioulas de base lexical portuguesa. Diante dessa realidade, a UNESCO⁸² instituiu o dia 05 de maio como o “Dia Mundial da Língua Portuguesa”⁸³, sendo oficialmente estabelecida em

⁸² Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. A sede da Unesco fica em Paris, na França, e atua em 112 países.

⁸³ Os Dias consagrados às línguas faladas em todo o mundo celebram anualmente o multilinguismo e a diversidade cultural, e constituem uma oportunidade para sensibilizar a comunidade internacional para a história, a cultura e a utilização de cada uma destas línguas. O multilinguismo, um valor central das Nações Unidas e uma

2009 pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ⁸⁴(CPLP). Em 2019, a 40ª sessão da Conferência Geral da UNESCO decidiu proclamar o dia 5 de Maio de cada ano como "Dia Mundial da Língua Portuguesa". O Brasil é a maior nação de língua oficial portuguesa, pois a cada quatro falantes de português no mundo, três são brasileiros (Cf. Bortoni-Ricardo, 2021). A situação sócio-histórica do português brasileiro denota que esta língua levou meio milênio se desenvolvendo longe de Portugal até ficar nitidamente diferente. Além disso, variedade do português falada no Brasil é específica e até os anos 90, os lingüistas pouco sabiam sobre a história da língua, sobre nosso jeito de falar e as diferenças regionais dentro do Brasil (Basso, 2019).

Devido ao seu papel sócio-político, a língua portuguesa é, não só, uma das línguas mais difundidas no mundo, com mais de 265 milhões de falantes espalhados por todos os continentes, como é também a língua mais falada no hemisfério sul. Uma vez que o português continua a ser, hoje, uma das principais línguas de comunicação internacional, e uma língua com uma forte extensão geográfica, destinada a aumentar. Conta ainda com uma demografia crescente, sobretudo na África – constata-se no estudo que a geografia da língua portuguesa vai deslocar-se da América Latina para África, porque Angola e Moçambique vão ter mais seis ou sete vezes a sua população no fim do século XXI, chegando aos 300 milhões de habitantes, mais do que o Brasil. Na grande maioria desses países, o português convive com outras línguas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Principais línguas usadas na CPLP

PAÍSES	LÍNGUAS
Portugal	Português, Mirandês e Língua gestual portuguesa
Brasil	Português, 180 línguas minoritárias aborígenes e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)
Angola	Português, Umbundo, Quimbundo, Quicong, Tshócue, gangela, Cunhama, Língua gestual angolanae dezenas de outras línguas africanas.
Cabo Verde	Português, Crioulo caboverdeano e Língua gestual caboverdeana
Guiné Bissau	Português, Crioulo guineense, Língua gestual guineenses e outras línguas africanas.
Guiné Equatorial	Espanhol, Francês, Português Línguas africanas, Língua gestual equatoriana
Moçambique	Português, Língua Gestual moçambicana e dezenas de línguas de origem banta.

área de importância estratégica para a UNESCO, é um fator essencial para uma comunicação harmoniosa entre os povos, promovendo a unidade na diversidade, a compreensão internacional, a tolerância e o diálogo.

⁸⁴ CPLP trata-se de uma organização intergovernamental, parceira oficial da UNESCO desde 2000, que reúne os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica - para celebrar a língua portuguesa e as culturas lusófonas.

São Tomé e Príncipe	Português, crioulos portugueses como Forro, Angolar, Língua gestual santomense, Língua gestual principenses, Principense e Crioulo caboverdeano.
Timor Leste	Tétum, Português, Ataurense, Aiqueno, Becais, Búnaque, Cauaimina, Fataluco, Galíli, Hab, Idalaca, Lovaia, Macalero, Macassai, Mambai, Quémanaque, Língua gestual timorense e Tocodede.

Fonte: Adaptação de Wikipédia (2019)

A descrição presente no quadro acima traz apenas as línguas que são L1 efetivamente usadas por apenas uma pequena parcela de falantes, ou seja, são línguas naturais para alguns falantes desse grupo linguístico.

Além disso, o PB apresenta um caráter pluriétnico, alguns estudos como Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Saraiva (2012), Petter (1993) asseveram que os traços estruturais das línguas africanas estão mais evidentes na variedade popular do PB. Por desviarem do que se consideram o padrão do PB, tais traços são frequentemente considerados errados, fruto da ignorância, ou ainda, da incapacidade de pensar (Fiorin; Petter, 2008).

Lélia Gonzalez, antropóloga brasileira, no final da década de 80 destacou a relevância das contribuições do povo negro no português, indo de encontro às perspectivas racistas que defendem que as influências das línguas africanas no português são concebidas como desvios da língua. A autora assevera que

[...] aquilo que chamo de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável, sobretudo, no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe) (Gonzalez, 1988, p. 70).

No contexto educacional brasileiro de hoje, a proposta do ensino de Língua Portuguesa tem se pautado nas reflexões acerca do racismo linguístico, como também tem procurado combater a marginalização das influências africanas e indígenas, oferecendo as diversas possibilidades normativas existentes e atestadas por pesquisas linguísticas sobre o PB, justamente mostrando a relevância do papel das línguas africanas no português. Sendo assim, é preciso atentar para a compreensão de a linguagem traz consigo a ideia de poder, ideologia, além de ser um dos principais instrumentos de dominação dos povos. No entanto se utilizarmos como ferramenta para desconstruir esse imaginário imposto pelo

legado colonial, isto é, o perigo de uma única história⁸⁵, conseguiremos manter a criticidade e lucidez por meio da ciência da linguagem, sob o viés sociolinguístico, para mantermos vivas evidências empíricas atestadas pelos esforços acadêmicos.

Disso podemos inferir que “nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea [...] uma língua é constituída por um conjunto de variedades” (Faraco, 2008, p. 31), até porque a língua possui uma constituição intrinsecamente heterogênea. Considerando o contexto de variação do PB, Carvalho e Bagno (2017) apontam que muitos estudos realizados nos últimos tempos mostram um panorama das principais variedades regionais e/ou sociais do PB e evidenciam, por exemplo, com relação às contribuições relativas ao sistema pronominal, que:

- (1) com relação aos pronomes de 2ª pessoa do singular: existem seis subsistemas em que os usos de “tu” e “você” se combinam com a morfologia verbal.
- (2) com relação aos pronomes de 1ª pessoa do plural: concorrem duas variantes: a forma “nós” e a forma “a gente”.

No PB contemporâneo, há uma tendência geral para o uso do pronome de tratamento “a gente”, que ocorre com a forma verbal de terceira pessoa do singular (Cf. Bortoni- Ricardo, 2014; 2021).

Conforme têm mostrado as pesquisas sociolinguísticas, dentre os quais podemos aludir os de Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Graciosa (1991), Duarte (1995), Naro e Scherre (1998), Monguilhot (2001; 2009), Rúbio (2008), Lucchesi, Baxter e Silva (2009), Vieira (2011) e Araújo (2014), tais estudos discorrem a respeito da aplicação/não-aplicação da regra de concordância verbal no português padrão, ou não padrão, ou vernáculo brasileiro. Dessa forma, trata-se de uma variedade utilizada pelos brasileiros situados no meio rural ou urbano, analfabetos ou baixo nível de escolarização e letramento.

Para ilustrar, vejamos o seguinte exemplo: “Ela fala”, a forma verbal “fala” está no singular, estabelecendo concordância de número com o termo “ela”. Assim, tal informação condiz ao número de falantes (apenas um), e se relaciona à sua palavra-fonte, “ela”. Os padrões de concordância variam bastante entre as línguas naturais, havendo grande variedade em suas formas de expressão e nos tipos de variação encontrados.

⁸⁵ Adichie (2009) afirma que a história cria estereótipos, e o problema com estereótipos é que não são verdadeiros. Eles fazem uma história se tornar a única história. Já Krenak (2020, p. 19) acrescenta que “a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”.

No que se refere à concordância da relação sujeito e verbo, Vieira (1995, p. 86) define que a “concordância gramatical é aquela que atende às exigências postuladas na regra geral, enquanto a ideológica (ou silepse ou sínese) envolve realizações que não se enquadram nas regras básicas propostas pela gramática”.

De fato, a concordância verbal prescrita pela norma padrão⁸⁶ prevê um sistema de instruções que aponta a forma “correta” da língua⁸⁷. De outra forma, os sociolinguistas discutem que há muitas normas, inerentes a um sistema variável, sem diminuir uma forma ou favorecer outra legítima. De acordo com esses pressupostos, Brandão (2009) nos diz que tanto a concordância nominal quanto a verbal são frequentemente definida em termos da reiteração de gênero, número e pessoa, bem como de um elemento a outro inter-relacionado de forma sintática ou semântica. Essa reiteração de informações pode ser compreendida como uma marca explícita da dependência sintática ou semântica que existe entre esses elementos.

Em relação à concordância verbal no PB, ela está mais sujeita à variação, já que não há uma restrição quanto à localidade ou classe social específica. Desse modo, as normas culta e popular apresentam, com regularidade, usos distintos. No Brasil, seus estudos remontam à década de 1970, sob a ótica da Sociolinguística laboviana, que tem registrado a ocorrência da variação acentuada na fala popular, resultando em casos que não expressam a concordância denotando um estigma, que é associado à falta de escolarização.

Dentre os estudos já realizados sob as lentes variacionistas, podemos citar o trabalho pioneiro de Lemle e Naro (1977), para a variedade carioca analisando a regra de concordância do verbo com o sujeito na língua falada de estudantes do MOBREAL⁸⁸. A amostra investigada pelos pesquisadores é oriunda de sete entrevistas de uma hora de gravação com cada um dos informantes. Dados estratificados em sexo (masculino e feminino) e faixa etária (6 informantes com mais de 40 anos e 14 com menos de 30 anos). Levando em consideração o controle dos níveis linguísticos, a saber:

⁸⁶Faraco (2008) afirma que a norma-padrão constitui uma codificação abstrata, extraída de uma sincronia passada, que foi imposta como referência para regulação linguística, o que não se confunde com norma gramatical, que perfaz as prescrições formuladas por gramáticos já com certa flexibilização a partir da segunda metade do século falantes letrados.

⁸⁷ Adotaremos o termo língua para nos referirmos ao par língua/linguagem, assim não iremos entrar em maiores discussões acerca de tal distinção.

⁸⁸ A sigla MOBREAL refere-se ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, projeto governamental dos anos 70 que pretendia erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos com a proposta de alfabetização funcional de jovens e adultos.

- **Variável estilística** – foram consideradas as circunstâncias das entrevistas, que consistiam em diferentes graus de formalidade⁸⁹. Em contrapartida, os resultados não se mostraram relevantes, conforme os autores, os informantes apresentavam diferentes reações em situações sociais semelhantes;
- **Variável morfológica** - revelou-se que a regra de concordância está relacionada com o grau de saliência fônica entre as formas no plural e no singular. A pesquisa confirmou que verbos mais salientes favorecem a concordância verbal e verbos menos salientes a não concordância;
- **Variável sintática** - os resultados referentes à posição do sujeito mostraram que quando o sujeito estava antes do verbo favoreceu a concordância verbal em oposição ao sujeito posposto ao verbo;
- **Variável semântica** - quanto à determinação do sujeito, os autores evidenciam que o sujeito do tipo indeterminado favoreceu a aplicação da regra de concordância verbal, opondo-se ao sujeito do tipo determinado.

Na tentativa de traçar as contribuições dos estudos sociolinguísticos sobre o fenômeno da CV no PB, a proposta de Naro (1981) assinala uma nova investigação sobre a saliência fônica. Esta pesquisa conta com a análise de oito horas de gravação em entrevistas com cariocas vinculados ao MOBREAL e que concluíram o curso em seis meses. Os informantes do estudo, portanto, estavam em estágio inicial de alfabetização e representavam a classe econômica mais baixa, com faixa etária de 25 anos ou acima de 35 anos. O estudo tinha como objetivo apresentar uma pesquisa quantitativa. De acordo com autor, a concordância entre sujeito e verbo é quase categórica nos falantes escolarizados, pois a ocorrência de variação em larga escala neste grupo acontece quando o sujeito é posposto ao verbo.

Naro (1981) afirma que a ausência de concordância é mais saliente na expressão do sujeito plural posposto ao verbo a falta de concordância é mais saliente quando o sujeito plural ocorre imediatamente posposto ao verbo correspondente do que quando aparecem elementos intervenientes (advérbios, orações relativas, entre outros) que intercalando sujeito e verbo, bem como que separam física e temporalmente o verbo plural

⁸⁹ Os informantes foram submetidos a 7 entrevistas, em diferentes situações, com o objetivo dos pesquisadores investigarem a concordância verbal em diferentes graus de formalidade.

dependente do sujeito plural determinante. “Quando o sujeito segue o verbo, a ausência de marcas de concordância é ainda menos saliente” (Naro, 1981, p. 68).

Já “a relação posicional é mais saliente quando o sujeito determinante precede o verbo determinado” (Naro, 1981, p.79). Uma vez que os resultados da pesquisa demonstram que a classe de sujeitos antepostos ao verbo apresenta a maior taxa de realização de concordância, seqüenciada pela classe na qual o sujeito ainda é realizado e anterior ao verbo, porém separa, por alguma distância. A menor taxa de concordância da hierarquia é motivada pelo sujeito em posição posterior ao verbo.

Quanto à variável faixa etária, o estudo traz uma taxa significativamente mais alta de concordância para o grupo mais velho. Com relação à variável sexo, as mulheres se aproximam de forma significativa da norma de prestígio em relação aos homens, mesmo que a diferença seja pequena e apresente somente um percentual mínimo de toda a variação. Naro (1981, p. 86) aponta que “o local de origem dos informantes não apresentou efeito pertinente”.

Ressaltamos que diversos trabalhos revelam que a marcação de CV não é categórica em nenhuma variedade do PB, ocorrendo, inclusive, na língua falada de indivíduos mais letrados. A análise de Graciosa (1991), com dados de fala culta do Rio de Janeiro, revela que a regra de aplicação da CV não é categórica, ocorrendo fatores linguísticos que atuam na ausência de marca de concordância. Uma vez que “a concordância é bastante produtiva e acentuadamente favorecida no contexto em que o sujeito está anteposto e próximo ao verbo e o verbo se encontra em uma sequência discursiva” (Graciosa, 1991, p.88).

O estudo mostra, ainda, que

- as exceções apontadas pelas gramáticas normativas, são, de fato, o apoio das variações de uso que ocorrem na língua falada e também na língua escrita;
- a comprovação da hipótese de que a CV, na fala culta da carioca, “estaria em processo de variação, acompanhando as tendências observadas nos outros níveis” (Graciosa, 1991, p.12).
- a investigação da influência de variáveis linguísticas e sociais na realização ou não da CV em relação ao SN sujeito e ao SV;
- as variáveis controladas relevantes foram da não CV: ordenação dos argumentos do verbo; distância entre o núcleo do sujeito e o verbo e paralelismo formal das sequências verbais no discurso. A autora apresenta os contextos para estabelecimento da regra geral com base no comportamento dessas variáveis. Sendo assim, a CV, opção de uso pelos

escolarizados, tem favorecimento de modo acentuado nos contextos em que o sujeito está anteposto e próximo ao verbo, como também o verbo se encontra numa sequência discursiva, conforme o efeito do paralelismo formal.

Os estudos de cunho sociolinguísticos têm atestado mudanças na expressão da CV no PB quanto ao paradigma de flexão verbal que com o passar dos anos apresenta simplificações em seu sistema. Tais simplificações resultam em formas neutralizadas, com mesma expressão fônica para diferentes usos pronominais, ocasionando uma reorganização em seu paradigma pronominal e, por conseguinte, a ocorrência de usos de sujeitos plenos, ou seja, realizados foneticamente (*Cf.* Duarte, 1993; 1995; 2000).

No estudo de análise sincrônica da fala espontânea, Duarte (1995) teve como objetivo analisar a perda gradativa do Princípio “Evite Pronome” (Chomsky, 1981 e Jaeggli, 1982) no PB à luz do Parâmetro do Sujeito Nulo. O trabalho investigou quais caminhos já haviam sido atestados através da mudança, em peças teatrais, tomando como corpus a amostra que se aproximaria da fala sincrônica. Além disso, buscou identificar em que contextos o preenchimento do sujeito estariam mais resistentes à mudança a pesquisadora também buscou outras evidências que poderiam confirmar a mudança na remarcação do valor do parâmetro, bem como buscou responder à questão do “encaixamento” da mudança.

No estudo em questão, a pesquisadora fez uso do corpus de gravações do Projeto NURC-RJ, realizadas em 1992, com um total de 12 falantes cariocas, todos possuem nível superior e sendo distribuídos, respectivamente, em três faixas etárias: (i) de 25 a 32 anos, (ii) de 45 a 53 anos e (iii) de 59 a 74 anos, contou ainda com entrevistadores, pertencentes à faixa mais jovem. A utilização de diferentes faixas etárias permitiu observar a mudança numa perspectiva do “tempo aparente”, já que os informantes mais velhos tenderiam a manter formas mais conservadoras enquanto que os mais jovens utilizariam mais formas inovadoras, o que permitiria a observação do processo de mudança. Cada uma das faixas etárias contou com quatro informantes, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Duarte (1995) destaca a expressão do sujeito não sofre nenhum tipo de estigma social, mesmo que os informantes desse estudo fossem apenas de nível de ensino superior, os resultados mostrariam o status real do fenômeno em análise.

No PB, Duarte (1995) atesta o progressivo desaparecimento do sujeito nulo, devido a uma reorganização do sistema pronominal (*Cf.* quadro 6), resultando no uso do pronome “você”, como forma verbal de 3ª pessoa, com uso de 2ª pessoa, paralelamente do

pronome “tu” e depois como exclusiva, na maioria das regiões do país⁹⁰. Tal fato tem provocado a neutralização das formas de 2ª e 3ª pessoas. Sendo essa uma das hipóteses de Duarte, neste trabalho, procura explicar o empobrecimento do paradigma verbal no PB, em que os sujeitos nulos e sujeitos plenos deixariam de ser complementares, traço característico de línguas *pro-drop*, e passariam a ser intercambiáveis. Além disso, a pesquisadora mostrou que o uso de estruturas consideradas incompatíveis com as línguas *pro-drop*, por exemplo, o uso do sujeito expresso em sentenças subordinadas com sujeitos correferentes, seria uma evidência de que a mudança na marcação paramétrica que estaria em progresso.

Quadro 6 – Paradigmas verbais no PB

persona-número	Pronome	paradigma 1	paradigma 2	paradigma 3
1ª pessoa do singular	Eu	Am o	Am o	Am o
2ª pessoa do singular	Tu Você	Am a s Am a	- Am a	- Am a
3ª pessoa do singular	Ele/ela	Am a	Am a	Am a
1ª pessoa do plural	Nós A gente	Am a mos -	Am a mos Am a	- Am a
2ª pessoa do plural	Vós Vocês	Am a is	-	-
3ª pessoa do plural	Eles/elas	Am a m	Am a m	Am a m

Fonte: Adaptado de Duarte (1995, p. 32)

Com base no quadro acima (*Cf.* 6), Duarte (1995) constata também que o PB mudou de um sistema com seis desinências (como ocorre no português europeu), para um paradigma com quatro desinências (por pessoas de faixa etária mais elevada), ao passo que as pessoas mais jovens demonstram ter preferência pelo paradigma com três flexões distintas. Nesse sentido, nosso quadro flexional foi de uma versão mais “rica” a uma versão mais “pobre”, dificultando, assim, a identificação de um sujeito nulo que deveria ser reconhecido apenas pela flexão verbal.

Por fim, a pesquisadora infere que os resultados deste trabalho apontam que o PB perdeu o Princípio “Evite Pronome”, característico das línguas de sujeito nulo prototípicas, como o espanhol e o italiano, em decorrência do enfraquecimento do paradigma verbal, como

⁹⁰ O uso do pronome de 2ª pessoa do singular “tu”, com sua morfologia específica, ainda é utilizado em alguns estados no Brasil, por exemplo: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará, Maranhão, entre outros (*Cf.* Scherre et al., 2015)

também o processo de mudança em direção ao sujeito expresso já se encontra em estágio bem avançado, contudo o sistema ainda conserva algumas características típicas das línguas de sujeito nulo convivendo com um sistema mais recente que já não permite mais a identificação do sujeito nulo.

Posteriormente, em seu estudo diacrônico, Duarte (2000) observou, ao longo de sete períodos históricos, que o PB está sofrendo um processo de mudança, uma vez que os percentuais atestados denotam para uma elevação acentuada de sujeitos pronominais plenos, a saber: (i) 1845 (20%), (ii) 1882 (23%), (iii) 1918 (25%), (iv) 1937 (46%), (v) 1955 (50%), (vi) 1975 (67%) e (vii) 1992 (74%). Tomando como referência esses resultados, a autora advoga que, nos três primeiros períodos, os sujeitos realizados foneticamente eram pouco produzidos pela gramática do PB em virtude de a morfologia de flexão verbal ser ainda rica, na proporção que, do quarto período em diante, começa a haver uma forte tendência ao preenchimento da posição sujeito em decorrência do enfraquecimento de AGR.

Ao revistar os estudos do ponto de vista diacrônico sobre o sujeito nulo referencial no PB e no PE, Duarte (2019) afirma que

O paradigma flexional verbal do PB sofreu significativa redução em consequência da apócope de <-s> na 2ª pessoa do singular e da monotongação de [ãw] na 2ª e 3ª pessoas do plural. Mas é inegável que a plena pronominalização de você e a gente, combinados com a forma verbal na 3ª pessoa do singular, constitui o mais significativo desencadeador da redução do paradigma flexional. (Duarte, 2019, p. 96)

Sendo assim, fica notório que a inserção de novos pronomes, ao nosso quadro pronominal, influenciou diretamente para que houvesse uma redução do paradigma flexional do PB. Consequentemente, as formais verbais com morfologia rica passaram a ser mais escassas, dando lugar a formais verbais de morfologia pobre. Desses resultados, é dificultada a identificação das referências de sujeito considerando apenas a desinência verbal.

Considerando, então, o trabalho Naro e Scherre (1998) que apresenta o português vernacular do Brasil, mostram que ele “apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número” (Scherre & Naro, 1998, p.510). Sua análise considerou as construções sintáticas com base no Corpus Censo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, verificando que “o aumento da saliência do material fônico na oposição singular/ plural dos verbos aumenta as chances da variante explícita de plural” (Scherre & Naro, 1998, p.516).

Os aspectos que se destacam nos estudo desses autores, apresentam as seguintes conclusões:

- **Saliência fônica** – verifica-se a oposição acentuada dessa variável em suas três categorias de análise se demonstrou mais significativo para o condicionamento da variante padrão, com (tá/ tão), (bateu/ bateram) e (veio/ vieram) com resultado de pesos relativos mais altos: PR. de .68, .78 e .85. Logo, contextos mais salientes favorecem a aplicação da variante explícita;
- **Posição do sujeito** – o estudo considerou quatro contextos: (i) sujeito imediatamente anteposto, (ii) sujeito anteposto separado do verbo (por 1 a 4 sílabas), (iii) sujeito anteposto separado do verbo (por 5 sílabas ou mais) e (iv) sujeito posposto. O resultado apontado denota que o sujeito imediatamente anteposto ao verbo favorece a variante explícita, ao passo que o sujeito anteposto distante do verbo ou posposto a desfavorece;
- **Variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade)** – os autores verificaram que as mulheres mais escolarizadas são as que realizam a concordância verbal; já no tocante à idade, Naro e Scherre (1998) apontam que as pessoas em idade profissional produtiva optam pelo uso da variante de prestígio, inferindo que se trata de caso de variação estável.

Por fim, Naro e Scherre (1998) depreendem com base na concordância verbal na escrita padrão que “[...] a concordância verbo/sujeito é sempre regida pelo(s) núcleo(s) do sujeito quando (1) o sujeito for de um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo ou (2) quando o sujeito for de dois núcleos antepostos ao verbo com pelo menos um de seus núcleos no plural” (Naro & Scherre, 1998, p.521).

Monguilhott (2001), em seu estudo acerca da variação na terceira pessoa do plural na fala de Florianópolis, constatou que o percentual de CV desses informantes foi de 79%, ao passo que 21% da variante zero. Tais contextos linguísticos e sociais que favorecem o uso da variante padrão, são eles:

- **Saliência fônica** - em contextos de oposição acentuada como mais condicionantes da variante explícita, (1. tá/ tão) com PR. de .88; (3. é/ são) com PR. de .75 e (2. Bateu/bateram) com PR. de .65, na sequência hierárquica;
- **Posição do sujeito** - a autora observou que ‘sujeito anteposto ao verbo’ foi o contexto mais condicionante da variante padrão, com PR. de .58, contra PR. de .17 para o fator ‘sujeito posposto’. Seguindo com a análise, a variável ‘paralelismo formal’ se demonstrou significativa nos contextos: ‘presença de plural no último elemento do SN-sujeito’ (PR. de .54) e ‘presença de numeral no último elemento’ (PR. de .53), contra o contexto ‘ausência de plural no último elemento’ (PR. de .32) – o menos significante para a variante explícita de CV.

- **Tipo de sujeito** - mostrou que sujeitos preenchidos pronominalmente são condicionantes da variante explícita de CV, com PR. de .59. Já a variável linguística ‘material interveniente’ não se demonstrou estatisticamente significativa para o processo de CV.
- **Escolaridade** – esta variável condicionou a variante padrão com o contexto ‘11 anos de escolarização formal’ (PR. de .57) contra o contexto ‘4 anos de escolaridade’ (PR. de .44).
- **Faixa etária** – ao realizar cruzamento da variável ‘idade’ com a variável ‘escolaridade’, apontou que falantes mais jovens e mais idosos apresentaram diferenças mais significativas em relação ao uso de CV, com jovens fazendo mais concordância e velhos fazendo menos concordância, isto pela influência do grupo de fatores escolaridade na faixa etária jovial.

Em suma, segundo Monguilhott (2001), em dados de fala, a concordância verbal com inacusativos é pouco marcada em função do tipo de argumento selecionado (traço [-humano]) e da posição que este argumento ocupa (à direita do verbo – VSN). No dizer de Pontes⁹¹ (1986), o falante encara esse SN (posposto ao verbo e com traço [-humano]) como objeto e não sujeito da sentença, já que não faz uso de marcas de concordância. Entretanto, na língua escrita há uma tendência à prescrição pela abordagem tradicional da regra de concordância com este tipo de verbo (que não é descrito por ela), já que não se pode aplicar o argumento do inacusativo como objeto da sentença.

Rubio (2008) pesquisou a respeito da CV de 3ª pessoa do plural na região noroeste de São Paulo, na ocasião, avaliou que o percentual de aplicação da concordância varia a depender da região, com 70% em São João do Rio Preto (Região Noroeste); 45% em Araraquara (Região Central) e 25% em São Carlos (Região Central). As variáveis elencadas com resultados mais significativos para o processo de CV foram as seguintes:

- **Paralelismo formal** - o contexto mais favorável para a variante explícita foi ‘presença de plural no último elemento do SN’, com PR. de .56, já no contexto menos expressivo foi o oposto ‘ausência de plural no último elemento do SN’, com PR. de .17; e nível discursivo (marcas de plural em verbos anteriores levam a marcas de plural verbos posteriores), nesse quadro, os fatores ‘verbo anterior com marca de plural’ e ‘verbo isolado ou primeiro’ foram os mais favoráveis para a variante explícita de CV, com PR. de .64 e PR. de .50, respectivamente;
- **Escolaridade** – subdividindo em quatro categorias de análise – (i) Fundamental I, (ii) Fundamental II, (iii) Ensino Médio e (iv) Ensino superior), dentre eles os níveis mais altos de

⁹¹ Trabalho seminal no Brasil - PONTES, Eunice S. L. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática, 1986.

escolarização formal foram também os mais relevantes para o processo em estudo, com PR. de .73 para superior e PR. de .52 para médio;

- **Saliência fônica** – com categorias de análise em três níveis, (i) mínimo, (ii) médio e (iii) máximo, apontou que o nível máximo de saliência (verbos mais salientes) foi o mais significativo para o processo de CV, com PR. de .72, seguido do nível médio, com PR. de .62;
- **Posição do sujeito** - os contextos denominados foram: (i) pré-verbal distante de 0 a 2 sílabas do sintagma verbal e (ii) pré-verbal distante de 3 a 10 sílabas do sintagma verbal, como condicionantes da variante explícita, com PR. de .53 e .50, respectivamente. Já a posição ‘pós-verbal’ foi a menos significativa para o condicionamento da variante padrão, com PR. de .10;
- **Idade** – categorizados em cinco faixas etárias (de 7 a 15 anos; de 16 a 25 anos; de 26 a 35 anos; de 36 a 55 anos; e de 56 anos em diante), apontou que os informantes da última faixa foram os que mais fizeram concordância, com PR. de .57; seguidos da penúltima faixa, com PR. de .56; e falantes de 16 a 25 anos, com PR. de .50;
- **Sexo** – a variável ‘feminino’ (PR .53) se destacou como condicionante da variante padrão.
- **Tipo de sujeito** - selecionou sintagma nominal pleno composto com núcleo adjacente no plural como o mais condicionante da variante explícita, com o disparado PR. de .79 em relação ao contexto menos significativo pronome relativo na categoria de sujeito, com PR. de .42.

Com base nos fatores extralinguísticos, o pesquisador confirma sua hipótese inicial a respeito da variável social escolaridade, uma vez que se mostrou como fator significativo, em que os informantes com nível superior apresentam os índices mais altos de CV, ao passo que os falantes com nível mínimo de escolaridade apresentam os índices menores de CV.

Outro estudo variacionista é o de Vieira (2011) que se debruçou sobre o fenômeno linguístico da CV de P6 nas variedades brasileira (Rio de Janeiro), europeia e africanas (São Tomé e Príncipe) do Português. A pesquisa conta com um corpus de 53 entrevistas, extraídas do corpus VARPOR, no período de 2008 a 2010. Além disso, traça uma perspectiva comparativa dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias, bem como a amostra referente ao Português de São Tomé - PST, organizada, em 2008. Dos 53 informantes da pesquisa, todos de zonas urbanas, 18 eram brasileiros, estratificados conforme a faixa etária (18 a 35 anos; 36 a 55 e 56 a 75 anos), escolaridade (Fundamental - de 6 a 9 anos de escolaridade; Médio – de 10 a 12 anos e Superior – graduação) e sexo (masculino e feminino). A pesquisadora verificou a influência das seguintes variáveis linguísticas e extralinguísticas para CV:

- **Saliência fônica** - Quanto maior a diferença fônica entre as formas singular e plural, maiores as chances de concordância;
- **Posição do sujeito** - Sujeitos imediatamente antepostos ao verbo favorecem a concordância; sujeitos separados do verbo por elementos intervenientes, assim como sujeitos pospostos, desfavorecem a concordância;
- **Paralelismo no nível discursivo** - realização da forma plural verbal favorece a realização de novas formas verbais no plural no contexto seguinte;
- **SN retomado por “que”** - SNs retomados por “que” desfavorecem a concordância;
- **Animacidade dos verbos** - Sujeitos inanimados desfavorecem a concordância;
- **Idade** - Quanto mais velho o falante, menores as chances de concordância.

Em síntese, os resultados obtidos de Vieira (2011) inferem que há a existência de uma regra variável da CV de P6 do PB, em decorrência do alto quantitativo de marcação canônica do fenômeno investigado. Esse dado quantitativo denota a existência de um continuum, de acordo com a proposta de Lucchesi, Baxter e Silva (2009), devido à proximidade do estatuto da CV nas variedades do PB ao das variedades urbanas brasileiras com informantes (semi)-escolarizados.

Monguilhott (2009), investigando em seu estudo sincrônico e diacrônico, a CV de terceira pessoa do plural (3PP) no PB e no PE. Na amostragem sincrônica (século XXI), encontramos 32 entrevistas sociolinguísticas, sendo 16 com informantes de Florianópolis (PB) e 17 de Lisboa (PE); já a amostragem diacrônica (XIX e XX) conta com 10 peças teatrais do século XIX e 18 do século XX, metade delas escritas por autores catarinenses (PB) e a outra parte por portugueses (PE). A pesquisa mostrou que a variante padrão apresentou um valor percentual mais significativo (80,6%) do que a variante não padrão (19,4%) e os contextos, a seguir, como favorecedores da variante explícita:

- Oposições mais acentuadas de saliência (PR. de .70);
- Plural no último elemento do SN-sujeito levou a marcas de plural no verbo (PR. de .60);
- Sujeito antes do verbo (PR. de .57);
- Sujeitos preenchidos pronominalmente – pronome pessoal (PR. de .89), pronome indefinido + quantificador (PR. de .82); e sujeito nulo (PR. de .84);
- Jovens com ensino superior fazendo mais concordância (PR. de .74) seguidos de velhos com a mesma escolaridade (PR. de .52);
- Mulheres fazendo mais CV que homens (85%).

Portanto, no que concerne aos fatores extralinguísticos, a pesquisadora constatou que para o PB os falantes mais jovens (faixa etária de 15 a 24 anos) da zona não urbana com nível de escolaridade de ensino fundamental realiza, o uso da CV em relação aos mais velhos. Em oposição, para o PE, os informantes mais jovens da zona não urbana com ensino superior preservam o uso da CV em relação aos mais velhos.

Em estudo clássico sobre a CV em comunidades quilombolas da Bahia, Baxter, Lucchesi & Silva (2009), em relação à 3PP, constataram que “nas comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, o nível de aplicação da regra de concordância é da ordem de 16%”. De acordo com as variáveis mais significativas quanto ao uso da CV, encontramos:

- **Saliência fônica** - com níveis altos (PR. de .78) e intermediários (PR. de 69), bem como, marcas explícitas de concordância nominal no sujeito (PR. de .74) favorecendo a aplicação da CV;
- **Natureza do sujeito** - sujeito nulo (PR. de .61) e sujeito posposto (PR. de .51) selecionando a variante explícita.
- **Faixa etária** - verificaram, por meio da variável idade, que o fenômeno variável de CV nas comunidades estudadas “apontam para um processo de mudança em curso, com o incremento da aplicação da regra de concordância na fala dos mais novos, numa proporção significativa”, com PR. de .62 na primeira faixa etária – de 20 a 40 anos de idade. 50.
- Cruzamentos dos percentuais de CV nas três comunidades estudadas, Rio de Contas, Helvécia e Cinzento, a primeira demonstrou um PR. de .67 liderando o ranking de comunidade que mais aplica a regra variável de CV – isto porque, segundo os autores, Rio de Contas teria um grande fluxo turístico; enquanto Helvécia e Cinzento, além de sua condição de precariedade, maior isolamento, pouca atratividade turística e êxodo rural podem estar influenciando nos baixos índices de CV dessas comunidades, PR. de 47 e .43, respectivamente.
- **Sexo** - o fato de os homens liderarem a mudança em curso (PR. de .56) e não as mulheres (PR. de .45) como ocorre nos grandes centros urbanos.

Para Baxter, Lucchesi e Silva (2009, p.331),

A concordância verbal de número e pessoa ao lado da concordância nominal de número são os aspectos da gramática da língua portuguesa no Brasil que exibem os mais amplos processos de variação, distinguindo qualitativamente a variante brasileira do português da variante europeia, onde tal variação é, na melhor das hipóteses, residual e periférica. Para além de ser um dos pontos mais focalizados pelas análises sociolinguísticas, a concordância verbal está no centro dos debates acerca da relevância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira.

Logo, os autores postulam que mesmo a conjugação de verbos em primeira pessoa do singular sofreu mudança de concordância durante o período de colonização, bem como pode ocorrer esta variação em regiões específicas devido à influência de línguas africanas.

O encaixamento linguístico do uso do morfema verbal de 1ª pessoa do singular na gramática da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia revelou que a concordância verbal é favorecida quando o sujeito pronominal está realizado imediatamente antes do verbo e é muito desfavorecida quando o sujeito está posposto ao verbo. Essa é uma correlação que se aplica ao fenômeno da concordância verbal como um todo no Português Brasileiro, independentemente da pessoa do discurso, e se observa também em outras línguas, tornando-se um sério candidato à condição de ser um condicionador universal do processo de variação e mudança em relação à regra de concordância verbal (Lucchesi. Baxter; Silva, 2009, p. 345).

Vale salientarmos que esta variável de concordância na primeira pessoa do singular se realiza somente, conforme os autores, em contextos específicos de influência de línguas advindas de matriz africana, o que denota a esta variação menos recorrência do que as variações que acontece a outros pronomes pessoais do caso reto.

Araújo (2014), em seu estudo sobre a CV no PB falado em Feira de Santana – BA, coletou 48 entrevistas, sendo 38 da norma popular (12 gravadas na zona rural e 24 na zona urbana) e 12 da norma culta urbana. O objetivo desta pesquisa era discutir a formação e caracterização atual da realidade sociolinguística brasileira, partindo do uso variável da CV em orações finitas na 3ª pessoa do plural dessa população. A pesquisadora constatou que há ocorrência de 94% de CV contra 6% de ocorrência da variante zero. Dessa forma, o condicionamento da variante padrão ocorre com relevância nos seguintes contextos:

- **Sexo** - as mulheres realizam mais concordância que os homens, PR. de .75;
- **Posição do sujeito** - o sujeito retomado por pronome relativo como fator mais relevante para a variante explícita (PR. de .63), seguido de sujeito imediatamente antes do verbo (PR. de .62), enquanto que o fator considerado menos condicionante, foi sujeito posposto imediatamente ou não (PR. de .10);
- **Faixa etária** - os mais idosos (terceira faixa etária, de três) sendo os falantes que mais fizeram concordância (PR. de .88), e os adultos (45 a 55 anos) aqueles que menos condicionaram o uso da variante explícita (PR. de .31); dentre outros.

Para a pesquisadora, a concordância verbal tem sido muito estudada no PB, já que a não realização das marcas de número nas formas verbais tem sido apontada como um forte indício da presença da população africana na formação da língua (Cf. Lucchesi; Baxter; Silva, 2009; Araújo, 2014, Lucchesi, 2015, entre outras), em virtude da erosão na morfologia verbal decorrente de situação de contatos linguísticos.

A pesquisa de Pereira (2016) trouxe a análise da variação da CV de P6 na fala popular de Fortaleza-Ceará, baseada numa amostra composta de 72 informantes, estratificados pelas variáveis sociais de sexo (masculino e feminino), idade (15 a 25 anos; 26 a 49 e mais de 50 anos) e escolaridade (0 a 4 anos; 5 a 8 e 9 a 11 anos).

Em suma, as variáveis linguísticas controladas e que demonstraram incidência expressiva nos resultados estatísticos foram: a saliência fônica, o traço humano do sujeito, o paralelismo formal no nível discursivo, a posição e distância entre sujeito e verbo e o tipo estrutural do sujeito. Por meio dessas variáveis, a pesquisadora verificou os seguintes resultados quanto à marcação não canônica da CV de P6: formas verbais menos salientes (45,1%, 50% e 66,8%); traço não humano do sujeito (44,3%); verbo isolado ou primeiro de uma série (38,6%); sujeito posposto longe (com 1 ou mais sílabas entre eles) e sujeito pleno composto (58,4%). Em contrapartida, para as variáveis extralingüísticas, os resultados obtidos são: maior probabilidade de marcação não canônica da CV de P6 pelos informantes com menor nível de escolaridade, de 0 a 4 anos (47,7%), seguidos dos de 5 a 8 anos, com 37,4%. Em relação à faixa etária, a marcação não canônica da CV de P6 foi favorecida pelos informantes com mais de 50anos, seguidos dos de 15 a 25 anos. Já quanto ao sexo/gênero, de modo discreto, as mulheres favoreceram a marcação não canônica de plural nos verbos.

Por fim, tais resultados permitiram à autora inferir, que no falar popular de Fortaleza, a variação da CV de P6 não apresenta indícios de um fenômeno de mudança em curso, e sim de variação estável, pois o uso da variante sem marcas de CV foi favorecido por informantes mais velhos e com pouco ou nenhuma escolaridade.

Diante do exposto, os resultados verificados em algumas pesquisas sobre CV n PB, trouxeram a existência de variação em todas as variedades supracitadas entre variante explícita (concordância) e variante zero (não concordância). Além de alguns fatores internos ao sistema linguístico e externos a ele aparentarem condicionar a variante padrão, tais como:

- (i) altos níveis de saliência fônica na oposição singular/ plural;
- (ii) concordância nominal no sujeito leva a concordância verbal; (iii)sujeito imediatamente anteposto ao verbo;
- (iv) sujeitos preenchidos por pronomes;

- (v) falantes do sexo feminino tendem a fazer mais concordância;
- (vi) por fim, falantes mais escolarizados entre as faixas jovem.

Acreditamos, ainda, que os estudos por nós apresentados, ao tomarem como objeto de análise a CV no PB, nos permita a compreensão desse fenômeno linguístico como o continuum da frequência geral de aplicação da marcação canônica da CV nas variedades brasileiras.

5.2.2 No Português Europeu

Falar uma língua é ver o mundo de certa maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes (Perini, 2004, p. 52).

Em poucas palavras, a Língua Portuguesa falada em Portugal e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores é denominado por variedade europeia ou português europeu (ou ainda português de Portugal) e abarca diversos dialetos (subdivididos conforme as características comuns). Contudo, tal descrição do PE é recorrentemente contrária à do PB, por se tratar de uma das variedades do português mais investigadas. Dessa maneira, as variedades do português africano (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe) dispõem de descrições e estudos, contudo há muito o que se investigar para compor o padrão gramatical dessas variedades.

Além disso, o Português Europeu tem se configurado como uma norma linguística de referência modelar para aquisição no âmbito de formação das variedades africanas do português em decorrência de intenso processo de colonização desses países africanos, segundo postula Pissurno (2017)

O Português Europeu é a variedade tida como modelo de formação para todas as outras variedades do Português, por ter-se configurado historicamente como língua de maior prestígio, representante do colonizador e das oportunidades de ascensão social. Por representar a idealização do que seria o padrão correto a ser seguido, o PE é, muitas vezes, considerado como uma língua em que a variação é inexpressiva, especialmente no que tange ao fenômeno da concordância verbal, porque sua ocorrência seria ínfima. (PISSURNO, 2017, p.88)

Assim sendo, torna-se indispensável o conhecimento sobre os padrões de concordância no PE para o entendimento entre as similaridades e distinções entre ela e as

demais variedades não europeias em formação, ou ainda, já estruturadas.

Nessa esteira, Monguilhot (2010) aponta que

A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro (PB) vem sendo estudada, à luz da sociolinguística variacionista, desde a década de 70 [...]. No português europeu (PE), estudos nos moldes labovianos já não são tão recorrentes como no PB, embora alguns estudos sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural já apontem variação [...] desde a década de 50. (MONGUILHOT, 2010, p. 1)

Salientamos que o perfil do PE advém dos padrões de concordância instituídos por meio dos modelos de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, em representação através de gramáticas e livros didáticos nas escolas africanas, uma vez que todo tipo de desvio desse padrão seja tomado como uma construção equivocada; portanto, deve ser retificada.

O estudo sobre os padrões de concordância verbal no PE conta com vastas investigações já realizadas (Cf. Ambar, 1992; Silva, 2004; Granda, 2009; Monguilhot, 2009; 2010; Floripi; Moreno, 2010; Santos, 2010; Rubio, 2012; Brandão; Vieira, 2012 b; Bazenga; Vieira, 2013; Silva; Magalhães, 2014; Vieira, 2014; Vieira; Brandão, 2014, entre outros) tem demonstrado que essa variedade tem oscilado na marcação de plural, denotando resultados com índices acima de 95% de regra laboviana (2003)⁹² o que sinaliza para uma regra semicategórica.

Portanto, assumimos que a concordância entre o sujeito e o verbo envolve, em geral, a partilha de traços de número e pessoa entre a palavra o(u) sintagma com função de sujeito e o verbo. As formas finitas do verbo e as do infinitivo flexionado são as formas verbais que apresentam flexão de pessoa e número (Cf. Martins, 2012).

A seguir apresentaremos alguns estudos sobre o fenômeno da CV do PE ancorados em Varejão (2006), Monte (2012), Brandão e Vieira (2012b).

Varejão (2006) analisou a concordância verbal de terceira pessoa do plural em um corpus extraído de inquéritos coletados em Portugal, que fazem parte do Projeto Corpus Dialectal com Anotação Sintática – CORDIAL-SIN. Teve como questão motivadora de sua tese a dúvida se teria havido uma língua crioula na base da estruturação do PB ou se os fenômenos variáveis estariam também no sistema do PE.

Para isso, a investigação se deu em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos e de vários pontos do continente português e das ilhas, pressupondo que a fala não-

⁹² LABOV, William. 2003. **Some sociolinguistic principles**, IN: C. B. Paulston e G. R. Tucker (eds.), *Sociolinguistics: the essential readings*, Massachusetts, Blackwell Publishing: 234-250.

urbana seria mais conservadora.

Dessa forma, a hipótese que se tinha era a de que, se o português mais conservador apresentasse evidentes ausências de marcas de concordância verbal, a pesquisa poderia contribuir com a argumentação de que tais estruturas não seriam restritas ao PB, já que fariam parte do sistema da língua portuguesa, e constituiriam fenômenos implicados um antigo e mais geral quadro de mudança.

O corpus utilizado por Varejão contou com 120 informantes, sendo 75 homens e 45 mulheres analfabetos ou com pouca escolarização, nascidos na localidade em que viviam. Como muitas das fichas dos informantes não estavam completas, não contendo informações de idade e escolaridade, essas variáveis sociais não foram controladas.

Segundo a autora, partindo do objetivo de mostrar que, em relação à concordância verbal, a fala lusitana popular e a brasileira seriam sensíveis à variação na mesma medida de qualidade, foram descritos efetivamente os dados com ausência da marca de concordância verbal de 3ª pessoa do plural.

Para atender aos propósitos do trabalho, foram excluídos da amostra os seguintes casos: 1. verbos cujas formas de 3ª pessoa do singular e do plural apresentam realização fonética idêntica ou de difícil distinção; 2. frases em que ocorre uma possível concordância com um pronome expletivo; 3. Sequências de pergunta e resposta, nas quais o informante repete a forma verbal da pergunta do inquiridor; 4. verbo na 3ª do singular seguido de pronome se, ante a dupla possibilidade de interpretação sintática do sujeito; e 5. sujeito com dois núcleos à direita do verbo, cuja concordância pode ocorrer apenas com o núcleo mais próximo.

As demais ocorrências foram quantificadas segundo os seguintes grupos de fatores: Saliência fônica da desinência verbal; Tipo de verbo; Forma verbal; Posição do sujeito em relação ao verbo; Estrutura do SN sujeito; Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância.

Quanto aos resultados, do total de 2520 ocorrências, foram encontrados 223 dados com ausência da marca de plural e 2297 com marcas de concordância. Em termos de porcentagem, a amostra apresentou aproximadamente 9% de ausência de marcas. A autora observou que os casos de falta de concordância não estavam homogeneamente distribuídos entre as 21 localidades em estudo. Em relação aos fatores sociais, foi inviável quantificá-los, já que a amostra não foi estratificada segundo critérios extralinguísticos, como escolaridade, faixa etária, dentre outros, e, além disso, as fichas dos informantes não estavam completas, conforme já se informou.

As variáveis que se mostraram mais influenciadoras na falta de concordância foram, a saber: a Saliência fônica; o Tipo de verbo (verbo ser versus outros verbos); Forma verbal; Posição do sujeito; Estrutura do SN sujeito; e Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância.

Em relação à saliência fônica, Varejão propõe que os dados confirmam a tese de que o menor grau de diferenciação entre as formas verbais singular e plural favorecem a perda de marcas. Reunindo o verbo ser e outros verbos, do total de 223 dados, 128 (57%) pertenciam ao grupo da oposição menos saliente e 95 (43%) estavam entre os de diferenciação mais saliente.

Outro fator observado foi o relativo à comparação entre o verbo ser versus outros verbos. Em relação a essa variável, não se confirmou a hipótese de que a presença do verbo ser estaria diretamente ligada à ausência de marcas de concordância. Quanto à forma verbal, foram encontradas, entre os dados sem marca de concordância, 112 ocorrências no presente, 90 no pretérito imperfeito e 21 distribuídas entre o infinitivo e o pretérito perfeito. Dessa forma, foi possível observar que, nos verbos no presente, houve maior perda das marcas de concordância em verbos menos salientes, como fica/ficam, do que em formas mais salientes, como é/são. No tempo pretérito imperfeito, foi frequente o uso do verbo ser (era/eram), muito utilizado no gênero textual descrição, que predomina nas entrevistas. Foram 58 ocorrências de verbos no pretérito imperfeito contra 32 em outros tempos verbais. No pretérito perfeito, houve apenas ocorrências com outros tipos de verbo, ficando impossibilitada a comparação do efeito dessa forma verbal sobre os outros grupos. Já em relação ao infinitivo, houve apenas uma ocorrência do verbo ser contra 6 de outros verbos, sempre mais salientes. À respeito, ainda, da forma verbal foi confirmada a forte atuação da saliência fônica, já que foi observado o fato de que as formas verbais do presente com maior frequência de ausência de marcas estão em verbos diferentes de ser.

A variável “posição do sujeito” em relação ao verbo confirmou a hipótese de que a posição pós-verbal desfavorece a marcação da concordância. A partir dos resultados, a autora propôs uma hierarquia na atuação do aspecto posição do sujeito, partindo da mais favorável para a menos favorável em relação à ausência de marcas: 1. posição pós-verbal, a mais favorável; 2. Sujeito expresso à esquerda próximo; 3. Sujeito plural retomado por pronome relativo; 4. Expresso à esquerda distante; 5. Sujeito nulo com antecedente próximo ou distante, a menos favorável.

Quanto à estrutura do SN sujeito, também foi feita uma hierarquização na ordem de frequência da ausência de marcas de concordância nos verbos, sendo a estrutura em que mais

se faz notar essa ausência a de SN simples e a que menos apresenta a não marcação a de sujeito constituído de núcleo mais complemento no plural.

Por fim, a partir da variável Estatuto sintático do verbo que carrega as marcas de concordância, não se confirmou a hipótese de que o verbo ser apresente mais ausência de marcas. Os resultados mostraram que outros tipos de verbos exibem mais ausência de marcas, na posição principal (71%) ou na de verbo auxiliar (72%). Juntando esses dois contextos verbais, das 223 ocorrências sem marcas de concordância, em 191 (86%) o verbo ocupa o status de principal.

Varejão concluiu, a partir da análise dos dados, que, no PE popular, os principais aspectos favoráveis à ausência de marcas de concordância verbal são a saliência fônica e a posição do sujeito à direita do verbo. Além disso, a hipótese inicial de que o verbo ser seria um aspecto interveniente no processo de perda de marcas verbais não se confirmou, mas se evidencia ao contrapor esta variável com outras analisadas. A partir da comparação com resultados de pesquisas realizadas sobre o PB, a autora conclui que a ausência de marcas de concordância verbal de 3ª pessoa do plural ocorre no mesmo contexto tanto no PB quanto no PE popular.

Outro importante trabalho sobre a concordância verbal no PE é o de Monguilhott (2009), que analisa o tema em amostras sincrônica e diacrônica. Os aportes teórico-metodológicos utilizados são a Sociolinguística quantitativa e a Dialectologia pluridimensional. Quanto à amostra sincrônica, a autora observou localidades urbanas e não urbanas, tanto no PB (Santa Catarina) quanto no PE (Lisboa), a fim de controlar as dimensões diatópica e diazonal. Além disso, foram também investigadas peças teatrais de autores catarinenses e portugueses, diacronicamente.

O objetivo foi traçar o percurso histórico da variação da concordância verbal do século XIX ao século XX. Além disso, buscou provar também que tanto o PB quanto o PE apresentam um sistema de concordância obrigatória com sujeito posposto no século XIX e de variação da concordância no século XX, apesar de a variação encontrar maiores índices no PB.

Buscando verificar os contextos favorecedores para cada uma das variantes na amostra contemporânea, foram investigados os seguintes grupos de fatores linguísticos: 1. Saliência fônica; 2. Paralelismo formal; 3. Tipo de verbo; 4. Posição do sujeito em relação ao verbo; 5. Traço humano no sujeito; 6. Tipo de sujeito. Os grupos de fatores extralinguísticos foram divididos entre sociais (Sexo; Idade/Escolaridade; Redes sociais) e geográficos (Diatopia e Diazonalidade). Com base nos resultados encontrados para o PE, identificaram-se os

contextos favorecedores da marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural: verbos com sujeito com traço [+humano], verbos com sujeito antecedente, assim como visto no trabalho de Varejão, verbos do tipo transitivo e intransitivo prototípico, verbos com sujeito nulo cujo antecedente apresenta marcas de plural e verbos com sujeito do tipo pronome pessoal. Em relação aos resultados dos grupos de fatores extralinguísticos, geográficos e sociais, constatou-se que, na amostra, os informantes que mostraram maior favorecimento da marcação da concordância são os que possuem o seguinte perfil: jovens com ensino superior, do sexo feminino, pertencentes a redes sociais bem integradas e com muita mobilidade, moradores/nativos da Região Central, pertencentes à zona urbana.

Monte (2012), em sua pesquisa, busca investigar a variação encontrada no português falado na cidade de São Carlos, localizada no interior de São Paulo/Brasil, e a variação encontrada no português falado em Évora, situada no Alentejo, sul de Portugal. A pesquisa contou com 18 entrevistas entre informante e documentador, distribuídas segundo sexo (masculino e feminino) e escolaridade (não alfabetizados, Ensino Fundamental - EJA e Ensino Médio) para cada localidade.

Durante a coleta dos dados, para atender as finalidades da pesquisa, foram excluídos da amostra os seguintes casos: formas verbais que no singular e no plural não se distinguem na pronúncia; respostas em que se repete a forma verbal da pergunta feita pelo documentador; verbo no plural com casa vazia do sujeito indeterminado; orações com verbo ‘ter’ com valor existencial; sujeito representado pelo pronome indefinido ‘tudo’ remetendo a um SN de 3ª pessoa do plural; sujeito representado por substantivo coletivo no singular; sujeito constituído por expressão partitiva; verbos no infinitivo pessoal; sujeito composto quando está posposto ao verbo e com o núcleo mais próximo no singular; e pronomes interrogativos.

Para a análise do fenômeno, foram estabelecidos os seguintes grupos de fatores linguísticos: 1. Saliência fônica; 2. Paralelismo formal no nível oracional; 3. Posição do sujeito/SN em relação ao verbo; 4. Traço semântico do sujeito/SN; 5. Distância entre o sujeito/SN e o verbo em termos do número de sílabas; 6. Presença ou ausência do ‘que’ relativo ou complementizador; 7. Tipo estrutural do sujeito/SN; 8. Tipo de verbo: verbo ‘ser’ versus outros verbos. Como grupos de fatores sociais, foram usados o gênero e a escolaridade. Após a rodada do programa Goldvarb-X, obteve-se, para o PE, um total de 1440 ocorrências, em que apenas 100 (6,9%) traziam a variante zero de plural nos verbos. Os grupos de fatores selecionados pelo programa em ordem de relevância foram os seguintes:

Posição do sujeito/SN em relação ao verbo, Traço semântico do sujeito/SN, Tipo estrutural do sujeito/SN, Tipo de verbo (verbo ‘ser’ versus outros verbos), Saliência fônica e

Gênero.

A partir da análise das variáveis selecionadas pelo programa, Monte constatou que o índice de frequência de concordância diminuiu de 95,1% para 77,4% quando o sujeito estava posposto ao verbo, comportamento também verificado em outros trabalhos aqui expostos.

Em relação ao traço semântico do sujeito/SN, os índices de marcação de plural obtidos para sujeito com traço [+ humano / + animado] foram de 95,8% e para sujeito com traço [- humano / - animado] de 82,4%, confirmando a hipótese de que sujeito [animado e humano] favorece a concordância.

Quanto ao tipo estrutural do sujeito, o que obteve maior frequência de concordância foi o pronome vocês, com 100% de marcas de plural. Em contrapartida, o SN pleno composto obteve o menor índice de marcação de plural, 82,4%. Neste caso foram 17 dados de SN pleno composto em que apenas 3 não possuíam a marca de plural, sendo duas com o SN posposto e com o verbo ‘ser’, fatores que favorecem no PE a não concordância.

O quarto grupo selecionado pelo programa Goldvarb foi o Tipo de verbo (verbo ‘ser’ versus outros verbos). Confirmou-se, com os resultados, a hipótese de que sentenças com o verbo ‘ser’ inibem a marca explícita de plural. As sentenças com verbo ‘ser’ apresentaram 85,1% de marcação de plural e as sentenças com outros verbos 95,5%.

A saliência fônica também se mostrou atuação relevante na concordância entre verbo e sujeito; as chances de marcação de plural são maiores quando ocorre aumento da saliência do material fônico na oposição singular/plural.

Apesar de os efeitos linguísticos serem mais fortes do que os sociais, a variável Gênero também foi selecionada pelo programa, mostrando maior marcação de plural na fala feminina. Esse foi o único estudo sociolinguístico sobre o tema que mostrou relevância da variável gênero, o que precisa ser investigado em outros estudos com dados europeus.

Outro trabalho sobre o tema aqui elencado é o de Rubio (2012). Esse trabalho, sob a ótica da Sociolinguística Quantitativa de Labov, apresenta um estudo comparativo da concordância verbal de primeira e de terceira pessoa do plural e o estudo comparativo da alternância entre formas pronominais nós e a gente, em amostras de língua falada do português brasileiro e europeu, sendo este – o que nos cabe investigar – extraído do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC).

As entrevistas utilizadas foram retiradas do sub-corpus oral espontâneo do CRPC e foram coletadas por pesquisadores portugueses, entre as décadas de 1980 e 1990. Foi utilizado para o PE um total de 133 entrevistas com duração média de 10 minutos. O corpus está estratificado em faixa etária, sexo e escolaridade, mas não há equivalência entre os estratos

sociais. Há uma concentração maior de informantes na faixa etária entre 36 e 55 anos (61 informantes), nas faixas de escolaridade 1 e 2 (45 informantes) e no gênero masculino (68 homens e 65 mulheres).

Rubio (2012) controlou as seguintes variáveis sociais a fim de verificar a marcação de plural em verbos de 3ª pessoa: Escolaridade, Faixa etária e Gênero. Como variáveis linguísticas foram controladas a Posição do sujeito, o Traço semântico do referente do sujeito, Paralelismo formal discursivo, Saliência fônica verbal, Paralelismo formal oracional e Tipo morfológico do sujeito.

A partir da análise dos dados, o autor encontrou 93,7% de marcação de plural no PE, apresentando, portanto, apenas 6,1% de não marcação. Dentre as variáveis analisadas, três foram selecionadas pelo programa Goldvarb como influenciadoras na não-marcação de plural dos verbos, sendo todas elas relacionadas ao sujeito: Posição do sujeito, Traço semântico do referente do sujeito e Tipo estrutural do sujeito. Nenhuma variável social foi selecionada, o que pode indicar que o fenômeno apresenta comportamento estável nos diferentes estratos sociais.

Os resultados obtidos por Rubio evidenciaram a hipótese de que o sujeito posposto favorece a não marcação de plural. O autor encontrou 76,8% de marcação do plural na posição pós-verbal e 96% de marcação na posição pré-verbal (com distância de 0 a 5 sílabas), o que confirma a hipótese de que sujeitos distantes de seus verbos ou em posição pós-verbal desfavorecem a concordância verbal.

Em relação ao segundo grupo de fatores selecionado, Traço semântico do sujeito, a hipótese de que sujeitos com traço [+ animado] tendem a um maior índice de emprego de formas de 3ª pessoa do plural se confirmou, tendo como resultado 97% de concordância com sujeitos com traço [+ humano] e 86,8% de concordância com sujeitos com traço [- animado].

O último grupo de fatores selecionado pelo programa para o PE foi Tipo estrutural do sujeito. Houve uma discrepância considerável de quase 30 pontos percentuais de frequência entre a categoria que apresentou a menor frequência, SN pleno nu, com 70,6% de marcação de plural, e a categoria com maior frequência, pronome pessoal, que teve resultado quase categórico na marcação de 3ª pessoa do plural, com 99,4 de frequência.

Os próximos estudos a serem aqui abordados são os que mais se assemelham à proposta da presente pesquisa. Brandão e Vieira (2012b) abordam o tema da concordância nominal de número e verbal de terceira pessoa do plural em variedades urbanas do Português Europeu (Cacém), do Português do Brasil (Nova Iguaçu) e do Português de São Tomé. Os dados utilizados na pesquisa foram às variedades do Projeto Estudo comparado dos padrões

de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português do Corpus VARPOR. Cada ponto de inquérito em questão contava com 18 entrevistas estratificadas segundo a escolaridade, a idade e o sexo do informante.

Foram controlados grupos de fatores linguísticos e sociais para avaliar a realização das marcas de plural. Para a concordância verbal, foram considerados a faixa etária, a escolaridade e o sexo como variáveis sociais. Como variáveis linguísticas, foram testados os seguintes grupos de fatores: Posição do sujeito em relação ao verbo, Distância entre o núcleo do SN e o SV, Presença de elementos intervenientes entre o SN sujeito e o verbo, Configuração morfossintática do SN sujeito, Paralelismo no nível oracional (entre sujeito e verbo), Animacidade do sujeito, Saliência fônica, Tempo verbal e Transitividade verbal.

O resultado obtido para a concordância verbal no PE, em Cacém, foi de apenas 1,1% de não marcação de plural. Das 1.515 construções de 3ª pessoa do plural apenas 17 não apresentaram marca de concordância verbal. Os 17 dados, além de um de infinitivo pessoal, foram analisados qualitativamente e estão distribuídos da seguinte forma: (1) sete dados de estruturas com o verbo *ser* em construções predicativas; (2) cinco dados de posposição do sujeito; (3) três dados em que o suposto referente sujeito não se encontra adjacente ao verbo; e (4) dois dados em que o referente-sujeito foi retomado por pronome cópia.

Com a análise desses dados, as autoras chegaram à conclusão de que, em termos quantitativos, a falta de concordância no PE configura-se um caso de regra semicategórica (Labov, 2003) e, em termos qualitativos, a falta de concordância está concentrada em contextos linguísticos específicos, não ocorrendo na diversidade de contextos verificados no PB e no PST.

Um dos trabalhos relevantes a respeito do tema da concordância no PE é o de Vieira e Bazenga (2013). Utilizaram-se, na pesquisa, dados do PB, do PE e dados da África, relativos a São Tomé (PST). Para a variedade brasileira, os pontos de inquérito utilizados foram Copacabana (COP) e Nova Iguaçu (NIG). Para a variedade europeia, utilizaram-se dois pontos da Região Metropolitana de Lisboa, Oeiras (OEI) e Cacém (CAC), e um ponto na Ilha da Madeira, Funchal (FNC).

O aporte teórico-metodológico utilizado foi o da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 1968; Labov, 1972; 2003) e, para a determinação do estatuto da regra linguística, a proposta de Labov (2003).

Testou-se a atuação dos seguintes grupos de fatores sociais: Faixa etária, Sexo e Escolaridade. De natureza estrutural, controlou-se a influência dos seguintes: (i) quanto ao

sujeito: Posição em relação ao verbo, Configuração morfossintática; Distância entre o SN sujeito e o verbo; Paralelismo entre as marcas do SN sujeito e as do verbo (paralelismo oracional); Traço semântico (animacidade); e (ii) quanto às formas verbais: Saliência fônica; Transitividade; Paralelismo entre as marcas dos verbos em série (paralelismo discursivo).

Como critério de recolha, as autoras atenderam ao pressuposto de que um enunciado pode remeter a estruturas sintáticas diferentes, concluindo que nem sempre a aparente falta de expressão mórfica de plural constitui de fato um caso de não concordância. Dessa forma, foram excluídas da amostra as seguintes construções: formas verbais de 3ª pessoa plural empregadas como recurso de indeterminação; aparentes sujeitos de 3ª pessoa plural (expresso ou nulo) que remetem a constituintes topicalizados; construções com verbo copulativo, que podem ser interpretadas como apresentacionais; formas verbais infinitivas, dada a frequente ambiguidade na referência, se pessoal ou impessoal; ocorrências de “ter” e “vir” no presente do indicativo, por serem homófonas ou de difícil reconhecimento na maior parte das ocorrências do corpus; construções cuja determinação da forma verbal como singular ou plural é de definição duvidosa por motivos fonético-fonológicos, além das diversas construções com coordenação, expressões partitivas, numéricas, títulos de obras, dentre outras, cuja interpretação possa ser singular ou plural.

Encontrou-se um total de 7063 ocorrências distribuídas da seguinte forma: 1467 em Oeiras, 1185 em Cacém, 914 em Funchal, 1395 em Copacabana, 1365 em Nova Iguaçu e 737 em São Tomé. A porcentagem de casos sem marca de número em cada localidade foi: 0,9 em Oeiras; 0,8 em Cacém; 5,3 em Funchal; 7,9 em São Tomé; 11,9 em Copacabana; 21,8 em Nova Iguaçu.

Com os resultados obtidos, as autoras definem o PE como um caso de regra semicatórica de concordância de 3ª pessoa, embora admitam que Funchal apresente comportamento no limite entre o semicatórico e o variável, nos termos de Labov (2003). Como os resultados da seleção estatística no PE não permitiram estabelecer a lista de grupos de fatores relevantes, dada à limitada concretização da não concordância, partiu-se para uma análise detalhada dos contextos em que não se concretizou a marca de plural e, especificamente em Funchal, de alguns índices percentuais.

As autoras listam as estruturas mais comuns encontradas sem a marcação de plural: (i) estruturas do tipo V SN compostas em sua maioria por verbos inacusativos; (ii) presença de sujeitos com traço semântico [- animado]; (iii) presença de verbo seguido de um fone (consoante nasal; vogal) que pode alterar a qualidade vocálica final do verbo e não se

configurar, possivelmente, uma forma verbal idêntica à do singular.

Concluiu-se com o estudo que o PE não partilha o mesmo perfil quantitativo nem qualitativo do PB vernacular. Os contextos em que se constatou a suposta falta de concordância no PE nada podem revelar do estatuto social dessa variedade.

Barreto (2014) em sua pesquisa acerca do comportamento do fenômeno da concordância verbal de 3ª pessoa do plural na variedade europeia do Português, considerando as localidades de Cacém, Oeiras e Funchal, constatou alta produtividade da marcação de plural, demonstrando que a ausência de marca de concordância se dá em contextos morfofonológicos e morfossintáticos bastante específicos.

A amostra básica, que contava com 18 informantes de cada uma das três localidades, e a amostra complementar, com 12 informantes, registrou o índice de apenas 2,2 % de ausência de marca plural, o que, segundo Labov (2003), caracteriza o fenômeno não como variável, mas como semicategórico, visto que não alcança sequer a marca de 5% de uma das formas alternantes.

A variável escolaridade demonstrou maior aplicação da regra de concordância por falantes com maior grau de escolaridade. Os informantes com nível fundamental obtiveram 10,1% de falta de concordância. Em contrapartida, os de nível médio e superior atingiram os índices de 4% e 3,6%. Ao que parece, a escolaridade constitui fator importante na diferenciação entre os menos escolarizados, de um lado, e os demais indivíduos, medianamente ou muito escolarizados.

Ainda sobre a caracterização social do fenômeno na variedade insular, apesar de pequenas diferenças percentuais, as mulheres parecem liderar o uso da forma inovadora e estigmatizada. Enquanto os homens apresentaram 4,2% de falta de concordância, em Funchal, as mulheres apresentaram 6,8%. Levando-se em consideração as configurações sócio-culturais e sócio-históricas da comunidade de Funchal, em que o acesso a bens culturais é mais restrito e a economia é centrada no setor terciário, principalmente relacionada ao turismo, é curioso o comportamento diferenciado das mulheres, que contraria a hipótese de que elas estariam à frente do uso da forma conservadora e de prestígio.

Em relação aos contextos relacionados aos poucos casos de ausência de marca plural encontrados em Cacém e Oeiras, embora não se possam atestar efetivas restrições ao fenômeno, por não se postular aqui a existência de uma regra variável, observaram-se os contextos envolvidos em tais dados, quais sejam: a Posição do sujeito em relação ao verbo; a

Presença do relativo *que*, a Animacidade do referente e o Tipo de verbo na perspectiva sintática.

Dentre as 25 ocorrências em que a forma verbal apareceu no singular, 10 possuíam o sujeito em posição pós-verbal. Esse resultado dá relevância à hipótese de que o sujeito, quando aparece em posição posterior ao verbo, é, por vezes, interpretado como objeto, justificando, portanto, a não marcação de plural no verbo. É importante salientar ainda que, relacionado à posição do sujeito está o tipo de verbo. Desses 10 dados com sujeito posposto, 6 possuíam verbo inacusativo, que costuma aparecer em ordem VS. Os outros 4 casos são de verbos copulativos, que devido, muitas vezes, à dúvida sobre o referente criado na relação entre o sujeito e o predicativo, levam à falta de concordância. De todo modo, o estudo sugere que é a posição do sujeito em si o fator desencadeador da não marcação de pluralidade, o que apenas se correlaciona mais com determinado tipo de verbo.

A análise variacionista confirmou o comportamento das variáveis sociais já discutidas: mulheres e indivíduos menos escolarizados de Funchal realizariam menos a marca de plural nos verbos.

Por fim, ressaltamos a necessidade de se dar a devida importância aos estudos dos padrões de concordância verbal nas variedades do português continental, já que essas línguas e suas variações hibridizadas com as culturas de cada comunidade de fala constituem grupos sociais específicos relacionados ao contato de uma situação de multilinguismo. Desse modo, o PE possui contextos tão específicos de não marcação da concordância, sendo estes, em especial, de caráter universal, nada se pode afirmar a respeito do estatuto social da variedade. Contudo, os resultados das pesquisas supracitadas demonstram a necessidade de uma proposta de um *continuum* afro-brasileiro para que tenham a marcação de uma gramática como produto de regras linguísticas que apontem o lugar do PE, PB e das demais variedades do português africano.

5.2.3 Nas Variedades Africanas do Português

Em África tudo é outra coisa: a mansa crueldade do leopardo, a lenta fulminância da mamba, o eternamente súbito poente. [...] Se o silêncio é sempre um engano: o falso repetir do nada em nenhum lugar. Em África tudo é sempre outra coisa. (Couto, Mia. In: O fio das miçangas, 2009).

Nas últimas duas décadas tem sido crescente o interesse pela pesquisa dos usos da língua e da variação e mudança linguística com base nas variedades africanas do português. Sua relevância ampara-se na problemática de validação empírica das reflexões existentes em relação aos padrões de concordância do português, sobretudo nos países africanos que serão investigados. No âmbito desses estudos, “a investigação sobre o português em África é um fenómeno essencialmente pós-colonial que se encontra em franca expansão devido a uma conjuntura favorável que se foi desenvolvendo ao longo das últimas décadas” (Hagemeijer, 2018, p.07).

Na esteira da relevância dos estudos das variedades de português, Petter (2015, 315) argumenta que

o estudo das variedades faladas na África desfruta de uma situação privilegiada, pois as línguas africanas ainda são faladas e interagem com o português. É interessante observar essa situação, pois ela pode fornecer dados cruciais para o entendimento dos contatos lingüísticos e dos processos de mudança em toda a área de expansão da língua portuguesa.

Na mesma linha, Avelar e Galves (2014, p.243)

advogam em favor da hipótese do contato, explorando a idéia de que certas marcas gramaticais singularizadoras do português brasileiro no conjunto das línguas românticas se devem à ação dos contatos interlinguísticos estabelecidos entre falantes de português e de línguas africanas (em particular, línguas bantas).

Em virtude, justamente, de se acreditar ser possível traçar os passos para o conhecimento das variedades africanas do português, decidimos elencar algumas pesquisas acerca do fenómeno preterido nesse projeto: os padrões de concordância verbal. Ressaltamos que essa temática é fascinante e emergencial, pois mergulha na gênese de variedades consideradas parcialmente reestruturadas como português brasileiro (Cf. Holm, 2004)⁹³ e as variedades africanas emergentes do português em processo de consolidação.

No entanto, no continente africano, o português esteve diretamente em contato com línguas oriundas do tronco nigero-congolês, algumas do subgrupo banto, outras das famílias linguísticas atlântica e mandê. Essas últimas serviram de substrato para a formação dos crioulos da Alta Guiné (cabo-verdiano, kriyol ou guinenese) no arquipélago de Cabo Verde e em Guiné-Bissau e, segundo alguns autores, também para a formação do papiamento na região do Caribe.

⁹³ HOLM, John. **Languages in contact**: the partial restructuring of vernaculars. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

africanos é próxima à norma padrão do PE (*Cf.* Mota, Miguel, Mendes, 2012; Brandão, Vieira, 2012a; Gonçalves, 2000). Além disso, o português dos países da África oferece um fértil território para estudos sobre a noção das gramáticas que se constituem com a presença ainda viva das línguas africanas (*Cf.* Lopes & Campos, 2015; Vieira, 2015; Vieira; Bazenga, 2015; Firmino, 2021). Por isso, Banza (2014) ressalta que

No caso dos países africanos, só muito recentemente descolonizados, a permanência da influência centralizadora do português, a nível político e linguístico, tem contido o acelerar da deriva, que agora começa a acentuar-se significativamente, sobretudo em Angola e Moçambique, onde as particulares circunstâncias de contacto linguístico produziram variedades próprias, resultado, por um lado, da natural interferência das estruturas bantu no português, por outro, da ausência, desde o período colonial, de um esforço adequado de escolarização em português, que, de facto, nunca existiu, facilitando, assim, o cruzamento de padrões entre o português e as línguas nativas (Banza, 2014, p. 31).

As variedades do Português que vêm emergindo em países, como Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, se tratam de um caso de evolução linguística que não se dá de uma única origem, pois são resultados do encontro com línguas distintas, por meio do processo de aquisição do português seja como L1 ou ainda como L2, embora o português europeu padrão permaneça veiculado em diferentes esferas da vida sócio-cultural desses países. Portanto, o ponto relevante desse estudo é assumido como “a ponte significativa entre a descrição formal do sistema linguístico e a sua atualização em contextos de uso” (Gouveia, 1996, p. 418).

Nesse sentido, partiremos da revisitação de alguns trabalhos recentes (Figueiredo, 2010; Araújo, 2010; Baxter; Lopes, 2011; Mota; Miguel; Mendes, 2012; Brandão; Vieira, 2012b; Mota, 2013; Gonçalves, 2013; 2015; Araújo; Lucchesi, 2016; Vieira; Silva, 2017; Pissurno, 2017; Matche, 2017; Alexandre; Oliveira 2018; Figueiredo, 2018; Malta, 2019; Oliveira, 2019) sobre as variedades africanas do português a fim de adentrarmos nos contextos linguísticos complexos em que essas variedades estão inseridas.

Figueiredo (2009), em seu estudo que aborda a concordância variável de gênero e de número no Sintagma Nominal e Plural da variedade africana do português falada pela comunidade crioula de Almoxarife - ilha de São Tomé, aponta a configuração sintagmática nominal como relevante para a marcação. O pesquisador buscou verificar quais os seus constituintes que favorecem (ou não) a aplicação da concordância compara a comunidade de Almoxarife em São Tomé com a comunidade de helvécia na Bahia, mostrou que a primeira tem um percentual de uso maior de CV, com PR. de .54 contra .45. sobre as variedades

africanas do português a fim de adentrarmos nos contextos linguísticos complexos em que essas variedades estão inseridas.

De fato, o conjunto de situações em que a língua portuguesa se foi difundindo pelo Brasil não criou condições favoráveis à formação e estabilização de um CP pelo que Helvécia-BA retrata um caso típico de contato linguístico mais leve que o de Almoхарife, no qual o acesso à língua-alvo foi mais restrito e permitiu o nascimento e estabilização do Forro, enquanto substrato do PA.

Em linhas gerais, nesse estudo, o autor observou que o padrão da concordância variável de gênero no SN plural do PA, um idioma cuja língua ancestral é um CP, estabelecendo-se paralelos com a concordância variável de número do mesmo idioma e com o padrão de concordância do dialeto de Helvécia-BA, cuja língua ancestral não é um CP. O PA revelou padrões de comportamento bastante semelhantes aos de Helvécia-BA, com os dois dialetos mostrando que a concordância plural é mais influenciada pela transmissão linguística irregular do que a concordância de gênero. Ainda, o pesquisador destaca que, em ambos os dialetos, o núcleo do SN é o item responsável pela fixação da morfologia flexional do gênero e irradiação da concordância de gênero, que marca mais acentuadamente os elementos adjacentes ao núcleo, especialmente os situados imediatamente antes deste. A inibição à marcação aumenta com o afastamento dos itens na cadeia sintagmática ou sua colocação à direita do núcleo, posição esta que lhes atribui função de mera adjunção.

Araújo (2010), em seu estudo sobre o uso variável de CV no PB e no português angolano, mostrou que, no que se refere a 1PP e a 3PP, a realização do sujeito na sentença (considerando sujeito explícito e sujeito nulo), a saliência fônica (paroxítona e proparoxítona), a correlação com o pronome sujeito (nós, a gente e não se aplica), o sexo (feminino, masculino), a língua nativa (africanas e portuguesa) e a idade (jovem, mediana e idosa), os contextos mais favoráveis para o condicionamento da variante explícita foram: ‘sujeito nulo’¹⁴ favorecendo a variante padrão em 100% dos casos e pronome ‘nós’ na posição de sujeito.

Baxter & Lopes (2011) descrevem, em seu trabalho, a CV no português dos Tongas, de São Tomé (África), verificaram que falantes mais jovens (de 20 a 40 anos), entre falantes mais velhos de 41 a 60 anos e de 61 anos em diante, fizeram mais concordância, com PR. de .84; altos níveis de saliência fônica e sujeito anteposto e adjacente ao verbo também favoreceram o aparecimento da variante explícita.

A história dessa variedade, conforme descreve o autor, tem início após a libertação dos escravos em 1876, quando começa a contratação de trabalhadores de Angola, Moçambique,

Cabo Verde, além de outras colônias francesas e inglesas, com o predomínio de angolanos. Os tongas foram serviçais das antigas comunidades agrícolas coloniais e ali permaneceram mesmo após a independência de São Tomé e Príncipe. A pesquisa mostra que os tongas manifestaram diferentes graus de manutenção de suas línguas ancestrais, entre as quais o quimbundo e o umbundo, além de falarem a sua própria variedade de português, formando um retrato do que pode ter ocorrido no Brasil em tempos remotos.

Assim, o texto contribui para o debate das origens do PB, uma vez que apresenta aspectos centrais do contexto sociolinguístico em que o PT se desenvolveu em situação de contato que possibilitou a reestruturação gramatical dessa variedade, tratando-se de um produto clássico, nas palavras do autor, de um processo de transmissão linguística irregular (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009) no qual a gramática da L2 contribui substancialmente para a gramática da L1 emergente.

Mota, Miguel e Mendes (2012) investigaram, em seu trabalho, a concordância de P6 em português falado admitindo a existência de um *continuum* de marcação de traços de concordância, no verbo, situados nos diferentes padrões ao longo de um eixo [+ concordância canônica] e de [- concordância canônica]. As autoras destacam, ainda, que uma possível hipótese para a marcação da [- concordância canônica] deve-se ao fato de as categorias “pessoa” e “número”, no verbo, serem herdados do controlador da concordância, particularmente se pronominal, já que, no SV, a natureza dos elementos pronominais nominativos tem um forte impacto na marcação explícita de concordância, no verbo.

No tocante a algumas variedades africanas do português, a concordância é enfraquecida quando se trata de pessoas com baixa escolaridade, em contrapartida do que se observa com falantes com alta escolaridade (Mota; Miguel; Mendes, 2012).

O estudo aponta, ainda, que “[...] os dados da norma urbana culta em Angola e Cabo Verde dão indícios de esta ser mais próxima da do PE do que da brasileira [...]”. (Mota; Miguel; Mendes, 2012, p. 168)

As pesquisadoras afirmam que, em variedades africanas do português, como o português de Angola e o português de São Tomé, falantes com maior grau de escolarização tendem a um uso linguístico mais próximo da variedade europeia do português. Especialmente no que refere-se à concordância, as autoras elencaram os princípios mais relevantes para o afastamento ou aproximação da concordância em relação à norma do PE, quais sejam:

No verbo, (i) a ausência de marcas de concordância é quantitativamente irrelevante

em PE e tipologicamente limitada – o PE caracteriza-se globalmente pela reiteração das marcas morfológicas de concordância, pela «concordância dissociada» (cf. Costa & Silva 2006), ou seja, por uma regra de concordância quase categórica; (ii) nas restantes variedades nacionais, há evidências no sentido de uma tendência para o aumento da presença de marcadores de concordância, embora ocorram casos de ausência em percentagens ainda relevantes, (iii) havendo alguma diversidade de padrões entre variedades não europeias; (iv) os factores extralinguísticos com maior relevância (nas zonas urbanas estudadas, em geral) são o nível de escolaridade e a idade (geralmente indissociáveis) (Mota, Miguel, Mendes, 2012, p. 166).

Assim, no caso de sujeitos escolarizados, espera-se que haja uma maior riqueza do paradigma de flexão verbal com maior licenciamento de sujeitos nulos.

Brandão e Vieira (2012a), em seu trabalho sobre concordância nominal e verbal no português do Brasil e de São Tomé, mostram que quer no PST quer no PB urbanos, a percentagem de não marcação de concordância verbal é baixa, sendo a escolarização como fator mais relevantes em ambas as variedades. No PST, há uma diferença sensível (cerca de 14%) entre falantes com instrução superior e falantes com níveis inferiores, sendo que, no PB, a distância se estabelece sobretudo com falantes de nível de escolarização médio (cerca de 22% de diferença percentual, enquanto a diferença entre falantes instruídos e aqueles com nível elementar é de menos de 10%).

Em resumo, os autores mostraram que a concordância verbal variável não é somente uma prerrogativa do PB, uma vez que o português de Angola (PA), o português de Moçambique (PM) e o português de São Tomé (PT) também apresentam variação entre variante explícita e variante zero.

Compondo esse quadro de variação de 3PP nas três variedades mencionadas acima tem-se a variável ‘escolaridade’, quanto maior o nível de escolarização, maior a tendência de uso da variante explícita; a variável ‘saliência fônica’, com verbos menos salientes selecionando a variante não padrão e verbos mais salientes selecionando a variante padrão; e a variável ‘posição do sujeito’, com sujeitos pospostos desfavorecendo a variante padrão, enquanto sujeitos antepostos e próximos ao verbo favoreceram a variante explícita.

Outro trabalho inovador acerca da CV é o de Mota (2013), pois nele encontramos dois modelos de concordância de 3PP para o português, a saber:

- (i) **Modelo com “Concordância Implícita”** (Covertagreement), ou CI, caracterizado pela realização fonética variável de distintas formas fonológicas. Este modelo daria conta da aplicação da regra de concordância verbal em variedades do PE e de falantes cultos de outras variedades

nacionais do português. Além disso, estruturas morfológicas e formas fonológicas canônicas diferenciadas de P6 e de P3, com ancoragem do autossegmento nasal /N/ na forma fonológica de P6; variantes flexionais de P6 em ditongo nasal (levam, dão, comem, falem) e em vogal nasal (levã, dã); estruturas morfológicas associadas a formas fonológicas sem o autossegmento nasal /N/, marcadas por sincretismo entre PN3-PN6; as realizações fonéticas seriam caracterizadas por terminarem em vogal oral (leva, dá, come).

- (ii) **Modelo de "Concordância Reduzida" ou CR** - PN6 e PN3 são ambos morfemas nulos e em que o autossegmento /N/ nunca está presente na forma fonológica. Neste padrão, não existe co-variação em PN entre o verbo e o controlador pro/nominal, e as realizações fonéticas em contexto de concordância verbal de 3PP, idênticas às requeridas em 3PS (PN6=PN3); § produções de falantes iletrados ou pouco escolarizados (com menor contacto com a regra canônica da concordância verbal de 3PP) de variedades não-europeias do português (PB e variedades africanas).

De outro lado, o caráter intermediário da variedade são-tomense (92%) – entre as distintas opções das variedades brasileiras e portuguesas – pôde também ser atestado. Enquanto o Português do Brasil exibe uma regra claramente variável (78%), afetando diversas estruturas morfossintáticas, e o Português Europeu apresenta índices semicategóricos (99%) de marcação de plural, com restritas estruturas relacionadas a não marcação de pluralidade, a variedade são-tomense posiciona-se em porção intermediária de modo a apresentar uma regra variável, embora em menor extensão do que a verificada na brasileira.

Gonçalves (2015) investiga os aspectos morfossintáticos da gramática do Português de Moçambique, em especial, do fenómeno da concordância nominal e verbal. Conta ainda com corpus oral, recolhido em 1993 no âmbito do projeto Panorama do Português Oral de Maputo, possui 100 entrevistas individuais semi-estruturadas de línguas maternas distintas (ronga, changana e macua). No entanto, a pesquisadora utilizou apenas 20 dessas entrevistas. Já o corpus escrito, possui cerca de 60.000 palavras, sendo coletado no período 2002-2005, com produção escrita de 200 textos semi-livres.

Como resultado inicial da pesquisa, os resultados apontam, mesmo numa fase incipiente, que os estudos sobre a CV no PM necessitam de um aprofundamento em diversas dimensões. Além disso, Gonçalves (2015) elenca duas questões a serem consideradas para

estudos dessa natureza:

- (i) A disposição de amostras mais amplas de dados orais com base nos seguintes critérios: grau de instrução, zona de residência (urbana, rural, etc.), entre outros;
- (ii) A necessidade de aprofundamento nas descrições linguísticas, propriamente dita, que permitam explorar, de forma sistemática, os fatores internos e externos dos fenômenos linguísticos em nível de CV, investigação mais ampla e mais sistemática, em diferentes perspectivas teórico-descritivas.

Mota (2015) em sua pesquisa buscou alargar o conhecimento sobre as variedades do Português da África e de confirmar a validade dos fatores linguísticos e extralinguísticos que se tem mostrado relevantes para explicar variantes de concordância no corpus oral do Português de Luanda e de Cabo Verde.

Ao comparar os resultados globais de concordância não canônica do Português de Luanda (2,9%) e do Português de São Tomé (7,9%), foi possível verificar que os resultados caem para 0,76% e 0,28%, respectivamente no nível de instrução e alinham com os valores do Português Europeu continental. Inclusive os informantes deste nível estão entre os mais jovens. Assim, esses são indícios de que os fatores extralinguísticos “nível de instrução” e “idade” se confirmam como importantes, como também já verificado em PB e PST, quanto ao primeiro, e em PB, quanto a segundo.

Em suma, os padrões de concordância sujeito-verbo decorrem dos fatores linguísticos transversais bem delimitados e referidos acima (verificáveis também no PE) e de alguns outros, linguísticos e extralinguísticos, particularizando variedades do Português não europeu continental. A autora explica que em sociedades complexas, sobretudo em espaços heteroglössicos, são esperados padrões de concordâncias sustentados por diversas gramáticas. Uma delas é a gramática que integra a concordância canônica de 3ª pessoa do plural, a par de outras, com outros padrões de concordância. Contudo os dados, na sua totalidade, comprovam que a relação de concordância é basicamente uma constante, em Português, e que é possível definir os seus limites e tipologia; o que varia é a forma como ela é realizada, explicitamente ou não.

Araújo e Lucchesi (2016) analisaram o uso variável da concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português feirense e no luandense. Para análise empírica, o estudo estipulou como variável dependente a CV de número em sujeitos de 3PP (P6) em contextos de orações finitas. Os autores assumem a visão da bipolarização de normas que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira, separadamente, investigaram a aplicação da regra nos dois grandes pólos (culto e popular) das duas variedades estudadas.

A codificação dos dados foi submetida ao programa computacional Goldvarb X levando em consideração as variáveis socioculturais (faixa etária, escolaridade, naturalidade do informante, língua materna e sexo) e as variáveis lingüísticas (realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, indicação de plural no SN sujeito, caracterização semântica do sujeito, tipo de sujeito, saliência fônica, efeito gatilho, forma do último constituinte e SN sujeito que está antes do verbo).

Nesse sentido, a distribuição dos resultados nas duas normas do português de Feira de Santana revela que há um abismo entre os pólos, pois de um total de 1310 dados, encontrados na vertente vernacular 989, ou seja, 75,5% foram de não aplicação da regra padrão, enquanto na norma culta esse percentual cai de forma significativa, visto que, de um total de 659, apenas 40, isto é, em termos percentuais 6,1%, apresentaram a erosão na morfologia flexional. Em relação ao PA, os resultados revelaram-se diferentes, na medida em que a norma angolana usa a variante não padrão de forma mais incipiente. Assim, “[e]m outras palavras à situação do PA não é tão bipolarizada quanto no PB, haja vista que a diferença de frequência encontrada nas duas normas foi de apenas 5 pontos percentuais” (Araújo; Lucchesi, 2016, p. 95).

Os autores salientam, ainda, que deve ser considerada a relevância da hipótese aventada por Teixeira (2008)⁹⁶ que o português falado em Luanda pode ser tomado como espécie de “espelho” da realidade sociolingüística brasileira do final do século XIX, pois Angola, hoje, enfrenta situações sócio-históricas semelhantes ao que aconteceu no Brasil naquela época (Teixeira, 2008).

Vieira e Silva (2017), em seu trabalho sobre a CV de 3PP no português de São Tomé e Príncipe, apontou que em 90,5% dos casos houve a marcação de plural, contra 9,5% de não marcação de plural; e os contextos mais favoráveis para a variante explícita foram: ‘nível superior’ (dentre os níveis fundamental e médio), com PR. de .82; mulheres fizeram mais concordância que homens, com PR. de .64, contra .40 dos homens; marcas de plural no SN-sujeito levaram a marcas de plural no sintagma verbal (paralelismo formal), com PR. de .53; e sujeito antes do verbo condicionou a variante padrão, com PR. de .54.

As pesquisadoras apontam, diante dos resultados obtidos, que a variedade do PST configura como regra variável, nos termos de Labov (2003), com preferência expressiva pela concordância padrão. Por outro lado, o índice obtido no PST é semelhante ao que se verifica no PB em variedades urbanas com alto e mediano grau de escolaridade, o que sinaliza o status do PST, que é de alto prestígio social.

⁹⁶ TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA HERNANDES, Maria Célia et al. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCHUSP, 2008.

Quanto às variáveis extralinguísticas que se mostraram relevantes ao favorecimento da ausência de concordância foram escolaridade e sexo, mostrando tendências de incremento da marca de concordância para os mais escolarizados e para as mulheres. Já as variáveis linguísticas: a animacidade, a posição do sujeito e o paralelismo oracional demonstraram, respectivamente, maiores índices de marcação de plural com sujeitos animados, antepostos ao verbo e formalmente marcados. Dados que ratificam a semelhança verificada com o PB.

De modo geral, as autoras ressaltam que há coincidências da CV n PB e no PST contemporâneos. Embora as situações de contato dessa variedade africana possam contemplar aspectos distintos da brasileira, que não convive atualmente com línguas crioulas ou africanas, as semelhanças podem apontar uma variação inerente do português não lusitano, independentemente das situações de comunicação locais. Assim, resultados como os apresentados no presente estudo podem fundamentar, em última instância, propostas como as de Petter (2009, 2015), da existência de um *continuum afro-brasileiro* nas variedades do Português.

Pissurno (2017) estudou a concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do português a partir dos pressupostos teóricos da Teoria da Variação e Mudança, contato linguístico e bilinguismo. Trouxe como objetivo constatar o estatuto da regra de marcação de plural na variedade moçambicana, se categórica, semicategórica ou variável. Os resultados obtidos por meio de tratamento estatístico realizado pelo programa computacional Goldvarb X atestam que o comportamento de uma regra semicategórica, em termos quantitativos com percentual de 96,8% de aplicação das marcas de número, índice que deve ser compreendido após detalhada análise qualitativa dos contextos variáveis. Além disso, os principais fatores que desfavorecem a concordância foram: maior uso de línguas locais, menor escolaridade, sujeitos pospostos, verbos com menor saliência fônica, sujeitos sem marca explícita de plural e verbos inacusativos/inergativos.

No tocante às variáveis sociais, os resultados da pesquisa revelaram que, a semelhança do que ocorre no PB, comportamento escolar de uso das marcas de concordância à proporção que o indivíduo tem mais anos de instrução formal. Já em relação ao uso de línguas, os resultados não só a influência das línguas maternas sobre o fenômeno da concordância no PM, mas também a complexidade do multilinguismo na sociedade Moçambique. De um lado, percebe-se que ser falante apenas de Língua Portuguesa não garante uso categórico das variantes tidas como padrão. Em termos probabilísticos, os dados produzidos por indivíduos que se assumem falantes bilíngues, ou seja, falam o português e uma língua local, chegam a apresentar índices mais elevados de favorecimento da

concordância verbal. Ao lado desse contexto, ainda se observa o fato de que, quanto maior for o uso de línguas locais, o que se associa a nível mais baixo de escolaridade, maiores serão as tendências de haver ausências de marcas de número no discurso do informante.

De maneira geral, o comportamento dos dados em termos qualitativos revela a existência de contextos diversos efetivamente variáveis, à semelhança do que ocorre na variedade brasileira de forma produtiva, contrariamente aos padrões europeus de concordância semicategórica. Contudo, a particularidade da situação multilíngue de Moçambique estabelecerá uma posição única para a variedade moçambicana, localizando-a numa disposição, entre as variedades europeias e brasileiras dentro de um *continuum* de padrões de concordância de Língua Portuguesa.

Em síntese, a pesquisa aponta que

- **Escolaridade em distribuição escalar** – níveis mais baixos de escolaridade refletem maiores tendências ao desfavorecimento das marcas, ao passo que os indivíduos com mais anos de escolaridade, apesar de também apresentarem casos de não marcação, tendem a usar mais as marcas de plural;
- **Posição de sujeito** – mais ausência de marcas nos sintagmas pospostos, mas também encontrada em antepostos;
- **Saliência fônica** – em graus baixos e alguns casos mais altos;
- **Paralelismo clausal** – tendência de maior marcação de plural no verbo conforme a presença de marcas no sujeito;
- **Animicidade do sujeito** – embora não selecionada estatisticamente, também se encontram casos de sujeito [+ animado] no PM com verbo não marcado;
- **Tipo de verbo** – mesmo sendo os inergativos/inacusativos e copulativos os maiores desfavorecedores da marcação padrão, encontram-se dados de não marcação com outros padrões de transitividade.

Matche (2017), sob a ótica sociolinguística laboviana, procurou descrever a concordância verbal e nominal de terceira pessoa do singular e plural da língua guineense falada em Guiné Bissau, estabelecendo o comparativo dessa língua com as duas modalidades de português: norma popular e norma culta do português brasileiro.

Os resultados revelaram distinções entre a sintaxe do português padrão, que apresenta marcação de plural em todos os elementos do sintagma nominal e verbal, e o guineense, que apresenta as marcas de plural apenas no elemento central do sintagma nominal. Embora considere as regras do português brasileiro não padrão, os resultados

apontam para grandes semelhanças com o guineense, haja vista ambos apresentarem concordância “não redundante”, ou seja, marcas de plural em apenas um elemento do sintagma nominal – sujeito.

Afinal, a análise preliminar revelou algumas semelhanças nas regras de concordância entre essa língua e o português popular brasileiro, sobretudo no apagamento de morfema (-s), que indica plural e na a flexão de verbo em algumas sentenças, como pode ser observado a partir da relação entre o sintagma nominal e verbal.

Alexandre e Oliveira (2018) a partir de sua pesquisa abordam as estratégias para a focaização de constituinte nominal e propõem que há uma tendência de convergência de estratégias de focalização entre o caboverdeano CV3 e as variedades de português vernacular brasileiro (PVB) e o português caboverdeano (PCV). O estudo aborda um conjunto de dados cuja estratégia de focalização se dá de maneira não canônica, sem a presença da cópula, necessária nas estratégias de clivagem/pseudo clivagem, como em “Que que o João comprou?” – fenômeno largamente atestado em variedades do português brasileiro para o qual Kato e Ribeiro (2009)⁹⁷ propõem ser o resultado de um processo de gramaticalização que apaga a cópula invariável “é” –, tornando a estrutura clivada sem cópula, mas, ainda assim, uma estrutura bioracional.

As autoras contra-argumentam o tratamento dado na literatura a essas construções a partir do que Oliveira (2014)⁹⁸, entre outras publicações, defende para essas sentenças, consideradas pela autora um tipo “especial” de focalização que se dá, não por apagamento da cópula, mas por reorganização da estratégia de focalização por meio de uma estrutura mono-oracional em que não se atesta cópula (logo, não há apagamento de cópula). O estudo resulta de cotejo entre o caboverdeano e as variedades de português brasileiro e caboverdeana, aproximando-as no que diz respeito à estratégia de focalização de *ki/que* sem cópula. Tal aproximação evidencia uma tendência convergente nas estratégias de focalização entre o crioulo caboverdeano e as variedades de português brasileira e caboverdeana cuja estratégia, provavelmente, ocorre por razões de substrato em que falantes de línguas do tronco nigero-congolês, como o wolof, utilizam como estratégia de focalização o deslocamento do elemento focalizado para a periferia esquerda da sentença.

Figueiredo (2018), em seu ensaio intitulado “Aspectos histórico-culturais e

⁹⁷ KATO, Mary A.; RIBEIRO, Ilza. Cleft sentences from Old Portuguese to Modern Portuguese. In: DUFTER, Andreas; JAKOB, Daniel (Org.). **Focus and background in Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 123-154.

⁹⁸ OLIVEIRA, M. S. D. DPs/WHs followed by ‘highlighter’ in Atlantic restructured languages: a non cleft construction. **PAPIA**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 24, n. 2, p. 429-449, 2014. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia>. Acesso em: 16MAR2021

sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil”, apresenta uma importante resenha histórica com contextualização de diversos fatos e informações acerca do município do Libolo, na Província angolana do Kwanza Sul. São apresentadas noções sobre a constituição sociopolítica do sistema tradicional dos sobados. Além do cenário sociopolítico, o ensaio discute especificidades linguísticas referentes ao léxico e a traços da gramática da variedade de português falada no Libolo e considera que essa variedade, se por um lado, apresenta variações relativamente ao português europeu – língua-alvo no Libolo colonial – por outro, apresenta similaridades tanto com outras variedades de português faladas na África Atlântica, quanto com variedades vernaculares brasileiras. Como exemplo, explora características gerais do sistema pronominal clítico como a próclise e, principalmente, os fenômenos da terceira pessoa clítica, em especial, a recategorização de “lhe” e o emprego da forma tônica para expressar as funções acusativa e dativa similares ao que acontece nas variedades brasileiras de português vernaculares (PVB) e, de modo menos categórico, no PB falado.

Resumidamente, a partir de documentos históricos, defende que a ligação histórico-linguística entre Angola e Brasil remonta ao período do tráfico humano, no século XV, na área Kambambe/Kissama/Libolo, argumentando que tanto os traços linguísticos quanto os socioculturais dessa região tenham “viajado para as terras de Vera Cruz” e Caribe, marcando presença tanto na fala quanto nos hábitos e nas tradições culturais brasileiras.

Malta (2019) realizou um estudo contrastivo entre as variedades africanas do PA, PGB e PST centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e suas implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo, tomando por base redações produzidas por estudantes africanos como requisito para ingresso na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, localizada em Redenção-CE. Os corpora da pesquisa foram constituídos por dados extraídos de 300 produções escritas, sendo 100 de cada país e subdivididas em homens e mulheres.

Nos resultados do Português angolano, os dados apontam para a predominância da variante padrão com a produção de sujeitos nulos em que a regra de concordância verbal apresenta-se como semicategórica, indo em direção ao Português Europeu. Já no Português de São Tomé, os demonstram que as variáveis favorecedoras da concordância são: extralinguística (gênero – feminino); linguísticas (sujeitos animados, antepostos ao verbo). Ao passo que no Português de Guiné Bissau, os dados sinalizam que a regra de concordância verbal é variável, assim como no PST. O fato da P6 favorece o sujeito pleno em duas variedades africanas do português: o PA (95%) e o PST (92%); enquanto que no PGB, o fenômeno ocorre na P4 (89%). Dessa forma, a motivação dessas variedades estarem “no

meio” entre o PB e PE parece apontar para uma característica própria da sintaxe das três variedades africanas investigadas nessa pesquisa.

Em resumo, os resultados quantitativos revelaram que o PA e o PST têm comportamentos semelhantes, apresentando maior incidência de sujeitos nulos, preferencialmente, em 1ª pessoa e 3ª pessoa do singular e do plural, pois os resultados no PA e no PST sugerem estar entre o PB e o PE. Ao passo que o PGB está pautado na influência do crioulo guineense, com maior incidência de sujeitos plenos. Ainda, os dados das variantes africanas do português estudadas mostraram que a regra de concordância verbal é variável. A autora alerta para que qualquer proposta de análise que tente dar conta da concordância nestas variedades do português precisa considerar a questão intensa da situação de contato linguístico presente nessas sociedades.

Oliveira (2019) investigou, em seu estudo, a distribuição de sujeito nulo e pleno no português falado e escrito por universitários guineenses e são-tomenses da UNILAB-CE. Os dados que compõem o corpus (contextos declarativos finitos) foram selecionados de entrevistas informais e textos narrativos produzidos por vinte e quatro alunos guineenses e vinte e quatro são-tomenses, distribuídos entre homens e mulheres. As variáveis selecionadas para a análise são: a pessoa gramatical, tipo de oração, o traço do referente de terceira pessoa e a duplicação do sujeito.

Com base nos dados de fala, a pesquisa aponta que o PGB e o PST encontram-se no meio caminho entre o PB e o PE. Sendo assim, os resultados obtidos entre os dados de fala e os de escrita apresentou um crescente percentual de sujeitos plenos que vai de 42% nos dados de escrita para 48% nos dados de fala. A pesquisadora destaca que esse número pode denotar uma interferência mais massiva do PB sobre as variedades guineenses e são-tomenses, além de reforçar a ideia de que com esses resultados essa interferência pode ser melhor percebida nos dados de fala, visto que, no processo de escrita, o informante se monitora mais quanto ao uso da língua, principalmente, porque trabalho lida com informantes com maior escolaridade. A variável social “tempo de permanência no Brasil” foi a variável mais significativa encontrada nessa pesquisa, nos dados da modalidade da fala, visto que os estudantes nos períodos finais produziram uma quantidade de sujeitos plenos mais significantes. No PGB, com percentual de 71% de sujeitos expressos foneticamente expressos, com aumento de 20% ao resultado encontrado para os dados de escrita. No tocante ao PST, os resultados apresentaram mais distanciamento do PB nessa variedade de registro da língua, ao passo que os resultados encontrados nos dados de fala foram muito próximos aos encontrados nos dados de escrita mantendo tais resultados muito próximos entre os primeiros e últimos períodos.

Quanto aos dados de escrita, a variável dependente “sujeito nulo” se mostrou expressiva com 58% das ocorrências no total geral. Na variável sexo, os resultados de Guiné Bissau trouxeram uma diferença sutil de 48% de ocorrência do SN para mulheres e 52% para os homens. Já em São Tomé os homens também repetiram a incidência em 68% contra 60% das mulheres. No que concerne à desinência verbal, a pesquisadora acredita ser cedo para propor um paradigma de flexão verbal do PGB, visto que não houve registro de uso da segunda pessoa do plural e há um uso muito restrito da segunda pessoa do singular. Ainda assim, os resultados trouxeram uma percepção clara do uso da desinência verbal exclusiva de primeira pessoa do singular “-o”, da desinência verbal “-mos” de primeira pessoa do plural e da desinência verbal -m relativa à terceira pessoa do plural. Sobre a desinência verbal no PST, foram usadas a desinência exclusiva de primeira pessoa do singular, a desinência “-mos” de primeira do plural e a desinência -m para a terceira pessoa do plural. Contudo, segundo a pesquisadora, não se pode posicionar, até o momento, quanto à riqueza de flexão verbal do PST, já que o estudo não trouxe um número satisfatório de ocorrências em segunda pessoa para a questão de análise.

Em síntese, os resultados apontam para o enfraquecimento na morfologia de flexão verbal do PGB, visto que essa língua já produz ocorrências da expressa pronominal “a gente” no lugar semântico da primeira pessoa do plural “nós”, faz uso também do “você” no lugar referente à segunda pessoa gramatical, no entanto usa a desinência da terceira pessoa do singular. Ao passo que no PST, foi constatado que a morfologia de flexão verbal é mais próxima ao que é visto no PE.

Conforme observado, a variação entre variante explícita e variante zero na CV estende-se ao português falado em território africano, com fatores condicionantes linguísticos e sociais condicionantes da variante padrão, semelhantes aos que ocorrem na sintaxe do PB, como: altos níveis de saliência fônica, sujeito antes do verbo, sujeitos preenchidos por pronomes, idade jovial e altos níveis de escolaridade.

Esta subseção conclui a análise do fenômeno linguístico conhecido como concordância verbal (CV), cujo objetivo principal foi aprofundar o entendimento do que já se sabe sobre o tema, a fim de avançar na investigação das relações entre as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes em relação à CV.

Por fim, Santana e Timbane (2022) sintetiza o português falado na Guiné-Bissau como uma série de especificidades gramaticais que emergem de séculos de interação linguística entre o português, o crioulo e diversas línguas étnicas. Essa variante da língua portuguesa é, portanto, um reflexo das singularidades das experiências históricas e

socioculturais dos grupos que compõem a sociedade guineense. Nesse contexto, é imprescindível que essa variedade local receba descrições sistemáticas e coerentes que possibilitem sua adequada identificação. No momento, o padrão normativo adotado em Guiné-Bissau é o português lusitano, que se configura como uma “língua padrão”, distanciando-se do português popular guineense e das variedades urbanas próprias da elite letrada do país. No próximo capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência está longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento. É apenas o melhor que temos. Nesse aspecto, como em muitos outros, ela se parece com a democracia. A ciência por si mesma não pode defender linhas de ação humanas, mas certamente pode iluminar as possíveis consequências de linhas alternativas de ação. (Carl Sagan)

Nesta seção, serão explicados os métodos utilizados nesta pesquisa: o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa (Labov, 2008; Guy; Zilles, 2007) para analisar amostra; e um modelo de análise qualiquantitativo que elaboramos tomando como base as teorias de Lambert (1966; 1967), Lambert & Lambert (1972) Labov (2008), Fishman (1972), Calvet (2002), López Moralez (1993), Moreno Fernández (1998), Cardoso (2015), Barcelos (2007) e Milroy (2011) – já mencionadas na seção sobre “Crenças e atitudes linguísticas: bases conceituais” (Cf. Seção 3.2). Falaremos ainda sobre: da formalização da pesquisa, contexto da pesquisa e método empregado, critérios de inclusão e de exclusão do participante, participantes da pesquisa, procedimentos para análise e variáveis. Assim, ainda serão descritos, brevemente, o corpus utilizado para o estudo e os procedimentos das análises quali-quantitativas realizadas.

6.1 DA FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA

Para o início desta pesquisa de doutorado, foi imprescindível procedermos ao registro da pesquisa na Plataforma Brasil e obter a validação por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para tanto, os dados que constituíram este estudo, foram oriundos de questionários off-line de crenças e atitudes de atitudes linguísticas gerados com a participação de informantes/colaboradores que integram o quadro discente de guineenses dos cursos de licenciatura (exceto o curso de Letras) de bacharelado na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB-CE. Como não houve contato da pesquisadora com os sujeitos, que produziram os dados supracitados, a referida pesquisa foi guiada pelos procedimentos éticos, em ambiente virtual, utilizando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma vez que necessitamos da autorização desses

informantes para uso de dados secundários. Além disso, consta a carta de anuência emitida e assinada pela Pró-reitora dos cursos superiores da UNILAB-CE.

Para formalização da pesquisa seguimos os seguintes passos:

O primeiro passo consistiu no contato com a Pró-reitoria de Graduação da UNILAB-CE a fim de solicitar a Carta de anuência com o pedido de solicitação para a realização da referida pesquisa. Tal procedimento é padrão para investigações que são realizadas com pessoas em âmbitos institucionais, além de compor documentos cruciais para a submissão e apreciação junto ao Comitê de Ética. Em posse da Carta e com os demais documentos exigidos pela Plataforma Brasil, seguimos para a próxima etapa.

Já o segundo passo consistiu em realizar o registro da pesquisadora e de todo o projeto na Plataforma Brasil. Essa plataforma, que é uma base nacional unificada, tem como finalidade o registro de todas as pesquisas que envolvem seres humanos, em conformidade com o sistema CEP e o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Por meio dela, é possível acompanhar todos os estágios da pesquisa, desde a submissão até a aprovação final pelo CEP e, eventualmente, pela CONEP. Além disso, também viabiliza o acompanhamento de etapas como a fase de campo e o envio de relatórios parciais e finais da pesquisa.

Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa (SISNEP), disponível no site oficial do Ministério da Saúde, a Plataforma Brasil reveste-se de extrema importância na promoção da transparência e agilidade do processo de pesquisa. Isso se dá porque ela permite que a documentação necessária seja enviada pela internet, evitando o envio físico de protocolos pelos Correios.

Com a conclusão do processo de registro, solicitamos a validação da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), um órgão consultivo, educacional e autônomo da UFPE, responsável por emitir pareceres sobre protocolos de pesquisa vinculados à CONEP. O objetivo desse comitê é acompanhar pesquisas que envolvam seres humanos, visando proteger aspectos éticos e defender a integridade e dignidade de todos os envolvidos no estudo.

É importante ressaltar que, de acordo com a Lei nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e pela mais recente, a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. As resoluções estabelecem exigências que devem ser seguidas pelo pesquisador, incluindo a necessidade de informar de forma clara e completa os procedimentos envolvidos na pesquisa, bem como os riscos e benefícios aos quais os participantes serão expostos ao concordarem em participar.

Para comprovar a aceitação dos participantes, o CEP exige que eles assinem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Neste estudo, utilizamos apenas um tipo de TCLE, destinado a pessoas maiores de 18 anos.

Além da inclusão dos TCLEs no sistema da plataforma, também anexamos outros documentos, como o projeto de pesquisa com todas as informações relevantes, os currículos Lattes de todos os envolvidos no estudo, a Folha de Rosto gerada pela plataforma Brasil e a Carta de Anuência da Pró-reitoria da UNILAB-CE, uma vez que nossa pesquisa aborda indivíduos em instituições.

Partindo dessa contextualização, nossa pesquisa está amparada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, conforme CAAE nº 63906922.7.0000.5208 e parecer nº 5.772.136, o que nos garante legalidade na pesquisa e pertinência quanto às questões éticas em pesquisas linguísticas.

6.2 CONTEXTO DA PESQUISA E MÉTODO EMPREGADO

As línguas naturais são, por natureza, um fenômeno sensível ao contexto. Mas os eventos da fala variam muito em relação à dependência contextual. Quando os integrantes partilham uma grande carga de pressuposições pragmáticas sobre o mundo, sua interação tenderá a ser mais contextualmente dependente. Ao contrário, quando a interação se desenvolve entre falantes com antecedentes mais distintos, a interação tende a ser marcada por menos dependência contextual e, conseqüentemente, por mais explicitude e precisão na escolha das palavras. (Bortoni-Ricardo, 2005, p.64)

Após aprovação deste projeto pelo Comitê de ética da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, iniciamos a pesquisa de campo com os estudantes da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, localizada na cidade de Redenção, no Ceará, para efetivação da coleta de dados de crenças e atitudes linguísticas de estudantes de graduação da referida Instituição de ensino superior. Entendemos que a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los” (Lakatos; Marconi, 2008, p.69).

Resumidamente, podemos dizer que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão

institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Portanto as atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No estado do Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Com todos esses contatos, a comunidade acadêmica apresenta características de plurilinguismo tanto pelo uso de diversas línguas como também pelo reconhecimento da existência dessa complexa realidade sociolinguística. Enquanto que na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde. Salientamos que a escolha pela Instituição situada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, se deve ao fluxo significativo da entrada de estudantes oriundos da Guiné Bissau, conforme nossa pesquisa de mestrado (Malta, 2019).

As análises realizadas neste estudo baseiam-se na compreensão de que as crenças e atitudes linguísticas têm um papel fundamental na forma como as sociedades reagem. Para isso, foram coletados dados que evidenciam como os falantes se posicionam em relação a essas crenças e atitudes em um contexto plurilíngue e multicultural.

Partindo dessa contextualização, ressaltamos o amparo do comitê de ética para garantirmos legalidade nessa pesquisa e pertinência quanto às questões éticas em pesquisas linguísticas. Por fim, corroboramos com a ideia de Labov ([1972] 2008, p.188) que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; pois ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”.

Valendo-nos do conceito de Pesquisa de Lakatos e Marconi (2010), que atestam como um procedimento de natureza formal, com método de pensamento reflexivo, que demanda um tratamento de rigor científico e ético, em que o caminho a ser percorrido deve primar pelo conhecimento da realidade a ser estudada, ou ainda, descobrir verdades parciais. As autoras elencam seis passos que compreendem um projeto de pesquisa: (1) seleção do tópico ou problema para a investigação; (2) definição e diferenciação do problema; (3) levantamento de hipóteses de trabalho; (4) coleta, sistematização e classificação dos dados; (5) análise e interpretação dos dados; (6) relatório do resultado da pesquisa. Segundo as autoras a ausência de algum desses passos poderia descaracterizar o rigor científico da pesquisa. Nessa perspectiva, um projeto de pesquisa não intenta, solucionar problemas, em especial no âmbito da Linguística Aplicada que, como aponta Paiva (2019, p.08), “busca mesmo é compreender a realidade”. Por isso, nossa pesquisa de campo, buscou alcançar a realidade relacionada à

variedade africana guineense através das avaliações subjetivas sobre os padrões de concordância verbal desempenhada por estudantes dos cursos de graduação da UNILAB-CE.

Na esteira dessa compreensão, inserido no campo da Sociolinguística variacionista, este estudo abre espaço ou mesmo reclama uma abordagem qualitativa e quantitativa dos dados coletados. Sob o viés de julgamentos subjetivos, nossa análise utilizou como lastro científico o método de abordagem indutiva. Em outras palavras, nossa pesquisa foi orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística quantitativa ou modelo laboviano (*Cf.* Labov, [1972] 2008; Guy & Zilles, 2007). Bem como postulam Silveira e Córdova (2009, p. 31), “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”. No que concerne à sua aproximação, adotamos uma perspectiva quanti-qualitativa.

Dessa forma, todas as pesquisas que faz uso de dados quantificáveis, ou seja, aqueles que permitem ser traduzidos em números para classificação e análise, inserem-se na categoria de pesquisa quantitativa. Já a abordagem qualitativa se ocupa do conjunto de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo, assim, a uma dimensão mais profunda das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a análise das crenças e das atitudes linguísticas dos participantes desta pesquisa, foram realizados dois procedimentos metodológicos. O primeiro refere-se às perguntas realizadas em questionário online, as quais possibilitaram que os participantes da pesquisa avaliassem a variação na concordância verbal. O segundo, por sua vez, diz respeito à aplicação de um teste de reações subjetivas. Em seguida, integramos ao processo de coleta (*Cf.* Apêndices desta tese) a ficha social, teste de crença e teste de atitude que foram coletados de informantes guineenses, estudantes regulares dos cursos de graduação da UNILAB-CE via Google Forms.

Ressaltamos que para a coleta dos testes de crenças e atitudes foram adaptados com base no modelo de Cardoso (2015), já que o gênero textual questionário apresenta potencial significativo, como também evidencia sua avaliação subjetiva a partir da experiência como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2002, p. 21).

Quanto aos estudos a respeito das atitudes linguísticas advindos, sobretudo, da Psicologia Social baseada em Lambert e Lambert (1972), a escolha do questionário se fez pertinente para esse parâmetro investigativo, pois sua análise nos permitirá um olhar não apenas quantitativo, mas também qualitativo no fenômeno investigado a fim de oferecer uma

descrição linguística robusta para a literatura científica da área. Além disso, o questionário é um instrumento de coleta de dados, onde o pesquisador envia as perguntas ao grupo pesquisado e recolhe-o depois de preenchido (Lakatos; Marconi, 2010). Pode ainda ser entendido como “uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações” (Gil, 2019, p. 121). Somado a isso, tratamos de mensurar os dados de atitudes pautados nas lentes da pesquisa qualitativa, de tipo interpretativista valendo-se dos protocolos *family background test*⁹⁹ e *matched guise test*¹⁰⁰, conforme abordagem empírica da avaliação social verificada em Cardoso (2015). Já que a avaliação da língua é determinante para a constituição da identidade linguística dos falantes (Freitag; Santos, 2016).

Os questionários utilizados na presente pesquisa foram desenvolvidos na plataforma Google Forms¹⁰¹, uma ferramenta amplamente empregada em contextos acadêmicos durante o período da pandemia. Sendo assim, tais testes ficaram disponíveis para cadastro de respostas entre 30 de março e 30 de abril de 2023, período em que 60 participações foram registradas. Após a coleta e a conferência de respostas, os dados foram submetidos a análises fundamentadas em modelos de regressão logística ordinal e multinomial.

É oportuno ressaltarmos que como uma plataforma gratuita para a criação de formulários online, é disponibilizada para qualquer usuário que possua uma conta no Google. Além disso, destaca-se por sua facilidade de acesso, inclusive através de dispositivos móveis, o que facilita significativamente o processo de coleta de dados e análise dos resultados por parte do pesquisador. Desse modo, a partir das respostas obtidas, a ferramenta permite a criação automática de planilhas e gráficos, contribuindo assim para a efetividade da análise dos resultados.

Dessa forma, verificamos se, na atitude linguística de informantes guineenses, poderemos identificar os traços do seu posicionamento quanto às variedades do Português Brasileiro e do Português Europeu, como também as próprias práticas linguísticas, de acordo com a sua visão sobre determinado fato linguístico que apresentem as atitudes e a

⁹⁹ Teste de antecedentes familiares (tradução nossa) - ão avaliados quanto à sua capacidade identificar variedades dialetais diferentes; e *matched guise* (ou falsos pares), que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação à língua (Labov, 2001).

¹⁰⁰ Teste de aparência combinada (tradução nossa) - os ouvintes-juizes ouvem estímulos linguísticos aparentemente de falantes diferentes e avaliam esses falantes a partir dos estímulos, julgando-os quanto a aspectos afetivos, como aparência, liderança, agradabilidade, sociabilidade, entre outros (Lambert, Hodgson, Gardner, & Fillenbaum, 1960).

¹⁰¹ Recurso do Google Drive que permite que o usuário crie e compartilhe formulário, utilizando um e-mail ou um link, os gráficos são gerados automaticamente a partir das respostas recebidas. Para maiores informações acesse: <<https://www.google.com/docs/about/>> . Acesso em 21 fev. 2023.

autoavaliação nos diferentes sexos, períodos do curso e tipo de curso. Em busca de dados confiáveis, não utilizamos informantes do curso de Letras, haja vista que estes já possam ter cursado disciplinas do escopo da Linguística, o que, provavelmente, enviesaria resultados, que estão relacionados às crenças e atitudes das variedades do PGB.

Para efetiva análise quantitativa dos dados de crenças e atitudes linguísticas, separamos todas as variáveis dependentes e independentes, codificaremos as ocorrências do fenômeno investigado e aplicaremos o programa de Análise de Variância (ANOVA), articulamos os resultados com a análise qualitativa dos dados, apresentando as respostas da abordagem direta do teste. Em outras palavras, constatamos quais fatores ou grupos de fatores condicionam mais ou menos a escolha por uma determinada variante (Labov, [1972] 2008).

No que se refere à rodada dos dados no programa mencionado ofereceu resultados estatísticos e probabilísticos através dos quais efetivamos o estudo dessa variedade investigada, assim como as possíveis interferências das línguas nativas do país (o crioulo guineense, L1 de Guiné Bissau, além das línguas étnicas), no PGB, visto que tal variedade do português constituem a L2, ou ainda L3, adquirida nessa comunidade.

Em seguida apresentaremos o método não-cronométrico (*off-line*) de análise adotado nesta pesquisa para aplicação dos testes das avaliações subjetivas.

6.2.1 Método não-cronométrico (*off-line*) de análise

Para analisar as avaliações subjetivas dos participantes acerca dos padrões de concordância verbal, a partir do julgamento de seu uso em frases, foi proposto um teste de crenças e de atitudes ao fenômeno em questão adaptado aos modelos convencionais da Linguística Experimental (Cf. Derwing; De Almeida, 2005; Schutze; Sprouse, 2013; Kenedy, 2015). A técnica envolve a exposição aos indivíduos de frases que incorporam o fenômeno linguístico em análise, seguida de solicitação para que avaliem, em uma escala de pontuação, a aceitabilidade ou a naturalidade das frases em relação aos contextos de uso específicos (cenários com relações simétricas e assimétricas).

Os métodos não-cronométricos¹⁰² oferecem várias vantagens práticas no âmbito científico. Uma dessas vantagens é a abordagem relativamente simples e objetiva, que facilita

¹⁰² Trata-se de um método não-cronométrico, porque não se mede o tempo de reação ou resposta do participante (Cf. Maia e Finger, 2005, p. 401).

a coleta de dados. Isso torna a coleta de dados mais eficiente, permitindo experimentos com grandes grupos de participantes simultaneamente, ao invés de individualmente. Outra vantagem dos métodos não-cronométricos é a evitação de complicações relacionadas à coleta e interpretação do tempo de resposta. Essas complicações podem ser causadas por diversos fatores que vão além do tempo de processamento mental da linguagem, que normalmente é o foco de interesse (Derwing; De Almeida, 2005).

Os autores ressaltam ainda que os métodos não-cronométricos também permitem o exame experimental de questões que não podem ser avaliadas por testes cronometrados. Além disso, esses métodos também possibilitam a validação entre diferentes abordagens.

Sendo assim, esta abordagem propicia vantagens no que concerne à rapidez e à praticidade na obtenção de informações, uma vez que os experimentos podem ser testados de modo simultâneo com grupos de participantes, em contraposição ao método de testes cronométricos que exige uma análise individualizada. Tal diferenciação é crucial para a compreensão detalhada do processo de coleta de dados, visando à otimização de recursos e à obtenção de resultados substanciais. Em resumo, as evidências apontam para a superioridade do perfil prático no âmbito da eficiência na coleta de dados, por viabilizar a realização de experimentos com um maior número de participantes em um menor intervalo de tempo.

Os experimentos off-line são baseados em respostas dadas por indivíduos após estes terem lido ou ouvido uma frase ou um texto, isto é, capturam-se reações após a leitura/audição dessa frase ou desse texto, momento em que o processamento já foi finalizado. De modo contrário, os experimentos on-line, como o próprio nome diz, baseiam-se em medidas a reações obtidas no momento em que a leitura/audição está em curso, são medidas a reações obtidas no momento em que a leitura/audição está em curso, são medidas praticamente simultâneas ao processamento. (Leitão, 2009, p. 223).

Neste contexto, entendemos que os experimentos *off-line* referem-se a uma abordagem em que as informações são coletadas após um processamento reflexivo. Essa abordagem envolve a integração dos diferentes níveis linguísticos, como fonologia, morfologia, lexicalidade, sintaxe e semântica/discursiva. Os questionários de julgamento de aceitabilidade, nos quais são apresentadas diferentes frases e os participantes devem julgar sua aceitabilidade na língua, são exemplos de experimentos off-line.

Existem diversas avaliações utilizadas para coletar dados experimentais por meio da metodologia não-cronométrica de análise. Como exemplificado, podemos mencionar seis testes apresentados por Derwing e Almeida (2005):

- (i) Avaliações de segmentação

- (ii) Avaliações de recordação e reconhecimento
- (iii) Avaliações de manipulação de sequências (ou ‘experimentos com jogos de palavras’)
- (m) Estudos do tipo ‘Berko’ (Mini-Línguas Artificiais)
- (iv) Classificação de estímulos (ou ‘formação de conceitos’)
- (v) Avaliações de julgamento com escala

Tais testes são amplamente empregados e aplicados de maneira produtiva na prática acadêmica dos estudos linguísticos. Os autores ainda os concebem não apenas como potencialmente eficientes, em virtude de sua capacidade de gerar consideráveis volumes de novos dados com um dispêndio relativamente pequeno de esforço, mas também como flexíveis, uma vez que podem ser facilmente ajustados para a exploração de uma extensa variedade de questões ou problemas de pesquisa.

“O julgamento sobre a língua e seus fenômenos sempre existiu como metodologia na linguística, sendo o julgamento introspectivo dos próprios pesquisadores um passo inicial importante para a formulação de hipóteses” (Schultze, 1996, p. 2). Ao longo do tempo, os pesquisadores têm utilizado a introspecção e as ferramentas do pensamento analítico para construir teorias linguísticas abrangentes. Essas ferramentas incluem a observação, a manipulação de ideias e a análise de dados linguísticos, levando à abstração e à formulação de generalizações. A introspecção é particularmente relevante para estudar as estruturas de formas e expressões linguísticas, pois os linguistas, como falantes nativos da língua que estão investigando, naturalmente questionam a aceitabilidade de enunciados e desenvolvem hipóteses com base nisso.

Uma abordagem empregada na investigação de fenômenos linguísticos de maneira experimental é por meio do teste de julgamento de aceitabilidade. Esse teste, amplamente utilizado em estudos psicolinguísticos e linguísticos, consiste em solicitar que participantes não familiarizados com o fenômeno em questão avaliem a estrutura de sentenças elaboradas pelos pesquisadores. Na área de Linguística e Psicolinguística, esse julgamento é realizado por meio da avaliação de sentenças, geralmente na forma escrita, que contenham o objeto de interesse da pesquisa (Sá, Ciríaco e Godoy, 2022).

Por fim, compartilhamos da ótica de Oliveira e Sá (2013) segundo a qual os dados coletados em um julgamento de aceitabilidade consistem em relatórios que descrevem as sensações experimentadas pelos participantes em relação às construções linguísticas em análise. Além da adequação gramatical, a aceitabilidade das construções é determinada por critérios como o esforço cognitivo necessário para processá-las, seu significado e o contexto

em que são apresentadas. Portanto, é mais apropriado utilizar o termo “julgamento de aceitabilidade” para designar estudos que investigam a gramática internalizada por um indivíduo, enquanto o termo “julgamento de gramaticalidade” poderia ser empregado para investigar o conhecimento das pessoas em relação à gramática normativa de uma língua.

Para esta tese, o instrumento de coleta utilizado foi o questionário. O questionário online, produzido por meio da ferramenta Formulário Google (Google Forms), abarca uma identificação pessoal, por meio de respostas para os campos nome, gênero, curso de graduação, faixa etária, naturalidade, residência, tempo de permanência no Brasil e itens tanto abertos quanto fechados, por meio de testes do tipo *matched guise*, que visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos em relação às avaliações subjetivas acerca dos padrões de concordância verbal. A justificativa para a escolha deste instrumento reside não somente no seu amplo uso em estudos psicolinguísticos e sociais em geral, mas também na crença de que seu formato poderá proporcionar uma obtenção mais significativa dos dados de julgamentos.

O teste escolhido para esta tese pode apresentar modelos distintos. Como exemplo, citamos dois testes bem conhecidos e utilizados na obtenção de dados experimentais, a saber: avaliações de julgamento com escala ¹⁰³(Osgood, 1952; Cardoso, 2015) e a Escala Likert (Likert, 1932). As escalas, segundo Derwing e Almeida (2005), ainda podem ser utilizadas para o julgamento de gramaticalidade, seguindo a ótica do gerativismo (*Cf.* Ross, 1979).

De acordo com o exposto nos parágrafos anteriores, é oportuno ressaltarmos que a coleta de dados referentes a julgamentos subjetivos será realizada utilizando-se o Teste da Escala Likert, uma vez que este método se mostra mais adequado à metodologia adotada neste estudo. Procederemos, a seguir, com a descrição detalhada deste instrumento de coleta.

6.2.1.1 Descrição do instrumento de coleta de atitudes: a escala Likert

A escala Likert foi desenvolvida a partir de um estudo conduzido em 1932, cujo autor, Rensis Likert, era um educador e psicólogo americano. Nesse estudo, Likert apresenta um método que se utiliza de uma escala de resposta psicométrica. Esta escala é amplamente empregada em questionários e pesquisas de opinião, nos quais os entrevistados são solicitados a responder a perguntas com base em escalas que representam níveis de concordância ou discordância (Lima *et. al.*, 2012).

¹⁰³ Para aprofundamento sobre o teste de julgamento por escala sob a ótica do Diferencial Semântico, ler: Osgood (1952), Dawing e Almeida (2005).

Segundo Likert (1932), a mensuração da atitude não pode ser realizada a partir de uma única opinião, como proposto por Thurstone (1928), mas sim por meio de um conjunto de opiniões. De acordo com essa perspectiva, as atitudes que uma pessoa pode ter variam de acordo com o conjunto de estímulos que ela recebe. Portanto, capturar a atitude de uma pessoa através de uma única opinião é considerado impossível por Thurstone (1928), pois não há uma escala com parâmetros definidos para tal finalidade. Isso se deve ao fato de que as possibilidades de atitudes são infinitas e, portanto, marcar apenas um ponto em um contínuo é impraticável.

Em sua proposição original, Lickert (1932) esclarece que a mensuração de atitude é fundamentalmente indireta, pois é realizada por meio de avaliações e opiniões. Como resultado, há naturalmente uma variação nas respostas, que pode ser reduzida ao considerar um conjunto de assertivas, em vez de apenas uma unidade, como um grau na escala. Em outras palavras, é necessário considerar um agrupamento de opiniões internamente relacionadas, como um indicador reflexivo.

Dessa forma, as escalas Likert podem ser simétricas, apresentando uma avaliação neutra no ponto médio da escala, com a mesma quantidade de valores entre esse ponto e ambos os extremos, ou assimétricas, com diferentes opções de resposta entre a média e os extremos. As escalas simétricas são mais comuns em julgamentos de aceitabilidade, permitindo que os participantes escolham respostas de forma equilibrada em ambas as direções, enquanto as escalas assimétricas eliminam a percepção de neutralidade do julgamento, sendo frequentemente utilizadas em experimentos de escolha forçada (Santos, Ciríaco e Souza, 2019; Joshi *et. al.*, 2015).

Uma vantagem da escala de Likert reside na capacidade de identificar a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação, seja ela positiva ou negativa. Poynter (2010) sustenta que, ao utilizar dados de escala de intervalo na escala de Likert, é possível empregar medidas estatísticas como a média e o desvio padrão, além de utilizar técnicas como a análise fatorial e a regressão de maneira adequada. Brandalise (2005, p.4) esclarece que:

As principais vantagens das escalas Likert, são a simplicidade de construção; o uso de afirmações que não estão explicitamente ligadas à atitude estudada, permitindo a inclusão de qualquer item que se verifique, empiricamente, ser coerente com o resultado final; e ainda, a amplitude de respostas permitidas apresenta informação mais precisa da opinião do respondente em relação a cada afirmação. Como desvantagem, por ser uma escala essencialmente ordinal, não permite dizer quanto um respondente é mais favorável a outro, nem mede o quanto de mudança ocorre na atitude após expor os respondentes a determinados eventos.

Assim, se considerarmos os benefícios da utilização da escala de Likert, destacamos a sua capacidade de permitir identificar a orientação da atitude de cada respondente em relação a cada afirmação, seja ela positiva ou negativa. Nesse sentido, é fundamental a elaboração cuidadosa do conteúdo das opções de resposta, assim como a seleção adequada da escala para mensurar o nível de intensidade. Esses aspectos têm um impacto significativo nos resultados obtidos e nas oportunidades de compreensão da realidade em estudo.

É possível notarmos que um incremento no número de categorias não necessariamente leva a uma maior confiabilidade (Chang, 1994), que é independente do número de opções disponíveis. No entanto, é recomendável adotar um número ímpar para evitar que opiniões neutras ou a ausência de opinião sejam ignoradas.

Outro aspecto relevante é que todas as questões devem estar dispostas de forma a seguirem uma única direção na escala Likert, ou seja, as variações do menor ao maior valor devem representar um continuum crescente.

É fundamental considerar a relação entre a escala em si e os testes estatísticos, pois a definição do número de itens terá um impacto direto nos testes que serão conduzidos. Uma escala com muitos pontos pode prejudicar a realização de inferências estatísticas, resultando em uma dispersão entre os respondentes (Viswanathan; Sudman e Johnson, 2004). De acordo com Bock (1972), que defende essa abordagem, os testes, de maneira geral, apresentam melhores resultados quando utilizam escalas mais reduzidas.

Conforme mencionado no terceiro capítulo da obra de Cardoso (2015), destaca-se a utilização de questionários como um dos métodos mais apropriados para a coleta de atitudes. Isso se deve ao fato de que, por meio dessa abordagem, é possível obter respostas claras e espontâneas, sem comprometer o conteúdo das respostas que seriam obtidas por meio de outros instrumentos de teste.

Neste estudo, o questionário empregado foi desenvolvido utilizando-se o modelo metodológico conhecido como Escala Likert, que também é reconhecida como Escala de julgamento Likert. Conforme mencionado por Cunha (2007), a construção da escala de Likert requer, em primeiro lugar, a elaboração de uma lista de opiniões relacionadas ao tema de estudo, abrangendo tanto aspectos positivos como negativos. É essencial assegurar uma abrangência que cubra todos os pontos de vista associados ao assunto em questão. Com base nessa lista, são definidas as afirmações a serem incluídas no questionário.

No processo de desenvolvimento do questionário, é crucial considerar que os dados obtidos através da escala de Likert são tipicamente classificados como ordinais. Isso significa que as opções de resposta possuem uma determinada ordem, mas que os números em si não

possuem um significado absoluto. É importante ressaltar que, em uma escala de 1-5, por exemplo, com as opções de resposta sendo “discordo”, “discordo plenamente”, “neutro”, “concordo” e “concordo plenamente”, a escolha de “concordo” (pontuação 4) não indica que a concordância é o dobro em relação à escolha de “discordo” (pontuação 2). Portanto, os números atribuídos às respostas não possuem um significado intrínseco, sendo relevante apenas a posição final na escala de concordância (Vanek, 2012).

A fim de garantir a validade e confiabilidade de uma ferramenta, é fundamental prestar atenção em detalhes que podem ser cruciais. De acordo com McLlelland (1976) há algumas considerações importantes, são elas:

- 1) É essencial explicar ao correspondente o significado dos valores na Escala de Likert. Por exemplo, uma escala de 1 a 7 pode representar desde “péssimo” até “muito bom” ou vice-versa. É importante disponibilizar uma legenda que possa esclarecer a intenção para o respondente;
- 2) Ao utilizar diferentes itens, é recomendado utilizar as mesmas palavras, mantendo uma escala unipolar e variando apenas as extremidades. Por exemplo, é preferível utilizar uma escala de “extremamente interessado a pouco interessado” ao invés de “extremamente interessado a desinteressado”;
- 3) As opções em uma escala devem ter distâncias iguais entre si, a fim de tornar a escala clara e menos ambígua;
- 4) Ser direto na formulação das perguntas economiza tempo para os respondentes e confere veracidade aos dados coletados. Por exemplo, se houver um item “satisfeito”, não é necessário fazer perguntas adicionais;
- 5) Evitar afirmações na formulação das perguntas, pois os respondentes têm uma tendência a concordar. Fazer perguntas sempre que possível ajuda a garantir a qualidade e autenticidade dos dados coletados.

A questão da escala Likert é discutida quando se busca determinar a escolha apropriada para a mensuração dos dados. Segundo Poynter (2010), os dados podem ser tratados utilizando uma escala de intervalo (por exemplo, 1, 2, 3) ou uma escala ordinal (1º, 2º, 3º). No caso de dados provenientes de itens do tipo Likert, se a escala for de intervalo, é necessário que o pesquisador estabeleça se a diferença entre “concordo” e “discordo” é exatamente duas vezes maior do que a diferença entre “discordo totalmente” e “discordo”. Por outro lado, se a escala for ordinal, a diferença numérica entre “discordo totalmente” e

“discordo” deve ser a mesma que entre “concordo” e “não concordo, nem discordo”. Em outras palavras, a escala seria definida entre “não aceito” (discordo totalmente, discordo) e “aceito” (concordo totalmente e concordo). Se os dados forem de natureza ordinal, é possível identificá-los por meio da mediana, moda ou porcentagem, sendo o cálculo do desvio padrão não aplicável.

Para Oliveira e Sá (2013) a avaliação da aceitabilidade desempenha um papel fundamental nas pesquisas linguísticas. A falta de congruência entre o uso efetivo da linguagem e o conhecimento linguístico impede a fácil percepção e compreensão de muitos fenômenos. Portanto, a realização de experimentos que envolvam a exposição dos indivíduos aos estímulos linguísticos em questão é considerada uma abordagem prática para verificar se uma determinada construção gramatical está presente na gramática de um grupo específico.

O experimento de avaliação de aceitabilidade é frequentemente empregado com a finalidade de validar termos e enunciados para estudos adicionais (Moraes *et. al.*, 2016). Desse modo, ele desempenha um papel fundamental na aferição da correspondência dos estímulos linguísticos selecionados às características desejadas, ao mesmo tempo em que verifica se tais escolhas não se encontram enviesadas ou equivocadas por parte dos pesquisadores.

Diante do exposto, é de suma importância mencionarmos agora o formato de nosso instrumento de coleta de dados. Primeiramente, reafirmamos que o instrumento terá como finalidade aferir as atitudes dos nossos informantes acerca dos padrões de concordância verbal, como, por exemplo, “Eu vou ao cinema” / “Muitas pessoas vieram do Brasil nesta semana” e, conseqüentemente, sobre os seus contrapontos, a saber: “A gente vamos ao cinema”/ “Muitas pessoas veio do Brasil nesta semana” – 1PS/1PP e 3PS/3PP em que o verbo ficará de acordo com o sujeito em pessoa e número ou não. Para realizar a avaliação dessas atitudes, foi adotada a escala Likert com cinco pontos, nesta pesquisa, por ser considerada adequada às necessidades do estudo (*Cf.* Apêndice C). Cada ponto nessa escala foi atribuído a características específicas. As respostas classificadas como 1 e 2 foram consideradas como atitudes negativas, enquanto as respostas classificadas como 3 foram interpretadas como neutras, ou seja, capazes de anular a questão em caso de não aplicação, indecisão do respondente ou indiferença em relação à forma. Por outro lado, as respostas classificadas como 4 e 5 foram consideradas como atitudes positivas.

Do ponto de vista metodológico, é essencial enfatizarmos que, para este estudo, estabelecemos uma hierarquia dos níveis da escala. Essa hierarquia é baseada no fato de que certos elementos linguísticos, mais especificamente o grau superlativo, tanto analítico quanto

sintético, têm a capacidade de intensificar as características atribuídas ao substantivo através do adjetivo que o acompanha. Portanto, nos níveis correspondentes às atitudes positivas, a opção 1, que apresenta um superlativo analítico (por exemplo, muito desagradável), é sempre mais negativa do que a posição 2, sem o superlativo (por exemplo, desagradável). Por outro lado, no caso dos níveis positivos, a opção 5, com superlativo (por exemplo, muito agradável), é sempre mais positiva do que o nível 4 (por exemplo, agradável).

Apesar das conotações positivas associadas aos dois pontos mencionados, é imperativo mantermos a devida consideração desses dados, tendo em vista que tais resultados destacam o perfil sociolinguístico da comunidade sujeita à análise pelos pesquisadores.

Ademais, cabe ressaltarmos que foram utilizados distratores, sentenças que não constituíam o objeto principal de nossa análise e, portanto, não foram contempladas. No entanto, tais elementos foram de extrema importância para a formação de nosso corpus, uma vez que ajudaram a evitar qualquer tendência do informante em falsear os dados, ao identificar o enfoque central da pesquisa.

6.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO DO PARTICIPANTE DA AMOSTRA

A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de investigação a nível universitário¹⁰⁴.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, artigo 30.º)

Os corpora da pesquisa seguirão os seguintes critérios de inclusão do material (dados de crenças e de atitudes de um mesmo falante) na análise: 1 – sexo/gênero (masculino, feminino, homossexual, intersexual e transexual); 2 – estudantes que estejam cursando os primeiros e últimos períodos dos cursos da UNILAB-CE; 3 – estudantes guineenses dos cursos de licenciatura (exceto o curso de Letras) e estudantes dos cursos de bacharelado.

Não será levado em consideração, o material que não atendam às variáveis descritas no item de inclusão do corpus selecionado, dessa forma os impedindo de realizar a pesquisa, uma vez que não possuem um perfil linguístico que realize os fenômenos preteridos nos dados de crenças e de atitudes linguísticas sobre os padrões de concordância verbal coletados.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, G. M. **Declaração dos Direitos Linguísticos**. São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; Florianópolis: IPOL – Instituto de investigação e desenvolvimento em Políticas Linguísticas, 2003.

6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

[...] um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito. (Fanon, 2008, p. 34).

O tipo de amostra que delineará nosso estudo é probabilístico que se baseia nas leis da regularidade estatística, dos grandes números, da inércia dos grandes números e da permanência dos pequenos números (Gil, 2019). No tocante à amostra dos dados será constituída de 80 produções em estudo, sendo 40 (quarenta) testes de crenças e 40 (quarenta) testes de atitudes. Esse número será composto por 40 (quarenta) candidatos guineenses (20 do sexo masculino e 20 do sexo feminino), abrangendo informantes dos cursos de licenciatura e de bacharelado da instituição de ensino superior e considerando as diferentes áreas do conhecimento.

A amostra de atitudes linguísticas será coletada por meio de um questionário/teste off line (não-cronométrico) a ser disponibilizado aos participantes-colaboradores dessa pesquisa. O questionário para as entrevistas foi baseado na proposta de Cardoso (2015) sobre “Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros”, com base em critérios próprios de pesquisas dessa natureza, adaptados à realidade sociolinguística e cultural das comunidades de fala investigadas, com perguntas específicas para avaliar atitudes linguísticas em relação às línguas em contato de cada país e aos seus falantes. Do ponto de vista sociolinguístico, as atitudes linguísticas constituem o repertório do falante.

Já a amostra de crenças linguísticas versou sobre concepções variacionistas em relação às variedades do PE, PB e do PGB. Tal escolha se justifica devido aos critérios linguísticos e extralinguísticos elencados nesta tese, em especial, a questão do contato linguístico dos falantes guineense com a variedade europeia e a interferência do PB devido ao tempo de permanência desses estudantes na universidade brasileira. Ressaltamos que o PGB, de acordo com a literatura, é fruto de intenso contato com as línguas nacionais, assumindo estatuto de L2 ou de L3 na vivência desses falantes.

No quadro 6, mostramos o perfil dos informantes de forma detalhada. Apontamos dados como sexo/gênero, curso de graduação inclusive o período, a língua materna, as línguas que fala, entre outros que, de algum modo, julgamos poder influenciar na construção da análise.

Quadro 7 – Perfil dos informantes

Infomante	Sexo	Idade	Curso da Graduação	Período do Curso	Língua Materna	Língua(s) que fala	Cidade da GB
01	Masculino	29	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Manjaco, Mancanha, Pepel, Português e Guineense	Bissau
02	Masculino	23	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Guineense, Fula e Português	Bissau
03	Masculino	21	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Guineense, Pepel e Português	Bissau
04	Masculino	35	Humanidades	6º	Balanta	Guineense, Manjaco, Português e Fula	Bissau
05	Masculino	22	Humanidades	6º	Bigajós	Guineense, Português e Pepel	Bafatá
06	Masculino	19	Pedagogia	3º	Nalu	Guineense, Português, Fula	Catió
07	Masculino	18	Enfermagem	7º	Nalu	Guineense, Português, Pepel	Catió
08	Masculino	27	Enfermagem	7º	Nalu	Guineense, Português	Catió
09	Masculino	34	Enfermagem	7º	Bigajós	Guineense, Português, Fula	Bafatá
10	Masculino	38	Enfermagem	7º	Bigajós	Guineense, Português	Bafatá
11	Masculino	32	Humanidades	6º	Balanta	Guineense, Português, Pepel	Bissau
12	Masculino	23	Humanidades	6º	Bigajós	Guineense, Português	Bafatá
13	Masculino	25	Humanidades	6º	Bigajós	Guineense, Português, Fula, Pepel	Bafatá
14	Masculino	25	Engenharia de Energias	2º	Bigajós	Guineense, Português	Bafatá
15	Masculino	25	Engenharia de Energias	2º	Nalu	Guineense, Português, Manjaco	Catió
16	Masculino	27	Engenharia de Energias	2º	Nalu	Guineense, Português	Catió
17	Masculino	28	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
18	Masculino	29	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
19	Masculino	36	Engenharia de Energias	2º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
20	Masculino	28	Enfermagem	7º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
21	Feminino	22	Enfermagem	7º	Balanta	Português, Guineense	Bissau
22	Feminino	24	Enfermagem	7º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
23	Feminino	20	Enfermagem	7º	Balanta	Português	Bissau

						Guineense,	
24	Feminino	19	Pedagogia	3º	Pepel	Português, Guineense	Bissau
25	Feminino	35	Pedagogia	3º	Pepel	Guineense, Português	Bissau
26	Feminino	33	Pedagogia	3º	Pepel	Português Guineense	Bissau
27	Feminino	36	Pedagogia	3º	Fula	Guineense, Português	Bissau
28	Feminino	23	Pedagogia	3º	Pepel	Guineense, Português	Bissau
29	Feminino	22	Humanidades	6º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
30	Feminino	21	Humanidades	6º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
31	Feminino	20	Enfermagem	7º	Balanta	Guineense, Português	Bissau
32	Feminino	27	Enfermagem	7º	Pepel	Português Guineense	Bissau
33	Feminino	29	Enfermagem	7º	Pepel	Português Guineense	Bissau
34	Feminino	20	Pedagogia	3º	Fula	Português Guineense	Bissau
35	Feminino	21	Pedagogia	3º	Fula	Português Guineense	Bissau
36	Feminino	22	Pedagogia	3º	Pepel	Português Guineense	Bissau
37	Feminino	25	Pedagogia	3º	Balanta	Português Guineense	Bissau
38	Feminino	28	Pedagogia	3º	Balanta	Português Guineense	Bissau
39	Feminino	29	Pedagogia	3º	Balanta	Português Guineense	Bissau
40	Feminino	26	Pedagogia	3º	Balanta	Português Guineense	Bissau

Fonte: Autora desta pesquisa.

Dessa forma, guineenses constituirão, juntamente ao perfil das variedades do português africano, possibilitará a observação das atitudes linguísticas, que podem ser mais veladas, outras explícitas, poderão ainda se manifestar por meio dos grupos e sua diversidade multilíngue e cultural. Realizada a descrição da amostra de participantes dessa pesquisa, a seguir, apresentaremos os critérios de inclusão e exclusão. Para Cardoso (2015) a possibilidade de análise não apenas da variação, mas também da compreensão de como o falante se comporta em relação ao que se fala e escuta da língua é um dos pontos de pertinência para os estudos sociolinguísticos.

Conforme a autora (2015, p. 29), o questionário utilizado em seu estudo sobre as reações subjetivas de arcajuanos teve como ponto de partida “uma adaptação da técnica do

diferencial semântico de Osgood (1963), mas com uma escala de seis espaços, semelhantes à utilizada por Wolck (1973), na pesquisa sobre as atitudes em relação ao espanhol e o quécha no Peru”.

Em nossa pesquisa sobre atitudes subjetivas diante de padrões de concordância verbal realizamos adaptações na disposição da escala. A alteração foi justificada pela praticidade de visualização e marcação da opção correspondente à escolha dos informantes, bem como na possibilidade otimizar o tempo de entrevista, evitando retorno às páginas iniciais.

6.4.1 Recrutamento dos participantes

Mediante a aprovação do nosso projeto de tese pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, realizamos o recrutamento dos informantes de nossa pesquisa na UNILAB conforme as seguintes etapas:

- (a) Contato com a coordenação dos cursos de graduação para autorização da pesquisa e envio dos formulários virtuais;
- (b) Envio do formulário (Google docs), Carta de Apresentação e do Termo de Consentimento Esclarecido para a coordenação dos cursos para que sejam destinados às turmas dos potenciais informantes, seguida de um convite à participação no estudo;
- (c) Assinatura virtual do Termo de Consentimento em formulário (Google Forms) que será enviado juntamente com os formulários de crenças e atitudes linguísticas.
- (d) Aplicação do questionário de crenças e de atitudes linguísticas sob viés dos padrões de concordância.

Os informantes recrutados na UNILAB que estavam aptos a integrar a pesquisa atenderam devidamente todos os três critérios abaixo:

- (a) Ser aluno regular dos cursos de licenciatura e de bacharelado da UNILAB;
- (b) Estar cursando os primeiros e os últimos períodos;
- (c) Ser guineense.

Por isso, nosso propósito, para o informante, é captar as suas crenças e atitudes acerca dos valores socioculturais que permeiam a comunidade no tocante às variedades linguísticas do português (africana, brasileira e europeia). Assim, almejamos evidenciar as possíveis interferências das línguas nativas de Guiné Bissau (o crioulo guineense, L1 dos falantes), no PGB, visto que essa variedade do português constitui a L2 adquirida nesse país. Compreendemos também que a língua é um desses valores (Freitag, 2017). Dessa forma,

discutir de forma descritiva a gramática do PGB a partir dos padrões de concordância verbal de primeira e de terceira pessoa do plural em relação ao condicionamento dos fatores linguísticos e extralinguísticos para que possamos extrair o “reflexo sobre a marca sociolinguística do grupo estudado” (Tarallo, 1990, p.28).

Ressaltamos que o anonimato dos participantes será mantido tanto na pesquisa documental quanto nos dados gerados pelos questionários, entrevistas e produção escrita que serão referendados pelas seguintes siglas: (M) para mulheres e (H) para homens; quanto aos períodos dos cursos, teremos (5) para primeiros períodos e (6) para últimos períodos. Por exemplo, a sigla M1GB5¹⁰⁵ se refere à informante mulher 1, guineense, dos primeiros períodos.

6.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E VARIÁVEIS

Nesta subseção trataremos dos procedimentos utilizados para a realização da análise e suas respectivas variáveis adotadas para este estudo. No entanto, antes disso faremos mais uma breve contextualização para reiterarmos o contexto de nossa pesquisa.

O nosso contexto de pesquisa é a UNILAB-CE, devido seu terreno multilíngue e pluriétnico, o que oportuniza um rico celeiro de possibilidades de estudos linguísticos. Além disso, é a porta de entrada de estudantes guineenses no Brasil. Não podíamos deixar de mencionarmos que ao trabalharmos com a coleta de dados durante a nossa pesquisa de mestrado (*Cf.* Malta, 2019) na UNILAB-CE, me permitiu como pesquisadora realizar uma intensa observação do contexto universitário e foi também esse o fato que gerou interesse por continuar estudando outros fenômenos linguísticos da comunidade, em especial, da comunidade de estudantes guineenses.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representa uma instituição pública federal de ensino superior, localizada na região Nordeste do Brasil. A universidade é composta por quatro campus, sendo três deles situados no estado do Ceará, especificamente na microrregião conhecida como Maciço de Baturité, nas cidades de Redenção e Acarape. O quarto campus está localizado no estado da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde. Os campus são identificados como segue: (1) o Campus da Liberdade, que foi o primeiro a ser construído e, por muito tempo, considerado o principal

¹⁰⁵ Código de identificação dos informantes baseado em Malta (2019).

centro para atividades de ensino, pesquisa e extensão; atualmente, desempenha principalmente funções administrativas, embora ainda mantenha algumas atividades acadêmicas. (2) O Campus das Auroras, é exclusivamente dedicado a atividades acadêmicas e está localizado em Redenção-CE, a 56 km de Fortaleza, a capital cearense. (3) O Campus dos Palmares, também destinado exclusivamente a atividades acadêmicas, está situado em Acarape-CE, a 54 km de Fortaleza. (4) O Campus de São Francisco do Conde, localizado na região do recôncavo baiano, na cidade de mesmo nome, encontra-se a 67 km da capital Salvador.

A trajetória da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) teve início em outubro de 2008 com a criação da Comissão de Implantação, encarregada de realizar levantamentos e estudos voltados para as questões comuns aos países parceiros do continente africano. Esse processo analítico demandou aproximadamente dois anos para sua conclusão. Em 20 de julho de 2010, a Lei nº 12.289/2010 foi sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, formalizando a criação da universidade.

A UNILAB, concebida como uma iniciativa de reparação dos danos históricos infligidos ao povo africano, com impactos significativos no desenvolvimento social e econômico do Brasil, visa promover a integração de diversas nacionalidades que compartilham a Língua Portuguesa no continente africano, estendendo-se até o território do Timor Leste, na Ásia. Apesar de sua juventude enquanto instituição, a universidade já logrou formar um considerável contingente de profissionais, totalizando 910⁹, que se dispersaram pelo Brasil e outras partes do mundo.

É pertinente destacarmos o papel significativo do movimento negro na instauração desta instituição de cunho “popular”, visando assegurar o acesso universal. Dessa forma, surge a proposta de internacionalização e interiorização do projeto UNILAB, com sua sede estabelecida no município de Redenção, no estado do Ceará. Importa mencionarmos, ainda, que esse município possui em sua história o marco de ter sido o primeiro a libertar os escravizados.

Para que fosse possível realizar esta pesquisa de caráter quanti-qualitativo, foi necessário configurar a composição da amostra. Por se tratar de ambiente universitário, uma série de fatores precisou ser levada em consideração e respeitada, tanto em virtude do formato virtual para a coleta de dados como pelo horário disponibilizado, e também pelo perfil de informantes selecionados (*Cf.* itens 5.3 e 5.4).

Ainda sobre os instrumentos de coleta, utilizamos os Questionários Quantitativo e Qualitativos de Atitudes, que objetivaram averiguar as atitudes linguísticas dos informantes

relativas, bem como suas crenças. Para essa etapa, utilizamos dois tipos de protocolos. Um diz respeito à abordagem indireta de medição de atitudes, chamado por Labov (2008) de teste de reação subjetiva, a partir da qual os informantes são levados a avaliar os dialetos atribuindo valores relativos à personalidade dos informantes. Trata-se da técnica *matched guise test* proposta por Lambert e Lambert (1972). O outro protocolo diz respeito à abordagem direta, em que se fazem perguntas diretas aos informantes sobre as variedades do PE, PB e do PGB para analisar atitudes que possam emergir a partir de suas crenças e seus valores acerca das sentenças avaliadas.

Pensando em abordar as questões pertinentes às impressões dos estudantes guineenses desse contexto multilíngue, elaboramos uma ficha social com perguntas sobre os usos das línguas desses falantes, sobre as importâncias atribuídas a cada uma delas, sua vida escolar, dentre outras questões. A coleta dos dados deu-se em forma de entrevista semiestruturada via formulário off-line Google Forms. Portanto corroboramos com a ideia de que a entrevista, conforme aponta Lüdke (2008, p.33) “representa um instrumento básico para a coleta de dados, essa técnica permite a captação imediata da informação desejada pelo pesquisador”.

Os dados foram armazenados em mídia digital, ficando sob minha inteira responsabilidade e análise e da minha professora orientadora da pesquisa.

Os estudantes guineenses também tiveram acesso via formulário virtual, como todos tinham mais de dezoito anos, à assinatura Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram novamente informados sobre os objetivos da pesquisa.

Cada questionário (crenças e atitudes) durou cerca de 30 a 35 minutos, a partir do momento em que as perguntas e respostas passaram a ser registradas, não contabilizando as orientações prévias com cada estudante para esclarecimentos de possíveis dúvidas e encaminhamento das abordagens em anexo ao formulário virtual.

Por fim, é importante salientarmos de acordo com Chambers (1996) que a avaliação subjetiva possui duas dimensões distintas, conforme denotado pelo autor como “orientação para o prestígio” e “orientação para a solidariedade”. A primeira dimensão abarca características como inteligência, educação, ambição, riqueza, sucesso e conquista, sendo que os avaliadores tendem a atribuir notas mais elevadas aos falantes da variedade padrão nesse quesito. Já a segunda dimensão, denominada “orientada para a solidariedade”, abrange atributos como gentileza, amabilidade, amizade, bondade e confiança, nos quais os sujeitos avaliadores tendem a conferir notas mais altas aos falantes de variedades não padrão em sua avaliação.

Além disso, durante o doutorado, será possível dar continuidade das pesquisas anteriores (Cf. Malta, 2019; Oliveira, 2019; Brandão & Vieira, 2012; Vieira & Brandão, 2014; Pisurno, 2017; Araújo, 2016; Araújo & Lucchesi, 2016) ao abordar a concordância como produtivo tema para a interpretação do estatuto das variedades do Português na formulação dos contínuas mediante a descrição linguística, nos permitirá aferir, com base no aporte da Sociolinguística laboviana, os padrões linguísticos de natureza morfossintática. Sendo assim, os temas relacionados às crenças e atitudes linguísticas, línguas em contato e variação linguística. Dessa forma, procuramos atender uma agenda de estudos no âmbito da Variação e mudança linguísticas que se mostra pertinente e necessária para compreensão dos desafios de uma língua pluricêntrica como o Português no século XXI ¹⁰⁶(Faraco, 2021).

6.5.1 Estudo de crenças: procedimentos e variáveis

As crenças são socialmente construídas e situadas contextualmente, pois, ao mesmo tempo em que as pessoas interagem e modificam suas experiências são, também, modificadas por elas; assim, as crenças incorporam as perspectivas sociais, pois nascem no contexto da interação e na relação com os grupos sociais. (Razky; Gusmão, 2019, p. 179)

O instrumento empregado na coleta de dados para compor nosso corpus de crença linguística foi o instrumento questionário. Tal teste foi constituído com base em método direto, ou seja, com perguntas diretas, do tipo de resposta de “SIM” ou “NÃO”. As adaptações realizadas consideraram nossos objetivos de pesquisa, particularidades do contexto em estudo e os métodos de coleta de dados empregados por Labov (2008 [1972]) e Cardoso (2015) em suas pesquisas voltadas para análise de atitudes linguísticas.

Nosso questionário¹⁰⁷ composto por perguntas objetivas foi elaborado a fim de observarmos as crenças que os nossos informantes possuem sobre a forma aqui selecionada para análise (ex.: Eu vou ao cinema” / “Muitas pessoas vieram do Brasil nesta semana” e, conseqüentemente, sobre os seus contrapontos, a saber: “A gente vamos ao cinema”/ “Muitas

¹⁰⁶ FARACO, C. A. Português: Os desafios de uma língua pluricêntrica. Conferência de Abertura do Simpósio Virtual I Conecta Leitores. Idealizado por leitores do Programa Leitorado (DCLP - Ministério das Relações Exteriores) e apoiado pela da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), [s.l., s.n.], 2021. 1 vídeo (1h 54 min 45s). Publicado pelo FACEBOOK-https://m.facebook.com/watch/?v=420417062715705&_rdr Acesso em 12NOV2021.

¹⁰⁷ Neste contexto multilíngue, e diante da complexidade e dinamicidade dos aspectos sociais, culturais e econômicos, o teste de crenças linguísticas deve considerar os elementos que realçam as características relacionadas ao prestígio e aos estigmas dos diferentes grupos étnicos nas comunidades (rural-urbana), e que conduzem a certas atitudes e comportamentos.

pessoas veio do Brasil nesta semana” – 1PS/1PP e 3PS/3PP em que o verbo ficará de acordo com o sujeito em pessoa e número ou não), sem perdermos de vista as formas acobertadas pela tradição gramatical, para fins comparativos.

De acordo com a proposição de Barcelos (2004), as pesquisas sobre crenças linguísticas abrangem três distintas abordagens. No âmbito desse estudo em particular, adotamos como fundamento metodológico e teórico a terceira abordagem, na qual há uma ênfase no contexto em que os indivíduos estão inseridos, pois acreditamos que fatores externos podem influenciar a formação de determinadas crenças linguísticas. Nesse sentido, é recomendável que os testes sejam imparciais em relação a qualquer influência por parte dos pesquisadores, divergindo, portanto, das outras duas abordagens mencionadas pela autora, nas quais o foco está nas necessidades de conhecimento dos sujeitos, e não no que eles realmente sabem, pensam ou acreditam.

Para a formulação das crenças expostas do quadro abaixo, fizemos algumas perguntas sobre a variante a estudantes guineenses membros da UNILAB-CE, a fim de que tivéssemos uma base para tal. Assim, por exemplo, a crença à valorização da língua portuguesa, principalmente a variedade de Portugal (Rubio; Cá, 2019). Contudo não se pode negar que “a língua guineense tem seu prestígio local assegurado pela superioridade demográfica em relação às outras línguas” (Petter, 2015, p. 72).

O quadro que segue traz assertivas que formaram nosso teste para a aferição das de nossos informantes:

Quadro 8 – Questionário de perguntas objetivas para obtenção dos dados de crenças dos informantes desta pesquisa

CRENÇAS	SIM	NÃO
Guiné Bissau é um país multilíngue.		
O português é uma das línguas de Guiné Bissau.		
Existe um português brasileiro, mas não existe um português guineense.		
Em Guiné Bissau, os falantes com escolaridade superior completa usam a norma do português europeu só na escrita.		
Considerando as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, pode-se afirmar que existe um português guineense.		
Em Guiné Bissau, a norma do português europeu é a mais usada pelos falantes com escolaridade superior completa.		

Considero as características gramaticais do português guineense plenamente aceitáveis.		
Nos meios de comunicação (rádio e televisão) de Guiné Bissau, o português que se usa afasta-se da norma do português europeu.		
Considero o português guineense uma variedade distinta do português europeu e do português brasileiro.		
Para me comunicar, é indiferente usar o português guineense, o português europeu ou o português brasileiro.		
A norma do português europeu deve ser adaptada ao contexto guineense.		
Para mim, falar “A Bankada Andorinha desde o ano lectivo de 2011-2015 TEM estado envolvida numa campanha da alfabetização” está errado.		
Para mim, falar “A Bankada Andorinha desde o ano lectivo de 2011-2015 TEMOS estado envolvidos numa campanha da alfabetização” está errado.		
Colocar o verbo no singular antes de sujeito no plural (ex: Bonequinhas era figuras de acção) é algo exclusivo de pessoas que não tem o português como LM.		
Quando um falante do português guineense + termos no feminino utilizam esse tipo de construção (ex: A parte da família de meu pai também são doutra religião), eles podem ter intenções discriminatórias.		
Não falantes do Português Guineense + termos no masculino também podem realizar construções como “São situações que nós encontramos que também contribui para o desemprego” sem seu pertencimento à sua comunidade seja questionado por falantes da comunidade que fala o PGB.		
Falante do Português Guineense + Ordem VS (ex: Está quase todos) pode ser visto como erro da norma.		
Falante do PGB + em relativa completiva (ex: Aquelas regalias que pode dar) pode ser visto como normativo (isto é, aquele que segue o padrão da comunidade e gênero imposto pela sociedade, por isso, precisam em agir como tal.		
Quem utiliza construções, como por exemplo, “Os pais têm que ter muito cuidado para quando estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em contexto formal.		
Quem falar “Aparece alunos todos os dias” é uma pessoa que desrespeita a		

língua portuguesa em Guiné Bissau.		
Construções linguísticas como “São uns bichos que é apanhado nas árvores” são mais comuns na fala de pessoas de classe média a classe média-baixa.		
Construções linguísticas como “São uns bichos que é apanhado nas árvores” são mais comuns na fala de pessoas de classe média a classe média-alta.		
Construções linguísticas como “São uns bichos que é apanhado nas árvores” são mais comuns na fala de pessoas de classe alta.		
Quem fala “Foi mandado encerrar os postos escolares e as escolas” pode ser vítima de preconceito.		
Quem fala “Foram mandado encerrar os postos escolares e as escolas” pode ser vítima de preconceito.		
Quem fala “Fomos mandado encerrar os postos escolares e as escolas” pode ser vítima de preconceito.		
Uma mulher que fala “Aconteceu casos engraçados” pode sofrer mais discriminação do que um homem que realiza a mesma construção.		
Um homem que fala “Aconteceu casos engraçados” pode sofrer mais discriminação do que uma mulher que realiza a mesma construção.		

Fonte: Autora desta pesquisa (2021)

Conforme evidenciado na apresentação do quadro acima, nosso objetivo é não apenas examinar as afirmações relacionadas às variantes observadas, mas também investigar as crenças dos nossos informantes em relação aos usuários dessas variantes, com base na literatura que indica que tanto os objetos sociais quanto seus usuários são alvos de julgamento por parte de exogrupos. Neste questionário, o participante apenas precisaria assinalar uma das duas opções de SIM ou NÃO, a depender da crença a ser exposta.

6.5.2 Estudo de atitudes linguísticas: procedimentos e variáveis

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário de elicitación de atitudes (Cardoso, 2015), constituído por tarefas de atribuição de características atribuídas a

sentenças. No dizer de Gil (2019, p. 13 -14) a atitude “refere-se à predisposição dos indivíduos para se comportar ou reagir de determinada forma em relação a outras pessoas, objetos ou situações específicas. É considerado por muitos autores, como o mais importante no campo da Psicologia Social”. Antes de ser levado a público, o questionário passou por uma etapa de pré-teste, em que foram validadas algumas características de sua estruturação – como a escolha das sentenças e a disposição dos informantes para responder até o fim –, bem como a relevância de alguns dos estímulos elaborados frente à capacidade de avaliação dos padrões de concordância verbal.

Após a fase piloto, realizada com um grupo fechado, o questionário foi aplicado, agora de forma aberta, a juízes que se identificassem como estudantes guineenses da UNILAB-CE. Tal escolha foi motivada pelo modo de veiculação do questionário: por meio da internet. O link para registro de respostas foi publicado pela pesquisadora e encaminhado por email para os coordenadores dos cursos de graduação desta IES com pedido de divulgação da pesquisa. O efeito esperado era o de compartilhamento do questionário – por aqueles que recebessem o convite e registrassem suas respostas – com outros guineenses colegas de universidade.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 30 de março e 30 de abril de 2023, por meio da ferramenta eletrônica Google Forms. A escolha dessa ferramenta é justificada pelos seguintes fatores: 1. os formatos de perguntas disponíveis atendem àqueles planejados para esta pesquisa. 2. os questionários gerados são bem adaptados para dispositivos móveis, como celulares e tablets, e 3. não há limite de respostas na versão gratuita da plataforma.

Ressaltamos que a seleção das frases que foram tomadas como objeto de análise da avaliação subjetiva dos falantes guineenses, considerou critérios como: a escolha por contextos de variedades do português, preferencialmente, ainda não pesquisada em estudos sobre atitudes linguísticas e os padrões de concordância verbal que representassem as três variedades: PB, PE e PGB. Dessa forma, será utilizada uma frase com contextos frasais apresentados a partir de estudos linguísticos (*Cf.* Vieira e Brandão 2012; Mota; Miguel; Mendes, 2012; Silva, 2018) para categoria.

As perguntas do questionário somam um total de 69 (*Cf.* Apêndice C), categorizadas em dois tipos: i) 59 perguntas fechadas com apenas uma possibilidade de resposta numa escala de 1 a 5; ii) 10 perguntas, igualmente fechadas, com várias possibilidades de resposta, todas elas numa escala de 1 à 5 com resposta obrigatória para todas. Estas perguntas foram distribuídas por 3 partes do questionário, consoante os diferentes objetivos pretendidos:

- **Parte A** – Perfil Social e demográfico do inquirido, composto por 19

perguntas que visam definir o perfil do informante como falante do português, bem como aspectos relacionados com as línguas de contato e o nível de proficiência. Vejamos o quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco I

<p style="text-align: center;">TESTE DE ATITUDES LINGUÍSTICAS</p> <p>Este questionário tem como objetivo verificar seus julgamentos acerca de padrões de concordância verbal no PGB. As informações adquiridas, através deste questionário, serão utilizadas no trabalho “AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE ESTUDANTES GUINEENSES DA UNILAB-CE SOBRE OS PARÔES DE CONCORDÂNCIA VERBAL”, que tem como pesquisadora principal a doutoranda Daniela Paula de Lima Nunes Malta (PPGL-UFPE) sob orientação da Profª Drª Cláudia Roberta Tavares Silva (PPGL-UFPE).</p> <p style="text-align: center;">BLOCO I</p> <p>1. INFORMANTE: _____</p> <p>2. PAÍS DE ORIGEM: _____</p> <p>3. CIDADE DE NASCIMENTO: _____</p> <p>4. REGIÃO DE NASCIMENTO: _____</p> <p>5. CIDADE DE MORADIA: _____</p> <p>() meio urbano () meio rural</p> <p>6. Quantos anos viveu no meio rural? _____</p> <p>7. Quantos anos viveu no meio urbano? _____</p> <p>8. SEXO: () Masculino () Feminino</p> <p>9. FAIXA ETÁRIA: () 18 a 35 anos () 36 a 55 anos () 56 a 75anos</p> <p>10. NÍVEL DE INSTRUÇÃO: _____</p> <p>() Três períodos iniciais () Três períodos finais</p> <p>11. O Ensino Médio foi concluído em () escola pública () escola privada</p> <p>12. CURSO:</p> <p>Administração pública ()</p> <p>Agronomia ()</p> <p>Antropologia ()</p> <p>Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades ()</p> <p>Ciências Biológicas – Licenciatura ()</p> <p>Ciências Sociais ()</p>
--

- Enfermagem ()
 Engenharia de Computação ()
 Engenharia de Energias ()
 Farmácia ()
 Física ()
 História ()
 Matemática – Licenciatura ()
 Pedagogia – Licenciatura ()
 Química – Licenciatura ()
 Sociologia – Licenciatura ()
 Relações internacionais ()
 13. PORTUGUÊS: () primeira língua/LM () segunda língua/ L2 () bilíngüe
 14. Em que língua aprendeu a falar?
 15. IDADE DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS: _____
 16. Com quem adquiriu o Português?
 () em casa () na escola () com amigos
 17. LÍNGUA(S) NACIONAL(IS): _____
 18. LÍNGUA(S) DOMINADA(S): _____
 () fala apenas Português
 () fala Português e apenas compreende um pouco as línguas locais
 () é fluente em Português e uma (ou mais) línguas locais
 () usa o Português somente em casos de necessidade
 19. NÍVEL DE FALA DO PORTUGUÊS:
 () Escreve bem
 () Razoável
 () Pouco
 () Mal
 () Péssimo

Fonte: Autora desta pesquisa (2022)

- **Parte B** – Atitudes linguísticas da variação social, composto por 40 perguntas que visam definir as atitudes dos informantes relativamente a aspetos sociais, como estrato social, estereótipos e estigmas sociais, relacionados com variedades do PE, PB e do PGB (padrão e não padrão). Assim, evidenciando sua experiência como falante do português, bem como visam definir as atitudes dos falantes quanto aos seguintes atributos: agradabilidade, compreensão e diferença de diferentes variedades geográficas dessas respectivas variedades. A seguir o quadro 10 constitui as questões referente ao bloco II:

Quadro 10 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco II**BLOCO II**

A partir de sua experiência como falante do português, seguem algumas perguntas a serem respondidas:

1. O português de Guiné Bissau é:
Bonito __ : __ : __ : __ : __ feio
2. Em comparação ao português brasileiro, o português de Guiné Bissau é:
Bonito __ : __ : __ : __ : __ feio
3. Em comparação à fala de pessoas da cidade, a fala de pessoas que vivem no meio rural é:
Bonita __ : __ : __ : __ : __ feia
4. Para você, o modo de falar dos portugueses é:
Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável
5. Você acha que todos os guineenses deveriam falar como os portugueses?
Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo
6. Em comparação ao modo de falar do guineense, o modo de falar do brasileiro é:
Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável
7. O modo como o guineense fala português é:
Melodioso __ : __ : __ : __ : __ sem melodia
8. O português do Brasil é:
Bonito __ : __ : __ : __ : __ feio
9. Em comparação ao português brasileiro, o português de Guiné Bissau é:
Lento __ : __ : __ : __ : __ rápido
10. Para você, o modo de falar dos brasileiros é:
Bom __ : __ : __ : __ : __ ruim
11. Você acha que todos os brasileiros deveriam falar como os portugueses?
Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo
12. Em comparação ao modo de falar do brasileiro, o modo de falar do guineense é:
Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável
13. O modo como o guineense fala português é:
Bonito __ : __ : __ : __ : __ feio
14. A pessoa que só usa o português ensinado na escola é:
Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável
15. Acho a fala (modo de falar) do Português Europeu:
Bonita __ : __ : __ : __ : __ feia
Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável
Melodiosa __ : __ : __ : __ : __ sem melodia
Lenta __ : __ : __ : __ : __ rápida
16. Acho a fala (modo de falar) dos brasileiros:
Bonita __ : __ : __ : __ : __ feia

Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável

Melodiosa __ : __ : __ : __ : __ sem melodia

Lenta __ : __ : __ : __ : __ rápida

17. Acho a fala (modo de falar) de guineenses:

Bonita __ : __ : __ : __ : __ feia

Agradável __ : __ : __ : __ : __ desagradável

Melodiosa __ : __ : __ : __ : __ sem melodia

Lenta __ : __ : __ : __ : __ rápida

18. Guiné Bissau é um país multilíngue

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

19. O português é uma das línguas guineenses.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

20. O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

21. O melhor português falado é o que se fala em Portugal.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

22. O melhor português falado é o que se fala no Brasil.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

23. Todos os guineenses deveriam falar como os falantes da capital Bissau.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

24. Todos os guineenses deveriam falar como os falantes da cidade de Bafalá.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

25. Todos os guineenses deveriam falar como os falantes da cidade de Gabú.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

26. Todos os guineenses deveriam falar como os brasileiros.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

27. Todos os guineenses deveriam falar como os portugueses.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

28. Falar bem é utilizar o português ensinado na escola (a língua culta).

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

29. Falar bem é expressar-se com clareza.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

30. Falar bem é falar como o povo.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

31. Há pessoas que falam melhor que outras.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

32. A pessoa que não usa o português ensinado na escola fala mal.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

33. Quem deve melhorar a língua falada é a família.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

34. Quem deve melhorar a língua falada é a escola.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

35. Quem deve melhorar a língua falada é a pessoa.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

36. É importante falar bem para obter um bom emprego.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

37. Uso um bom português ao falar com o servente no trabalho.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

38. Uso um bom português ao falar com os irmãos (filhos) em casa.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

39. Uso um bom português ao falar com o guarda na rua.

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

40. Conversando com uma pessoa pelo telefone sou capaz de dizer qual o seu grau de escolaridade

Concordo __ : __ : __ : __ : __ discordo

Fonte: Autora desta pesquisa (2022)

- **Parte C** – Atitudes Linguísticas morfossintáticas com enfoque nos padrões de concordância verbal, composto por 11 questões que visam definir a preferência dos informantes relativamente às formas não padrão/padrão em seu uso. O quadro 10 ilustra as questões referentes ao bloco III do teste de atitudes, a saber:

Quadro 11 – Teste de Atitudes: perguntas referentes ao bloco III

BLOCO III

➤ QUAL A SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO ÀS FRASES SEGUINTE:

1) A gente vamos ao cinema

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

2) Você foste ao cinema com teu namorado

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

3) Há situações cotidianas que não nos permite falar o crioulo.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

4) Gostava de umas bebidas que era jeropiga.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

5) Eles anda nervosos.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

6) Saiu alguns resultados alterados dos exames.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

7) Tem umas feizãozinhas que parecem com a família.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

8) A partir da estação existe os táxis para os distritos.

Boa __ : __ : __ : __ : __ ruim

9) Muitas pessoas veio do Brasil nesta semana

Boa ____ : ____ : ____ : ____ : ____ ruim
 10) As quitandeiras tinham licenças, só vendia mais na rua era bananas.
 Boa ____ : ____ : ____ : ____ : ____ ruim

Fonte: A autora desta pesquisa (2022).

A presente investigação abordou a atitude em questão, utilizando uma escala graduada de seis opções de escolha, abrangendo desde “Concordo Totalmente” até “Discordo Totalmente”. A análise dos resultados foi realizada de maneira binária, classificando as escolhas dos participantes em avaliações positivas (pertencentes ao grupo “Concordo”) e avaliações negativas (pertencentes ao grupo “Discordo”). Desta forma, foi efetuada uma contagem dos julgamentos emitidos pelos participantes, considerando apenas as categorias positiva e negativa.

6.5.2.1 O Pré-teste do questionário de atitudes linguísticas

Após a seleção dos itens para elaboração do teste e a definição do instrumento de coleta, foi realizado o pré-teste do questionário com a participação de dez voluntários, quatro da área de Engenharia de Energia e seis outras áreas. O objetivo do pré-teste era validar os itens elencados e o questionário, além de sanar algumas preocupações relacionadas, por exemplo, ao tempo de resposta.

O teste preliminar foi constituído por duas etapas. Em um primeiro momento, os voluntários foram instruídos a responder ao formulário referente às variedades do PE, PB e PGB, conforme a estrutura apresentada na seção anterior. Em seguida, os participantes responderam a um questionário suplementar de avaliação da experiência no primeiro teste. Nossas preocupações, nesse segundo formulário, envolveram:

1. disposição do voluntário para responder o primeiro questionário até o fim;
2. identificação, pelo voluntário, do fenômeno focalizado no questionário;
3. possíveis dificuldades técnicas envolvendo os formatos de perguntas apresentados;
4. percepção ou não de diferença entre estímulos das sentenças que focalizam os padrões de concordância verbal.

Em relação ao item 1, apenas um dos participantes manifestou não ter tido vontade de responder o questionário até o fim, alegando que o tempo consumido era muito longo.

Os demais avaliaram o tempo gasto como adequado ou como longo, mas aceitável.

Por esse motivo, não alteramos o número de questões utilizadas, de modo que o tempo médio de resposta antecipadamente calculado – 30 minutos – foi mantido.

Para a estimativa de tempo apresentada ao público final, acrescentamos mais 50% – totalizando 45 minutos –, a fim de contemplar cenários não previstos, em que o tempo de resposta pudesse ser maior.

No que diz respeito ao item 2, salientamos que o pré-teste foi executado sem a presença de áudios distratores no formulário. Tradicionalmente, áudios distratores são adotados em pesquisas linguísticas a fim de evitar a identificação, pelo participante, dos fenômenos focalizados, o que pode interferir em suas respostas. Além disso, o uso de distratores pode funcionar como meio de prevenção de reconhecimento, pelo juiz, da fala do mesmo indivíduo em diferentes estímulos, preservando os princípios da técnica de falsos pares. Uma vez que nosso fenômeno de interesse está contextualizado em uma sentença, na qual outros fenômenos morfossintáticos também estão presentes, entendemos que o uso de distratores poderia ser dispensado. Nossa expectativa era de que, com os cuidados mencionados, o fenômeno fosse suficientemente mascarado ao longo do formulário, dispensando o uso de distratores, que tornariam o questionário ainda mais longo.

Os resultados do pré-teste corroboraram essa expectativa. Dos dez participantes, seis não identificaram o fenômeno. Entretanto, apenas um deles conseguiu explicitar o fenômeno de CV – um participante bastante enviesado, que, além de ser da área de Pedagogia, já desenvolveu pesquisa sobre o fenômeno em estudo. Lembramos que a aplicação do pré-teste a indivíduos não leigos em relação ao estudo de fenômenos linguísticos objetivou a prevenção de perda de respostas de possíveis candidatos a respondentes após a fase piloto.

Além disso, se o fenômeno não ficasse claro para a maioria dos indivíduos especialistas, seria um sinal a favor da não necessidade de distratores. Enfim, as respostas ao item 2 do pré-teste corroboraram nossa hipótese, por isso, distratores não foram incluídos no questionário. Desse modo, a versão final contou apenas com os estímulos já planejados.

Em relação aos itens 3 e 4, as questões foram bem avaliadas por todos os participantes e dificuldades de caráter técnico não foram reportadas. Assim, não foram feitas adaptações nem mudanças na apresentação das perguntas motivadas por esses fatores.

Além dos resultados conforme as próprias referências da literatura levantadas durante nossa pesquisa, também realizamos a coleta de dados através de questionários aplicados aos participantes logo após a realização do pré-teste.

6.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para este estudo, foram apresentados, através da Teoria da variação e Mudança Linguística (Labov, [1972] 2008), os resultados a serem obtidos para a análise do fenômeno dos padrões de concordância verbal no PGB de estudantes dos cursos de graduação da UNILAB-CE.

Os dados adquiridos durante os testes foram submetidos ao programa Statistical Package for Social Sciences (STEVENS, 2015), uma ferramenta que permite a organização e resumo de bases de dados de trabalhos estatísticos, tornando-os comparáveis de forma quantitativa. A análise estatística do teste de atitudes foi realizada utilizando a técnica de Análise de Variância (Anova, do inglês Analysis of Variance), com os valores de 1 a 7 como variáveis dependentes para cada fator analisado (inteligente, competente, rico, honesto, simpático, boa pessoa). O objetivo do uso deste teste é confirmar ou refutar, de forma estatisticamente significativa, as seguintes hipóteses estatísticas: hipótese nula (H_0): inexistência de associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e a natureza social dos avaliadores; hipótese alternativa (H_1): existência de associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e a natureza social dos avaliadores.

Num teste realizado com um nível de confiança de 95%, é necessário verificarmos se o valor de p é superior ou inferior a 0,05. Quando o valor de p é superior a 0,05, é possível rejeitar a hipótese inicial, o que implica que a média de um grupo difere significativamente das médias dos demais grupos. Por outro lado, quando o valor de p é igual ou inferior a 0,05, não é possível rejeitar a hipótese inicial, embora possamos admitir que as diferenças observadas podem ser devida ao acaso. Caso a hipótese inicial seja rejeitada, ou seja, se pelo menos uma das médias testadas for diferente, o teste *Post Hoc de Tukey*¹⁰⁸ deve ser aplicado para verificar quais médias são estatisticamente diferentes.

Ressaltamos que a seleção das frases que foram tomadas como objeto de análise da avaliação subjetivados falantes guineenses, considerou critérios como: a escolha por contextos de variedades do português, preferencialmente, ainda não pesquisada em estudos sobre atitudes linguísticas e os padrões de concordância verbal que representassem as quatro

¹⁰⁸ O Teste de Tukey (ou procedimento de Tukey), também chamado de “teste de Diferença Significativa Honesta (HSD) de Tukey”, é um teste post-hoc baseado na distribuição de intervalo estudentizado. Um teste Anova pode dizer que os resultados encontrados são significativos no geral, mas não exatamente onde estão as diferenças. Depois de executar um teste Anova e encontrar resultados significativos, é possível executar o HSD de Tukey para descobrir que médias de grupos específicos, e comparados entre si, são diferentes. Ver: Stephanie Glen. “Tukey Test/Tukey Procedure/Honest Significant Difference” From StatisticsHowTo.com: Elementary Statistics for the rest of us! [https:// www.statisticshowto.com/tukey-test-honest-significant-difference/](https://www.statisticshowto.com/tukey-test-honest-significant-difference/) acesso:26/01/2024.

variedades: PB, PE e PGB. Dessa forma, será utilizada uma frase com contextos frasais apresentados a partir de estudos linguísticos (Cf. Vieira & Brandão 2012; Mota; Miguel; Mendes, 2012; Silva, 2018) para categoria.

O método de análise proposto em Cardoso (2015) buscava verificar as atitudes dos informantes aracajuanos a partir de três variáveis: sexo, idade e escolaridade. Para cada variável analisada, características estéticas, dialetais, estilísticas e socioculturais são consideradas nas duas etapas do instrumento de pesquisa. Para o nosso estudo frente às crenças e atitudes linguísticas, uma adaptação será aplicada. A análise partirá das quatro variáveis sociais de seleção dos sujeitos-participantes: sexo, país de origem, alunos dos primeiros períodos da UNILAB-CE (exceto o curso de Letras) e alunos dos últimos períodos da UNILAB-CE (exceto o curso de Letras. Para cada variável, os três componentes da atitude (cognitivo, afetivo e conativo) são discutidos a partir de 03 (três) pares de características, como mostra o quadro 12 abaixo:

Quadro 12 - Divisão dos pares por componentes da atitude linguística

COGNITIVO	Conhecida Correto Clara Importante Concordo	Desconhecida Errado Confusa Sem importância Discordo
CONATIVO	Simples Chiada Expressiva Lenta	Complicado Não chiado Inexpressiva Rápida
AFETIVO	Bonito Agradável Carinhoso Simpático Melodiosa Boa	Feio Desagradável Grosseira Antipático Sem melodia Ruim

Fonte: Adaptação da autora a partir da pesquisa de Cardoso (2015, p. 127-128)

A divisão dos pares considerará a definição dos próprios componentes da atitude linguística para o agrupamento. Assim, no componente cognitivo, se têm os pares cujas características revelam o saber do informante/participante sobre as variedades do português do PB, PE e PGB. No componente conativo, os pares selecionados indicam a postura e/ou comportamento do informante sobre o que se está investigando. E no componente afetivo, a marcação de valoração acerca do modo de falar dos brasileiros, europeus e guineenses.

Considerando que a língua é motivada por fatores internos e externos ao sistema linguístico e a fim de que os dados possam ser analisados pelo Programa ANOVA, estabeleceremos as variáveis de natureza linguística e extralinguística a serem estudadas neste trabalho. Assim, selecionamos os padrões de concordância verbal, como exemplo de uma variável dependente nos moldes labovianos, motivada tanto por grupo de fatores internos, bem como fatores externos. Desse modo, consideramos essa variável como binária, constituída por duas variantes:

Quadro 13 – Variável dependente binária: concordância verbal padrão x concordância verbal não padrão

Variável de caráter binário: presença x ausência de marcas de plural no verbo (1ª e 3ª pessoa)	
Concordância padrão	[+] presença do morfema de 1ª pessoa do plural [+] presença do morfema de 3ª pessoa do plural
Concordância não padrão	[-] ausência do morfema de 1ª pessoa do plural. [-] ausência do morfema de 3ª pessoa do plural.

Fonte: Autora desta pesquisa (2022)

Seguem alguns exemplos do nosso corpus (Malta, 2019, p. 102-103) para ilustrar o uso variável da concordância verbal:

- (a) Estamos doentes com a economia de Bissau! (M29GB)
- (b) Meus amigos gostam de estar aqui. (H50GB)
- (c) As mulheres e as crianças precisa de espaço em Bissau. (H38GB)
- (d) Nós encontra a oportunidade em Brasil. (M41GB)

No que diz respeito às variáveis extralinguísticas, selecionaremos conforme o quadro 14 a seguir:

Quadro 14 - Variáveis extralinguísticas alusivas a seus fatores

Variáveis extralinguísticas		
Sexo/gênero	Período do curso	Tipo de curso
(1) Feminino	(3) Primeiros períodos	(5) Licenciatura
(2) Masculino	(4) Últimos períodos	(6) Bacharelado

Fonte: A Autora desta pesquisa (2022)

Em suma, terminada a etapa de levantamento das variáveis, será dado ao tratamento quali- quantitativo para os dados de atitudes subjetivas. Assim, ao longo dessas etapas, será adotada como hipótese norteadora a ideia de que fatores linguísticos e extralinguísticos parecem favorecer o julgamento de formas não-padrão em Guiné Bissau.

Após a aplicação do pré-teste identificamos que haveria a necessidade de adaptarmos as variáveis extralinguísticas a serem controladas no teste de atitudes. Dessa forma, neste trabalho, apresentamos uma proposta para a caracterização do perfil sociolinguístico dos cidadãos guineenses, a qual é estruturada com base em critérios específicos. Esses critérios foram cuidadosamente selecionados e monitorados, dentro das limitações da coleta de dados. A seguir, enumeramos os aspectos que compõem essa caracterização:

Quadro 15 – Variáveis extralinguísticas contruídas após a aplicação do Pré-teste

CRITÉRIOS	VARIÁVEIS
Socioculturais	Sexo Idade Etnia
Geográficos	Zona Urbana Zona Rural
Linguísticos	Status do Português ¹⁰⁹

Fonte: A Autora da pesquisa (2023)

Em conformidade com os princípios mencionados, ao abordar a análise dos dados relacionados à atitude linguística, é relevante considerarmos a perspectiva de Lambert e Lambert ([1966] 1981, p. 16), que afirmam que “o pesquisador [...] deve desenvolver técnicas para inferir a existência de atitudes ou motivações, os quais não podem ser

¹⁰⁹ No que tange à natureza do processo de aquisição, distinguem-se as categorias de L2 (segunda língua) e L3 (terceira língua)..

observados diretamente, a partir de observações meticulosas do comportamento em diversos contextos sociais”. Esse rigor nas observações deve incluir a consideração de variáveis extralinguísticas que já foram discutidas, sendo o gênero um fator significativo. Os autores ressaltam a importância desse aspecto ao indicarem que “afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolheremos e até as filosofias à sombra das quais vivemos” (Lambert e Lambert, [1966] 1981, p.93).

Dessa maneira, as questões que formaram o teste incluíam tanto declarações sobre o PGB e outras variantes do português (como o português brasileiro e o europeu), quanto frases elaboradas pelos guineenses, utilizando tanto a variante padrão quanto a não-padrão. Por meio dessas sentenças, foram exploradas diversas características, como: A) a estética da variante (ex.: “O português de Guiné-Bissau é bonito///feio”¹¹⁰), B) a correção gramatical, em que os participantes julgavam se uma sentença era gramaticalmente boa///ruim; C) a sonoridade da variante (ex.: fala agradável///desagradável; fala lenta///rápida); D) a valoração dada a determinada afirmação (ex.: “Há pessoas que falam melhor que outras”); e E) como o uso da língua interfere nas relações interpessoais (ex.: “É importante falar bem para obter um bom emprego”). Denominamos essas características de “itens de testagem”, conforme a definição proposta por Pereira (2021). Esses itens foram formulados de modo a possibilitar respostas que variam ao longo de uma escala linear, conforme ilustrado no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16 - Itens de testagem e parâmetros da escala linear

Item de testagem		Escala linear
A	Estética da variante	Bonito///Feio
B	Correção gramatical	Bom///Ruim
C	Sonoridade da variante	Agradável///Desagradável Melodiosa///Sem melodia Lenta///Rápida

¹¹⁰ Optamos pela inserção das três barras (“///”) entre os conceitos “bonito” e “feio”, bem como em outros termos submetidos a avaliação, com o objetivo de ilustrar as diversas possibilidades de julgamento no campo das atitudes linguísticas. Estas avaliações podem ser dispostas em uma escala linear que, neste contexto específico, abrange desde a categoria “totalmente bonito”, passando por “parcialmente bonito”, e culminando na posição “neutra” ou “indiferente”. Esta sequência é seguida por “parcialmente feio” e finaliza com “totalmente feio”. Assim, as três barras funcionam como indicadores dos valores intermediários que refletem as avaliações subjetivas que os participantes podem realizar.

D	Valoração da afirmação	Concordo///Discordo
E	Relações interpessoais	Concordo///Discordo

Fonte: A autora da pesquisa (2023).

É relevante destacarmos que a etapa de interpretação e análise dos dados gerados na UNILAB-CE teve uma importante contribuição para o doutoramento que realizamos na UFPE, sob a orientação da Professora Dr^a Cláudia Roberta Tavares Silva, já que a vivência nessa pesquisa possibilitará um amadurecimento acadêmico por meio da participação nas atividades do Projeto 21 “Estudo comparativo de variedades africanas, brasileiras e europeias do Português (COMPARAPORT)” da ALFAL, bem como em busca de sistematizar importantes contribuições evidenciadas nos quatro anos de estudo sobre os Padrões de concordância verbal em variedades africanas do português com enfoque na avaliação e encaixamento social de variantes em relação ao contraste entre variedades do Português.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados nos testes de atitudes e crenças, prosseguimos com a divulgação dos resultados. Damos preferência inicialmente ao teste de crenças, seguindo a ordem de aplicação dos testes, além de discutir em primeiro lugar a percepção mais direta da variável. Posteriormente, abordaremos o teste de atitudes, que trata da percepção mais indireta e inconsciente, tais como descritos no presente capítulo.

7. PADRÕES DE CONCORDÂNCIA VERBAL: ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES SUBJETIVAS

A linguística não é uma ciência previsível, e eu prefiro deixar o futuro acontecer em seu devido tempo. O que irá determinar o futuro serão os resultados dos estudos em variação linguística, se eles provarem ser uma rota positiva e cumulativa para responder nossas questões fundamentais sobre a natureza da linguagem e das pessoas que a utilizam (Labov, 2007, p. 3).

Neste capítulo, são desenvolvidas as análises acerca das avaliações subjetivas de estudantes guineenses da UNILAB-CE acerca dos padrões de concordância verbal, conforme descrito no capítulo anterior, de modo a explorar como os falantes acreditam e avaliam o fenômeno em questão, bem como as variedades do PB e PE.

Os resultados foram extraídos dos testes não cronométricos mencionados de acordo com cada eixo elecando (*Cf.* subseção 6.5.1), tais como: o questionário constituído por perguntas e respostas objetivas, com intuito de obtermos os dados das crenças linguísticas, e o teste de julgamento com utilização da escala Likert, para o recolhimento dos dados de atitudes linguísticas juízes/colaboradores desta pesquisa. Além de abarcar questões relacionadas ao perfil sociolinguístico dos falantes

7.1 ANÁLISE DE CRENÇAS LINGUÍSTICAS

Na presente subseção nos ocupamos da descrição dos resultados relativos à análise do teste de crenças linguísticas (*Cf.* tabela 2), constituído por vinte e oito itens cruzando-as com as variáveis de estratificação sociais: sexo/gênero, período do curso e tipo de curso. As respostas fornecidas pelos informantes foram sistematizadas em tabelas para a análise.

Para a observação da crença acerca do multilinguismo em Guiné Bissau, nós lançamos a seguinte assertiva em nosso teste: “Guiné Bissau é um país multilíngue” apresentada na tabela abaixo:

Tabela 2 - Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a Guiné Bissau ser um país multilíngue

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	1600	1	0.249
	N	23		
Não	X ²	1428	1	0.267

	N	43		
TOTAL	X ²	0.000	1	1.000
	N	70	1	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023)

Como podemos observar, por meio do teste de qui-quadrado apresentado acima, os valores de p estão acima do valor α (alfa) de 0,05, já definido para esta pesquisa (sim, $p = 0,237$; não, $p = 0,249$). Isso indica a falta de associação entre as respostas dadas à crença e as variáveis sociais observadas (comunidade e gênero). Dessa forma, os resultados expostos no teste de contingência a seguir não sofreram interferência dessas duas variáveis sociais. Vale pontuarmos que, como o teste de qui-quadrado informou que não há interferência das variáveis sociais controladas nas respostas obtidas, deteremo-nos apenas na exposição dos valores presentes na coluna referente ao total de ocorrência¹¹¹.

Além disso, o multilinguismo previamente reconhecido em Guiné-Bissau foi confirmado e os resultados mostraram ainda uma realidade bastante diferente da brasileira, haja vista nenhum dos 40 informantes ter se revelado monolíngue (*Cf.* a ficha social). Predominaram, na amostra da pesquisa, falantes de 3, 4 e até 5 línguas de acordo com o quadro 7 visto anteriormente.

As questões 02 a 11 sugerem um debate sociolinguístico da comunidade de estudantes guineenses residentes em Redenção - CE, já que naquela comunidade foi possível levantarmos as seguintes informações: i) A maioria dos indivíduos é multilíngue; ii) Distinção entre língua oficial e língua nacional; iii) Instrução do idioma português como língua materna; iv) Aquisição tardia do idioma português na escola; v) Referência a línguas étnicas e ao guineense utilizado na esfera familiar e em outros contextos sociais informais; vi) Ausência de reconhecimento da variação linguística na língua portuguesa; vii) Desvalorização das línguas locais no ambiente educacional. Inclusive confirmando os estudos apresentados por Rubio e Cá (2019). Logo, faremos o aprofundamento deste debate qualitativo juntamente com a análise da ficha social de nossos informantes.

¹¹¹ Destacamos que a avaliação dos resultados das células internas, especificamente aquelas relacionadas às variáveis comunidade e gênero social, será realizada somente se o teste de qui-quadrado evidenciar uma associação entre os referidos resultados e as mencionadas variáveis.

Tabela 3 – Crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o verbo e o sujeito não compartilham da mesma concordância gramatical

Resposta	Gênero		TOTAL
SIM	FEMININO	6.000	12.800
	MASCULINO	6.800	
	TOTAL	12.800	
NÃO	FEMININO	17,500	27.500
	MASCULINO	10.000	
	TOTAL	27.500	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023)

O resultado exposto acima nos mostra que a maioria dos universitários guineenses, dos cursos de Engenharia de Energias, Enfermagem e Humanidades, participantes desta pesquisa não possui crenças negativas no que tange a ausência de flexão verbal, isto é, não acredita que o uso de construções verbais como “Para mim, falar ‘A Bankada Andorinha desde o ano lectivo de 2011-2015 TEMOS estado envolvidos numa campanha de alfabetização’ seja algo errado no português.

A nossa análise de contingência nos mostra que, dos 40 participantes desta pesquisa, 12,8 assinalaram a assertiva em que tínhamos a crença de que falar “*A Bankada Andorinha desde o ano lectivo de 2011-2015 TEMOS estado envolvidos*” é algo errado, totalizando apenas 32% (12,8/40) de nossa amostra. Contrariamente a eles, 27,5 participantes mostraram não serem favoráveis a tal crença, totalizando 68% (27,5/40) da amostra.

Esse resultado sugere que a maioria dos estudantes guineenses, independentemente de sua identificação de gênero, são tolerantes às construções em que não há concordância verbal gramaticalmente. O resultado então aponta para o fato de, mesmo não sendo acobertada pela tradição gramatical, existir um reconhecimento da gramaticalidade da variante por parte de 68% dos informantes.

Tendo em mente que o meio acadêmico é um espaço em que discussões acerca das questões sociais que envolvem os seres são estimuladas frequentemente, principalmente nas áreas dos cursos de humanas e exatas, de onde advém a maioria de nossos informantes, acreditamos que esse resultado tenha sofrido influência do curso em que o indivíduo participante está inserido. Como mencionado anteriormente, mais especificamente no segundo capítulo (*Cf. A situação sociolinguística de Guiné Bissau*), nossos informantes caracterizam-se como sendo indivíduos multilíngues que convivem num intenso contexto de línguas em contato e isso resulta em papéis de dinamizadores de regras, ou seja, são aqueles que têm capacidade de entender, refletir acerca da atual conjectura da sociedade e iniciar um

processo de mudança na língua. O primeiro passo é, sem dúvidas, o reconhecimento, constatado a partir do teste da gramaticalidade dessa variante.

Levando em consideração que essa variante é não só em PB, como também em outras línguas, e o que se tem observado em relação a isto é a variação recorrente entre marcas e ausências de concordância, o que parece atingir todas as camadas da sociedade, independentemente do nível socioeconômico e da escolarização dos falantes, isto quer dizer que ninguém faz todas as concordâncias entre sujeito e verbo corretamente todas as vezes que produz sentenças orais ou escritas (Naro; Scherre, 1988). Em se tratando de comunidades com intenso contato linguístico sua complexidade passa a ser delegada ao processo de aquisição de LM e L2/LE (Rubio; Cá, 2019), como também a fim de obter reforço sobre a ideia de que esta é uma variante típica do também do referido grupo social. Os resultados são expostos a seguir:

Tabela 4 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Colocar o verbo no singular antes do sujeito no plural é algo exclusivo de pessoas que não tem o português como LM”

Opções		Valor	Df	p
SIM	X ²	0.001	1	0.981
	N	49		
NÃO	X ²	1.823	1	0.198
	N	39		
TOTAL	X ²	0.000	1	1.000
	N	40	1	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

O teste de qui-quadrado apresentado acima nos mostra que não há relação entre a referida crença e as variáveis sociais controladas. Como podemos perceber, em ambas as respostas, os valores de p são superiores ao valor alfa pré-estabelecido de 0,05. O teste mostra que o p-valor para a confirmação da crença é de 0,981; já, para a sua rejeição, o valor de p é de 0,198. Como mostra o teste de qui-quadrado, o resultado exposto acima não sofre interferência de nenhuma das variáveis de controle. Isso quer dizer que a aceitação ou a rejeição da crença independe da comunidade ou do gênero do participante. O teste de contingência a seguir expõe os valores obtidos em cada célula de nosso corpus.

Tabela 5 – Tabela de contingência sobre a crença “Colocar o verbo no singular antes do sujeito no plural é algo exclusivo de pessoas que não tem o português como LM”

Resposta	Gênero	Contingência	Total
SIM	Feminino	11.000	27.000
	Masculino	16.000	
NÃO	Feminino	9.000	13.000
	Masculino	4.000	

Fonte: Autora desta pesquisa.

O teste de tabela de contingência realizado para “aferir” a referida crença nos mostra que dos 60 informantes desta pesquisa, 27 são favoráveis e 13 são desfavoráveis à crença testada. Assim, verificamos que 67% (27/40) de nossos informantes acreditam que a produção de não CV é resultado do Português como língua não materna.

Com isso, percebemos então que na comunidade guineense universitária da cidade de Redenção-CE, existe uma crença de que a aplicação das regras padrão da CV são exclusivas de falantes da variedade do português com LM, não pertencendo assim à fala de informantes de outra língua falada pelo indivíduo. Esse resultado já era esperado por nós, uma vez que essa variante já havia sido apontada em outras pesquisas, a exemplo de Rubio e Cá (2019), Correia (2021) e Ié (2022), mencionados no segundo capítulo desta tese, como sendo típica de guineense que adquirem o português em contextos informais. Além do ingresso tardiamente nas escolas. Percebemos, então, que nossos informantes, independentemente de seu perfil social, estereotipam essa forma como sendo própria de uma determinada fala. Esse resultado prova que estamos diante de uma variante marcadora de fronteiras entre comunidades distintas.

Esse fato, no entanto, não interfere no uso desse tipo de construção verbal por parte de integrantes de outros grupos. No entanto, sabemos, a partir de nossa experiência de vida, que, em muitos casos, quando estudantes guineenses, mais especificamente os de gênero masculino, utilizam marcas e expressões tidas como características de indivíduos que têm intenções pejorativas e puristas em relação à língua poderão ocasionar em contexto de ironia. Tendo isso em mente, lançamos a seguinte crença linguística aos nossos participantes: “quando um falante do português guineense + termos no feminino utiliza esse tipo de construção (A parte da família de meu pai também douta religião), eles podem apresentar intenções discriminatórias ou irônicas. Vejamos os resultados da exposição dessa assertiva.

Tabela 7 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “quando um falante do português guineense + termos no feminino utiliza esse tipo de construção eles podem tem intenção discriminatórias ou irônicas”.

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	0.596	1	0.443
	N	12		
Não	X ²	0.507	1	0.478
	N	28		
TOTAL	X ²	0.000	1	1.000
	N	40		

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023)

Os dados expostos no teste de qui-quadrado acima evidenciam que não há relação entre o resultado da análise da crença apresentada e as variáveis sociais controladas neste trabalho. Dessa forma, o fato de os informantes acreditarem que quanto ao gênero masculino, eles possuem intenção desmerecedora a variante quando a utiliza independe da comunidade ou do gênero do participante, uma vez que os valores de p apresentados na tabela são superiores ao valor de 0,05. Vejamos a distribuição das respostas.

Tabela 8 – Tabela de contingência sobre a crença “quando um falante do português guineense + termos no feminino utiliza esse tipo de construção eles podem tem intenção discriminatórias ou irônicas”.

Resposta	Gênero	Contingência	Total
Sim	Feminino	12.000	
	Masculino	6.000	18.000
Não	Feminino	9.000	
	Masculino	13.000	22.000
TOTAL	-	-	40.000

Fonte: Autora desta pesquisa.

Como podemos observar, dos 40 participantes, 21,2, ou seja, 53% (21,2/40) dos participantes juízes afirmaram não acreditar que indivíduos do gênero masculinos possuem más intenções quando utilizam a variante tida como típica da fala de pessoas que não possuem o português como língua não materna. Já aqueles que foram positivos à crença, totalizaram 47% (18,8/40) de nosso corpus. Cabe, no entanto, ressaltarmos que a diferença quantitativa entre aqueles que foram favoráveis e aqueles que foram desfavoráveis a tal crença é mínima: apenas 6% separam esses dois grupos. Essa observação, então, sugere apenas uma tendência ao desfavorecimento da referida crença, mas não nos traz um posicionamento mais assertivo sobre a problemática exposta.

Ainda com base no fato de que os guineenses do gênero masculino, costumam se distanciar de objetos sociais tidos como pertencentes às do gênero feminino. Isso se justifica pelo comportamento conservador do país e do aspecto cultural herdado pelas etnias existentes no país, por isso lançamos a crença “Um homem que fala ‘Aconteceu casos engraçados’ pode sofrer mais discriminação do que uma mulher que realiza a mesma construção” seja questionado aos nossos juízes. Vejamos os resultados:

Tabela 9 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Um homem que fala ‘Aconteceu casos engraçados’ pode sofrer mais discriminação do que uma mulher que realiza a mesma construção”.

Opções		Valor	Df	p
Sim	X ²	0.009	1	0.939
	N	22		
Não	X ²	0.115	1	0.723
	N	18		
TOTAL	X ²	0.000	1	1.000
	N	40	1	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

Observando a tabela acima, percebemos que, assim como aconteceu com as crenças anteriores, não há associação entre este resultado e as variáveis sociais controladas, uma vez que os valores de p são maiores que 0,05. Sendo assim, o favorecimento ou o desfavorecimento da referida crença independe do fato de o julgador ser do gênero masculino ou do feminino. Cabe destacarmos que as demais variáveis sociais elencadas para pesquisas serão inseridas nas análises qualitativas desta pesquisa. Vejamos como se deu a distribuição das avaliações.

Tabela 10 – Tabela de contingência sobre a crença “Quem fala ‘Aparece alunos todos os dias’ é uma pessoa que desrespeita a língua português em Guiné Bissau”

Resposta	Gênero	Contingência	TOTAL
Sim	Feminino	9.000	28.000
	Masculino	19.000	
Não	Feminino	12.000	12.000
	Masculino	6.000	
Total	-	-	-

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

Observando a coluna referente ao valor total de julgamentos, percebemos que do total de participantes, 70% (28/40) acreditam que homens podem ser vistos como membros que desrespeitam a língua portuguesa em Guiné Bissau quando utilizam a estrutura apontada no item proposto via questionário. Já, 30% (12/40) do nosso corpus coloca-se desfavorável a essa crença.

Para uma compreensão aprofundada desse fenômeno, é pertinente reexaminar a obra de Bourdieu (1996), que estabelece uma correlação entre o comportamento social das mulheres e a posição que ocupam na divisão do trabalho, bem como as dinâmicas do matrimônio. Com base nesse referencial teórico, buscamos investigar, por meio das informações coletadas dos participantes, a renda e a posição social das mulheres incluídas na amostra em análise. A literatura sociolinguística sugere que a rejeição, por parte das mulheres, a variantes linguísticas consideradas desvalorizadas pode ser atribuída à precariedade de suas posições sociais em comparação com seus contrapartes masculinos. Consequentemente, esse contexto pode influenciar suas atitudes, incluindo escolhas linguísticas, que visam preservar sua aceitação social.

Mas quando se fala dos estereótipos que essa variante emergente pode trazer para o seu usuário, outra característica social/comportamental desse falante pode ser colocada em jogo. Pensando nisso e, mais ainda, pensando na dicotomia “classe média, classe média-baixa, classe média alta e classe alta ” ou ainda “não-normativo e normativo”, “não padrão e padrão”, lançamos a seguinte crença “São uns bichos que é apanhado nas árvores” são mais comuns nas falas de pessoas de quais classes sociais”.

Vale pontuarmos que essas nomenclaturas são utilizadas por uma boa parte da sociedade para classificar o purismo de alguns defensores da gramática tradicional, contudo é preciso que estejamos atentos as palavra de Goffman (2017), que apresenta o conceito de estigma como uma relação peculiar que se estabelece entre um atributo e um estereótipo. Essa interação ocorre quando se confrontam características que uma pessoa possui ou que se presume que ela possui com as noções preconcebidas e tidas como padrão pela sociedade. Vale ressaltar que todas as categorias sociais estão sujeitas a regras preestabelecidas e, consequentemente, possuem estereótipos associados a elas. Dessa forma, qualquer desvio em relação a esse padrão social resulta na atribuição de características marcantes que transformam o indivíduo em alguém distinto, estrangeiro e, por fim, estigmatizado.

Tabela 11 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘são uns bichos que é apamhado nas árvores’ são mais comuns na fala de pessoas de classe baixa a classe alta”.

Opções		Valor	Df	p
Sim	X ²	0.074	1	0.803
	N	29		
Não	X ²	0.000	1	1.000
	N	11		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	40		

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

Com o teste acima fica evidente que não há, estatisticamente falando, associação entre a crença analisada e as variáveis sociais de gênero dos informantes. Ou seja, as variáveis não interferem nas respostas dadas pelos informantes. Vejamos como nossos informantes reagiram a essa crença.

Tabela 12 - Tabela de contingência sobre a crença “Falante do PGB + Ordem VS (Está quase todos) poder ser visto como erro da norma”.

Resposta	Gênero	Contigência	Total
Sim	Feminino	10.000	29.000
	Masculino	19.000	
Não	Feminino	7.000	11.000
	Masculino	4.000	
Total	-	-	40.000

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

A tabela de contingência nos mostra que dos 40 participantes, apenas 11 (29%) foram desfavoráveis à crença. Já 29 (71%) mostram ter a crença de que o sujeito guineense que usa esse tipo de construção nominal é/pode ser visto como uma classe desfavorecida. Esse resultado mostra que a maioria de nossos informantes acredita que além de essa variante ser típica do grupo vale refletirmos sobre o que realmente causa essas dificuldades na Guiné-Bissau, para os falantes da língua portuguesa. De acordo com a narrativa de Filomena Embalo e Hildo H. Couto (2010) a língua portuguesa consta como segunda ou até a terceira língua de um grande número de povo guineense, o que indica que a língua guineense (a mais falada)

ganha cada vez mais números de falantes e depois as línguas étnicas. Muitas vezes, os guineenses têm contato com a língua portuguesa nos primeiros anos da escolarização, ou seja, somente no ambiente escolar, e no tempo restante, utilizam a língua guineense e demais línguas étnicas. Além disso, também fogem da idealização da língua como construto único e imutável.

Para Bagno (2015, p.27), o Português, embora seja uma única língua, não está isento de variações de vária ordem devido ao “alto grau de diversidade e de variabilidade, a extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito”. Bagno tece estas considerações sobre o Português do Brasil (PB), porém, a situação descrita por ele, encaixa-se perfeitamente no caso do PGB.

Nossos resultados ainda apontam para a aceitação de outra crença que acaba auxiliando na construção estereotípica do sujeito usuário dessa variante. Em nosso instrumento de coleta de dados de crença, lançamos três assertivas sobre a classe social do falante desse tipo de construção, considerando as classes alta, média-alta e média-baixa. Vejamos os resultados.

A seguir, mostramos o resultado da análise de qui-quadrado para a crença voltada para a classe alta.

Tabela 13 – Teste qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe alta

Opções		Valor	Df	P
Sim	X²	3.000	1	0.167
	N	19		
Não	X²	0.859	1	0.356
	N	21		
Total	X²	0.000	1	1.000
	N	40	1	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

Por meio do teste de qui-quadrado exposto acima, percebemos que as respostas dadas pelos participantes não sofreram interferência da variável social controlada: gênero, haja vista que os valores de p estão bem acima do valor pré-estabelecido de 0.05.

Dessa forma, por meio do teste da tabela de contingência, vejamos como os falantes se comportaram diante dessa crença.

Tabela 14 – Tabela de contingência sobre a crença “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe alta

Resposta	Gênero	Contingência	TOTAL
Sim	Masculino	6.000	19.000
	Feminino	13.000	
Não	Masculino	12.000	21.000
	Feminino	9.000	
Total	-	-	40.000

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

A tabela acima mostra que a maioria dos entrevistados, mais especificamente 53% (21/40) de nossa amostra, não acredita que esse tipo de construção pertence à fala de indivíduos guineeses de classe social alta. Apenas 18 informantes, ou seja, 37% (18/40) da amostra, acreditam que pessoas com alto poder aquisitivo fazem uso de construções nominais em que um artigo feminino antecede um antropônimo masculino.

Esse resultado, então, sugere que, segundo os participantes, os usuários dessa variante ocupam as classes sociais mais baixas. Para tal constatação, lançamos a seguinte crença para os participantes juízes desta pesquisa: “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média”.

Tabela 15 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média”.

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	4.609	1	0.032
	N	14		
Não	X ²	2.916	1	0.096
	N	26		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	40	1	

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

Diferentemente do que aconteceu com o teste voltado para a classe alta, quando nos referimos à classe média, percebemos que o teste de qui-quadrado apontou uma interferência entre a resposta favorável à crença e as variáveis sociais controladas, apresentando para essa resposta um valor-p de 0.03, valor inferior ao alfa de 0.05. Dessa forma, notamos que, segundo nossos testes, o favorecimento desta crença sofre interferência das variáveis sociais que envolvem nossos participantes. Vejamos na tabela de contingência a seguir como os resultados são distribuídos,

Tabela 16 – Tabela de contingência sobre a crença “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média”.

Resposta	Gênero	Contigência	TOTAL
Sim	Feminino	2.000	11.000
	Masculino	9.000	
Não	Feminino	18.000	29.000
	Masculino	11.000	
Total	-	-	-

Fonte: A Autora da pesquisa (2023).

A tabela de contingência exposta acima nos mostra que 73% (29/40) de nossos participantes não possuem a crença de que esse tipo de SN pertence à fala de pessoas de classe média. Já, 27% (11/40) dos entrevistados são favoráveis à crença mencionada. Como podemos perceber, os percentuais estão díspares, mais de 20% separam um do outro. Tal resultado acaba nos permitindo afirmar que nossos informantes são, de fato, desfavoráveis à crença exposta, mas apresentam uma tendência para o desfavorecimento.

Além disso, como mencionamos, nosso teste de qui-quadrado mostrou que existe interferência das variáveis sociais no favorecimento dessa crença. Por esse motivo, vale verificarmos como essa interferência se deu. Observando, então, os resultados favoráveis à crença, percebemos que, no que tange a comunidade da qual os informantes pertencem, ao gênero masculino e é mais sensível a ela: dos 29 informantes favoráveis, 18 são do gênero feminino, totalizando 62% (18/29) dos informantes que possuem essa crença, contra 38% (11/29) do gênero masculino. Por fim, esse resultado sugere que essa crença é fortalecida, sobretudo, por homens.

Observemos agora como esses informantes avaliaram a crença referente à classe média baixa.

Tabela 17 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média-baixa”.

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	3.865	1	0.049
	N	23		
Não	X ²	4.489	1	0.036
	N	17		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	40		

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

O nosso teste de qui-quadrado mostrou que existe interferência entre as respostas dadas sobre a crença e as duas variáveis sociais observadas nesta pesquisa. Ou seja, o contato linguístico com o PB e o tempo de permanência Brasil, interferiu no resultado obtido tanto para o favorecimento ($p=0,04$) quanto no desfavorecimento da crença ($p=0,03$). Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 18 – Tabela de contingência sobre a crença linguística “Construções linguísticas como ‘SÃO UNS BICHOS QUE É APANHADO NAS ÁRVORES’ + de classe média-baixa”.

Resposta	Gênero	Tempo (+de 6 meses)	Tempo (- de 6 seis)	TOTAL
Sim	Feminino	9.000	6.000	15.000
	Masculino	4.000	10.000	14.000
	TOTAL	13000	16.000	29.000
Não	Feminino	3.000	5.000	8.000
	Masculino	11.000	13.000	24.000
Total	Feminino	-	-	-
	Masculino	-	-	-

Fonte: A Autora da pesquisa (2023).

O teste de tabela de contingência mostra que 55% (29/40), ou seja, 29 informantes, foram favoráveis a esta crença, enquanto que 45% (24/40) foram desfavoráveis, mostrando que nossos informantes são levemente mais favoráveis a tal crença.

O teste ainda mostrou que, na comparação entre o tempo de permanência no Brasil, o grupo com permanência inferior a seis meses é levemente mais favorável à crença de que esse tipo de sintagma é mais comum na fala de pessoas da classe média-baixa, com 55% (17/29), em comparação com o grupo que está há mais de seis meses no Brasil, com 45% (16/29). Quando observamos o gênero, observamos que os informantes femininos são levemente mais sensíveis (15/29 = 57%) que os homens (14/29 = 43%).

Com a observação da crença voltada para o julgamento da classe social do usuário da variante, percebemos que nossos informantes acreditam que esses usuários não pertencem à classe alta da sociedade, mas sim às classes média e média-baixa. Esse resultado está relacionado à outra crença social, a saber: devido ao fato de indivíduos com alto poder aquisitivo ter acesso à escolarização de qualidade, eles acabam privilegiando as variantes previstas pela gramática, excluindo de seu repertório variantes estigmatizadas, já que elas não contribuiriam para a valorização de seu status na sociedade. Já os indivíduos com menor poder aquisitivo, por vivenciarem outra realidade, não teriam problemas em abrigar a variante

em seus repertórios. Vale salientarmos que cenário universitário da UNILAB-CE é uma espécie de “BABEL”, em que os falantes dos PALOP, tem a oportunidade de conhecer as particularidades da variedade do PB. Além disso, na IES a matriz curricular de todos os cursos universitários possui como requisito obrigatório um disciplinas de dois semestres para conhecer a Língua portuguesa e suas respectivas variedades.

Arelado ao fato de essa variante não ser prevista pela gramática tradicional, perguntamos aos nossos informantes se, em suas visões, quem utiliza construções, como “Os pais têm que ter muito cuidado para estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em um contexto formal. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 19 – Teste de qui-quadrado da crença-linguística - quem utiliza construções, como “Os pais têm que ter muito cuidado para estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em um contexto formal-.

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	0.042	1	0.852
	N	25		
Não	X ²	0.000	1	1.000
	N	15		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	40	1	

Fonte: A Autora da pesquisa (2023).

O teste de qui-quadrado mostra que não há associação entre o resultado obtido e as variáveis. Como podemos notar, as respostas apresentaram valores de *p* maiores que o valor pré-estabelecido pelas ciências humanas de 0.05.

Tabela 20 – Tabela de contingência sobre a crença “quem utiliza construções, como “Os pais têm que ter muito cuidado para estiver com o jovem e tentar entender ele” deve policiar sua fala em um contexto formal-”

Respostas	Gênero	Contingência	TOTAL
Sim	Feminino	12.000	21.000
	Masculino	9.000	
Não	Feminino	17.000	19.000
	Masculino	2.000	
Total	-	-	40.000

Fonte: A Autora desta pesquisa (2023).

A tabela mostra que 75% (21 informantes) dos participantes são favoráveis a essa crença, ou seja, que a maioria de nossos participantes juízes acreditam que os usuários desse tipo de sintagma devem policiar a sua fala e evitar o seu uso em ambientes formais. Já, 25% (19 informantes) afirmaram não serem favoráveis a essa crença e acreditarem que o falante não precisa se policiar em ambientes formais.

Sendo essa uma variante que é obrigatória pela gramática tradicional, e sendo os ambientes formais lugares que privilegiam a norma gramatical, esse resultado já era esperado por nós. Esse tipo de crença acaba colaborando para a sua exclusão dessa variante em ambientes de uso formal da língua, como ambiente de trabalho formal, palestras, apresentações. Quando ela é utilizada em ambientes formais, ela acaba sendo hostilizada por pessoas que não a têm como parte de seu repertório. É oportuno destacarmos, ainda, que para Vieira e Faraco (2023), o tema da concordância está intrinsecamente relacionado à estrutura sintática, é amplamente enfatizada e obrigatória na escrita formal devido à sua importância na garantia de clareza e coerência textual. Compreender as relações sintáticas entre os principais constituintes de uma frase, bem como entre seus componentes internos, demanda o domínio de diversos tipos de concordância.

Portanto, os resultados apresentados nos parágrafos anteriores revelam que o favorecimento ou desfavorecimento de uma crença linguística nem sempre está relacionado às variáveis sociais analisadas. A falta de associação entre essas variáveis e as crenças observadas sugere que homens e mulheres compartilham da mesma visão em relação ao objeto em análise, o que indica a existência de uma visão coletiva. Além disso, o controle dessas crenças nos permitiu não apenas avaliar a forma linguística em questão, mas também o indivíduo que a utiliza. Esses resultados serão de extrema importância para uma melhor compreensão dos julgamentos subjetivos relacionados aos itens de teste referentes às atitudes linguísticas que serão apresentados adiante.

Descritos os resultados das crenças linguísticas empregados pelos estudantes guineenses nos dados coletados, passemos à análise das repostas ao questionário de atitudes.

7.2 ANÁLISE DE ATITUDES LINGUÍSTICAS

Cada “lengua es lo que sus hablantes quieren que sea”.¹¹²

Alvar López (1986, p. 91)

Conforme descrito na seção metodológica desta pesquisa, a coleta de dados sobre atitudes foi realizada por meio da utilização da Escala de Julgamento Likert, composta por cinco níveis de resposta, variando de 1 a 5. Para cada item avaliado, os participantes do estudo foram apresentados com cinco opções de resposta. Neste estudo, os níveis da escala foram definidos da seguinte forma: respostas classificadas como 1 e 2 foram consideradas como indicativas de atitudes negativas; respostas classificadas como 3 foram interpretadas como neutras; e respostas classificadas como 4 e 5 foram analisadas como indicativas de atitudes positivas. A utilização desta escala permitiu a coleta de dados que foram posteriormente analisados utilizando ANOVA. É importante ressaltar que, de acordo com as práticas das ciências humanas, foi considerado um valor de significância α (p-valor) de 0,05 neste estudo.

Os itens de testagem foram: cognitivo, conativo e afetivo, também nomeados como divisão de pares por componetes de atitude linguística (López Morales, 1993; Cardoso, 2015).

7.2.1 Primeira visão dos dados: Perfil social e demográfico dos informantes

Até o presente momento, apresentamos a concepção deste estudo, bem como os fundamentos teóricos e as diretrizes metodológicas que o sustentaram. A partir deste ponto, passaremos à discussão dos dados coletados com base no perfil sócio-demográfico dos informantes, com o intuito de realizar uma análise aprofundada das manifestações que estes dados oferecem.

Conforme já mencionado no capítulo 6, nosso primeiro critério de inclusão de participantes na pesquisa era o “sexo”, a partir do qual contactamos os cidadãos guineenses e atingimos o quantitativo de 20 homens e de 20 mulheres em nossa amostra.

Com base nesse critério de inclusão, o comportamento dos dados em relação a outras variáveis extralinguísticas - especificamente a “Localização”, cujas respostas poderiam ser “Zona Rural” ou “Zona Urbana”; e o “Status do português”, que variou entre L2 (português

¹¹² Cada “língua é o que seus falantes querem que seja”. (Tradução Nossa).

como segunda língua) e L3 (português como terceira língua) - não se mostrou simétrico, resultando em discrepâncias no número de respostas para cada variável. Observamos que, dentre os 40 cidadãos guineenses participantes, 15 se identificaram como provenientes de uma zona rural da Guiné-Bissau, enquanto 25 afirmaram ser oriundos de uma zona urbana. Além disso, 15 participantes indicaram que o português era sua L2, enquanto 25 relataram que o PGB era sua L3. Essas informações estão consolidadas no Quadro 16, a seguir:

Quadro 16 - Distribuição dos participantes por sexo, localização e status do português

SEXO/GÊNERO		LOCALIZAÇÃO		STATUS DO PORTUGUÊS	
Feminino	Masculino	ZU	ZR	L2	L3
20	20	15	25	15	25
40		40		40	

Fonte: A autora desta pesquisa (2024)

Com base nessa amostra, procedemos à distribuição dos participantes em função do status da língua portuguesa em relação à sua localização, com o objetivo de analisar a correlação entre a área de residência e a situação do uso do português por cidadãos guineenses. Os resultados dessa análise cruzada podem ser observados no Quadro 18, a seguir:

Quadro 18 - Distribuição dos participantes pelo status do português versus a localização

STATUS DO PORTUGUÊS VS LOCALIZAÇÃO	ZONA RURAL	ZONA URBANA
L2	-	15
L3	25	-
TOTAL - 40		

Fonte: A Autora desta pesquisa (2024).

A análise da distribuição dos participantes, considerando a origem urbana ou rural, em relação ao status do português na aquisição de línguas, revela padrões distintos. Em geral, para aqueles que habitam áreas rurais, a primeira língua (L1) tende a ser uma língua étnica. Normalmente, a segunda língua (L2) adquirida é o guineense, o que facilita a comunicação com outros guineenses de diferentes etnias. O contato com o português, que se torna a terceira língua (L3), geralmente ocorre somente quando esses indivíduos ingressam numa instituição de ensino formal, seja pública ou privada. Já para os que vivem em zonas urbanas, é comum que o guineense seja a L1, enquanto o crioulo (PGB) assume o papel de L2, e muitos podem nem ter familiaridade com uma língua étnica. Essa dinâmica é ressaltada por Cá (2015), que menciona que, em Bissau, a frequência de uso das línguas étnicas é baixa devido à predominância do crioulo. Ele observa que, nas famílias guineenses do meio rural, a língua étnica é frequentemente a L1 da criança, aprendida em um ambiente familiar; por outro lado, nos centros urbanos, é comum que a língua crioula se torne a L1 de muitas crianças e jovens, que a assimilam como língua materna, enquanto podem desconhecer a língua dos pais, aprendendo simplesmente a língua predominante no meio em que vivem, seja como L1 ou L2.

Além disso, muitas crianças na Guiné-Bissau entram em contato pela primeira vez com a língua portuguesa ao ingressarem na escola. Isso implica que as crianças não são instruídas em sua língua materna (L1) durante as etapas iniciais da educação, sendo ensinadas predominantemente em português, que atua como L2 ou L3. Além disso, alguns pesquisadores que realizaram estudos observacionais nas escolas guineenses identificaram uma metodologia de ensino que enfatiza a L1, complementada pelo uso de materiais didáticos destinados a esse mesmo grupo etário. Essa abordagem, no entanto, contraria a realidade linguística e cultural das crianças nessa fase do desenvolvimento (Siga; Albuquerque, 2023). Portanto, nossa reflexão se concentrará na análise dessa problemática e nos contextos correlacionados.

Isso contribui para a nossa compreensão dos dados apresentados: por um lado, dos 25 participantes oriundos de uma zona rural da Guiné-Bissau, apenas 15,6% (9 pessoas) têm o português como segunda língua, ao passo que 84,4% (16 pessoas) têm o português como terceira língua, aprendida após a aquisição de uma língua étnica como materna, e do guineense.

Por outro lado, dos 15 cidadãos guineenses oriundos de uma zona urbana da Guiné-Bissau, 30% (4 pessoas) têm o português como L3, enquanto 70% (11 pessoas) o têm como L2. Isso porque a trajetória do cidadão guineense que vive em uma zona urbana da

Guiné-Bissau é um pouco diferente, uma vez que, comumente, a língua majoritariamente falada nas zonas urbanas, como na própria capital do país, Bissau, é o kriol. Os nascidos em Bissau, por exemplo, geralmente têm a língua crioula como sua L1 e o português como sua L2.

Dessa forma, no escopo dessa análise podemos dialogar segundo Diallo (2020), quando afirma que o recenseamento indica que 27,1% da população da Guiné-Bissau fala português, além da existência de cerca de trinta grupos e subgrupos étnicos, cada um com sua própria língua. Esse cenário de multilinguismo é visto por alguns como um obstáculo ao ensino do português. Namone e Timbane (2017) mencionam a falta de uma língua substituta para o português e observam que parte da população defende o uso do guineense no sistema educacional, rejeitando a ideia de bilinguismo e um modelo educacional que considere as diversas línguas regionais.

Compreendemos que tais características integram a estrutura linguística do país e, além disso, constituem a base do contexto social da Guiné-Bissau. Assim, a interação dos guineenses com o Português da Guiné-Bissau, as línguas étnicas e o crioulo guineense pode influenciar, inclusive, a maneira como esses indivíduos efetuam julgamentos sobre questões sociolinguísticas.

7.2.2 Parte I: Experiência como falante do português

Em relação à avaliação de eventos sociais, que inclui as interações mediadas por usos linguísticos, Lambert e Lambert (1966/1981) destacam a importância de o juiz compreender a origem de seu julgamento, evidenciando que tal julgamento geralmente pertence a um código cultural e, por conseguinte, reflete um comportamento coletivo. Eles argumentam que as atitudes linguísticas também são, em essência, coletivas e sociais. Além disso, os autores notam que, em contextos de avaliação subjetiva, é comum que os juízes optem por alternativas que assegurem benefícios ou resultados semelhantes para todos os envolvidos na situação analisada (Lambert; Lambert, 1966/1981, p. 76).

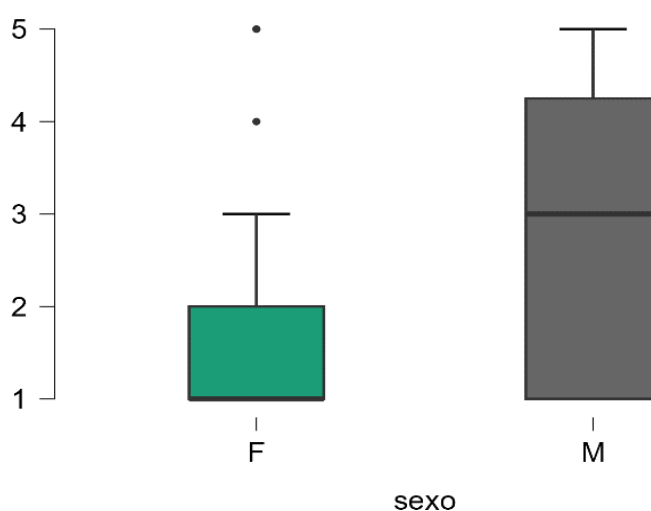
Sob essa ótica, observamos que os colaboradores da Guiné, abrangendo tanto o público feminino quanto o masculino, revelaram, conforme ilustrado nas figuras subsequentes, uma tendência a avaliar de forma mais crítica a superioridade de uma das variantes do português (PGB, PE e PB, respectivamente) em relação às demais. Isso indica

que nenhum dos participantes considerou o PGB, o PB ou o PE como "a melhor forma de português falado". A atribuição de uma avaliação superior a qualquer uma dessas variantes sugeriria, para eles, a desvalorização das outras.

De início, ressaltamos que as descrições apresentadas nesta seção foram obtidas por meio da análise dos dados no software ANOVA, que produziu os gráficos em caixa (boxplots) utilizados para interpretar as atitudes linguísticas dos cidadãos guineenses em relação às sentenças dispostas no teste de atitudes linguísticas que foi aplicado. Relativamente a esse teste, enfatizamos que, para as sentenças ilustradas nas Figuras 6, 7 e 8, as opções de resposta variavam entre os extremos "Concordo totalmente" (pontuação 5, indicando uma avaliação de total concordância) e "Discordo totalmente" (pontuação 1, representando uma avaliação de total discordância em relação à afirmação). As avaliações intermediárias eram "Concordo parcialmente" (pontuação 4) e "Discordo parcialmente" (pontuação 2). A pontuação 3, conforme mencionado anteriormente, refletia uma posição de neutralidade por parte do participante. Nesta escala de respostas, salientamos que as pontuações 5 e 4 correspondem a uma avaliação subjetiva positiva, enquanto as pontuações 1 e 2 manifestam uma avaliação subjetiva negativa.

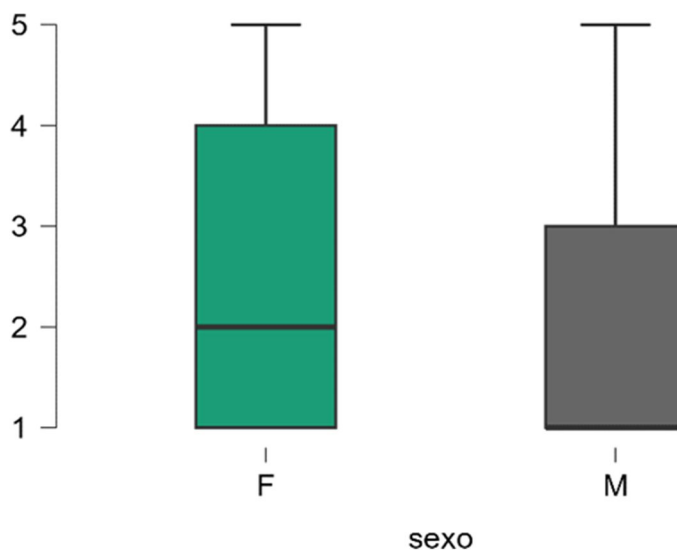
Com base nas informações apresentadas, observamos na Figura 6 que, ao analisarmos a afirmação “O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau”, houve uma variação nas respostas dadas pelas mulheres da Guiné-Bissau entre os pontos 1 e 2. A média das avaliações dessas participantes ficou predominantemente próxima do ponto 1, além de haver duas respostas que se destacaram por serem diferentes da maioria. Por outro lado, os homens, em resposta à mesma afirmação, mostraram um espectro de avaliações que variou do ponto 1 ao ponto 4, com a mediana das respostas situada no ponto 3 e sem distorções.

Figura 6 – O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

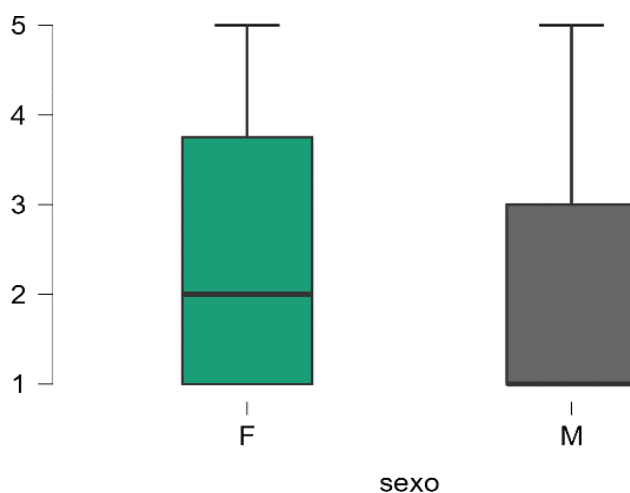
Figura 7 – O melhor português falado é o que se fala em Portugal



Fonte: Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na Figura 7, examinamos a afirmação “O melhor português falado é o que se fala em Portugal”. As mulheres da Guiné-Bissau apresentaram respostas que variaram entre o ponto 1 e quase o ponto 4, com uma média que se consolidou no ponto 2. Os homens, para a mesma proposição, forneceram respostas que oscilaram do ponto 1 ao ponto 3, tendo uma mediana posicionada no ponto 1.

Figura 8 – O melhor português falado é o que se fala no Brasil



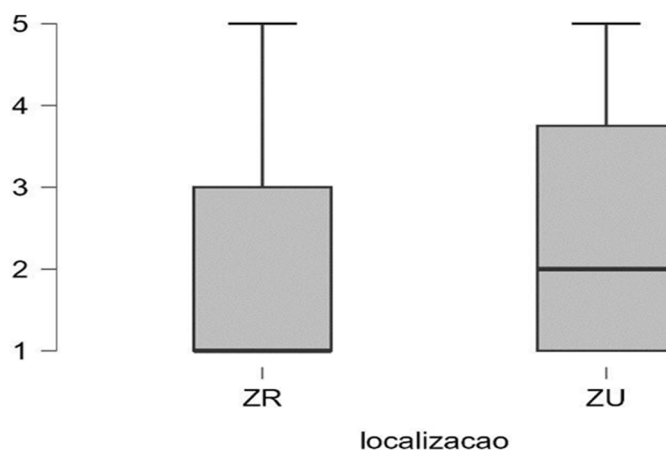
Fonte: Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Quanto à afirmação “O melhor português falado é o que se fala no Brasil”, conforme ilustrado na Figura 8, as mulheres deram respostas que variaram entre os pontos 1 e 4, com a mediana situada no ponto 2. Em contraste, os homens apresentaram respostas que oscilaram entre o ponto 1 e o ponto 3, com a média das suas avaliações centrada no ponto 1.

As respostas, embora apresentem algumas diferenças, compartilham um aspecto em comum: a avaliação média das mulheres guineenses ficou entre os pontos 1 e 2, enquanto a dos homens variou entre os pontos 1 e 3. Em ambas as análises, prevaleceram uma visão negativa sobre as afirmações (ou uma perspectiva neutra, no caso das respostas masculinas relacionadas à sentença da Figura 5). Isso ocorre porque não houve uma consistência nas avaliações que ocupassem os pontos 5 e 4, que indicariam um julgamento positivo. Em resumo, os cidadãos guineenses demonstraram mais discordância em relação às afirmações do que concordância, sugerindo que, para eles, não existe uma variedade da língua portuguesa que se destaque como superior às demais entre as opções apresentadas (PGB, PE e PB).

O comportamento observado em relação às sentenças se mostrou similar quando utilizamos o critério de "Localização" para segmentar nossa amostra e conduzir a análise no software ANOVA. Nesse processo, mantivemos as mesmas afirmações e buscamos avaliar a percepção dos cidadãos guineenses tanto da zona rural quanto da zona urbana da Guiné-Bissau. Essa escolha se justifica pela constatação anterior de que a relação dos guineenses com a língua portuguesa pode ser influenciada pela localização geográfica, uma vez que já observamos que o status do português varia frequentemente entre diferentes regiões do país. Essa variação geográfica pode, portanto, influenciar as atitudes em relação às sentenças apresentadas. A seguir, iremos discutir os resultados gerados pelo programa.

Figura 9 – O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau



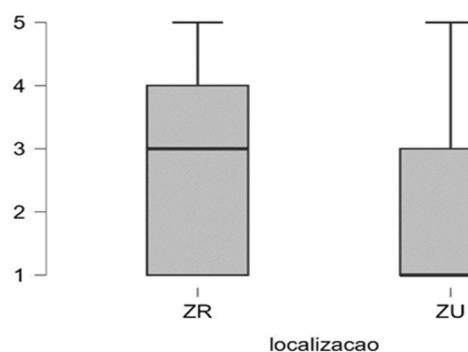
Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na Figura 9, é possível observar que as amplitudes das respostas dos participantes oriundos das zonas rurais (ZR) da Guiné-Bissau variaram do ponto 1 ao ponto 3, com a média de respostas predominantemente localizada no ponto 1. Em contraste, para os participantes provenientes das zonas urbanas (ZU), a amplitude das respostas foi do ponto 1 até próximo do ponto 4, refletindo uma mediana centralizada no ponto 2. A escala linear utilizada neste estudo compreende cinco pontos, que vão de 1 a 5; onde as respostas 5 e 4 são interpretadas como avaliações positivas ou de concordância com a afirmação apresentada, a resposta 3 é considerada neutra e as respostas 2 e 1 sinalizam discordância ou avaliação negativa. A afirmação analisada, que é “O melhor português falado é o que se fala em Guiné Bissau”, possuía como extremos as respostas “Concordo totalmente” (ponto 5) e “Discordo totalmente” (ponto 1), com as opções intermediárias representando “concordo parcialmente” (ponto 4) e “discordo parcialmente” (ponto 2). Apesar de a avaliação exibida apresentar uma amplitude que sugere uma visão positiva, ao destacar a resposta de “concordo parcialmente”, reiteramos que a média de respostas se concentrou no ponto 1 para os participantes da ZR e no ponto 2 para os da ZU. Isso indica que, em ambas as categorias, a discordância em relação à afirmação foi predominante.

Já na Figura 10, é possível observar um padrão distinto nas respostas dos participantes em relação à amplitude das avaliações. Os participantes da Zona Rural (ZR) alcançaram o ponto 4 na avaliação, no entanto, a mediana dos dados se posicionou no ponto neutro. Por outro lado, entre os participantes da Zona Urbana (ZU), a amplitude das respostas permaneceu dentro dos limites da discordância ou da neutralidade. Além disso, a média das respostas dos indivíduos da ZU se situou no ponto de discordância total. Isso sugere que esses

participantes rejeitam a ideia de que o melhor português falado é o do português, ou seja, do cidadão europeu.

Figura 10 - O melhor português falado é o que se fala em Portugal

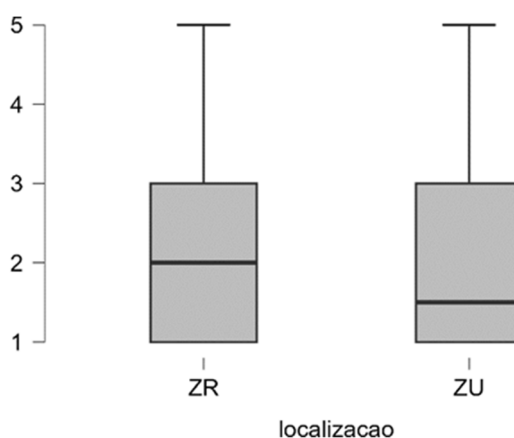


Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

A análise revela que a localização geográfica dos indivíduos influencia suas atitudes linguísticas, afetando não apenas a diversidade das respostas, mas também a posição da mediana. Apesar dos dados globais apresentarem semelhanças com os resultados obtidos quando considerados fatores de sexo/gênero, observa-se que, em ambas as situações, persistem um julgamento divergente em relação à afirmação proposta.

Na afirmação presente “O melhor português falado é o que se fala no Brasil”, observamos um resultado análogo que revela uma avaliação divergente em relação aos dados obtidos no teste de atitude. Nesse contexto, ao considerar a localização, os cidadãos guineenses demonstraram um comportamento semelhante, não expressando um julgamento que favorecesse uma variedade do português em detrimento de outra.

Figura 11 – O melhor português falado é o que se fala no Brasil

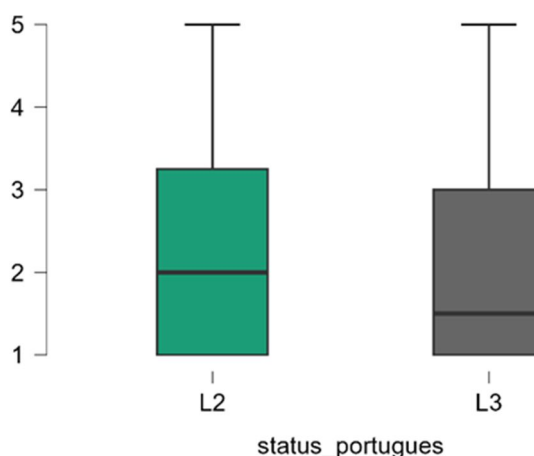


Fonte: Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Como foi observado na Figura 11, as respostas obtidas não atingiram os níveis de avaliação considerados positivos ou de concordância, que correspondem aos valores 4 e 5. Para os participantes do grupo ZR, a média das respostas ficou concentrada no ponto 2, enquanto que, para os participantes do grupo ZU, as respostas variaram entre os pontos 1 e 2. Isso indica que a percepção dos participantes em relação à avaliação foi bastante negativa, refletindo insatisfação ou desacordo com os aspectos analisados.

Partindo da representação da Figura 12, é possível observarmos e que a variação nas respostas dos guineenses que consideram o português como sua segunda língua (L2) foi compreendida entre os pontos 1 e 4, com a mediana das respostas posicionando-se no ponto 2. Por outro lado, os participantes que relataram o português como sua terceira língua (L3) apresentaram uma faixa de avaliação que abrangeu do ponto 1 ao ponto 3, com a mediana concentrando-se no ponto 1. Essa média de respostas, centrada no ponto 1, sugere uma avaliação subjetiva que diverge consideravelmente da afirmação proposta. É importante considerarmos que esse julgamento em questão foi realizado por indivíduos para os quais o português ocupa a posição de L3. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que, antes do aprendizado do português em Guiné-Bissau (PGB), esses indivíduos interagiam predominantemente em uma língua étnica ou em guineense, o que pode resultar em um domínio menos desenvolvido da língua portuguesa em sua contextualização local.

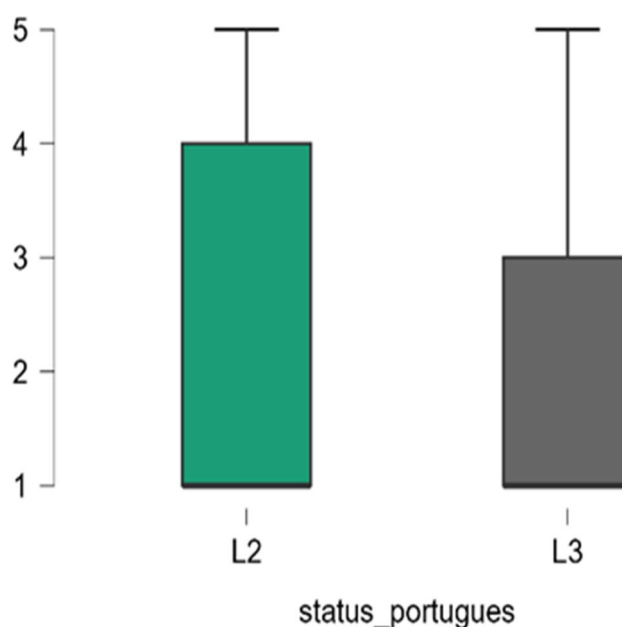
Figura 12 – O melhor português falado é o que se fala no Brasil



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Referente à Figura 12, observa-se que a amplitude das respostas revelou-se similar entre os dois grupos de participantes, abrangendo desde o ponto 1 até as proximidades do ponto 3. Entretanto, enquanto a mediana para os indivíduos que consideram o português como L2 situou-se no ponto 2, os que têm o português como L3 apresentaram uma mediana abaixo desse nível, entre os pontos 1 e 2. De maneira geral, constatamos um julgamento divergente em relação à afirmação proposta (“O melhor português falado é o que se fala no Brasil”), pois a avaliação no ponto 2 se alinha com a opção "discordo parcialmente", enquanto a avaliação no ponto 1 corresponde a "discordo totalmente" em relação a essa afirmação.

Figura 13 - O melhor português falado é o que se fala em Portugal



Fonte: Autora desta pesquisa (2024) – ANOVA

Em relação à Figura 13, observa-se que as respostas apresentaram uma variação significativa entre os participantes: enquanto aqueles que utilizam o português como segunda língua (L2) chegaram a pontuar até o nível 4, os que introduziram o português como terceira língua (L3) não ultrapassaram o nível 3. Contudo, a mediana das respostas em ambos os grupos foi fixada no ponto 1, evidenciando uma clara discordância em relação à afirmação de que a variedade europeia do português deve ser considerada a forma superior da língua. Essa percepção pode estar vinculada a um crescente reconhecimento de que, embora o português europeu (PE) tenha sido historicamente a língua dos colonizadores, isso não implica que ele

seja superior ao português guineense (PGB), por exemplo. Além disso, essa perspectiva pode refletir um processo de formação de identidade em relação ao PGB, sugerindo que os participantes não nutrem uma admiração desprovida de crítica pelo PE.

Em linhas gerais, constatamos que a percepção dos cidadãos guineenses varia de acordo com a posição do idioma português em relação a cada grupo. No entanto, essa variação não gerou uma avaliação que diverge de forma significativa daquela identificada ao analisarmos nossa amostra de acordo com o sexo e a localização geográfica.

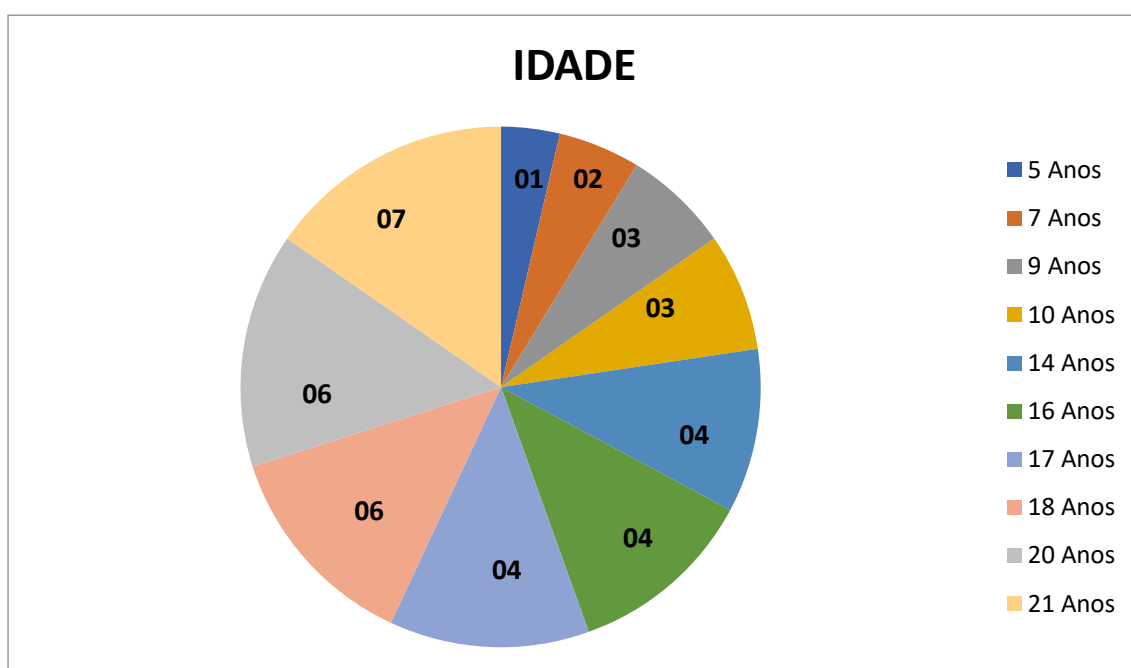
Dando continuidade ao mapeamento das respostas coletadas, todos os participantes da pesquisa indicaram ter entre 19 e 38 anos. Em relação ao aspecto da “idade”, Lambert e Lambert ([1966]1981) observam que a infância é um período crucial em que os indivíduos começam a reconhecer nomes e características de outras pessoas, além de entender os múltiplos papéis que essas pessoas desempenham. Esse processo é fundamental para o estabelecimento de vínculos que, por sua vez, moldam os hábitos de julgamento e ação dos indivíduos. Os autores enfatizam que tais hábitos são determinantes tanto para ações futuras quanto servem como modelos de comportamento (Lambert; Lambert, [1966]1981). No contexto de nossa pesquisa, que visa correlacionar eventos sociais e linguísticos, podemos argumentar que é também na primeira infância que se inicia a identificação com uma língua específica, a qual se dá em função de suas particularidades, do papel que desempenha na comunidade de fala, dos laços dos falantes com os usuários dessa língua e da função social da língua, que pode ser descrita como instrumental — utilizada em contextos impessoais, como o estudo e o trabalho — ou integrativa, aplicada em situações cotidianas. Em resumo, a forma como a língua é aprendida, seja para fins acadêmicos ou como parte de uma herança linguístico-cultural que simboliza a pertença a uma comunidade de fala, faz uma diferença significativa.

Essa análise sugere que, na faixa etária dos colaboradores estudados, um processo de identificação com a língua já se consolidou. Isso significa que os indivíduos já passaram por experiências de observação e formaram impressões sobre a língua, cultivando um desejo intrínseco de aprendê-la e, em muitos casos, já realizaram a aprendizagem efetiva, o que se traduz em comportamentos e atitudes em relação à língua. Em resumo, entre os 19 e 38 anos, há uma identidade sociolinguística já estabelecida. Nesse cenário, para aqueles que adquiriram o português de forma tardia, o processo de identificação lingüística pode ser ainda menos integrador. Com isso, fundamentamo-nos nas ideias de Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 48) para afirmar que

Tais resultados mostram a influência difusa de imitação, aprendizagem social indireta e identificação. Embora tais processos influam numa criança durante toda a sua vida, são muito fortes nos primeiros anos de socialização, quando, para a criança, uma ou duas pessoas parecem ter poderoso controle de suas necessidades e valores.

No decurso desta pesquisa, foi realizada uma indagação aos participantes acerca da idade em que adquiriram o domínio da língua portuguesa. As respostas obtidas revelaram uma ampla variabilidade etária, abrangendo desde aqueles que reportaram ter iniciado o aprendizado aos cinco anos de idade até indivíduos que mencionaram ter começado apenas aos vinte anos. Especificamente, alguns participantes relataram o início da aprendizagem aos sete, nove, dez, onze e doze anos. Essa diversidade etária na aquisição do português sugere uma gama de experiências educacionais distintas entre os participantes. Para melhor ilustrar essa distribuição etária, o Gráfico 2, apresentado a seguir, detalha as idades em que os participantes afirmaram ter aprendido a língua portuguesa.

Gráfico 2 - Distribuição dos participantes pela idade em que aprendeu o português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Apresentamos também o Quadro 18, que mostra a distribuição dos participantes com base no sexo e na localização:

Quadro 18 - Distribuição dos participantes pelo sexo versus a localização

PARTICIPANTE	FEMININO	MASCULINO
ZONA URBANA	16	11
ZONA RURAL	04	09
TOTAL	20	20

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

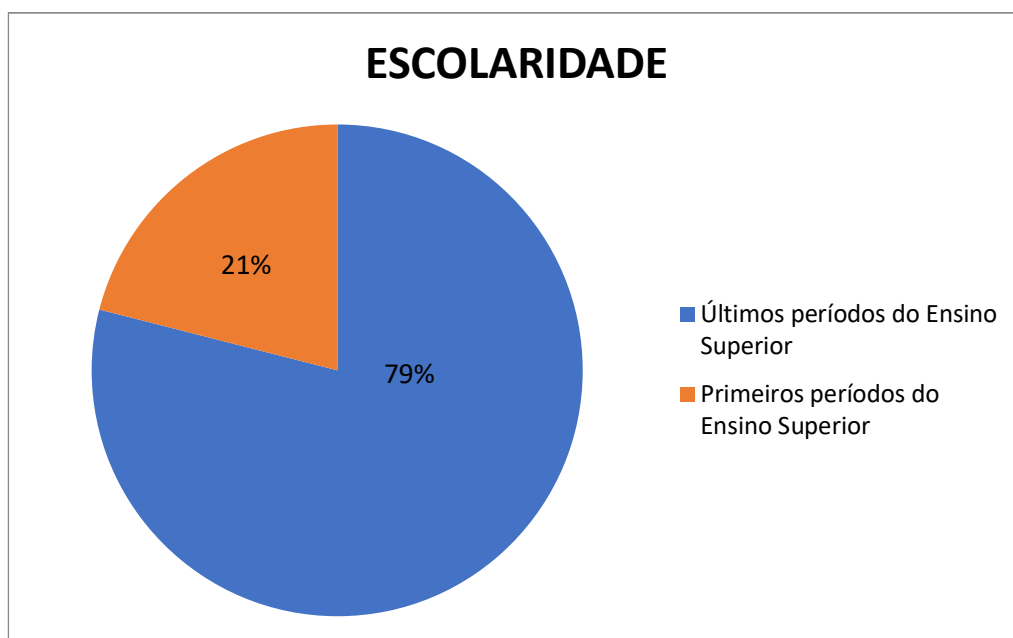
Consideramos que, para a faixa etária de 19 a 38 anos dos participantes guineenses, a flexibilidade nas atitudes linguísticas tende a ser limitada, uma vez que esses indivíduos já foram condicionados a se comportar de determinadas maneiras ao longo de um período significativo de tempo. Essa reflexão se apoia na argumentação de Lambert ([1966] 1981), que ressalta que as atitudes, uma vez formadas, influenciam nossas reações e facilitam a adaptação social. Ele observa que, nos estágios iniciais de formação das atitudes, seus componentes podem ser alterados por novas vivências; no entanto, com o tempo, essa estrutura pode se tornar rígida e estereotipada, geralmente em decorrência de uma longa exposição a maneiras específicas de reagir a certos eventos ou grupos sociais.

Um dado relevante obtido a partir da aplicação do questionário sociolinguístico indica que 100% dos entrevistados adquiriram o português no ambiente escolar, dos quais 67% frequentaram instituições de ensino público, correspondendo a 24 dos 40 participantes. Essa informação reforça a ideia previamente discutida de que o primeiro contato linguístico de um indivíduo ocorre predominantemente no contexto familiar, que, conforme os dados coletados, comunica-se através de uma língua étnica. Neste contexto, Cá (2015, p. 396) observa que "quase 98% dos guineenses pertencem a uma etnia, a qual está intimamente ligada à sua língua étnica, que serve como língua materna para a maioria dessa população".

No que diz respeito ao aspecto educacional, a maioria significativa dos participantes da pesquisa, representando cerca de 79% (um total de 31 indivíduos), está atualmente matriculada nos últimos períodos do Ensino Superior. Além disso, uma parcela que correspondente a 21% (totalizando 9 guineenses), relatou está entre o primeiro e terceiro período do curso de Ensino Superior. Esses dados nos permitem inferir que, em termos de nível educacional, os colaboradores que participaram da pesquisa possuem um elevado grau

de letramento. Essa alta taxa de escolaridade sugere uma tendência à preservação da variante padrão da língua, especialmente no que se refere à concordância verbal. A distribuição do nível de instrução desses participantes é ilustrada no Gráfico 3, apresentado a seguir.

Gráfico 3 - Distribuição dos participantes pela escolaridade



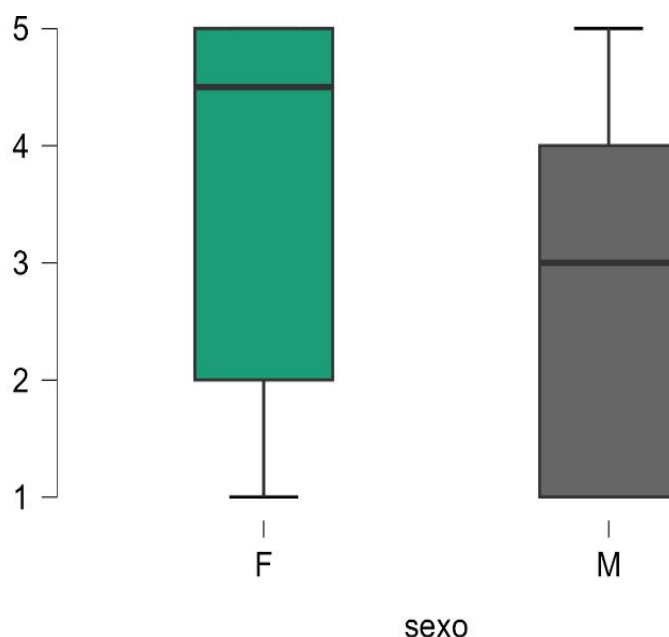
Fonte: A Autora da pesquisa (2024)

A língua, além de sua função primordial de expressar as realidades do mundo físico e abstrato, desempenha um papel significativo na reflexão dos valores e das culturas de diferentes grupos sociais. As percepções de mundo, crenças e ideologias dos indivíduos estão frequentemente manifestadas nos usos linguísticos que estes fazem. Diante disso, com base nos dados apresentados, pode-se concluir que a língua constitui um elemento fundamental da identidade cultural, pois expõe as características únicas da cultura de cada grupo humano.

Ao abordar a língua sob essa perspectiva, torna-se evidente que ela transcende a mera função de facilitar a comunicação entre as pessoas, conforme alguns podem supor. Sua utilização vai além da simples transmissão de mensagens verbais ou escritas; a língua também desempenha um papel crucial nas interações sociais, nas relações afetivas e na expressão das posições ideológicas de cada indivíduo. Assim, no contexto da interação social e cultural, é imprescindível ampliar a compreensão da língua, reconhecendo-a como um fenômeno complexo que vai muito além de um simples instrumento comunicativo (Fafina, 2011).

Apesar do elevado nível de escolaridade, a análise realizada por meio do teste de atitude revelou, de maneira geral, uma avaliação favorável em relação à variante não-padrão vinculada à concordância verbal, conforme ilustrado na Figura 14.

Figura 14 – Avaliação subjetiva para o sintagma verbal “Muitas pessoas veio do Brasil nesta semana”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

A figura 14 ilustra as respostas limites que foram categorizadas como "Bom" ou "Ruim", utilizando uma escala linear em que o valor "5" representa "totalmente bom", o valor "4" sinaliza "parcialmente bom", o valor "3" indica uma posição neutra, o valor "2" corresponde a "parcialmente ruim" e o valor "1" se refere a "totalmente ruim". A análise revelou que a média das respostas das mulheres guineenses se concentrou em torno do ponto "5", enquanto, entre os homens guineenses, a média situou-se no ponto "3". Assim, não se observou uma quantidade significativa de respostas que indicassem avaliações como "totalmente ruim" ou "parcialmente ruim", que corresponderiam aos pontos "1" e "2" na escala, mesmo diante da ausência de concordância de número no sintagma verbal.

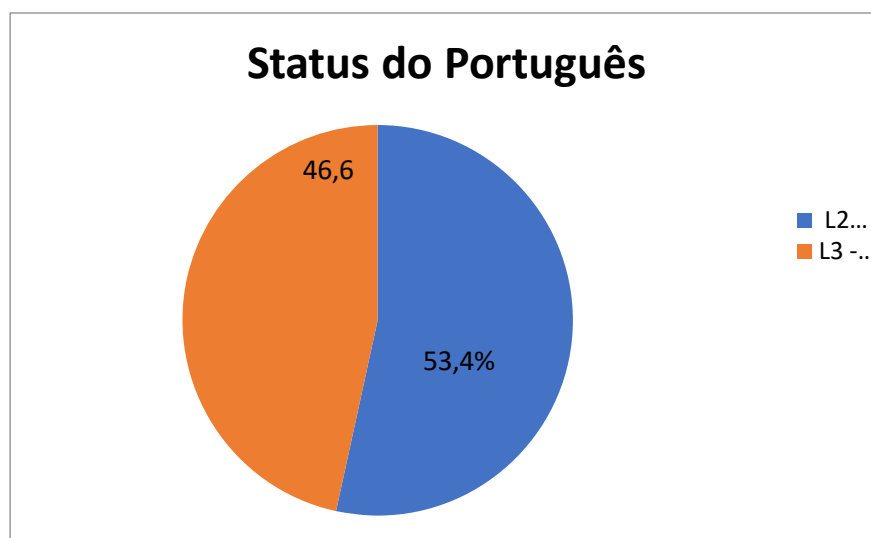
Além disso, também demonstra que, entre as mulheres guineenses, a variação das respostas abrangeu do ponto "2" ao ponto "5", sendo que a maioria das respostas se concentrou na avaliação do ponto "4", caracterizando uma percepção positiva (parcialmente

boa) em relação à correção gramatical do sintagma. Os homens guineenses, por outro lado, mostraram uma variação nas respostas que foi do ponto "1" ao ponto "4", com a mediana localizando-se no ponto "3", que indica uma postura neutra em relação à correção gramatical do sintagma.

Essa observação sugere que, em ambos os grupos, não houve uma tendência predominante de avaliações negativas quanto ao uso não padrão observado. Um fator que pode contribuir para essa ausência de avaliações negativas é o fato de o Português de Guiné-Bissau (PGB) ser frequentemente adquirido de forma tardia pelos indivíduos na Guiné-Bissau, conforme discutido anteriormente ao abordarmos a idade em que os participantes relataram ter aprendido a língua. Essa aquisição tardia do PGB pode resultar em uma maior interferência do guineense do PGB, o qual, como mencionado, possui regras de concordância distintas, não necessariamente exigindo a marcação de morfemas plurais em todos os componentes do sintagma.

Outro aspecto que pode afetar essa avaliação é a posição que o Português de Guiné-Bissau (PGB) ocupa no contexto linguístico dos participantes da pesquisa. Para a maioria dos indivíduos entrevistados, o PGB representa a terceira língua que aprenderam, e é importante ressaltar que nenhum dos participantes declarou ser falante nativo desse idioma. Essa informação é ilustrada no Gráfico 4, o qual evidencia a hierarquia das línguas dominadas pelos respondentes, refletindo assim a diversidade de experiências linguísticas e o potencial impacto que isso pode ter sobre a percepção e a eficácia da aprendizagem do PGB.

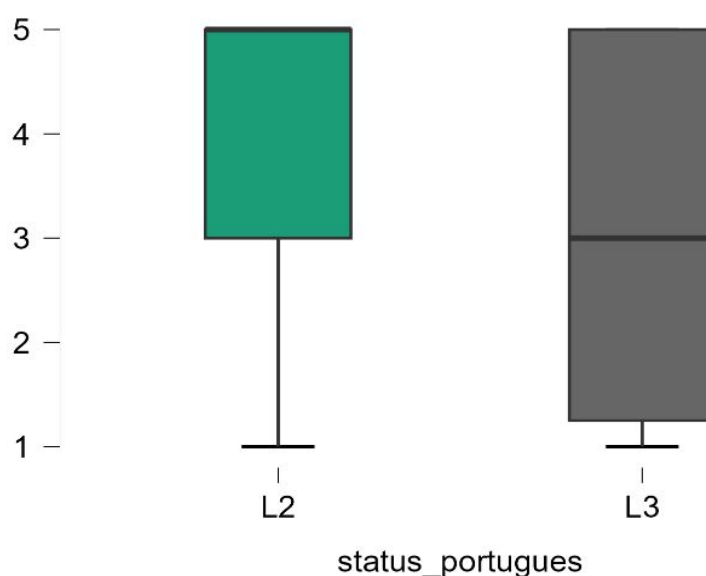
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024)

Para evidenciarmos a importância da variável "status do português", apresentamos a seguir o boxplot resultante das avaliações dos participantes em relação à correção gramatical do sintagma “Saiu alguns resultados alterados dos exames.” Observamos que as respostas distribuíram-se em dois grupos distintos, tanto em termos de amplitude das avaliações quanto na posição da mediana, indicando julgamentos divergentes sobre o uso dessa expressão. No entanto, é relevante destacar que as avaliações desses grupos não tenderam a se posicionar nos níveis mais baixos da escala, como demonstrado nas análises subsequentes. Essa constatação sugere uma aceitação relativamente positiva em relação ao uso do sintagma, o que pode refletir uma flexibilização nas normas gramaticais percebidas pelos avaliadores.

Figura 15 - Avaliação subjetiva para o sintagma verbal “Saiu alguns resultados alterados dos exames.”



Fonte: Autora desta pesquisa (2024) – ANOVA

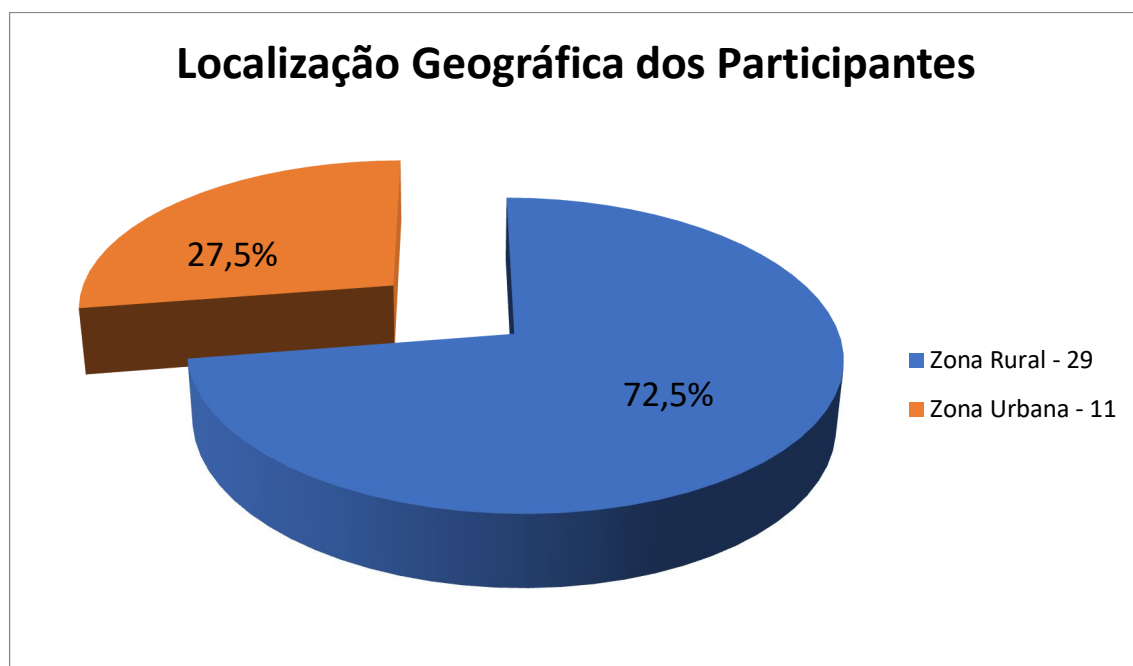
Conforme ilustrado na Figura 15, os participantes que relataram o português como segunda língua (L2) apresentaram variação em suas respostas, com pontuações que oscilaram do ponto 3 ao ponto 5. A mediana das respostas situou-se no ponto 5, indicando um julgamento predominantemente positivo a respeito da correção gramatical do sintagma em

questão, visto que a nota mais alta na escala linear sugere que o sintagma é percebido como "totalmente bom" sob o aspecto gramatical.

Por outro lado, os participantes que indicaram o português como terceira língua (L3) manifestaram uma gama de respostas que variou entre os pontos 1 e 5, sendo que a média das respostas se estabeleceu no ponto 3. Essa distribuição sugere que os falantes de português como L3 assumiram uma posição mais neutra referente à correção gramatical do sintagma apresentado.

Ademais, é relevante destacar que, em ambos os grupos analisados, as medianas não se situaram em pontuações que refletissem um juízo negativo. Portanto, não foi observada uma quantidade significativa de respostas que classificasse o sintagma como total ou parcialmente incorreto em termos de correção gramatical. Essa constatação denota uma tendência entre os participantes em favor de avaliações positivas ou neutras sobre a adequação gramatical do material analisado.

Uma informação adicional que obtivemos é que a maioria dos participantes indicou ter nascido em áreas rurais da Guiné-Bissau, mas posteriormente se mudaram para zonas urbanas no país. Antes de se transferirem para o Brasil, era nas áreas urbanas que residiam. Quanto à influência do ambiente de residência em um indivíduo, esta questão se alinha à perspectiva de Lambert, que argumenta que é na infância precoce que os papéis sociais são assimilados. No contexto do uso da linguagem, Lambert e Lambert (1966) destacam a importância de dissociar as diferenças entre famílias e os ambientes sociais em geral, buscando identificar como as pressões que a família exerce sobre a criança variam de família para família e de sociedade para sociedade (Lambert; Lambert, [1966] 1981, p. 30). O Gráfico 5, apresentado a seguir, reforça a análise quantitativa dos participantes com base em sua localização geográfica na Guiné-Bissau.

Gráfico 5 - Distribuição dos participantes pela localização

Fonte: A Autora da pesquisa (2024)

A partir das informações coletadas durante o preenchimento da ficha social com os estudantes guineenses, observamos que aqueles provenientes de áreas rurais enfrentam uma pressão significativa de suas famílias para manter a comunicação na língua étnica de suas respectivas comunidades. Essa dinâmica cultural é tal que o uso do português, especialmente em interações com pessoas de idade mais avançada, pode ser percebido como um sinal de desrespeito ou arrogância. Para Rúbio (2021) a avaliação linguística é capaz de revelar não apenas a configuração sociolinguística da comunidade guineense, mas também as razões subjacentes à manutenção desse contexto ou à possibilidade de mudanças. O prestígio conferido à língua portuguesa pelos guineenses pode, no longo prazo, indicar um aumento em seu uso, resultando, por consequência, em um possível declínio e até mesmo na extinção das línguas locais. No entanto, como discutido, existem fatores que influenciam a expansão do português, incluindo questões de identidade e pertencimento, que evidenciam uma perspectiva ambivalente em relação à língua "imposta" pela ex-colônia aos habitantes locais.

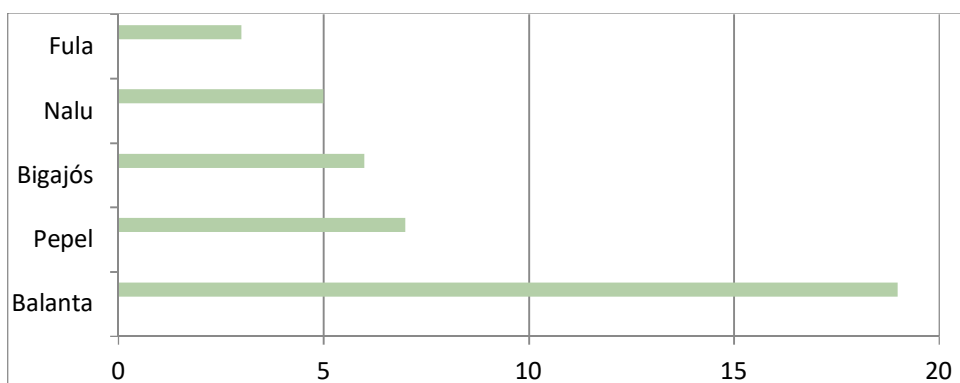
Portanto, a implementação de políticas linguísticas que reconheçam e valorizem a diversidade linguística presente na Guiné-Bissau poderia contribuir significativamente para a manutenção do caráter multilíngue do país, sustentando, assim, sua riqueza cultural e

multiculturalidade. Rúbio (2021) sustenta nossa análise sobre a importância do fator geográfico no uso da língua entre os guineenses e reforça nossa observação sobre como as interações sociais são profundamente mediadas pela escolha do idioma.

Ademais, a valorização do guineense em níveis local e nacional contrasta com o prestígio internacional do português e a sua secular tradição escrita. Isso, em nossa análise, resulta em um equilíbrio de forças que, de certa forma, somente é alterado por meio de intervenções em forma de políticas linguísticas governamentais. Em uma posição distinta em relação às línguas guineense e portuguesa, as línguas étnicas encontram-se cada vez mais "encantoadas", limitando-se fundamentalmente às interações locais, enquanto sua importância, funcionalidade e legitimidade enfrentam contestação diante de sua inferioridade demográfica e socioeconômica (Rúbio, 2021, p.46)

Os grupos étnicos são interdependentes e formam-se através do compartilhamento de critérios de avaliação. A dicotomia entre "nós" e "eles" revela limitações na compreensão mútua e diferenças nos critérios de julgamento. A existência de um grupo étnico é socialmente construída e problemática, pois a pertencença é uma questão de definição social. A identificação étnica é moldada pela aceitação dos membros e pelas definições de outros grupos, sendo as fronteiras fundamentais para essa identificação, pois delimitam o sistema social (Focna, 2023). Isso corrobora as observações feitas anteriormente acerca da elevada frequência com que indivíduos se deslocam para a capital do país, predominantemente com o propósito de prosseguir seus estudos. Ademais, evidencia a realidade das tabancas, situadas nas áreas rurais da Guiné-Bissau, onde a interação social ocorre majoritariamente através de línguas étnicas. No que tange ao aspecto “grupo étnico”, o Gráfico 6 a seguir ilustra a distribuição da população de acordo com a etnia declarada.

Gráfico 6 – Distribuição dos participantes por etnia



Fonte: Autora da pesquisa (2024)

No gráfico apresentado, identificamos que três participantes da pesquisa afirmaram pertencer a múltiplos grupos étnicos. Essa situação pode ser atribuída a casos em que um indivíduo possui ascendência de etnias distintas, especificamente quando seus genitores pertencem a grupos étnicos diferentes. Embora a etnia do pai frequentemente seja considerada a predominante na autodeclaração, observamos que, nos casos em questão, os participantes decidiram se identificar como representantes de duas etnias. Essa escolha revela uma diversidade de experiências e uma identidade étnica que transcende as categorizações tradicionais.

No contexto multiétnico e multilíngue da Guiné-Bissau, ainda na ficha social aplicadas aos participantes evidenciam uma dinâmica interessante na relação entre etnia e línguas dominadas pelos cidadãos. Nos ambientes rurais, é frequentemente observado que o indivíduo utiliza sua língua étnica como primeira língua (L1), comunica-se em guineense como segunda língua (L2) e, em alguns casos, o crioulo guineense (PGB) é empregado como terceira língua (L3). Por outro lado, para os indivíduos nascidos na capital, Bissau, é igualmente recorrente que o guineense seja considerado a primeira língua (L1). Essa constatação ressalta a complexidade do panorama linguístico no país, refletindo a intersecção entre identidade étnica e proficiência linguística. Assim, Conforme Braga (2020, p.26)

o multilinguismo encontrado em seu território e o status ocupado hoje pelo crioulo guineense, a língua mais falada no país e de identidade nacional, assim como do português, que, embora seja a língua oficial, é falado por cerca de 22,5% da população, na maioria das vezes como L2 ou L3, e que acreditamos constituir o PGB, uma variedade distinta da norma lusitana.

Nas últimas décadas, os estudos sobre o bilinguismo e o multilinguismo têm avançado de maneira significativa, evidenciando a necessidade de identificar e analisar variáveis que contribuam para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno linguístico. Entre as principais variáveis e elementos que se mostraram relevantes para a pesquisa nessa área, destacam-se o funcionamento do cérebro humano, o indivíduo, a dinâmica familiar, a comunidade de fala, a posição da língua no contexto comunitário (se é considerada majoritária ou minoritária), bem como a ordem na qual as línguas são adquiridas, seja por meio do bilinguismo simultâneo ou sequencial. Essa abordagem abrangente permite um entendimento mais claro das complexidades envolvidas na aprendizagem e no uso de múltiplas línguas.

Conforme discutido anteriormente, a convivência com diversas línguas é uma característica intrínseca ao contexto sociocultural da Guiné, sendo percebida de forma natural pelos seus habitantes. Hymes (2006) observa que pessoas e comunidades normais não estão restringidas a um único modo de se expressar, evitando assim uma monotonia que tornaria impossível a comunicação de sentimentos como respeito, insolência ou humor, por meio de diferentes formas de fala. Além disso, o autor aponta que a função e o valor da língua variam de um lugar para outro, e que a fala pode ter diferentes significados e impactos nas variadas economias comunicativas de cada sociedade. Tais considerações sublinham a complexidade das interações linguísticas e sociais, reforçando a ideia de que as práticas comunicativas são diversas e adaptáveis nas diferentes comunidades culturais.

Portanto, Hymes (2006) discute sobre as “maneiras de falar” e a posição das línguas na Guiné-Bissau. Cada língua possui sua própria relevância e significado, variando conforme quem se expressa e o contexto em que a comunicação ocorre.

7.2.3 Parte II: Reações subjetivas acerca dos padrões de concordância verbal

Antes de proceder com a análise dos dados obtidos por meio do teste de percepção sobre o uso da concordância nominal de número, é importante destacar que tal teste abrange não apenas afirmações predominantemente relacionadas ao português de Guiné-Bissau (PGB), mas também ao português do Brasil (PB) e ao português europeu (PE). Ademais, são incluídas sentenças que exemplificam a ocorrência desse fenômeno linguístico. Muitas dessas sentenças foram transcritas a partir dos dados de escrita coletados por Malta (2019). No entanto, durante as primeiras reuniões com orientadora, por se tratar de uma pesquisa através de formulário via google docs optamos por extrair algumas sentenças produzidas em diálogos noticiosos produzidos pela plataforma Youtube e inseri-las no teste. Essa abordagem possibilitou uma representação mais ampla das produções linguísticas, englobando sentenças para serem apreciadas.

Um dos motivos que justificam a inclusão de frases extraídas da plataforma do Youtube é que essa abordagem permite que os indivíduos se reconheçam em determinadas expressões, promovendo um sentimento de familiaridade. Isso, por sua vez, tende a reduzir o grau de vigilância em relação ao contexto, já que os participantes podem se visualizar nas situações em que os dados são gerados. Nesse sentido, Lambert ([1966], 1981) aponta que as

peessoas que estão sendo analisadas devem ser capazes de se imaginar em contextos sociais específicos e, a partir disso, relatar seus sentimentos, pensamentos e possíveis comportamentos em tais cenários.

Com as devidas explicações apresentadas, informamos que este capítulo terá, primeiramente, uma abordagem descritiva, seguida de uma análise estatística. Esta análise será realizada utilizando o software ANOVA, que disponibiliza testes capazes de fornecer resultados descritivos e estatísticos.

A análise descritiva concentra-se na observação do comportamento dos dados da forma como eles se manifestam naturalmente na amostra analisada, com o objetivo de proporcionar uma compreensão do padrão linguístico dos participantes. Essa abordagem descritiva foi amplamente empregada por Labov (2008), que investigou diretamente a ocorrência de uma mudança fonológica na comunidade da ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. Labov argumenta que “um exame minucioso da configuração de uma mudança sonora específica facilita a identificação de uma explicação particular para o fenômeno observado” (Labov, 2008, p. 45).

A análise estatística permite a observação da frequência de certos eventos, utilizando um nível de significância α (alfa) previamente definido para avaliar o comportamento da amostra. De acordo com Pereira (2021), em estudos nas ciências humanas, o valor de α adotado é 0,05, o qual será aplicado neste estudo linguístico. O teste estatístico ANOVA gera um valor "p" que representa a amostra analisada, o qual é comparado ao valor de α estabelecido, o que possibilita a confirmação ou rejeição da hipótese nula, que postula a ausência de diferenças entre os grupos comparados. Caso a hipótese nula (H_0) não seja confirmada, assume-se a hipótese alternativa (H_1), que sugere a existência de diferenças ou associações significativas entre as variáveis. Dessa forma, se o p-valor resultante do teste for inferior a α ($p < 0,05$), rejeita-se H_0 ; caso contrário, se o p-valor for igual ou superior a α ($p \geq 0,05$), a hipótese nula não é rejeitada.

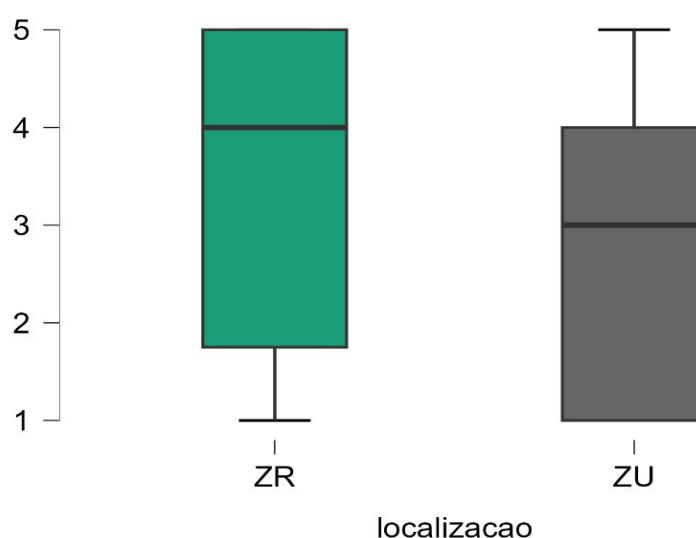
Diante do exposto, procederemos com a discussão por meio de uma análise descritiva da avaliação subjetiva dos participantes em relação ao fenômeno da concordância verbal.

7.3 A ANÁLISE DESCRITIVA

Em concordância com o estabelecido anteriormente, esta seção destina-se à análise

descritiva dos dados coletados por meio do teste de atitude implementado neste estudo. Para dar início à exposição desses dados, apresentamos a seguir as figuras geradas pelo software ANOVA. A figura 16, por exemplo, ilustra uma sentença que, presumivelmente, foi facilmente reconhecida pelos participantes guineenses, considerando que houve um período de aulas remotas e que, no momento das entrevistas, as aulas presenciais haviam sido recentemente retomadas. Esta sentença exemplifica um uso não padrão da concordância verbal, cuja pluralização dos elementos será discutida posteriormente.

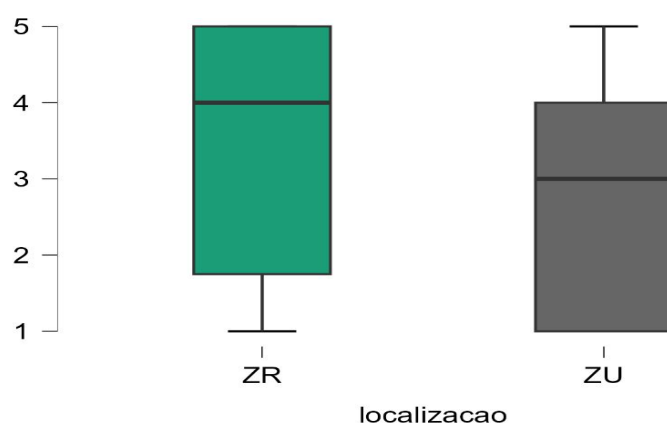
Figura 16 – Reação subjetiva para a sentença “*Saiu* alguns resultados alterados dos exames” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na figura apresentada, observamos que a média das respostas dos participantes que residem em áreas rurais na Guiné-Bissau se situou no ponto 4, com um intervalo variando do ponto 2 ao ponto 5. Isso indica que, de modo geral, os guineenses avaliaram a correção gramatical da sentença como “parcialmente boa”, o que representa uma avaliação favorável em relação a uma forma não padrão de concordância verbal. Além disso, ao analisar a percepção dos participantes considerando o recorte “status do português”, obtivemos a seguinte resposta de ANOVA:

Figura 17 – Reação subjetiva para a sentença “*Saiu* alguns resultados alterados dos exames” pela localização

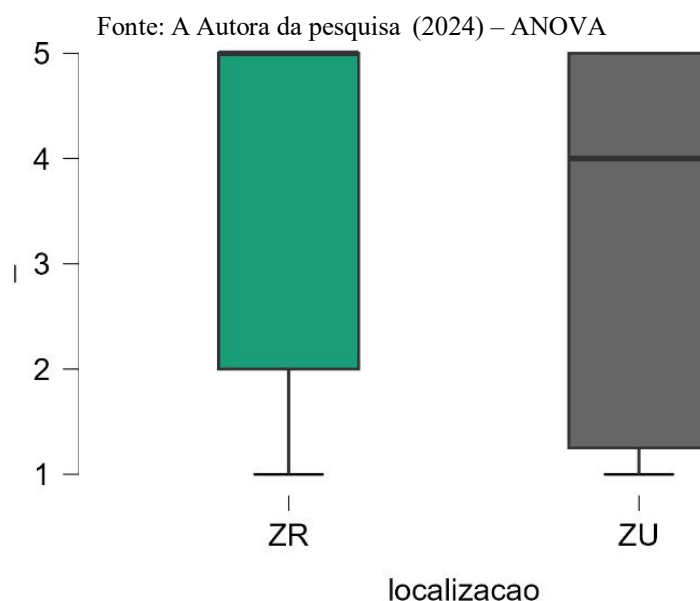


Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA)

Na figura 17, observa-se que a mediana das respostas dos participantes, tanto aqueles que relataram o português como segunda língua (L2) quanto aqueles que o identificaram como terceira língua (L3), se situou no ponto 3. Esse resultado revela uma avaliação média neutra ou indiferente em ambos os grupos. No entanto, o intervalo de respostas apresentou variações distintas. Para os participantes que atribuíram o status de L2 ao português, as respostas oscilaram entre o ponto 2 e o ponto 5, indicando avaliações que variaram de "totalmente boa" (ponto 5) a "ruim" (ponto 2) em relação à correção gramatical da sentença. Por outro lado, os participantes que consideraram o português como L3 apresentaram um intervalo de respostas que foi do ponto 1 ao ponto 4, refletindo opiniões que variaram de "totalmente ruim" (ponto 1) a uma avaliação menos negativa, mas ainda crítica (ponto 4). Em síntese, as avaliações divergiram significativamente nas extremidades para cada um dos grupos, em função da condição de uso do português.

Dando prosseguimento à apresentação dos resultados deste estudo, apresentamos a seguir as figuras 18 e 19, que ilustram as avaliações dos participantes em relação aos sintagmas "Muitas pessoas VEIO [..]" e "Eles ANDA [...]".

Figura 18 – Reação subjetiva para o sintagma: “Muitas pessoas *VEIO* do Brasil nesta semana”. pela localização



Na figura 18, é possível observar que tanto os participantes provenientes de áreas rurais quanto aqueles de áreas urbanas apresentaram reações subjetivas predominantemente positivas em relação à forma -CV no sintagma “Muitas pessoas *VEIO* do Brasil nesta semana”. Embora as classificações tenham variado entre os valores 2 e 5 para os indivíduos da zona rural (ZR) e entre 1 e 5 para os da zona urbana (ZU), a mediana das avaliações situou-se nos pontos 5 e 4, respectivamente. Esses resultados indicam uma avaliação favorável, sugerindo que os participantes consideraram a construção frasal, de maneira total ou parcial, aceitável em termos de correção gramatical. Este achado pode ser atribuído à possível influência do idioma guineense na utilização do Português Guineense (PGB), especialmente considerando que o padrão de pluralização observado na frase em questão evidencia uma estrutura análoga àquela discutida por Matche (2017) que, na bissau-guineense, o número é indicado apenas por um único elemento no sintagma nominal sujeito, através da adição do morfema (s), o que implica que, nessa língua, não é necessário que tanto o sujeito quanto o verbo sejam expressos no plural.

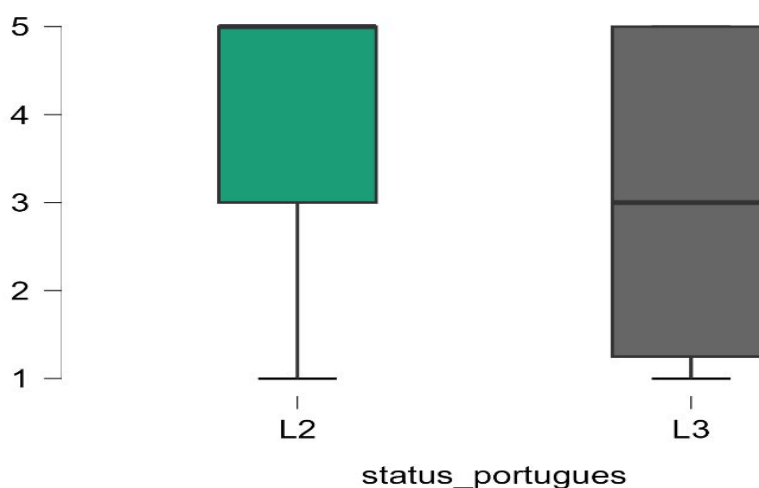
Dessa forma, a concordância verbal na língua bissau-guineense apresenta características distintas em relação a outras línguas, com destaque para a língua portuguesa, que se considera ser a base dessa língua. Neste contexto, observa-se que o verbo não sofre flexão no plural em relação ao sujeito, mantendo uma estrutura invariável que se aplica a todas as pessoas, tanto no singular quanto no plural (Matche, 2017).

Além das considerações gramaticais, os verbos na língua bissauguineense não incorporam em sua estrutura indicações de tempo, modo, aspecto, pessoa ou número, tanto

nos tempos verbais simples quanto nos complexos. Sendo assim, as flexões verbais são inexistentes nessa língua, que recorre à utilização de morfemas livres, os quais exercem essas funções e acompanham os verbos, conforme apontado por Intumbo (2007).

A esse resultado, é pertinente reiterar que, conforme os dados obtidos nesta pesquisa e apresentado no Quadros 7, a língua portuguesa frequentemente é considerada como L3 por indivíduos provenientes de áreas rurais, enquanto para aqueles oriundos de áreas urbanas, é comumente classificada como L2. Esses dados evidenciam que a maior parte dos participantes do PGB que identificou o português como L3 provinha de contextos rurais.

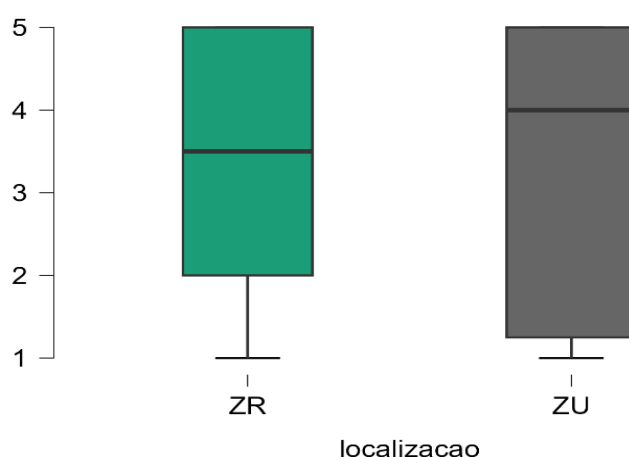
Figura 19 – Reação subjetiva para o sintagma: “Muitas pessoas *VEIO* do Brasil nesta semana” pela localização .pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na análise da figura 20, observou-se que os participantes que relataram ter o português como segunda língua (L2) apresentaram um intervalo de respostas entre os pontos 3 e 5, com a mediana posicionando-se no ponto 5. Isso sugere uma avaliação majoritariamente positiva, uma vez que as respostas positivas (nos pontos 4 e 5) superaram as neutras (ponto 3). Em contraste, os indivíduos que indicaram o português como terceira língua (L3) exibiram um intervalo de respostas que abrangeu todos os pontos possíveis, resultando em uma mediana situada no ponto 3, que é classificado como neutro. Tal constatação pode estar relacionada ao menor nível de contato com o português, considerando a prevalência do uso cotidiano de uma língua étnica ou do guineense.

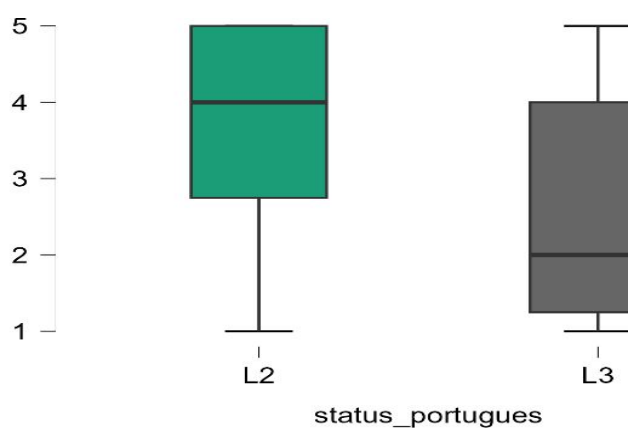
Figura 20 – Reação subjetiva para o sintagma: "Eles ANDA [...]"pela localização



Fonte: A autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Em relação ao sintagma "Eles ANDA [...]", conduziu-se uma análise por meio do software ANOVA, como ilustrado na Figura 19. Os resultados indicam que os participantes provenientes de ZU apresentaram uma mediana centralizada no valor 4, sugerindo uma avaliação predominantemente positiva, embora as respostas tenham demonstrado variação entre os extremos do ponto 1 e do ponto 5. Por outro lado, os participantes de ZR realizaram avaliações que oscilaram entre os pontos 2 e 5, com uma média ligeiramente superior ao ponto de neutralidade. Assim como no sintagma anteriormente analisado, "Muitas pessoas *VEIO*", observa-se que a expressão "Eles ANDA [...]" também representa um uso não padrão da língua, o qual, curiosamente, não foi avaliado de forma negativa por nenhum dos grupos envolvidos na pesquisa.

Figura 20 – Reação subjetiva para o sintagma “Eles ANDA [...]” pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA

Com referência à figura 20, os resultados obtidos indicam que, no que se diz respeito aos participantes cuja língua materna é o português como segunda língua (L2), as avaliações situam-se em um intervalo que abrange os pontos 3 a 5, apresentando uma mediana localizada no ponto 4. Por outro lado, para os participantes cuja língua materna é o português como terceira língua (L3), os dados revelam que as respostas estão posicionadas em um intervalo que se aproxima do ponto 1 até o ponto 4, sendo a mediana concentrada no ponto 2.

Na análise apresentada nos gráficos, verificamos a ausência de concordância verbal em termos de número entre todos os componentes do sintagma, observando que a opção foi pela pluralização exclusiva do núcleo. Esse fenômeno pode evidenciar a influência do contato linguístico entre o Português da Guiné-Bissau (PGB) e a língua guineense, uma vez que, nesta última, há uma escassez de marcas morfológicas de pluralidade. Quando essas marcas se manifestam, geralmente é apenas no núcleo do sintagma que ocorre tal pluralização.

Com a intenção de observarmos o comportamento da pluralização da morfologia de flexão verbal específica no uso do PGB, retomamos o trabalho de Malta (2019) cujo foco centrou-se também no parâmetro do sujeito nulo e teve como variável dependente a concordância verbal. Na pesquisa mencionada, foram analisadas tanto a aplicação da regra de concordância verbal (presença do morfema de plural), quanto a não-aplicação dessa regra (ausência do morfema de plural) (Malta, 2019, p. 84). Para tanto, a pesquisadora utilizou como variáveis linguísticas, entre outros aspectos, a classe gramatical do elemento nominal. O gráfico a seguir mostra os percentuais encontrados nos dados de escrita obtidos de cidadãos guineenses:

Quadro 19 - Concordância verbal com sujeitos plenos em P6 no PGB

Concordância verbal de P6	Percentual	Ocorrências / PR
Marcação de plural (+CV)	86%	780,88/908 .68
Não marcação de plural (-CV)	14%	127,12/908 .09

Fonte: Adaptado de Malta (2019)

O quadro apresentado ilustra os percentuais correspondentes à implementação da regra de concordância (+CV) e à sua ausência (-CV), conforme os resultados da análise de dados realizados no software Goldvarb-X. Essa análise foi conduzida a partir de redações de

vestibular elaboradas por estudantes guineenses, considerando especificamente os sujeitos plenos. Para ilustrar essas observações, são apresentados alguns exemplos extraídos da obra de Malta (2019, p. 190):

(01) “Eles estamos só consolidado então a língua portuguesa na Guiné-Bissau em todo setor de ensino porque é dele que sai todos os formandos para poder estabilizar o nosso país e desenvolvê-lo”. [PGB28F]

(02) “Eles tinha a oportunidade de participar de grandes encontros entre Guiné Bissau e Brasil”. [PGB39F]

Nos exemplos analisados, identificamos algumas instâncias em que a regra de concordância verbal foi inadequadamente aplicada, evidenciada pela marca da morfologia de flexão verbal no elemento exigido pelo sintagma. Essas construções foram extraídas do questionário de atitudes linguísticas, sendo gerada pelos próprios guineenses durante os vídeos coletados via plataforma Youtube. No que diz respeito a esse teste, tendo em vista nosso objetivo de investigar a avaliação subjetiva dos participantes em relação a sentenças selecionadas com base em características como a pluralização do sintagma verbal — como abordado em Malta (2019) —, apresentamos nas seções subsequentes os resultados das avaliações subjetivas realizadas pelos estudantes guineenses da UNILAB-CE, considerando sua localização geográfica e o status do português.

7.4 A ANÁLISE ESTATÍSTICA

Neste estágio da pesquisa, será realizado um tratamento quantitativo dos dados coletados, visando oferecer evidências estatísticas em relação ao fenômeno em análise. Para essa finalidade, empregaremos o software estatístico JASP, com foco específico na aplicação do teste de Análise de Variância (ANOVA) para avaliar as atitudes linguísticas dos guineenses que participaram deste estudo. Para Pereira (2021), o teste ANOVA é uma ferramenta estatística utilizada para investigar a influência de variáveis extralinguísticas, como os diferentes tipos de registro ou sub-registro, sobre variáveis linguísticas dependentes. Os resultados da ANOVA são avaliados por meio de índices estatísticos, como a razão F, o

valor de p e o coeficiente de determinação R^2 , frequentemente gerados pelo software SAS. A razão F serve como uma medida da magnitude das diferenças entre os grupos estudados, sendo que valores mais elevados de F sugerem um aumento na probabilidade de significância estatística, refletida pelo valor de p . Para que as diferenças entre as médias sejam consideradas estatisticamente significativas, o valor de p deve ser inferior a 0,05, o que indica a presença de uma diferença real em vez de uma variação aleatória, com uma margem de até 5%. Adicionalmente, o coeficiente de determinação R^2 desempenha um papel crucial nessa análise; quanto mais próximo de 1 estiver o R^2 , maior será a capacidade das variáveis independentes em explicar a variação observada nas características lexicográficas e gramaticais.

Conforme discutido anteriormente, o presente estudo adotou três critérios diferenciados para caracterizar os participantes, que foram organizados nas seguintes categorias: a) socioculturais (incluindo sexo, idade e etnia); b) geográficos (abrangendo zonas urbana e rural); e c) linguísticos (relacionados ao status do uso do português).

Os critérios elencados na categoria “a” serviram para a caracterização social da amostra dos indivíduos que participaram da pesquisa. Em contrapartida, os critérios estabelecidos nas categorias “b” e “c” foram utilizados para estratificar a amostra, tanto para fins de análise descritiva quanto para a análise estatística das atitudes linguísticas dos participantes. Para fundamentar essa abordagem, baseamo-nos na estrutura do processo de identificação proposta por Lambert ([1966], 1981) e Labov (2008), cujos trabalhos se destacam pela utilização de amostras estratificadas.

Na sequência, apresentamos os resultados da Análise de Variância (ANOVA) referente aos itens de teste aplicados neste estudo.

7.4.1 O item de testagem “estética da variante”

A análise inicial concentra-se na dimensão denominada “estética da variante”. Para tal, foi apresentado a um grupo de participantes um conjunto de três afirmações. Essas afirmações foram elaboradas de modo a incluir respostas em extremos, representados pela classificação “totalmente bonito” (notação 5) e “totalmente feio” (notação 1). Tal estrutura permitiu que as respostas fossem emitidas com base na gradação proposta. Os demais pontos da escala foram

definidos da seguinte maneira: 4 corresponde a "parcialmente bonito"; 3 equivale à "posição neutra"; e 2 refere-se a "parcialmente feio". Em seguida, apresentaremos os resultados relativos ao julgamento da afirmação "O português de Guiné-Bissau é", que os participantes foram orientados a completar utilizando uma das avaliações previamente delineadas.

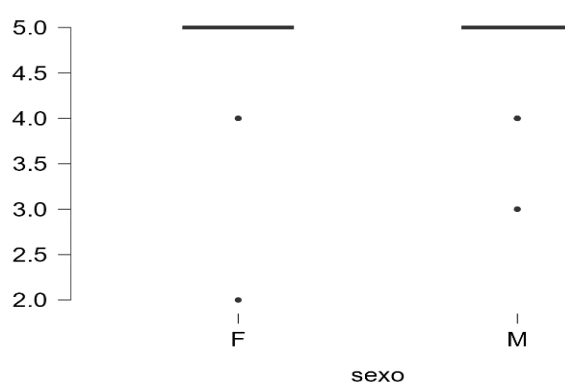
Tabela 21 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A1

VARIÁVEIS	SOMADOS QUADRADOS	Df	QUADRADO MÉDIO	F	P
Status do Português	$1,031 \times 10^5$	1	$1.031.10^5$	3.414×10^5	0.995
Localização	0.774	1	0.774	2.563	0.114
Status do Português X Localização	0.144	1	0.144	0.475	0.493
Residual	19.934	66	0.302		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

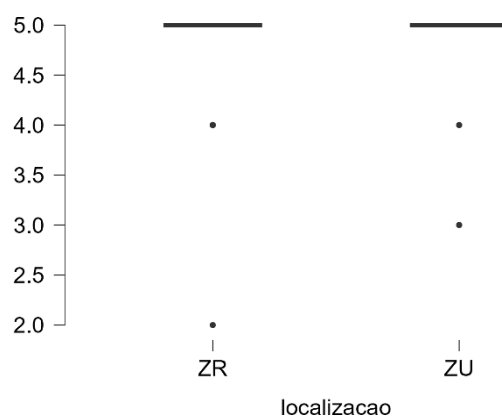
A análise inicial foi conduzida com a frase: "O português de Guiné-Bissau é" (Bloco II - 1). Os resultados obtidos através da Análise de Variância (ANOVA) evidenciaram um valor de p superior a 0,05, sugerindo a ausência de diferenças significativas entre os grupos em relação a essa afirmativa. Em outras palavras, tanto nas categorias "localização" quanto "status do português", assim como na interação entre esses dois fatores, não se observou influência nas atitudes linguísticas dos respondentes. A escala de respostas utilizada neste item variava conforme descrito: ponto 5 ("totalmente bonito"); ponto 4 ("parcialmente bonito"); ponto 3 (posição neutra); ponto 2 ("parcialmente feio"); ponto 1 ("totalmente feio"). Notavelmente, não houve avaliações divergentes significativas, conforme ilustrado nas figuras 18, 19 e 20, que apresentam boxplots elaborados pelo software JASP. Nessas representações, a média das respostas se concentrou no ponto 5 da escala, com escassas distorções associadas (outliers). Ademais, observou-se que não ocorreu uma variação considerável nas avaliações, uma vez que a quase totalidade dos participantes optou por uma avaliação positiva, situando-se no ponto 5 da escala.

Figura 21 – Reação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo sexo



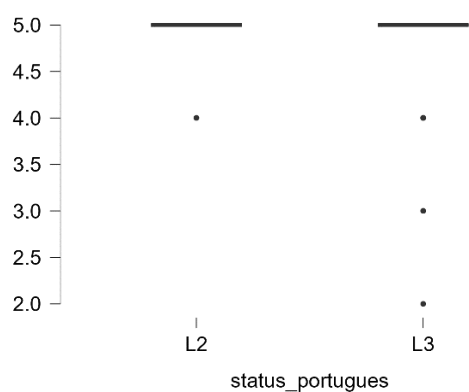
Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – (ANOVA).

Figura 22 – Reação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Figura 23 – Avaliação subjetiva para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2023) – ANOVA

Dando continuidade à análise dos resultados obtidos neste estudo, apresentamos a Tabela 22, que ilustra a Análise de Variância referente à sentença “Em comparação à fala de pessoas da cidade, a fala de pessoas que vivem no meio rural é”, em que os extremos de resposta se situam nas avaliações de “bonito” e “feio”. Essa análise foi conduzida com base na escala Likert, que possibilita uma apreciação mais sutil das nuances nas percepções dos participantes. A escolha dessa abordagem metodológica visa não apenas identificar diferenças significativas entre os grupos, mas também compreender a complexidade das atitudes sociais em relação às variedades linguísticas em contextos urbanos e rurais.

Tabela 22 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação do Bloco II - 3

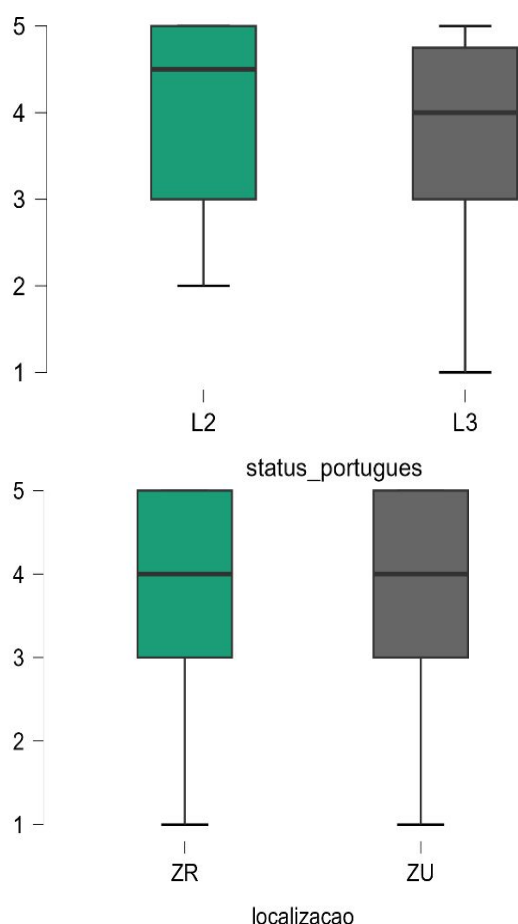
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	2.134	1	2.134	1.928	0.190
Localização	0.079	1	0.079	0.080	0.978
Status do português x Localização	4.794	1	4.94	5.007	0.029
Residual	73.736	66	1.117		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A avaliação dos juízes participantes em relação a essa decisão, considerando o status do português e a localização, evidenciou que essas variáveis, analisadas de forma isolada, não apresentam significância estatística. Em termos concretos, com um p-valor de 0,190 para o status e 0,978 para a localização, podemos afirmar que, estatisticamente, não há uma influência dessas variáveis sobre o julgamento efetuado, uma vez que ambos os valores são superiores ao p-valor $\alpha = 0,05$, que estabelecemos previamente. Entretanto, ao examinarmos a interação entre essas duas variáveis, observamos um p-valor de 0,029, que é inferior ao p-valor $\alpha = 0,05$; isso indica que a interação entre elas influencia as atitudes linguísticas dos participantes.

Para esclarecer a interpretação deste resultado, apresentamos a Figura 24 a seguir:

Figura 24 – Reação subjetiva para a sentença “Bloco II - 3” pelo status e pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA

Os dados apresentados na Figura 24 indicam que, ao analisarmos exclusivamente o status do português, observamos uma leve variação tanto no intervalo das respostas quanto na posição da mediana. Esta constatação é corroborada pelo p-valor de 0.170, que, embora baixo, não é significativamente suficiente para estabelecer uma interferência estatística da variável em questão sobre a avaliação subjetiva realizada pelos participantes.

De maneira similar, ao considerar a variável localização de forma isolada, notamos que não ocorreram variações significativas no intervalo de respostas e na centralização da mediana. No entanto, é importante ressaltar que a interação entre as variáveis status do português e localização demonstrou ter um impacto significativo no julgamento dos participantes, como evidenciado pelo p-valor de 0.029, que se encontra abaixo do nível de significância α estabelecido em 0,05. Essa interação pode ser atribuída à relação observada anteriormente entre aqueles oriundos da Zona Rural (ZR) e a utilização do português como

terceira língua (L3), assim como entre os provenientes da Zona Urbana (ZU) e a utilização do português como segunda língua (L2).

Em uma análise comparativa entre os grupos ZR-L3 e ZU-L2, conforme apresentado na Figura 24, identificamos divergências tanto no intervalo de respostas quanto na centralidade da mediana. Essa evidência sustenta os resultados expostos na Tabela 23, que trata da Análise de Variância (ANOVA) do status em relação à localização, especificamente em relação à sentença do Bloco II - 13. A Tabela 23, apresentada a seguir, ilustra os resultados da ANOVA referente à afirmação: “O modo como o guineense fala português”, que incluiu as respostas extremas “bonito” e “feio”, graduadas em uma escala.

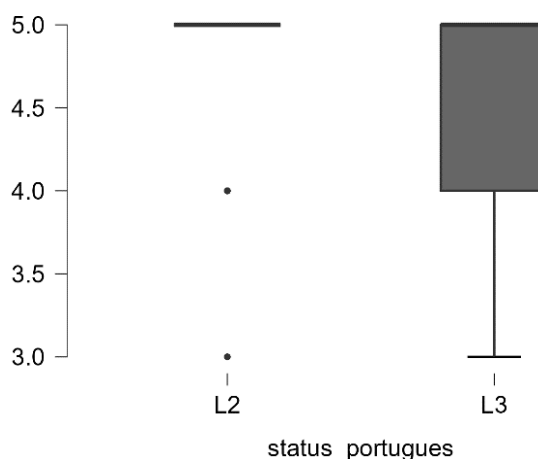
Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação Bloco II - 13

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
<i>Status do português</i>	1.495	1	1.495	3.376	0.082
<i>Localização</i>	0.615	1	0.615	1.389	0.263
<i>Status do português</i> x <i>Localização</i>	0.019	1	0.019	0.043	0.975
Residual	29.226	66	0.443		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Na avaliação dos resultados referentes à sentença em questão, que também integra o item “estética da variante”, observou-se que tanto o status do português quanto a localização, analisados de forma isolada ou em combinação, não apresentaram relevância estatística nos julgamentos realizados pelos participantes. Entretanto, ao nos concentrarmos no p-valor associado ao recorte “status do português”, encontramos um valor de 0,082, o qual se aproxima do limiar α de 0,05, frequentemente utilizado como referência para determinar a interferência potencial de uma variável nos julgamentos da amostra. Para facilitar a compreensão dessa situação, apresentamos a Figura 25 a seguir:

Figura 25 - Reação subjetiva para a sentença “Bloco II - 13” pelo status do português



Fonte: A autora da pesquisa (2024) - ANOVA

Conforme evidenciado, embora a mediana das avaliações dos dois grupos tenha se situado no ponto 5 da escala, observou-se uma divergência nos intervalos das respostas totais, além da presença de distorções nos dados. A figura apresentada ilustra de maneira clara as discrepâncias nas avaliações feitas pelos juízes. Essa discrepância, embora perceptível na análise descritiva, não se revela significativa quando se emprega uma análise estatística que leva em consideração outros fatores relevantes.

7.4.2 O item de testagem “correção gramatical”

No que tange ao componente de avaliação intitulado "correção gramatical", foi realizada a seleção de 40 sentenças para o julgamento pelos participantes do estudo. Dentre estas, 20 sentenças foram elaboradas sem a devida aplicação da regra de concordância correspondente, enquanto as outras 20 sentenças respeitaram rigorosamente essa mesma regra, a qual é o foco da investigação em questão. Para avaliar as reações dos participantes em relação a estas sentenças, foi empregada uma escala de resposta variando entre os extremos "bom" e "ruim", apresentando uma gradação linear de cinco pontos, de forma análoga ao que ocorreu no item anterior da pesquisa.

Iniciamos nossa análise a partir da proposição Bloco III, que menciona a sentença 3" Há situações cotidianas que não nos permite falar o crioulo". Essa expressão implica em uma consideração mais ampla sobre a diversidade linguística existente em sociedades contemporâneas. O termo "nos permite falar o crioulo" sugere a presença de uma pluralidade de sistemas de crença, que abrem espaço para discussões sobre identidade, convivência e

interações sociais entre diferentes grupos linguísticos. A análise desse fenômeno é crucial para compreendermos as dinâmicas sociais que emergem da coexistência de múltiplas perspectivas religiosas, bem como os impactos que essas interações podem ter nas estruturas sociais e culturais.

Tabela 24 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII – 3

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	19.824	1	19.824	9.005	0.004
Localização	12.786	1	12.786	5.808	0.019
Status do português x Localização	0.066	1	0.066	0.030	0.863
Residual	145.302	66	2.202		

Fonte: A Autora desta pesquisa (2024).

Na Tabela 24, observamos que, em uma situação em que a regra de concordância não foi aplicada, tanto o fator "status do português" quanto o fator "localização" demonstraram relevância estatística nos julgamentos dos participantes, dada a obtenção de valores de p inferiores a 0,05. Isso indica que a origem dos indivíduos, seja de uma Zona Rural (ZR) ou de uma Zona Urbana (ZU) da Guiné-Bissau, assim como a atribuição do português como sua segunda (L2) ou terceira língua (L3), influencia significativamente suas atitudes linguísticas em relação à forma linguística apresentada. Além disso, os dados da análise realizada no software JASP por meio de Análise de Variância (ANOVA) revelaram que a associação entre as variáveis analisadas não apresentou significância estatística, uma vez que o valor de p obtido foi de 0,863.

Na Tabela 25, a seguir, apresenta-se o resultado obtido em relação à análise da sentença “os pontos negativos do lugar” (B2).

Tabela 25 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 3

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.512	1	0.512	0.265	0.608
Localização	0.324	1	0.324	0.168	0.683

Status do português	8.695	1	8.695	4.503	0.038
x					
Localização					
Residual	127.437	66	1.931		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na tabela apresentada, é possível observar que tanto o status do português quanto a localização, quando analisados de forma isolada, não demonstraram significância estatística, visto que ambos os valores de p foram superiores a 0,05. Essa análise foi realizada em relação à avaliação dos indivíduos acerca da sentença BIII - 3, na qual não foi aplicada a regra de concordância, dada a ausência de marcação morfológica de flexão plural nos elementos variáveis do sintagma verbal. No entanto, foi constatada uma interação estatisticamente relevante entre essas variáveis, evidenciada por um valor de p igual a 0,038. Isso sugere que a combinação do status do português e da localização tem um efeito significativo sobre a avaliação mencionada.

A seguir, apresentamos os resultados da Análise de Variância (ANOVA) referentes à frase “Você foste ao cinema com teu namorado” (BIII - 2). A ANOVA é um método estatístico utilizado para avaliar diferenças entre as médias de diferentes grupos, permitindo determinar se as variações observadas são significativas. Neste contexto, analisamos as variáveis relacionadas à expressão em questão e como elas se comparam entre os diferentes grupos analisados. Os resultados obtidos forneceram insights sobre a influência de fatores específicos sobre a avaliação subjetiva ou interpretação da sentença, contribuindo assim para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em estudo.

Tabela 26 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 2

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	P
Status do português	19.053	1	19.053	7.972	0.006
Localização	11.170	1	11.170	4.673	0.034
Status do português x Localização	0.143	1	0.143	0.060	0.808

Residual	157.745	66	2.390
-----------------	----------------	-----------	--------------

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

O p-valor de 0,006, obtido por meio da Análise de Variância (ANOVA), indica que o status do português tem uma influência significativa sobre a avaliação subjetiva dos indivíduos em relação à forma linguística analisada, conforme evidenciado na Tabela 26. De maneira análoga, o fator "localização" demonstrou ser estatisticamente relevante para a atitude linguística dos participantes em relação à sentença proposta. Dessa forma, pode-se inferir que as percepções e referências que um cidadão possui variam em função de sua região geográfica e do status atribuído à língua portuguesa, resultando em julgamentos diferenciados a respeito de determinados usos linguísticos.

Adicionalmente, apesar de cada variável ter demonstrado, de forma isolada, uma relevância estatística para o comportamento linguístico dos grupos de indivíduos observados, o cruzamento entre estas variáveis não apresentou significância estatística correspondente e, portanto, não influenciou o julgamento realizado.

A seguir, será apresentada a Tabela 27, que traz os resultados da Análise de Variância referentes à sentença "a gente vamos ao cinema" (BIII - 1).

Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 1

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	3.094	1	3.094	1.525	0.351
Localização	2.601	1	2.601	1.282	0.262
Status do português x Localização	2.601	1	2.601	1.282	0.262
Residual	133.883	66	2.029		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A análise realizada sobre a sentença BIII- 1, "a gente vamos ao cinema", revela que as variáveis investigadas não demonstraram relevância estatística, uma vez que os valores p obtidos foram superiores ao limite de significância de 0,05. Especificamente, os valores p foram de 0,351 para o status do português e de 0,262 para a localização. Ademais, o exame do

cruzamento entre essas variáveis também resultou em um valor p de 0,262, indicando que não houve mudanças significativas nos resultados. É importante ressaltar que, embora essa análise estatística evidencie a ausência de impacto das variáveis estudadas sobre a avaliação da sentença pelos participantes, isso não implica que o julgamento estivesse uniformemente distribuído entre todos os indivíduos.

Adicionalmente, no que tange à sentença em questão, observamos que, apesar de o sintagma apresentar um desvio em relação ao padrão de concordância verbal, a marca morfológica de plural foi aplicada ao quantificador. Consoante o estudo de Malta (2019, p.108), em verbos intransitivos apresentaram morfema de plural em 97,25% das ocorrências, enquanto apenas 2,8% não o receberam. Embora para os textos escritos de estudantes guineenses não encontramos o uso do “a gente” como sujeito. Por conseguinte, podemos inferir que a presença de um pronome dessa natureza na sentença possivelmente influenciou a percepção dos avaliadores, bem como o uso do sintagma; no entanto, tal influência não se relacionou de forma significativa com os recortes analisados (status do português e localização), conforme evidenciado pelos resultados estatísticos obtidos.

Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 1

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	11.724	1	11.724	5.044	0.028
Localização	1.519	1	1.519	0.653	0.422
Status do português x	6.703	1	6.703	2.884	0.094
Localização					
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Residual	153.407	66	2.324		

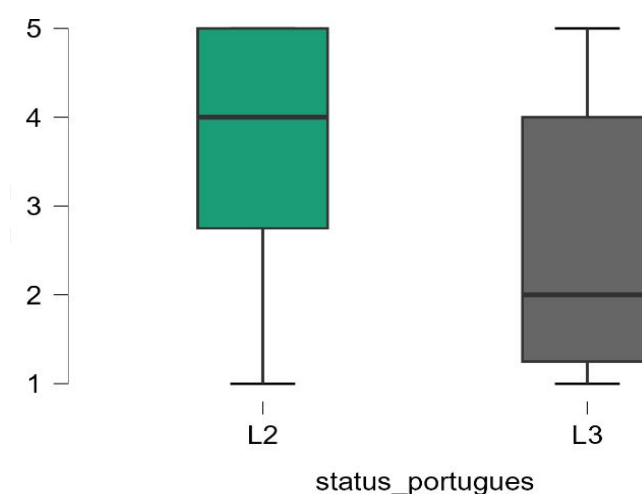
Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na Tabela 28, são apresentados os resultados obtidos por meio da Análise de Variância (ANOVA) referente à sentença BIII - 32, que afirma: “A pessoa que não usa o português ensinado na escola fala mal”. De forma similar à sentença BIII - 28, que diz “Falar bem é utilizar o português ensinado na escola (a língua culta)”, observamos que o aspecto denominado “status do português” exerceu uma influência estatisticamente relevante sobre a percepção dos participantes. A escolha de comparar essas duas sentenças se justifica

pela presença de um fenômeno linguístico menos comum tanto no português brasileiro quanto no português europeu, qual seja, a correção gramatical atrelada ao uso padrão da língua e a escola detentora desse espaço de aquisição. Nesse contexto, destacamos o uso do português padrão como uma das variedades prestigiadas, respectivamente, nas referidas sentenças.

No que se refere às variáveis analisadas, foi identificado que, caso o português seja considerado a segunda (L2) ou a terceira língua (L3) para um indivíduo, isso afeta diretamente a maneira como ele reage e avalia diante de certas construções linguísticas. Essa relação pode ser confirmada pela análise gráfica apresentada na Figura 34, que ilustra como tanto o intervalo de respostas quanto o posicionamento da mediana variaram em função do status do português, evidenciando a influência do domínio da língua na Avaliação subjetiva dos participantes.

Figura 26 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII- 28” pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA

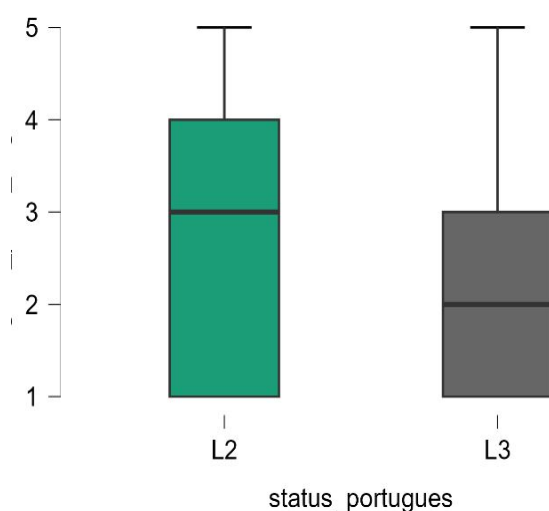
Contudo os resultados obtidos por meio da análise de variância (ANOVA), conforme apresentado na Tabela 27, indicam que nem a variável "localização" (p-valor = 0,422) nem a interação entre "localização" e "status do português" (p-valor = 0,094) demonstraram significância estatística na avaliação da percepção dos indivíduos sobre a sentença em análise. Na sequência, a Tabela 28 apresenta os resultados relativos à avaliação referente à sentença BIII - 7 – “Tem umas feijãozinhas que parece com a família”:

Tabela 28 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 7

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	6.858	1	6.858	3.953	0.051
Localização	2.547	1	2.547	1.468	0.230
Status do português x Localização	0.517	1	0.517	0.298	0.587
Residual	114.492	66	1.735		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na análise realizada, observamos que o status da língua portuguesa apresentou um resultado que está situado no limiar de nosso parâmetro de referência, o qual foi estabelecido em $\alpha = 0,05$. Para facilitar a compreensão e a interpretação deste achado, apresentamos a Figura 27, a seguir:

Figura 27 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII- 8” pelo status do português

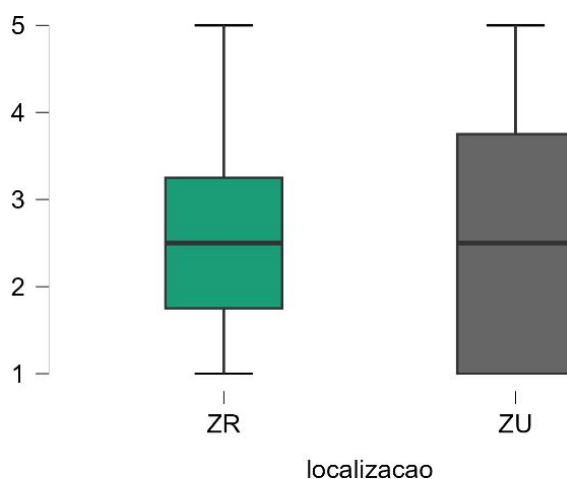
Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

De acordo com a análise apresentada na figura, especificamente em relação à sentença BIII - 8, “A partir da estação existe os táxis para os distritos”, a variável em questão apresenta um valor de significância muito próximo do limiar α (0,05), porém não o ultrapassa, o que indica que essa sentença não é estatisticamente relevante para a atitude linguística dos indivíduos. Entretanto, é importante ressaltar que essa ausência de relevância não implica a

inexistência de variação na reação subjetiva dos participantes, conforme evidenciado pelo boxplot apresentado na Figura 29. Neste boxplot, observamos uma divergência tanto no intervalo das respostas quanto na posição da mediana, embora essa variação não possa ser atribuída, segundo a Análise de Variância, ao status do português. Com relação à sentença mencionada, é relevante destacar a presença de um determinante no sintagma nominal plural. Apesar de a maioria dos elementos apresentar pluralização morfológica, a ausência de marcação de plural na forma do verbo pode ter impactado a avaliação dos indivíduos. Essa influência é consistente com os resultados obtidos por Malta (2019, p. 109) para a variável linguística “morfologia de flexão verbal”, que demonstrou uma alta frequência de ocorrência de 97,25% para variantes com concordância verbal (CV) e apenas 2,8% para aquelas sem concordância verbal (-CV). Contudo, é fundamental observar que essa relação não está necessariamente vinculada ao recorte específico do “status do português”, conforme revelam os resultados estatísticos obtidos.

Em relação à sentença BIII - 8, que menciona a existência de "existe os táxis para os distritos", realizamos uma análise de variância a fim de avaliar a influência da localização na reação subjetiva analisada. Os resultados obtidos indicam que a localização não apresentou um efeito significativo, com um p-valor de 0,230. Essa informação é corroborada pelo boxplot ilustrado na Figura 28, que se encontra adiante.

Figura 28 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 8” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024). - ANOVA

No gráfico boxplot apresentado, observa-se que, apesar da variação significativa do intervalo de respostas, a mediana permaneceu consistentemente posicionada no mesmo ponto.

Esse fato sugere que a média das respostas obtidas é similar entre os dois grupos de participantes. Ademais, a Análise de Variância (ANOVA) realizada indicou que a relação entre a localização dos participantes e o status do português (com um p-valor de 0,587) não demonstrou ser estatisticamente significativa em relação à percepção dos indivíduos. Por fim, a Tabela 29 a seguir, apresenta os resultados da Análise de Variância referente à sentença B7, que aborda o tema "começou as aulas presenciais".

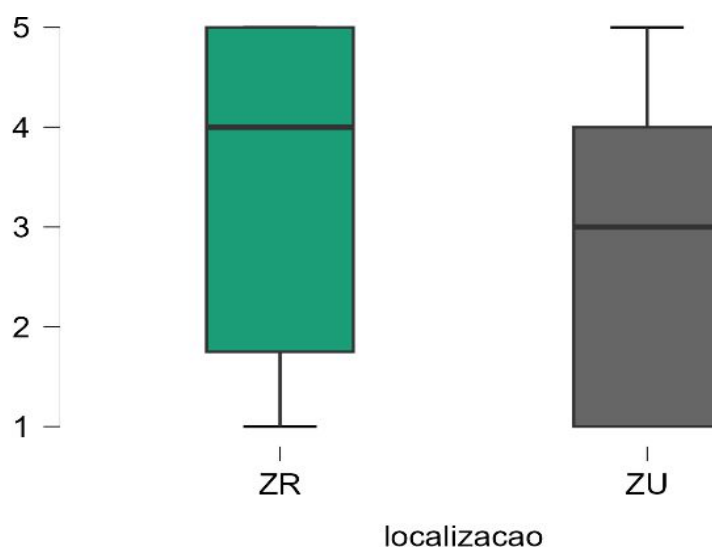
Tabela 29 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII-8

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	8.757	1	8.757	3.564	0.063
Localização	12.557	1	12.557	5.110	0.027
Status do português x Localização	0.497	1	0.497	0.202	0.654
Residual	162.180	66	2.457		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Os resultados obtidos revelam informações significativas sobre a influência do "status do português" nas avaliações dos participantes. O p-valor registrado para a primeira análise relacionada ao recorte "status do português" foi de 0.063. Como esse valor é superior ao nível de significância estabelecido ($\alpha = 0,05$), conclui-se que essa variável não demonstrou relevância estatística no que diz respeito à percepção dos indivíduos em relação à sentença apresentada. Em contrapartida, a análise da variável "status do português" resultou em um p-valor de 0.027, o que sugere uma relação estatisticamente significativa com o julgamento dos participantes. Essa diferença indica que as avaliações dos cidadãos guineenses variam de acordo com a sua região geográfica de origem — seja na zona urbana ou rural. Essa análise é ilustrada de forma mais detalhada na Figura 29, a ser apresentada a seguir:

Figura 29 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 8” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na figura apresentada, observa-se que, entre os guineenses oriundos de zonas rurais da Guiné-Bissau, o intervalo de respostas variou entre o ponto 2 e o ponto 5 da escala utilizada, com a mediana situando-se no ponto 4. Este resultado indica que a maioria dos respondentes avaliou positivamente a afirmação “As quitandeiras tinham licenças, só vendia mais na rua era bananas”, embora a aplicação da regra de concordância verbal não tenha sido completamente aderida.

Em contraste, os participantes provenientes de zonas urbanas apresentaram um intervalo de respostas que variou do ponto 1 ao ponto 4, com uma média localizada no ponto 3, o que sugere uma posição neutra quanto à correção gramatical da frase em questão. Esses achados podem ser correlacionados aos resultados obtidos por Malta (2019, p. 110), que investigou a influência da variável de classe gramatical, especificamente dos verbos, na aplicação da regra de concordância verbal. Os dados revelaram que 85,8% das respostas estavam na forma +CV (com concordância) e 14,2% na forma -CV (sem concordância). Entre todas as classes gramaticais analisadas pela autora, os adjetivos foram aqueles que demonstraram o menor percentual de aplicação da regra, sugerindo uma certa familiaridade dos guineenses com a não marcação morfológica no plural desse elemento. Isso é particularmente evidenciado pela avaliação predominantemente positiva dos indivíduos oriundos das zonas rurais, confirmando a tendência de uma preferência pela comunicação simplificada, independentemente das normas gramaticais formais.

Para finalizar a análise relacionada à percepção da sentença BIII - 36, constatamos que a associação entre as variáveis “status do português” e “localização” não apresentou significância estatística no julgamento realizado pelos participantes.

Em sequência, procederemos à verificação dos resultados da Análise de Variância (ANOVA) referentes à sentença BIII - 31, que contém a expressão "Há pessoas que fala melhor que outras".

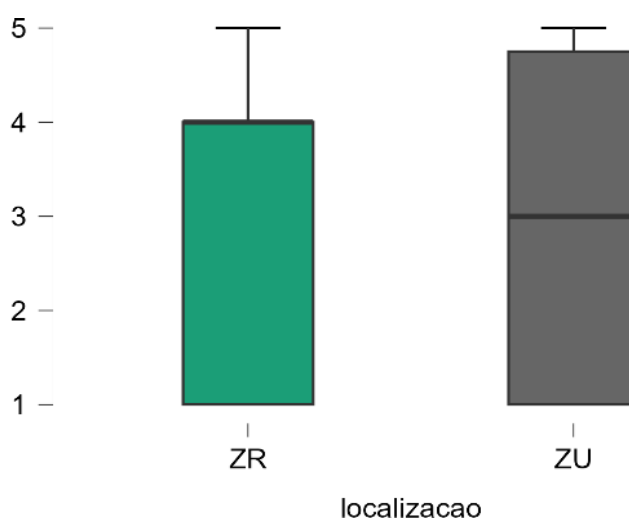
Tabela 30 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 31

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	3.657	1	3.657	1.407	0.240
Localização	2.625	1	2.625	1.010	0.319
Status do portuguêsx Localização	0.616	1	0.616	0.237	0.628
Residual	171.585	66	2.600		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A tabela apresentada demonstra que, tanto a variável "status do português" (p-valor de 0,240) quanto a variável "localização" (p-valor de 0,319) não se mostraram significativas para a percepção dos participantes em relação à frase analisada. Similarmente, a interação entre essas duas variáveis não evidenciou, de maneira estatística, uma influência nas avaliações dos indivíduos (p-valor de 0,628). A frase em questão contém um sintagma nominal cujo núcleo ocupa a quarta posição; embora esse aspecto não constitua o foco principal desta pesquisa, é importante ressaltar que a distância do núcleo verbal pode contribuir para a ausência de marcação morfológica de plural no referido elemento, apesar de que todos os demais itens anteriores tenham sido corretamente pluralizados. Essa correlação é corroborada pelo estudo de Malta (2019, p.112), que indicou uma porcentagem de 60% para a forma +CV e 40% para a forma -CV em sintagmas onde o elemento não pluralizado estava na quarta posição. Esse fenômeno pode ter afetado a avaliação, que foi amplamente favorável à frase por parte dos participantes, independentemente de sua localização (se ZR ou ZU) ou do status do português (L2 ou L3), conforme ilustrado nas figuras 29 e 30 a seguir.

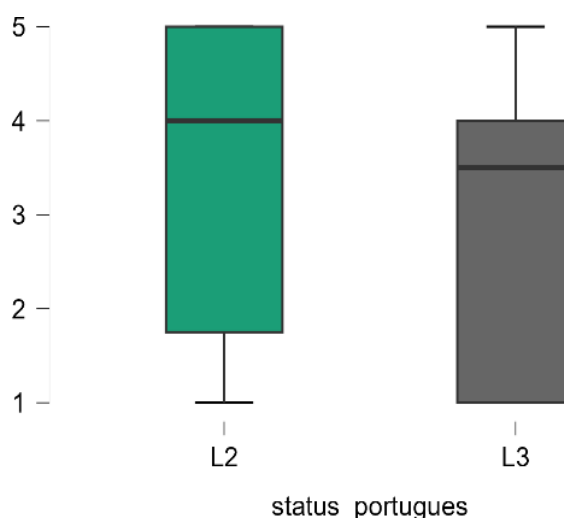
Figura 29 – Reação subjetiva para a sentença “BIII - 31” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Na Figura 30, é possível identificar que as respostas variaram conforme a localização dos participantes. Especificamente, a mediana das respostas dos indivíduos provenientes de áreas rurais se posicionou no ponto 4 da escala, indicando uma avaliação positiva. Em contrapartida, os participantes oriundos de áreas urbanas apresentaram uma mediana situada no ponto 3 da escala. Embora essa posição represente uma avaliação neutra, é importante ressaltar que não implica necessariamente em uma avaliação negativa por parte desses indivíduos. Assim, em ambos os grupos analisados, não se observou uma manifestação de avaliação negativa.

Figura 30 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 31” pelo status do português



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA .

Na Figura 30 apresentada, é evidente a diversidade nas respostas dependendo da condição do idioma português entre os participantes. Mais uma vez, não se observaram médias que indicassem uma avaliação negativa da forma linguística em análise. Para os indivíduos para os quais o português é a segunda língua (L2), as respostas variaram entre os pontos 2 e 5, com a mediana posicionada no ponto 4. Em contraste, para aqueles que consideram o português como sua terceira língua (L3), o intervalo de respostas situou-se entre os pontos 1 e 4, apresentando uma mediana que se posicionou na faixa entre os pontos 3 e 4.

A seguir, apresentamos a Tabela 31, na qual estão dispostos os resultados obtidos por meio da Análise de Variância referentes à afirmação BIII – 23, 24 e 25, que se refere à Avaliação subjetiva do falar nas principais cidades da Guiné Bissau (Bissau, Bafalá e Gabú)

Tabela 31 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 23,24 e 25

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do Português	5.801×10^{-6}	1	5.801×10^{-6}	2.547×10^{-6}	0.999
Localização	1.361	1	1.361	0.597	0.442
Status do português x Localização	5.851	1	5.851	2.569	0.114
Residual	150.328	66	2.278		

Fonte: A Autora (2023).

Na análise proposta, constatamos que o componente modo de falar que não possui uma correspondência unânime, de forma semelhante ao observado na sentença BIII- 28 e 31 (“Falar bem é utilizar o português ensinado na escola / A pessoa que não usa o português ensinado na escola fala mal”), de concordância ou discordância. No entanto, ao contrário da referida sentença, na qual o fator “localização” demonstrou uma relevância estatística significativa para a avaliação dos indivíduos, na situação atual, nenhuma das variáveis analisadas se revelou significativa. Em termos mais específicos, tanto o status do português quanto a localização e a interação entre esses fatores não influenciaram o julgamento dos participantes. Essa ausência de relevância pode ser atribuída à frequente valorização do português enquanto língua pretígio

e modelo “correto” a ser seguido, sobretudo a língua do colonizador como modelo. o que gera avaliações variadas, mesmo em contextos com grupos distintos, sendo que essa diferenciação não afeta os critérios de julgamento.

A seguir, apresentamos a Tabela 32, que contém os resultados da Análise de Variância referente à afirmação BIII - 19, que estabelece que "o português é uma das línguas dos guineenses".

Tabela 32 - Resultado da Análise de Variância para a sentença III - 19

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadra do médio	F	P
Status do português	1.287	1	1.287	0.482	0.490
Localização	2.237	1	2.237	0.837	0.364
Status do portuguêsx Localização	16.287	1	16.287	6.096	0.016
Residual	176.345	66	2.672		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na tabela apresentada, constata-se que o sintagma sob consideração é composto por oito elementos, sendo que um deles, que pertencem à categoria dos verbos de ligação – “SER”, apresenta a morfologia de flexão verbal conforme seu sujeito “o português”. Em relação à sentença em questão, a avaliação realizada pelos guineenses não foi afetada pelo status do português nem pela localização geográfica dos participantes. No entanto, a interseção dessas duas variáveis revelou uma significância estatística na avaliação dos envolvidos.

A afirmação "a Guiné-Bissau é um país multilíngue" (BIII - 18) será analisada posteriormente com base nos dados apresentados na Tabela 33, que contém os resultados da Análise de Variância.

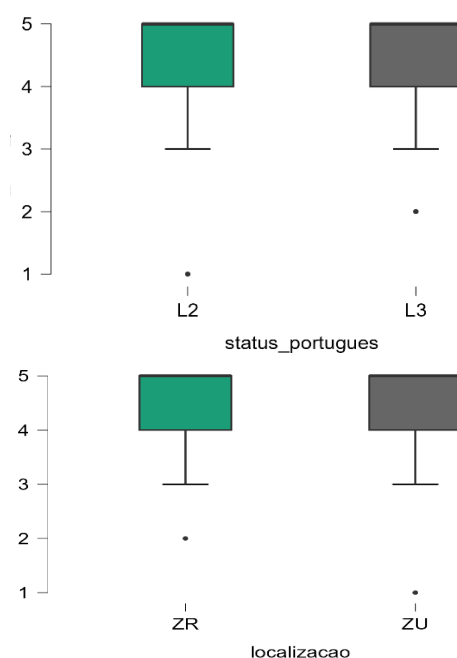
Tabela 33 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII- 18

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.064	1	0.064	0.084	0.773
Localização	0.110	1	0.110	0.146	0.704
Status do portuguêsx Localização	2.391	1	2.391	3.159	0.080
Residual	49.958	66	0.757		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme observado, nenhuma das variáveis analisadas apresentou impacto significativo na avaliação realizada pelos participantes. A Figura 32, a seguir, ilustra que tanto a amplitude das respostas quanto a mediana correspondente a cada grupo de participantes mostraram-se semelhantes, com exceção de algumas distorções isoladas, ou seja, alguns dados que se afastaram do padrão observado nas respostas.

Figura 31 – Reação subjetiva para a sentença BIII - 18 pelo status e pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

De maneira análoga, a Tabela 34 apresentada a seguir revela que nenhuma das variáveis analisadas apresentou, de forma estatisticamente significativa, impacto na Avaliação dos indivíduos em relação à afirmação “É importante falar bem o português para obter um bom emprego”.

Tabela 34 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 36

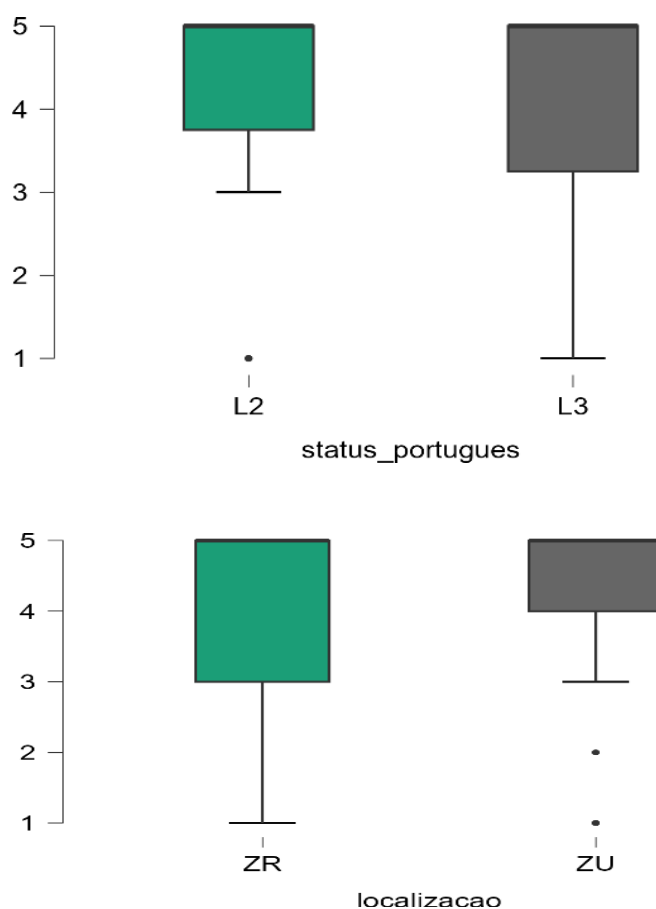
Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.040	1	0.040	0.020	0.887
Localização	0.057	1	0.057	0.029	0.865

Status do português	0.104	1	0.104	0.053	0.818
Localização					
Residual	129.189	66	1.957		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A sentença em questão exemplifica a aplicação correta da regra de concordância. Segundo ilustrado na Figura 32, observa-se que não houve variação na média das respostas entre os diferentes grupos analisados, embora o intervalo das respostas tenha apresentado variações e alguns outliers tenham sido identificados. Os boxplots gerados pelo software JASP, conforme apresentados na referida figura, indicam que a maior parte dos participantes atribuiu avaliações positivas, atingindo o ponto máximo na escala linear disponibilizada.

Figura 32 – Avaliação subjetiva para a sentença BII - 36



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Em referência à afirmação BII - 39, que afirma que "Uso um bom português ao falar com o guarda na rua", apresentamos na Tabela 35 os resultados da Análise de Variância

(ANOVA) correspondentes.

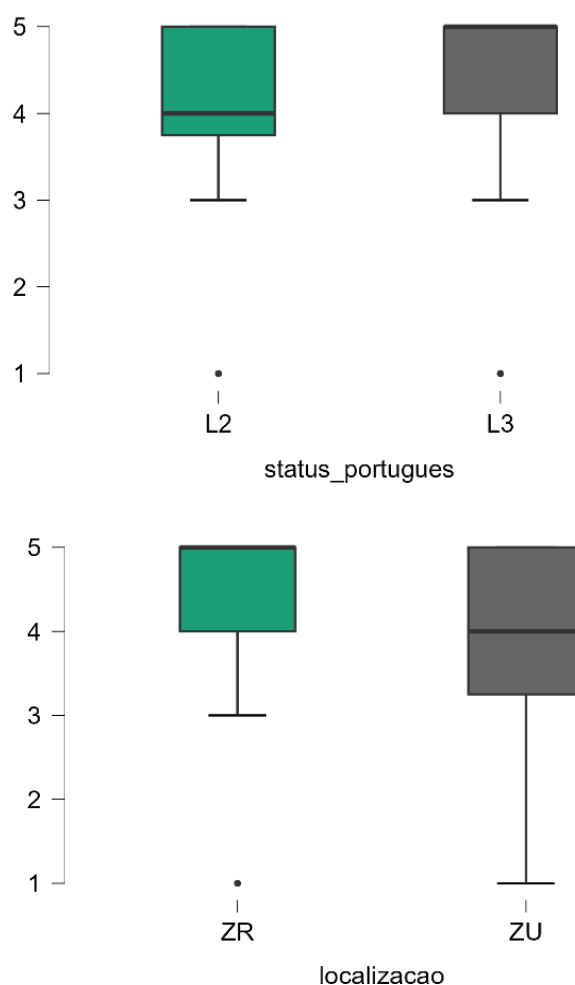
Tabela 35 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 39

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.209	1	0.209	0.128	0.721
Localização	0.737	1	0.737	0.453	0.503
Status do português x Localização	5.750	1	5.750	3.536	0.064
Residual	107.345	66	1.626		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A análise adicional dos dados por meio do método ANOVA revelou que as variáveis "status do português" e "localização", bem como a relação entre essas variáveis, não tiveram um impacto significativo na percepção dos participantes. A Figura 33 a seguir ilustra o padrão das respostas obtidas.

Figura 33 - Avaliação subjetiva para a sentença BII- 39



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Os dados obtidos referentes ao status do idioma português revelam padrões distintos nas respostas dos guineenses, que identificaram o português como sua segunda (L2) ou terceira língua (L3). Para aqueles que relataram o português como L2, as respostas variaram entre os pontos 4 e 5, apresentando uma mediana que se situou no ponto 4. Por outro lado, os que consideraram o português como L3 responderam dentro de um intervalo que se estendia de 4 a 5, com mediana centralizada no ponto 5.

Adicionalmente, ao analisarmos os dados dos indivíduos nas zonas rurais (ZR), observamos um espectro de respostas que também variou entre os pontos 4 e 5, com uma mediana fixada no ponto 5. Em contraste, os participantes das zonas urbanas (ZU) apresentaram um intervalo de respostas que abrangeu dos pontos 3 a 5, culminando em uma mediana posicionada no ponto 4.

Ao relacionar a variável L2 com ZU, notamos que, embora os intervalos de resposta tenham se divergido, as medianas permaneceram centralizadas no ponto 4 em ambos os grupos. Da mesma forma, ao cruzar a variável L3 com ZR, constatamos que tanto o intervalo de respostas quanto a mediana se mostraram praticamente iguais.

A análise das sentenças referentes à correção gramatical sugere que as variáveis selecionadas não demonstram, de maneira estatística, um impacto significativo na avaliação dos participantes, mesmo que as respostas tenham mostrado alguma variação. Um aspecto notável é que, ao aderirem à regra padrão de concordância, os guineenses tendem a reconhecer e avaliar positivamente essas construções, resultando em medianas situadas entre os pontos 4 e 5 na escala linear utilizada.

Além disso, a Tabela 36 expõe que nem a variável "status do português" nem a variável "localização" influenciaram de forma significativa o julgamento dos participantes em relação à frase "o uso de línguas étnicas nas zonas urbanas e rurais". Analogamente, a interação entre essas variáveis não se revelou pertinente para a avaliação subjetiva dos indivíduos.

Tabela 36 - Resultado da Análise de Variância para as sentenças - BIII - 33

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.140	1	0.140	0.147	0.703
Localização	0.052	1	0.052	0.055	0.816

Status do português	x	2.522	1	2.522	2.649	0.108
Localização						
Residual		62.8	66	0.952		
		26				

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Dando prosseguimento à apresentação dos resultados deste estudo, a Tabela 37 é apresentada a seguir, demonstrando os resultados da Análise de Variância referente à assertiva "Gostava de umas bebidas que era jeropiga".

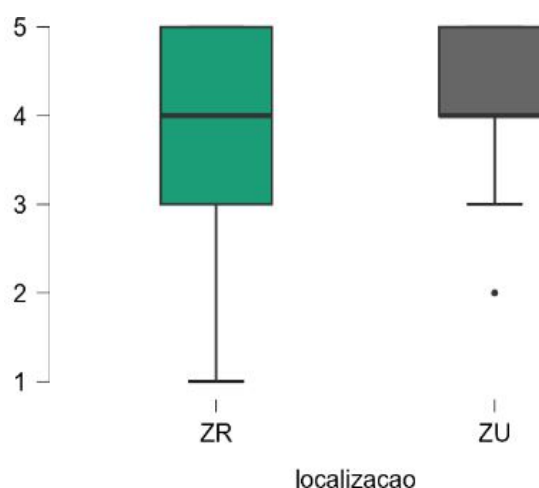
Tabela 37 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 4

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	4.818	1	4.818	3.938	0.051
Localização	5.480	1	5.480	4.480	0.038
Status do português	1.171	1	1.171	0.957	0.331
Localização					
Residual	80.734	66	1.223		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na tabela seguinte, ao contrário do que foi observado anteriormente, a variável "localização" revelou-se significativa na análise das percepções dos guineenses em relação à sentença apresentada. O comportamento das respostas correspondente a essa variável está ilustrado na Figura 34, a qual será mostrada a seguir.

Figura 34 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 4” pela localização



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme apresentado na figura, os participantes provenientes de ZR apresentaram um intervalo de respostas que variou entre os pontos 3 e 5, com a mediana situando-se no ponto 4. Por outro lado, os participantes oriundos de ZU demonstraram um intervalo de respostas que abrangeu do ponto 4 ao ponto 5, igualmente com a mediana localizada no ponto 4. No entanto, observou-se a presença de uma anomalia, evidenciada por um ponto isolado correspondente ao número 2 na escala, entre as respostas dos participantes de ZU. Essa ocorrência sugere que uma resposta se distanciou da média dos demais respondentes. Embora ambas as medianas estejam localizadas em pontos equivalentes da escala, a diferença nos intervalos de resposta indica uma variação no padrão de respostas entre os guineenses, o que poderá ser mais claramente evidenciado na análise dos dados mediante o teste ANOVA.

Outras afirmações, como BIII - 33: "Quem deve melhorar a língua falada é a família"; BIII - 34: "Quem deve melhorar a língua falada é a escola"; BIII- : "Quem deve melhorar a língua falada é a pessoa"; BIII - 20 : "O melhor português falado é o de Guiné Bissau"; e BIII - 21: "Falar bem é expressar-se com clareza", também não demonstraram que houve influência das variáveis na avaliação dos sujeitos, nem estabeleceram uma associação entre essas variáveis. Os resultados estatísticos que corroboram essas observações estão disponíveis nas Tabelas 38, 39, 40, 41, 42 e 43, apresentadas a seguir:

Tabela 38 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 33

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.568	1	0.568	0.804	0.373
Localização	0.029	1	0.029	0.041	0.841
Status do português êsx	0.010	1	0.010	0.015	0.904
Localização					
Residual	46.659	66	0.707		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Tabela 39 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 34

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.005	1	0.005	0.013	0.910
Localização	0.908	1	0.908	2.385	0.127

Status do portuguêsx Localização	0.326	1	0.326	0.856	0.358
Residual	25.134	66	0.381		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Tabela 40 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 35

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.022	1	0.022	0.046	0.831
Localização	0.538	1	0.538	1.113	0.295
Status do portuguêsx Localização	0.415	1	0.415	0.857	0.358
Residual	31.934	66	0.484		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Tabela 41 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 20

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.711	1	0.711	0.456	0.502
Localização	0.711	1	0.711	0.456	0.502
Status do português x Localização	0.303	1	0.303	0.195	0.661
Residual	102.911	66	1.559		

Fonte: A Autorda pesquisa (2024).

Tabela 42 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 29

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.080	1	0.080	0.034	0.854
Localização	0.520	1	0.520	0.223	0.638
Status do português x Localização	0.068	1	0.068	0.029	0.865
Residual	153.807	66	2.330		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Como abordado anteriormente nesta seção, para o presente item de análise, foram disponibilizadas 20 sentenças, com o objetivo de que os participantes avaliassem a adequação gramatical das mesmas, classificando-as como boas ou ruins e concordo ou discordo. A partir

das avaliações realizadas, constatou-se que as variáveis "status do português" e "localização", assim como a interação entre essas variáveis, exercem uma influência significativa sobre o julgamento dos participantes, especialmente nas sentenças em que a regra padrão de concordância não foi seguida.

Nesta fase do estudo, foram analisadas 10 sentenças redigidas em uma forma não-padrão, e para cada uma delas foram examinados três aspectos por meio da Análise de Variância (ANOVA): o status do português, a localização e a interação entre esses dois fatores. Assim, contabilizando as 10 sentenças, foram consideradas 30 situações para avaliar se esses aspectos influenciavam ou não as atitudes dos participantes, com apoio de dados estatísticos. A mesma quantidade foi aplicada às 10 sentenças que estavam escritas em conformidade com a norma padrão. Como resultado, nas sentenças que não respeitavam a regra de concordância, identificou-se que em 8 situações (equivalente a 26,67%), ao menos uma das variáveis, ou a interação entre elas, teve influência nas atitudes dos participantes. Em contraste, nas sentenças que aplicavam corretamente a regra de concordância, apenas uma situação se destacou, onde um dos fatores analisados mostrou relevância para as atitudes linguísticas dos participantes. Essa situação foi detalhada na Tabela 39, relativa à sentença BIII - 33, sendo a localização o fator que influenciou.

7.4.3 O item de testagem “sonoridade”

O segundo parâmetro avaliado na nossa pesquisa por meio da Análise de Variância (ANOVA) foi à sonoridade, definida pelas Atitudes linguísticas dos participantes em relação ao modo de falar de sua cidade, considerando tanto a área urbana quanto a rural. Essa apreciação foi abordada sob a perspectiva da localização geográfica e da variante sociolinguística do português.

No âmbito dessa análise, solicitamos aos participantes que avaliassem a expressão "acho a fala (modo de falar) de guineenses" em uma escala de três dimensões: agradabilidade, melodia e ritmo. Para cada uma dessas dimensões, foram fornecidas cinco opções de resposta, variando do ponto 5, que representa a avaliação como "totalmente agradável/melodiosa/lenta", até o ponto 1, correspondente a "totalmente desagradável/sem melodia/rápida". Entre essas extremidades, os participantes podiam escolher as seguintes

graduações: ponto 4, como "mais ou menos agradável/melodiosa/lenta"; ponto 3, "opção neutra"; e ponto 2, "mais ou menos desagradável/sem melodia/rápida". Os resultados derivados da análise estatística ANOVA serão apresentados a seguir, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções dos falantes em relação à sonoridade de sua fala local.

Tabela 42 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 17

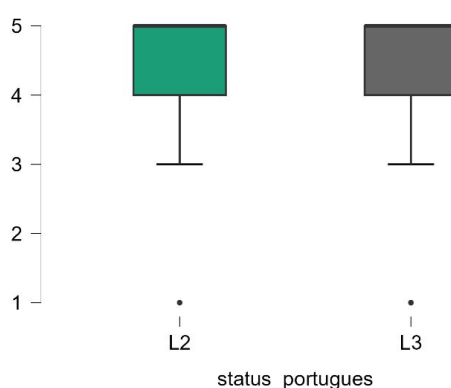
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.004	1	0.004	0.004	0.950
Localização	2.778	1	2.778	3.164	0.080
Status do portuguêsx Localização	0.087	1	0.087	0.099	0.754
Residual	57.934	66	0.878		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme previamente destacado, foram conduzidas três avaliações de atitudes com base em uma única sentença, sendo a única variação encontrada nas alternativas de resposta. Para a sentença apresentada na condição BII - 17, as opções de avaliação abrangiam os extremos de "agradável" e "desagradável". Em relação a essa configuração, observou-se que os fatores "status do português" (com um p-valor de 0.950) e "localização" (p-valor de 0.080) não tiveram impacto significativo nas avaliações feitas pelos indivíduos, uma vez que os valores "p" obtidos superaram o limiar de 0.05 estabelecido como referência. Da mesma maneira, a análise de variância (ANOVA) revelou que a relação entre essas variáveis (com um p-valor de 0.754) não afetou as atitudes linguísticas dos participantes.

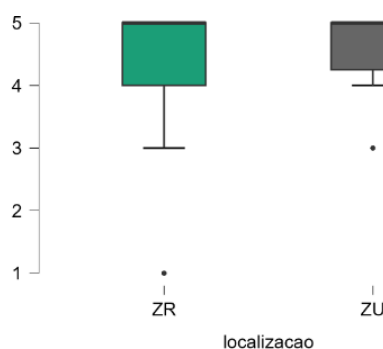
A seguir, apresentamos um boxplot gerado pelo software JASP, o qual ilustra as atitudes linguísticas dos respondentes em relação à sentença BII - 17, que indaga sobre a percepção da língua falada na sua cidade como agradável ou desagradável, levando em consideração os recortes de "status do português" e "localização".

Figura 34 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 17” pelo “status do português”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Figura 35 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII-17” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme apresentado, a média das respostas para as quatro situações analisadas revelou uma concentração em torno do valor 5, com um intervalo restrito de respostas que se enquadra no que classificamos como um julgamento positivo, especificamente entre os pontos 4 e 5 da escala de avaliação. Este padrão, caracterizado por distorções raras, sugere que a reação dos cidadãos guineenses em relação à sua variante do português é predominantemente positiva, sendo entendida como uma língua agradável.

Na sequência, a questão subsequente dispunha de extremos que variavam entre os termos "melodiosa" e "sem melodia", apresentando também as mesmas possibilidades de respostas, com uma escala que ia de 5 a 1. Os resultados, apresentados na Tabela 43, demonstram que as variáveis "status do português" e "localização" não exerceram influência na avaliação realizada pelos juízes, indicando uma uniformidade nas percepções dos avaliadores independentemente de sua origem ou do contexto sociolinguístico considerado.

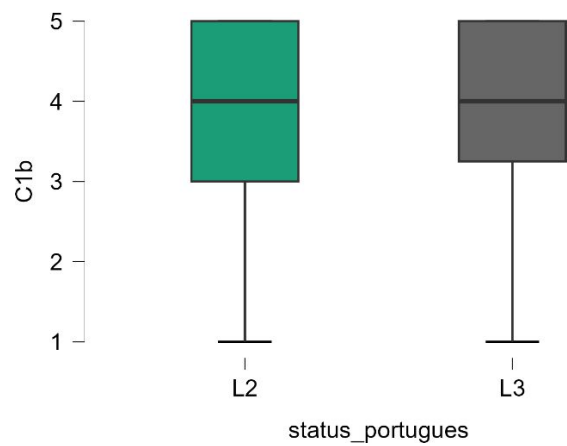
Tabela 43 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 16

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.826	1	0.826	0.676	0.394
Localização	0.380	1	0.380	0.311	0.579
Status do portuguêsx Localização	0.786	1	0.786	0.643	0.425
Residual	80.607	66	1.221		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Os resultados obtidos indicam que o p-valor associado ao fator "status" foi de 0,394, enquanto o p-valor referente à "localização" alcançou 0,579. Além disso, a análise da interação entre esses dois fatores resultou em um p-valor de 0,425. Todas essas métricas superam o limiar estatístico de 0,05, o que sugere que não há evidências estatisticamente significativas que indiquem uma relação entre os fatores analisados. Para aprofundar a compreensão sobre essas questões, apresentamos, a seguir, as respostas dos cidadãos guineenses para a pergunta proposta:

Figura 37 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 16” pelo “status do português”



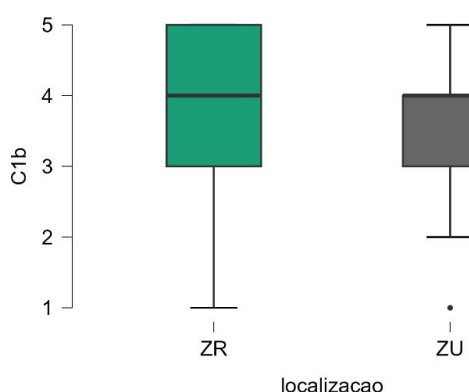
Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme ilustrado na Figura 38, as respostas dos guineenses que relataram ter o português como língua segunda (L2) apresentaram um intervalo que variou do ponto 3 ao ponto 5, com a mediana situada no ponto 4. Para o grupo que declarou o português como língua terceira (L3), o intervalo de respostas foi bastante semelhante, mantendo a mediana

também no ponto 4. Esta constatação sugere que os participantes deste estudo percebem sua forma de falar português como tendo um grau de melódiosidade que é considerado consistente entre os dois grupos.

Em relação à análise demográfica dos participantes, os oriundos de ZR apresentaram um intervalo de respostas que variou do ponto 3 ao ponto 5 na mesma escala, com a mediana centralizada no ponto 4. Em contraposição, aqueles que se identificaram como provenientes de ZU registraram um intervalo de respostas entre o ponto 3 e o ponto 4, com a mediana novamente posicionada no ponto 4. Essas avaliações refletem uma atitude linguística uniforme entre os dois grupos, sugerindo que a maneira de falar na região de origem é considerada, na mesma medida, mais ou menos melódica, conforme demonstrado na Figura 38 a seguir:

Figura 38 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 16” pelo “status do português”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Para concluir a seção dedicada à avaliação deste item de testagem, foi elaborada a Tabela 43, a qual ilustra os resultados da Análise de Variância (ANOVA) referente à mesma proposição, mas, nesta ocasião, contemplando a variação nas respostas entre as categorias "lenta" e "rápida". Essa tabela proporciona uma visão detalhada da distribuição das respostas e permite inferências sobre as diferenças significativas entre os grupos analisados. Vejamos:

Tabela 43 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 15

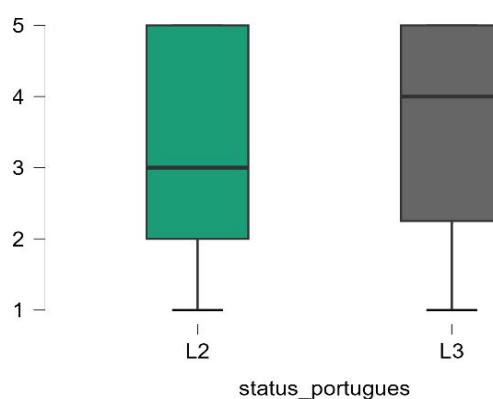
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do	7.464	1	7.464	4.185	0.045

português					
Localização	2.443	1	2.443	1.370	0.246
Status do portuguêsx Localização	6.286	1	6.286	3.525	0.065
Residual	117.699	66	1.783		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na análise apresentada na tabela, observa-se que a variável "status do português" exerce uma influência significativa sobre o julgamento dos participantes, evidenciada pelo p-valor de 0,045, o qual está abaixo do limiar convencional de 0,05. Isso sugere que a condição do português como segunda (L2) ou terceira língua (L3) para os indivíduos impacta diretamente suas percepções em relação à sonoridade da língua. Em contrapartida, as variáveis "localização" e a interação entre "status" e "localização" não demonstraram significância estatística. Essa conclusão se torna mais elucidativa ao examinarmos as Figuras 39 e 40 posteriormente, que ilustram o comportamento dos avaliadores em relação à característica investigada.

Figura 39 – Avaliação subjetiva para a sentença “BIII - 15” pelo “status do português”

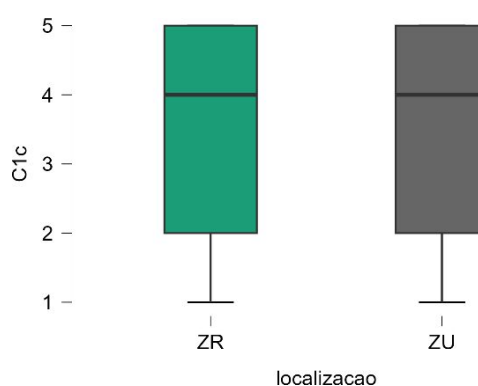


Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Na Figura 40, observa-se que, embora a distribuição das respostas tenha sido similar entre os dois grupos analisados, houve uma divergência no valor médio das respostas, situado em um ponto distinto para cada conjunto de participantes. Especificamente, os indivíduos para os quais o português é sua segunda língua (L2) posicionaram sua média no ponto 3, enquanto aqueles que têm o português como terceira língua (L3) também determinaram sua média nesse mesmo ponto. Essa discrepância no posicionamento da mediana revela a

influência dessa variável na avaliação da sentença apresentada. Ela sugere uma opção pela neutralidade, onde os participantes que falam o português como L2 não percebem a fala de suas cidades como predominantemente lenta ou rápida. Em contraste, os indivíduos que se expressam em português como L3 tendem a avaliar a fala de sua cidade como relativamente mais lenta ou mais rápida. Essa distinção nas percepções destaca as nuances nas experiências linguísticas dos participantes, influenciadas por seu nível de proficiência na língua em questão.

Figura 40 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 15” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA

Divergindo da análise apresentada no recorte sobre o “status”, a situação referente ao fator “localização” demonstra uma uniformidade nas atitudes dos juízes. Essa constatação indica que a variável “localização” não exerceu influência significativa no comportamento dos participantes, evidenciando, assim, uma homogeneidade nas decisões judiciais independentemente do contexto geográfico. Essa constatação sugere que o fator “localização” não se configura como um elemento moderador nas dinâmicas de decisão judicial, implicando em uma possível estabilidade nas posturas dos juízes frente a diferentes circunstâncias territoriais.

7.4.4 O item de testagem “valoração”

O quarto aspecto investigado neste estudo foi a atribuição de valor a determinados usos linguísticos pelos guineenses participantes da pesquisa. Tal valoração referia-se ao

significado simbólico conferido a certas sentenças que comparavam a superioridade de uma das variantes do português — seja o Português Guineense (PGB), o Português Brasileiro (PB) ou o Português Europeu (PE) — entre elas, assim como a classificação da qualidade linguística através de um juízo crítico sobre o que se considera “falar bem” ou “falar mal”.

Nesta fase da análise, foram apresentadas aos participantes oito afirmações cuja concordância ou discordância deveria ser indicada utilizando uma escala de avaliação que variava de 1 a 5. O extremo superior da escala, ponto 5, refletia a concordância total com a afirmação; o ponto 4 correspondia à concordância parcial; o ponto 3 representava uma posição neutra (nem concordo, nem discordo); o ponto 2 indicava a discordância parcial; e, finalmente, o ponto 1 simbolizava a discordância total.

As afirmações foram organizadas sob a designação de categoria B, e cada sentença foi identificada nos testes de ANOVA como BII 1, BII 2, BII 3, sucessivamente. Os dados obtidos serão apresentados nas tabelas e figuras que se seguem.

Tabela 44 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 4

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.519	1	0.519	0.242	0.624
Localização	3.111	1	3.111	1.452	0.233
Status do português Localização	3.648	1	3.648	1.702	0.197
Residual	141.429	66	2.143		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na Tabela 44, que apresenta os resultados da Análise de Variância (ANOVA) em relação à afirmação BII - 4 (“Para você, o modo de falar dos portugueses é”), verificamos que nenhum dos fatores analisados demonstrou relevância significativa na avaliação dos participantes. O p-valor associado ao status do português foi de 0,624, enquanto o p-valor correspondente à variável localização atingiu 0,233. A interação entre essas duas variáveis resultou em um p-valor de 0,197. Esses resultados indicam que, para a sentença D1, as variáveis em questão não tiveram influência estatisticamente significativa no julgamento dos avaliadores.

De maneira análoga, ao considerar a afirmação BII – 10 (“Para você, o modo de falar dos brasileiros é”), observamos uma ausência de impacto das variáveis "status do português"

e "localização". Os p-valores obtidos foram de 0,498 e 0,943, respectivamente, para cada variável analisada de forma isolada, além de 0,412 para a interação entre elas. Estes dados, apresentados na mesma Tabela 45, corroboram a conclusão de que, no contexto da sentença BII - 10, as variáveis em análise também não apresentaram relação significativa com as avaliações dos participantes.

Tabela 45 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 10

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.961	1	0.961	0.464	0.498
Localização	0.011	1	0.011	0.005	0.943
Status do português x Localização	1.414	1	1.414	0.682	0.412
Residual	136.709	66	2.071		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Com respeito à proposição BII - 12, que afirma que "Em comparação ao português brasileiro, o português de Guiné Bissau é", nossa investigação não revelou significância estatística nem em relação ao status do português nem quanto à sua localização geográfica, conforme demonstrado pelos resultados da Análise de Variância (ANOVA). Os valores obtidos foram 0.359 para o status, 0.140 para a localização, e 0.643 para a interação entre essas variáveis. Esses dados estão dispostos na Tabela 46, que será apresentada a seguir:

Tabela 46 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 12

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	2.040	1	2.040	0.855	0.359
Localização	5.313	1	5.313	2.227	0.140
Status do português x Localização	0.516	1	0.516	0.216	0.643
Residual	157.478	66	2.386		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

No que se refere à proposição BII - 14, que postula que "A pessoa que só usa o português ensinado na escola é", observamos que as percepções dos indivíduos participantes do estudo não foram afetadas pelas variáveis "status do português" (com um p-valor de 0,442) e "localização" (apresentando um p-valor de 0,952). De modo análogo, outras duas variáveis

correlacionadas também se revelaram não significativas, evidenciadas por um p-valor de 0,828. Os dados que sustentam essas conclusões estão apresentados na Tabela 47 adiante.

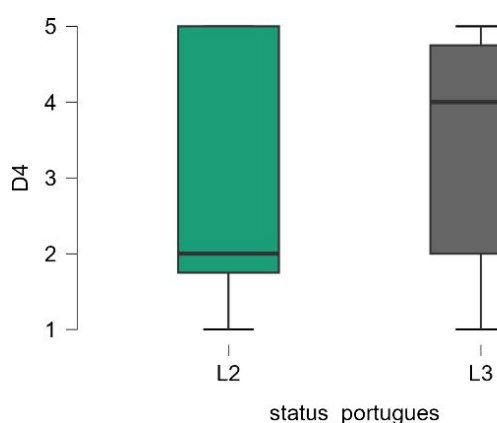
Tabela 47 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 14

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
Status do português	1.487	1	1.487	0.599	0.442
Localização	0.009	1	0.009	0.004	0.952
Status do portuguêsx Localização	0.118	1	0.118	0.047	0.828
Residual	163.969	66	2.484		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Em relação à sentença BII - 14, apresentamos, a seguir, uma análise visual através das figuras correspondentes, as quais ilustram a percepção dos participantes de cada grupo em relação à afirmação de que " A pessoa que só usa o português ensinado na escola é ". Estas representações gráficas visam oferecer uma compreensão mais aprofundada das opiniões e crenças acerca da relação entre a linguagem utilizada e as normas linguísticas reconhecidas no contexto educacional.

Figura 41 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 14” pelo “status do português”



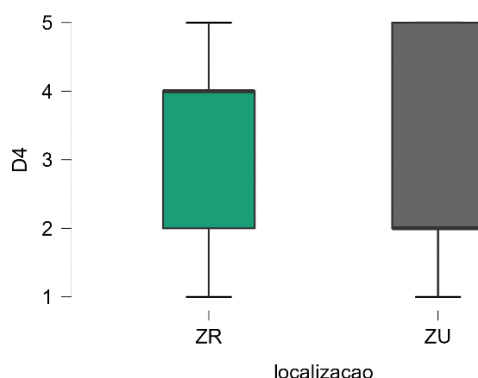
Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na Figura 41, registra-se uma discrepância marcante nas percepções dos participantes em relação à língua portuguesa, circunstância que se revela intimamente ligada ao status linguístico de cada indivíduo. Para os respondentes que classificam o português como uma segunda língua (L2), os dados obtidos situam-se em uma faixa de valores que

oscila entre aproximadamente 2 e 5, com uma média centrada em torno do ponto 2. Tal dado sugere uma tendência a uma avaliação negativa da afirmação analisada. Em contrapartida, entre os indivíduos que consideram o português como uma terceira língua (L3), observa-se que, apesar de o espectro de respostas ser semelhante ao da L2, a mediana aponta para o valor 4, indicando uma interpretação predominantemente positiva da mesma afirmação. Essa comparação ilustra uma diferença substancial nas atitudes dos guineenses em relação à língua portuguesa. Contudo, é crucial mencionar que a Análise de Variância realizada não indicou significância estatística relacionada à variável "status do português", o que limita implicações gerais a partir dos dados coletados sobre essa temática.

A Figura 42, que será apresentada a seguir, ilustra o intervalo de respostas correspondente à sentença BII -14, apresentando uma análise detalhada com foco específico na dimensão geográfica.

Figura 42 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII -14” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

Na análise referente aos guineenses provenientes de áreas rurais da Guiné-Bissau, observou-se que as respostas dos participantes variaram entre os níveis 2 e 4, com uma mediana estabelecida no nível 4. Em contrapartida, para aqueles oriundos de áreas urbanas, os dados mostraram uma amplitude que se estendeu do nível 2 ao nível 5, com a mediana posicionada no nível 5. Este aspecto sugere uma leve discrepância nas atitudes manifestadas pelos grupos analisados. Contudo, ao aplicar o teste ANOVA, não se identificaram evidências estatísticas que indicassem uma influência significativa.

No que diz respeito à declaração BIII - 30, que estipula que "falar bem é falar como o povo", apresentamos a seguir os resultados estatísticos obtidos por meio da análise ANOVA:

Tabela 48 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 30

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.241	1	0.241	0.144	0.705
Localização	0.282	1	0.282	0.169	0.683
Status do portuguêsx Localização	10.138	1	10.138	6.052	0.017
Residual	110.549	66	1.675		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na tabela previamente apresentada, os resultados indicam um p-valor de 0,705 associados ao fator "status do português" e um p-valor de 0,683 para o fator "localização". Esses valores sugerem que, em ambas as situações, as variáveis em questão não demonstram significância estatística em relação à variação das atitudes linguísticas dos indivíduos participantes do estudo. Entretanto, é importante ressaltar que a associação entre essas variáveis revelou-se relevante, uma vez que o p-valor obtido foi de 0,018, o qual é inferior ao nosso nível de significância preestabelecido de 0,05.

Adicionalmente, foi realizada uma Análise de Variância referente à afirmação BIII - 29 ("Falar bem é expressar-se com clareza"), onde foram disponibilizados os resultados estatísticos pertinentes:

Tabela 49 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BIII - 29

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	1.712	1	1.712	0.911	0.343
Localização	0.334	1	0.334	0.178	0.675
Status do portuguêsx Localização	11.111	1	11.111	5.911	0.018
Residual	124.056	66	1.880		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Conforme demonstrado, as variáveis "status" e "localização" não apresentaram impacto nas atitudes dos participantes, evidenciado pelos valores de p obtidos, que foram de 0.343 e 0.675, respectivamente. Em contrapartida, a interação entre essas duas variáveis revelou-se significativa, com um p-valor de 0.018.

No que tange à sentença BII - 3, que afirma que “Em comparação à fala de pessoas da cidade, a fala das pessoas que vivem no meio rural é”, os resultados obtidos sugerem uma ausência de influência tanto do “status do português” quanto da “localização”, assim como na interação entre essas variáveis. Os valores registrados foram de 0.767 para o status, 0.582 para a localização, e 0.645 para a análise combinada dessas duas variáveis.

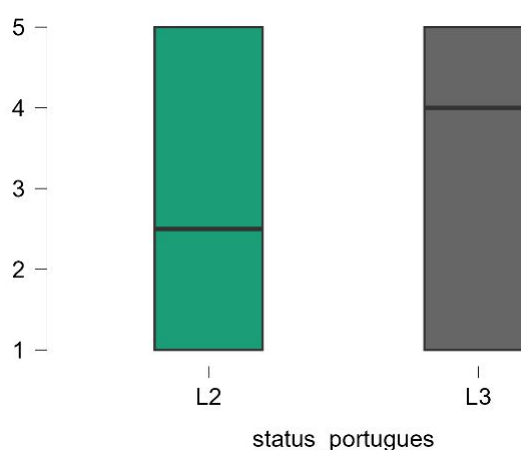
Tabela 50- Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 3

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.317	1	0.317	0.089	0.767
Localização	1.091	1	1.091	0.305	0.582
Status do portuguêsx Localização	0.767	1	0.767	0.215	0.645
Residual	235.681	66	3.571		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

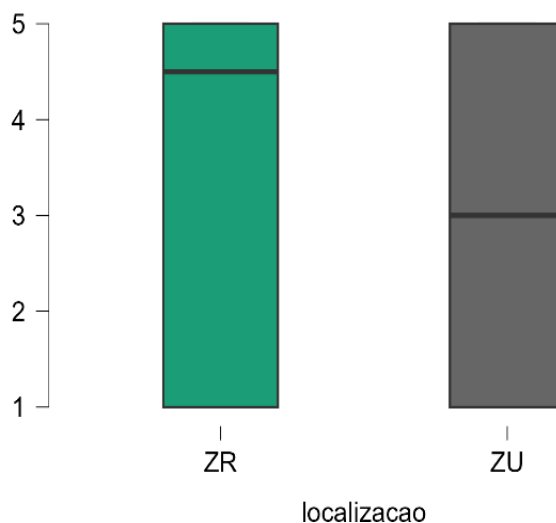
Para enriquecer a compreensão da sentença BII - 3, a seguir, apresentamos os boxplots elaborados por meio do software JASP, que podem ser visualizados nas Figuras 42 e 43.

Figura 42 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 3” pelo “status do português”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA.

Figura 43 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 3” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024). – ANOVA

Em análise das atitudes linguísticas dos participantes deste estudo, observamos que, embora as variáveis examinadas não apresentassem relevância significativa, as respostas dos grupos em questão evidenciaram divergências notáveis, incluindo posições distintas nas medianas. No que se refere ao “status do português”, notou-se que o intervalo das respostas foi semelhante entre os grupos, embora as médias apresentassem diferenças marcantes: os indivíduos para os quais o português é considerado segunda língua (L2) situaram-se próximo ao ponto 2, enquanto aqueles para quem o português é terceira língua (L3) situaram-se em torno do ponto 4.

Além disso, ao considerar a variável “localização”, os padrões de resposta mostraram-se parecidos, mas com diferenças nas médias: os participantes de ZR apresentaram uma média entre os pontos 4 e 5, enquanto os de ZU concentraram suas respostas em torno do ponto 3. Esses dados indicam não apenas uma variação sutil nas respostas, mas também um entendimento distintivo sobre a natureza do juízo quanto a uma sentença específica, manifestando-se através da concordância ou discordância expressa pelos participantes.

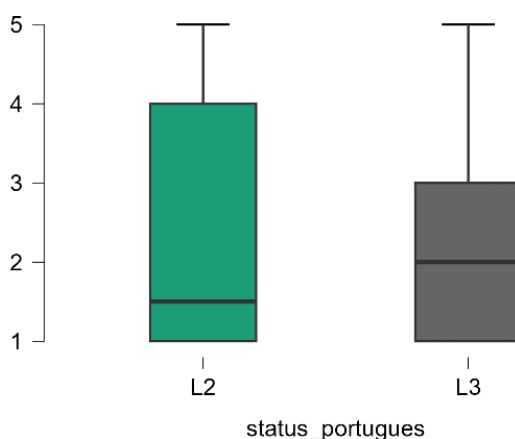
Para concluir a análise estatística dos resultados referentes ao item de avaliação “Valoração”, apresentamos a Tabela 51, que se encontra abaixo, a qual contém a Análise de Variância relativa à proposição BII - 14 (“a pessoa que só usa o português ensinado na escola é”).

Tabela 51 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 14

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.002	1	0.002	0.001	0.974
Localização	0.061	1	0.061	0.031	0.862
Status do portuguêsx Localização	5.843	1	5.843	2.936	0.091
Residual	131.336	66	1.990		

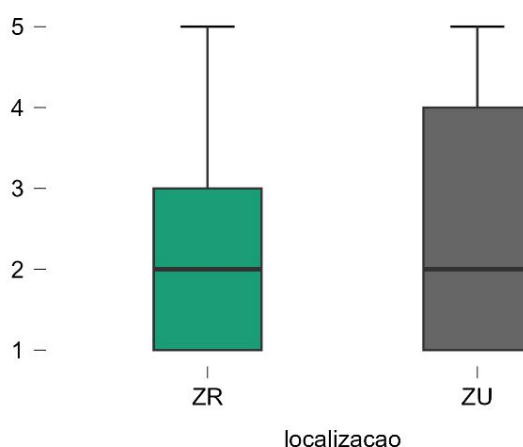
Fonte: A Autora (da pesquisa (2024)).

Na Tabela 51 apresentada, observa-se que, de maneira similar à análise anterior, as variáveis selecionadas não demonstraram relevância estatística. O p-valor associado ao recorte "status" foi de 0.974, enquanto o recorte "localização" apresentou um p-valor de 0.862. Além disso, a associação entre esses fatores resultou em um p-valor de 0.091. Para complementar essas considerações, foram elaboradas as Figuras 54 e 55, que ilustram a percepção dos indivíduos de cada grupo submetido à análise. Embora as respostas exibam um intervalo significativamente distinto, as médias posicionam-se em pontos similares. Um aspecto interessante a ser destacado nesta análise é que a mediana se encontra centrada em torno do ponto 2 ou em sua proximidade, indicando uma tendência de resposta majoritariamente discordante em relação à afirmação de que “a pessoa que só usa o português ensinado na escola é” (Agradável / Desagradável) , conforme evidenciado nas figuras subsequentes.

Figura 44 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 14” pelo “status do português”

Fonte: A Autora da pesquisa (2024) - ANOVA

Figura 44 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 14” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Em resumo, os dados obtidos indicam que os guineenses envolvidos nesta pesquisa já apresentam uma compreensão sobre a valorização do português fora do contexto escolar, a qual pode diferir do modelo linguístico ensinado nas instituições educacionais. Este último modelo, cabe ressaltar, obedece às normas do português europeu. Contudo, uma parcela significativa dos participantes manifesta desacordo com essa perspectiva, evidenciando que é viável utilizarem variantes do português, não ensinadas nas escolas, sem que isso implique na percepção de que se fala de forma inadequada.

7.4.5 O item de testagem “relações interpessoais”

Neste segmento de avaliação, foi explorada a correlação entre o uso da linguagem e as demandas dos falantes, ilustradas em situações como a procura por um emprego apropriado ou a exigência de se comunicar de maneira adequada com diferentes interlocutores. Para analisar essa categoria, foram formuladas cinco proposições que possibilitaram aos participantes manifestar seu grau de concordância em uma escala de avaliação que variava de “concordo” a “discordo”. Esta escala consistia em cinco níveis: o nível 5 indicava "concordo totalmente", o nível 4 correspondia a "concordo parcialmente", o nível 3 sinalizava uma posição neutra (nem concordo nem discordo), o nível 2 representava "discordo parcialmente",

e, por fim, o nível 1 expressava "discordo totalmente".

Na sequência, será apresentada a Tabela 52, que contém os resultados da Análise de Variância (ANOVA) referente à afirmação BII - 5, a qual sustenta que “Você acha que todos os guineenses deveriam falar como os portugueses”.

Tabela 52 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 5

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.064	1	0.064	0.032	0.858
Localização	14.141	1	14.141	7.043	0.010
Status do português x Localização	8.643	1	8.643	4.305	0.042
Residual	132.505	66	2.008		

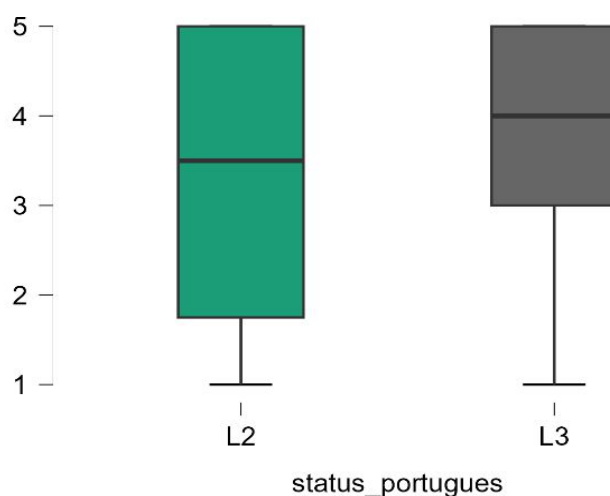
Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Na análise realizada, observou-se que o fator "status do português" não apresentou relevância estatística nas atitudes dos participantes em relação à afirmação BII - 5

, com um p-valor de 0.858. Em contrapartida, o fator "localização" revelou-se estatisticamente significativo, evidenciado por um p-valor de 0.010. Ademais, a interação entre o "status do português" e a "localização" também demonstrou ser estatisticamente significativa, indicando sua influência nas atitudes dos indivíduos.

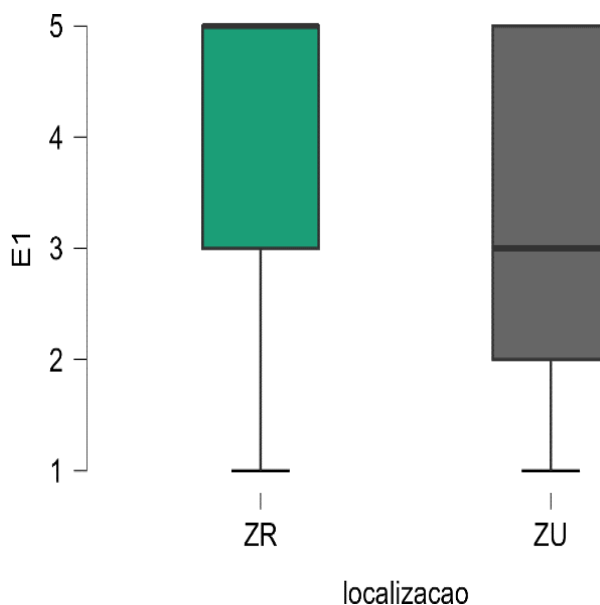
A seguir, são apresentados os boxplots gerados pelo JASP, os quais ilustram o comportamento dos participantes em relação à sua avaliação subjetiva sobre a sentença BII - 5.

Figura 45 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 5” pelo “status do português”



Fonte: A Autora desta pesquisa (2024) – ANOVA

Figura 46 – Avaliação subjetiva para a sentença “BII - 5” pela “localização”



Fonte: A Autora da pesquisa (2024) – ANOVA

No que se refere ao fator "status do português", observou-se uma ampla variação nas respostas coletadas, embora a mediana tenha se posicionado de maneira relativamente consistente, próxima ao ponto 4. Isso sugere uma tendência predominante de concordância parcial entre os participantes em relação à afirmação analisada. Em contraste, ao considerar o fator "localização", notou-se uma discrepância significativa tanto no espectro das respostas quanto nas medianas. A mediana correspondente à Zona Rural (ZR) demonstrou-se centrada no ponto 5, indicando uma concordância total, enquanto a da Zona Urbana (ZU) se destacou no ponto 3, o que reflete uma posição neutra. Este achado, relacionado ao item de avaliação "Relações interpessoais", que examina a atitude linguística dos colaboradores sobre a importância de utilizar português europeu (PE), sugere que, de um lado, o status do português pode não ser considerado relevante pelos indivíduos, o que nos leva a inferir a existência de outros fatores que influenciam a obtenção de um emprego satisfatório, independente da proficiência em PGB pelos cidadãos guineenses. De outro lado, a localização geográfica parece ter um impacto significativo, especialmente entre os colaboradores que provêm da Zona Rural. Tal grupo, conforme evidenciado pelos dados coletados no questionário sociolinguístico aplicado nesta pesquisa, frequentemente se transfere para a zona urbana, possivelmente em busca de melhores oportunidades de mobilidade social.

A análise da sentença BII - 37 (“Uso um bom português ao falar com o servente no trabalho”), realizada por meio de Análise de Variância (ANOVA), revelou que apenas a interação entre as duas variáveis analisadas apresentou relevância estatística para a avaliação dos participantes, com um p-valor de 0.035. Situações semelhantes foram observadas nas sentenças BII - 38 (“Uso um bom português ao falar com os irmãos (filhos) em casa”) e BII - 39 (“Uso um bom português ao falar com o guarda na rua”), nas quais obtivemos p-valores de 0.031 e 0.026, respectivamente.

Tabela 53 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 37

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.197	1	0.197	0.106	0.745
Localização	0.526	1	0.526	0.283	0.596
Status do português x Localização	8.572	1	8.572	4.624	0.035
Residual	122.363	66	1.854		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Tabela 54 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 38

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.115	1	0.115	0.053	0.819
Localização	0.010	1	0.010	0.004	0.947
Status do português x Localização	10.566	1	10.566	4.837	0.031
Residual	144.180	66	2.185		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Tabela 55 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 39

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.342	1	0.342	0.171	0.681
Localização	0.342	1	0.342	0.171	0.681
Status do português x Localização	10.333	1	10.333	5.166	0.026
Residual	132.000	66	2.000		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

Para a afirmativa BII - 14 (“A pessoa que só usa o português ensinado na escola é chata, antipática”), os dados obtidos indicaram que não houve influência significativa das variáveis sobre o comportamento dos participantes. A análise de variância realizada para essa afirmativa revelou um valor de p de 0,349 para a variável "status do português", um valor de p de 0,496 para a localização e um valor de p de 0,904 para a interação entre esses dois fatores. Esses resultados sugerem que as variáveis em questão não exerceram um efeito considerável sobre as percepções dos indivíduos analisados.

Tabela 56 - Resultado da Análise de Variância para a sentença BII - 14

Variáveis	Somados quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	2.573	1	2.573	0.888	0.349
Localização	1.359	1	1.359	0.469	0.496
Status do portuguêsX Localização	0.042	1	0.042	0.015	0.904
Residual	191.134	66	2.896		

Fonte: A Autora da pesquisa (2024).

A realização da Análise de Variância (ANOVA) possibilitou a investigação da relevância de variáveis específicas nas avaliações subjetivas dos colaboradores envolvidos neste estudo. Os resultados indicaram que, embora nem todos os fatores analisados apresentassem significância estatística e uma influência direta sobre o comportamento dos participantes, observou-se uma variedade nas atitudes expressas. Essa diversidade de opiniões frequentemente culminou em percepções amplamente divergentes entre os colaboradores.

7.5 ANÁLISE QUALITATIVA

A observação das avaliações subjetivas dos estudantes guineenses da UNILAB-CE revela-se fundamental para a compreensão deste fenômeno social. Nossos achados indicam que os informantes avaliam a variante linguística de maneira diferenciada, cuja percepção é influenciada pelo grau de contato linguístico marcado pelo tempo de permanência no Brasil e

a construção de sua relação de pertencimento que sentem em relação ao grupo social em que essa variante se manifesta, uma dinâmica semelhante à discutida por Labov (2008 [1972]). O sentimento de inclusão demonstrou ter um impacto considerável nas avaliações realizadas: os indivíduos que se identificam como parte da variante, especificamente os estudantes dos últimos períodos e do sexo/gênero feminino, tenderam a avaliá-la de forma positiva. Em contrapartida, os informantes que não compartilham desse sentimento de pertencimento, identificados como àqueles com o tempo menor de permanência no país, manifestaram uma postura crítica em relação às características estéticas da variante, bem como em relação ao nível de formalidade dos seus falantes. Assim, a nossa hipótese principal, que postula que os informantes apresentarão reações divergentes com base em seus perfis sociais (como gênero e/ou período do curso), encontra respaldo nos dados coletados, evidenciando que do entrevistado é uma variável estatisticamente significativa.

Dessa forma, os dados sociolinguísticos coletados junto aos informantes evidenciam que a idade média de primeiro contato do grupo-alvo com a Língua Portuguesa (LP) ocorre em torno dos sete anos, no contexto escolar, onde a LP é formalmente utilizada como língua de ensino. O guineense é amplamente reconhecido como a língua mais falada na Guiné-Bissau, servindo como língua veicular, apesar da diversidade das línguas maternas presentes (ula, nalu, bigajós, balanta e pepel). As principais motivações para o aprendizado da LP estão ligadas ao sucesso escolar, acadêmico e profissional. Diante desse panorama, a categorização do Português como terceira língua (L3) e em alguns contextos como segunda (L2) na Guiné-Bissau levanta questões complexas; por um lado, não é apropriado considerá-lo uma língua estrangeira, devido ao seu status oficial, enquanto, por outro, não é a língua materna nem a de comunicação cotidiana, uma vez que não existe um contexto de imersão ou interação diária. Contudo, a LP é a língua de alfabetização, com a qual os informantes têm seu primeiro contato ao ingressar na escola.

Esses resultados, atrelado a observações feitas na ficha social de nossos informantes, indicam-nos que: o uso dessa variante se comporta como uma marca linguística da comunidade comum em contexto multilíngue.

Nas palavras de Fishman (1972, p. 46),

[...] domains are a higher order generalization from congruent situations (i.e. from situations in which individuals interact in appropriate role relationships with each other, in the appropriate

locales for these role relationships, and discuss topics appropriate to their role relationships).¹¹³

O autor oferece uma análise detalhada dos âmbitos de uso na interação social, destacando categorias como "família", "círculo de amizade", "religião", "emprego" e "educação". Fishman (op. cit.) complementa essa discussão ao identificar três componentes fundamentais que caracterizam tais âmbitos. O primeiro componente, os participantes, aborda os papéis sociais desempenhados por indivíduos, como um professor ou aluno no contexto educacional. O segundo componente refere-se ao local, que fornece um espaço físico ou social onde a interação se desenvolve, exemplificado pela escola. Por último, o tópico refere-se aos assuntos específicos que são tipicamente abordados em cada contexto, como o conteúdo de um exame. Esta estrutura analítica permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e comunicativas em diferentes esferas da vida cotidiana.

Ao considerar os informantes das fichas analisadas, observamos, que alguns deles, especialmente os graduando dos períodos iniciais, que têm o português como L2 e utilizam frequentemente línguas étnicas, identificam-se como falantes de um “português diferente”, manifestando o desejo de “falar melhor”, conforme os modelos europeus. Existem outros, porém, que, apesar de apresentarem traços linguísticos característicos de uma norma distinta do português europeu (PE), não parecem identificar esses traços com clareza, nem os associam a características de um português propriamente guineenses, independentemente do ano que está cursando. Esse é o caso de alguns informantes que oscilam ao identificar as línguas nacionais como maternas ou ao declarar proficiência nelas. Nesse contexto, esses indivíduos não se veem como falantes de uma norma não-europeia. Um terceiro grupo inclui falantes em vias de conclusão do Ensino Superior, para os quais o português é língua materna. Estes, por sua vez, tendem a reconhecer através do contato linguístico com outros guineenses, especialmente daqueles recém-chegados ao Brasil e usuários frequentes de línguas étnicas, traços que diferem das características do PE, identificando-se, em suma, como falantes de uma norma europeia.

¹¹³ [...]Domínios representam uma generalização de nível superior que emergem a partir de situações congruentes. Estas situações são caracterizadas pela interação entre indivíduos, que estabelecem relacionamentos adequados entre si, no contexto apropriado para tais interações, e abordam temas pertinentes a esses relacionamentos. (Tradução Nossa)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a investigar as crenças e atitudes linguísticas dos falantes da variedade guineense do português, com um enfoque específico na concordância nominal de número e nas repercussões do contato linguístico no contexto sociolinguístico da Guiné-Bissau. A análise revelou a coexistência das línguas guineense e PGB, evidenciando que cada uma desempenha papéis distintos na sociedade guineense. O guineense, como língua nacional, é predominante nas interações cotidianas, especialmente em áreas urbanas, onde a diversidade étnica exige uma comunicação eficaz entre diferentes grupos. Em contraposição, o PGB aparece como uma variedade do português, marcada por influências morfossintáticas do guineense, refletindo os fenômenos de bilinguismo e as suas complexas interações.

No que se refere à morfologia de flexão verbal e às relações de concordância verbal, detectamos que enquanto o PGB apresenta uma variabilidade na concordância, com uma predominância da forma padrão, algumas construções não-padrão também são aceitas na fala. Essas características destacam uma relação dinâmica entre as duas línguas, inspirando adaptações linguísticas que enriquecem a variedade guineense do português.

A análise das atitudes linguísticas revelou que, apesar de influenciadas pelo guineense, as avaliações dos falantes do PGB foram, na sua maioria, positivas. Os participantes demonstraram um elevado apreço pela forma falada do PGB, considerando-a não apenas bela, mas também uma expressão legítima da sua identidade sociolinguística. Essa apreciação sugere uma conscientização sobre a importância do PGB como veículo cultural e identitário, mesmo em meio à preferência por manter a língua guineense em contextos sociais.

Os resultados desta investigação destacam a relevância de um contexto sociolinguístico onde a identidade é moldada tanto pela proficiência em múltiplas línguas como pelas atitudes em relação a elas. A maioria das respostas indicou uma clara valorização das variedades linguísticas, sugerindo que, há um reconhecimento da diversidade como um patrimônio cultural, ao invés de um obstáculo para a comunicação.

Diante deste panorama, recomenda-se que futuros estudos ampliem a investigação sobre outras variedades não europeias do português, direcionando-se especialmente para aspectos como a concordância de gênero no PGB ou para uma análise mais profunda das atitudes linguísticas sob a perspectiva da Sociolinguística e da Psicologia Social. A

continuidade dessas pesquisas pode proporcionar uma compreensão mais robusta das dinâmicas linguísticas e identitárias que permeiam a Guiné-Bissau, contribuindo significativamente para o campo dos estudos da língua portuguesa em contextos variados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULA, R.; TIMBANE, A.; QUEBI, D. As Políticas Linguísticas nos PALOP e o Desenvolvimento Endógeno. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, 2017.

ABREU, A. S. **Gramática Mínima para o domínio da Língua Padrão**. São Paulo: Ateliê, 2003.

AGOSTINHO, A. L.; LAMBERTI, L.; SANTOS, E. F. dos. Concordância de gênero variável em Português: aproximações entre variedades africanas e afro-brasileira. **Revista do GEL**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 40–69, 2021. DOI: 10.21165/gel.v18i3.3276. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3276>. Acesso em: 16 out. 2024.

AGUILERA, V. de A. O que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 105-112, maio-ago. 2008.

ALEXANDRE, N. Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: algumas características morfossintáticas do contacto. In: ARAÚJO, G.; JEFERSON, P.; OLIVEIRA, M. (eds.). **Português Falado na África Atlântica**. [S. l.: s. n.], 2018.

ALEXANDRE, N.; GONÇALVES, R. Language contact and variation in Cape Verde and São Tomé and Príncipe. In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. **The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil**. Issues in Hispanic and Lusophone Linguistics: John Benjamins Publishh Company, v. 20, p. 237-266, 2018.

ALEXANDRE, N.; OLIVEIRA, M. Cabo-verdiano e Português: cotejando estruturas focalizadas. In: ARAÚJO, G.; JEFERSON, P.; OLIVEIRA, M. (eds.). **Português Falado na África Atlântica**. São Paulo: Editora Humanitas, 2018.

ALMEIDA, Silvana da Silva Santana de; TIMBANE, Alexandre Antônio. Analisando a cultura e as línguas africanas, a partir da Costa da Mina até a formação da identidade brasileira. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras** São Francisco do Revista da ABPN | Abril 2024 | V.18 n. 46 | 2024 Conde (BA), v. 2, nº Especial, p. 700-726, 2022. Disponível em: <https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1045/828>. Acesso em: 27/02/2024.

AMBAR, M. M. **Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português**. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

ANDRADE, C. G. G. **Crenças, percepção e atitudes linguísticas de falantes madeirenses**. 2014. 202 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais) - Universidade da Madeira, Ilha da Madeira, PT, 2014.

ANTUNES, I. **Muito além da gramática: Por um ensino sem pedras no caminho**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. Parábola, 2007.

ARAÚJO, S. S. F. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. In: **COLÓQUIO DA LUSOFONIA**, 13., 2010. [S. l.: s. n.], v. 13, 2010.

ARAÚJO, S. S. F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2014.

ARAÚJO, S. S. F.; LUCCHESI, D. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. **Papia**, v. 26, p. 71-99, 2016.

ARRUDA, K. A. **Línguas crioula cabo-verdiana e português: a coexistência das línguas materna e oficial em turmas de 1º e 2º anos de uma escola de ensino básico em Cabo Verde**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018.

ARRUDA, K. A.; NOGUEIRA, G. M. Tensões e disputas entre a língua crioula caboverdiana e a língua portuguesa desde a independência de Cabo Verde. **RELVA**, Juara/MT/Brasil, v. 6, n. 2, p. 139-159, jul./dez. 2019.

AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. **Revista Linguística**, 30, p. 241-288, 2014.

BALDUINO, A. M. **Fonologia do Português de São Tomé e Príncipe**. 587 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BARBOSA, E. A. **Uma relação de intimidade ou um fosso profundo entre sujeito e verbo: estudo da concordância verbal de 3º pessoa do plural no 9º ano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB – BA, Vitória da Conquista, 2015.

BAGNO, M. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola editorial, 2001.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, M. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019.

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola, 2015.

BAGNO, M. Variação, avaliação e mídia: o caso do ENEM. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 191-224.

BALDUINO, A. M. **Fonologia do Português de São Tomé e Príncipe**. 2022. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BALSALOBRE, S. R. G.; KANUSSE, E. F. Língua portuguesa em Angola: breve discussão sobre a situação de seu ensino na Província do Namibe. **Revista Interfaces da Educação**. v. 11, n. 32 (2020). Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4519>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BANZA, A. P. “O Português em Angola: uma questão de política linguística”. In: FIÉIS, A.; LOBO, M.; MADEIRA, A. (orgs). **O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier**. Lisboa: Edições Colibri, 2014. pp. 29-38. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/16291>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BARBOSA, J. **Língua e desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau**. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa (LE/L2)) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Portugal, 2015.

BARBOSA, J. B.; FREITAS, V. T. de. Como os estudantes em mobilidade ERASMUS na Universidade de Aveiro percebem as variedades do português?. **Entretextos**, Londrina, v. 21, n. 3Esp., p. 25–46, 2021. DOI: 10.5433/1519-5392.2021v21n3Esp.p25. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/44672>. Acesso em: 16 out. 2024.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 7, n. 2, 2007.

BARRETO, F. V. V. **A concordância verbal de 3ª pessoa do plural no Português Europeu**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BASSO, R. M. **Descrição do português brasileiro**. Coordenação – Tommaso Raso & Celso Ferrarezi Júnior. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BATTISTI, E.; OTHERO, G. A.; FLORES, V. N. **Conceitos básicos de linguística: sistemas conceituais**. São Paulo: Contexto, 2021.

BAXTER, A. N. Portuguese as a pluricentric language. In: CLYNE, Michael (ed.). **Pluricentric Languages: differing norms in different nations**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1992. p. 11-44.

BAXTER, A. **Semicreolization?** The restructured Portuguese of the Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 7-39, 2002.

BAXTER, A. & LOPES, N. S. A concordância verbal variável no português dos Tongas. **PAPIA** 21 (1), p. 39-50, 2011.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKERT, R. Kabuverdianu no sistema educativo em Cabo Verde e o seu status em relação ao português. **Linguagem & Ensino – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas, v. 23, n. 4, out.-dez., 2020. Disponível em: <[endereço de acesso suprimido]>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BEM, D. J. **Convicções, atitudes e assuntos humanos**. Tradução Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: EPU, 1973. (Coleção Ciências do Comportamento).

BENZINHO, J.; ROSA, M. **Descoberta da Guiné-Bissau**: um retrato da Guiné-Bissau. Guia turístico. 2015. 15-16p.

BICKERTON, D. Creole Languages and the Bioprogram. In Newmeyer, F. (Ed.) **Linguistics: the Cambridge Survey - Vol. II: Linguistic Theory: Extensions and Implications** (pp. 268-284). Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOAS, F. **Método de pesquisa em Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2023.

BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? **Todas as Letras** 14(1), São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C.(Org.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 362-380.

BORTONI-RICARDO, S. M. O impacto da sociolinguística na educação. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 157-167.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Português brasileiro: a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BOTASSINI, J. O. M. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. **Signum: Estudos Linguísticos**, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015.

BOTASSINI, J. O. M. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso de róticos. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 12, n. 1, p. 85-102, 2009.

BRANDÃO, S. F. A fala popular do Estado do Rio de Janeiro numa perspectiva geosociolinguística. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org). **Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense-EdUFF, v. 1, p. 268-284, 2009.

BRANDÃO, S. F. (Org.). **Duas variedades africanas do Português: variáveis fonéticofonológicas e morfossintáticas**. São Paulo: Blucher, 2018.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. **Papia (Brasília)**, 22 (1): 7-39, 2012.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 56, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4913>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. The agreement continuum in urban samples of African, Brazilian and European varieties of Portuguese. In: LOPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (Eds.) **The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018; p. 267-290.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Proposta curricular para o ensino de português nas unidades da rede de ensino do Itamaraty em países de língua oficial portuguesa**. Brasília: FUNAG, 2020.

BRITO, J. A. **Diagnóstico do Crescimento da Economia Cabo-verdiana**. 2014. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/63407/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BULL, B. **O crioulo da Guiné-Bissau - Filosofia e Sabedoria**. Brasília: INEP, 1989.

CÁ, I. N. **Abordagens de ensinar Português língua segunda no contexto guineense de ensino médio e superior**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CÁ, I. N.; RÚBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné Bissau. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CÁ, S. **O ensino do português e o preconceito linguístico com relação à variedade guineense do português em Bissau**. 2020. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

CÁ, V. J. B. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CABI, L. A.; TIMBANE, A. A. A criação do primeiro Dicionário da Língua Gestual Guineense, um desafio linguístico. (Entrevista). **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), vol. 3, n. Especial I, p. 403-415, mai. 2023.

CALVET, L. J. Comportamentos e Atitudes. In: CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002. p. 155.

CÂMARA JR., J. **Estrutura da língua portuguesa**. Edição, estabelecimento de texto, introdução e notas de Emílio GozzePagotto, Maria Cristina Figueiredo Silva E Manuel Mourivaldo Santiago Almeida. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019. (Coleção de Linguística).

CARDOSO, A. P. As atitudes do professor e a sua participação na mudança. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Ano 39 (2), p. 245-267, 2005.

CARDOSO, D. P. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2015.

CARIOCA, C. R. A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 131-147, 2015. Disponível em: <[endereço de acesso suprimido]>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CARIOCA, C. R. Intercompreensão: conceituação e aplicação na pesquisa. In: NUNES, C. B; SILVA, C. R. T. (Orgs.). **A língua em foco no nordeste brasileiro: d'além das capitais**. Prefácio de Dermeval da Hora. Campinas-SP: Pontes Editores, 2021. p. 93-122.

CARREIRA, A. **O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão**. Lisboa: MemMartins Gráfica, 1982.

CARVALHO, O. L. S.; BAGNO, M. Variação linguística e ensino: 'nós' e 'a gente' em livros didáticos de português brasileiro como língua estrangeira. **Revista de Estudos Portugueses y Brasileos**, [s. l], v. 15, p. 25-40, 2017.

CASSAMA, D. J. L. S. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

CASSAMA, V. **Entre variações linguísticas e preconceito: uma discussão sobre o crioulo guineense**. 2019. Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

CASTELO BRANCO, L. K. **As línguas de Cabo Verde – o caboverdiano e o português: lugar onde joga o equívoco**. Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, J. “Les filles sont trop matérialistes”: tensions et soupçons dans les transactions sexuelles au Mali. In: FASSIN, D.; EIDELIMAN, J.-S. (Eds.). **Économies morales contemporaines**. Paris: La Découverte, 2012. p. 309–330.

CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.) **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory. Linguistic variation and its social significance**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996.

CHIMBUTANE, F. S. A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativa do Português de Moçambique. In: GONÇALVES, P. (Org.) [S. l.: s. n.], 1995; pp. 111-181.

CHRISTOFOLETTI, A. Algumas observações sobre o sistema vocálico do português vernaculário-são-tomense. Apresentação de trabalho/ Comunicação. **III – SIS – Vogais**, Porto Alegre. 2011.

COELHO et. al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**, London, Cambridge University Press, 2007.

COUTO, E. K. N. N do. A interação entre portugueses e ameríndios em Porto Seguro em 1500. **Pesquisa linguística (PPGL-UnB)**, n. 6, vol. 2, p. 7-28, 2001 (UnB).

COUTO, H. Jopará: a língua geral paraguaia. **Papia** vol. 3, n. 1, p. 118-123, 1994.

COUTO, H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. **Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 20, p. 11-253, 2010.

COUTO, M. **O fio das missangas**. Contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CYRANKA, L. F. M; RONCARATI, C. Atitudes Linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG-Brasil). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN**, 5., 2009, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: IDEIA, 2009. v. 1. p. 1-20.

DANFÁ, L. **Relações intergrupais e representações identitárias recíprocas entre universitários africanos e brasileiros**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

DIALLO, I. **Educação na Guiné-Bissau: Que espaços para as línguas nacionais e a língua portuguesa?** Bissau: INEP, 2020. (mimeografado).

DJALO, M. S.; CARVALHO, G. L. Léxico da língua futa-fula da Guiné-Bissau: uma proposta de vocabulário trilingue. **Njinga & Sepé, Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), vol. 1, n. Especial, p. 294-321, dez. 2021.

DOUTOR, C.; ALVES, N. Estudantes dos PALOP no ensino superior português: conquistas e desafios acadêmicos. **LAPLAGE em Revista-UFSCar**. PPGED-UFSCar, Sorocaba, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220202061719p.47-60>. Acesso em: 16 fev. 2021. Acesso em: 12 nov. 2021.

DUARTE, A. D. **Bilinguismo ou Diglossia?** 2. ed. São Vicente: Spleen, 2003.

DUARTE, M. E. L. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. Avanço no estudo da mudança sintática associando a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 85–111, 2015. DOI: 10.20396/cel.v57i1.8641473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641473>. Acesso em: 20 set. 2021.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: EdUNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. L. O português do Brasil no contexto das línguas românicas. **Actes du XXII e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes**. Tübingen: Niemeyer, v. 2, p. 149-156, 2000.

DUARTE, M. E. L. O sujeito nulo referencial no português brasileiro e no português europeu. In: GALVES, C.; ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2019, v. 1, p. 93-126.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, n. 41, p. 87-100, 2012.

EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator da identidade Nacional. **Papia** 18, 2008, p. 101-107. Disponível em: <<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/62/56>> Acesso em: 13mar2023.

EMBALÓ, A.; WILKE, E.; JOIA, P. Turismo em Guiné-Bissau, **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, V. 14, 2020. DO - 10.36113/cultur.v14i01.2584.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002

FARACO, C. A. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

FARACO, C. A. **História do Português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.

FARACO, C. A. Os desafios de uma língua pluricêntrica no século XXI. **Conferência de Abertura do 1º Conecta Leitores**. [S. l.: s. n.], [2021]. Disponível em: <[endereço de acesso suprimido]>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FARACO, C. A. Pedagogia da Variação Linguística: Desafios e Paradoxos. In: BRANDÃO-SILVA, F.; ROMUALDO, E. C.; PEREIRA, H. B. [Orgs.] **Da Variação Linguística à “Pedagogia da Variação”: descrição e ensino de português**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 248.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. Contexto: São Paulo, 2017.

FERNÁNDEZ, F. M. **Principios sociolingüísticos y sociología del lenguaje**. Barcelona, Editorial Ariel, 1998.

FIGUEIREDO, C. F. G. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almoxarife, São Tomé**: Desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão aquisição geracional, 2 vols. 2010. Dissertação (Doutorado) - Universidade de Macau, Macau, 2010.

FIGUEIREDO, C. F. G. A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almoxarife (São Tomé). **PAPIA** 18. p. 23-43, 2008.

FIGUEIREDO, C. F. G. A configuração do SN plural do português reestruturado de Almoxarife – S. Tomé. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola** 1:1, p. 28-55, 2009.

FIGUEIREDO, C. F. G. Uso variável do artigo definido no português da comunidade de Almoxarife, São Tomé. **Journal of Ibero-Romance Creoles** 9.1 (2018), p. 358-389. ISSN 2184- 5360.

FIORIN, J. L. Vox populi, vox dei?. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2002. p. 107-110.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. M. T. (Org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIRMINO, G. D. Ascensão de uma norma endógena do português em Moçambique: desafios e perspectivas. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 54, p. 163-192, 2021.

FLORIPI, S.; MORENO, I. Marcas de concordância no caboverdiano e no português: uma visão comparativa. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8, n. 1 p. 223-240, jun. 2010.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAG, R. M. K. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (ed.). **Mulheres, Linguagem e Poder – Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, p. 17–74.

FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, N. S.; ARAÚJO, S. S. F.; FREITAG, R. M. K. (Org.). **A Fala Nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 109-122.

FURTADO, C. A. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 855-887, 24 nov. 2012.

GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. **Português brasileiro**. Uma segunda viagem diacrônica. Campinas. Editora da Unicamp, 2019 .

GANDRA, A. S. A concordância verbal no português europeu rural. In: OLIVEIRA, K.; SOUZA, H. C. e; GOMES, L. (Org.). **Novos Tons de Rosa**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 142-161.

GILES, H. et al. Dimensions of welsh identity, in **European Journal of Social Psychology**, 7: 29-39, 1982. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420070205>.

GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective the study of attitudes toward language variation. In: GILES, H.; RYAN, E. B. (Org.). **Attitudes towards language variation: social and applied context**. London: Edward Arnold, 1982. p. 1-19

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIMENES, G. S.; NUNES-ENDES, A. N. B. Asexpressões “égua” e “mana” na linguagem do amapaense. In: DALLA PRIA et. al. (orgs). **Linguagem e línguas: invariância e variação**. Campinas-SP: Pontes, 2014.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2017.

GOMES, S. C. Literopintar Cabo Verde: a criação de autoria feminina. **Revista Crioula** – nº 3 – maio de 2008.

GÓMEZ MOLINA, J. R.. Actitudes lingüísticas en una comunidad bilíngüe y multidialectal: area metropolitana de Valencia. **Anejo n. XXVIII dela Revista Cuadernos de Filología**. Valencia, Universitat de Valencia, 1987.

GONÇALVES, P. A Génese do Português de Moçambique. Lisboa: IN-CM, 2010. 229 pp. ISBN - 978-972-27-1882-0.

GONÇALVES, P. Aspetos morfossintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal. **CUADERNOS DE LA ALFAL** No 7 marzo 2015: 9-16. ISSN 2218-0761.

GONÇALVES, P. **História da Língua Portuguesa em Moçambique**. Maputo, 2000.

GONÇALVES, P. **O Português de Moçambique: uma variedade em formação**. Maputo: Faculdade de Letras. Livraria Universitária, 1996.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

GRACIOSA, D. M. D. **Concordância verbal na fala culta carioca**. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GRIES, S. T. **Estatística com R para a linguística**. Tradução de Heliana R. Mello, Crysttian A. Paixão, André L. E. Souza e Júlia Zara. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2019. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/216876378_Estatistica_para_linguistas_atraves_do_R. Acesso em: 12 nov. 2021.

GUY, G. R.; ZILLES, A. M. S. O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolinguística. **Calidoscópio**, v. 4, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2006.

HAGEMEIJER, T. As línguas de São Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, Macau, 1(1): 1-27, 2009.

HAGEMEIJER, T. O português em contacto em África. 2016. p. 43-67. Disponível em:
<http://repositorio.ul.pt/bitstream/31040/1/Hagemeijer2016%28MLP%29.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

HAGEMEIJER, T. Prefácio. In: BRANDÃO, S. F.(Org.) **Dois variedades do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas**. São Paulo: Blucher, 2018; pp. 7-9.

HAGEMEIJER, T.; ALEXANDRE, N. Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica. **Papia**, 22:2, p. 233-251, 2012.

HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão: com comentários e exemplários, redigida conforme o Novo Acordo Ortográfico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

HELLWIG, B.; GEERTS, J. **ELAN – Linguistic Annotator**. Versão 4.4.0. Disponível em: <[endereço de acesso suprimido]>. Acessado em: 12 ago. 2021.

HOLM, J. **Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HORA, D. A Palatalização das oclusivas dentais/t/ e /d/ e as restrições sociais. **Revista Graphos**, v. 2, n. 1, p. 111-125, 1997.

HORA, D. Monotongação de ditongos crescentes: realidade linguística e social. In: LOBO, T. et al. (orgs.) **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 349-356.

ILARI, R.; BASSO, R. M. Classes de palavras e processos de construção. 3. O verbo. In: NEVES, Maria Helena de Moura; ILARI, Rodolfo (Orgs.). **Gramática do Português Falado Culto no Brasil**. V. II Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 163-365.

INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Línguas em Contacto: Pidgins, Crioulos e Semi- Crioulos) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

INVERNO, L. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. In: FER-NÁNDEZ, M.; FERNÁNDEZ-FERREIRO, M.; VÁZQUEZ VEIGA, N. (Ed). **Los Criollos de base ibérica**: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2008

JALÓ, S. Língua portuguesa e colonização – caso da Guiné Bissau. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-portuguesa-e-colonizacao-caso-da-guine-bissau>. Acesso em: 30 mar. 2021.

JON-AND, A. **Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde**. 2011. Tese (Doutorado) - Stockholms Universitet, 2011.

KIALANDA, K. S. et. al.. O kikongo e a cultura do Povo Bakongo: uma cultulinguística nos nomes próprios. **Revista V Ersalet**. Curitiba, 2019. 7 (7): 72-91, jan.-jun

LAMBERT, W. E. et al. Evaluational reactions to spoken languages. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, 60(1): 1960, p. 44–51

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Scherre; Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. 160 p.

LABOV, W. Principles of linguistic change. **Social factors**. Oxford, GB: Blackwell, 2001.

LABOV, W. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

LAMBERT, W. E. et al. Evaluational reactions to spoken languages. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, 60(1), 1960. p. 44-51. doi: 10.1037/h0044430.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1966.

LAMBERT, W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LANG, J. Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde). **Santa Barbara Portuguese, Studies**, número 5: p. 228-254, 2012.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, 19, p. 20-28, 2002. doi: 10.1590/S1413-24782002000100003.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1977.

LESOURD, M. **État et société aux îles du Cap Vert**, Paris: Karthala, 1995.

LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. *Archives of Psychology*, 22(140), 1932. pp. 1-55.

LIMA, I. S.; LUCENA, R. M. Influência de variáveis não linguísticas no processo de acomodação dialetal do /s/ em coda silábica por paraibanos em Recife. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 06, n. 01, p. 161-178, mar./jun., 2013.

LINS, I.; MARTINS, V. Velas içadas. **Álbum Encuentro**. 1984.

LONDOÑO, R. A.; ESTUPIÑÁN, M. C.; IDÁRRAGA, L. E. T. **Sociolingüística: enfoques pragmáticos y variacionista**. 3. ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2019.

LOPES, A. M. V. M. **As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolingüística**. 2011. Tese (Doutoramento em Letras) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.

LOPES, F. J. **Análise morfossintática das construções-wh no português falado em Cabo Verde**. 2017. [S. l.: s. n.], 2017.

LOPES, J. S. M. **Cultura Acústica e Letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural**. São Paulo: Educa 2004.

LUCCHESI, D. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 41 (2): p. 793-805, maio-ago. 2012. Disponível em: <[endereço de acesso suprimido]>. Acesso em: 13 maio 2021.

LUCCHESI, D. O contato entre línguas na história sociolingüística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). **Unidade e Variação na Língua Portuguesa: suas representações**. São Paulo: Parábola, 2015; p. 80-100.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUPKE, F. (Ed.). **Language contact: Bridging data and theory**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2016.

MADEIRA, J. P. África versus Europa: Cabo Verde no atlântico médio. **Revista de estudos internacionais** - v. 4, n. 1 (2013).

MALTA, D. P. L. N. **A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva** – 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2019. 237f.

MANÉ, B. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau)**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, A. M. Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu: ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico. In: LOBO, T. et al. (orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 191- 220. ISBN 978-85-232-1230-8.

MARTINS, A. M. Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.), **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. p. 1-39.

MARTINS, A.; CÁ, V. J. letramento(s)/alfabetização em contextos multilíngues de Angola e Guiné-Bissau. **Educação em Revista (UFMG)**, v. 32, p. 391-412, 2016.

MATCHE, Benibel Gomes Marques. **Descrição preliminar da concordância nominal e verbal de terceira pessoa do guineense**. 2017. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

MAZRUI, A. O horizonte 2000. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). **A África desde 1935** 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

MENDES, E. **Experiências de Ensino Bilíngue em Bubaque, Guiné-Bissau: línguas e saberes locais na educação escolar**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

MENDES, E. A promoção do português como língua global no século XXI. **Linha D'Água**, v. 32, n. 2, p. 37-64, 22 ago. 2019.

MENDES, E. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPE. In: ALVAREZ, M. L. O.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **O Mundo do Português e o Português no Mundo Afora: especificidades, implicações e ações**. Campinas: Pontes, 2016, p. 293-310.

MENDES, R.; SILVA, C. PRESTÍGIO SOCIAL DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU AVALIADO PELOS SEUS FALANTES. **Cadernos IS-UP**, [S. l.], n. 5, 2024. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1/article/view/14479. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDES, R. B. Língua e variação. In: **Linguística? Que é isso?** [S.l: s.n.], 2013.

MIGUEL, M. H. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MINGAS, A. **Interferência do Kimbundo falado em Lwanda**. Luanda: Editorial Caxinde, 2000.

MIRANDA, A. L. A. **Crenças, atitudes e usos variáveis da concordância verbal com o pronome tu**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.

MIRANDA, W. **O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica**. 2013. [S. l.: s. n.], 2013.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MONGUILHOTT, I. O. S. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no PB e no PE**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 162 p.

MONGUILHOTT, I. O. S. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONTE, A. **Concordância verbal e variação: um estudo descritivo-comparativo do Português Brasileiro e do Português Europeu**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, 2012.

MORALIS, E. G. **Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas**. 2000. 100p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <...>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

MOTA, M. A. Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo, em português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde. **CUADERNOS DE LA ALFAL**. No 7, p. 17-35, mar. 2015. ISSN 2218-0761.

MOTA, M. A. Variant patterns of Subject-Verb agreement in Portuguese: morphological and phonological issues. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 12, n. 2, p. 211-236, 2013.

MOTA, M. A; MIGUEL, M; MENDES, A. A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. **Revista Papia**, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.

MOUTA, T. **Bo, tu e você – vértices do triângulo das Bermudas do sistema de tratamento do emergente português de Cabo Verde**. 2019. 311p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: investigação e ensino) - Universidade Aberta, Mindelo, São Vicente–Cabo Verde, 2019.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2014.

NAMONE, D. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

NAMONE, D. **A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali**. *Revista Diversidade da cultura, de línguas e das práticas socioculturais*, v. 1, n. 2, 2021.

NAMONE, D. **Educação tradicional e moderna na Guiné Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino**. 2020. Tese (Doutorado em Letra) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2020.

NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 1, n. 1, p. 39-57, jan./jun. 2017.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L.(Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015. p. 163.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). **Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 285-302.

NARO, A. The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language**, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria, 2019.

NICOLAU, E.. **Crenças e atitudes linguísticas**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1984

OLIVEIRA, G. F. **Distribuição de sujeito nulo e pleno no português falado e escrito por universitários guineenses e são-tomenses da UNILAB-Ceará: interferências do português brasileiro?**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

OLIVEIRA, G. M. O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na nova economia. **Synergies Brésil**, n. spécial 1, p. 21-31, 2010.

OLIVEIRA, G. M. O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa. In: ORTIZ, M. L. Á.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 25-43.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, L. F. **Educação e Militância Decolonial**. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.

OLIVEIRA, G. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. **Linha D'Água**, v. 32, n. 2, p. 11-36, 3 set. 2019.

OLIVEIRA, H. T. Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2019. DOI <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.507>

OLIVEIRA, M. S. D. DPs/WHs followed by 'highlighter' in Atlantic restructured languages: a non cleft construction. **PAPIA**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 24, n. 2, p. 429-449, 2014. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OLIVEIRA, M. S. D.; ARAUJO, G. A. **O português na África Atlântica**. [S.l: s.n.], 2018.

OLIVEIRA, M. S. D.; BAIÓ, J. P.; INJAI, B. F. A inserção do "Contínuo Português Guineense" às variedades africanas de português. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 130-137, 2013.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 318–336, 2021. DOI: 10.21165/el.v50i1.3100. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3100>. Acesso em: 18 nov. 2021.

OUSHIRO, L. "TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS SOCIOLINGÜÍSTICAS COM O ELAN". In: FREITAG, R. M. K. (Org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. p. 117-132. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-9cap>. Acesso em 12 AGO. 2021.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: Avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-15062015-104952/publico/2014_LiviaOushiro_VCorr.pdf.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (2006) Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006. p. 131-151.

PANDIM, G. F. O valor das línguas na realidade de ensino-aprendizagem em Cabo Verde. **Domínios de Linguagem**, v. 14, n. 4, p. 1087-1110, 5 maio 2020.

PARAÍSO, T. C. F. **O uso da concordância nominal de número em redações produzidas em português por estudantes guineenses e timorenses: um estudo contrastivo**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PATINHA, M. P. S. **O sistema educativo na República da Guiné Bissau – Contribuição para o Estudo da Política Educativa 1960 -1990**. 1999. [Trabalho] – Universidade técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa, 1999.

PEIXOTO, C. M. M.; CARIOCA, C. R. As Representações lingüísticas dos acadêmicos guineenses: uma reflexão sobre o estatuto da língua portuguesa fundamentada no *corpus* do Profala. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA, 2., 2012, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2012. p. 438-450. Disponível em: <https://www.youblisher.com/p/540229-ANAIS-II-CIDS-2012/>. Acesso em 17 FEV. 2020.

PEREIRA, A. J. A. **Mar Cruzado e Terra Bilingue: uma breve abordagem sociolingüística das línguas de Cabo Verde**. 2015. 152p. Dissertação (Mestrado em Estudos Regionais e Locais) – Centro de Competência de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira, Funchal, 2015.

PEREIRA, D. A. **Das relações históricas Cabo Verde/Brasil**. Brasília – DF: Fundação de Alexandre de Gusmão, 2011.

PEREIRA, M. L. de S. **Por que eles não concordam? Mecanismos de variação na concordância verbal no português oral popular de Fortaleza – CE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
PETTER, M. M. T. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro de Português. **Papia**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 305-317, 2015.

PETTER, M. M. T. (Org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M. M. **Variedades lingüísticas em contato**. Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo, São Paulo. Inédita, 2008.

PETTER, M. M. T. Perspectivas para o estudo de línguas africanas no Brasil. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, São Paulo, v. 1, p. 325-332, 1993.

PISSURNO, K.C.da S. **Estudo sociolingüístico do português em Moçambique: a concordância e o multilinguismo**. 2022. 269 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PISSURNO, K. C. S. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolingüística**. 2017. 222f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PONSO, L.C. O Estatuto do Português e das Línguas Bantu Moçambicanas antes, durante e depois da Luta pela Independência da Nação em 1975. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiânia, v. 20, n. 2, 2017. DOI <https://doi.org/10.5216/lep.v20i2.45815>.

PROENÇA FILHO, D. **Muitas línguas, uma língua: a trajetória do português brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

RETO, L. et al. **O essencial sobre a língua portuguesa como ativo global**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020. Disponível em: https://www.incm.pt/portal/arquivo/livros/gratuitos/138_OEssencialSobreALinguaPortuguesa.pdf.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

RODRIGUES, Â.C. de S. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. 1987. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, A. D. . **Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. Em: Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

RUBIO, C. **A concordância verbal na língua falada na região noroeste do Estado de São Paulo**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2008.

RUBIO, C. F. Multilinguismo nos PALOP: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau. **Revista de Letras**, v. 1, n. 40, 17 jul. 2021.

RUBIO, C. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2012.

SANTIAGO, A. M.; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 39–61, 2020. DOI: 10.13102/cl.v21i1.4970. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/4970>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, I. P.; CRISTIANINI, A. C. (Orgs.). **Sociogeolinguística em questão: reflexões e análises**. São Paulo: Paulistana, 2012.

SANTOS, M. R. P. “Amanhã vais na panela”: um estudo sobre a regência do verbo ir no português falado em Luanda. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

SANTOS, R. L. A. Concordância verbal e suas variáveis. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 14, 2013.

SAVEDRA, M. M. G.; SPINASSÉ, K. P. Estudos de contato no GT de Sociolinguística. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v. 52, n. esp., p. 103–117, jan.-dez. 2021.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 509-523.

SCHERRE, M. M. P. et al. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SCHERRE, M. M. P. Respeito linguístico: contribuições da Sociolinguística - Variacionista. **Live no Abralin ao Vivo – Linguists Online**, 8 de julho de 2020b. Disponível em: <...>. Acesso em 10 MAR. 2021.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C.; PAIVA, M. C. An Overview on Luso-Brazilian Sociolinguistics: Second Person Pronouns. In: REI-DOVAL, G.; TEJEDO, F. (Eds.). **Lusophone, Galician, and Hispanic Linguistics: Bridging frames and traditions**. Oxon; New York: Routledge, 2019. p. 246-262.

SCHERRE, M. M. P. Variação linguística, cultura, democracia e respeito lingüístico: interseções virtuosas (2020). **Resumo da Conferência de Encerramento do IV Encontro sobre Diversidade linguística em Minas Gerais: linguagem, história e memória**. 2020. Disponível em: http://www.letas.ufmg.br/padroao_cms/documentos/eventos/diverminas4/_Conferencia_Encerramento_MartaScherre.pdf. Acesso em 23 AGO. 2021.

SELLA, A. F. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012

SEMEDO, M. O. C. **As Mandjuandadi: Cantigas de Mulher na GuinéBissau: da tradição oral à literatura**. 2010. 452 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, V. M. E.; MARTINS, A. A.; GOMES, M. A. R. C. Caminhos históricos para oficialização da Língua-caboverdeana. **e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte**, vol. 8, n. 2, ago./dez. 2015. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>.

SEVERO, C. G. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SEVERO, C. G.; SITO, B.; PEDRO, J. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014. p. 9-36. (Cadernos de Ciências Sociais).

SEVERO, C. G.; MAKONI, S. **Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica**. (Coleção Linguística). Vol.5, Florianópolis: Insular, 2015.

SIGA, J. M.; ALBUQUERQUE, D. A leitura na aula de Português Língua Não Materna (PLNM): experiências da Guiné-Bissau e Timor-Leste. In: RODRIGUES, R.; TIMBANE, A (Org.). **Estudos linguísticos, literários e culturais da Guiné-Bissau**. 2023. (No prelo).

SILVA, A. C. M. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI EM REVISTA**, V. 4, N. 5 2, p. 01-15, 2018.

SILVA, A. S. (ed.). **Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions**. Berlin & Boston: Mouton de Gruyter, 2014.

SILVA, C. R. T. **A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu.** 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística: teoría y análisis.** Madrid: Alhambra, 1989.

SOLLAI, S.; PARMA, A. “As Línguas Portuguesas Do Mundo: Representações Pluricêntricas de Português Língua Estrangeira (PLE) Numa Amostra de Material Didático.” **Hispania**, vol. 101, no. 2, p. 237–48, 2018.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hiphop.** 2009. 219f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2009.

SPIGOLO, N.; WANDERLEY, C. M.; MAZZA, D. (Orgs.) **Por entre terras e águas do Atlântico: projetos, processos e experiências internacionais de pró-mobilidade internacional atravessando e sendo atravessados por Brasil e Cabo Verde.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <...>. Acesso em 20 AGO. 2021.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística.** São Paulo: Ática, 1990.

TÉ, D. **Nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau: as contribuições do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e da Soronda: revista de estudos guineenses.** 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

THOMASON, S. G. **Language contact: an introduction.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. p. 1-14.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. **Language contact, creolization, and genetic linguistics.** Berkeley: University of California Press, 1988.

TIMBANE, A. A.; FREITAG, R. M. K. Amostras sociolingüísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte**, v. 26, n. 2, p. 777-802, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412>. Acesso em: 3 DEZ. 2023.

TIMBANE, Alexandre Antonio. Reflexões sobre a internacionalização da língua portuguesa nos países vizinhos dos PALOP. **Revista de Estudos de Português Língua Internacional**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 171–186, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/64328>. Acesso em: 3 dez. 2025.

TOLENTINO, A. C. **Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

TORQUATO, C. P. As políticas lingüísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação. **Letras**, v. 21, n. 42, 2011. Disponível em: <...>. Acesso em 08 MAR. 2021.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. e Adapt.: Ilari, R. São Paulo: Contexto, 2004.

VAREJÃO, F. de O. A. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no Português Europeu Popular**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VEIGA, D. I. G. **Cooperação Norte-Sul: um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde**. 2019. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

VEIGA, M. **A Construção do Bilinguismo**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VEIGA, M. Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo. **PAPIA**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 177-187, jul./dez. 2015. Disponível em: <...>. Acesso em: 10 out. 2017.

VEIGA, M. O crioulo e o Português em Cabo Verde. **Sibila: Poesia e crítica literária**. 2009. Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-dalingua/o-crioulou-e-o-portugues-emcabo-verde/2753>. Acesso em 17 DEZ. 2018.

VELASCO, M. H.; TIMBANE, A. A. O Processo de Ensino-aprendizagem do Português no Contexto Multicultural Moçambicano. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [S. l.], n. 32, p. 99–120, 2018. DOI: 10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.99-120. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.32.5>. Acesso em: 14 nov. 2021.

VELOSO, E. S. S. **Marcadores discursivos no Português de Cabo Verde: uma descrição preliminar**. 2018. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Gramática do período e da coordenação**. São Paulo: Parábola, 2020.

VIEIRA, S. R. **A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015.

VIEIRA, S. R. BAZENGA, A. A concordância da terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. In: VIEIRA, S. R. (org.). **A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho/FAPERJ, 2015. p. 29-75.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. **Linguística**, v. 30, n. 2, p. 81-112, 2014.

VIEIRA, S. R. **Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, S. R. Concordância verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. SP: Contexto, 2011.

VIEIRA, S. R. Das investigações variacionistas às variadas interfaces: percursos na análise de fenômenos morfossintáticos. In: PAULA, A. et al. **Uma História de Investigações sobre a Língua Portuguesa: Homenagem a Silvia Brandão**. São Paulo: Blucher, 2018. p. 39–56.

VIEIRA, S. R. Entre o variável e o categórico: a concordância verbal e a colocação pronominal em variedades do português. In: REZENDE, L. M. et al. (Orgs.). **A interdisciplinaridade e a especificidade linguística: teorias e prática**. São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 2014.

VIEIRA, S. R.; FREIRE, G. C. Variação morfossintática e ensino de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Orgs.). **Ensino de português e Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 81-114.

VIEIRA, S. R.; SILVA, K. C. DA. Estudo sociolinguístico da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português de São Tomé e Príncipe. **Letrônica**, v. 10, n. 1, p. 18-29, 27 dez. 2017.

VIEIRA, S. R. Estudo sociolinguístico da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português de São Tomé e Príncipe. In: **Revista digital do programa de pós-graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 18-29, jan.-jun. 2017.

VILELA, M. A. do Q. O Cabo-Verdiano visto por Cabo-verdianos ou Contributo para uma Leitura da Situação Linguística em Cabo Verde. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [S. l.], n. 31, p. 139–154, 2021. DOI: 10.31492/2184-2043.RILP2017.31/pp.139-154. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.31.6>. Acesso em: 27 ago. 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, R. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (orgs.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

WINFORD, D. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

ZAU, F. As tentativas de colonização com grupos raciais separados. **Jornal de Angola**, 06 de janeiro de 2015. Disponível em <...>. Acesso em 02 FEV. 2021.

ZILLES, A. M.; FARACO, C. A. As tarefas da sociolinguística no Brasil: balanços e perspectiva. In: GORSKI, E.; COELHO, I. L. (Orgs.). **Sociolinguística e ensino – contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis; Editora da UFSC, 2006. p. 23-52.